



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA – UFJF
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL – FSS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL – PPGSS
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

NICOLE CRISTINA OLIVEIRA SILVA

ENTRE CONSERVADORISMOS E RUPTURAS

Análise das concepções de profissão orientadoras do trabalho dos/das assistentes sociais em empresas expressas na formação acadêmico-profissional de Serviço Social em Juiz de Fora de 1961 a 2016

JUIZ DE FORA
OUTUBRO/2018

NICOLE CRISTINA OLIVEIRA SILVA

ENTRE CONSERVADORISMOS E RUPTURAS

Análise das concepções de profissão orientadoras do trabalho dos/das assistentes sociais em empresas expressas na formação acadêmico-profissional de Serviço Social em Juiz de Fora de 1961 a 2016

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Área de Concentração Serviço Social e Sujeitos Sociais, da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a. Dr.^a. Cláudia Mônica dos Santos.

JUIZ DE FORA
OUTUBRO/2018

ENTRE CONSERVADORISMOS E RUPTURAS

Análise das concepções de profissão orientadoras do trabalho dos/das assistentes sociais em empresas expressas na formação acadêmico-profissional de Serviço Social em Juiz de Fora de 1961 a 2016

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Área de Concentração Serviço Social e Sujeitos Sociais, da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Aprovada em ___/___/2018

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Cláudia Mônica dos Santos (Orientadora)

Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof.^a Dr.^a Sheila de Souza Backx

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof.^a Dr.^a Alexandra Aparecida Leite Toffanetto Seabra Eiras

Universidade Federal de Juiz de Fora

*A viagem não acaba nunca. Só os viajantes
acabam.
E mesmo estes podem prolongar-se em memória,
em lembrança, em narrativa.
Quando o visitante sentou na areia da praia e
disse:
“Não há mais o que ver”, saiba que não era
assim.
O fim de uma viagem é apenas o começo de
outra.
É preciso ver o que não foi visto, ver outra vez o
que se viu já, ver na primavera o que se viu no
verão, ver de dia o que se viu de noite, com o sol
onde primeiramente a chuva caía, ver a seara
verde, o fruto maduro, a pedra que mudou de
lugar, a sombra que aqui não estava.
É preciso voltar aos passos que foram dados,
para repetir e para traçar caminhos novos ao
lado deles.
É preciso recomeçar a viagem.
Sempre.*

(José Saramago)

AGRADECIMENTOS

Viver é melhor que sonhar...

(Belchior)

Chegado o momento de defesa da presente dissertação, são muitos e precisos os agradecimentos a serem feitos, posto que o trabalho que aqui se apresenta é o resultado da conjugação de esforços, empenhos e incentivos de diferentes sujeitos.

Em primeiro lugar, minha gratidão a meus pais Terezinha e André por todo o amor, cuidado, zelo e por contribuírem de todas as formas (im)possíveis para que esta dissertação pudesse se materializar. Aprendi com vocês que dificuldade alguma pode obstaculizar nossos sonhos e que a luta pelo melhor da vida é diária e incansável. Este mestrado é conquista nossa!

Ao Jonas, pela companhia afetuosa, indispensável em todos os momentos. Sua presença tem sido, por alguns anos, de importância tamanha em vida e este trabalho é também fruto de nossos planos conjuntos.

Aos familiares e amigos cujos nomes não preciso elencar, pois se reconhecerão neste agradecimento.

À querida Cláudia Mônica, pela orientação criteriosa e zelosa, repleta de conhecimento e dedicação. É ímpar sua contribuição ao Serviço Social e é motivo de orgulho ter sido sua orientanda. Toda minha admiração, pessoal e profissional, a você!

Às professoras Alexandra Eiras e Sheila Backx pelo aceite para participação na banca de qualificação e de defesa e, principalmente, pelas importantes contribuições realizadas, imprescindíveis para a realização desta dissertação.

À Luciana Paula, professora tão querida para além dos muros da universidade. O estágio de docência e a participação no GEPEFSS me possibilitaram reflexões caras à esta dissertação. Minha gratidão pelo acolhimento e carinho que sempre teve comigo!

Ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, nas figuras dos docentes, TAEs, funcionários e discentes e, em especial, à turma de 2016, pelos momentos compartilhados!

À FAPEMIG, pela concessão da bolsa que possibilitou dedicação integral ao mestrado.
E a Deus, por tudo e por todas as coisas!

A vivência deste momento é melhor que o sonho. É motivo de alegria saber que sendo mulher, negra e de classe trabalhadora, pude alçar um espaço que, na história do país, não foi pensado e planejado para mim e minhas semelhantes. Mas hoje, este espaço é ocupado por mim e me orgulho em, finalmente, ser Mestre em Serviço Social.

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar as concepções de profissão orientadoras do trabalho dos/das assistentes sociais em empresas expressas na formação acadêmico-profissional de Serviço Social em Juiz de Fora de 1961 a 2016, através da análise de monografias produzidas sobre o trabalho profissional em empresas neste período. O percurso metodológico, realizado através de pesquisa bibliográfica, se orientou para análise qualitativa dos dados encontrados durante a investigação. A dissertação se estrutura em três seções. Na primeira são apresentadas questões que tangenciam o objetivo da pesquisa, como as transformações ocorridas no mundo do trabalho historicamente. Na segunda seção abordamos questões relacionadas ao trabalho dos assistentes sociais em empresas desde suas origens no Brasil até a construção de um novo projeto profissional. Na terceira seção apresentamos a análise das monografias de cada década elencada, enfatizando o conservadorismo como traço central da concepção de profissão orientadora do trabalho dos/das assistentes sociais em empresas nos anos 1960; a transição do conservadorismo à ruptura nos anos 1970 e 1980 e a hegemonia da ruptura com o conservadorismo enquanto marca do trabalho profissional em empresas nos anos 1990 e 2000. A partir das análises, confirmou-se a premissa de que o trabalho profissional em empresas se metamorfoseia a partir de mudanças endógenas e exógenas que se expressam em diferentes concepções de profissão em cada contexto histórico.

Palavras-chaves: Serviço Social; empresas; formação acadêmico-profissional; trabalho dos/das assistentes sociais; Juiz de Fora.

ABSTRACT

The present study aims to analyze the conceptions of profession that guide the work of social workers in companies expressed in the academic and professional formation of Social Work in Juiz de Fora from 1961 to 2016, through the analysis of monographs produced on the professional work in companies in this period. The methodological course, carried out through bibliographical research, was oriented to a qualitative analysis of the data found during the investigation. The dissertation is structured in three sections. In the first one are presented questions that touch on the objective of the research, as the transformations occurred in the world of work historically. In the second section, we address issues related to the work of social workers in companies from their origins in Brazil to the construction of a new professional project. In the third section, we present the analysis of the monographs of each decade, emphasizing the conservatism as the central feature of the conception of the profession guiding the work of social workers in companies in the 1960s; the transition of conservatism to rupture in the 1970s and 1980s and the hegemony of the rupture with the conservatism as a hallmark of professional work in companies in the 1990s and 2000s. Based on the analyzes, the premise was confirmed that professional work in companies metamorphoses from endogenous and exogenous changes that are expressed in different conceptions of profession in each historical context.

Keywords: Social Work; companies; academic-professional training; work of social workers; Juiz de Fora.

LISTA DE SIGLAS

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ABESS – Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social
AI – Ato Institucional
BH – Belo Horizonte
BNH – Banco Nacional da Habitação
CBAS – Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CEAS – Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo
CEBs – Comunidades Eclesiais de Base
CEDEPSS - Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social
CEP – Código de Ética Profissional
CESAMA – Companhia de Saneamento Municipal
CF – Constituição Federal
CFE – Conselho Federal de Educação
CFESS – Conselho Federal de Serviço Social
CFTIM – Companhia de Fiação e Tecelagem Industrial Mineira
CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes
CIPP – Companhia Industrial de Papel Pirahy
CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas
CNE – Conselho Nacional de Educação
CRESS – Conselho Regional de Serviço Social
CSN – Companhia Siderúrgica Nacional
CTBM – Companhia Têxtil Bernardo Mascarenhas
DA – Diretório Acadêmico
DC – Desenvolvimento de Comunidade
ESS – Escola de Serviço Social
EUA – Estados Unidos da América
FGA – Florestal Gerência Acesita
FSS – Faculdade de Serviço Social
GEPEFSS – Grupo de Estudos e Pesquisa de Fundamentos do Serviço Social
GESSOT – Grupo de Estudos do Serviço Social do Trabalho
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia Estatística
IFES – Instituições Federais de Ensino Superior

INAMPS – Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social

JF – Juiz de Fora

JK – Juscelino Kubitschek

MG – Minas Gerais

PAEG – Plano de Ação Econômica do Governo

PED – Programa Estratégico de Desenvolvimento

PIB – Produto Interno Bruto

PPA – Plano de Preparação para a Aposentadoria

PPGSS – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PT – Partido dos Trabalhadores

PUC – Pontifícia Universidade Católica

RFSA – Rede Ferroviária Federal S.A.

RH – Recursos Humanos

RJ – Rio de Janeiro

RS – Responsabilidade Social

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SESC – Serviço Social do Comércio

SESI – Serviço Social da Indústria

SFIC – Sociedade Feminina de Instrução e Caridade

SIGA – Sistema Integrado de Gestão Acadêmica

SMJ – Siderúrgica Mendes Júnior

SSG – Serviço Social de Grupo

SST – Serviço Social do Trabalho

SUS – Sistema Único de Saúde

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

TCE – Trabalho de Conclusão de Estágio

UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

URJ – Universidade do Rio de Janeiro

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

USP – Universidade de São Paulo

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Síntese das concepções de profissão orientadoras do trabalho dos/das assistentes sociais em empresas entre 1961 e 2016.....	324
--	-----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
I – O MUNDO DO TRABALHO: DO DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL BRASILEIRO À REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA.....	34
1.1) Desenvolvimento empresarial brasileiro: da colonização à industrialização	34
1.1.1) Singularidades juiz-foranas no processo de industrialização: do pioneirismo industrial às crises econômicas	52
1.2) Crise internacional do capital e ditadura civil-militar brasileira.....	60
1.3) Impactos da reestruturação produtiva na realidade brasileira e transformações nas empresas	73
II – O SERVIÇO SOCIAL EM EMPRESAS NO BRASIL: DAS ORIGENS À CONSTRUÇÃO DE UM NOVO PROJETO DE PROFISSÃO	85
2.1) Disciplinarização ético-moral do operariado e entidades patronais: protoformas do trabalho dos/das assistentes sociais em empresas	89
2.2) Em busca de “teorização”: trabalho profissional em empresas na década de 1960 e 1970.....	106
2.3) A construção de uma “nova legitimidade” para o trabalho dos/das assistentes sociais em empresas nos anos 1980	117
2.4) Impactos das transformações societárias no trabalho dos/das assistentes sociais em empresas nas décadas de 1990 e 2000: da reestruturação produtiva à nova retórica empresarial.....	126
III – DA HERANÇA CONSERVADORA À CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA CONCEPÇÃO DE PROFISSÃO ORIENTADORA DO TRABALHO DOS/DAS ASSISTENTES SOCIAIS EM EMPRESAS.....	139
3.1) O “arranjo teórico-doutrinário” como orientação do trabalho dos/das assistentes sociais em empresas: análise das monografias da década de 1960	151
3.2) Permanências e mudanças no trabalho dos/das assistentes sociais em empresas: análise das monografias dos anos 1970	195
3.3) Busca por ruptura com o conservadorismo e por uma nova direção social orientadora do trabalho profissional em empresas: análise das monografias dos anos 1980.....	227
3.4) Precarização do trabalho profissional e consolidação de um novo projeto de profissão: análise das monografias dos anos 1990	271
3.5) Hegemonia da ruptura com o conservadorismo no trabalho profissional em empresas: análise das monografias dos anos 2000	302
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	320
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	328
ANEXOS	

INTRODUÇÃO

“(...) os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim, sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado (MARX, 2003, p. 7)”.

A presente dissertação de mestrado, ora apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora – PPGSS/UFJF como requisito para obtenção do título de mestra em Serviço Social, teve como objeto o trabalho dos/das assistentes sociais em empresas.

A dissertação se propôs a responder à seguinte indagação: quais concepções de profissão têm orientado o trabalho dos/das assistentes sociais em empresas? Para responder tal questionamento adotou-se como procedimento metodológico a análise de conteúdo de Trabalhos de Conclusão de Curso produzidos no âmbito da graduação em Serviço Social em Juiz de Fora entre 1961 e 2016, cujo trabalho dos/das assistentes em empresas tenha sido objeto de estudo. A escolha deste lapso temporal não é fortuita, visto que em 1961 foi diplomada a primeira turma de assistentes sociais da então Escola de Serviço Social de Juiz de Fora – que teve sua gênese no município em 1958 – e em agosto de 2016 teve início o processo de orientação da pesquisa cujos resultados apresentamos nesta dissertação, razão pela qual analisamos as monografias defendidas até esta data.

O objetivo geral da pesquisa foi analisar as concepções de profissão orientadoras do trabalho dos/das assistentes sociais em empresas expressas na formação acadêmico-profissional de Serviço Social em Juiz de Fora de 1961 a 2016. Para alcance deste objetivo geral, traçamos alguns objetivos específicos, a saber:

- Conhecer o processo de desenvolvimento empresarial do Brasil e suas singulares expressões em Juiz de Fora, no sentido de compreender como se relacionam com o Serviço Social.
- Conhecer as requisições históricas do empresariado brasileiro e local para o trabalho dos/das assistentes sociais em empresas.
- Apreender as protoformas do trabalho dos/das assistentes sociais em empresas.

- Compreender como as transformações societárias ocorridas no decurso histórico no mundo, no Brasil e em Juiz de Fora se expressam nas empresas e no trabalho dos/das assistentes sociais em empresas.
- Conhecer como a profissão, ao longo de sua trajetória no Brasil, responde às requisições e demandas das empresas.

A predileção por este objeto de pesquisa – o trabalho dos/das assistentes sociais em empresas - guarda conformidade empírica com as experiências realizadas no decurso tanto de minha graduação em Serviço Social, concluída em abril de 2016 na UFJF, quanto do mestrado em Serviço Social, iniciado em abril de 2016 na mesma instituição. No processo de formação, pude me aproximar do objeto de pesquisa por diferentes vias e em distintos momentos, o que propiciou maior interesse em investiga-lo.

No âmbito da graduação (2012-2016), este interesse se expressou desde meados do curso, principalmente a partir do contato com as disciplinas *Trabalho e Serviço Social*, *Gestão Social e Planejamento* e *Ética e Serviço Social*, cujos debates realizados tangenciavam a área empresarial. Diante disto, quando da abertura de processos seletivos de estágio curricular obrigatório, optei por participar daqueles com disponibilidade de vagas em empresas.

Entre julho de 2014 e março de 2016 pude estagiar em duas empresas em Juiz de Fora. Entre os meses de julho e dezembro de 2014 estagiei em uma empresa privada responsável pela logística do transporte ferroviário em três estados da região Sudeste e entre março de 2015 e março de 2016 estagiei em uma empresa pública responsável pelos serviços de saneamento municipal de Juiz de Fora.

No estágio realizado na empresa privada, foi possível perceber como o trabalho profissional, naquela instituição, se orientava na direção de conciliação dos interesses dos trabalhadores e do empresariado ao mesmo tempo, mas pendendo mais para a priorização deste último.

A principal atividade da empresa consistia na logística do transporte ferroviário nos estados de Minas Gerais-MG, Rio de Janeiro-RJ e São Paulo-SP, sendo sua sede no município de Juiz de Fora/MG. Por esta razão, as principais atividades de gestão, coordenação e administração da empresa se concentravam neste município, o que incluía o trabalho da assistente social, responsável pela gerência de Responsabilidade Social¹ em Juiz de Fora e nas

¹ Empregado na área de empresas no Brasil a partir da década de 1990 (AMARAL; CESAR, 2009), o termo Responsabilidade Social tem sido utilizado para referir-se ao compromisso ético que as empresas devem

demais regiões de abrangência da empresa. Nesse sentido, a profissional era responsável pelo controle de todas as atividades deste setor nos três estados em que a empresa era presente, o que lhe conferia grandes incumbências. A gerência de Responsabilidade Social na empresa era responsável pelo planejamento, gestão e execução de atividades como atendimentos individuais aos funcionários, sensibilização sobre uso de substâncias psicoativas na empresa², gestão de benefícios como plano de saúde e organização de eventos internos, como Festa de Fim de Ano.

Dentre as requisições institucionais colocadas para a profissão, uma delas consistia na realização de trabalho voluntário com comunidades localizadas próximas à linha férrea, no sentido de promover equilíbrio entre a atividade empresarial e aqueles que por ela eram impactados. Isso se deve ao fato de que a atividade ferroviária impele a vida de diversos sujeitos na medida em que interfere no cotidiano, seja dificultando o livre trajeto na cidade ou produzindo ruídos incômodos nos mais diferentes horários do dia, por exemplo.

Tais impactos constituíam reivindicações feitas pelas comunidades à empresa que, como resposta amenizadora, buscava delas se aproximar realizando, por exemplo, trabalhos voluntários e com lideranças comunitárias através do Serviço Social. O objetivo destas atividades consistia em estreitar laços com as comunidades próximas à ferrovia para que, através da aproximação entre moradores e empresa, os pleitos comunitários pudessem ser reduzidos de modo que a atividade empresarial pudesse ser realizada sem maiores empecilhos.

Para tal, a empresa demandava da profissional – enquanto ocupante de cargo de gerência - o planejamento e a execução de trabalhos voluntários e com lideranças comunitárias que pudessem atingir a finalidade da companhia, estabelecendo metas quantitativas e indicadores de ações a serem atingidos. Na condição de trabalhadora assalariada cabia à profissional de Serviço Social o atendimento da requisição institucional como forma de justificação de sua permanência no emprego. Não obstante, o objetivo central da empresa parecia se direcionar mais ao cumprimento da demanda do que a forma como ela seria executada. Nesse sentido, ainda que não pudesse optar por não atender a requisição empresarial, a profissional poderia responde-la com relativa autonomia.

assumir com o desenvolvimento da sociedade, buscando agir de modo responsável com as comunidades e com o meio-ambiente para promoção da sustentabilidade.

² Esta orientação consistia no repasse de informações a respeito do uso de substâncias psicoativas, principalmente álcool, na empresa. Determinados funcionários eram obrigados a fazer o teste do etilômetro diariamente diante do entendimento de que suas atividades poderiam oferecer riscos à sociedade, caso positivados no teste. Nesta direção, trabalhadores como maquinistas e mantenedores da linha férrea, submetiam-se diariamente ao teste. Quando positivados, eram encaminhados ao Serviço Social, que deveria executar o trabalho de sensibilização sobre os riscos do uso de entorpecentes. O trabalho consistia na exibição de uma cartilha, previamente construída pelo RH, que continha informações sobre quais as sanções administrativas os funcionários poderiam sofrer caso fossem positivados novamente no teste.

O denominado Programa de Voluntariado era composto por diversos trabalhadores da empresa que, tanto em MG quanto em SP e RJ, podiam se inscrever para participar das ações voluntárias³ via *Intranet* (sistema de informação digital interno da empresa). Em Juiz de Fora, o setor de Responsabilidade Social era o encarregado para organizar estas ações que, em geral, ocorriam próximas a datas comemorativas, como Páscoa e Natal.

Cabia ao referido setor fazer contato com as comunidades no sentido de verificar a viabilidade de realização das ações em instituições que realizassem trabalho voluntário e que fossem próximas da linha férrea. Após a escolha da entidade em que seria realizado o voluntariado, era feito contato com algum responsável para marcação de data e horário e verificação de qual tipo de subsídio necessitavam⁴. Uma vez realizado este mapeamento, o setor de Responsabilidade Social entrava em contato com os funcionários da empresa cadastrados no Programa de Voluntariado para planejamento das ações e definição sobre de que modo cada um poderia contribuir⁵ para que o trabalho pudesse ser executado de modo organizado.

Na condição de estagiária, observava nesta demanda uma oportunidade de realização de ações com as comunidades que pudessem fortalecer seus direitos para além da atividade voluntária de doação de determinado item. Havia disponibilidade de recursos para execução de atividades que convergiam com os princípios éticos-políticos defendidos hegemonicamente pela profissão na atualidade, como realização de palestras que informassem sobre acesso a diversos direitos (educação, saúde, previdenciários, dentre outros que poderiam ser desconhecidos pelas comunidades) no sentido de promover socialização de informações que extrapolassem o viés caritativo das doações. O que mais se aproximava de um trabalho para além das doações, era a realização da denominada Ação de Segurança, que consistia em uma breve palestra para informar às comunidades sobre os cuidados necessários ao atravessar a linha férrea e sobre os riscos de intempéries nos casos de imprudência.

³ Estas ações eram compostas por idas a instituições que prestavam trabalho voluntário em bairros próximos a ferrovia para realização de atividades como doação de material escolar, itens de higiene, alimentos, roupas, brinquedos, dentre outros que fossem arrecadados na empresa e que estivessem de acordo com a necessidade da instituição que seria atendida. Estes produtos eram arrecadados no espaço físico da empresa e poderiam ser doados por qualquer trabalhador, participante ou não do Programa de Voluntariado. O setor de Responsabilidade Social selecionava uma data para que estes itens fossem entregues e, neste dia, apenas os voluntários cadastrados no Programa faziam as entregas.

⁴ O contato prévio com a instituição em que o trabalho voluntário seria realizado era importante, pois cada uma possuía necessidades diferentes. Em geral, as casas de acolhimento para idosos solicitavam materiais de higiene; as entidades para pessoas em situação de rua demandavam roupas de inverno e cobertores, e os locais cujo público alvo eram crianças e adolescentes solicitavam brinquedos e materiais escolares, por exemplo.

⁵ Não havia uma forma específica de participação dos funcionários cadastrados no Programa de Voluntariado nas ações, pois poderiam contribuir financeiramente, doando objetos (brinquedos, por exemplo) ou comparecendo presencialmente nas ações que ocorriam em finais de semana ou, caso fossem autorizados por suas chefias, nas que ocorriam no horário do expediente.

Enquanto gestor das atividades que seriam realizadas, o Serviço Social na empresa poderia propor ações, como a explicitada, que estivessem melhor articuladas aos princípios e diretrizes defendidos pela categoria hegemonicamente. Contudo, predominava a ida às comunidades, prioritariamente, para prestação de atividades de cunho assistencialista, como entrega de brinquedos para crianças e cobertores para pessoas em situação de rua, por exemplo.

Na perspectiva da profissão na companhia, este trabalho voluntário era satisfatório para que as comunidades se sentissem mais próximas da empresa de maneira que houvesse equilíbrio de interesses entre ambas. Nesse sentido, o Serviço Social atendia à demanda da companhia, mas não a suplantava na direção de preconizar, hegemonicamente, os interesses da parcela da classe trabalhadora com que se relacionava na execução do Programa de Voluntariado⁶, pois o trabalho voluntário se sobrepunha à possibilidade de realização de atividades que pudessem propiciar a socialização de informações para as comunidades. Como alternativa a esta situação, visualizava que o espaço do estágio poderia propiciar reflexões que pudessem qualificar o Programa de Voluntariado de modo que, além do atendimento das requisições da empresa, fosse possível também fortalecer as comunidades em seus direitos.

Não obstante, é imprescindível reconhecer o limite do trabalho profissional, pois a natureza privada da empresa poderia margear a realização de maiores encontros pela assistente social tendo em vista a necessidade de cumprimento das demandas empresariais de maneira integral, de modo que se isso não ocorresse, o risco de advertências e demissão era latente.

Em março de 2015, ingressei como estagiária em uma empresa pública de Juiz de Fora, na qual permaneci até março de 2016. Com esta experiência pude perceber que o trabalho das assistentes sociais tendia a acolher os pleitos dos operários ao mesmo tempo em que atendia as requisições empresariais, mas, neste espaço, a preconização pelo atendimento das necessidades dos trabalhadores era norteadora do trabalho profissional.

Possuindo cerca de 700 funcionários, a empresa pública era vinculada à Prefeitura de Juiz de Fora – donde advinha maior parte de seus recursos financeiros - e sua principal atividade consistia no planejamento e execução de serviços de saneamento básico necessários à população, como fornecimento de água e coleta e tratamento de esgoto (SILVA, 2016). Ainda que a maioria de seus funcionários fosse empregada via concurso (embora regidos pela CLT), os cargos executivos da empresa eram comissionados e altamente rotativos, pois à medida que

⁶ Conforme sinalizado, o Serviço Social também atendia aos/às funcionários/as da empresa. Desse modo, se relacionava com a classe trabalhadora tanto através de trabalhadores empregados pela empresa quanto de outros sem vínculo empregatício.

a administração municipal se alterava com os processos eleitorais, a direção da empresa modificava-se também.

O Serviço Social na instituição possuía duas assistentes sociais em seu quadro de funcionários e se circunscrevia no setor de Recursos Humanos, desenvolvendo seu trabalho em duas frentes principais: eixo socioambiental e eixo do trabalho. O primeiro eixo era relativo às obras de despoluição do Rio Paraibuna (principal rio da cidade de Juiz de Fora) e incluía o desenvolvimento de trabalho com as comunidades que residiam próximas aos locais das obras com o objetivo de informá-las sobre sua realização pela empresa e sobre seus direitos relativos ao saneamento municipal. Já o segundo se relacionava ao trabalho realizado com os próprios funcionários da instituição e abarcava atividades como atendimentos individuais por demanda espontânea, atendimento a funcionários licenciados do emprego pela Previdência Social, realização de grupo de preparação para aposentadoria (PPA), atendimento às demandas de dependência química, dentre outras.

As transformações societárias ocorridas no país nos anos 1990 (NETTO, 1996) - quando o Estado, efetivamente, incorpora os postulados neoliberais e as empresas flexibilizam as formas de produção e exploração do trabalho (Cf. ANTUNES, 2010; DRUCK, 2008) - causaram rebatimentos em diversos setores da economia e da produção, o que engloba as empresas públicas (LINS, 2015). Nesse sentido, verificava-se na empresa de saneamento municipal a presença de elementos consequentes do processo de reestruturação produtiva, como trabalho com indicadores, terceirização, programas de demissão voluntária, dentre outros (LINS, 2015). Segundo Lins (2015), os impactos da reestruturação produtiva se fizeram presentes não só para os trabalhadores inseridos na esfera privada do trabalho, mas também para os empregados nos setores públicos em suas esferas municipal, estadual e federal, reverberando na redução dos gastos públicos, o que inclui o repasse de recursos para as empresas públicas. Assim, ainda que a empresa possuísse autonomia para definir a maneira como as verbas repassadas pelo município seriam utilizadas, buscava constantemente estratégias de redução de custos, que se traspunham em requisições para o Serviço Social.

Na perspectiva empresarial, um dos custos mais elevados referia-se às despesas com pessoal e folha de pagamento. Não obstante, pelo fato de possuir funcionários públicos, demissões só poderiam ocorrer através da abertura e julgamento de processo administrativo para desligamento da empresa, salvo casos de aposentadoria⁷. Ao passo em que o gasto com

⁷ Nesta conjunção, também as assistentes sociais não poderiam ser desligadas da companhia sem abertura de processo administrativo. Isto marca uma grande diferença no que se refere às condições de realização do trabalho profissional e às pressões colocadas para as profissionais em cada uma das empresas em que estagiei, pois

pessoal era considerado como ônus e que havia dificuldades para exoneração, uma das estratégias encontrada pela empresa como forma de economia foi estimular a demissão voluntária⁸. Tal questão foi colocada como requisição institucional para o Serviço Social para que a profissão pudesse, através de um Plano de Preparação para a Aposentadoria (PPA)⁹, incentivar o desligamento voluntário de funcionários que estivessem com idade próxima à mínima estabelecida pela CLT para aposentadoria. As assistentes sociais buscaram, desde o momento em que a requisição lhes foi conferida, construir respostas profissionais que pudessem não somente atender aos interesses da empresa, mas, principalmente, priorizar as necessidades dos trabalhadores.

No processo de planejamento e execução do PPA, o Serviço Social buscou estabelecer parceria com o Polo de Enriquecimento Cultural para a Terceira Idade da UFJF¹⁰. Com a finalidade preparar o trabalho com qualidade, a equipe do Serviço Social da empresa - composta por duas profissionais e quatro estagiárias, dentre as quais estive incluída – e do Polo – composta por uma psicóloga, uma assistente social e uma enfermeira – passou a se reunir quinzenalmente durante o primeiro semestre de 2015 para realizar estudos e organizar a metodologia do PPA.

Pelo fato de ser uma atividade que deveria abranger cerca de vinte trabalhadores, foi avaliado que o uso de um instrumento de caráter coletivo, como o grupo (TRINDADE, 2012), seria mais funcional diante da finalidade do Programa. Nas reuniões entre o Serviço Social da empresa e a equipe do Polo ficou definido que a implementação do PPA ocorreria a partir do segundo semestre de 2015 e que, quinzenalmente, seriam realizados dez módulos temáticos, abordando assuntos que pudessem contribuir para a qualidade de vida dos/das trabalhadores/as que optassem pela demissão voluntária, como cultura e lazer, previdência social, trabalho, identidade e gênero, participação popular e conselhos de direitos, dentre outros.

na empresa privada a possibilidade de demissão poderia ser um dos fatores que influenciava no modo como a profissão se posicionava.

⁸ O objetivo da demissão voluntária era estimular que trabalhadores pedissem desligamento da empresa. Para tal, a companhia ofereceria àqueles que se interessassem pagamento de montante em dinheiro em parcela única (cujo valor seria proporcional ao salário e ao tempo de serviço de cada um), pagamento do plano de saúde privado por cinco anos e resgate do valor investido em previdência privada para aqueles que pagavam.

⁹ É importante ressaltar que não havia orçamento próprio para a realização do PPA e que era fundamental que o Serviço Social buscasse executá-lo e planejá-lo com o menor gasto financeiro possível.

¹⁰ Na época de realização do estágio, o Polo de Enriquecimento Cultural para a Terceira Idade da UFJF oferecia serviços para a população idosa da cidade como cursos de informática, língua estrangeira, pilates, fotografia, pintura, dentre outros que podem contribuir para um envelhecimento saudável. O espaço possuía profissionais como psicólogos e assistentes sociais e foi convidado para fazer parte do PPA por ser especializado e qualificado para abordar questões relacionadas à idosos e também à aposentadoria.

A finalidade da empresa com o PPA era que a demissão voluntária pudesse ser percebida como algo vantajoso para os trabalhadores e, frente à impossibilidade de deixar de atender esta requisição, as profissionais buscaram respondê-la qualificando ao máximo as informações que seriam passadas no sentido de fornecer aos trabalhadores reflexões tanto sobre os impactos negativos (principalmente financeiros) que a aposentadoria poderia acarretar em suas vidas quanto sobre as possibilidades que poderiam ter caso optassem pela demissão voluntária (como maior tempo livre para se dedicarem a atividades pessoais). Desse modo, a estratégia encontrada pelo Serviço Social acolheu não só ao pleito da companhia, como também buscou fortalecer o polo trabalhador na direção dos princípios defendidos pela profissão em seu Projeto Ético Político hegemônico.

Estas experiências de estágio propiciaram o conhecimento teórico/prático do trabalho profissional em duas empresas cujas naturezas institucionais, pública ou privada, divergiam-se - podendo influenciar no modo e nas condições sob as quais o trabalho era realizado pelas profissionais - e cujo trabalho das assistentes sociais se orientava por vieses ético-políticos distintos, expressando diferentes projetos profissionais.

A inserção nestes campos de estágio, que propiciaram a observância de alteridades no tocante ao trabalho profissional em empresas, elevou a pretensão em aprofundar o conhecimento sobre este objeto de estudo. Fosse na natureza institucional distinta das empresas, fosse no projeto profissional de orientação das assistentes sociais que nelas trabalhavam ou fosse no lugar ocupado pelo Serviço Social nas empresas, a observação de distinções conformou o cerne da motivação em aprofundar o conhecimento sobre o trabalho profissional em empresas.

Na época da realização da monografia, pretendia-se conhecer o trabalho dos/das assistentes sociais em empresas respondendo ao seguinte questionamento: como é o trabalho profissional em empresas de Juiz de Fora na atualidade? Contudo, tendo em vista a inviabilidade em responder indagação de tamanha abrangência e complexidade, naquele momento, foi realizado estudo sobre o trabalho profissional em empresa centrado no debate das estratégias e táticas de intervenção que poderiam incidir sobre a questão do uso, abuso e dependência de substâncias psicoativas na empresa pública de saneamento municipal, visto ser este o local de realização de estágio no momento de construção do trabalho de conclusão de curso de graduação. Nesta monografia, buscou-se conhecer quais eram as principais estratégias e táticas construídas pelas assistentes sociais para intervir sobre a demanda de uso de entorpecentes entre trabalhadores, dada sua recorrência na empresa. Assim sendo, o trabalho se

debruçou sobre um aspecto muito específico do trabalho profissional em empresas e não se propôs a conhecê-lo em sua totalidade¹¹.

Ao ingressar no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFJF, o interesse por estudar o trabalho dos/das assistentes sociais em empresas se elevou diante dos questionamentos que emergiram em espaços de discussões e debates acadêmicos propiciados pelas disciplinas realizadas no primeiro ano do mestrado, entre abril de 2016 e janeiro de 2017; pela realização do estágio de docência entre julho de 2016 e julho de 2017 na disciplina Trabalho e Serviço Social, e pela participação no Grupo de Estudos e Pesquisas dos Fundamentos do Serviço Social (GEPEFSS) entre julho de 2016 e dezembro de 2017.

Chegado o momento de escolha do tema de pesquisa da dissertação de mestrado e de indicação do/da orientador/a, foi preciso eleger entre aprofundar a investigação sobre o trabalho dos/das assistentes sociais em empresas relativo à questão da utilização de substâncias psicoativas – tema já abordado na monografia – ou priorizar o estudo do Serviço Social neste espaço sócio ocupacional de modo mais amplo e não apenas sobre uma demanda específica. Após momentos de reflexão, foi feita a predileção pela segunda alternativa.

No âmbito das orientações para construção do projeto de qualificação, foi discutido sobre qual seria o enfoque dado à pesquisa que se desenvolveria, posto que o trabalho profissional em empresas pode ser estudado sob diferentes nuances. Ao longo dos debates realizados nas orientações, foi feita a escolha pela realização de uma pesquisa que objetivasse analisar as concepções de profissão orientadoras do trabalho dos/das assistentes sociais em empresas. A pesquisa foi realizada através da análise das monografias produzidas entre 1961 e 2016 que tiveram o trabalho profissional em empresas como objeto de estudo.

Partimos da premissa de que o trabalho profissional em empresas – expresso nas monografias que se propuseram a tê-lo como objeto de estudo - se metamorfoseia a partir de mudanças endógenas e exógenas ao Serviço Social que se expressam em diferentes concepções de profissão em cada contexto histórico. Sob este entendimento, apresentamos, nesta introdução, a exposição do trajeto metodológico percorrido para alcance do objetivo.

A princípio, julgamos ser imprescindível destacar que

É, sem dúvida, necessário distinguir o método de exposição formalmente do método de pesquisa. A pesquisa tem de captar detalhadamente a matéria, analisar as suas várias formas de evolução e rastrear sua conexão íntima. Só

¹¹ A referida monografia, intitulada *Uso, abuso e dependência de substâncias psicoativas em empresas: estratégias e táticas de intervenção profissional*, será um dos trabalhos analisados nesta dissertação na seção III.

depois de concluído este trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento do real (MARX, 1983 *apud*. ESCORSIM NETTO, 2011, p. 35).

Na direção da assertiva, ratificamos que nesta introdução apresentamos, a princípio, a metodologia utilizada na investigação para, em seguida, expormos a maneira como os resultados com ela obtidos são apresentados nesta dissertação.

O procedimento metodológico fundamentou-se em pesquisa bibliográfica e se orientou para análise qualitativa dos dados encontrados durante a investigação, pois avaliamos que este tipo de análise seria mais eficaz frente ao objeto e ao objetivo da investigação. Contudo, a predileção pelo estudo qualitativo não significa que as pesquisas quantitativas não possam trazer dados importantes e aprofundados sobre determinado objeto de pesquisa, mas para esta dissertação, o estudo qualitativo se colocou como mais adequado para alcance dos escopos estabelecido.

No âmbito das pesquisas qualitativas, o uso de bibliografia como fonte para análise do objeto de estudo se constitui como uma importante forma de conhecimento, visto que permite a apreensão de conteúdos de diferentes produções intelectuais construídas em distintos contextos históricos. As pesquisas bibliográficas não se confundem com pesquisa documental. Por essa razão, é preciso que façamos distinção, pois ambas

têm o documento como objeto de investigação. (...) **a pesquisa bibliográfica é uma modalidade de estudo e análise de documentos de domínio científico tais como livros, periódicos, enciclopédias, ensaios críticos, dicionários e artigos científicos.** (...) A pesquisa documental é muito próxima da pesquisa bibliográfica. O elemento diferenciador está na natureza das fontes: a pesquisa bibliográfica remete para as contribuições de diferentes autores sobre o tema, atentando para as fontes secundárias, enquanto a pesquisa documental recorre a materiais que ainda não receberam tratamento analítico, ou seja, as fontes primárias. Essa é a principal diferença entre a pesquisa documental e pesquisa bibliográfica (ALMEIDA; GUINDANI; SÁ-SILVA, 2009, p. 5 et. seq., grifo nosso).

Corroborando com este apontamento, construímos a investigação, cujos resultados apresentamos nesta dissertação, através de pesquisa bibliográfica. Na medida em que foi feita a seleção por um estudo que contempla um grande espaço de tempo – precisamente, 55 anos -, quando refletimos sobre como seria possível apreender o objeto de estudo neste lapso temporal tendo por base o movimento do real, consideramos que a análise de bibliografias, como monografias cujo trabalho dos/das assistentes sociais em empresas tenha sido objeto de estudo,

seria uma forma que poderia possibilitar o alcance do objetivo traçado, pois são registros que trazem a possibilidade de analisar, no âmbito da formação acadêmico-profissional, as concepções de profissão orientadoras do trabalho profissional em empresas desde a diplomação da primeira turma de assistentes sociais em Juiz de Fora/MG. Assim sendo, as monografias produzidas no âmbito da graduação em Serviço Social entre 1961 e 2016 em Juiz de Fora/MG que tiveram como objeto o trabalho dos/das assistentes sociais em empresas conformaram o arsenal bibliográfico utilizado na pesquisa.

O estudo das monografias se dividiu em três momentos principais. Primeiramente, foi feito um levantamento quantitativo dos TCCs sobre empresas registrados na Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. Em consulta virtual ao acervo da biblioteca da FSS/UFJF (SIGA, 2017)¹², foram pesquisadas, na área relativa a monografias, palavras-chaves que se vinculavam ao objeto de estudo no sentido de encontrar o maior número possível de produções. Tendo em vista esta finalidade, foram encontrados os seguintes termos: empresa, empresarial, indústria, industrial, fábrica, fabril, companhia, recursos humanos, responsabilidade social, sustentabilidade e saúde do trabalhador. Esta pesquisa *online* ofereceu quarenta e três (43) monografias (anexo 1).

Feito este levantamento prévio, buscamos a biblioteca para termos acesso aos trabalhos. Recebemos a informação de que aqueles produzidos antes de 1990 não se encontravam disponíveis para empréstimo imediato, pois estavam no arquivo da FSS e não na biblioteca. De acordo com funcionários da faculdade, o arquivo estava em condições de organização muito ruins e, por essa razão, só pudemos acessá-lo em fins de outubro de 2017. Neste acesso, além dos quarenta e dois trabalhos já encontrados através da pesquisa virtual no SIGA, localizamos outros dois cujos títulos despertaram a atenção, de modo que foram emprestados para a pesquisa (anexo 1, itens 1 e 11), totalizando quarenta e cinco monografias (45). Os TCCs posteriores a 1990 se encontravam na biblioteca, o que fez com que nosso acesso a eles fosse mais fácil, pois dependeu apenas dos procedimentos próprios do SIGA, cujos critérios para empréstimo são simples¹³.

¹² A consulta ao acervo da Biblioteca da UFJF pode ser feita através do site do SIGA – Sistema Integrado de Gestão Acadêmica, plataforma online cujo acesso somente pode ser feito por docentes, discentes e TAEs (Técnicos Administrativos em Educação) mediante registro de *login* e senha pessoal.

¹³ No acesso ao SIGA e ao arquivo não encontramos dados quantitativos que revelassem o total de monografias existentes na FSS. Deste modo, não sabemos precisar qual a porcentagem representada pelas 45 monografias sobre empresas dentro do universo de TCCs existentes.

O segundo momento consistiu na seleção das monografias cujos objetos de estudo se aproximavam do nosso. Para tal, fizemos a leitura dos resumos de cada uma das monografias¹⁴ e selecionamos vinte e nove (29) que se debruçavam sobre o trabalho profissional em empresas para utilizarmos como fonte de análise. Nesta leitura, buscamos identificar quais tratavam exclusivamente do trabalho do/da assistente social em empresas, pois algumas tinham na empresa seu objeto de estudo, mas sem enfoque no trabalho profissional. Sendo assim, apesar das demais monografias terem componentes muito interessantes que tangenciam a área empresarial – como movimento sindical, questão ambiental e saúde do trabalhador, por exemplo – optamos por não as utilizar tendo em vista que nosso objetivo, desde o momento de definição do objeto de pesquisa, foi analisar as concepções de profissão orientadoras do trabalho dos/das assistentes sociais em empresas expressas na formação acadêmico-profissional de Serviço Social em Juiz de Fora de 1961 a 2016 e, diante disso, optamos por fazer a análise qualificada daquelas que deram centralidade ao trabalho profissional nas empresas.

Optamos também por selecionar monografias produzidas exclusivamente no âmbito da graduação – excetuando trabalhos produzidos em pós-graduações *latu sensu* e *stricto sensu*, pois procuramos conhecer as concepções orientadoras do trabalho profissional em empresas sob a perspectiva de sujeitos inseridos na primeira etapa do processo de formação.

Na medida em que tivemos acesso aos TCCs, o que ocorreu de forma gradual, demos início ao terceiro momento da pesquisa: o processo de leitura das monografias e de levantamento dos dados para analisa-las. Como nosso objetivo se relacionava à análise das concepções de profissão orientadoras do trabalho profissional em empresas através do conteúdo das monografias, consideramos importante conhecer aspectos concernentes a este trabalho presentes nos TCCs que estudaram o trabalho dos/das assistentes sociais em empresas. Nessa direção, na leitura de cada uma, procuramos identificar, segundo a perspectiva de suas autoras, aspectos que se relacionavam ao trabalho profissional nesta área. Para tal, elaboramos um roteiro para análise das monografias – que será seguido na apresentação dos resultados aqui registrados - que se propôs a identificar os seguintes elementos que se relacionam ao trabalho profissional em empresa:

- Definições e objetivos das empresas.
- Concepção e objetivos do Serviço Social em empresas.

¹⁴ Exceto da monografia intitulada *Realizações do Serviço Social na Companhia de Fiação e Tecelagem Industrial Mineira*, escrita em 1962, visto que não foi localizada no arquivo da FSS.

- Requisições institucionais.
- Respostas profissionais.
- Projeto profissional de orientação do trabalho dos/das assistentes sociais em empresas, expresso nas concepções teórica, técnica e política da profissão.

Através deste roteiro, foi possível analisar as concepções de profissão orientadoras do trabalho profissional em empresas, conforme será possível observar no decorrer desta dissertação.

Antes de apresentarmos as seções que compõem esta dissertação, consideramos ímpar expor algumas concepções sobre o termo “empresa” para situar o/a leitor/a, haja vista que, no âmbito dos estudos realizados para construção deste trabalho, observamos a aparição do referido termo em várias produções intelectuais que compõem o referencial bibliográfico deste trabalho. Por vezes, visualizamos a presença de palavras correlatas empregadas como sinônimo de empresa, como indústria e fábrica, por exemplo. Desse modo, faz-se basilar que apresentemos algumas definições a título de esclarecimento.

Inicialmente, em uma dissertação que teve como objeto o trabalho profissional em empresas, é fulcral pontuar que nossa análise foi orientada pela definição de empresa colocada por Mota (2008, p. 53-54, grifo nosso) que delibera que

A empresa é conceituada como uma instituição cujo objetivo é gerenciar capital e trabalho na produção de bens e serviços que se transformam em mercadorias. Através deste gerenciamento, ela assegura a valorização do capital, acumulando-o e reproduzindo-o e tendo na produção da mais-valia um instrumento para obtenção de lucros. Insere-se, pois, numa totalidade histórica, o modo de produção capitalista, cuja existência e realização é permeada de pactos de natureza econômica, política, social e ideológica.

Esta definição de empresa foi norteadora das reflexões presentes neste trabalho visto que, no mesmo sentido do apontamento de Mota (2008), entendemos empresa enquanto instituição cujo objetivo fim é a obtenção de lucros – pela produção de mais-valia - através do gerenciamento de capital e trabalho. Desse modo, nossa compreensão de empresa tem como base concreta a compreensão do modo de produção capitalista sob uma perspectiva de totalidade.

Contudo, é preciso esclarecer que não há unanimidade na definição do que seja uma empresa, haja vista que as distintas áreas de conhecimento buscam apresentar definições

concernentes ao campo de estudos que lhes é pertinente¹⁵. No campo do Serviço Social, tendo em vista a concepção de Serviço Social que nos orienta, afinada ao Projeto Ético-Político hegemônico na categoria, a definição de empresa posta por Mota (2008) nos é satisfatória. Porém, isto não significa que não existam outros estudos que tenham procurado, ao longo da trajetória da profissão no Brasil, definir o termo empresa. Conforme se observará no decorrer desta dissertação, distintas definições já se fizeram presentes na história profissional, como as esboçadas pelos grupos GESSOT e Meta. O que se almeja com este esclarecimento é salientar que as concepções de empresa podem possuir diversas distinções dentro do mesmo campo profissional.

Para além das divergências de definições do termo empresa, estas instituições podem diferenciar-se, ainda, em termos de natureza, tipos, objetivos, nacionalidade, porte e funções. Assim, observa-se que, em termos de natureza, as empresas dividem-se, principalmente, entre públicas e privadas. Segundo Xavier (2000) a empresa pública se caracteriza como uma entidade de Direito que possui maioria de seu capital proveniente de recursos da União em âmbito federal, estadual ou municipal. Já as empresas privadas, caracterizam-se por possuir capital privado advindo de sujeitos de direito particular, em sua maioria. Há ainda as denominadas empresas público-privadas, que têm seus recursos originados tanto do Estado quanto de sujeitos particulares. A depender da natureza de uma determinada empresa, diferenças importantes podem ser observadas. Nesta direção, vê-se que

Uma característica distinta entre as organizações está relacionada com os recursos humanos. Na organização pública há os concursos públicos, plano de carreira e cargos de confiança que mudam a cada gestão; já na organização privada, a permanência de funcionários se dá até que os dirigentes decidam se eles ficam ou não, há predominância de competitividade entre as pessoas. (...). A distinção entre os tipos de organização é latente, a organização privada tem como medida de eficiência, o lucro e a pública, a eficiência de seus serviços prestados à população (ANDRADE et. al., 2012, p. 4).

Em geral, nas empresas privadas brasileiras, os funcionários são regidos pela CLT e fazem jus aos direitos que nela se encontram. Contudo, são mais suscetíveis a demissões visto que no âmbito privado não há a prerrogativa da estabilidade profissional. Já nas empresas

¹⁵ No âmbito do Direito, por exemplo, as empresas podem ser definidas como pessoa jurídica, ou seja, como “entidade constituída por homens e bens, com direitos, obrigações e patrimônio próprios. Podem ser de direito público externo (outras nações e organismos internacionais) ou interno (a União, os Estados, Municípios), ou de direito privado (sociedades civis, associações, sociedades de economia mista, empresas públicas, serviços sociais autônomos, partidos políticos, fundações privadas entre outras)” (FIGUEIREDO, s.d., p. 1). Cabe ressaltar que esta não é a única definição de empresa que se coloca no âmbito jurídico, visto que mesmo no interior de uma determinada área de conhecimento, diferenças são observáveis.

públicas, na maioria das vezes os trabalhadores são incorporados através de concursos públicos – salvo cargos de confiança – e podem ser regidos ou pela CLT ou serem estatutários. A demissão nas empresas públicas costuma ser mais dificultada, pois, muitas vezes, é preciso que se abra processo administrativo para que determinado funcionário possa ser destituído de seu cargo. Desse modo, há maior estabilidade no emprego na esfera pública. Consideramos que estas diferenças que se colocam em termos de estabilidade podem imputar posturas profissionais distintas nos espaços empresariais. Assim, compreendemos que o trabalho de assistentes sociais pode ocorrer de modo diferenciado a depender da natureza empresarial, pois, nos espaços em que o risco de demissão é maior, é possível que haja maiores dificuldades de enfrentamento caso os assistentes sociais direcionam-se por objetivos profissionais distintos dos institucionais¹⁶.

Segundo Galves (2004), as empresas podem se dividir, segundo o que produzem, nos seguintes tipos: empresa rural, empresa artesanal, empresa manufatureira, empresa industrial, empresa de serviços e empresa comercial.

A empresa rural se dedica à exploração da agricultura ou da pecuária; no Brasil, conforme apontaremos, há registros da existência deste tipo de empresa desde o período colonial sob a denominação “indústria agrícola” (HEES, 2011).

A empresa artesanal caracteriza-se por ser um tipo de produção que busca transformar matérias-primas em mercadorias através de trabalho manual sem a utilização de grandes aparatos tecnológicos, como maquinário. Na produção artesanal, em geral, o produtor (artesão) não é destituído dos meios de produção e todas as etapas do processo produtivo costumam ser realizadas pela mesma pessoa.

A empresa manufatureira pode ser compreendida como protoforma da empresa industrial. É caracterizada por uma forma de produção de mercadorias que utiliza técnicas artesanais, como o trabalho manual, mas que apresenta organização do trabalho de forma mais complexa do que o artesanato, pois nela, já se observa divisão do processo de trabalho em etapas.

A empresa industrial se caracteriza pela transformação de matérias primas em mercadorias, pela substituição do trabalho manual pelo maquinário e pela separação do produtor direto dos meios de produção. A empresa industrial se expande com o advento da

¹⁶ Embora isto não signifique que o trabalho em um espaço privado condicione os/as assistentes sociais a, necessariamente, assumirem direcionamentos conservadores; de modo semelhante, o trabalho em espaços públicos nem sempre se traduz em posicionamentos profissionais consoantes ao projeto de profissão atualmente hegemônico.

Revolução Industrial no século XIX e altera completamente a forma de produção de mercadorias e de exploração do trabalho, pois “na manufatura e no artesanato, o trabalhador utiliza a ferramenta; na fábrica, ele é um servo da máquina” (MARX, 2013, s.p.). O surgimento das empresas industriais engendra novas classes sociais – capital e trabalho – e contribui para o desenvolvimento do modo de produção capitalista (Cf. MARX, 2013). As empresas industriais são comumente denominadas indústrias ou fábricas e, por vezes, utilizamos nesta dissertação estas terminologias devido ao fato da maioria das monografias analisadas terem se debruçado sobre o estudo de trabalho profissional em empresas industriais. No Brasil, a expansão de empresas industriais data da década de 1930, conforme será abordado na seção I.

Diferentemente das empresas industriais, as empresas de serviços caracterizam-se não pela produção de mercadorias, mas pela prestação de serviços à população, como transporte, saneamento e saúde, por exemplo.

Já as empresas comerciais têm como caractere a intermediação entre os produtores – agrícolas, pecuários, industriais e de serviços – e os consumidores. São consideradas empresas comerciais aquelas que têm seu cerne na venda de mercadorias e não na produção, como os supermercados.

O município de Juiz de Fora, lócus da presente dissertação, possui um histórico de pioneirismo industrial (GIROLETTI, 1988; JACOMETTI, 2009). Contudo, na atualidade, segundo o IBGE (2014) predominam na cidade as empresas comerciais e de serviços¹⁷.

Galves (2004) aponta que as empresas podem se diferenciar, ainda, segundo os objetivos que possuem. As empresas cooperativas, por exemplo, se caracterizam enquanto associação de pessoas que não têm como finalidade o lucro, mas sim a repartição igualitária dos resultados da produção entre os associados. Já as empresas capitalistas, têm como finalidade exclusiva o lucro (GALVES, 2004). Nestas, segundo os estudos marxianos, a riqueza produzida pelos trabalhadores – que vendem sua força de trabalho em troca de um salário - é apropriada privadamente pelos capitalistas, detentores dos meios de produção (Cf. MARX, 2013). Nas monografias analisadas, observamos que o trabalho dos/das assistentes sociais se realizou majoritariamente em empresas capitalistas.

¹⁷ Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia Aplicada (IBGE), em 2014 Juiz de Fora possuía 21.536 unidades empresarias, ocupando o terceiro lugar no *rankig* estadual de cidades com maior quantidade de empresas e trigésimo no nacional, o que representa uma posição significativa tendo em vista que o ranking possui 5.570 cidades brasileiras (IBGE, 2014). Os dados não indicam se as empresas são públicas ou privadas nem quais são suas principais atividades, mas apontam que dentre o número de habitantes, estimado em 559.636, 147.192 trabalham em empresas sob regime assalariado, o que representa cerca de 26% da população total (IBGE, 2014).

As empresas também podem se distinguir em termos de nacionalidade, podendo ser do tipo nacional ou multinacional. Segundo Galves (2004), as nacionais são caracterizadas por terem sede no país de origem ou por serem pertencentes a cidadãos do país e, as multinacionais, são caracterizadas por possuírem atividades econômicas em vários países. No Brasil, data da década de 1950 a entrada de multinacionais no país (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014).

Em termos de porte, o SEBRAE (2013, p. 17) estabelece critérios para a tipificação de empresas segundo sua quantidade de funcionários. As empresas industriais são classificadas da seguinte forma: microempresas (até 19 funcionários), empresa de pequeno porte (de 20 a 99 funcionários), empresa de médio porte (de 100 a 499 funcionários) e grandes empresas (500 ou mais funcionários). Já as empresas comerciais, classificam-se desta maneira: microempresas (até 9 funcionários), empresa de pequeno porte (de 10 a 49 funcionários), empresa de médio porte (de 50 a 99 funcionários) e grandes empresas (100 ou mais funcionários).

Por fim, neste momento inicial de esclarecimentos e definições, pontuamos que as empresas também podem ser definidas segundo suas funções. Com base em Galves (2004), destacamos as funções econômica e social. A função econômica refere-se à rentabilidade da empresa e engloba os empreendimentos necessários para que os ganhos e lucros empresariais se elevem cada vez mais. Esta função, indispensável às empresas capitalistas, exige o emprego de funcionários como contabilistas, economistas, administradores e advogados, por exemplo. Já a função social relaciona-se ao atendimento das demandas tanto dos consumidores – através da oferta de produtos e serviços a eles necessários – quando dos trabalhadores – através do acolhimento das necessidades que colocam para manutenção da força de trabalho, como alimentação, saúde e moradia, por exemplo. Esta função requer a presença de funcionários como psicólogos, médicos e assistentes sociais, por exemplo.

Até meados dos anos 1940, muitas empresas preocupavam-se, prioritariamente, com a função econômica. Após 1945, momento em que a preocupação do empresariado brasileiro com os trabalhadores se expande (CARVALHO, 1980) diante da necessidade que se coloca para as empresas de reprodução material e espiritual e de controle ideocultural da classe trabalhadora, observa-se o início da incorporação da função social em empresas no país. É para trabalhar com esta função que os/as assistentes sociais são contratados nas empresas brasileiras.

Neste momento inicial da dissertação, cabe ressaltar que, independente das diferenças que possam existir entre empresas e que foram até aqui elencadas a título de esclarecimento, a requisição institucional para o Serviço Social relacionar-se-á, nas distintas décadas estudadas no processo de pesquisa, ao atendimento da necessidade do empresariado de manter a classe

trabalhadora controlada, seja através da instituição de benefícios sociais para sua reprodução material, seja através da realização de trabalhos educativos com finalidades disciplinadoras e de controle ideológico, conforme explicitaremos no decorrer da dissertação. O que se observa ao longo das décadas, é que a requisição profissional para o Serviço Social não se altera visceralmente, mas a profissão busca ressignificar seu trabalho nas empresas passando, a partir de meados dos anos 1970, na construção de suas respostas profissionais, a não priorizar somente o atendimento das demandas institucionais, mas, principalmente, se direcionar no sentido da defesa das necessidades da classe trabalhadora.

Quanto ao modo de estruturação da dissertação, pontuamos que esta foi dividida em três seções. Na primeira seção – intitulada *O mundo do trabalho: do desenvolvimento industrial brasileiro à reestruturação produtiva* – abordamos elementos necessários à contextualização do trabalho dos/das assistentes sociais em empresas na realidade, como as transformações ocorridas no mundo do trabalho no lapso temporal que abrange as monografias analisadas (1961-2016). Enfatizamos dados concernentes à realidade brasileira, apontando elementos relativos às empresas desde a industrialização até a reestruturação produtiva. Sendo Juiz de Fora o *locu* da pesquisa, é mister que conheçamos suas singularidades. Nesta direção, recapitulamos parte da história da cidade com ênfase em seu vanguardismo industrial, pois o processo de industrialização local ocorreu de modo antecipado se comparado a demais cidades brasileiras de grande expressão econômica, como Rio de Janeiro e São Paulo (GIROLETTI, 1985; JACOMETTI, 2009). Apresentamos as singularidades deste processo em Juiz de Fora visto que o surgimento da Escola de Serviço Social em 1958 a ele se relaciona, conforme será evidenciado no decorrer da dissertação.

Na segunda seção - intitulada *O Serviço Social em empresas no Brasil: das origens à construção de um novo projeto profissional* – abordamos questões concernentes ao trabalho dos/das assistentes sociais em empresas desde suas protoformas nos anos 1930 até os anos 2000. Nesta seção, buscou-se evidenciar, através do resgate de produções intelectuais da categoria sobre Serviço Social em empresas, como o trabalho profissional neste espaço sócio ocupacional se modifica em decorrência das transformações ocorridas no mundo do trabalho. Apontamos, ainda, transformações ocorridas no interior do Serviço Social que impactaram o trabalho profissional em empresas.

Na terceira seção – intitulada *Da herança conservadora à construção de uma nova concepção orientadora do trabalho dos/das assistentes sociais em empresas* – apresentamos o resultado da análise das vinte e nove (29) monografias separado em cada década que

compreende o período selecionado (1961-2016), pois observamos que em cada decênio o trabalho dos/das assistentes sociais orientou-se por distintas concepções de profissão, que se expressam nos TCCs de cada período. Assim, esta seção comporta cinco itens - 3.1, 3.2, 3.3, 3.4 e 3.5 - de maneira que cada um deles corresponde, respectivamente, à análise dos trabalhos dos anos 1960, 1970, 1980, 1990 e 2000. Tendo em vista que todas as monografias foram produzidas no âmbito da formação acadêmico-profissional em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, introduzimos a seção III resgatando dados da gênese da Escola de Serviço Social local com a finalidade de situar o cenário de construção das monografias.

Realizada a exposição da maneira como apresentamos os resultados da pesquisa, consideramos ímpar pontuar que embora tenhamos separado a análise das monografias por décadas na seção III - tendo em vista a observância de que o trabalho profissional em empresas se orientou por distintas concepções de profissão em cada um dos períodos selecionados -,

O objetivo de relacionar os espaços e formas de trabalho com os marcos históricos é apenas o de assinalar tendências que se constituem, evoluem, consolidam e se transformam primordialmente em determinados momentos, condicionadas por conjunturas político-econômicas e culturais da profissão, das instituições e do País. Dessa forma, **o destaque de um determinado traço não implica o seu surgimento abrupto nem muito menos a sua exclusividade, assim também como o seu término após o período de dominância. (...). As abordagens destacadas, por sua vez, também sofrem mutações e correspondem a movimentos complexos, nos quais influências e traços diversos se mesclam e se alternam (...).** Além de mutáveis, essas abordagens também são provisórias e contraditórias em alguns elementos presentes ou latentes, podendo assumir, ou não, a centralidade, ou ainda reassumi-la em outro momento, em função de outras condições dominantes (FREIRE, 2010, p. 69, grifo nosso).

Tomando por base o contido nos grifos de Freire (2010) e finalizado o momento de apresentação dos resultados da pesquisa buscou-se, nas considerações finais, destacar as distintas concepções de profissão orientadoras do trabalho profissional em empresas presentes nas monografias da FSS/UFJF, desde a graduação de sua primeira turma em 1961 até 2016, identificando as mudanças verificadas no lapso temporal selecionado e indicando caminhos para a continuidade e qualificação deste debate na categoria profissional.

Uma pesquisa realizada através da análise de monografias requer especial cuidado, pois o conteúdo nelas presente retrata o olhar de outrem sobre determinado aspecto da realidade. Assim sendo, é preciso ter atenção na tratativa das informações no sentido de compreender que elas apregoam a projeção sobre o real de um sujeito determinado pelo tempo histórico,

possuindo conteúdos valorativos e expressando perspectivas que, não necessariamente, correspondem aos eventos da realidade de modo fidedigno ou indicam o ponto de vista do investigador.

O que almejamos elucidar é que, na escolha de monografias como fonte de pesquisa, o que é possível ao pesquisador é construir uma interpretação baseada em outras pretéritas e não isentas de neutralidade e, nesse sentido, o processo analítico deve ser tratado com muito zelo para que não incorramos no equívoco de proferir juízos de valor que desconsiderem que cada monografia, ao ser produzida em determinado momento histórico, expressa diferentes valores e projetos profissionais, que podem ou não corresponder à conjuntura em que foram escritas e ao senso hegemônico naquele momento. Ademais, é preciso considerar que o conteúdo das monografias, além de expressar o olhar das autoras sobre o real, é influenciado também pelo discurso e pelas perspectivas dos/das orientadores/as de TCC e pela própria orientação do curso de Serviço Social em cada momento histórico. Assim, a construção dos trabalhos que analisamos é resultado de um conjunto de múltiplas influências externas e internas ao Serviço Social. Frente a esta disposição, é ímpar entender que

(...) a reconstrução analítica do processo efetivo da constituição e do evoluir do Serviço Social operar-se-á a partir de um estágio do seu desenvolvimento em que tendências contidas em sua gênese e em momentos anteriores do movimento da profissão já se explicitaram plenamente e/ou se atrofiaram; por isso, **o pesquisador situar-se-á num patamar que lhe oferece a vantagem de poder identificar com clareza as tendências mais estruturais – e sabemos (...) que são os estágios de maior desenvolvimento (mais complexos) que esclarecem os de desenvolvimento mais incipiente** (NETTO, 2016, p. 60, grifo nosso).

Na direção desta assertiva, reafirmamos a importância do cuidado na análise dos dados das monografias, visto que compreendamos que nos encontramos em um estágio de desenvolvimento da profissão diferente daquele que se apresentava nas décadas em que as monografias, principalmente as menos recentes, foram escritas. Sendo assim, se corroboramos com Netto (2016), compreendemos a favorabilidade de estarmos situadas em momento histórico em que a profissão já se desenvolveu e se consolidou no Brasil, o que possibilita maior esclarecimento dos momentos anteriores.

Contudo, não podemos olvidar o fato de que, embora tenhamos condições mais facilitadas de conhecer os momentos que antecedem a contemporaneidade, isto não significa que não estejamos condicionadas às múltiplas determinações da realidade que se colocam no tempo histórico presente: é sob ela e seus condicionantes que a pesquisa se desenvolveu.

Portanto, no sentido da citação de Marx (2007), que abre esta introdução, compreendemos que, assim como as autoras das monografias que estudamos, também estamos sujeitas a condições históricas externas a nós que possibilitam e influenciam a construção desta dissertação tal como ela se apresenta. Assim sendo, ressaltamos que embora busquemos objetividade no trato de nosso objeto de estudo, não há neutralidade e/ou imparcialidade nas reflexões aqui apresentadas, dado que elas estão calcadas nos princípios e valores atualmente hegemônicos na profissão e nas condições históricas com que nos defrontamos.

É impar que ressaltemos, ainda, que os resultados da pesquisa que ora apresentamos na presente dissertação se constitui como uma reconstrução analítica de um processo histórico e não apenas como um resgate de memórias, conforme nos esclarece Netto (2016, p. 52) ao abordar que a história do Serviço Social brasileiro,

(...) como toda história, não pode ser reduzida, confundida e/ou identificada à *memória* (melhor: às memórias) que se tem dela.

Essa memória, realmente, *não é* o fundamento sobre o qual se deve assentar o procedimento qualificado para desvendar e trazer à luz o processo histórico efetivo: a memória (individual e coletiva, aquela dos sujeitos singulares e aquela de categorias profissionais, grupos e classes sociais) é parte constitutiva da história profissional e incide sobre ela; mas a memória não se elabora a partir de parâmetros lógicos e racionais: é uma reconstrução ideal que recupera *vivências* (...) não necessariamente filtradas intelectiva e analiticamente. Há memórias distintas, e até colidentes, dos mesmos eventos e processos históricos. Ora, a *reconstrução analítica* – suposto da reprodução teórica – do processo histórico efetivo, na pesquisa da sua gênese e do seu desenvolvimento para alcançar o seu conhecimento verdadeiro, demanda operações e procedimentos específicos e rigorosos (...).

O processo de construção desta dissertação de mestrado, planejada e redigida no período que abarca os anos de 2016 a 2018, se inscreve em um contexto de importantes celebrações para o Serviço Social brasileiro: a comemoração de seus 80 anos de existência no Brasil em 2016, dos 25 anos do Código de Ética Profissional de 1993 em 2018 e dos 60 anos da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora também em 2018. Nesta direção, a reconstrução analítica de um processo histórico que buscamos fazer nesta investigação pretendeu se relacionar a esse momento comemorativo na medida em que buscou recordar elementos da trajetória da profissão no Brasil e em Juiz de Fora no tocante às empresas, evidenciando, com isso, traços da própria história da profissão.

Almejamos que esta dissertação possa contribuir com a categoria profissional de modo a suscitar novas reflexões e produções intelectuais no campo acadêmico-profissional,

anexando-se ao já existente aporte para conhecimento do trabalho dos/das assistentes sociais em empresas. Nos valendo da analogia de Netto (2016, p. 71-72), finalizamos esta introdução sinalizando que

(...) como se estivéssemos num veículo em movimento, há pelo menos dois modos de celebrar o octogésimo aniversário do Serviço Social brasileiro (...): mirando pelo retrovisor ou procurando vislumbrar o que à frente se situa.

No primeiro modo, contabilizam-se os ganhos e as conquistas realizadas, louvam-se as jornadas percorridas, lembram-se os obstáculos superados, recordam-se as instituições mais expressivas, evocam-se os companheiros mais ilustres e conclui-se com um olhar altaneiro sobre o presente, avaliado positivamente (...). No segundo modo, o retrovisor não deixa de existir, mas é apenas meio suplementar para partir do ganho e do conquistado no intento de identificar, em face do presente, as alternativas possíveis e desejáveis do futuro (...). São modos diferentes, ambos legítimos.

(...) na história do Serviço Social, o amanhã deve contar mais que o ontem – este, não podemos modifica-lo, mas aquele pode ser transformado pelo que fizermos hoje.

Se aqui buscamos conhecer o passado, é para que novos frutos possam ser construídos no devir. Apresentada a introdução desta dissertação, passamos à exposição dos resultados obtidos no processo de investigação.

I – O MUNDO DO TRABALHO: DO DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL BRASILEIRO À FLEXIBILIZAÇÃO DO TRABALHO

Tendo em vista que a pesquisa, cujos resultados são apresentados nesta dissertação, teve como objeto o trabalho dos/das assistentes sociais em empresas, para além do conhecimento das definições, funções e tipos de empresa esboçado na introdução desta dissertação, consideramos que conhecer a realidade social é imprescindível para situação do objeto de estudo na concretude. Desse modo, esta seção tem por objetivo situar o contexto histórico em que o trabalho profissional em empresas emerge e se desenvolve no Brasil, marcado por profundas mudanças no mundo do trabalho. Sendo Juiz de Fora o cenário da pesquisa, apresentaremos dados relativos à realidade empresarial do município, com ênfase em seu processo de industrialização.

1.1) Desenvolvimento empresarial brasileiro: da colonização à industrialização

Para conhecermos o evoluir do desenvolvimento empresarial brasileiro, a princípio, é importante pontuarmos que a existência de empresas no Brasil é antecedente à entrada do modo de produção capitalista no país e se faz presente de forma rudimentar desde o período da colonização, vinculando-se ao desenvolvimento do capital internacional. Assim sendo, é preciso compreender que o desenvolvimento histórico, econômico e social do Brasil tem relação direta com o processo de expansão mercantilista europeu, que levou à colonização de diversas áreas continentais. Segundo Furtado (1987, p. 5-6)

A ocupação econômica das terras americanas constitui um episódio da expansão comercial da Europa. (...). O comércio interno europeu, em intenso crescimento a partir do século XI, havia alcançado um elevado grau de desenvolvimento no século XV (...). A descoberta das terras americanas é, basicamente, um episódio dessa obra ingente.

A Colonização da América Latina, capitaneada por Portugal e Espanha, definiu os rumos da economia sul-americana e inseriu seus países na rota do mercantilismo de forma dependente, visto que nosso continente esteve orientado a produzir para sustentar o continente europeu em suas necessidades, em detrimento do consumo interno para suprimento das demandas locais.

Para Prado Jr. (1969), o sentido da colonização consistiu no fornecimento de itens tropicais ou minerais que eram de grande valia para o comércio europeu, sendo a produção e exportação destes a finalidade do processo de expansão da Europa e a base que estruturou toda a economia brasileira no período que compreende os séculos XVI ao XIX. Para que tal objetivo fosse alcançado, elementos como extensas propriedades de terra, trabalho escravo e monocultura (GREMAUD, SAES, JÚNIOR, 1997) foram basilares, compondo a denominada economia do tipo *plantation* (Cf. MARQUESE, 2006).

Desde o primeiro século de colonização brasileira, no qual Portugal protagonizou o domínio metropolitano, o açúcar foi o gênero de maior produção no território nacional, envolvendo o trabalho forçado tanto de indígenas quanto de negros escravizados trazidos do continente africano, compondo a mão-de-obra da produção colonial. Marquese (2006, s.p.) indica que

a Coroa portuguesa procurou estimular a construção de unidades açucareiras no Brasil desde a década de 1530. (...). Com atrelamento da produção brasileira aos centros mercantis do Norte da Europa e articulação do tráfico de escravos entre África e Brasil, tornou-se viável o arranque definitivo da indústria de açúcar escravista da América portuguesa, o que ocorreu entre 1580 e 1620 (...). Os primeiros escravos africanos começaram a ser importados em meados do século XVI (...). Após 1560, com a ocorrência de várias epidemias no litoral brasileiro (como sarampo e varíola), os escravos índios passaram a morrer em proporções alarmantes, o que exigia reposição constante da força de trabalho nos engenhos. Na década seguinte, em resposta à pressão dos jesuítas, a Coroa portuguesa promulgou leis que coíbiam de forma parcial a escravização de índios. Ao mesmo tempo, os portugueses aprimoravam o funcionamento do tráfico negreiro transatlântico (...). Os números do tráfico bem o demonstram: entre 1576 e 1600, desembarcaram em portos brasileiros cerca de 40 mil africanos escravizados; no quarto de século seguinte (1601-1625), esse volume mais que triplicou, passando para cerca de 150 mil os africanos aportados como escravos na América portuguesa, a maior parte deles destinada a trabalhos em canaviais e engenhos de açúcar.

Quijano (2005) reconstrói a trajetória da colonização ibérica na América Latina buscando enfatizar todo o esforço construído para o processo de dominação desde o começo da expansão europeia, que propiciou o grande crescimento de determinados centros capitalistas às custas de expropriações sem precedentes de outros territórios no globo.

Nesse processo, o componente racial foi basilar para que o domínio europeu pudesse se justificar desde o princípio da colonização, pois permitiu a estruturação de uma nova divisão do trabalho, que ancorada na noção de inferioridade negra preconizada pela intelectualidade

moderna hegemônica¹⁸, determinou que negros somente se encontravam aptos para o trabalho escravo, cabendo-lhes, assim, esta forma de exploração de mão-de-obra para produção das demandas metropolitanas. “ (...) desse modo, raça converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade” (QUIJANO, 2005, p. 118)¹⁹.

Nesta conjunção, a América Latina foi subjugada aos ditames europeus em suas expressões econômicas, políticas, culturais e sociais, de modo que

A incorporação de tão diversas e heterogêneas histórias culturais a um único mundo dominado pela Europa, significou para esse mundo uma configuração cultural, intelectual, em suma intersubjetiva, equivalente à articulação de todas as formas de controle do trabalho em torno do capital, para estabelecer o capitalismo mundial. Com efeito, todas as experiências, histórias, recursos e produtos culturais terminaram também articulados numa só ordem cultural global em torno da hegemonia europeia ou ocidental. Em outras palavras, como parte do novo padrão de poder mundial, a Europa também concentrou sob sua hegemonia o controle de todas as formas de controle da subjetividade, da cultura, e em especial do conhecimento, da produção do conhecimento (QUIJANO, 2005, p. 121, grifo nosso).

No período da colonização, o trabalho escravo deu sustentação para toda a estrutura econômica que se formava na América Latina, particularmente no Brasil, e contribuiu para a emergência da Europa enquanto centro econômico mundial que controlava demais territórios não apenas fisicamente, mas também cultural e ideologicamente.

Sob este controle metropolitano, o percurso da economia colonial brasileira ocorreu através de ciclos de produção que se organizavam de acordo com as necessidades dos países europeus, mais notadamente Portugal em que, uma vez esgotadas as possibilidades produtivas de determinado artigo, a produção de um novo se estabelecia a partir do ponto inicial em todo o território. Os ciclos do açúcar e da mineração aurífera e diamantina foram os principais no

¹⁸ Quijano (2005) indica que a escravidão negra foi justificada teoricamente por alguns pensadores europeus no período da modernidade.

¹⁹ O domínio puramente físico dos negros escravizados era insuficiente e a lógica de superioridade sobre as denominadas ‘raças inferiores’ precisou de bases intelectuais para sua alegação. Para tal, foi necessária a construção de toda uma racionalidade moderna que pudesse amparar a exploração europeia sobre a América Latina, de modo que as destruições e expropriações pudessem ser minimizadas através de explicações que naturalizavam o processo de colonização ao conceber a Europa como o continente cuja historiografia levaria naturalmente à dominação de outros territórios. Nesse sentido, Quijano (2005) nos elucida que o componente racial foi estratégico, pois na medida em que índios e, principalmente, negros foram submetidos a uma forma de exploração que se deu não só sobre seus corpos, mas também sobre sua cultura, a Europa pôde exercer seu domínio de forma total e tornou-se o centro do novo padrão de poder capitalista que se estabelecia.

país, sendo substituídos posteriormente pela produção cafeeira de modo expansivo no século XIX (GREMAUD; SAES; JÚNIOR, 1997).

Esta base da economia brasileira, vigente entre o século XVI e fins do XIX, condicionou o país a uma posição subordinada na rota econômica mundial, posto que não portava autonomia para decidir nem o que seria produzido nem o destino da produção, pois na condição de colônia, esteve subjugado em todo o tempo aos ditames da Coroa Portuguesa, de maneira que “o Brasil continuava, três séculos depois do início da colonização, aquela mesma colônia visceralmente ligada (...) à economia da Europa; simples fornecedora de mercadorias para o seu comércio” (PRADO JR., 1969, p. 125).

Na época da colonização, as atividades de produção não eram denominadas segundo as classificações e tipologias que apresentamos na introdução desta dissertação, de modo que não se verificava a compressão do significado de indústria enquanto um tipo de empresa (HEES, 2011). Hees (2011) indica que nem sempre houve, na produção intelectual internacional relativa à industrialização, uma definição clara do significado de indústria, de maneira que a palavra “podia ser empregada, nos séculos XVIII e XIX, para designar diferentes situações” (HEES, 2011, p. 102), como produção manufatureira ou agrícola. Mas, o termo indústria agrícola foi utilizado no século XIX, no Brasil, para designar a atividade agricultora como a fonte de riquezas da colônia que seriam enviadas à metrópole (Portugal). Assim, indústria agrícola passa a ser um dos primeiros termos a fazer referência à atividade empresarial no Brasil, com características como produção voltada ao mercado externo e escravidão como forma preferencial de exploração do trabalho. A configuração da economia brasileira, tendo as características citadas como base, vinculou-se, segundo indicado, a questões de ordem internacional relacionadas à manutenção dos interesses dos países colonizadores.

As mudanças que esta configuração econômica brasileira começa a sofrer são impulsionadas por questões internacionais, pois no século XVIII se formavam no continente europeu as bases da Revolução Industrial que fariam com que, a partir do século XIX, a estrutura colonial brasileira passasse a apresentar seus traços principais de insustentabilidade.

O processo de acumulação primitiva de capital (MARX, 2013)²⁰ que contribuiu para a eclosão da Revolução Industrial no século XVIII na Europa transformou completamente as

²⁰ Marx (2013) aponta que a acumulação primitiva consiste na pré-história do capital e tem origem com a expulsão dos camponeses de suas terras via cerceamento dos campos ingleses, conjunção em que, ao perderem suas terras, houve o apartamento entre produtores e meios de produção. Em sua perspectiva, este é o fundamento do modo de produção capitalista, pois na medida em que os homens não mais têm meios para produzir sua própria vida, veem-se obrigados a vender sua força de trabalho para o detentor de tais meios em troca de um valor monetário – salário – que lhe permita condições mínimas de existência e de reprodução. No Brasil, a expansão do

bases produtivas existentes até então e impactou no fim formal da colonialidade latino-americana. Esta acumulação primitiva de capital guarda conformidade direta com a colonização latino-americana, donde se inclui a brasileira. Sobre esta questão, Quijano (2005) indica que já no momento de colonização sul-americana se engendravam os elementos que, séculos adiante, conformariam os pilares do capitalismo na Europa. Nesta direção, a exploração da América Latina já se figurava como uma estratégia de aquisição de recursos materiais e financeiros que seriam utilizados para construir as tecnologias que levariam à edificação das primeiras empresas componentes da Revolução Industrial. Isto é um indicativo de como a colonização do Brasil, assim como dos demais países latino-americanos, foi funcional à emergência do capitalismo internacional e das empresas capitalistas enquanto uma de suas expressões. Esta é uma das razões pelas quais a compreensão destes elementos se faz necessária, pois embora nosso país ainda não possuísse empresas nos moldes capitalistas até o fim do século XIX, sua exploração secular e sua inserção internacional subordinada aos ditames europeus foram imprescindíveis para a emergência da Revolução Industrial, na medida em que possibilitaram a aquisição de recursos que nela foram utilizados.

Embora na Europa as bases da Revolução Industrial já se engendrassem no século XVIII, a atividade industrial no Brasil ainda caminhava a passos lentos. Hees (2011) nos elucida que a manufatura, enquanto uma das primeiras expressões e protoforma da industrialização no país, era restrita pela Coroa portuguesa por ser considerada prejudicial à lavoura e à exploração de terras, conforme decreto de 1785 da então rainha de Portugal, D. Maria I, que proibiu a existência de qualquer atividade manufatureira no território brasileiro, com exceção da produção de tecidos de algodão para confecção das vestimentas dos negros escravizados (HEES, 2011). Contudo,

A chegada da família real portuguesa ao Brasil em 1808 e a transferência da sede do Império português para o Rio de Janeiro fez com que o príncipe regente, por meio do alvará datado de 1º de abril, revogasse aquele assinado por sua mãe, no século anterior. Tal decisão (...), não apenas autorizou como **passou a incentivar a instalação de fábricas no Brasil, por meio da isenção de direitos de importação de matérias-primas e de "estímulos" — que contemporaneamente corresponderiam à definição de "subsídios" — para a construção das primeiras manufaturas, sobretudo no setor têxtil e de ferro.** Com a liberação da produção de manufaturas, houve uma série de alvarás posteriores, concedendo isenções e privilégios destinados a fomentar

trabalho assalariado em ampla escala só seria visualizada no século XX, embora os elementos que contribuíram para a formação do capitalismo já fossem perceptíveis desde a colonização (QUIJANO, 2005).

a produção manufatureira no Brasil e nos domínios ultramarinos portugueses (HEES, 2011, p. 104-05, grifo nosso).

Com base na citação, fica evidente a presença dos primeiros estímulos à formação de fábricas no Brasil por iniciativa do Império, indicando a presença de uma embrionária atividade industrial, haja vista que a produção agrícola permanecia como sustentáculo da economia.

A Independência do Brasil em 1822 não alterou significativamente as bases da produção no país nem modificou a precária situação de vida do povo brasileiro, pois o que ela de fato logrou foi a ascensão do espírito burguês brasileiro e a expansão interna dos elementos que conformariam a maturação do capitalismo nacional (BEHRING; BOSCHETTI, 2011)²¹. Behring e Boschetti (2011, p. 73) pontuam que esse movimento foi marcado pela ausência de compromisso com qualquer “defesa mais contundente dos direitos do cidadão por parte das elites econômicas”, o que se evidencia pelo fato de a escravidão ter continuado a ser a forma de exploração do trabalho que sustentava a produção agrícola até fins do século XIX.

A exploração da mão-de-obra escravizada só começou a apresentar sinais de alteração quando da proibição do tráfico negreiro pela Inglaterra em 1850. Neste momento, a Revolução Industrial já estava em curso na Europa (HEES, 2001), com níveis de crescimento e produção de mercadorias ascendentes, necessitando expandir seu mercado consumidor para outros territórios além do continente europeu. Nos marcos do capitalismo, a possibilidade de dilatar mercados e, conseqüentemente, aumentar ganhos e lucratividade, tem maiores êxitos em locais em que impera o assalariamento, pois é a partir dele que os sujeitos têm condições de consumir as mercadorias produzidas. Na medida em que a escravidão é baseada na submissão total do escravizado ao senhor e que não há remuneração monetária pelo trabalho realizado, a possibilidade de estimular mercado consumidor é difícil nestas condições.

Desse modo, diante dos objetivos de expansão ingleses – local da gênese da Revolução Industrial – o tráfico negreiro no Brasil foi proibido no período que se inicia 1850 e se estende até 1888, quando a escravidão finda oficialmente (um ano antes da Proclamação da República), com base em princípios essencialmente econômicos e não em valores emancipatórios, como liberdade e igualdade.

Com isso, coloca-se a possibilidade de formação de mão de obra assalariada para a indústria que, nesta época, começava a emergir nacionalmente. Todavia, ainda que liberada

²¹ Baseadas na análise de Florestan Fernandes em *A Revolução Burguesa no Brasil* (1987), tais autoras afirmam que tal expansão não foi uma opção do Brasil, pois a posição relegada ao país na rota da economia mundial impunha-lhe esta condição. Contudo, “os ritmos de ímpeto modernizador, diferenciações no interior das classes e capacidade de concretizar utopias se definiram a partir de dentro” (BEHRING; BOCHETTI, 2011, p. 75).

para o mercado de trabalho em fins do século XIX, a mão de obra escravizada não foi prontamente incorporada nas indústrias brasileiras existentes, pois segundo Ianni (2004), atrelada ao abolicionismo, foi priorizada a imigração enquanto política instituída pelo Estado para formação da força de trabalho que seria incorporada, a partir de então, tanto nas empresas agrícolas quanto nas industriais. O autor aponta que o que se gestou com isso foi

Uma crescente valorização do imigrante, implicando a proposta de europeização, isto é, de branqueamento da população²². (...).

Com a abolição do regime de trabalho escravo e a Proclamação da República, o poder estatal passa as mãos da oligarquia cafeeira, que já se achava apoiada no colonato de imigrantes europeus. Para essa oligarquia, **o índio, o negro e mesmo o branco nacional eram colocados em segundo plano. Valorizava-se o imigrante. Aproveitou-se a imigração para provocar a redefinição social e cultural do trabalho braçal, de modo a transformá-lo em atividade honrosa, livre do estigma da escravatura.** (...).

A rigor, estava em marcha a revolução burguesa (IANNI, 2004, p. 133, grifo nosso).

Tal assertiva denota uma mudança estrutural que impactaria na ascensão da burguesia no país: a passagem do trabalho escravo para o trabalho assalariado e a consequente transformação da força de trabalho em mercadoria. Com esta modificação, o Brasil esboça um dos cardeais elementos que lhe conformaria como um país capitalista após os primeiros trinta anos do século XX.

A oligarquia cafeeira citada por Ianni (2004), composta principalmente por representantes da burguesia mineira e paulistana, dominou a produção e a economia do país até a primeira trintena do século XX e, ainda que houvesse uma crescente atividade industrial, a produção agrícola voltada para exportação continuava a ser o fundamento econômico do país. Sendo assim, até o início da década de 1930, a economia brasileira não se assentou prioritariamente no desenvolvimento industrial – embora, conforme indicado, isto não signifique a inexistência de determinados tipos de empresa, como a agrícola e a manufatureira (HEES, 2011) - devido à predileção pela produção agrícola em decorrência da posição subordinada do Brasil na rota da economia mundial.

²² Esta proposta de branqueamento advém da construção ideológica instituída na época da colonização que, para legitimar a escravidão, visava desvalorizar negros e índios não apenas pela exploração de seus corpos, mas também injuriando sua cultura, hábitos, costumes e modo de vida (QUIJANO, 2005). Na medida em que se acreditava que era ruim o que vinha dos negros e índios e bom o que vinha dos brancos, o que expressa julgamento valorativo, o que se viu foi a incorporação de imigrantes europeus nos processos produtivos e a marginalização dos demais sujeitos que, para sobreviverem, tiveram de buscar formas de inserção no mercado de trabalho alternativas ao trabalho assalariado.

Contudo, eventos externos contribuíram para o aumento da industrialização brasileira na vigência da Primeira República²³, principalmente após 1910. Como exemplo, cabe a citação da dificuldade de importação de produtos industrializados colocada pelo advento da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), o que impulsionou a produção nacional e induziu a transferência por parte do Estado oligárquico, ainda que pequena, de recursos estatais provenientes da produção cafeeira à indústria nacional (GREMAUD; SAES; JÚNIOR, 1997). Nesta direção, é importante pontuar que

(...) apesar de não podermos considerar a economia brasileira durante a Primeira República como uma economia industrializada, houve crescimento significativo neste sentido, ou seja, **dentro dos quadros de um país agroexportador, desenvolveu-se uma indústria (...)**.

Não obstante existisse a participação do Estado nesse processo, não se pode considerar que tenha havido políticas deliberadamente industrializantes no país, como ocorreu nas décadas seguintes (GREMAUD; SAES; JÚNIOR, 1997, p. 89, grifo nosso).

Apesar do desenvolvimento industrial gradativo, não houve ruptura com a subalternidade ao capital internacional, haja vista que, desde a Independência do país se criou a possibilidade “para o florescimento de espírito burguês, mas não em toda a sua plenitude, e sem romper com o entrosamento visceral com o mercado externo, do que decorre uma não equiparação entre autonomização econômica e autonomização política” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 75). Mas, nada obsta que apesar da base econômica predominantemente agrária, a industrialização crescesse na Primeira República em conjunção à ascensão da burguesia nacional.

Nas primeiras décadas do século XX, as condições de trabalho eram extremamente precárias nas indústrias existentes, com ampla carga horária de trabalho, salários baixos e poucos direitos trabalhistas para o operariado composto, notadamente, por imigrantes, dada a predileção pela incorporação desta mão-de-obra. Segundo Iamamoto e Carvalho (2014, p. 137 et. seq., grifos nossos)

²³ A Primeira República inicia-se com a proclamação da República em 15 de novembro de 1889 – marcando o fim do Império – e se estende até 1930, quando Getúlio Vargas ascende ao poder. Dentre suas características, destaca-se a Política do Café com Leite, que consistia na alternância do poder nacional entre coronéis da produção cafeeira e leiteira dos estados de Minas Gerais e São Paulo. Destaca-se também a permanência da agro exportação como base da economia – ainda que já se verificasse maior impulso à atividade industrial – e a ascensão da burguesia nacional proveniente das oligarquias agricultoras (GREMAUD; SAES; JÚNIOR, 1997).

O histórico das condições de existência do proletariado industrial (...) mostra a extrema voracidade do capital por trabalho excedente. A população operária se constitui em uma minoria – composta majoritariamente por imigrantes – marginalizada social e ecologicamente dentro das cidades, algumas já bastante desenvolvidas. (...) **essa parcela da população urbana vivia em condições angustiantes.** Amontoam-se em bairros insalubres junto às aglomerações industriais, em casas infectas, sendo muito frequente a carência – ou mesmo falta absoluta – de água, esgoto e luz. Grande parte das empresas funciona em prédios adaptados, onde são mínimas as condições de higiene e segurança, e muito frequentes os acidentes. O poder aquisitivo dos salários é de tal forma ínfimo que para uma família média, mesmo com o trabalho extenuante da maioria de seus membros, a renda obtida fica em nível insuficiente para a subsistência. O preço da força de trabalho será constantemente pressionado para baixo daquele nível pela progressiva constituição de um relativamente amplo exército industrial de reserva. A pressão salarial força a entrada no mercado de trabalho das mulheres e das crianças de ambos os sexos em idade extremamente prematura (...). É comum a observação sobre a existência de crianças operárias de até cinco anos e dos castigos corporais infligidos a aprendizes. (...). A jornada de trabalho – apesar de diferir por ramos industriais é, no início do século, de 14 horas. Em 1911 será em média de 11 horas, por volta de 1920, de 10 horas. (...). Mulheres e crianças estarão sujeitas à mesma jornada e ritmo de trabalho, inclusive noturno, com salários bastante inferiores. **O operário contará para sobreviver apenas com a venda diária da força de trabalho, sua e de sua mulher e filhos.** Não terá direito a férias, descanso semanal remunerado, licença para tratamento de saúde ou qualquer espécie de seguro regulado por lei. (...). Não possuirá também garantia empregatícia ou contrato coletivo, pois as relações no mercado de trabalho permanecem estritamente no campo privado, constituindo contrato particular entre patrão e empregado, regido pelo Código Civil. (...).

Essas condições de trabalho e existência tornam necessária a organização do proletariado para sua defesa. Defesa que se centrará na luta contra a dilapidação, pelo trabalho excessivo e mutilador, de seu único patrimônio, cuja venda diária permite sua sobrevivência e reprodução.

Iammoto e Carvalho (2014) trazem dados de importância tamanha que é indispensável esmiúça-los. Inicialmente, cabe destaque a precariedade extrema das condições de trabalho e de sobrevivência imputadas aos trabalhadores, marcadas pela inospitalidade do ambiente laboral e residencial, pela carga horária extenuante e pelo salário insuficiente para a manutenção de níveis mínimos de reprodução da vida do operariado e de sua família. É interessante também pontuar a incorporação do trabalho de mulheres e crianças na produção, o que revela a indiscriminada orientação do capital no contrato da força de trabalho em termos de gênero e faixa etária. Contudo, esta indistinção era limitada, visto que não havia discriminação na contratação entre imigrantes, operários preferenciais incorporados nas indústrias: note-se a não predileção pela incorporação de mão-de-obra de origem negra e indígena enquanto expressão dos objetivos de branqueamento da população (IANNI, 2004) há pouco apontados. Sobrelevamos, ainda, o aspecto particular da relação contratual de trabalho e a inexistência de

legislações sociais abrangentes de regulamentação do trabalho. Tudo isto revela a não inclinação do empresariado em prover condições adequadas de trabalho e de reprodução da própria vida ao operariado, fazendo com que, no período de crescimento da industrialização brasileira, predominasse a exploração máxima da força de trabalho no sentido da aquisição de mais tempo excedente para o capital.

Porém, esta intensa exploração não ocorreu sem resistência dos trabalhadores, de modo que como resposta a ela começam a se expandir os movimentos reivindicatórios do operariado brasileiro, que passa a pleitear melhorias ante a degradante condição de trabalho vivida, conforme elucidam Iamamoto e Carvalho (2014). É neste contexto de aumento da industrialização atrelado à grande exploração da força de trabalho que a questão social²⁴, enquanto resultante da contradição entre capital e trabalho que fundamenta o modo de produção capitalista, se expressa no Brasil já nas primeiras décadas do século XX, tendo como marca a emergência de movimentos operários que publicizavam suas reivindicações.

Esses movimentos refletem e são elementos dinâmicos das transformações que alteram o perfil da sociedade a partir da progressiva consolidação de um polo industrial, englobando-se no conjunto de problemas que se colocam para a sociedade naquela altura, exigindo profundas modificações na composição de forças dentro do Estado e no relacionamento deste com as classes sociais. Nesse sentido, **a “questão social” e seu desdobramento é também a questão da formação da classe operária e da sua entrada no cenário político, a necessidade de seu reconhecimento a nível de Estado, e portanto, da implementação de políticas que de alguma forma levem em consideração seus interesses.**

Ao mesmo tempo, a “questão social” deixa de ser apenas contradição entre abençoados e desabençoados pela fortuna, pobres e ricos, ou entre dominantes e dominados, para constituir-se, em sua essência, na contradição antagônica entre burguesia e proletariado (CARVALHO, 1980, p. 44, grifo nosso).

Colocada a questão social na realidade brasileira – expressando um conjunto de desigualdades e publicizada pelos movimentos sociais do operariado organizado – seu trato até o fim da década de 1920 não se dará pela via da instituição de políticas sociais para amenização

²⁴ A questão social é resultante da contradição fundante do modo de produção capitalista, que ao opor burguesia e classe trabalhadora - em um processo de apropriação privada de meios de produção que faz com que esta não tenha nada senão sua força de trabalho para vender em troca de um salário – ocasiona uma série de desigualdades que constituem o conjunto das expressões da questão social. Todavia, ao passo que esta dicotomia produz discrepâncias - como pobreza, fome, desemprego e miséria - gesta, no mesmo processo, lutas sociais que, ao serem publicizadas pela classe trabalhadora, exigem do Estado intervenções além da caridade e da repressão (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014). É neste contexto que emergem as primeiras políticas sociais no Brasil (Cf. BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

de suas refrações, mas sim pela repressão ou pela caridade (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014) como mecanismo de resolução de suas expressões mais contundentes. Desse modo, o movimento operário que reivindicava a melhoria das precárias condições de trabalho há pouco sinalizadas encontra, na Primeira República, dificuldades no reconhecimento de seus direitos enquanto classe, visto que tanto o Estado quanto

(...) a *elite* da República Velha, dominado pelas oligarquias burguesas ligadas à agro exportação, serão incapazes de permitir medidas integrativas de maior relevo ou eficácia. Em 1891, 1911 e 1917 alguns tímidos Decretos – de alçada federal e estadual – procuram regulamentar questões relativas à situação sanitária das empresas industriais, assim como o trabalho de menores e mulheres. São, contudo, medidas limitadas e carentes de fiscalização. Apenas em 1919 – numa conjuntura marcada pelo fortalecimento do movimento operário – é implantada a primeira medida ampla de legislação social, responsabilizando as empresas pelos acidentes de trabalho. Nesse mesmo ano o governo se faz representar na Organização Internacional do Trabalho e é signatário de seus convênios. Estes, no entanto, só se transformam em leis a partir da década de 20 (...) e devem esperar ainda de dez a quinze anos para efetiva e generalizada aplicação pela imposição do Estado Novo. Assim **essa legislação, apesar de ampla, terá aplicação extremamente limitada. Aparecerá muito mais como tentativa do Estado oligárquico de aliviar focos de pressão** (...) (CARVALHO, 1980, p. 45, grifo nosso).

A assertiva esclarece como a ação do Estado oligárquico se orientava no sentido de arrefecer as reivindicações operárias via instituição de legislações de aplicabilidade ainda limitada. Em termos de direitos trabalhistas, o que se percebia naquele momento era a instituição de legislações fragmentadas, como a Lei Eloy Chaves promulgada em 1923, que instituiu Caixas de Aposentadoria e Pensão para ferroviários. O caráter não universal da referida legislação – posto que se destinava à uma categoria especificamente -, demonstra a não orientação do Estado em legislar a favor da classe trabalhadora como um todo²⁵, dado que até então predominavam as relações de trabalho particulares, conforme elucidado por Iamamoto e Carvalho (2014).

É importante também a citação da Lei de Férias (1925) e do Código de Menores (1927) como legislações que se propuseram a promover algum tipo de regulamentação do trabalho - como instituição de dias livres para os trabalhadores e proibição do trabalho de menores de 12 anos -, mas que foram amplamente questionadas pelo empresariado da época²⁶ (IAMAMOTO;

²⁵ Embora destinada especificamente à categoria dos trabalhadores ferroviários, esta lei é de suma importância na história dos direitos trabalhistas brasileiros na medida em que instituiu a base do que viria a ser a Previdência Social no país (Cf. BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

²⁶ Estas legislações foram fortemente questionadas pelo empresariado frente ao entendimento de que propiciariam a exposição a vícios e hábitos ruins (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014), como alcoolismo e

CARVALHO, 2014). A pequena ampliação das legislações trabalhistas até 1930 é expressão do trato dado pelo Estado, pela sociedade e pelo empresariado às reivindicações operárias enquanto expressão da questão social, em um contexto de predominância de ações repressivas e assistencialistas. Nesta conjunção,

Aos movimentos desencadeados pelo proletariado, a resposta principal e mais evidente do Estado da Primeira República, em face da sua incapacidade de propor e implementar políticas sociais eficazes no sentido de canaliza-los, será a repressão policial. A violência do Estado se fará constantemente presente na trajetória das lutas do movimento operário, como mais eficiente instrumento de manutenção da paz social. A boa sociedade da época (...), aferrada à noção simplista – mas não inocente – de vocação agrária do país, essencialmente desconhecerá a existência da questão operária. Para ela, **as relações de produção são um problema afeto à empresa, devendo a questão operária confinar-se em seu interior**. Seu posicionamento natural variará, assim, entre a hostilidade e o apoio explícito à repressão policial e a ações caridosas e assistencialistas (...) (CARVALHO, 1980, p. 45, grifo nosso).

Cabe enfatizar que o crescimento da industrialização na Primeira República reforçou a expansão do trabalho livre e assalariado no Brasil, posto que, destituída a escravidão, “o capital já se ‘liberou’ do custo de reprodução da força de trabalho. A manutenção e reprodução, através do salário, está a cargo do próprio operário e de sua família” (CARVALHO, 1980, p. 44). Por essa razão, compreendemos que do ponto de vista da burguesia industrial crescente, ainda não se colocava a importância da prestação de assistência aos trabalhadores sob a forma de benefícios empresariais²⁷ como estratégia de aumento da produtividade, dado que não cabia mais aos compradores da força de trabalho a responsabilidade por sua reprodução²⁸. Assim sendo, a exploração intensa da força de trabalho, sem contrapartida em forma de benefícios para além do salário, foi característica da produção industrial na Primeira República.

(...) o empresariado, a burguesia industrial, que solidificava sua organização no período em foco, estará firmemente ancorado nos princípios do liberalismo no mercado de trabalho, como pressuposto essencial de sua taxa de lucro e acumulação. **Sua preocupação com o social, seu novo espírito social é um fenômeno (...) que aparece hegemonicamente apenas a partir da desagregação do Estado Novo**. (CARVALHO, 1980, p. 46, grifo nosso).

ociosidade, nos horários em que os operários não estivessem trabalhando. Adiante, serão abordados os elementos da crítica do empresariado ao Estado com maior especificidade.

²⁷ Nos referimos a benefícios como alimentação na empresa, construção de casas próximas ao local de trabalho e acesso a saúde, por exemplo.

²⁸ Isto indica uma diferença em relação ao período da escravidão, posto que nele o custo da reprodução da força de trabalho era de responsabilidade do senhor de escravos, dado que estes eram sua propriedade.

Estas marcas do desenvolvimento econômico brasileiro até aqui delineadas passam por profundas mudanças a partir de 1930, quando finda a Primeira República e se instaura o primeiro mandato de Getúlio Vargas. É neste contexto que a industrialização alça grandes avanços no país, modificando as relações de trabalho e inserindo o Brasil, definitivamente, na rota do capitalismo²⁹, fato que altera de modo visceral as relações entre Estado, capital e trabalho, incidindo no surgimento do Serviço Social enquanto profissão, questão que será retomada adiante.

O período que se inaugura em 1930 e se estende até 1945 – compreendendo o primeiro mandato de Getúlio Vargas - marca uma inflexão no curso da industrialização brasileira que se tracejava até então, pois altera completamente as bases que lhe davam sustentação. Dentre as várias modificações que se gestaram nesta época, destacamos que, com Vargas, o poder do Estado foi centralizado na esfera federal e não mais “nas mãos das oligarquias regionais dominantes” (HEES, 2011, p. 114), como as produtoras de café de Minas Gerais e as produtoras de leite de São Paulo, que até este momento, não só definiam os rumos da economia, como alternavam-se na presidência do país desde o fim do Império. Os anos 1930 engendram

(...) uma etapa decisiva do processo de constituição do Estado brasileiro enquanto um Estado nacional, capitalista e burguês. A quebra das autonomias estaduais — suporte das tradicionais oligarquias regionalizadas — resultou na crescente centralização do poder que alocava no Executivo federal os comandos sobre as políticas econômica e social e os aparelhos coercitivo-repressivos (MENDONÇA *apud.* HEES, 2011, loc. cit., grifo nosso).

Conforme apontamos, ainda que houvesse uma industrialização em crescimento, segundo Gremaud, Saes e Júnior (1997) a agro exportação esteve, até o final do decênio de 1920, na base da economia brasileira, sendo a produção cafeeira o que lhe dava sustentação. Contudo, a crise ocorrida em 1929 nos Estados Unidos refratou em grande parte dos países que importavam o café brasileiro e, com isso, reduziu-se a demanda pelo produto, ocasionando uma crise de superprodução interna, já que não havia mercado consumidor suficiente para escoar a produção³⁰. Com isso, o Brasil adentrou em um período de recessão que, aliado à conjuntura

²⁹ A entrada do capital no Brasil ocorre quando o capitalismo internacional já se encontra em sua fase monopolista, tendo passado pela fase concorrencial. Sendo assim, o Brasil não passa pela fase de concorrência devido à sua entrada tardia na rota do capital internacional condicionada pelos interesses imperialistas, traço que lhe confere subordinação aos países imperialistas. Desse modo, mesmo enquanto país capitalista, o Brasil continua submetido aos interesses internacionais e tendo a dependência econômica como marca de seu desenvolvimento. Para maiores informações sobre este processo, conferir Netto (2001).

³⁰ Diante da importância deste produto para as finanças brasileiras, em 1906 estabeleceu-se o Convênio de Taubaté entre os estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, cujo objetivo era proteger a produção de

política interna de insustentabilidade dos governos oligárquicos frente às crises econômicas nacionais (GREMAUD; SAES; JÚNIOR, 1997), modificou de modo irreversível a economia do país a partir de Vargas, o que permite concordância com a afirmativa de Hees (2011, p. 121) de que “apenas a grande ruptura representada pela crise de 1929 não teria sido capaz de tornar a indústria o centro do crescimento econômico”.

Como alternativa à instabilidade política e econômica, Gremaud, Saes e Júnior (1997) elucidam que o Estado brasileiro, na figura de Vargas, passou a incitar a produção para o mercado interno, principalmente através do estímulo ao crescimento da produção industrial. A partir de então, esta passou a ser

o centro dinâmico da economia brasileira, ou seja, a atividade que determinava o nível de produto, de renda e de emprego e a taxa de crescimento da economia. Até então, o setor exportador era o centro dinâmico da economia. (...).

A conjugação dessas circunstâncias permitiu a recuperação da economia brasileira em ritmo mais rápido do que a norte-americana, por exemplo. Já em 1933, o nível de produto no Brasil retornava ao de 1929, quando nos Estados Unidos a recuperação só se manifestou em 1937. É certo que, em parte, essa recuperação deveu-se ao aumento das exportações de algodão (cultura que substituiu parcialmente o café em São Paulo). Porém, Furtado³¹ atribui à produção para o mercado interno os principais resultados em termos de recuperação do nível de produto (GREMAUD, SAES, JÚNIOR, 1997, p. 106-107, grifo nosso).

No sentido de estimular o mercado interno, o Estado passou a preconizar a produção de bens que antes eram importados em território nacional, levando ao processo denominado substituição das importações (FURTADO, 1987). Com ele, a industrialização cresceu significativamente, necessitando de número elevado de trabalhadores para suprir a demanda produtiva e, foi neste contexto, que se elevaram as taxas de urbanização no país, posto que se intensificou o êxodo de trabalhadores do campo para as cidades em busca de emprego nas fábricas³².

café que, em finais do século XIX, encontrava-se desvalorizado e sendo vendido a preços tão baixos que inviabilizavam obtenção de grandes ganhos para os oligarcas. Nesse sentido, o Estado tomou medidas como estabelecimento de preço mínimo para venda das sacas de café, estímulo ao consumo interno e melhoria das propagandas no exterior. Em decorrência, a produção cafeeira aumentou consideravelmente, mas sua exportação sofreu impactos no final da primeira vintena do século XX (GREMAUD, SAES, JÚNIOR, 1997).

³¹ Em referência à obra *Formação Econômica do Brasil*, de Celso Furtado.

³² Segundo Marx e Engels (2005, p. 44), este processo de êxodo rural se relaciona à ascensão da burguesia e da industrialização no mundo, sendo comum em diversos territórios em que o modo de produção capitalista se estabeleceu. Nos grifos dos pensadores, “a burguesia submeteu o campo à cidade. Criou grandes centros urbanos; aumentou prodigiosamente a população da cidade em relação à dos campos e, com isso, arrancou uma grande parte da população do embrutecimento da vida rural. Do mesmo modo que subordinou o campo à cidade, os países

Em relação à formação do proletariado industrial brasileiro, Ianni (2004) pontua que o “progresso” econômico visualizado neste período já se conformava como elemento de desenvolvimento da burguesia brasileira. Ao trabalhar categorias como raça e classe, elucida que dentro da lógica de “branqueamento” da população, a preferência pelo emprego de mão de obra imigrante europeia se fez presente nas primeiras décadas do século XX, conforme sinalizamos. Contudo, já sob o governo de Vargas, diante das necessidades da indústria nacional em ascensão, houve a incorporação de demais sujeitos ao mercado de trabalho enquanto operários. Não obstante, isto não representou a eliminação das desigualdades raciais nem tampouco modificou visceralmente as condições de vida dos trabalhadores. Para Ianni (2004, p.140, grifos nossos),

A revolução burguesa resolveu muito bem o problema da transformação das raças em população, compreendendo-se esta como uma coletividade de trabalhadores. Desde a abolição do regime de trabalho escravo, o imigrante, negro e índio foram reeducados para o trabalho livre. **Houve uma vasta reeducação de uns e outros para que se ajustassem às exigências do mercado de força de trabalho.** Agora todos são iguais e livres, enquanto proprietários de força de trabalho. Como os outros proprietários de mercadorias. Mas aí terminam a liberdade e a igualdade. (...). Nesse sentido é que a revolução burguesa não resolveu o problema racial. Transformou negro, índio e imigrante em trabalhadores; mas não os transformou em cidadãos.

Até o início da década de 1930, conforme anteriormente elucidado, percebemos que havia pouca preocupação tanto do Estado quanto do empresariado no sentido de instituir mecanismos políticos de controle da classe trabalhadora para além da via da repressão e da caridade (IAMAMOTO; CARVALHO, 1998). Mas, à medida que se expandia a industrialização pós 1930 e se adensavam as reivindicações por direitos e por melhorias nas condições de trabalho do operariado, exigências por resolutividade de seus pleitos se colocaram na realidade, o que impetra cuidado analítico visto que o Estado, no sentido de minimizar conflitos, buscou atender requisições tanto dos trabalhadores quanto da burguesia. Nesta direção, nos anos 1940, pôde-se observar a criação de empresas estatais de infraestrutura que

bárbaros ou semibárbaros aos países civilizados, subordinou os povos camponeses aos povos burgueses, o Oriente ao Ocidente”.

contribuíram para o desenvolvimento em larga escala da atividade industrial³³ e de mecanismos de regulação da classe trabalhadora, como legislações trabalhistas.

Sobre o primeiro aspecto, é válido elucidar que a construção de empresas estatais de infraestrutura, como a CSN (criada em 1941), contribuiu para o desenvolvimento das empresas industriais ao lhes propiciar melhores condições de produção através da oferta de bens como ferro e aço, precisos à industrialização. Nesta direção, é possível observar o alinhamento do Estado com os interesses do capital.

Sobre o segundo aspecto, cabe retomar as referências feitas a Carvalho (1980) e Ianni (2004) há pouco e indicar que foi diante do acirramento da contradição entre burguesia e proletariado no Brasil que se adensaram as lutas sociais dos trabalhadores que, quando publicizadas, exigiram intervenções estatais além das citadas vias da repressão e da assistência (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014). Foi neste contexto que o Estado varguista buscou difundir novas formas de relacionamento com os trabalhadores e com suas entidades representativas – sindicatos e partidos políticos - visando promover conciliação entre as classes sociais no intuito de arrefecer as lutas sociais e a organização política dos trabalhadores (BEHRING; BOSCHETTI, 2011), via instituição de legislação social para atender pleitos trabalhistas históricos, a exemplo da Consolidação das Leis do Trabalho em 1943.

Cabe destacar que a instituição da CLT não atendeu somente às reivindicações da classe trabalhadora com seu conteúdo legislativo de garantia de direitos há muito solicitados pelo operariado, mas, foi funcional, também, à burguesia industrial. Ao ser instituída enquanto direito adquirido na forma de legislação social, o que a CLT logrou do ponto de vista do empresariado foi o arrefecimento de reivindicações operárias. Nos grifos de Iamamoto e Carvalho (2014, p. 251, grifos nossos), constata-se que

A legislação social se constitui de dispositivos legais que coíbem os maiores excessos e formas “primitivas” de extração de trabalho excedente, mas, em última instância, representa a reafirmação da dominação do capital e nunca seu contrário. Incorpora objetivamente reivindicações históricas do proletariado, para torná-las um acelerador da acumulação através da regulamentação e disciplinamento do mercado de trabalho, o que traz o avanço da subordinação do trabalho ao capital. A noção fetichizada de *direitos*, cerne da política de massas do varguismo e da ideologia da outorga, tem por efeito obscurecer para a classe operária,

³³ Apesar da crescente industrialização observada a partir de 1930, foi em 1937, com o início do Estado Novo, que o governo Vargas realmente demonstrou intensa preocupação com o desenvolvimento industrial brasileiro, o que se expressou nos investimentos governamentais na construção de empresas públicas de infraestrutura, como a Companhia Siderúrgica Nacional (Usina de Volta Redonda) em 1941, a Companhia Vale do Rio Doce em 1942 e a Companhia Hidrelétrica de São Francisco em 1945 (GREMAUD; SAES; JÚNIOR, 1997).

impedi-la de perceber a outra face da legislação social, o fato de que representa um elo a mais na cadeia que acorrenta o trabalho ao capital, legitimando sua dominação (...).

Isto possibilita a percepção da expertise do governo Vargas ao instituir aparato normativo de grande abrangência como alternativa às relações contratuais individuais (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014), pois mesmo quando incorporou demandas trabalhistas, não deixou de atender necessidades do empresariado, o que corrobora com a máxima de Marx e Engels (2005) de compreensão do Estado como comitê executivo dos interesses da burguesia.

A CLT modifica o trabalho dos operários nas indústrias ao instituir carga horária máxima de trabalho, descanso semanal e férias remuneradas, por exemplo. Nesta direção, compreendemos que sua promulgação altera materialmente as condições de trabalho ao possibilitar melhorias em termos de exploração extrema da força de trabalho, embora não se possa suprimir seu conteúdo de manutenção e reprodução ideológica do capital, segundo elucidam Iamamoto e Carvalho (2014).

A referida normatização versa, ainda, sobre a relação do Estado com os movimentos sociais de trabalhadores, conforme indicativo de Behring e Boschetti (2011, p. 108) de que “a CLT se inspirava na *Carta del Lavoro* da era fascista de Mussolini, propugnando o reconhecimento das categorias de trabalhadores pelo Estado e atrelando sua organização sindical ao Ministério do Trabalho”. Novamente, é preciso reconhecer a engenhosidade do Estado varguista e como esta foi favorável à burguesia, pois ao mesmo tempo em que a legislação passa a reconhecer categorias profissionais, atrela suas organizações sindicais ao Ministério do Trabalho, ou seja, institucionaliza as lutas trabalhistas no âmbito do aparato do Estado, reduzindo a autonomia do movimento operário e contribuindo, desse modo, com os interesses do capital.

Com base no exposto, é possível perceber como uma legislação social foi basal para atender, ao mesmo tempo e no mesmo processo, os interesses da classe trabalhadora de melhoria das condições de trabalho, do capital de arrefecimento das reivindicações trabalhistas e do Estado de atendimento das requisições de ambas as classes, mas com maior inclinação para as da classe dominante, no sentido de manutenção da paz social (CARVALHO, 1980).

Não obstante, não só a CLT foi engenho de abrandamento da classe trabalhadora, posto que tanto Estado quanto empresariado se valeram de demais mecanismos para tal, visto que muitas eram as questões a serem enfrentadas para crescimento da industrialização. Para além do arrefecimento das lutas do operariado por melhores condições de vida e trabalho pela via da

política e não somente da repressão e da caridade acentuamos, ainda, segundo Ianni (2004), que a forma histórica de trabalho no Brasil, calcada na exploração do trabalho escravo negro e indígena fez com que, do ponto de vista ideológico, não se formasse uma classe trabalhadora adaptada ao trabalho da mesma forma que a europeia, pois este ainda não era compreendido como atividade honrosa³⁴. Em relação a isto, Backx (1994, p. 30, grifos nossos) assinala que

No Brasil, o antagonismo trabalho assalariado e capital foi a base sobre a qual se ergueu o regime republicano, que teve como projeto político a transformação do “homem livre” – isto é, do trabalhador expropriado – em trabalhador regular. Porém, para realizar a subsunção do liberto e/ou do imigrante pobre ao assalariamento não bastava apenas expropriá-los. **Assim, além de medidas que obrigavam o indivíduo ao trabalho, em torno deste se constituiu um novo conceito revestido de valorização positiva.** Esse projeto se colocava para os diversos setores das classes dominantes desde meados do século passado e tinha como justificativa dar o impulso necessário de “modernização” no caminho da constituição de uma nova ordem social: a burguesa.

O trabalho passou a ser concebido como um bem, como um valor supremo.

O fato de o trabalho no Brasil ter sido executado prioritariamente por negros e índios durante séculos e de o país ter se industrializado tardiamente, colocou a premência por trabalho educativo e disciplinar para aderência cultural e ideológica dos trabalhadores à modalidade de trabalho e produção industrializada que, baseada no assalariamento, ascendia e passava a dominar a centralidade da economia após 1930. A resolutividade desta necessidade careceu da incorporação de diversos mecanismos, donde destaca-se o Serviço Social enquanto profissão, mote que rogará nossa atenção na seção II desta dissertação.

Diante das questões até aqui apresentadas, enfatizamos a importância de conhecer o processo de desenvolvimento empresarial brasileiro, pois foi neste meandro que tiveram gênese as protoformas do trabalho de assistentes sociais em empresas, conforme se observará adiante. Colocados estes elementos, antes de darmos continuidade à abordagem sobre as transformações ocorridas no mundo do trabalho, consideramos importante situar as singularidades juiz-foranas no que tange o processo de desenvolvimento empresarial da cidade, marcado por pioneirismo industrial. Segundo indicado na introdução, Juiz de Fora guarda particularidades históricas que

³⁴ Ianni (2004) refere-se com maior especificidade à necessidade de transformação cultural em relação ao trabalho braçal, pois este era prioritariamente realizado por negros e índios. O autor indica como a imigração foi fator fundamental para o entendimento do trabalho como digno e honroso do ponto de vista ideológico, e não como atividade destinada somente às “raças inferiores”.

galgam destaque nesta dissertação tendo em vista o fato de se relacionarem com o surgimento da Escola de Serviço Social ao final dos anos 1950, que será esclarecido posteriormente.

1.1.1) Singularidades juiz-foranas no processo de industrialização

A história de Juiz de Fora se insere no quadro geral das mudanças sociais até aqui sinalizadas e expressa muitos dos elementos da conjuntura nacional, como o histórico colonial de produção cafeeira baseada na escravidão como meio preferencial de exploração do trabalho. Todavia, no que alude ao desenvolvimento empresarial, o município comporta singularidades históricas que o particularizam na realidade nacional, pois se a presença da atividade industrial se expressou de modo mais enfático no país a partir de 1930, em Juiz de Fora sua emergência data do século XIX.

Segundo Jacometti (2009), o município nasce como uma vila por volta de 1820, sendo inicialmente denominado Santo Antônio do Paraibuna. Quando da sua passagem à categoria de cidade em 1850, recebe o nome de Juiz de Fora.

Inicialmente, a economia juiz-forana se sustentou através da produção agrícola voltada para a exportação, convergindo com o evoluir econômico do país. Mas, com recursos provenientes da agricultura cafeeira, o desenvolvimento econômico do município “assistiu ainda nos seus primórdios à criação de fábricas de tecido e de dois grandes bancos (Territorial e Mercantil de Minas Gerais e Crédito Real de Minas Gerais)” (JACOMETTI, 2009, p. 28).

Localizada próxima à cidade do Rio de Janeiro, sede da Coroa Portuguesa no período de nascimento do município, Juiz de Fora foi pioneira na construção de grandes obras que a configuraram como um local estratégico e de grandes investimentos internos e externos, a exemplo dos empreendimentos do engenheiro alemão Heinrich Wilhelm Ferdinand Halfeld e do comendador Mariano Procópio Ferreira Lage. O primeiro foi responsável pela “construção da Estrada do Paraibuna, que foi inaugurada em 1836 (...). Com esta estrada, Henrique Halfeld contribuiu para a integração da província de Minas e teve o mérito de influir decisivamente na ordenação e na estruturação desta cidade” (JACOMETTI, 2009, p. 28). Já o segundo, protagonizou a edificação da

Primeira via de transporte rodoviário do Brasil: a Estrada União e Indústria (com 144 km de Petrópolis (Rio de Janeiro) – a Juiz de Fora) inaugurada em 23 de junho de 1861, com o objetivo de encurtar a viagem entre a corte e a província de Minas e de facilitar o transporte do café. Mariano Procópio Ferreira Lage criou então a Companhia União e Indústria, que deu nome à

estrada (...). Os trabalhos de construção tiveram início em 12 de abril de 1856, com presença do imperador dom Pedro II e da família imperial (JACOMETTI, 2009, p. 28-29).

A presença de representantes do império não só no acompanhamento da construção da Companhia União Indústria, mas também em sua inauguração indica, segundo Giroletti (1988), como o município continha importância estratégica para os interesses da corte. A construção da Companhia União Indústria, aliada às demais empresas já existentes no município neste período, compôs os

mecanismos que possibilitaram maior concentração e acumulação de capital em Juiz de Fora (...).

Com a abertura da rodovia, (...) modificaram-se radicalmente as condições de transporte feito, até então, pelas tropas de burros, cuja quantidade por jumento não excedia a 60 quilos por carga. A Rodovia União Indústria introduziu maior “liquidez” no sistema: maior rapidez, maior quantidade e volume de carga transportada, maior segurança e continuidade no movimento de circulação de mercadorias em todas as épocas do ano e, conseqüentemente, barateamento do preço/arroba, por légua transportada (GIROLETTI, 1988, p. 41).

Jacometti (2009) aponta que, propiciada pela chegada de imigrantes europeus, a cidade se dinamizou de modo tal que possuía, em fins do século XIX, aproximadamente 200 estabelecimentos comerciais. Acompanhando o acelerado crescimento da cidade, Juiz de Fora foi também “sede do primeiro curtume industrial do país, da primeira cervejaria, da primeira estação telefônica e do primeiro transporte público de Minas Gerais” (JACOMETTI, 2009, p. 29).

Os fluxos migratórios ocorridos a partir do século XIX, marcadamente após a proibição do tráfico negreiro no país em 1850, foram fundamentais para a industrialização da cidade na medida em que possibilitaram a formação do operariado fabril juiz-forano, composto majoritariamente por trabalhadores europeus, vindos principalmente da Alemanha.

Sobre o fator mão-de-obra, Giroletti (1988) indica que a escravidão coexistia com a produção industrial, haja vista que, em 1877, poucos anos antes da abolição (1888), existiam aproximadamente 15.000 escravizados trabalhando nas lavouras cafeeiras. É importante destacar que a estratégia de branqueamento da população (IANNI, 2004) também teve forte adesão em Juiz de Fora, fazendo com que o trabalho na agricultura, mesmo após a abolição da escravidão, permanecesse preferencialmente a cargo dos negros. Aos imigrantes, cujo emprego

de mão-de-obra assalariada não ocorreu nas fazendas preferencialmente, foi destinado o trabalho nas indústrias.

Contudo, a força de trabalho imigrante foi preconizada não somente no sentido do branqueamento, mas também diante da acelerada expansão de Juiz de Fora. O desenvolvimento da infraestrutura da cidade, a exemplo da Estrada União e Indústria, exigia a presença de trabalhadores livres e qualificados. Diante de tal necessidade, a partir de 1855, “providenciou-se a contratação dos artífices na Alemanha (...). Entre os imigrantes (...) incluía-se um leque variado de especialistas: mecânicos, ferreiros e técnicos em construção de pontes. A maioria dos imigrantes eram operários” (GIROLETTI, 1988, p. 56-57).

Quando as primeiras indústrias de Juiz de Fora, já no século XIX, começam a surgir, são estes imigrantes que passam a compor o operariado empregado nas fábricas. O fato de já serem, em sua maioria, operários em seus países de origem contribuiu para que fossem preferidos para o trabalho nas indústrias posto que, ao contrário dos negros escravizados, possuíam conhecimento e especialização sobre a produção fabril (GIROLETTI, 1988).

Dois períodos principais do processo de industrialização da cidade podem ser observados até 1930 (GIROLETTI, 1988). O primeiro, que se delinea até o final de 1890, “caracteriza-se pelo predomínio de pequenas fábricas e oficinas de produção limitada, pelo uso de tecnologia elementar, com baixo índice de capital investido, e pela absorção de pequena quantidade de mão-de-obra” (YAZBECK, 1999, p. 28). Já o segundo, cujos traços principais são perceptíveis após 1890 e, sobretudo, nos anos iniciais do século XX, tem como elementos

A fundação e a criação de médias e grandes indústrias locais. Estes estabelecimentos diferem do primeiro período pela produção em série, pelo emprego de maior contingente operário, pela utilização de uma tecnologia importada mais sofisticada (principalmente nos ramos têxtil, metalúrgico, tipográfico, indústria de construção), pelo uso da energia elétrica como força motriz (que possibilita certas economias de escala e maior produtividade pela maior soma de capital investido). As médias indústrias e as grandes se distinguem das pequenas (artesanais), além dos fatores apontados, pela separação entre o trabalhador direto e o proprietário dos meios de produção. Por outro lado, as grandes indústrias diferem das médias pelo emprego de maior quantidade de mão de obra e/ou pela maior soma de capital investido (GIROLETTI, 1988, p. 73).

Logra destaque que a fabricação de tecidos teve centralidade na produção das indústrias do município de modo que, em 1889, Juiz de Fora já contava com duas grandes indústrias têxteis: a Companhia Têxtil Bernardo Mascarenhas e a Companhia de Fiação e Tecelagem Industrial Mineira. Contemporânea à criação destas indústrias, também em 1889 nascia a Usina

de Marmelos em Juiz de Fora, primeira usina hidrelétrica da América Latina, criada para fornecer energia elétrica para iluminação pública no sentido de responder às necessidades de crescimento do município (RIBEIRO, 2017).

O desenvolvimento econômico-industrial de Juiz de Fora despontou de modo tal que a cidade passou a ser conhecida como “*Manchester Mineira*”, em clara alusão ao município inglês em que se instituiu intensa atividade fabril no período da Revolução Industrial³⁵. Acompanhando o crescimento econômico, a cidade teve grande aumento populacional e célere urbanização, de maneira que a população municipal que em 1877 comportava 12.562 habitantes, já em 1920 registrava 29.988 (CORDOVIL, 2013, p. 98), representando um aumento de mais de 100% em um espaço de 43 anos³⁶.

Não obstante, a acelerada industrialização e urbanização não se converteu em melhorias em termos de condições de trabalho dos operários empregados nas fábricas locais, pois estes estiveram submetidos às mesmas penúrias elencadas por Iamamoto e Carvalho (2014) como características do trato dado ao operariado nos anos iniciais da industrialização brasileira: extensivas cargas horárias, salários baixos e condições precárias para reprodução da vida dos trabalhadores e de suas famílias, eram elementos comuns à situação da classe trabalhadora em Juiz de Fora. Somente em 1895 observa-se esforço empresarial em conceder algum tipo benefício aos seus funcionários quando uma indústria local, a Companhia Pantaleone Arcuri³⁷, provê acesso a habitação para seus funcionários e, ao mesmo tempo, procura estender seu controle sobre eles. Cordovil (2013, p. 148) indica que

Era de interesse da Cia. Pantaleone fundar uma vila operária que atendesse a fixação de mão-de-obra no local. Pantaleone contratava boa parte de seus funcionários na Itália, contribuindo assim para a inserção de novos grupos étnicos na cidade. Para acomodá-los, propôs a construção de moradias e de uma avenida para a fixação das casas dos operários, sendo este projeto indeferido pela administração municipal, julgando não ser o de abertura de uma avenida, mas sim de um prédio dotado de pequenos quartos, na verdade

³⁵ Segundo Ribeiro (2017, s.p.), foi na conjuntura do ano de 1889 que “surgiu na imprensa local o cognome de Manchester Brasileira, depois Manchester Mineira, para Juiz de Fora. A autoria é desconhecida. Rui Barbosa, durante a Campanha Civilista, em discurso realizado no antigo Teatro Municipal de Juiz de Fora, em 17 de fevereiro de 1910, também chamou a cidade de Manchester Mineira”.

³⁶ É preciso fazer uma ponderação a respeito dos dados populacionais de Juiz de Fora no fim do século XIX. Os dados apontados por Giroletti (1988) e esboçados na página 53 desta dissertação mostram que, em 1877, Juiz de Fora possuía 15.000 escravos. Já os dados apontados por Cordovil (2013), revelam que, no mesmo ano, a cidade possuía população de 12.562 habitantes, número inferior à quantidade de escravos. Embora não tenhamos condições suficientes para precisar as razões desta diferença, como base na leitura de ambos autores, nos parece que os escravizados não eram quantificados enquanto população, mas sim como mão-de-obra.

³⁷ “Sobre a Cia. Pantaleone Arcuri, foi instalada em 1895 iniciando suas atividades com a produção e comercialização de ladrilhos hidráulicos, sendo considerada a pioneira na produção de telhas de amianto no Brasil” (CORDOVIL, 2013, p. 148).

um cortiço. Após adequação do projeto, foi aprovada sua execução, consagrando a definição de um espaço que concentrava funções industriais e habitacionais.

É interessante notar a tentativa de construção de moradia operária ainda no século XIX - mesmo que o registro só faça referência a uma única empresa - pois indica um interesse nascente de empresários em obter os trabalhadores próximos ao local de produção, demonstrando a necessidade patronal de manter a força de trabalho sob sua vigilância. É fulcral que esboçemos também a proibição inicial do poder municipal na construção da vila, podendo revelar tanto uma perspectiva higienista – de impedimento devido ao julgamento do prédio como um cortiço – quanto uma de preocupação em termos de infraestrutura adequada para os trabalhadores, posto que após adequação o projeto foi aceito. Sem a possibilidade de compreendermos as razões reais da proibição, o que consideramos elementar enfatizar é que, já nessa época, o poder municipal e o empresariado se articulavam em torno de acordos e negociações para atendimento das necessidades deste último.

De posse dos subsídios até aqui apresentados, pode-se perceber que o desenvolvimento industrial juiz-forano desenhou-se na contramão dos movimentos da industrialização brasileira, posto que em fins do século XIX e início do século XX, quando a maior parte das cidades do país tinha sua base econômica na produção agrícola - ainda que a industrialização já desse sinais de crescimento em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro (GREMAUD; SAES; JÚNIOR, 1997) – Juiz de Fora já apresentava dados que indicavam índices elevados de industrialização e urbanização.

Até a década de 30, as atividades industriais diversificam-se entre os ramos de alimentação, fiação e tecelagem, metalurgia couros e calçados, madeira, móveis e serraria, cerâmica, cimento e marmoraria, fumos e cigarros, tipografia, registrando-se no final do período um total de 286 indústrias (YAZBECK, 1997, p. 28).

Não obstante, a partir da década de 1930, o curso industrial do município sofre alterações relacionadas às mudanças nacionais que esta década engendra. Conforme elucidamos, o período que se inaugura com o primeiro governo de Getúlio Vargas modifica os rumos do país em diversas esferas e, no campo da produção e da economia, o crescimento da industrialização nacional em substituição paulatina à base econômica agroexportadora, marca, de fato, a entrada do capitalismo no país. Neste momento, a produção industrial de cidades de grande expressividade nacional, como São Paulo e Rio de Janeiro, começa a ascender e a

industrialização juiz-forana passa a reduzir, fazendo com que gradativamente as indústrias da cidade percam parte de sua expressão nacional e regional. No que se refere ao estado de Minas Gerais, Yazbeck (1999, p. 28), esclarece que “quando a capital – Belo Horizonte – começa a desempenhar o papel de centro integrador da economia do estado” após 1930, Juiz de Fora perde ainda mais sua expressividade industrial. Baseando-se em Giroletti (1988), Yazbeck (1999, p. 29) elenca fatores exógenos e endógenos a Juiz de Fora que contribuíram para o atrofiamiento do processo de industrialização da cidade. Dentre os endógenos, sobressaem-se

(...) as dificuldades na comercialização do café, os altos custos da importação de tecnologia e a inexistência de um mercado de capitais; a reorganização da economia com o deslocamento da lavoura cafeeira para São Paulo, cujos efeitos se fazem sentir nas economias estaduais e regionais; a implantação da capital em Belo Horizonte, provocando um reordenamento na distribuição e aplicação do recurso, tendo como desdobramento o desenvolvimento de outras regiões do estado etc.

Concorrem para este processo fatores de ordem local, como a própria crise interna das empresas do município que, nos anos 1930, encontravam determinadas dificuldades para manutenção da produção, posto que neste momento a infraestrutura da cidade já se encontrava com defasagens para atender as indústrias. Assim, dentre os fatores endógenos destacam-se as

(...) consequências negativas da insuficiência no fornecimento de energia elétrica, bem como o seu alto preço para as indústrias, além das tarifas excessivas cobradas pela ferrovia Central do Brasil³⁸.

A concentração das indústrias de Juiz de Fora no setor de tecelagem e fiação também contribuiu para dificultar o acompanhamento das transformações em curso com a industrialização do país. Acrescente-se a este fato a reduzida dimensão das empresas, sua incapacidade de superar a dependência tecnológica em relação aos centros externos, o encarecimento, a precária infraestrutura da cidade em relação ao abastecimento de água e o insuficiente sistema de comunicação e de fornecimento de energia elétrica. Estas dificuldades se transformam em graves obstáculos à expansão industrial entre os anos 40 e 50, provocando o fechamento de inúmeras fábricas (...). Na década de 40, Belo Horizonte já supera a produção têxtil na cidade, não apresentando os mesmos sinais de crise observados em Juiz de Fora (YAZBECK, 1999, p. 29-30).

³⁸ Ressaltamos que, dada a posição geográfica estratégica do município de Juiz de Fora, a produção da indústria local tinha como objetivo não só o atendimento das necessidades locais, mas também o abastecimento de cidades da região com as mercadorias aqui produzidas. O transporte destas, quando em grande quantidade, era feito principalmente pela via ferroviária, razão pela qual a carestia deste meio passa a impactar nos negócios das indústrias da cidade.

As alterações que se processaram no país a partir de meados da década de 1940 – quando finda o Estado Novo – e ao longo da década de 1950 colocaram mudanças no campo da política, da economia e da sociedade que reverberaram nas empresas nacionais e locais. Com o governo Dutra (1946-1951) houve um arrefecimento do estímulo à indústria, que foi retomado com o segundo governo Vargas (1951-1954). Todavia, é a partir de 1956 que

Percebe-se que, em clara oposição ao que ocorrera no governo Dutra, **a ação do governo, nos anos 50, voltou a ser dirigida para um projeto industrializante.** Certamente, o governo Juscelino Kubitschek levou essa proposta adiante com o Plano de Metas. O objetivo de crescer “50 anos em 5” encontrou, nas metas quantitativas do plano, a referência para adoção de medidas de incentivo ao investimento (GREMAUD; SAES; JUNIOR, 1997, p. 157, grifo nosso).

Destacamos que com JK (1956-1961) a valorização do setor industrial ganhou ímpeto com a entrada de capital estrangeiro no país, contexto em que as primeiras empresas multinacionais se instalam no Brasil. Foi neste momento que se intensificaram ações que caracterizam parte do desenvolvimentismo brasileiro, como realização de obras de infraestrutura para as indústrias com participação ativa do Estado e de financiamento externo.

A política de JK (“Plano de Metas”) (...) era baseada no processo de substituição de importações, dentro de uma lógica de interiorização, integração nacional e urbanização acentuada, sendo o Estado o grande agente estratégico de planejamento macroeconômico, de geração de empregos por meio de gastos públicos, favorecendo a entrada do capital estrangeiro no país. Além disto, setores organizados da sociedade, da igreja católica, espaços universitários buscaram promover uma cultura popular e a constituição de uma pedagogia libertadora e conscientizadora, voltada para uma mudança social mais profunda (TORGAL; ÉSTHER, 2014, p. 168-169).

Do ponto de vista social, no governo Kubitschek, assim como nos que o sucederam até 1964 – Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1961-1964)³⁹ – avançaram os debates sobre as políticas de Bem-Estar Social e sobre o socialismo, sendo a mudança social apontada na citação expressão deste processo. Não obstante, do ponto de vista econômico, ao final de seu mandato em 1961, o país encontrava-se em uma complicada situação econômica, expressa no

³⁹ O período que compreende os mandatos de JK, Jânio Quadros e João Goulart foi marcado, para além das mudanças econômicas, por um processo de abertura democrática. No governo de João Goulart, por exemplo, destacamos as propostas de reformas de base (agrária, educacional, urbana, etc.) que tinham como finalidade a resolução de problemas históricos do Brasil, como o analfabetismo e a má distribuição de terras, por exemplo. Contudo, o golpe civil-militar de 1964 depôs o então presidente e barrou as reformas propostas, dando início à uma ditadura que se estendeu até 1985. Sobre este processo, conferir *Ditadura e Serviço Social: Uma análise do Serviço Social no Brasil nos pós 64*, de autoria de José Paulo Netto.

crescimento da dívida externa e no aumento da inflação (GREMAUD; SAES; JUNIOR, 1997). Nesta direção, a industrialização massiva alavancada pela lógica governamental desenvolvimentista, estimulada pela entrada do capital internacional no Brasil e pelo aceleramento da urbanização, ainda que tenha sido favorável às indústrias, ocasionou um aumento da precarização das condições de vida da classe trabalhadora.

No que tange a realidade local,

A mudança de rumos do crescimento econômico nacional acarretou em Juiz de Fora consequências para a continuidade do seu desenvolvimento econômico, posto que esteve ausente dos grandes projetos de investimentos idealizados pelo Plano de Metas, sendo apenas beneficiada marginalmente com a instalação da Facit S.A. Máquinas de Escritório e da Becton Dickison Indústrias Siderúrgicas Ltda., de capital internacional, sem alterar a tendência de decadência industrial da cidade. **O capital local entrou num processo de falência, com várias indústrias tradicionais fechando suas portas, e os novos empreendimentos não foram seguidos de similares, razão pela qual não foi possibilitada a dinamização da estrutura produtiva da cidade.**

Cabe destacar que, nesse período, Juiz de Fora enfrentou sérias deficiências de infraestrutura – energia, transporte telefonia e abastecimento de água e saneamento – que se constituíram em barreiras ao processo (JACOMETTI, 2009, p. 32, grifo nosso).

Com isto, constata-se que entre 1930 e fins de 1950, Juiz de Fora passa por um intenso processo de crise da industrialização propiciado pelas alterações que se delineavam no país. Tendo em vista que a industrialização era a base econômica do município, sua crise acarreta em graves consequências para o operariado, como aumento do número de demissões. Neste bojo, as expressões da questão social se adensam e, diante do aprofundamento da pobreza colocado pela crise, fazem urgir a importância de investimento na área social pelo poder municipal, contexto em que a Escola de Serviço Social de Juiz de Fora tem sua gênese⁴⁰ em fins dos anos 1950.

O que se assiste nos anos 1960 é a continuidade deste processo de crise econômica no município (JACOMETTI, 2009) marcado pelo fechamento de diversas indústrias. Nas décadas seguintes, a economia juiz-forana continua a perder seu caráter industrializante passando, aos poucos, a caracterizar-se pela preponderância de empresas prestadoras de serviços.

Sobre as ponderações delineadas neste item, o que consideramos importante pontuar são as singularidades juiz-foranas no processo de industrialização nacional, que conferem ao município características particulares. De posse dos elementos apresentados, observa-se como

⁴⁰ As questões relacionadas à gênese da ESS serão retomadas adiante.

Juiz de Fora é impactada pelas mudanças colocadas pelo crescimento da industrialização nacional desde os anos 1930. As transformações ocorridas em âmbito internacional e nacional nos anos que se seguem ao fim da década de 1950 não serão capazes de contribuir para a retomada do crescimento econômico do município através da industrialização, mas impactarão nas empresas de diversas formas, o que inclui o trabalho dos/das assistentes sociais neste espaço sócio ocupacional. Assim, é preciso conhecer os acontecimentos ocorridos na realidade social a partir dos anos 1960 para que se possa compreender as mudanças relativas ao trabalho profissional nestes espaços.

1.2) Crise do internacional do capital e ditadura civil-militar brasileira

Os anos 1960 e 1970 foram marcados por um conjunto de transformações em nível internacional e nacional “vinculadas às formidáveis mudanças que ocorreram no chamado “mundo do trabalho”” (NETTO, 2012, p. 416) que reverberaram nas empresas e no trabalho dos/das assistentes sociais em empresas, razão pela qual consideramos importante situá-las. Para tal, antes de pontuarmos as transformações ocorridas na realidade brasileira, é preciso esclarecer que, no cenário internacional, a década de 1970 foi marcada como um período de intensas metamorfoses na estrutura do capitalismo diante do esgotamento do padrão produtivo vigente até então e, ainda que os traços iniciais deste movimento se fizessem presentes já na década de 1960 (NETTO, 1996), foi no marco dos anos 1970 que vivenciamos eventos que alteraram intimamente o mundo do trabalho.

Segundo Lins (2015), o capitalismo com o propósito de se expandir a cada ciclo produtivo, move-se continuamente e se metamorfoseia. Todavia,

É válido salientar que o processo de expansão do capitalismo é permeado por períodos de crescimento acelerado, estagnação, crescimento desacelerado, e, para manter-se como modo de produção dominante, o capitalismo deve estar em constante expansão e acumulação, buscando superar as próprias barreiras internas que constituem sua estrutura. (...).

E, para manter a expansão da acumulação capitalista, sempre serão criados técnicas e métodos para aumentar a produtividade do trabalho coletivo (LINS, 2015, p. 88-89).

Compreender os movimentos que alicerçaram o processo conhecido como reestruturação produtiva, implica em remontar aos elementos do modo de produção capitalista

nos países centrais⁴¹ no século XX para explicar as razões que subsidiaram mudanças que reconfiguraram a organização do capital ao redor do mundo.

Partindo do pressuposto de que os movimentos de expansão, estagnação e desaceleração são inerentes ao modo de produção capitalista, Lins (2015) expõe que o período que compreende as décadas de 1930 a 1960 foi, nos países centrais, um momento de expansão do capitalismo, que a partir do binômio keynesianismo-fordismo pôde alcançar grande crescimento econômico e elevadas taxas de lucro, constituindo décadas gloriosas da fase monopolista do capital (NETTO, 2010).

Nesta conjunção, visualizamos na Europa no período citado a existência do *Welfare State*. Fundamentado nos princípios do keynesianismo na esfera estatal e do fordismo no âmbito produtivo, a experiência do *Welfare State*, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, foi marcada “por uma forte expansão, com taxas de lucro altas e ganhos de produtividade para as empresas, e políticas sociais para os trabalhadores” (BEHRING; BOSCHETTI, 2001, p. 82).

Behring e Boschetti (2011) debruçam-se sobre estes elementos e esmiúçam tanto as particularidades que permitiram a emergência e concretização do *Welfare State* quanto aquelas que foram basilares para sua derrocada. Para compreender este processo, é necessário ressaltar as bases materiais e subjetivas que deram sustentação ao *Welfare State*. Apesar de se expressarem desde a década 1930, é com o fim da Segunda Guerra Mundial (1945) que seus elementos se fazem mais perceptíveis - tendo em vista a necessidade de reerguimento econômico europeu diante da conjuntura de adversidade e precariedade posta pelo pós-guerra - via acumulação baseada no binômio keynesianismo-fordismo, elemento objetivo que permitiu o amadurecimento do capitalismo.

As formulações de Keynes⁴² consistiram em um dos elementos objetivos que deram esteio ao *Welfare State*. Os países europeus, principalmente os nórdicos, incorporaram suas prescrições e passaram a agir com o objetivo de recuperar a economia e evitar futuras crises via maior intervenção estatal, pois presumia-se que um Estado mais amplo poderia conter futuros momentos de recessão na medida em que haveria maior regulação do mercado, que não mais

⁴¹ Utilizamos o termo países centrais na mesma perspectiva de Lins (2015), que usa tal classificação para referir-se aos países mais desenvolvidos economicamente, como os europeus e norte-americanos.

⁴² John Maynard Keynes (1883-1946) foi um economista britânico cujas convicções, que defendiam a “intervenção estatal com vistas a reativar a produção” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 83), foram utilizadas nos contextos da crise de 1929 nos Estados Unidos (através do *New Deal*) e nos países europeus, principalmente após a Segunda Guerra Mundial. As ideias de Keynes se opunham a princípios elementares do liberalismo ortodoxo, haja vista que não defendiam o livre mercado e a não intervenção do Estado e que buscavam alternativas democráticas aos períodos de instabilidade (BEHRING; BOSCHETTI, 2011). Contudo, de modo algum antagonizavam a existência do capitalismo, sendo utilizadas pelo próprio modo de produção como mecanismo de saída das crises citadas.

poderia se autorregular conforme apregoava o liberalismo ortodoxo. Nesse sentido, os estados buscaram conter as crises

Através de alguns mecanismos, que seriam indispensáveis pela burguesia liberal *stricto sensu*. São eles: a planificação indicativa da economia, na perspectiva de evitar os riscos das amplas flutuações periódicas; a intervenção na relação capital/trabalho através da política salarial e do “controle dos preços”; a distribuição de subsídios; a política fiscal; a oferta de créditos combinada a uma política de juros; e as políticas sociais. (...). Tal intervenção estatal para fugir da armadilha recessiva provocada pelas decisões dos agentes econômicos individuais, com destaque para o empresariado, tinha em perspectiva um programa fundado em dois pilares: pleno emprego e igualdade social (...) (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 86).

Em relação ao exposto, é necessário fazermos algumas considerações. Em primeiro lugar, no tocante aos mecanismos utilizados pelos estados, principalmente no que se refere às políticas sociais, cabe ressaltar que elas foram um dos elementos de composição do pacto social que se estabeleceu entre capital e trabalho - no qual as organizações de trabalhadores adiaram o projeto revolucionário em prol da garantia de direitos no interior do capitalismo no período de vigência do *Welfare State* (BIHR, 1998)⁴³ -, mas não criaram condições suficientemente favoráveis para questionamento do capitalismo na medida em que se constituíram como tática utilizada pelo próprio capital para saída da crise.

Um segundo item que requer atenção por se relacionar de modo mais íntimo com o objeto desta pesquisa, refere-se à consideração feita sobre o empresariado. Behring e Boschetti (2011) apontam que uma das finalidades da intervenção estatal seria esquivar-se das “armadilhas” colocadas pelas decisões de agentes econômicos particulares, como o empresariado, tendo em vista seu “*animal spirit*”⁴⁴ (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 85).

⁴³ Bihr (1998) indica que este acordo no qual as classes fundamentais se conciliaram foi um dos motivos que possibilitou o arrefecimento dos movimentos de trabalhadores nos decênios de 1970 e 1980, contribuindo para a eclosão de movimentos sociais insólitos. Os denominados “novos movimentos sociais”, não mais tinham como centralidade a luta por mudanças radicais e estruturais da sociedade, como os clássicos movimentos de trabalhadores (sindicatos e partidos políticos). Pelo contrário, suas pautas tinham por objetivo a luta por questões específicas, como feminismo, meio-ambiente, homossexualidade, dentre outras que já não questionavam a ordem vigente, mas “situavam-se geralmente fora da esfera imediata do trabalho e da produção” (BIHR, 1998 p. 143) e mantinham “uma relação de indiferença, ou mesmo de hostilidade, em relação às formas organizacionais e às referências políticas e ideológicas do movimento operário sob hegemonia socialdemocrata” (idem, 1998, loc. cit.). Isso se deve ao fato de que, na medida em que organizações operárias adiaram o projeto revolucionário em nome da defesa dos princípios da socialdemocracia e que as experiências socialistas reais não alçaram êxito, adensando a descrença na tradição marxista e marxiana, o proletariado foi perdendo paulatinamente a centralidade na condução das lutas sociais (BIHR, 1998). Ademais, a fragmentação da classe trabalhadora enquanto decorrência da crise da socialdemocracia e da reestruturação produtiva dela derivada (ANTUNES; ALVES, 2004) também foi um elemento que colocou dificuldades para que organizações de trabalhadores com pautas mais abrangentes e universais pudessem sobressair.

⁴⁴ Espírito animal, em tradução literal.

Contudo, isto não significa que uma maior intervenção estatal tenha relegado ao empresariado lugar coadjuvante no processo, pois este setor pôde alçar grandes ganhos, fazendo com que as empresas tivessem amplo crescimento neste período.

O segundo elemento objetivo que subsidiou o *Welfare State* foi o fordismo, cujos preceitos modificaram a esfera da produção de modo irreversível. O fordismo, aliado à “introdução dos princípios tayloristas e de Fayol, os quais preconizavam um brutal aumento da produtividade do trabalho a partir da decomposição do processo de trabalho em movimentos rigorosamente estudados, tendo em vista o controle do tempo (...)” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 87), buscava aumentar a produção de mercadorias reduzindo o tempo de produtividade. Nesse sentido, introduziu-se a linha de montagem como engenho de racionalização do tempo, pois com ela cada trabalhador era responsável por uma parte específica do processo produtivo e não mais pela totalidade dele. Com isso, foi possível massificar a produção que, neste momento, visava fabricar em larga escala e estimular o consumo na mesma proporção.

Contudo, é importante considerar também as razões subjetivas pelas quais se preconizou o *Welfare State*. Com o fim da 2ª Guerra Mundial teve início, em meados de década de 1940, a denominada Guerra Fria, conflito sem enfrentamento bélico travado entre EUA e URSS, representantes mundiais do capitalismo e do socialismo, respectivamente. Neste momento, o socialismo se firmava como uma atemorização real à hegemonia do capital, devendo, por isso, ser deslegitimado enquanto alternativa de sociabilidade segundo a lógica das classes dirigentes. Assim,

a base subjetiva para os anos de crescimento foi a força dos trabalhadores e o novo paradigma socialista que se expandia a leste da Europa, o que forjou um grande pacto social entre os seguimentos do capital e do trabalho do setor monopolista, coordenado e sustentado pelo Estado, com governos socialdemocratas na Europa ocidental (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 83).

No tocante aos trabalhadores, é válido elucidar a resistência que colocaram ao fordismo inicialmente, pois o processo de trabalho por ele posto era árduo, repetitivo e exigia intenso esforço físico. Nesse sentido, foi preciso que mecanismos fossem criados para que houvesse aceitação por parte do operariado do padrão de produção e consumo e, principalmente, de vida que se estabelecia, cenário no qual são implementadas políticas sociais de grande abrangência

na Europa voltadas para a classe trabalhadora no sentido de criar consenso e anuência⁴⁵. A universalidade das políticas sociais – baseadas no Plano Beveridge - se configurou como algo sem precedentes no histórico dos direitos dos trabalhadores, posto que até este momento, não havia tido instituição de mecanismos sociais em larga escala que abrangessem não só os extremamente pauperizados, mas também demais extratos da classe trabalhadora.

“O contexto da Guerra Fria e a necessidade de fazer um contraponto civilizado ao ainda recente Estado socialista” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 114), conforme apontado, somado à utilização do binômio keynesianismo-fordismo na esfera do Estado e da produção contribuíram para que o capital pudesse alçar grandes ganhos em seu período áureo. A junção destes elementos caracteriza as “condições políticas especiais que viabilizaram a experiência do *Welfare State*” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, loc. cit.).

No sentido de avançarmos em nossa reflexão, pontuamos que, ao final da década de 1960 e principalmente a partir de 1970 (NETTO, 1996), o capital começa a expressar indicativos de uma severa crise que coloca a premência de redefinição de suas bases de produção para que os ganhos sejam mantidos. A crise que se instaura “tem a função objetiva de se constituir como o meio pelo qual a lei do valor se expressa e se impõe. Ela é a consolidação de dificuldades crescentes de realização da mais-valia socialmente produzida, o que gera superprodução, associada à superacumulação” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 117). Assim sendo, ao passo em que as taxas de lucro do empresariado começaram a entrar em declínio (NETTO, 1996) devido às dificuldades de realização da mais-valia, toda a engrenagem

⁴⁵ Segundo Behring e Boschetti (2011, p. 64) “o surgimento das políticas sociais foi gradual e diferenciado entre os países, dependendo dos movimentos de organização e pressão da classe trabalhadora, do grau de desenvolvimento das forças produtivas, e das correlações e composições de força no âmbito do Estado. Os autores são unânimes em situar o final do século XIX como o período em que o Estado capitalista passa a assumir e a realizar ações sociais de forma mais ampla, planejada, sistematizada e com caráter de obrigatoriedade”. Embora existentes na Europa desde o século XIX, foi no segundo pós-guerra que se engendraram as condições para que as políticas sociais fossem ampliadas para grande contingente de trabalhadores europeus via “estabelecimento de uma aliança de classes, o que só se viabilizou devido ao abandono, por boa parte da classe trabalhadora, do projeto de socialização da economia” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 92). As referidas autoras pontuam que o consenso que se estabeleceu entre capital e trabalho, bem como as alianças entre partidos europeus de esquerda e de direita, propiciou a ascensão de partidos socialdemocratas que institucionalizaram “a possibilidade de estabelecimento de políticas abrangentes e mais universalizadas, baseadas na cidadania, de compromisso governamental com aumento dos recursos para expansão de benefícios sociais, de consenso político em favor da economia mista e de amplo sistema de bem-estar e de comprometimento estatal com crescimento econômico e pleno emprego. (...) É certo que essas iniciativas têm sua origem nas reivindicações da classe trabalhadora durante o século XIX, tendo sido ampliadas no consenso pós-guerra, sobretudo com a influência do Plano Beveridge (idem, 2011, loc.cit.). Com isso, observa-se que as políticas sociais se instituíram como um dos aparatos de criação de consenso entre a classe trabalhadora, dado que esta adiou o projeto revolucionário em prol de garantias imediatas, como amplo acesso a benefícios sociais. As ideias de universalidade e amplitude estiveram na base de constituição das políticas sociais alicerçadas no Plano Beveridge, posto que este previa que os benefícios sociais se estendessem às classes médias, não ficando restritos apenas aos pobres. Foi preconizado que estes benefícios estivessem alinhados aos padrões de consumo da classe média e que sua prestação fosse realizada de modo igualitário para todos os trabalhadores, independente de seus ganhos (Cf. BEHRING; BOSCHETTI, 2011.).

do capital foi modificada para que seus ganhos fossem retomados, o que representou mudanças nas áreas econômica, social, política e, essencialmente, produtiva, visto que se inicia o processo de reestruturação desta esfera.

Na lógica das classes dirigentes, a expansão capitalista deve ser crescente de modo a garantir a elevação continuada dos lucros e quando isto não se realiza, mutações estruturais se fazem precisas. Nesta direção, a estagnação do consumo e a queda das taxas de lucro, engendraram a necessidade de mudanças na estruturação do capital de modo a garantir seus objetivos e, é neste amálgama que o modo de produção “começa a apresentar os primeiros sinais de crise com a tomada de consciência de que os padrões vigentes de organização do trabalho eram ineficientes para garantir os altos níveis de lucro que a empresa monopolista obteve em seu auge” (PAGOTTO *apud.* AMARAL; MOTA, 2015 p. 60).

Netto (1996, p. 90) nos esclarece que é na década de 1970 que os elementos da crise do capital se fazem mais visíveis, principalmente quando

em 1974-1975 explode a “primeira recessão generalizada da economia capitalista internacional desde a Segunda Guerra Mundial (Mandel, 1990: 9). Essa recessão monumental e o que se lhe seguiu pôs de manifesto um giro profundo na dinâmica comandada pelo capital: chegava ao fim o padrão de crescimento que, desde o segundo pós-guerra e por quase trinta anos (as “três décadas gloriosas” do capitalismo monopolista), sustentara, com as suas “ondas longas expansivas”, o “pacto de classes expresso no *Welfare State* (Przeworski, 1991). Emergia um novo padrão de crescimento (...). É para responder a este novo quadro que o capital monopolista se empenha, estrategicamente, numa complicada série de reajustes e reconversões que, deflagrando novas tensões e colisões, constrói a contextualidade em que surgem (e/ou se desenvolvem) autênticas transformações societárias.

Esta reconfiguração alterou elementos tanto da esfera da produção quanto do Estado ao substituir, respectivamente, o fordismo pelas formas flexíveis de acumulação e o keynesianismo pelo receituário neoliberal (AMARAL; CÉSAR, 2009), “constituindo processo de caráter mundial em cada local que se desenvolvem. (...). Visando assegurar a continuidade do sistema, foram realizadas modificações nas relações de trabalho, na produção, na circulação e na regulação” (LINS, 2015 p. 91). No âmbito da produção, as modalidades de trabalho flexíveis substituíram o fordismo ao colocarem como imperativo alterações que afetaram a estrutura produtiva, concebendo novos padrões de acumulação e de organização da força de trabalho.

A importância em apresentarmos estes dados da conjuntura internacional se coloca pelo fato de que suas refrações serão visualizadas no Brasil. Contudo, apenas a partir dos anos 1980

os desdobramentos deste processo de crise internacional se farão mais evidentes na realidade brasileira, questão que será retomada adiante.

Explicitadas as transformações ocorridas em âmbito internacional nos anos 1960 e 1970, cuja crise do capital é expressão, cabe agora apontar as modificações observadas no Brasil neste período no sentido de conhecermos a realidade nacional e contextualizarmos nosso objeto. Contudo, antes de dedicarmo-nos a conhecer estas modificações, consideramos válido fazer um breve apontamento: nosso país jamais obteve a oferta de políticas sociais nos moldes do *Welfare State*. Pelo contrário, a falta de universalidade, a restrição e a fragmentação são características das políticas sociais nacionais (Cf. BEHRING; BOSCHETTI, 2011) e, embora estas não sejam objeto da presente dissertação, sua citação logra destaque para que compreendamos que a ação do Estado brasileiro, historicamente, não se direcionou no sentido de atender as demandas da classe trabalhadora pela via da universalidade⁴⁶. Nesta direção, os benefícios concedidos pelas empresas aos trabalhadores, como habitação e saúde, por exemplo, podem ter ocupado o lugar que deveria ser suprido pelas políticas sociais. Isto parece revelar um aspecto do controle ideológico do operariado pelas empresas, pois ante o reconhecimento da falta de acesso a mecanismos indispensáveis para reprodução da própria vida pela via das políticas sociais, é possível que trabalhadores tenham permanecido em seus postos para não perderem o acesso aos benefícios, que por vezes se estendiam aos familiares. Realizado este apontamento, que se relaciona como nosso objeto de investigação, apresentamos considerações sobre as transformações observadas no Brasil a partir da década de 1960.

O período que se coloca entre os governos de JK e João Goulart, marcado por mudanças econômicas e sociais, cuja democratização foi pujante, foi obstaculizado a partir de 1964 com a instituição da ditadura civil-militar (NETTO, 2010), que vigorou de 1964 a 1985.

Netto (2010) assinala que a ditadura, que se instalou com o golpe dado pelas forças armadas em 1º de abril de 1964, provocou mudanças profundas em diversos estratos do país, como econômico, social e político, colocando em evidência o projeto da autocracia burguesa (Cf. NETTO, 2010). O referido autor reconstrói os elementos que tipificaram este período da história brasileira, apontando que a ditadura modernizou o aparelho do Estado visando promover estabilidade social e política para o capital estrangeiro que se fixava no país desde a década de 1950 ao mesmo tempo em que buscava conservar valores e princípios morais hegemônicos na sociedade.

⁴⁶ Isto se altera quando, na década de 1990, saúde e assistência social, por exemplo, são elevadas à categoria de direito com a instituição do SUS e do SUAS respectivamente.

No plano econômico, a autocracia burguesa pode ser compreendida em sua totalidade em um período de três lustros, aqui destacados no sentido de elucidar como a ação do Estado, assim como em diversos momentos da história do Brasil, se orientou para atender o capital.

No primeiro lustro (1964-1968) foi criado o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) e o Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED), que tinham por finalidade promover dinamismo econômico e fornecer créditos para fomentar indústrias de bens de consumo duráveis, como as automobilísticas. No segundo (1968-1973), ocorreram eventos que caracterizaram estes anos como o período do “milagre econômico”, posto que houve intenso crescimento econômico com aumentos significativos do Produto Interno Brasileiro (PIB) (GREMAUD; SAES; JÚNIOR, 1997). Contudo, a despeito das elevadas taxas de crescimento, não houve divisão das riquezas produzidas para a população, posto que o que se verificou foi aumento da concentração de renda e adensamento das desigualdades sociais. No período do último lustro (1974-1979)

Tanto por condicionantes internos (desequilíbrios Inter setoriais) como por choques externos (primeiro choque do petróleo), a economia apresentava uma tendência à retração do crescimento. Agindo contra a tendência, o Estado implantou um ambicioso programa de investimentos (II PND – Plano Nacional de Desenvolvimento) visando sustentar as taxas de crescimento, o que se fez acompanhado de elevação da inflação e aprofundamento do endividamento externo (GREMAUD; SAES; JÚNIOR, 1997, p. 167).

As propostas econômicas colocadas em prática nestes três lustros alçaram ganhos para o empresariado nacional e estrangeiro fixado no Brasil, mas colocaram o país em uma profunda crise econômica cuja refração na vida da população se fez visível através elementos como o aumento do empobrecimento, da elevação das taxas de desemprego e da insuficiência dos serviços públicos no atendimento das necessidades sociais (Cf. NETTO, 2010).

No plano político e social, a ditadura teve como uma de suas principais características a repressão aos opositores do regime, sujeitos individuais ou coletivos, através de perseguições, prisões, torturas e até mesmo homicídios institucionalizados pela legislação autocrática - a exemplo do AI-5, que regulamentou a censura em 1968. Devido à repressão, movimentos de diversas frações da classe trabalhadora, como operário, docente e estudantil, arrefeceram suas lutas e passaram a ser considerados ilegais pelo regime instaurado, sendo submetidos por vários anos a resistirem de modo marginal⁴⁷.

⁴⁷ . Em Juiz de Fora, a repressão assumiu características muito severas, conforme abordaremos na seção III.

Em decorrência das elencadas modificações que se processaram nas décadas de 1960 e 1970, diversas alterações também ocorreram em níveis internacional e nacional nos anos 1980. No que tange as de âmbito nacional, já em fins da década de 1970 e princípios de 1980, o projeto da autocracia burguesa colocado pela ditadura civil-militar dava indícios de decadência em seus aspectos econômicos, políticos e sociais, processando grandes alterações na dinâmica social do país.

No plano econômico, os empreendimentos alvidrados pelos governos militares, como os citados PAEG e PED, por exemplo, levaram o país a um profundo processo de crise, revelando que aquilo que se preconizou em termos de crescimento não foi o bastante para modificar a situação real do Brasil. O período do “milagre econômico”, apesar do aumento do PIB (GREMAUD; SAES; JUNIOR, 1997), também não foi suficiente para promover profundas mudanças estruturais, de modo que altas taxas de inflação⁴⁸ e de concentração de renda poderiam ser verificadas enquanto refrações das políticas econômicas da ditadura.

No plano político e social, a emergência de movimentos sociais antes recrudescidos pela repressão é elucidativa para clarificar o descontentamento da população com o regime militar. Questionamentos à ditadura emergiram de movimentos religiosos – donde deve-se ressaltar a ação das CEBs -, estudantis e sindicais, que voltaram a realizar significativas paralisações e manifestações em oposição à ditadura. Sobre este processo, afirmam Castro e Toledo (2011, p. 4, grifo nosso) que

A crise instaurada no projeto autocrático burguês, aliada à ofensiva generalizada do imperialismo aos países de capitalismo periférico, configurou, portanto, um cenário social marcado por uma série de embates, caracterizando um período permeado pelo acirramento da luta de classes. No Brasil, neste contexto de tensões sociais, se insere a luta pela anistia (volta dos exilados políticos para o país), o surgimento do Partido dos Trabalhadores – PT (que se propunha representar os interesses dos assalariados a partir de um programa de direitos mínimos e transformações sociais que levassem ao socialismo), o movimento forte e organizado dos trabalhadores na luta pela conquista de seus direitos, traduzido no “novo sindicalismo”⁴⁹, tendo como marco a fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 28 de agosto de 1983, e as greves do ABC paulista.

⁴⁸ “O Brasil saltou de uma inflação anual de 91,2%, em 1981, para 217, 9% em 1985” (KUCINSKI; BRANFORD, 1987 *apud*. BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 139).

⁴⁹ “O processo de redemocratização do país, acompanhado de novas práticas e formas de organização teve, como desdobramento, o fortalecimento dos movimentos sociais, sobretudo o sindical, com a atuação do chamado “Novo Sindicalismo”. Nascido nas áreas mais avançadas do país e preparado por violentos enfrentamentos contra a ditadura, o “Novo Sindicalismo” elaborou uma crítica contundente à velha ordem estatista que comandava o sindicalismo brasileiro desde Vargas e propunha uma organização autônoma, “não-atrelada” do movimento sindical” (CÉSAR, 2008b, p. 145).

De um modo geral, os anos 1980 marcaram um período de crise e ruptura. Na economia, foi uma década que sofre as consequências das mudanças ocorridas no modelo de acumulação capitalista na década de 1970. Ao mesmo tempo, na esfera política, gerou um novo processo, cujo agente principal foi a ação organizada de expressivos setores da sociedade, que buscaram romper as bases de sustentação da ditadura para restabelecer o Estado democrático.

No período em que se adensavam as condições de insustentabilidade do regime ditatorial, o Brasil se encontrava, novamente, imerso em uma crise econômica e a classe trabalhadora continuava despossuída de condições dignas para produção e reprodução da vida, estando, ainda, marcada pelas sequelas postas pelos longos anos de repressão a que esteve submetida e buscando melhorias através da organização em movimentos sociais. Assim, a ditadura não superou nenhum dos históricos problemas brasileiros, p

elo contrário: adensou ainda mais as duras condições de vida da população brasileira. Sobre isto, aponta Netto (2010, p. 15, grifo nosso) que

Os três lustros que demarcaram no Brasil a forma aberta da autocracia burguesa (Fernandes, 1975) – constituindo mesmo, no curso do seu desdobramento, um regime político ditatorial terrorista – assinalaram, para a totalidade da sociedade brasileira, uma funda inflexão: afirmaram uma tendência de desenvolvimento econômico-social e político que acabou por modelar um país novo.

Ao cabo do ciclo ditatorial, nenhum dos grandes e decisivos problemas da sociedade brasileira (...) estava solucionado. Ao contrário: aprofundados e tornados mais complexos, ganharam um dimensionamento mais amplo e dramático. A ditadura burguesa, porém, não operou deles uma reprodução simples: realizou a sua reprodução “ampliada” – e aqui sua novidade: o desastre nacional em que se resume o saldo da ditadura para a massa do povo brasileiro desenhou uma sociedade de características muito distintas das existentes naquelas em que triunfou o golpe de abril.

Findada oficialmente em 1985, a ditadura civil-militar deixou marcas irreversivelmente drásticas na história brasileira. Entretanto, dando sequência aos questionamentos que já no início da década emergiam, o que se observa com a redemocratização é que, apesar de economicamente os anos 1980 serem “conhecidos como década perdida” são também “lembrados como período de conquistas democráticas, em função das lutas sociais e da Constituição de 1988” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 138). Assim, se verifica no referido decênio uma verdadeira efervescência social colocada pela abertura democrática e pelo reerguimento dos movimentos sociais, donde se inclui o operário, na cena política do país.

Ao mesmo tempo em que o Brasil passava por mudanças relacionadas à crise da ditadura, em âmbito internacional, diversas alterações vinculadas à crise do capital sinalizada

desde fins dos anos 1960 (NETTO, 1996), se processavam no sentido de retomada dos altos padrões de acumulação capitalistas. Uma destas alterações se referiu à mudança da organização da produção e do trabalho com a passagem do fordismo para o toytismo.

(...) a “substituição” pelo toytismo não deve ser entendida, o que nos parece, óbvio, como um novo modelo de organização societária, livre das mazelas do sistema produtor de mercadorias e, o que é menos evidente e mais polêmico, mas também nos parece claro, não deve ser concebido como um avanço em relação ao capitalismo da era fordista e taylorista. Neste universo, a questão que nos parece mais pertinente é aquela que interroga em que medida a produção capitalista realizada pelo modelo toyotista se diferencia essencialmente ou não das várias formas existentes de fordismo (ANTUNES, 2010, p.39).

Sob o toytismo, segundo Lins (2015), passou-se a priorizar as operações com estoque mínimo através da preconização da produção por demanda em detrimento da produção em massa. O objetivo desta medida era evitar crises de superprodução e perda de lucratividade em contextos em que a capacidade de consumo fosse menor que a oferta de mercadorias, visto que o consumo em massa já não era uma realidade nos países centrais. Para tal, houve uma inversão da lógica entre produção e compra, pois se antes a fabricação de mercadorias antecedia a aquisição, com esta alteração, alguns setores – como o automobilístico – passaram a vender antes de produzir, pois assim a mais-valia se efetivaria no ato da compra, *a priori* da produção, evitando a superprodução e a superacumulação de mercadorias em grandes estoques que poderiam não serem vendidos. Desse modo, o toytismo flexibilizou a esfera da produção. Uma característica deste modelo japonês de produção e de exploração da força de trabalho

é que, para a efetiva flexibilização do aparato produtivo, é também imprescindível a flexibilização dos trabalhadores. Direitos flexíveis, de modo a dispor desta força de trabalho em função das necessidades do mercado consumidor. **O toytismo estrutura-se a partir de um número mínimo de trabalhadores, ampliando-os, através de horas extras, trabalhadores temporários ou subcontratação** (ANTUNES, 2010, p. 34, grifo nosso).

Figurando-se como unidade medular nesta conjuntura, o incremento tecnológico, ao alterar a esfera da produção

Tem implicado numa radical economia de trabalho vivo, elevando o índice da força de trabalho excedente (engrossando ainda mais o exército de reserva). Essa reestruturação tem introduzido diversificadas modalidades de contratação, tem criado novas estratificações e acentuado as discriminações entre os trabalhadores (...). Tanto a flexibilização quanto a precarização se

metamorfoseiam, assumindo novas configurações, impondo aos trabalhadores que se submetam a quaisquer condições para atender ao novo ritmo e às rápidas mudanças, transformando os trabalhadores em obsoletos e descartáveis, que devem ser substituídos por outros novos e modernos, ou seja, os trabalhadores também foram transformados em *flexíveis* (LINS, 2015 p. 93).

Por conseguinte, observamos como desdobramento dois movimentos que compõe o mesmo processo: por um lado, elevam-se as taxas de desemprego, pois ao passo em que a tecnologia substitui a força de trabalho, os postos de trabalho diminuem no interior do processo produtivo configurando o denominado desemprego estrutural; por outro, na medida em que estes postos encolhem, os trabalhadores, quando conseguem se inserir no mercado de trabalho, são incorporados de modo cada vez mais precário, seja via terceirizações, contratos temporários, trabalho autônomo ou até mesmo via retomada de práticas antiquadas de exploração de força de trabalho, como trabalho escravo ou servil. Sobre isto, Antunes (2010, p. 47) é elucidativo ao explicar que no mundo do trabalho se observa

(...) uma múltipla processualidade: de um lado verificou-se uma *desproletarização do trabalho industrial, fabril*, nos países de capitalismo avançado, com maior ou menor repercussão em áreas industrializadas do Terceiro Mundo. Em outras palavras, houve uma diminuição da classe operária industrial tradicional. Mas, paralelamente, efetivou-se uma enorme ampliação do assalariamento no setor de serviços; verificou-se uma significativa heterogeneização do trabalho, expressa também através da crescente incorporação do contingente feminino no mundo operário; vivencia-se também uma *subproletarização* intensificada, presente na expansão do trabalho parcial, temporário, precário, subcontratado, “terceirizado” (...). O mais brutal resultado dessas transformações é a expansão, sem precedentes na era moderna, do *desemprego estrutural*, que atinge o mundo em escala global. Pode-se dizer que há uma *processualidade contraditória* que, de um lado, reduz o operariado industrial e fabril; de outro, aumenta o subproletariado, o trabalho precário e o assalariamento no setor de serviços. Incorpora o trabalho feminino e exclui os mais jovens e os mais velhos. Há, portanto, um processo de maior *heterogeneização, fragmentação e complexificação* da classe trabalhadora.

Em decorrência destas transformações, há uma reconfiguração da própria classe trabalhadora que, na atualidade, engloba “homens e mulheres que vivem da venda da sua força de trabalho – a classe-que-vive-do-trabalho, conforme nossa denominação (Antunes, 1995 e 1999) – e que são despossuídos dos meios de produção” (ALVES; ANTUNES, 2004, p. 336). Esta reconfiguração tem trazido consequências para a organização política da classe trabalhadora de modo muito incisivo, conforme aponta Antunes (2010). Com os processos de flexibilização, visualizamos maior fragmentação dos trabalhadores que, quando inseridos de

formas diversas em distintos espaços de trabalho, encontram-se com dificuldades de pleitear suas demandas de maneira articulada e conjunta. Assim, diante da expressiva redução quantitativa do operariado fabril e da multiplicidade de ocupações e inserções, vivenciamos mundialmente uma retração dos movimentos sociais nos anos 1980, como sindicatos e partidos políticos (BIHR, 1998) e, em decorrência, um descenso das lutas dos trabalhadores.

Outrossim, a derrocada da URSS, marcando o fim da Guerra Fria, reduziu as possibilidades de enfrentamento ao capitalismo de forma ampla, pois ao passo em que evidenciou o revés da principal experiência socialista, contribuiu para a marginalização do debate sobre o projeto de socialização da economia (BEHRING; BOSCHETTI, 2011) no interior dos sindicatos e partidos políticos e para a ascensão dos “novos” movimentos sociais, cujos postulados pós-modernos formavam sua base teórico-metodológica⁵⁰. Em síntese,

A derrocada do Leste europeu, do (neo)stalinismo e da esquerda tradicional – que o ideário da ordem chamou de “fim do socialismo” – também tiveram forte repercussão nos organismos de representação dos trabalhadores, que se vêm ainda mais na defensiva. (...).

Os sindicatos operam um intenso caminho de institucionalização dos movimentos autônomos de classe. Distanciam-se da ação, desenvolvida pelo sindicalismo classista e pelos movimentos sociais anticapitalistas, que visavam o controle social da produção, ação está tão intensa em décadas anteriores, e subordinam-se à participação dentro da ordem. Tramam seus movimentos dentro dos valores fornecidos pela sociabilidade do mercado e do capital. O mundo do trabalho não encontra, em suas tendências dominantes, especialmente nos seus órgãos de representações sindicais, disposição de luta com traços anticapitalistas⁵¹ (ANTUNES, 2010, p.35).

Somam-se à essas características do processo de reestruturação produtiva elencadas, aquela que reconfigurou o capitalismo de modo tal que a maior parte de suas grandes operações

⁵⁰ De acordo com Wood (1999, p. 11) “Os pós-modernistas interessam-se por linguagem, cultura e “discurso”. (...). A sociedade não é simplesmente semelhante à língua. Ela é a língua; e, uma vez que todos nós somos dela cativos, nenhum padrão externo de verdade, nenhum referente externo para o conhecimento existe para nós, fora dos discursos específicos em que vivemos”. Com isto, vemos que para esta perspectiva não há uma verdade unívoca, mas sim interpretações da realidade feitas pelos sujeitos, que poderão percebê-la de modos distintos e atribuir-lhe diferentes significados. Na medida em que existem várias interpretações da realidade, a luta por mudanças estruturais na sociedade dará lugar à “política de identidades” (WOOD, 2003 p. 220), na qual os indivíduos reivindicarão mudanças pontuais de acordo com as opressões que vivem e percebem e não alterações para o conjunto da sociedade. As formas de organização dos “novos movimentos sociais” são expressões concretas das produções intelectuais pós-modernas, expressas por autores como Foucault e Lévi-Strauss (EVANGELISTA, 1992).

⁵¹ Sobre a década de 1980, “as diversas formas de resistência de classe encontram barreiras na ausência de direções dotadas de uma consciência *para além do capital*. Enfim, foi uma década crítica, repetimos, responsável pela mais aguda crise vivenciada pelo mundo do trabalho neste “século perdido”. Século que começou com a eclosão de uma revolução que, na sua origem em 1917, parecia capaz de iniciar o ciclo de desmontagem do capitalismo (...)” (ANTUNES, 2010., loc. cit.).

não se realiza sem sua interlocução na atualidade: a financeirização. Segundo Yamamoto (2011, p. 101), o capital financeiro consiste na “fusão entre o capital bancário e o industrial em condições de monopólio capitalista (...). A gestão desses monopólios converte-se em dominação da oligarquia financeira, que tende a crescer com lucros excepcionais, os empréstimos estatais, a especulação com terras, dentre outros mecanismos”.

A internacionalização do capital financeiro

passou a determinar a forma de distribuição das riquezas, o nível de emprego assalariado e os ritmos dos investimentos financeiros que direcionam a economia e são operacionalizados pelos bancos, companhias de seguro, fundos de pensão e sociedades financeiras de investimento coletivo. Este processo, divulgado como globalização da economia, revestindo-se de um sentido unificador das economias, não possibilita a melhor distribuição das riquezas sociais. Ao contrário, potencializa as desigualdades e a polarização entre países pobres e ricos (ALCÂNTARA; LEITE, 2011, p. 6).

Todas essas modificações ocorridas com a reestruturação produtiva gestaram mudanças viscerais no mundo do trabalho e precarizaram de forma ímpar as condições de produção e reprodução da classe trabalhadora, donde destacamos os trabalhadores das empresas, que adeririam fortemente ao toyotismo. Neste processo, o Estado não deixou de intervir nas relações entre classes (IASI, 2012) e elevou sua intromissão na esfera econômica diretamente vinculada à valorização do capital em detrimento do provimento de políticas sociais.

Estes aspectos da reestruturação produtiva se expressam de modo distinto nos diferentes países (ANTUNES, 2010) e, no Brasil, veremos a entrada de seus elementos a datar, principalmente, do decênio de 1990, que apesar das particularidades do país, se delinearão de modo muito semelhante ao exposto. Isto não significa que já na década de 1980 o país não representasse expressões das transformações aqui esboçadas - como o incremento tecnológico nas empresas e aumento do desemprego em sua decorrência -, mas sim que a maioria destes elementos se expressaria de maneira mais enfática na década seguinte, quando o país, de fato, adere aos preceitos neoliberais, questão que roga nossa atenção a partir deste momento.

1.3) Impactos do neoliberalismo na realidade brasileira e transformações nas empresas

Para conhecermos os impactos da reestruturação produtiva na realidade brasileira, é válido recordar que o contexto histórico nacional é muito diverso do europeu e guarda

especificidades em relação a este, o que reflete no modo como a reestruturação produtiva se expressa aqui: o fato de nosso país nunca ter vivenciado modelos de proteção social universais como o que vigeu no *Welfare State* e de nossa formação sócia histórica ser fundamentada em elementos como escravismo, colonialismo e patrimonialismo (Cf. BEHRING; BOSCHETTI, 2011), colocou inúmeras dificuldades na formação de nossa classe trabalhadora – principalmente nos períodos ditatoriais - que desde sua constituição, esteve submetida a condições de trabalho precárias e a intensos processos de repressão. Contudo, o processo de reabertura democrática colocado nos anos 1980 pelo fim da ditadura promoveu mudanças no âmbito dos direitos sociais de modo que

é possível afirmar que muito embora as políticas sociais da Nova República não tenham revertido o padrão de seguridade legado da ditadura militar, há uma ruptura na concepção de política social a partir de 1985, a qual se revela no compromisso com a constituição de um padrão mais equitativo de proteção, consolidados nos avanços sociais obtidos como a promulgação da Constituição de 1988. A Carta instituiu um sistema de seguridade social pautado num conjunto integrado de ações destinadas as assegurar os direitos relativos à saúde, previdência e assistência social, similar àquele existente nos países onde se desenvolveu o Estado de Bem-Estar Social (CÉSAR, 2008a, p. 151).

Segundo César (2008a), a denominada “Constituição Cidadã”, ainda que mantivesse expressões conservadoras do modelo anterior que vigorava desde 1967, demonstrou avanços nos direitos civis, políticos e sociais. Entretanto, por conta de seu conteúdo que buscava preconizar históricas demandas e necessidades pleiteadas pelos movimentos sociais da classe trabalhadora,

Mesmo antes de ser implementada, a Constituição tornou-se alvo de violentos ataques de todos que esperavam que com a redemocratização houvesse uma ampliação da ordem liberal, longe do “dirigismo estatista” e dos “igualitarismos” de um “Estado social” encampado pelas forças populares. Tais ataques desdobraram-se nos mecanismos de revisão constitucional na década de 1990, que buscaram congelar a reverter os avanços sociais alcançados, revelando que as forças conservadoras não aceitaram os novos preceitos legais como definitivos (CÉSAR, 2008a, p 150).

Na medida em que o que seria instituído pela carta constitucional já era questionado antes mesmo de sua promulgação, quando houve a entrada do receituário neoliberal (AMARAL; CÉSAR, 2009) e das formas flexíveis de acumulação no país nos anos 1990, o que se observou foi um adensamento da precariedade já vivenciada na realidade brasileira no âmbito

da produção, do trabalho e das condições de reprodução da classe trabalhadora. Neste esteio, no tangente ao domínio estatal, de acordo com Lins (2015, p. 105) observa-se que

A introdução da política de ajuste neoliberal, no Brasil, ocorre desde a campanha eleitoral, para o governo Fernando Collor de Mello, que prometia em sua plataforma derrotar a inflação mediante a adoção de medidas governamentais claramente neoliberais, em consonância com a cultura econômica monetarista. A programática governamental defendia explicitamente a implantação de reformas orientadas para o mercado, o que implicaria num forte enxugamento do Estado, pois, somente assim, seria possível superar a crise econômica e social pela qual o Brasil passava.

Na direção das reflexões de Lins (2015), indica Druck (2008, p. 47) que

No plano mais geral, a política econômica colocada em prática pelo governo Collor, revestida de um discurso sobre a necessidade de modernizar o país, se enquadra no projeto neoliberal já em curso a nível internacional, sobretudo nas políticas recomendadas pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial. Para o novo governo, tratava-se de inserir o país na nova ordem mundial redefinida pelo processo de globalização.

Com isto, observa-se como o governo Collor alinhou-se aos interesses do capital intimamente de modo que, apenas dois anos após a promulgação da CF de 1988, o país já incorporava indiscriminadamente as propostas neoliberais. Entretanto, foi “somente no governo de Fernando Henrique Cardoso que o processo de liberalização e privatização realmente foi intensificado” (LINS, 2015, p. 105).

A Reforma Gerencial do Estado pode ser considerada como uma das principais expressões da adesão aos postulados neoliberais no primeiro mandato de FHC (1994-1998). Sob a direção do então ministro da Administração Federal e Reforma do Estado, Luiz Carlos Bresser Pereira, o texto da reforma previa uma reconfiguração da estrutura do Estado no sentido de reduzir gastos considerados não essenciais. O argumento para tal era que o país enfrentava um momento de grave crise econômica e que, como mecanismo de reparabilidade, precisava reduzir os “onerosos” custos do setor público com políticas sociais e priorizar áreas diretamente relacionadas à economia.

Nesta direção, dentro da Reforma Gerencial, as políticas sociais passaram a compor o núcleo de serviços não exclusivos do Estado, podendo ser ofertadas em conjunto com a

iniciativa privada e com o Terceiro Setor⁵². Por outro lado, dentre as atividades exclusivas, colocou-se o fornecimento de infraestrutura para as empresas. Isto nos indica que o posicionamento do Estado brasileiro foi muito claro, como em toda história do país, ao ter como norte a defesa de ações que valorizariam o capital e lhe renderiam ganhos.

Lins (2015, p. 107) pontua que com as medidas de austeridade e contingenciamento de gastos colocadas pelas políticas econômicas, o governo FHC

Sob o discurso da preocupação com a suposta dívida pública, visando à redução do *déficit* público enquanto estratégia de combate à inflação, realizou ajustes fiscais por meio de *superávits* primários, mediante cortes orçamentários nas despesas públicas, especialmente nos recursos destinados à área social, como saúde, educação, habitação, entre outros. E nesse ínterim, foi sancionada a Lei de Responsabilidade Fiscal, estabelecendo regras rígidas para a limitação dos gastos públicos.

Com esta lei, houve um redimensionamento nos investimentos em políticas sociais, principalmente nas que compõe a Seguridade Social (Assistência Social, Previdência Social e Saúde) que se desdobrou nas seguintes tendências: no campo da Saúde e da Previdência Social a gestão de bens e serviços foi dividida com o setor privado, aumentado a privatização nestas áreas via planos de saúde e de previdência particulares – donde deve-se destacar o aumento quantitativo de empresas prestadoras destes serviços - e, na área da Assistência Social, a transferência de recursos para instituições do Terceiro Setor fez reemergir a tradicional caridade e filantropia aos pobres.

Com isso, o que se assistiu foi o desmonte do Estado brasileiro em termos de benefícios e políticas sociais para os trabalhadores – que há pouco haviam conquistados direitos mais abrangentes com a Constituição de 1988 - e, no mesmo processo, a priorização de ações que valorizariam o capital, como o fornecimento de infraestrutura para as empresas, o que reafirma o histórico apoio estatal ao empresariado. É no bojo destas transformações realizadas pelo Estado brasileiro para atender o capital

⁵²De acordo com Cesar e Amaral (2009, p. 1) “no Brasil, principalmente a partir dos anos 90 do século passado, expressões como “sociedade civil” e “terceiro setor” passaram a ser empregadas para denotar a suposta emergência de uma “nova forma de gestão social” que, fundamentada na solidariedade, na cooperação voluntária e no compromisso cívico com as necessidades coletivas, se contrapõe à gestão estatal acusada de ser ineficiente, burocrática e corporativista. A “Reforma do Estado” postulou o reconhecimento de um “espaço público não-estatal”, composto por organizações e iniciativas privadas sem fins lucrativos, que, em tese, seriam capazes de absorver a prestação de serviços sociais com base na “cidadania” e no “espírito comunitário”.

Que se difunde o modelo japonês nos anos 90, centrado na crescente adoção de duas práticas de gestão: os Programas de Qualidade Total e a terceirização⁵³.

A busca pela flexibilização da produção e do trabalho tem levado a um processo crescente de descentralização das empresas através da externalização de atividades. Esta externalização assume várias formas: contratos de trabalho domiciliar, contratos de empresas fornecedoras de componentes, contratos de serviços de terceiros e contratos de empresas cuja mão-de-obra realiza a atividade produtiva ou serviço na planta da contratante. Além disso, há a formação de “cascatas” de subcontratação, à medida que as empresas contratadas pela “empresa-mãe” subcontratam outras empresas e/ou outros trabalhadores para realizar o serviço que, por sua vez, podem também subcontratar outras empresas e outros trabalhadores, e assim por diante.

No interior das grandes empresas, os programas de treinamento, quando realizados, se concentram em atividades cujo objetivo principal é convencer sobre a cultura da qualidade que tem no envolvimento e cooperação do trabalhador sua base de sustentação. Na perspectiva gerencial, transformar cada empregado em um “parceiro”, que interiorize as metas e objetivos da empresa, concentrando seus esforços no aperfeiçoamento do trabalho, buscando maior produtividade, racionalidade e redução de custos, a fim de que contribua para a sobrevivência da empresa no mercado, é um desafio que tem assumido, em muitos casos, a forma de ameaça aos trabalhadores. **De fato, já que eles precisam preservar seus empregos, não lhes resta outra alternativa, a não ser “cooperar” e se “envolver”** (DRUCK, 2008, 54-55, grifos nossos).

Com isto, observamos como as empresas brasileiras se modificam drasticamente a partir da difusão do modelo japonês de produção, calcado na acumulação flexível e elementar à reestruturação produtiva do capital. Modelo este que, segundo Abreu (2011, p. 188), “representa não apenas um padrão de organização do processo produtivo, mas a base material da formação de uma subjetividade adequada aos imperativos da acumulação nos marcos de uma crise”⁵⁴. Através deste modelo, procede-se a instituição de um ““novo” homem – trabalhador multifacetado, polivalente, flexível, estável e, acima de tudo, construtor dos atuais padrões de sua própria dominação e exploração” (idem, 2011, loc. cit.).

Com o apoio do Estado, nas figuras de Collor e FHC, houve no país grandes incentivos estatais às empresas que puderam, por conseguinte, explorar mais mais-valia e, assim, alçar

⁵³ “Suas implicações, para os trabalhadores e para o movimento sindical, têm sido extremamente desastrosas. Reestruturando (e reduzindo drasticamente) os coletivos de trabalho, colocam na ordem do dia, uma discussão sobre a necessidade de criação de novas práticas sindicais e de ação coletiva que, para além da negociação (...) busque redefinir os referenciais de identidades sociais e, assim, os referenciais para uma atuação política propositiva que supere toda a forma de corporativismo ainda fortemente presente no sindicalismo brasileiro” (DRUCK, 2008, loc. cit.)

⁵⁴ “Essa subjetividade não se apresenta apenas referida ao consentimento e adesão do trabalhador à ordem do capital, mas, relaciona-se fundamentalmente à aceitação do capitalismo como horizonte histórico da humanidade, isto é, como racionalidade acima das classes, a partir da qual atribui-se à tecnologia o papel de sujeito da história e, conseqüentemente, a negação da centralidade do trabalho na formação de sociabilidades e da historicidade do trabalhador” (ABREU, 2011, loc. cit.).

maiores lucros e ganhos. Este processo rebateu de modo incisivo no consumo da força de trabalho de maneira que, para evitar conflitos, greves e manifestações, as empresas precisaram difundir mecanismos para aumentar o controle sobre a classe trabalhadora. Desse modo, na esteira das modificações apresentadas no âmbito empresarial, Amaral e Cesar (2009, p. 7-8) elencam um conjunto de iniciativas propostas pelo capital enquanto estratégias de influência e controle sobre a força de trabalho, que incluem

- a) Consumo da força de trabalho – as empresas utilizam inovações tecnológicas (...) e uma crescente informatização do processo de produção que, por sua vez, exige uma maior qualificação para determinados segmentos de trabalhadores. Para isso, (...) investem em treinamento e buscam elevar os níveis de escolaridade da força de trabalho. (...).
- b) Controle da força de trabalho - as empresas sofisticam os mecanismos de adequação do comportamento produtivo aos novos métodos de produção, buscando obter a adesão do trabalhador às metas de qualidade e produtividade. A natureza da relação salarial se afasta do processo de negociação coletiva e se concretiza na estratégia de individualização dos salários e na negociação direta empresa-trabalhador, sitiando os sindicatos e esvaziando o conteúdo político das reivindicações dos trabalhadores. (...).
- c) Reprodução material da força de trabalho – as empresas oferecem aos seus empregados um leque de benefícios e serviços sociais, chamados de “salários indiretos”, que constituem um importante instrumento para mobilizar o consenso em torno das metas de produção. (...). Com isso, (...) ampliam os sistemas de benefícios e incentivos, reforçando a dependência dos trabalhadores e intensificando a sua subordinação à disciplina fabril.
- d) Reprodução espiritual da força de trabalho – as empresas investem num processo de “aculturação” dos empregados e em formas ideológicas que pressupõem um “moral de envolvimento” para a geração de um novo comportamento produtivo adequado aos novos métodos de produção. Esta “moral de envolvimento” passa a permear o discurso e as práticas gerenciais, cujas prerrogativas são o “colaboracionismo entre as classes” e o “engajamento dos colaboradores” ou “associados”. (...).

A partir de então, observa-se que as empresas passam a difundir novas práticas para controle e vigilância da classe trabalhadora que, sob um discurso de colaboração e envolvimento, visam criar consenso e escamotear a exploração intensa da força de trabalho e os conflitos de classe. Este processo se mostra perverso para os trabalhadores que, por precisarem preservar seus empregos, procuram ““mostrar serviço e dedicação” para garantir a sua permanência na empresa; é a cooperação forçada sob a ameaça de serem demitidos ou terceirizados” (DRUCK, 2008, p. 55).

Aqui, é importante frisar que o empresariado, apropriando-se do discurso constitucional da cidadania e buscando paliar a intensificação da exploração do trabalho, passa a assumir uma

retórica e uma aparência responsável e cidadã enquanto uma estratégia de hegemonia (CÉSAR, 2008b). Assim, observa-se que nos anos 1990

O processo de reforma do estado, ou de contrarreformas, mediou a emergência, expansão e visibilidade da *empresa-cidadã*. Ora, os novos mecanismos de acumulação capitalista, dentre eles a financeirização, ao tempo em que modificam e redefinem formas de produzir e concentrar a riqueza, criam as condições para o redesenho da relação dos empresários com o Estado e com a sociedade civil, inaugurando sutis artifícios formadores da cultura reprodutiva da ordem burguesa, dentre outros, a da sensibilidade social das empresas que, responsáveis pela apropriação desigual da riqueza produzida socialmente e, portanto, pela desigualdade, optam por obscurecer este papel sob a ideologia do comprometimento social com a sociedade. (...). O alvo da burguesia é a construção de um novo consenso social das classes trabalhadoras e subalternas, na tentativa de obscurecer a real natureza antagonista entre o capital e o trabalho. Neste contexto, **as corporações empresariais se outorgam a condição de instituições socialmente responsáveis e eticamente comprometidas com o desenvolvimento humano e social.** Assim, as empresas não mais se restringem ao mundo objetivo da produção de mercadorias, investindo na sua visibilidade pública e tornando-se parceiras do Estado. (...). **Sua nova característica é produzir pedagogias, valores e concepções para toda a sociedade, ou seja, construir hegemonia (...)** (MOTA, 2008b, p. 14-15, grifo nosso).

Com base nisto, o que percebemos é que, no âmbito da produção e do trabalho, o Brasil seguiu os rumos das transformações processadas internacionalmente e engendrou modificações que, propiciadas pelo apoio do Estado, modificaram tanto os processos produtivos quanto as condições de trabalho da classe trabalhadora. Como exemplo, se verificaram no país fusões entre empresas (bancos, por exemplo) e elevado emprego tecnológico nas indústrias em substituição à força de trabalho. Em virtude disso, cresceu o desemprego estrutural e aumentou a inserção precária e informal da população no mercado de trabalho. Para Lins (2015, p. 111),

O ônus desse processo repercute diretamente nos trabalhadores, que são obrigados a enfrentar a flexibilidade dos contratos, a terceirização na contratação, a polivalência, a multifuncionalidade. Além desses fatores, há também a substituição por profissionais de menor preparo e com baixos salários (ou voluntários), com jornadas de trabalho extensivas e com vínculos empregatícios instáveis e flexíveis, sujeitos a financiamentos externos de projetos pontuais.

Nesse contexto de redução dos direitos (trabalhistas, previdenciários e sociais) consolidam-se novas formas de contratação, cuja flexibilidade não traz nada de positivo para a classe trabalhadora.

A flexibilização do trabalho no Brasil não atingiu somente a esfera privada, visto que o setor público – em que se circunscrevem as empresas públicas – também sofreu ingerências.

As modificações nas legislações que regem o serviço público podem ser consideradas como uma das expressões deste conjunto de precarizações. A título de exemplificação, citamos a Lei 9.801/99 (LINS, 2015) que versa sobre a exoneração de servidores públicos em contextos de excesso de despesas e a Lei 9.962/00 (LINS, 2015) que estabeleceu a possibilidade de os trabalhadores de empresas públicas serem regidos pela CLT. Dessa maneira, constatamos que sob os governos FHC a estabilidade até então existente para os servidores públicos deixou de ser uma realidade no país a partir do momento em que, “sob os postulados do receituário neoliberal, o Estado foi impelido a livrar-se das obrigações públicas de proteção e garantia dos direitos sociais” (AMARAL; CÉSAR, 2009, p. 7), fazendo com que “a crise e suposta escassez de recursos servissem de pretexto para justificar o redimensionamento do Estado” (LINS, 2015, p. 108).

Este conjunto de mudanças ocorridas no Brasil na década de 1990 enquanto expressão das transformações societárias elencadas, será verificado tanto nas empresas privadas quanto nas públicas, alterando significativamente as relações entre capital e trabalho a partir dos anos 1990. Neste cenário, o discurso empresarial passa a assumir aparência cidadã para escamotear a exploração e manter-se hegemônico.

Quando se iniciam os anos 2000, FHC ainda se encontrava na presidência do país em seu segundo mandato, governando sob as mesmas bases da década de 1990, marcadas por processos de privatizações, reformas para atendimento dos interesses do empresariado, alterações nas legislações trabalhistas (LINS, 2015), redução dos investimentos em políticas públicas, ou seja, com todos os caracteres que compuseram o processo de reestruturação produtiva no Brasil.

O ano de 2002 marca um importante acontecimento na história do país, pois finda o mandato de FHC e inicia-se o de Lula, que se estenderia até 2010. A eleição de Lula teve um significado ímpar no evoluir político do Brasil, pois foi a primeira vez que um candidato advindo da classe trabalhadora ascendeu ao maior cargo do poder executivo nacional. Preposto do PT – partido criado na década de 1980 em meio à efervescência política posta pelo contexto de crise da ditadura para representar os interesses trabalhistas – a eleição de Lula não pode, de modo algum, ser obliterada em nossa análise. Isso porque os governos do Partidos dos Trabalhadores – donde destacamos os mandatos de Dilma Rousseff (2011-2014, 2015-2016) - foram marcados por processos de garantias de determinados benefícios a trabalhadores e continuidades na valorização do capital, pois ao mesmo tempo em que implementaram políticas direcionadas a frações mais pauperizadas da classe trabalhadora, continuaram a agir em favor

dos interesses do capital, de maneira não tão distinta dos governos anteriores. Desse modo, segundo Marques e Mendes (2007) serviram a dois senhores - capital e trabalho – agindo em sentido de conciliação de classes, distanciado da perspectiva progressista característica do partido na sua criação nos anos 1980.

Dentre os benefícios proporcionados por estes governos aos trabalhadores, destacamos que, com Lula, tiveram crescimento os denominados programas de transferência de renda, como o Bolsa Família.

Segundo o próprio governo, o carro-chefe de sua política social é o Bolsa Família, programa de transferência de renda para as famílias situadas abaixo da linha de pobreza. Esse programa, ainda no dizer oficial, foi criado para combater a miséria e a exclusão social e para promover a emancipação das famílias mais pobres. Essa iniciativa, fruto da unificação de diversos programas pré-existentes, tais como o Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e o Auxílio Gás (cada um deles sob a tutela de um Ministério diferente na gestão FHC), foi mais além do que sua simples unificação e centralização sob um mesmo Ministério, o do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Essa ampliação é patente, tanto em relação à sua cobertura quanto em relação ao benefício concedido. Em maio de 2006, o programa estava implantado em 99,9% dos municípios brasileiros, beneficiando 11,118 milhões de famílias, atingindo, portanto, quase 47 milhões de brasileiros. (...).

Não há como discordar sobre a importância desse programa para as famílias beneficiadas e para os municípios onde elas habitam. (...). Há municípios em que quase a metade da população é beneficiada por esse programa (MARQUES et al., 2004). Todas as pesquisas apontam que as famílias destinam os recursos para a compra de alimentos, animando o mercado local (MARQUES; MENDES, 2007, p. 20).

Com base no exposto, observa-se que programas como este propiciaram mudanças efetivas nas condições de reprodução de trabalhadores brasileiros ao possibilitarem, por exemplo, acesso a gêneros alimentícios que eram restritos a diversas famílias devido às condições de extrema pobreza⁵⁵.

Nos governos do PT destacamos, ainda, a ampliação do acesso ao ensino superior através do aumento do número de vagas nas universidades e da instituição de mecanismos de facilitação da entrada nas universidades - como a Lei de Cotas - a frações da classe trabalhadora

⁵⁵ Dados oficiais do governo (GOVERNOS DO BRASIL, 2017), pontuam que a existência do Bolsa Família, conjugado a outros programas como Minha Casa Minha Vida, foram responsáveis pela retirada de 36 milhões de pessoas da pobreza extrema, o que, embora tenha importância significativa em um país marcado por profundas dificuldades, não significa supressão das desigualdades sociais, mas sim amenização de determinada expressão da questão social.

que, historicamente, tiveram seu direito à educação superior dificultado, como negros e indígenas.

Contudo, ao mesmo tempo em que, por um lado, os governos do PT buscaram instituir alguns engenhos para melhoria das condições de acesso à classe trabalhadora a determinados benefícios e direitos, por outro, promoveu reformas que objetivaram reduzir os custos do Estado seguindo, desta maneira, a mesma orientação neoliberal que sustentou os governos Collor e FHC nos anos 1990. Para elucidar esta afirmativa, pontuamos que

Para o grande público, a maior surpresa oferecida pelo governo Lula em matéria de Seguridade Social talvez tenha sido seu projeto de contrarreforma da previdência social dos funcionários públicos, encaminhada em abril de 2003 para ser apreciada pelo Congresso Nacional e aprovada em dezembro. Nele o governo retomava os principais pontos que haviam sido derrotados durante a reforma promovida por Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), inclusive com o apoio ativo de deputados e senadores do Partido dos Trabalhadores (PT). Lá estavam novamente: o estabelecimento de um teto para a aposentadoria dos servidores, pondo fim ao direito à integralidade; e o início de procedimentos que, se aprofundados, levarão à unificação entre o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), dos trabalhadores do mercado formal do setor privado da economia, e o dos funcionários públicos (MARQUES; MENDES, 2007, p. 16-17)

Ademais, no âmbito do ensino superior, os governos PT, ao mesmo tempo em que ampliaram o acesso às universidades, pela via de programas como o Prouni (Programa universidade para todos), colaboraram com o capital através do repasse de verbas públicas para empresas privadas prestadoras de serviços educacionais, como as faculdades particulares. Neste esteio, faculdades centradas no ensino à distância foram beneficiadas, contribuindo para a precarização do ensino superior⁵⁶.

Não é nosso objetivo nesta dissertação discorrer minuciosamente sobre as configurações dos governos PT, mas consideramos importante destacar o fato de que ele foi, conforme apontado, o partido político que se propôs a representar os interesses da classe trabalhadora desde sua origem na década de 1980. Não obstante, ao chegar ao poder em 2002 com a eleição

⁵⁶ Este processo repercutiu nos cursos de Serviço Social privados de maneira que a formação profissional, nos anos 2000, sofreu precarizações. “Os impasses na formação profissional se manifestaram com a indiscriminada mercantilização do ensino superior no Brasil se acirra na era Fernando Henrique Cardoso, mas se aprofunda no governo Lula. A ampliação da política privatista afirma uma formação por competência, ou seja, pragmática, flexível, polivalente, orientada para o atendimento de exigências imediatistas em detrimento da constituição de profissionais críticos, com capacidade teórica e compromisso político. O que se constata é a massificação e a desqualificação da formação, que poderá dobrar o contingente profissional no país, com um perfil radicalmente alterado” (BRAVO, 2009 *apud*. CLOSS, 2017, p. 92).

de Lula e se manter até 2016 com o impeachment de Dilma Rousseff, muitas das propostas trabalhistas que fizeram com que o partido fosse eleito foram colocadas às margens em prol da valorização dos negócios do capital. Amaral e Mota corroboram o exposto ao inferir que (2016, p. 37-38)

No Brasil, os recentes cortes orçamentários promovidos pelo governo Dilma Rousseff terão fortes impactos nas promessas de fortalecimento das políticas sociais e na geração de emprego. Em setores estratégicos da economia, responsáveis por impulsionar o recente crescimento econômico, os reflexos das medidas de ajuste já são visíveis, a exemplo do que ocorre nos setores naval e da construção civil. São milhares de trabalhadores desempregados atraídos pelo ideário de mudança nas condições de vida e de ascensão social e que, agora, engrossam a superpopulação relativa.

Com base no exposto, pontuamos que o que se assistiu nos anos 2000 com os governos do Partido dos Trabalhadores foi a continuidade do percurso observado na década de 1990. Embora tenhamos tido a presença de ações direcionadas à classe trabalhadora, como as citadas políticas de transferência de renda e de acesso ao ensino superior, as relações entre Estado e capital não se alteraram substancialmente e mantiveram o mesmo cerne presente nos governos Collor e FHC: retração de recursos para as áreas sociais e investimento em infraestrutura para os setores dirigentes.

Neste esteio, as empresas mantiveram as mesmas configurações observadas nos anos 1990 - como presença de ritmos de trabalho intensificados, terceirizações, subcontratações, dentre os demais elementos que se colocaram em decorrência da reestruturação produtiva no Brasil - e qualificaram suas retóricas, acrescentando aos discursos baseados nas ideias de cidadania e colaboração, enquanto estratégia de hegemonia (CÉSAR, 2008), a lógica da responsabilidade social corporativa, conforme apontaremos.

Assim, em relação aos anos 1990 e 2000, o que se pode sintetizar é que as precarizações observadas são resultantes de

profundas transformações nos processos de produção e reprodução da vida social, determinados pela reestruturação produtiva, pela reforma do Estado e pelas novas formas de enfrentamento da questão social, apontando, inclusive, para a alteração das relações entre o público e o privado, alterando as demandas profissionais. O trabalho do Assistente Social é, também, afetado por tais transformações, produto das mudanças na esfera da divisão sociotécnica do trabalho, no cenário mundial (ABEPSS, 1996, p. 5).

Conforme se observará na análise das monografias, este conjunto de transformações reverbera na configuração das empresas e no trabalho dos/das assistentes sociais, razão pela qual consideramos importante resgatar o contexto histórico em que se insere o trabalho profissional em empresas. No tocante à realidade juiz-forana, cabe pontuar que esta sofre impactos das alterações até aqui delineadas, o que também será observado na seção III desta dissertação. Uma vez situado o objeto da pesquisa na concretude cabe, agora, conhecer elementos tangentes ao trabalho dos/das assistentes sociais em empresas no decorrer das décadas, pois diversas mudanças correlatas às alterações conjunturais podem ser observadas.

II – O SERVIÇO SOCIAL EM EMPRESAS NO BRASIL: DAS ORIGENS À CONSTRUÇÃO DE UM NOVO PROJETO DE PROFISSÃO

Nesta seção, são apresentadas questões concernentes ao trabalho dos/das assistentes sociais em empresas desde suas protoformas nos anos 1930 até os anos 2000. Através do resgate de produções intelectuais que se propuseram a estudar o Serviço Social em empresas, pretende-se elucidar mudanças ocorridas no trabalho profissional neste espaço no decorrer das décadas. Para tal, faz-se preciso retomar questões relacionadas à história do Serviço Social no Brasil.

No estudo dos fundamentos da profissão, observamos que a gênese do Serviço Social no Brasil ocorre com a emergência da questão social⁵⁷. O acirramento de suas expressões, ao exigir tratativas mais abrangentes que a repressão e a assistência, conformou a conjuntura de emergência das políticas sociais públicas (Cf. BEHRING; BOSCHETTI, 2011), o que colocou a necessidade de existência de profissionais qualificados que pudessem mediar o acesso a essas políticas sociais e, foi nesta conjunção, que o Serviço Social teve sua origem enquanto profissão no Brasil na década de 1930.

Entretanto, não só na mera execução de políticas sociais (NETTO, 2008) o trabalho dos/das assistentes sociais se desenvolveu no país, posto que foi requisitado pelo empresariado para executar trabalhos de cunho educativo com setores da classe trabalhadora, especificamente com trabalhadores industriais, no sentido da resolução da necessidade de conformação e controle ideocultural da classe trabalhadora. Iamamoto e Carvalho (2014) apontam que, embora o empresariado mantivesse-se imóvel no trato da questão social na Primeira República, é importante conhecer dois elementos sobre sua prática social que começam a se esboçar ao final do referido período e

(...) que se relacionam diretamente com a implantação e desenvolvimento do Serviço Social. O primeiro refere-se à crítica do empresariado à inexistência de mecanismo de socialização do proletariado, isto é, de instituições que tenham por objetivo produzir trabalhadores integrados física e psicologicamente ao trabalho fabril. Nos debates que as instituições

⁵⁷ Netto (2006) indica que o termo questão social surgiu para explicar o fenômeno do pauperismo, que consiste no crescimento das condições de pobreza e miséria sem precedentes a partir do século XIX com o advento do desenvolvimento do capitalismo europeu. Contudo, “ a designação desse pauperismo pela expressão “questão social” relaciona-se diretamente aos seus desdobramentos sócio-políticos. Mantivessem-se os pauperizados na condição cordata de vítimas do destino (...) e a história haveria sido outra. Lamentavelmente para a ordem burguesa que se consolidava, os pauperizados não se conformaram com a sua situação (...). Foi a partir da perspectiva efetiva de uma aversão da ordem burguesa que o pauperismo designou-se como questão social” (NETTO, 2006 p. 154).

representativas dos industriais travam com o governo acerca da legislação que é decretada entre 1925 e 1927 (Lei de Férias, Código de Menores etc.) essas reclamações aparecem com frequência. As necessidades da indústria se chocariam com a pura animosidade da força de trabalho disponível, *do homem comum do povo* recrutado para o trabalho industrial. Na medida em que se trata de uma ou duas gerações recém-integradas ao trabalho fabril, para as quais as formas de existência a que a industrialização capitalista sujeita o proletariado ainda não foram interiorizadas como *naturais e imanes*, torna-se necessária uma ação externa que complemente a coerção existente no nível das relações de produção e dos mecanismos extra econômicos que se estabelecem no interior da empresa a partir desse âmbito. **Essa animosidade do homem operário só encontra como barreira a disciplina do trabalho, e ao desligar-se deste fica perigosamente exposto aos vícios e aos baixos instintos, porque não foi refinada pela educação, pelo meio social.** É preciso eliminar o desnível entre a disciplina da fábrica e a liberalidade existente no meio operário entregue à sua própria sorte, **é preciso que a sociedade atue como uma extensão da fábrica.** A imposição pela Lei de férias remuneradas e a limitação da jornada de trabalho dos operários menores (...) representariam também um perigo para a sociedade e para a própria classe operária. O empresariado adverte ao governo, que, ao permitir o aumento do tempo livre do operário, estará atentando contra a base de sua própria dominação. (...). É preciso que o operário possa cultivar seu lar e, portanto, intervir e ensiná-lo a bem organiza-lo, com seus recursos etc. Isto é, **eleva o proletariado a um padrão ético-moral, a uma racionalidade de comportamento ajustada à interiorização da ordem capitalista industrial** (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 145-146, grifos nossos).

Este primeiro aspecto clarifica a advertência do empresariado direcionada ao Estado pela realização de um trabalho de disciplinarização ético-moral (BACKX, 1994) do operariado para adequação à realidade industrial, revelando a necessidade de um componente ideocultural diante do temor colocado pelo aumento do tempo livre do operário e tornando perceptível a resistência do empresariado à legislação social, principalmente até 1930. Conforme apontado na assertiva, esta disciplinarização deveria se expandir para além das indústrias e adentrar os lares, estendendo-se ao âmbito privativo da vida dos trabalhadores. Isto conota o interesse do empresariado em estabelecer controle sobre a classe trabalhadora para não permitir sua sucumbência àquilo que considerava prejudicial, como os vícios e os “baixos instintos”. Importa conhecer este aspecto posto que o Serviço Social será chamado a realizar intervenções com a classe trabalhadora com este direcionamento ético-político.

O segundo aspecto a ser retido refere-se ao conteúdo substancialmente diverso da política assistencialista desenvolvida pelo empresariado no âmbito da empresa. No embate cotidiano contra a resistência surda do proletariado aparecem duas faces do comportamento do empresariado. A negativa constante no reconhecimento das organizações sindicais, a não aceitação do operariado como capaz de participar das decisões que lhe dizem respeito, a intransigência para com as reivindicações e sua aceitação apenas

em última instância, a burla costumeira dos acordos no refluxo dos movimentos, seu relacionamento privilegiado com a polícia etc., enfim, a prática normal de usar a repressão como forma mais eficaz de apoio aos mecanismos econômicos de esmagamento e dominação, aparecem como a face mais evidente de seu comportamento durante a Primeira República. No reverso **se verifica a existência de uma política assistencialista que se acelera “febrilmente” a partir dos grandes movimentos sociais do primeiro pós-guerra. Se, como *personificação do capital*, interessa ao capitalista extrair o maior proveito possível do valor de uso da mercadoria força de trabalho para garantir a valorização do capital (...), essa perspectiva não se contradiz com a implantação de mecanismos industriais internos às empresas.** Nesse sentido, apesar de as obras de benemerência ou donativos e legados importantes a obras de caridade serem uma atividade pouco comum entre os empresários, **a maioria das empresas de maior porte propiciava a seus empregados – de forma mais ou menos ampla – uma série de serviços assistenciais.** (...). Os mecanismos assistenciais do empresariado aparecem de forma mais elaborada apenas nas grandes empresas. Nestas, são muito comuns as *vilas operárias*, ambulatórios, creches etc., aliadas a certas atitudes pouco comuns na época, como não descontar o tempo das operárias que amamentam seus filhos etc. O uso desses equipamentos, em geral gratuito ou a preço muito reduzido – à exceção do aluguel das casas – tem uma contrapartida constante no rebaixamento salarial ante a empresas do mesmo ramo que não os possuam, e a sujeição ao controle da sua vida cotidiana, política e reivindicatória. **Os benefícios são condicionados ao bom comportamento diante das greves e a uma vida pessoal regrada.** (...) (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 147-148, grifo nosso).

É interessante notar como este segundo aspecto, que se relaciona à gênese e desenvolvimento do Serviço Social, guarda conformidade com o primeiro, posto que o acesso aos benefícios empresariais se condicionava a questões comportamentais, o que reforçaria o exercício do controle ideológico da classe trabalhadora almejado pelo empresariado. Este conjunto de benefícios presentes, primordialmente, em grandes empresas compõe o que, anos adiante se denominará “política social da empresa” (RICO, 1985) e será mote de intervenção do Serviço Social em empresas, imbricado ao trabalho de disciplinarização ético-moral (BACKX, 1994). Sem embargo, é imperativo salientar que

Esse tipo de assistencialismo apresenta uma diferença essencial com relação ao comportamento da elite da Primeira República. Se para esta as atitudes assistencialistas, a benemerência pode representar a salvação “pela porta estreita da caridade”, é antes de tudo um custo derivado de sua posição social. Um mecanismo de formar obrigações, de constituir súditos, atividade necessária à manutenção de seu sistema de dominação política e social. Sistema que implica um custo real (...) que implica alguma forma de redistribuição do trabalho excedente apropriado. **Para o empresariado se tratará de “construir e não de distribuir”. Sua benemerência está subordinada a uma racionalidade empresarial em que não entra nenhum sentido de redistribuição.** A semelhança entre essas duas formas estará

principalmente na aparência benemerente, em procurar aliviar as tensões sociais e em melhorar as condições em que a acumulação se desenvolve (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, 148-149, grifo nosso)

Estes dois aspectos elencados por Iamamoto e Carvalho (2014) são de grande valia para nossas reflexões, pois indicam a visceral relação entre Serviço Social e empresariado desde a gênese da profissão no país. Isto reforça a necessidade do estudo sobre empresas em nossa categoria profissional, dado que a pressão do empresariado sobre o Estado para regulação de mecanismos de controle tanto materiais quanto ideológicos da classe trabalhadora é indispensável ao conhecimento do evoluir do Serviço Social brasileiro.

Na gênese da profissão no Brasil, é primordial sobrelevar, ainda, a relação entre Igreja Católica e Serviço Social. Compreender a influência da Igreja Católica na profissão implica em conhecer sua imbricada relação com o Estado e com as classes dominantes. Conforme se enunciou, tanto Estado quanto empresariado buscavam, já nas últimas décadas da República Velha, constituir mecanismos de controle ideológico e cultural e de arrefecimento das reivindicações da classe trabalhadora. Para além dos mecanismos já mencionados, é preciso enfatizar a presença de conteúdos doutrinários de base cristã, colocados pela Doutrina Social da Igreja, para reforço do exercício do controle perante o acirramento dos conflitos de classe que se colocavam na realidade brasileira (CASTRO, 2010). Para tal, Estado e classes dominantes valeram-se, como dispositivo adjacente para controle do operariado, da Igreja Católica, que viu nesta articulação o ensejo de restaurar a abrangência de sua hegemonia junto à população (Cf. IAMAMOTO; CARVALHO, 2014).

Até aqui, apontamos que o trato da questão social na Primeira República se deu pela via da repressão e da assistência, destacando-se no campo da repressão a ação policialesca de criminalização da questão social e, no campo da assistência, o privilégio das ações sociais desenvolvidas pelas classes dominantes e pela Igreja Católica (Cf. IAMAMOTO; CARVALHO, 2014). Não obstante, as mudanças ocorridas a partir de 1930 colocaram, segundo indicado, a necessidade de melhor especialização para a prestação de assistência à classe trabalhadora. É nesta conjunção que

O Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo (CEAS), considerado como manifestação original do Serviço Social no Brasil, surge em 1932 (...)⁵⁸.

⁵⁸ “O objetivo central do CEAS será o de “promover a formação de seus membros pelo estudo da doutrina social da Igreja e fundamentar sua ação nessa formação doutrinária e no conhecimento aprofundado dos problemas sociais”, visando “tornar mais eficiente a atuação das trabalhadoras sociais” e “adotar uma orientação definida em

As atividades do CEAS se orientarão para a *formação técnica especializada* de quadros para a ação social e a difusão da doutrina social da Igreja. Ao assumir essa orientação, passa a atuar como dinamizador do apostolado laico através da organização de associações para moças católicas e para a intervenção direta junto ao proletariado. Esta última globalizará teoricamente as demais na medida em que se destinam ao mesmo fim. São promovidos diversos cursos de filosofia, moral, legislação do trabalho, doutrina social, enfermagem de emergência etc. O ano de 1933 marca uma intensificação dessas atividades: participação na Liga Eleitoral Católica através de campanhas de alistamento de eleitores e proselitismo, realização da Primeira Semana de Ação Católica, início da formação de quadros da Juventude Feminina Católica constituída a partir dos Centros Operários e Círculos de Formação para Moças, delegação pela hierarquia da representação da Juventude Feminina Católica etc. **Em 1936, a partir dos esforços desenvolvidos por esses grupo e o apoio da hierarquia, é fundada a Escola de Serviço Social de São Paulo, a primeira desse gênero a existir no Brasil.** (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 178 e 183-184, grifos nossos).

Frente a tal disposição, há de se constatar que a Igreja Católica exerceu papel de grande relevância na criação do Serviço Social brasileiro e que esta tarefa era parte componente da estratégia de reaver sua influência sobre a classe trabalhadora⁵⁹. É neste bojo que envolve as relações entre Estado, empresariado e Igreja Católica que, aliados no sentido comum de exercer controle sobre a classe trabalhadora, o Serviço Social emerge enquanto profissão de nível superior imersa na dinâmica da ordem monopólica (NETTO, 2001). O Serviço Social exercerá sua intervenção em diversos espaços sócio ocupacionais, o que inclui as empresas e, é sobre as protoformas do trabalho profissional nestas instituições que discorreremos a partir de agora.

2.1) Disciplinarização ético-moral do operariado e entidades patronais: protoformas do trabalho dos/das assistentes sociais em empresas

A inserção do Serviço Social em empresas não é recente na história mundial da profissão, haja vista a existência de registros que indicam que em 1916 Henry Ford⁶⁰ contratou

relação aos problemas a resolver, favorecendo a coordenação de esforços dispersos nas diferentes atividades e obras de caráter social”. (...)” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 179).

⁵⁹ Abreu (2011, p. 41), na direção do apontamento de Netto (2001) de que a emergência do Serviço Social se vincula à dinâmica da ordem monopólica no século XX, esclarece que o surgimento da profissão “não expressa, pois mera derivação de exigências e demandas postas pelo agravamento da questão social, no início deste século, nem uma consequência lógica de um processo cumulativo no campo da racionalização da filantropia em bases teórico-científicas. Traduz-se, então, como síntese de um conjunto de determinações históricas que reflete o tratamento dado à referida questão pelas classes sociais, a partir de processos particulares corporificados em mediações estabelecidas entre a sociedade civil e o Estado no enfrentamento da mesma questão”.

⁶⁰ Henry Ford (1863- 1947) foi um empresário estadunidense que transformou a esfera da produção ao introduzir na indústria automobilística que leva seu nome (Ford) a linha de montagem, caracterizando o que ficou conhecido como fordismo. Com ela, houve uma mudança significativa no setor industrial, pois foi possível

assistentes sociais para trabalhar em suas fábricas automobilísticas com o objetivo de “gerar entre os trabalhadores padrões de consumo compatíveis com os interesses da empresa” (HARVEY, 1993 *apud.* BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 87). Sendo o Serviço Social profissão que tem sua gênese umbilicalmente relacionada à emergência da questão social enquanto resultante da contradição entre capital e trabalho, é compreensível que sua presença em empresas em países como Estados Unidos seja perceptível já nas primeiras décadas do século XX, posto que o capitalismo já se encontrava em curso e as expressões da questão social já se manifestavam.

No Brasil, a inserção da profissão em empresas acompanha a industrialização tardia e o próprio desenvolvimento do Serviço Social, de modo que somente a partir de 1930 é possível observar com maior clareza traços do que viria a ser o trabalho profissional em empresas nas décadas seguintes. Isto se deve ao fato de que apesar de nas décadas de 1920 e 1930 o empresariado colocar críticas que impactariam na emergência da profissão no Brasil (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014), segundo apontado, a admissão do Serviço Social em empresas só se torna conhecida em ampla escala na década de 1970 (MOTA, 2008), embora em Juiz de Fora tenhamos relatos de inserção profissional desde os anos 1960. Não obstante,

apesar de não ser indicada nos manuais como tradicional campo de prática do Serviço Social, nem por isso a empresa pode ser excluída do rol dos requisitantes tradicionais. Entidades patronais como o SESI, o SESC, por exemplo, são conhecidos empregadores de assistentes sociais, com uma clientela composta, em sua totalidade, por assalariados, fato que identifica uma assistência indireta e que precede, historicamente, ao Serviço Social na empresa. [...]. **A manutenção de serviços informais de assistência nas empresas, [...] pode ser vista como protoforma do Serviço Social** (MOTA, 2008, p. 125, grifos nossos).

A incorporação do Serviço Social em empresas é precedida pelo trabalho profissional com operários assalariados nas entidades patronais citadas, por exemplo. Contudo, antes da existência destas entidades, o Serviço Social, desde 1930, já realizava trabalhos disciplinadores com o operariado. Estes trabalhos se relacionavam aos dois aspectos da crítica do empresariado que sinalizamos há pouco e que contribuíram para o surgimento do Serviço Social

produzir mais em menos tempo. Desse modo, Ford alçou ganhos exponenciais e, em 1914, introduziu a jornada de trabalho de oito horas com remuneração de cinco dólares, o que era novidade naquele momento, mas que já se delineava como tendência para as demais indústrias (BEHRING; BOSCHETTI; 2011). Dentre os predicados do fordismo, elencamos a preconização da produção em massa, o trabalho repetitivo e racionalização do tempo de produção e, ainda que já nas décadas iniciais do século XX seus aspectos já fossem perceptíveis nas fábricas dos Estados Unidos, é somente nos pós 1945 que eles se farão presentes de modo incisivo nas indústrias europeias (BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

profissionalizado, segundo apontam Iamamoto e Carvalho (2014): a falta de mecanismos de socialização do proletariado, que colocava a preocupação com o uso do tempo livre do trabalhador por parte do empresariado; e o condicionamento do recebimento de benefícios empresariais – nas empresas em que estes existiam – ao bom comportamento frente às greves e a uma vida pessoal regrada e exemplar, o que sinalizava a necessidade dirigente de controle da vida do trabalhador para além do espaço de trabalho.

Na direção de atendimento destas necessidades do empresariado, legitimadas pelo Estado varguista, o trabalho profissional com trabalhadores, a partir da década de 1930, se orientou segundo os interesses das classes dirigentes e do Estado e se realizou tendo a doutrina social da Igreja Católica como base para as ações profissionais (CASTRO, 2010) - dada a relação visceral entre esta instituição religiosa e a gênese da profissão no Brasil –, sendo o operariado fabril e sua família o público alvo preferencial do Serviço Social.

É diante da compreensão de que “o Serviço Social só pôde afirmar-se socialmente como profissão ao responder às necessidades colocadas pelas relações sociais entre classes, surgindo como um dos elementos de controle social utilizados pelas classes dominantes” (BACKX, 1994, p. 21), que as protoformas do trabalho em empresas podem ser, de fato, conhecidas e compreendidas. Frente às demandas colocadas pelo empresariado, o trabalho de assistentes sociais com trabalhadores foi utilizado “enquanto instrumento de controle social que participou da reprodução do modo de vida burguês” (idem, 1994, p. 24) e é fulcral que detenhamos nossa atenção sobre esta constatação.

Inicialmente, cabe rememoramos que o ideário de trabalho foi, historicamente, associado à escravidão (BACKX, 1994; IANNI, 2004) e para que pudesse ser difundido como uma ideia revestida de valores positivos, foi necessária uma construção ideológica que passou a relacionar moralidade e trabalho como noções diretamente proporcionais, uma vez que seria através da dedicação ao trabalho que os homens poderiam desenvolver suas “capacidades morais”. Se por um lado o trabalho era concebido como propulsor da dignidade e da moral, por outro, sua negação era tida como responsável pela ociosidade e imoralidade. Desse modo, aqueles que se encontravam fora da esfera produtiva eram considerados integrantes das denominadas “classes perigosas”, pois sem trabalho podiam sucumbir à criminalidade e aos maus hábitos (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014), o que conota a vigência de um ideário que relacionava pobreza e ausência de moral intrinsecamente.

Neste contexto, se colocava como imperativo a execução de ações educativas de modo a promover a cultura do trabalho, o que contribuiria com a propulsão das condições necessárias

para a consolidação da ordem social burguesa. Nesta direção, Backx (1994) aponta como o trabalho de assistentes sociais junto à classe trabalhadora esteve envolto nos ditames das classes dominantes, intervindo em seu favor via ações educativas e moralistas com o operariado fabril alocado nos grandes centros urbanos, como São Paulo e Rio de Janeiro.

Cabia aos/às assistentes sociais a execução de ações que pudessem responder à requisição colocada para a profissão pelas classes dirigentes de disciplinarização do operariado e de sua família. Para tal, a principal estratégia utilizada foi o trabalho disciplinador de adequação das famílias operárias à lógica burguesa, na medida em que se preconizava que “trabalho regular e família estável constituíam-se no modelo de legitimidade e reconhecimento social dos indivíduos” (BACKX, 1994, p. 41).

Concorrem para a execução deste trabalho disciplinador, as insígnias católicas – como a *Rerum Novarum* -, que se constituíam como importantes documentos norteadores da profissão na medida em que a retomada dos valores morais cristãos católicos se apresentava como uma das formas de disciplinarização dos trabalhadores⁶¹, sendo esta uma das demandas colocadas para o Serviço Social na execução do trabalho educativo com o operariado. Nesse sentido, o trabalho profissional junto aos trabalhadores se orientava na direção de fazê-los aderidos moral, ideológica e culturalmente à sociedade segundo a lógica do Estado, das classes dominantes e da Igreja Católica.

Segundo Backx (1994), o trabalho de assistentes sociais, ao não se restringir à intervenção direta com o operário e se expandir para o núcleo familiar, foi funcional à ordem burguesa ascendente, imprimindo na classe trabalhadora valores morais dominantes e de aceitação da ordem social do capital. O conteúdo valorativo atribuído ao trabalho e a família se constituiu, nesse sentido, enquanto fundamento ideológico do capitalismo que ascendia no

⁶¹ Conforme elucidamos, a relação entre Serviço Social e Igreja Católica é umbilical na gênese da profissão no Brasil e, diante da perda de hegemonia na sociedade, a ação desta instituição religiosa se orientou no sentido de retomar sua influência, tendo o Serviço Social como um dos mecanismos para tal. Nesta direção, a Igreja Católica valeu-se de mecanismos, como as encíclicas papais, para se reaproximar da população e orientar a sociedade segundo a doutrina cristã. Aqui, destacamos a *Rerum Novarum* e a *Quadragesimo Anno*, visto que seus respectivos conteúdos tangenciam questões pertinentes ao Serviço Social. A primeira aborda aspectos sociais, doutrinários e filosóficos, frente a questões relativas a situação da classe operária, como sua relação com os patrões. Indica qual seria o papel do Estado e os limites de sua intervenção e o papel da Igreja na construção da moral. Já a segunda, publicada quarenta anos após a *Rerum Novarum*, reforça seu conteúdo e agrega maiores especificações sobre como intervir na questão social - ressaltando-se que o entendimento de questão social não fazia referência ao conflito capital X trabalho -, mote que toca diretamente o Serviço Social. Ambas encíclicas foram elaboradas pela Igreja Católica como resposta à situação da classe operária, corroborando com a perspectiva de criação de um capitalismo humanizado e opondo-se às concepções socialistas. Nessa direção, visavam combater os problemas sociais daquele momento através do implemento de uma reforma social que retomasse a hegemonia do catolicismo sem alterar a estrutura do capitalismo. A importância destas encíclicas se coloca pelo fato de terem sido norteadoras do trabalho do Serviço Social no Brasil no período de gênese da profissão.

Brasil, sendo o processo de disciplinamento das “classes perigosas” (BACKX, 1994, p. 31) um dos elementos para tal.

Este trabalho com famílias trabalhadoras foi propiciado pela construção das vilas operárias, que

eram conjuntos de casas construídas pelas indústrias para serem alugadas a baixos aluguéis ou mesmo oferecidas gratuitamente a seus operários. (...). Vinculadas à emergência do trabalho livre no país, **grande parte das vilas operárias surgem em decorrência da necessidade de as empresas fixarem seus operários nas imediações das suas instalações, mantendo-os sob seu controle político e ideológico** e criando um mercado de trabalho cativo. Tais necessidades decorriam de aspectos operacionais (por exemplo, trabalhadores indispensáveis à manutenção das máquinas ou equipamentos vitais ao funcionamento da indústria), de mercado de trabalho (inexistência de trabalhadores qualificados ou mesmo de trabalhadores em geral devido à localização das unidades de produção) ou político-ideológicas (manter os seus operários sob controle, evitando greves ou paralisações, através do relacionamento entre a perda do emprego e o despejo da casa) (BONDUKI, 1994, p. 715, grifo nosso).

O trabalho, enquanto valor central, vinculado à uma sólida estrutura familiar, poderia imprimir nos indivíduos senso de responsabilidade e moralidade, segundo o ideário hegemônico nos anos 1930. Por outro lado, aqueles que não compusessem a esfera produtiva e que, por conseguinte, não aderissem aos valores hegemônicos, poderiam sucumbir a criminalidade, considerada como característica nata dos pobres, cuja contenção só poderia ser mediada pelo trabalho, pela disciplina e pela moral. Backx (1994) apresenta relatos de profissionais que clarificam sob qual perspectiva o Serviço Social entrevistou a partir de 1930 junto ao operariado, conforme se verifica na seguinte explanação.

Vindos do interior, habituados ao trabalho empírico do campo e à vida miserável dos vilarejos, chegam à cidade sem nenhum requisito para desempenhar trabalho estável. Por isso, muitos dos moradores da Praia do Pinto vivem de ‘biscates’. Dizer biscates é o mesmo que dizer mulheres e homens sem profissão definida, predispostos à malandragem, senão mesmo já entregues a ela. **A libertação concedida aos escravos sem nenhuma formação profissional ou doméstica, imprevidentes, ávidos de uma liberdade de que não sabiam usar, foi o que mais determinou a vadiagem, o vício e a grande miséria que existe no nosso interior** (BARCELLOS *apud*. BACKX, 1994, p. 42, grifo nosso).

O conteúdo da assertiva nos indica que a ausência de educação dos trabalhadores era compreendida como justificativa para a miséria e para a ociosidade. Na época, não havia no

Serviço Social a compreensão da pobreza enquanto refração da questão social, resultante da contradição de classes que fundamenta o modo de produção capitalista. Nesse sentido, questões de ordem estrutural, como o desemprego, eram percebidas como problemas de desajustes individuais decorrentes da imoralidade, expressa na ausência de estrutura familiar, de valores cristãos e de trabalho.

Se a disciplinarização ético-moral (BACKX, 1994) dos trabalhadores se colocava enquanto demanda para o Serviço Social e se o direcionamento da categoria convergia com a manutenção dos valores dominantes, era primordial que o trabalho educativo realizado com os operários e suas famílias se desdobrasse sobre os mais diversos aspectos da vida social e não somente sobre os que se relacionavam diretamente ao emprego. Com isso, era factível a presença de ações educativas que ensinassem como o salário deveria ser gasto, como a casa deveria ser cuidada e como a mulher deveria se colocar na esfera produtiva, por exemplo.

Sobre este último elemento, cabe fazer um apontamento breve sobre a questão de gênero abordada por Backx (1994), pois ela nos elucida um dos vieses de trabalho do Serviço Social e nos possibilita a percepção de como o papel da mulher foi construído ideologicamente. Se aos homens cabia a atribuição de prover o sustento familiar através do trabalho externo, às mulheres era devida a responsabilidade de coordenação das tarefas do lar, como cuidado com os filhos, alimentação e higiene, de forma que o trabalho masculino pudesse ocorrer sem demais ingerências. Além disso, havia no ideário da época o senso de que o trabalho feminino externo poderia acarretar em riscos prejudiciais à saúde e à integridade da mulher, como promiscuidade, perturbações no desenvolvimento da personalidade, hábitos contrários à moral vigente e cansaço (Cf. BACKX, 1994). O trabalho feminino externo era considerado, portanto, como prejudicial à estrutura familiar pujante no período, como podemos perceber no seguinte trecho (SODRÉ *apud.*, BACKX, 1994, p. 47)

O bom uso do salário, coisa entre nós ainda não generalizada, talvez por deficiência educacional, justificando a luta contra o botequim, o álcool, o jogo, exige a cooperação das mulheres, no seu fundamental papel de dona de casa. E a dolorosa verdade é que a economia doméstica tem sido, nos tempos que correm, assustadoramente prejudicada com o trabalho feminino fora do lar.

O referido enunciado, de profissional do Serviço Social, endossa o ideário que vigorava de que o trabalho feminino fora do lar, fosse no comércio ou nas fábricas, poderia acarretar em riscos para a moralidade e para integridade feminina de tal modo que, “se o salário do chefe de família é insuficiente, é preferível que a mãe trabalhe a domicílio, como lavadeira, costureira,

etc. (...), embora ganhe menos porque, pelo menos, tem seus filhos sob a sua vigilância” (CHAGAS *apud.* BACKX, 1994, p. 49).

Condicionadas à esfera privada e doméstica, o cuidado com os filhos constituía-se como tarefa feminina por excelência. Sendo assim, as mulheres deveriam exercer constante vigilância para que seus filhos não incorressem nos “perigos” considerados inerentes às classes pobres, como ociosidade, alcoolismo, furtos e “vadiagem”. Para tal, era primordial inculcar na criação dos filhos os valores morais e cristãos capazes de discipliná-los para o trabalho assalariado, o que evidencia a funcionalidade ideológica atribuída ao papel da mulher no contexto da industrialização brasileira.

Com isso, percebemos que uma das funcionalidades de manutenção das mulheres na esfera do lar consistia em disciplinar os filhos, preferencialmente homens, para que se tornassem futuros operários de modo que atendessem aos interesses do empresariado industrial brasileiro. Por essa razão, “fosse na condição de operária, fosse na condição de “rainha do lar”, a mulher das classes populares se constituía como alvo preferencial do Serviço Social, que a desejava dentro de um padrão de perfeição” (BACKX, 1994, p. 51).

Até mesmo no movimento operário, a participação feminina apresentou traços de marginalidade, pois apesar de existirem mulheres empregadas em algumas empresas e participantes de sindicatos e partidos políticos, a perspectiva das entidades de classe na época “fortaleceu a proposta disciplinadora de confinamento da mulher no espaço privado do lar. (...) na imprensa o discurso era da necessidade de engajamento na luta que era de todos; na prática, o reconhecimento das mulheres só se fazia como subordinadas a líderes masculinos, isto é, na condição de filhas, de esposas ou de mães” (BACKX, 1994, p. 57-58).

Dentro da lógica burguesa, não só o trabalho disciplinador com homens e mulheres era primordial, mas também com os “menores”: crianças e adolescentes. Backx (1994) indica que nos estudos realizados por assistentes sociais da época, havia o entendimento de que o trabalho infante-juvenil

Só deveria ser realizado a partir do desenvolvimento de suas capacidades físicas, morais e intelectuais; porém, em face da realidade, **o Serviço Social reafirmava o espaço do menor no mercado, à medida que, além de justificar sua inserção no processo produtivo, acabava apresentando propostas para a manutenção da situação.** Contraditoriamente, afirmavam, por um lado, que o trabalho do menor estava diretamente relacionado ao baixo orçamento familiar, e, por outro, criticavam os filhos dos operários que, ao invés de “procurarem se instruir”, ingressavam prematuramente no mercado de trabalho (BACKX, 1994, p. 52, grifo nosso).

Esta assertiva comporta uma contradição que reside no fato de que ainda que, por um lado, o Serviço Social desaprovasse o trabalho precoce pela baixa instrução dos filhos dos operários, por outro justificava sua utilização ante o baixo orçamento das famílias (BACKX, 1994). Com isso, visualizamos que a família operária era o cerne da intervenção profissional, que não apenas se limitava àqueles diretamente inseridos na esfera produtiva, mas a todos os membros de um grupo familiar enquanto sujeitos estratégicos para o desenvolvimento da industrialização nacional.

No processo de disciplinarização ético-moral com famílias, em que se inseria o Serviço Social, colocava-se a necessidade de podar os impulsos considerados inerentes às “classes perigosas”, como a “sexualidade irrestrita” e a “falta de higiene”. Os/as profissionais da época concebiam as questões relativas à pobreza e à desigualdade como problemas individuais e de ordem moral e não relacionados a questões estruturais do modo de produção capitalista, o que se justifica pelo próprio conservadorismo hegemônico no Serviço Social naquele momento, expresso em uma concepção de profissão que objetivava ajustar os sujeitos à ordem e manter os baluartes da sociabilidade burguesa. Neste esteio,

A miséria, o pauperismo do proletariado urbano, aparecerão como situação patológica, como anomia, cuja origem é encontrada na crise de formação moral desse mesmo operariado. (...) o julgamento moral do proletariado se sobrepõe às constatações sobre as causas da miséria e do pauperismo. Dessa forma, o julgamento moral tem por base o esquecimento das bases materiais das relações sociais (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 245, grifo nosso).

Tendo como horizonte a perspectiva evidenciada na assertiva, a centralidade que o Serviço Social imputou ao trabalho com as famílias operárias configurou-a como “*locus* de internalização da submissão, o mais funcional grupo social” (BACKX, 1994, p. 61) à manutenção do capital.

Com base no exposto, é factível a orientação do trabalho profissional junto à classe trabalhadora segundo as necessidades das classes dominantes de ajustamento e adequação do operariado à lógica da burguesia, que ascendia em concomitância à industrialização no Brasil. Embora ainda não incorporado em ampla escala no interior das empresas nos anos 1930 (MOTA, 2008), o trabalho disciplinador da profissão com operários e seus familiares foi um dos contributos ao crescimento industrial ao cooperar para a conformação ideocultural dos

trabalhadores às mudanças que se processavam. Sob o exposto, compreendemos que o trabalho dos/das assistentes sociais com o operariado pode ser sintetizado na seguinte reflexão:

Assim, as práticas sociais desenvolvidas pelos Assistentes Sociais se orientarão por uma lógica particular. Ao pretender atuar sobre a “questão social”, negarão as transformações econômicas e sociais, isto é, a ação sobre as causas materiais da “questão social”, para atuar sobre os efeitos. No entanto essa lógica será particular também no sentido inverso. Os efeitos não conduzem a agir sobre as causas, mas sobre as percepções. **A ação educativa, de levantamento moral do proletariado, a que se propõe o Serviço Social, aparece claramente como uma ação ideológica de ajustamento às relações sociais vigentes. Negadas as bases materiais da situação social considerada patológica, restará ao Serviço social procurar modificar as representações que o proletariado faz da sua própria situação, levá-lo a aderir à ordem social considerada essencialmente justa, malgrado alguns excessos.** A formação religiosa do Assistente Social, a experiência pessoal subjetiva da salvação como resolução dos problemas existenciais aparece como elemento dinâmico do apostolado doutrinário. A ação ideológica de ajustamento às relações sociais vigentes é encoberta e englobada num projeto de recristianização, de formação moral e religiosa da população cliente (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 245, grifo nosso).

Com isso, pode-se perceber que o direcionamento do trabalho profissional com a classe trabalhadora teve clara orientação religiosa e moralista. No tocante às empresas, compreendemos este aspecto disciplinador do trabalho profissional com o operariado como embrião e como influência para as primeiras experiências de trabalho profissional analisadas nas monografias dos anos 1960; experiências estas marcadas por uma concepção de profissão conservadora, conforme se enunciará. Sobre este trabalho com o operariado, em síntese, apontamos que

Sem sombra de dúvida, a defesa abnegada da formação moral dos trabalhadores tem uma de suas fundamentações na própria justificativa da existência profissional. Sem o devido combate à tão propalada “ignorância popular” não se conseguiria formar o cidadão-trabalhador devidamente incorporado à lógica do mercado (...) **Assim, as estratégias desenvolvidas pelo Serviço Social (...) se integravam a tantas outras que, necessárias a essa conjuntura, visavam a conformação desse segmento à nova lógica em expansão** (BACKX, 1994, p. 54, grifos nossos).

Para além da disciplinarização ético-moral característica do trabalho profissional com operariado na década de 1930, reconhecemos, com base em Mota (2008), também como protoforma do Serviço Social em empresas a instituição de entidades patronais, como o SENAI e o SESI. Ambas são criadas na década de 1940 e configuram-se também como mecanismos de

atendimento às necessidades do capital pela via da prestação de qualificação profissional e assistência à classe trabalhadora, respectivamente. A importância de dedicarmo-nos a conhecer estas instituições reside no fato de que, tendo incorporado assistentes sociais em seus respectivos quadros profissionais, compõem o processo de institucionalização do Serviço Social no Brasil (Cf. IAMAMOTO; CARVALHO, 2014) e incorporam novos aspectos ao trabalho profissional com o operariado, inserindo-se no histórico precedente da inserção do Serviço Social em empresas (MOTA, 2008). Sobre as referidas instituições, Iamamoto e Carvalho (2014, p. 268, grifo nosso) apontam que

(...) em 1942 é criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) com a incumbência de **organizar e administrar nacionalmente escolas de aprendizagem para industriários. (...) Será um grande empreendimento de qualificação da Força de Trabalho – especialmente juvenil – que rapidamente incorporará o Serviço Social em seu esquema de atuação.** Certamente estará entre as primeiras grandes instituições a incorporar e teorizar o Serviço Social não apenas enquanto *serviços assistenciais corporificados*, mas enquanto “processos postos em prática, para a obtenção de fins determinados”, utilizando para tal as *técnicas de caso e grupo*.

A criação do SENAI foi impulsionada pelo advento da Segunda Guerra Mundial, pois até princípios dos anos 1940 a existência de instituições de qualificação profissional era limitada no Brasil⁶², visto que os trabalhadores eram treinados, em geral, dentro das próprias empresas e, nos casos específicos em que era necessária mão-de-obra com maior qualificação, esta era importada (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014). Entretanto, o avanço da guerra no primeiro lustro da década de 1940 impôs dificuldades à importação de mão-de-obra colocando, assim, a necessidade de criação de instituições de qualificação dos trabalhadores brasileiros. É nesta conjunção que o SENAI emerge

(...) como **principal instrumento de atuação coletiva do empresariado** – sob o comando de sua fração dominante, que é também sua principal beneficiária no processo de adequação coletiva às necessidades da produção. Instrumento este que estará diretamente subordinado à racionalidade econômica e empresarial capitalista (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 270, grifo nosso).

⁶² O que não significa a inexistência de instituições de ensino profissionalizantes no país (TORRAL; ÉSTHER, 2014). Contudo, estas não possuíam grande abrangência.

Gerido pela Confederação Nacional da Indústria, a criação do SENAI conforma-se como um importante aparato educacional para qualificação da mão-de-obra, contribuindo, nesse sentido, com as necessidades do empresariado de manutenção do capital nacional. A criação da referida instituição engendra uma nova forma de comportamento do Estado e do empresariado em relação à assistência prestada ao operariado, e para melhor compreendermos isto, referenciamo-nos, novamente, a Iamamoto e Carvalho (2014, p. 271). Indicam estes autores que

(...) O desenvolvimento da produção capitalista traz consigo novas necessidades objetivas da produção, que geram, por sua vez, necessidades novas que o operário necessita satisfazer para se reproduzir enquanto Força de Trabalho. A intensificação do ritmo de trabalho, a atenção para a vigilância e manuseio de número maior de máquinas etc., passam a exigir, concomitantemente, maior especialização e maiores necessidades para a reconstituição e reprodução da Força de Trabalho, como a diminuição da jornada de trabalho, férias etc. O acréscimo da Força de Trabalho gera, por sua vez, a necessidade de conservar os adiantamentos realizados com esse fim. O desgaste da Força de Trabalho produzida deve ser controlado – momento em que a saúde se torna uma necessidade social – a fim de diminuir os custos da produção.

Há, aí, uma mudança qualitativa no comportamento assistencial do Estado e do empresariado em relação ao proletariado. As atitudes aparentemente paternalistas – absolutamente não desprovidas de interesse econômico – que geralmente procuravam responder, até mesmo preventivamente, e desvirtuar em seu conteúdo a pressão reivindicatória, devem ceder o lugar a uma política mais global, representativa de uma nova racionalidade. Educação e saúde, principalmente, aparecem como consumo produtivo na produção, conservação e reprodução de homens enquanto Força de Trabalho do capital.

A implantação do SENAI aparece assim, claramente, como elemento constitutivo desse processo de aprofundamento do capitalismo e submetida a esta nova lógica (...).

O que depreendemos da assertiva é que na medida em que a força de trabalho melhor se qualifica, passa a produzir e exigir novas necessidades para sua reprodução, de maneira que seu desgaste seja controlado. A maior qualificação da força de trabalho engendra o suprimento de novas necessidades, como saúde e, ao passo em que a reprodução dos trabalhadores é necessária ao capital, o atendimento destas deve ser garantido. Nessa direção, a modificação do papel assistencial do Estado e do empresariado ocorre à medida que o atendimento das requisições trabalhistas pelo viés paternalista não mais se coloca como alternativa única frente à qualificação e à necessidade de continuidade de manutenção e reprodução da força de trabalho. Desse modo, a via paternalista começa a ceder lugar a políticas mais abrangentes com o intuito de conservação da reprodução da força de trabalho para o empresariado. Assim sendo, ao passo

em que o trabalhador se torna mais qualificado, os custos de sua reprodução passam a ser incorporados por mecanismos de maior abrangência⁶³ que buscam superar o paternalismo empresarial e é nesta que conjunção que as entidades, como o SENAI e o SESI, surgem.

A qualificação da força de trabalho – destinada principalmente a jovens operários – não terá como objetivo apenas o aprimoramento técnico de trabalhadores, mas também

o ajustamento à lógica capitalista. Conteúdo de documento do próprio SENAI redigido à época de sua criação revela que

(...) deve o operário possuir, mais do que uma prática prolongada de operações manuais ou mecânicas, a compreensão exata dos processos tecnológicos e certa plasticidade de adaptação às novas técnicas... Entretanto, **sempre e cada vez mais, o papel fundamental está reservado à ‘formação humana’, tarefa a ser considerada a verdadeiros educadores, cômicos de que, ao lado do treinamento técnico impõe-se o aprimoramento dos atributos morais e cívicos da juventude operária.** Hábitos sadios, atitudes corretas perante os problemas da vida e da comunidade, respeito à autoridade e às instituições, amor a liberdade, ao trabalho e aos estudos, consciência do dever, compreensão dos fundamentos do progresso nacional e das relações entre os povos, eis o que a livre empresa espera dos jovens operários... **Sensível às transformações de nossa época e incorporando as conquistas do progresso científico e tecnológico, a livre empresa amplia cada vez mais seus horizontes: aos objetivos técnicos e econômicos juntam-se os de ordem social e cultural.** (NOSCHESE, *apud.* IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 272-273, grifos nossos).

Sobre a citação, destacamos dois elementos que nos parecem fundamentais. Em primeiro lugar, evidencia-se a “sensibilidade” das empresas a questões de ordem cultural e social e não somente às econômicas e técnicas, o que revela uma mudança significativa na retórica empresarial que engendrará a função social das empresas (GALVES, 2004) principalmente após o fim do Estado Novo, conforme apontamento de Carvalho (1980). Entretanto, não se pode olvidar o fato de que esta preocupação social objetivava, além de garantir as condições de reprodução da força de trabalho, velar o processo de exploração.

Em segundo lugar, logra evidência a formação humana do operariado relegada aos “verdadeiros educadores”, donde se incluem os/as assistentes sociais que, embora incorporados/as em pequeno número, tiveram destaque no SENAI (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014). Com isso, percebe-se que ainda que o empresariado buscasse, no âmbito

⁶³ Yamamoto e Carvalho (2014) pontuam que é neste contexto que a saúde se transforma em uma necessidade social.

do discurso, atentar-se melhor a aspectos de ordem social e cultural, o ajustamento dos trabalhadores à lógica do capital continuava a ser premente.

O trabalho de assistentes sociais no SENAI, desenvolvido principalmente com jovens provenientes de famílias operárias – os nomeados “menores aprendizes” - teria como fundamento

(...) o fato de tratar-se, o aprendiz do SENAI, de um menor operário, filho de uma família operária. Estará, pois, sujeito a dois tipos de influências negativas à sua formação adequada: proceder de uma família “que não prima quase nunca pela organização” e frequentar um ambiente “que costuma ser hostil à formação física e mental dos adolescentes”. Tratar-se-á pois, de, sem subtraí-los a esses dois meios, “conduzir sua personalidade” para que se tornem esses menores “elementos de eficácia para a família e a profissão”, ao mesmo tempo em que alcancem o “máximo de bem-estar”. (...) **persiste o julgamento moral do proletariado, que aparecerá explicitamente ou sob uma capa psicologizante** (...). As duras condições do trabalho industrial fazem com que esse adolescente adquira “um senso filosófico pessimista”, um sentido amargo da vida e “vá se formando uma psicologia de tipo perigosamente individualista (...) Está aí a etiologia do sentimento de indiferença e apatia, a gênese do espírito de egoísmo” **A partir desse perfil psicológico a ação do Assistente Social deverá estar voltada para “radicar no espírito dos menores aprendizes a noção de autoridade associada harmoniosamente a uma forte disciplina e para despertar o espírito de iniciativa de liberdade refletida**, que nada tem em comum com os desvios libertários a que os adolescentes são particularmente sujeitos” (FERREIRA, 1947 *apud*. IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 278-279, grifos nossos).

Com isto, podemos perceber como o trabalho profissional com o público alvo do SENAI se orientou sob a permanência de viés moralista, pois embora a disciplinarização ético-moral, no plano do discurso, aparecesse sob aspectos psicologizantes, na efetividade a profissão continuou a ter como horizonte o ajustamento dos trabalhadores ao modo de produção capitalista, permanecendo a valorização das necessidades do empresariado. Entretanto, é fulcral destacar a presença dos procedimentos de Caso e Grupo na intervenção profissional, revelando que, para além da base teórico-doutrinária, a profissão já se aproximava de referenciais teóricos norte-americanos para intervir no SENAI.

Para além do SENAI, outra instituição que merece destaque enquanto protoforma do trabalho profissional em empresas é o SESI, criado em 1946 com as funções de “estudar, planejar e executar medidas que contribuam para o bem-estar do trabalhador na indústria” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 283). Assim como o SENAI, também o SESI foi criado

no sentido de atender necessidades do empresariado que já expressava maior preocupação com o social⁶⁴ após 1945 (CARVALHO, 1980). Através do SESI

(...) o Estado institucionaliza a iniciativa burguesa industrial – da sua fração dominante – para que essa classe organize e gerencie mecanismos assistenciais unificadores das iniciativas já existentes em inúmeras empresas, num grande complexo assistencial, extrapolando sua ação das unidades de produção para o cotidiano da vida do proletariado (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 283).

Em termos de objetivo, o SESI se diferencia do SENAI pois sua finalidade não consiste na qualificação da força de trabalho, mas sim na oferta de benefícios assistenciais unificados à classe trabalhadora. Por outro lado, se assemelha ao SENAI na medida em que também expressa a mudança de comportamento assistencial do Estado e do empresariado ao ofertar serviços que tinham o discurso da preocupação com o social como base. No tocante às suas características, é válido ressaltar que

O SESI terá, inicialmente, a particularidade de se constituir numa instituição *sui generis*. **Será a primeira a, com recursos e sob a direção do empresariado, ter por objetivo a prestação de assistência e o desenvolvimento de relações industriais não apenas dentro de um âmbito delimitado** (empresas, escolas etc.), mas tendo por objetivo uma parcela importante da população urbana. (...). A partir de seus núcleos regionais terá por eixo dois centros de atividades: aquelas diretamente relacionadas com suas finalidades (serviços assistenciais, lazeres, educação popular etc.) e atividades complementares (estudos e pesquisas econômico-sociais, preparação de técnicos etc.), cuja atuação seria suportada por um Departamento Central e Centros Sociais nos bairros operários. No âmbito das atividades sociais a serem desenvolvidas, propiciará serviços de atenção médica (odontológico, ambulatorial, hospitalar, materno-infância etc.), econômicos, legal, alimentar e habitacional (...), serviços de lazer (...) e serviços ligados aos “movimentos sociais”, destinado a preparar a comemoração de eventos históricos e religiosos, visando a “participação consciente” dos operários e suas famílias (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 292-293).

Com base no exposto, é mister que destaquemos alguns pontos importantes colocados na citação. Inicialmente, percebe-se que a assistência prestada pelo SESI buscava se espriar para diversas esferas da vida do trabalhador para além do âmbito do trabalho, via prestação de serviços assistenciais variados, evidenciando preocupação tanto em garantir condições de reprodução da força de trabalho quanto em cooptar a vida do operariado fora do espaço laboral.

⁶⁴ Por “social”, compreendemos a preocupação que o empresariado passa a ter com questões relativas à reprodução dos operários, como saúde, alimentação e habitação. Preocupação esta que, nas empresas, se transmuta na forma de benefícios empresariais.

Consideramos importante salientar, também, o uso de recursos próprios do empresariado para a prestação da assistência, o que revela seu interesse em prover mecanismos para atender às próprias necessidades de reprodução tanto material quanto ideológica do trabalhador. Por fim, destacamos a organização institucional do SESI em distintas regiões, subdividido em Departamento Central e Centros de Sociais – donde avultamos que a presença destes em bairros operários reforça o controle do empresariado sobre os trabalhadores – e possuindo distintos eixos de atividade, mote que nos interessa diretamente posto que se relaciona à incorporação do Serviço Social na entidade, haja vista que o trabalho profissional se inscreveu tanto no eixo de atividades diretamente relacionadas às finalidades do SESI quanto no eixo de atividades complementares. Assim sendo, o Serviço Social foi chamado a trabalhar não só com prestação serviços, mas também com pesquisa no SESI, o que possibilitou melhor aproximação da profissão com aspectos da realidade dos trabalhadores.

Dentro dessa estrutura de serviços e pesquisas, **a Divisão de Serviço Social teria por função atuar em todos os setores, “promovendo ou facilitando a adaptação das atividades às necessidades dos operários”, a fim de “conseguir o melhor rendimento possível dos recursos do SESI”. Terá assim a função de “coordenação das atividades da obra”,** atuando nos serviços de plantão (primeiro contato e encaminhamento), na divisão médica (aspecto moral, social e psicológico da doença), na divisão econômica (principal área de atuação do Assistente Social, centrando-se nos estudos para concessão de auxílios, orientação para o equilíbrio orçamentário, orientação quanto à utilização dos recursos oferecidos etc.), na divisão legal (seleção de casos para encaminhamento, procurando previamente conciliar as situações e prevenir os dissídios), na divisão de lazeres e movimentos sociais e nos trabalhos de ligação com as empresas e em seu interior. Terá ainda a função de - a partir de sua inserção em todas as atividades da instituição – reafirmar o cunho “não beneficente” da mesma (pois não se destina a indigentes), dando-lhe o caráter de “organização econômico-social com ativa participação dos operários”, para melhor obter a adesão dos trabalhadores industriais e evitar o risco de transformá-los em “parasita social” (CARVALHO, 1947, *apud*. IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 293, grifo nosso).

O Serviço Social no SESI incorporou funções com algumas diferenças em relação ao trabalho profissional com o operariado que observamos em Backx (1994). A título de exemplificação, pontuamos que, dentro desta instituição, a profissão passou não só a executar serviços, mas também a coordená-los. Não obstante, permaneceu a intervenção moral, social e psicológica sobre o operariado, que teve, neste momento, seus problemas compreendidos como patologia.

Pontuamos também o reforço do cunho não beneficente do SESI como função profissional, revelando o intuito desta instituição em se distanciar da tradicional assistência

prestada aos trabalhadores para se consolidar como uma entidade econômico-social que preconizava a participação dos trabalhadores para que não se tornassem dependentes da assistência, conforme o ideário do empresariado naquele momento. Nos parece que, pela perspectiva dos dirigentes do SESI, a assistência prestada pela instituição deveria ser, do ponto de vista ideológico, compreendida pelos trabalhadores não como ajuda com viés paternalista, mas como benefícios promovidos com participação do próprio operariado. Isto representa uma mudança de perspectiva em relação ao estatuto da assistência tradicional destinada aos trabalhadores, mas tampouco significa que, na década de 1940, ela se colocasse no âmbito do direito: ainda que o SESI tenha buscado unificar iniciativas assistenciais prestadas por empresas particularmente e se afastar do caractere beneficente da tradicional assistência da década de 1930, o que a instituição fornecia eram benefícios empresariais - totalmente condicionados pela inserção dos operários no mercado de trabalho e ao bom comportamento - e não direitos⁶⁵. Estes benefícios – lazer, saúde, educação etc. – escamoteavam o não aumento salarial funcionando, deste modo, como salários indiretos, dado que não se incorporavam ao ganho real do trabalhador.

Por fim, sobre o Serviço Social no SESI, destacamos, como último elemento analítico que a inserção da profissão na instituição passou por

(...) aprofundamentos importantes quanto a seu âmbito e utilização. A partir de uma infraestrutura de serviços assistenciais relativamente ampla que vai se montando (suportada por uma grande capacidade financeira), isto é, tendo uma sólida base de auxílios materiais como alicerce de sua prática social principal de pesquisa, classificação e aconselhamento, se tornará possível uma intervenção real a uma parcela – se bem que diminuta – do proletariado urbano. Esse mesmo suporte material permitirá, concomitantemente, a organização de verdadeiros departamentos de Serviço Social, onde o trabalho coletivo – entre Assistentes Sociais e entre estes e outros profissionais – quebrará o anterior isolamento do Assistente Social, integrando-se num *trabalho coletivo* específico.

O arcabouço institucional e o trabalho coletivo que se realiza em seu âmbito, viabilizarão (...) a passagem das técnicas sociais utilizadas pelos Assistentes Sociais, de forma dispersa e sem solução de continuidade, a mecanismos de controle social e político de uso extensivo. Outro aspecto importante daquele aprofundamento será a imbricação muito mais intensa do Serviço Social com as chamadas relações industriais. **O Serviço Social deixará de se ater quase exclusivamente – no interior das empresas – às atividades de coordenação dos serviços assistenciais, concessão de benefícios, ao incentivo e organização de associações de ajuda mútua e cooperativismo etc. (...),**

⁶⁵ À parcela da classe trabalhadora desempregada e desprotegida pela Legislação Social (CLT, por exemplo) a caridade e a filantropia permaneciam como alternativas para suprimento de suas demandas mais cogentes (Cf. BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

para se vincular mais profundamente ao confronto direto entre capital e trabalho (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 294-295, grifo nosso).

Frente a tal disposição, nota-se como a partir da década de 1940 nas entidades patronais supracitadas, o trabalho dos/das assistentes sociais se vincula mais fortemente ao conflito entre capital e trabalho e se realiza de forma menos isolada, dada a existência de trabalho coletivo. Na medida em que a partir desta década “a empresa será vista como um órgão da comunidade, com uma função social” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 287), a contratação de assistentes sociais se fará precisa para mediar a relação entre empregados e patrões, sendo crescente nas décadas seguintes.

De posse dos elementos apresentados, pontuamos que é fundamental o conhecimento da incorporação do Serviço Social nestas entidades patronais, pois elas compõem o processo de institucionalização da profissão

(...) especialmente a partir da ditadura varguista do Estado novo, com a progressiva presença do Estado na regulação das tensões decorrentes do conflito entre capital e trabalho, seja no plano da legislação trabalhista com ênfase para trabalhador urbano, como na expansão da assistência social sob a marca do clientelismo e do primeiro damismo, juntamente com a criação das instituições patronais, tendo em vista a formação e adequação da mão de obra para as exigências do processo de acumulação capitalista (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012).

Portanto, nesse contexto o Serviço Social é reconhecido como profissão liberal, mas sua inserção majoritária desde então já ocorre em instituições públicas e privadas, caracterizando seu perfil assalariado, embora o forte vínculo com Igreja, a valorização das qualidades morais e do “altruísmo” tenham jogado forte peso na obstrução da própria compreensão da relação mercantil, que já presidia as relações de trabalho dos assistentes sociais (YAZBEK; MARTINELLI; RAICHELIS, 2008). Ou seja, o exercício da profissão visto como vocação, ação embasada em um humanismo cristão que não apreende as bases materiais da realidade, construindo certa mítica em torno da profissão, como denominam Iamamoto e Carvalho (2012, p. 246): “os modernos agentes da caridade e da justiça social” (CLOSS, 2017, p. 59-60).

No trabalho profissional em empresas na década de 1960, este atrelamento da profissão à Igreja e a compressão da realidade sem a apreensão de suas bases materiais serão fortemente observados, mote que trataremos com maior zelo adiante. Relativo às considerações apresentadas até este momento na dissertação, o que entendemos ser fulcral sobrelevar é que as experiências do Serviço Social com o operariado na década de 1930 e no SENAI e no SESI na década de 1940, constituem-se como protoforma do trabalho profissional em empresas. As particularidades da formação econômica brasileira, o papel do Estado no trato da questão social

a partir de 1930, a demanda do empresariado por trabalho disciplinador com o operariado, o direcionamento moralista e cristão impresso no trabalho profissional com o operariado na gênese da profissão e a criação de entidades patronais direcionadas aos interesses empresariais – mas com preocupação social - com incorporação de assistentes sociais a partir de 1940, são, portanto, elementos que concorrem para o estudo do trabalho dos/das assistentes sociais em empresas e sem os quais sua compreensão não se faz completa.

Até meados da década de 1960, o trabalho de assistentes sociais em empresas assume características semelhante às questões aqui abordadas, o que será melhor evidenciado na análise das monografias. Contudo, as mudanças ocorridas nos anos 1960 na realidade brasileira – donde destaca-se a ditadura civil-militar – e na profissão imporão mudanças ao trabalho profissional em empresas, questão que, a partir deste momento, requer nossa atenção.

2.2) Em busca de “teorização”: trabalho profissional em empresas nas décadas de 1960 e 1970

Nos anos 1960, diversas mudanças se processaram no âmbito do Serviço Social brasileiro possibilitadas tanto por elementos exógenos quanto endógenos à profissão. No campo externo, destacam-se as modificações postas pela conjuntura ditatorial, cuja repressão sobre a profissão foi acentuada, conforme se observará na análise das monografias. Contudo, foi neste mesmo contexto repressivo que Netto (2010, p. 119 et. seq., grifos nossos) indica que

No que diz respeito à prática dos profissionais, o processo da “modernização conservadora” (...) engendrou um mercado nacional de trabalho, macroscópico e consolidado, para os assistentes sociais. O desenvolvimento das forças produtivas, na moldura sociopolítica peculiar da autocracia burguesa, saturou o espaço social brasileiro com todas as refrações da “questão social” hipertrofiadas e com a sua admiração crescentemente centralizada pelas políticas do Estado ditatorial. Donde a generalização de *loci*⁶⁶ na estrutura sócio ocupacional a serem preenchidos por assistentes sociais (e não só), quer nos aparelhos burocrático-administrativos do Estado, quer no âmbito de setores diretamente geridos pelo capital⁶⁷. (...).
A consolidação do mercado nacional de trabalho para os assistentes sociais, como variável das modificações ocorridas durante o ciclo autocrático burguês,

⁶⁶ *Loci* é o plural de *locus*, que significa o lugar, o espaço, local.

⁶⁷ “A criação de um mercado nacional de trabalho para os assistentes sociais tem seus mecanismos originais deflagrados em meados dos anos quarenta (quase uma década depois da fundação das primeiras escolas de Serviço Social, portanto), no bojo do processo de “desenvolvimento das grandes instituições sociais” implementadas no acaso do Estado Novo (Carvalho, in Yamamoto e Carvalho, 1983: 241). Nos anos cinquenta e na entrada dos sessenta, esse mercado se expande, e não pode haver dúvidas acerca da conexão desta expansão com o andamento da já vista industrialização pesada” (NETTO, 2010, p. 120).

não derivou apenas da reorganização do Estado (...) ⁶⁸. O mercado nacional configurado já nos finais dos anos sessenta é dinamizado por outro polo, que não diretamente o Estado: trata-se das médias e grandes empresas (nomeadamente as grandes empresas monopolistas e as empresas estatais). **Até meados da década de sessenta, o mercado para os assistentes sociais, nesta área, era verdadeiramente residual e atípico** (completado efetivamente, no setor privado, pelas “obras sociais” filantrópicas que, embora girando na órbita estatal, não estavam ligadas diretamente às agências sociais). **Ora, o crescimento industrial que se opera, especialmente nos anos do “milagre”, torna este seguimento do mercado de trabalho algo extremamente expressivo – é a partir de então que, entre nós, pode-se falar propriamente de um Serviço Social de empresa** (ou do trabalho, conforme a ótica analista). Cabe salientar que **o espaço empresarial não se abre ao Serviço Social apenas em razão do crescimento industrial, mas determinado também pelo pano de fundo sociopolítico em que ele ocorre e que instaura necessidades peculiares de vigilância e controle da força de trabalho no território da produção.**

Com isto, observa-se como o mercado de trabalho para o Serviço Social se abre na vigência da ditadura e como, na área de empresa, esta abertura, para além do crescimento da industrialização, se fez necessária frente à precisão de controle da força de trabalho. As indicações de Netto (2010) ratificam a afirmativa de Mota (2008) de que é a partir de 1970 que a inserção do Serviço Social em ampla escala em empresas se verifica, haja vista que é no esteio da ditadura que sua expansão se consolida.

Além desta mudança que se processou externamente à profissão, em decorrência da conjuntura histórica, e que a impactou, no âmbito interno, cabe enfatizar aquelas ocorridas na América Latina e no Brasil que engendrariam novas configurações para o Serviço Social.

Vivenciamos no decênio de 1960, em concomitância às transformações societárias sinalizadas na seção I, o Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina, que problematizou o conservadorismo profissional e buscou novas bases teóricas que pudessem propiciar análises mais contundentes sobre a realidade latino-americana e, conseqüentemente, intervenções que corresponderem melhor às especificidades colocadas para a profissão na realidade continental (Cf. CASTRO, 2010). Nesta conjunção, o Movimento de Reconceituação procurou romper com aportes teórico doutrinários como o positivismo e a doutrina social da Igreja Católica, e se aproximou, ainda que de modo enviesado, de teorias sociais que buscavam conhecer a realidade sob perspectivas não tradicionais, como o marxista (NETTO, 2010)

⁶⁸ “Esta nova configuração do mercado de trabalho foi acompanhada pelo aumento do número de cursos de Serviço Social. Na América Latina, houve um crescimento em torno de 12% no que se refere à abertura de novas escolas, e no Brasil, em 1975 havia 48 Escolas e 1984, 55 cursos, dos quais 14 pertenciam à Universidades Federais, e 32 eram ligados ao ensino privado” (YAZBEK *apud*. CASTRO; TOLEDO, 2011, p. 6).

Como expressão deste movimento no Brasil, vivenciamos, segundo esboçado por Netto (2010), o processo de Renovação do Serviço Social brasileiro que, na mesma direção da Reconceituação, consistiu no esforço de rompimento da categoria com o Serviço Social tradicional, vinculado às práticas religiosas. Segundo Netto (2010, p. 128)

(...) é incontestado que o Serviço Social no Brasil, até a primeira metade da década de sessenta, não apresentava polemicas de relevo, mostrava uma relativa homogeneidade nas suas projeções interventivas, sugeria uma grande unidade nas suas propostas profissionais, sinalizava uma formal assepsia de participação político-partidária, carecia de uma elaboração teórica significativa e plasmava-se numa categoria profissional onde parecia imperar, sem disputas de vulto, uma consensual direção interventiva e cívica. A ruptura com este cenário tem suas bases na laicização do Serviço Social (...).

Para além da busca pela ruptura com o conservadorismo confessional, donde a laicização é expressão, entre os principais elementos do processo de Renovação destaca-se a inserção nas universidades propiciada pelo aumento da quantidade de cursos superiores de Serviço Social. Isto possibilitou o desenvolvimento de pesquisas, aproximação com outras áreas das ciências sociais e entrada de professores jovens nos cursos de Serviço Social (NETTO, 2010)⁶⁹, promovendo mudanças na esfera da formação acadêmico-profissional. Sobre isto, aponta Netto (2010, p. 126-127) que

(...) o impacto operado pelo ingresso na universidade foi multifacetado e contraditório. De um lado, propiciou institucionalmente a interação das preocupações técnico-profissionais com as disciplinas vinculadas às ciências sociais; é então que a formação recebe de fato o influxo da sociologia, da psicologia social e da antropologia. É absolutamente inegável o aspecto positivo daí decorrente – principalmente se se leva em conta o fato, consensualmente reconhecido, da ausência de fortes tradições intelectuais e de investigação na formação profissional. Simultaneamente, contudo, dada esta mesma característica, registrou-se o largo flanco aberto na formação aos traços mais deletérios deste influxo – residentes no viés tecnocrático e asséptico das disciplinas sociais possíveis na universidade da ditadura. O conjunto de sequelas que o ciclo ditatorial imprimiu ao quadro educacional e cultural do país (...), rebateu com imensa força sobre a formação dos assistentes sociais. De outro lado, o recrutamento do novo pessoal docente (...) também revelou-se contraditório: recolhendo os quadros encarregados de reproduzir a profissão especialmente entre profissionais jovens, operou diversamente – agregou elementos que vinham da formação imediatamente

⁶⁹ Em Juiz de Fora, isto ocorreu quando da agregação da Escola de Serviço Social à UFJF em 1969 (JACOMETTI, 2009) e posterior incorporação em 1974, momento em que o nome Faculdade de Serviço Social passa a ser utilizado para fazer referência ao curso de Serviço Social juiz-forano em substituição a Escola de Serviço Social (BRASIL, 1974) (anexo 2) e que o curso de Serviço Social deixa de ser privado. Dados concernentes à ESS serão apresentados com maior zelo na seção III.

anteriores ou posteriores à implantação da ditadura ou que se formaram já sob o militar-fascismo; igualmente enquadrados na universalidade do autocracismo burguês, estes componentes da docência se desenvolveram desigualmente, mas, pela sua permanência nos marcos acadêmicos, com possibilidades de dedicação e envolvimento intelectuais inexistentes para os docentes de períodos anteriores, puderam acumular reservas de forças e engendrar, no âmbito do Serviço Social, uma massa crítica também inexistente antes. (...). Estas sumárias indicações delineiam o giro que então sofre a formação profissional do assistente social (...). Ele imbrica a formação com as demandas do mercado nacional de trabalho constituído e consolidado no processo da autocracia burguesa: passa a oferecer àquele um profissional “moderno”, cuja legitimação advém menos de uma (auto) representação humanista abstrata que de uma representação teórico-técnica do seu exercício como assistente social.

Assim, o processo de Renovação possibilitou ao Serviço Social rever sua formação profissional, a partir da aproximação de conhecimentos vindouros de vertentes teórico-metodológicas do campo das Ciências Sociais, como o funcionalismo. Mas, dentro dos quadros da ditadura, a formação profissional buscou se “modernizar” sem ter como horizonte a supressão do conservadorismo e do modo de produção capitalista, embora buscasse se afastar das influências religiosas.

Como desdobramentos da Renovação, são categorizadas por Netto (2010) três vertentes que nortearam o Serviço Social neste período: modernização conservadora, reatualização do conservadorismo e intenção de ruptura.

A modernização conservadora foi a perspectiva que assumiu hegemonia entre meados da década de 1960 e 1970 por se alinhar às finalidades colocadas pelo Estado ditatorial. Assentada no funcionalismo e na perspectiva sistêmica enquanto fundamento teórico, esta vertente, que se expressou nos documentos resultantes dos seminários de Araxá e Teresópolis (Cf. CBCISS, 1986), propunha modernizações sociais que não rompessem com a ordem vigente.

A reatualização do conservadorismo objetivou recobrar os traços tradicionais da profissão na década de 1960. Entretanto, buscou fundamentar-se não nas orientações da doutrina social cristã, mas na fenomenologia (Cf. NETTO, 2010) no sentido de se aproximar de conhecimentos científicos.

Já a intenção de ruptura pretendeu se desatar do tradicionalismo profissional via aproximação de referenciais teóricos críticos que pudessem possibilitar leitura da realidade no sentido de desvelar a dinâmica do modo de produção capitalista. Não obstante, apenas na década de 1980 esta perspectiva pôde se espraiar pela categoria profissional (NETTO, 2010)

diante do contexto em que a ditadura apresentava seus sinais de insustentabilidade e esgotamento. A princípio, a vertente teve contato com as fontes marxistas de modo enviesado⁷⁰.

Não é nossa finalidade discorrer minuciosamente sobre estas vertentes decorrentes do processo de Renovação, detalhadamente explicitadas por Netto (2010). Conquanto, a razão para que as apresentemos reside no fato de que, nas monografias da década de 1970 e 1980, a perspectiva modernizadora e a intenção de ruptura se expressarão respectivamente.

Nas produções intelectuais sobre empresas no âmbito do Serviço Social, também são observáveis refrações da Renovação na medida em que é perceptível a busca pela ruptura com o tradicionalismo profissional, ainda que ranços conservadores se façam presentes. Como exemplo, no campo da produção do conhecimento sobre a referida área, Rico (1985), ao se referir ao público alvo do Serviço Social em empresas utiliza a denominação “cliente”, mas aponta não ser este o melhor termo a ser utilizado. Contudo, diante da inexistência de outro que pudesse ser coerente com as transformações vivenciadas no âmbito da profissão, é adotada a opção por manter a palavra “cliente” pelo fato desta já ser utilizada naquele momento.

Em Rico (1985), podemos observar também alguns esclarecimentos e definições concernentes às empresas que rogam atenção⁷¹. A definição de empresa aparece como

(...) instituição privada onde os dirigentes e os assalariados estabelecem uma relação entre a defesa de seus interesses e o alcance de fins reconhecidos como legítimos por uma determinada sociedade. É o local onde as forças sociais negociam e chegam a definir as regras e formas de confronto, a institucionalização dos seus conflitos (RICO, 1985, p. 48).

⁷⁰ “Afirmamos que desde os anos sessenta, no Brasil, tem início um processo de erosão das bases de legitimação do *ethos* tradicional do Serviço Social, propiciando uma renovação e um pluralismo capazes de evidenciar a dimensão político-ideológica da prática profissional, abrindo a possibilidade de emergência de uma vertente crítica. Qual é a prática dessa tendência, caracterizada por Netto como a vertente de “intenção de ruptura”? Quais são seus valores e escolhas? Nos anos 60/70, essa parcela minoritária de profissionais opta pela participação política e cívica; amplia sua consciência social e recusa ideologicamente a ordem burguesa. Sob a influência do movimento de reconceitualização e da militância cívico-política, se aproxima do marxismo e inicia experiências práticas voltadas ao compromisso com as classes populares. Na militância católica, faz a “opção pelos pobres”, projeta-se como “agente de mudança”, atuando em atividades de educação popular e formação de quadros políticos junto à população. Num primeiro momento, influenciada por Althusser, entende que deve abandonar o trabalho nas instituições, concebidas como “aparelhos ideológicos do Estado”. Passa a desenvolver trabalhos na periferia dos centros, nas favelas, junto aos movimentos de organicidade da população, criando novas formas de atuação militante. Começa a produzir uma literatura crítica, voltada à busca de compreensão do significado da profissão; participa do debate e das entidades latino-americanas, busca elementos para uma superação crítica de seus equívocos, questiona as teorias tradicionais, denuncia a pretensa neutralidade profissional; anuncia seu compromisso com as classes trabalhadoras. No engajamento político-partidário, resiste à ditadura, rompe com valores, faz escolhas pautadas em valores emancipatórios, acredita na liberdade, move-se pela intenção de ruptura em seus entraves” (BARROCO, 2010, p. 141-142).

⁷¹ Rico (1985) desenvolveu pesquisa buscando averiguar quais necessidades surgiam no processo das relações sociais entre trabalhadores de indústria têxtil e metalúrgica na cidade de São Paulo – SP, local em que realizou investigação sobre o Serviço Social em empresa e que resultou na obra *Teoria do Serviço Social de empresa*, publicada em 1985. A pesquisa da autora em indústrias paulistas ocorreu na década de 1970.

Tal acepção indica compreensão de empresa apenas como instituição de natureza privada, ficando as de capital público, como as empresas estatais (Cf. GALVES, 2004) desconsideradas nesta análise.

No que se refere à delimitação do objeto da profissão na área de empresas, há a compreensão de que o trabalho dos/das assistentes sociais ocorreria na área das relações sociais, mas sem definição de um objeto específico do Serviço Social. Nesse sentido, Rico (1985) aponta que a defesa que se fazia pelos profissionais inseridos na área de empresas neste período, principalmente a partir dos anos 1970, era de que a especificidade da profissão não estava em seu objeto, visto que a área das relações sociais também era lócus de intervenção de profissionais de outras áreas, como Psicologia, mas sim em seus objetivos, pois estes se diferiam dos adotados pelas diferentes ocupações.

Postas estas definições, Rico (1985) assinala que a particularidade do trabalho profissional em cada espaço ocupacional levou à compreensão, naquele momento, de que seria importante a especialização da profissão por campos devido às diferenças existentes entre as diversas áreas sócio ocupacionais. Foi sob esta compreensão que emergiu o denominado Serviço Social de Empresa que enquanto especificação da própria profissão, necessitava, segundo a perspectiva da época, de teorização.

Isso se baseia na compreensão que localiza o Serviço Social em empresas como uma especificação do Serviço Social do Trabalho que, por sua vez, seria uma subdivisão do próprio Serviço Social (RICO, 1985). Este escalonamento dava sustentação para que se preconizasse a construção de uma “teoria” específica para o Serviço Social em empresas, visto que havia a compreensão de que aquilo que se produzia em termos de conhecimento geral na categoria não teria condições de responder a todas as especificidades próprias de cada espaço de intervenção. Esta “teoria” era denominada Serviço Social de Empresas.

No processo de estudo para construção desta dissertação, foi possível observar que parecem existir diferenças entre Serviço Social em empresas e Serviço Social de Empresa que vão além de questões semânticas. Quando usamos a preposição “em” nos referimos à inserção do Serviço Social neste espaço sócio ocupacional buscando conhecer seus elementos constitutivos. Por outro lado, o termo Serviço Social de Empresa refere-se ao movimento apontado por Rico (1985) de construir teorias específicas que pudessem embasar e nortear o trabalho do/da assistente social em empresas a partir da década de 1970. Percebemos com isso, que há uma mudança de sentido que faz com que não seja correto utilizar os termos

indiscriminadamente, pois o primeiro abrange a totalidade das questões pertinentes à relação entre Serviço Social e empresas e o segundo versa fundamentalmente sobre o esforço empreendido pela categoria em construir teoria na referida área⁷².

As reflexões de Rico (1985) elucubram a presença de novos referenciais teórico-metodológicos para estudo do Serviço Social em empresas na medida em que, por exemplo, a autora constata que os “métodos dialéticos” conseguiriam explicar melhor o objeto e os objetivos da intervenção profissional na área de empresa. Todavia, pensadores como Marx e Tourraine, embora em expansão no âmbito profissional (RICO, 1985), ainda tinham pequena influência nos estudos que buscavam construir uma teoria para o Serviço Social em empresas. Há que se constatar que na década de 1970, estando o Brasil sob o mando da ditadura civil-militar, a influência destes autores se fez de forma dificultada e/ou enviesada dada a repressão do regime. Assim, no campo das discussões sobre empresas na categoria profissional, o direcionamento teórico foi capitaneado pelo funcionalismo, característico da perspectiva modernizadora e conveniente à necessidade da ditadura de controle e vigilância da força de trabalho (NETTO, 2010).

Nesta direção, indica Rico (1985) que as principais “teorizações” sobre Serviço Social em empresas no Brasil foram edificadas pelo Grupo Meta e pelo Grupo GESSOT (Grupo Operacional de Serviço Social em Empresa)⁷³, que tinham como fim compreender as definições de empresa e de Serviço Social, bem como conhecer o objeto e os objetivos da profissão nesta área. Esta busca por “teorização” não está apartada da realidade, pois tendo em vista que é nesta década que o mercado de trabalho para assistentes sociais se expande nas empresas (MOTA, 2008; NETTO, 2010), é compreensível que a categoria tenha procurado compreender melhor este espaço sócio ocupacional.

A proposta de intervenção do Grupo GESSOT apresentava uma concepção funcionalista de profissão. Segundo documento do próprio grupo “a necessidade gera a função. Se a função for corretamente desempenhada, encadeada a outras funções, a necessidade é resolvida e absorvida pela dinâmica social. Não há intenção de descobrir causas que geram os fenômenos (as necessidades)” (GESSOT *apud*. RICO, 1985 p. 58). Tal assertiva clarifica a concepção do referido grupo de resolução dos problemas dos sujeitos que compunham os quadros de funcionários das empresas sem o real conhecimento de seus fundamentos, visto que a

⁷² Diante desta explicação, adotamos nesta dissertação o uso do termo Serviço Social em empresas.

⁷³ Nos anos de 1960 e 1970 foram criados grupos de estudos cujo objetivo consistia na troca de saberes referente ao Serviço Social de Empresas (SCHIMTZ, 2007). Os grupos GESSOT (Grupo Operacional de Serviço Social em Empresa) e Meta compunham este conjunto de discussão em São Paulo/SP.

resolutividade seria possibilitada pelo desempenho correto das funções. Desse modo, se os/as assistentes sociais desempenhassem corretamente as funções que lhes fossem relegadas nas empresas, as necessidades dos trabalhadores poderiam ser resolvidas sem que fosse necessário conhecer seus baldrames.

Seguindo o mesmo direcionamento do Grupo GESSOT, o Grupo Meta, criado em 1973, fazia a defesa de que os problemas sociais que se apresentavam nas empresas tinham gênese na não adaptação dos sujeitos à organização urbana-industrial (RICO, 1985). Entretanto, para este grupo, o uso exclusivo dos procedimentos de Caso, Grupo e Comunidade – característicos do trabalho profissional em empresas nos anos 1960, conforme evidenciaremos – não era suficiente para responder aos problemas sociais.

Longe vai o tempo em que o Serviço Social só enfocava três dimensões da realidade: o indivíduo, o grupo e a comunidade. E foi essa própria realidade, através da prática profissional, que se encarregou de desafiar o Serviço Social a um processo criativo, evolutivo, que o fizesse vislumbrar a realidade toda e não apenas parte dela. (...). Os problemas sociais, ou as situações sociais problema não se apresentam apenas a nível de indivíduo, grupo ou comunidade; quantas vezes estão a nível de instituições, das organizações, das populações, e essas formas se apresentam tanto na abordagem ao assistente social, como em sua intervenção profissional (...) (GRUPO META, 1980, 28-29).

Com isso, observa-se que há uma busca do Grupo Meta para expandir as intervenções profissionais que se direcionavam prioritariamente ao indivíduo, grupo ou comunidade, donde os procedimentos de Serviço Social de Caso, Grupo e Comunidade eram expressão. Todavia há que se considerar que isto não significa ruptura com o conservadorismo, visto que no referido grupo a concepção de adaptação dos sujeitos à sociedade é presente.

Segundo Rico (1985), apesar da presença de avanços, nas perspectivas de ambos os grupos inexistem debates referentes aos fundamentos das necessidades dos trabalhadores, fato que pode ter relação com a preconização de referências teóricas funcionalistas e com o ainda incipiente acesso a autores da vertente marxista.

Rico (1985) demarca que tanto o Grupo GESSOT quanto o Meta visualizavam a empresa como uma unidade capaz de aglutinar diversos fatores e funções, pois ao mesmo tempo em que produziam objetivando auferir lucros cada vez maiores, expressando sua função econômica, também exerciam função social à medida que atendiam as necessidades humanas dos consumidores de suas mercadorias, o que se alinha à descrição das funções das empresas realizada por Galves (2004) apresentada na introdução desta dissertação. Para os grupos citados,

o trabalho dos/das assistentes sociais em empresas deveria se centrar “nos diversos fenômenos que caracterizam a estrutura empresarial e nas situações que tenham relação com a situação de trabalho” (RICO, 1985, p. 51) com o objetivo de manter equilíbrio entre trabalhadores e empresas.

Embora Rico (1985) apresente as perspectivas dos grupos que buscavam “teorizar” o Serviço Social em empresas, isto não significa que a autora faça a defesa da criação de uma teoria específica para a profissão na referida área. Entre GESSOT e Meta e a autora, existem diferenças centrais, como o fato desta sustentar que *a empresa consiste em um local de confronto direto entre empregados e empregadores* diante do entendimento de que seus objetivos são radicalmente díspares. O reconhecimento do conflito como inerente ao espaço empresarial se ancora no fato de Rico (1985) ter buscado se aproximar, ainda que de maneira enviesada, de referenciais teóricos críticos, como Marx e Tourraine.

Como exemplo, percebemos que a pesquisa realizada pela autora em indústrias têxteis e metalúrgicas de São Paulo em fins da década de 1970 buscou romper com traços funcionalistas presentes nas propostas do GESSOT e Meta, pois Rico (1985), além de apresentar e problematizar as propostas destes grupos, expõe os resultados da ampla investigação que realizou com trabalhadores com o objetivo de conhecer não somente suas necessidades, mas, sobretudo, a origem delas. Este interesse pelo conhecimento da gênese das demandas operárias indica como a aproximação com autores da vertente marxista engendrou abordagens diferenciadas na intervenção profissional, que começava a buscar conhecer as condições de vida dos trabalhadores e tornar as respostas profissionais mais abrangentes de modo que as necessidades dos operários ganhassem maior relevo no trabalho profissional. Entretanto, conforme aponta a própria autora, abordagens sob estas perspectivas não eram presentes na maioria das produções da década de 1970.

Fernandes et al. (1979) afirmam haver alterações de perspectiva ético-política da categoria profissional na área empresarial após as mudanças ocorridas na profissão nos anos 1960. Se em Backx (1994) foi possível a observância de como o Serviço Social esteve afinado com a defesa dos interesses dominantes - representados pelo Estado, pelas empresas e pela Igreja Católica nas décadas de 1930 e 1940 -, no trabalho profissional em empresas dos anos 1970 é notável uma busca profissional por melhor conhecimento da realidade dos trabalhadores. Nesta direção, cabe destacar que ao final da década, em 1979, a primeira edição da revista *Serviço Social e Sociedade* trouxe reflexões importantes sobre o trabalho dos/das assistentes sociais em empresas.

Fernandes et. al. (1979) buscaram refletir sobre o posicionamento ideológico assumido pelos/as assistentes sociais em empresas em um momento em que a ditadura já começava a ser questionada pela população brasileira, conforme enunciado. Assinalam os autores que o Serviço Social estava sendo requisitado não só para executar, mas também para administrar os benefícios – recursos, nos grifos dos autores – existentes nas empresas e como, através desta requisição que colocava possibilidades de ampliação do trabalho profissional, a postura dos assistentes sociais era desafiadora.

(...) através da função de administradores de recursos sociais, temos sentido a possibilidade de participação nos altos níveis decisórios das Empresas. Tal participação nos parece de real significado, porquanto nos possibilita a interferência na formulação ou na reformulação da Política Social da Empresa. (...).

Percebemos, assim, que os profissionais do Campo do Trabalho possuem amplas possibilidades de atuação.

Ocorre que o universo de possibilidades não garante, por si só, a qualidade da intervenção enquanto resposta à realidade. Condiciona-se, sim, ao preparo técnico que o profissional possui e a postura que assume frente à realidade na qual trabalha.

Em termos de postura, o maior desafio **que enfrentamos reside no fato de trabalharmos com grupos representativos de classes sociais, cujo interesses são antagônicos por essência: patrões e empregados.**

A sociedade de classes em que vivemos não pode estar melhor representada como se encontra dentro das estruturas empresariais.

Por trabalharmos basicamente com situações de conflito e procurando assumir posições coerentes com o conjunto da nossa prática profissional, temos nos colocado diante dos momentos de transição que ora vivemos, da mesma forma que o fizemos anteriormente, diante de situações semelhantes, ou seja, assumindo a atribuição de mediadores nesse processo social (FERNANDES et.al, 1979, p. 76-77, grifo nosso).

O reconhecimento de que o Serviço Social trabalha na mediação de um antagonismo de classes é algo muito significativo nas reflexões da categoria sobre o trabalho em empresas, pois reconhecer os lugares ocupados por patrões e empregados na sociedade como antagônicos por essência revela que a leitura da profissão sobre a realidade, ao final dos anos 1970, procurava romper com referenciais tradicionais.

Desse modo, sobre o trabalho profissional em empresas na categoria profissional nos anos 1970 podemos inferir, em síntese, que a profissão comportava perspectivas heterogêneas que se expressaram nas reflexões dos grupos de “teorização”, de Rico (1985) e de Fernandes et. al. (1979). O que se observa é que nas produções que abeiram os anos finais da década, há maior aproximação com as vertentes teóricas críticas e melhor compreensão de que o trabalho profissional em empresas se coloca no interior de um conflito de interesses distintos, que apenas

em Fernandes et. al. (1979) é reconhecido como um antagonismo de classes. É também nas reflexões destes autores que há o reconhecimento de que o trabalho em empresas poderia se orientar por distintos vieses ideológicos, haja vista que

(...) frente à realidade de um campo, a mesma profissão pode intervir de modo diverso, de acordo com a ideologia do profissional que ali atua.

(...) se pudéssemos classificar as tendências políticas em posições de direita, centro e de esquerda, iríamos constatar que os programas desenvolvidos nos campos de atuação teriam essas conotações, de acordo com a identificação do profissional.

Todavia, a realidade é ainda mais interessante, ou misteriosa. Constatamos a existência de profissionais que assumem ao nível técnico uma posição de vanguarda, mas, desenvolvem uma prática totalmente ajustadora.

Seria infantil admitir que uma categoria que hoje congrega mais de 7000 filiados em São Paulo fosse ideologicamente uniforme.

De acordo com essa premissa não podemos também aceitar que um campo de atuação seja constituído por profissionais com posições políticas idênticas. (...).

No campo do trabalho, como em qualquer outro, observa-se a heterogeneidade posições: existem profissionais que realizam o trabalho amador; outros conscientes de que executam um trabalho ajustador; e, finalmente, podemos nos referir a colegas que conseguiram transpor as barreiras de controle inerente ao campo, implantando o trabalho de mudança, inclusive a nível da própria organização (...).

O espaço profissional conseguido nas organizações não oferece ao Serviço Social o poder de barganha, porque não tem força de pressão.

Assim o trabalho assume uma característica de conquista, sendo premente a aglutinação desses esforços (FERNANDES et.al., 1979, p. 78-79).

Com isso, observa-se o reconhecimento de que o trabalho dos/das assistentes sociais em empresas não é, de modo algum, homogêneo, haja vista a diferença de posicionamentos ideológicos entre os distintos profissionais. Estes apontamentos de Fernandes et. al. (1979) representam, de fato, a presença de novos referenciais e perspectivas de análise na produção intelectual sobre empresas, pois desmistificam a possibilidade de equilíbrio entre interesses de patrões e empregados e revelam como posicionamentos políticos profissionais distintos podem redundar em diferentes formas de intervenção.

Colocadas estas questões, é preciso ressaltar que até o fim dos anos 1970 ainda não havia a compreensão das expressões da questão social como objeto de trabalho do Serviço Social na perspectiva apontada por Iamamoto (2007), haja vista que as reflexões da categoria somente encontrariam condições para tal nas décadas posteriores. Ademais, ainda que a aproximação com referenciais críticos já se fizesse notável em Rico (1985) e Fernandes et.al. (1979), os estudos realizados pelos Grupos GESSOT e Meta, fundamentados teoricamente no

funcionalismo, eram as referências principais para os profissionais inseridos em empresas, conforme se observará na análise das monografias de 1970.

Tendo em vista que nesta década o Serviço Social atravessava um momento de transição, de mudanças e de redefinição de seus referenciais e bases teóricas - enquanto refração do processo de Renovação – ao mesmo tempo em que enfrentava a repressão ditatorial, a busca por mudanças no trabalho em empresas começava a se evidenciar, mas as condições efetivas para tal, ainda não estavam postas hegemonicamente.

É na década de 1980 que se gestarão as condições que propiciarão a hegemonia da ruptura com o conservadorismo profissional, embora as protoformas para tal já se evidenciem ao final de 1970. Na área de empresas, a intenção de ruptura se expressará também na década de 1980 - o que será abordado na análise das monografias concernentes a este período – tendo em vista as diversas transformações que ocorrem na realidade e na profissão neste momento, o que demanda atenção a partir daqui.

2.3) A construção de uma “nova legitimidade” para o trabalho dos/das assistentes sociais em empresas nos anos 1980

O conjunto das transformações ocorridas na sociedade brasileira nos 1980 impacta de maneira muito significativa no Serviço Social, que opera mudanças sem precedentes no bojo da categoria profissional. Circunscrita na realidade, a profissão não esteve alheia às diversas alterações que se processaram neste decênio de intensas mudanças no país.

A sociedade brasileira se articulou contra a ditadura militar, e os movimentos sociais tomaram novas forças na luta pela democracia, influenciando de maneira determinante o posicionamento da categoria dos profissionais de Serviço Social no que se refere ao direcionamento social de sua prática profissional.

O movimento “interno” do Serviço Social não ocorreu de maneira estanque daqueles enunciados como dinâmica social, pelo contrário, foi a partir da realidade social (...), da apreensão dos antagonismos presentes na sociedade e, conseqüentemente, do seu questionamento, que os assistentes sociais viram a necessidade de romper com os traços tradicionais/conservadores da profissão (...) (CASTRO; TOLEDO, 2011, p.5, grifo nosso).

Conforme apontado, embora em momento de larga expansão do mercado de trabalho para os/as assistentes sociais (NETTO, 2010), a ditadura impeliu dificuldades à profissão na medida em que, a depender do posicionamento político assumido, perseguições, prisões e

punições eram impostas àqueles que se opunham ao regime. Neste esteio, a profissão assumiu hegemonicamente postura de não oposição à ditadura, expressa pela hegemonia da perspectiva de modernização conservadora na categoria profissional⁷⁴.

Não obstante, cabe elucidar que já em fins da década de 1970, acompanhando os questionamentos da sociedade em resistência e aversão à ditadura, o IIIº CBAS – comumente conhecido como Congresso da Virada, marcou uma mudança crucial de direcionamento do Serviço Social em relação à realidade, expressando a necessidade de ruptura com o conservadorismo profissional enunciada por Castro e Toledo (2011). O congresso foi realizado em 1979 em uma conjuntura em que os/as

Assistentes Sociais começaram a tecer o entendimento do Serviço Social nos marcos da relação capital/ trabalho e nas complexas relações entre Estado e Sociedade. A “Virada” teve o sabor de descortinar novas possibilidades de análise da vida social, da profissão e dos indivíduos com os quais o Serviço Social trabalha. Dali em diante, **a realidade em sua dinamicidade e dimensão contraditória torna-se o chão histórico prenhe de lições cotidianas por meio do protagonismo das lutas da classe trabalhadora e dos sujeitos profissionais que passaram a apreender as necessidades reais vivenciadas pela população como demandas postas ao Serviço Social.** Durante a década de 1980, as necessidades sociais são politizadas pelos movimentos da classe trabalhadora que se formam e se organizam em torno de sua defesa. Direito ao trabalho, à autonomia de organização sindical, à seguridade social, aos direitos sociais, políticos e civis e aqueles relacionados à diversidade humana - como liberdade de expressão, direito à identidade e igualdade de gênero, étnico-racial e à liberdade de orientação e expressão sexual - emergem como demandas concretas e mobilizam os sujeitos individuais e coletivos para a luta. Nas lutas memoráveis desses sujeitos coletivos, **Assistentes Sociais entenderam que as condições de vida e de trabalho se alteram mediante processos de resistência. Entenderam, também, que o conformismo que se reproduz na vida cotidiana de amplos segmentos da população diz respeito ao modo de vida instituído pelo projeto do capital que atua na produção de diferentes níveis de exploração e de opressão, na perspectiva de assegurar a reprodução de seu projeto de acumulação** (CFESS, 2009, p. 1, grifos nossos).

Nesta conjunção, o Serviço Social passa a, paulatinamente, buscar compreender a realidade e a profissão no bojo das relações sociais que se estabelecem entre capital e trabalho,

⁷⁴ Isto não significa, contudo, que no período que antecedeu a década de 1980 não houvesse nenhuma expressão de ruptura com o conservadorismo. O Método BH por exemplo, foi um movimento da categoria na esfera acadêmica que teve como característica a aproximação com fontes da teoria social marxista, ainda que enviezadamente. Na análise das monografias dos anos 1970, abordaremos traços do Método BH com maior cuidado.

reconhecendo não haver equilíbrio de interesses entre ambos, visto que são classes sociais fundamentalmente contraditórias.

A crise da ditadura civil-militar (NETTO, 2010) contribuiu para que a profissão pudesse se aproximar dos referenciais analíticos críticos, que até então tiveram dificuldades de ser adequadamente apropriados pela categoria. Desse modo, foi diante do contexto de fragilidade da ditadura que, segundo Netto (2010, p. 267), a perspectiva da intenção de ruptura teve seu espraiamento sobre a categoria profissional nos anos de 1982-1983. Este momento foi

(...) favorecido pela conjuntura de transição democrática (...). O fato é que a incidência do projeto de ruptura, a partir do segundo terço da década de oitenta, penetra e enforma os debates da categoria profissional, dá o tom da sua produção intelectual, rebate na formação de quadros operada nas agências acadêmicas de ponta e atinge as organizações representativas. Numa palavra: a partir de meados dos anos oitenta, patenteia-se que a perspectiva de intenção de ruptura não é apenas um vetor legítimo do processo de renovação do Serviço Social no Brasil – evidencia-se o seu potencial criativo, instigante e, sobretudo, produtivo.

Embora Netto (2010) esclareça que nos anos 1982-1983 a intenção de ruptura ainda não era hegemônica na categoria, seu espraiamento não é, de modo algum, aspecto que pode ser obliterado nesta dissertação, pois diversas refrações se verificaram na categoria em consequência. Após o primeiro terço da década, por exemplo, elementos que expressam traços desta vertente da Renovação se evidenciam nas monografias sobre o trabalho dos/das assistentes sociais em empresas da FSS, o que se observará adiante.

No âmbito da produção intelectual do Serviço Social, as reflexões de Iamamoto e Carvalho (2014) representaram para a categoria a possibilidade real de cisão com o conservadorismo profissional, se colocando enquanto expressão da vertente intenção de ruptura. Nesta obra, o Serviço Social é compreendido como profissão inserida na divisão social do trabalho e no conjunto das relações sociais que se delineiam no capitalismo, que é apreendido não só como modo de produção, mas também como reprodução de relações sociais.

Publicado originalmente em 1982, o livro *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil* pode ser compreendido “como um “marco na efetiva interlocução com a teoria social de Marx” (YAZBEK; MARTINELLI; RAICHELIS, 2008, p. 19), obra também “considerada por Netto (1991) como coroamento da consolidação acadêmica do projeto de ruptura” (BRAVO, 2009, p. 689)” (CLOSS, 2017, p.77).

Esta produção intelectual subsidiou estudos e pesquisas sobre áreas diversas do Serviço Social, donde se incluem as empresas. As produções que se desenvolveram a partir de

Iamamoto e Carvalho (2014) – o que inclui as monografias realizadas após o primeiro terço dos anos 1980 – buscaram superar, de fato, o que vinha sendo construído em termos de conhecimento sobre o trabalho profissional em empresas. Ao passo em que traços conservadores ainda eram observados na produção da categoria sobre a referida área - como se observa, por exemplo, na influência funcionalista presente nos estudos dos grupos GESSOT e Meta (RICO, 1985) e no uso do termo “cliente” para fazer referência ao público-alvo do Serviço Social -, a partir do momento em que as produções intelectuais da categoria passam a se apropriar das reflexões dos referidos autores para estudar a área de empresas, mudanças significativa são evidenciadas.

Neste ensejo, o estudo sobre Serviço Social em empresas começa, gradativamente, a se consubstanciar nos referenciais teóricos marxistas e marxianos e a revelar a busca por uma nova direção social, expressa em um posicionamento ético-político profissional em prol da classe trabalhadora. Concorre para este processo as reflexões de Fernandes et. al., (1979) que, conforme apontamos, já em fins dos anos 1970 esboçaram propostas vinculadas à perspectiva de intenção de ruptura com o conservadorismo na área de empresas.

Neste esteio, verifica-se que a partir dos anos 1980, há a compreensão de que as requisições das empresas para o Serviço Social têm como finalidade não só o atendimento das necessidades dos trabalhadores, mas, principalmente, o controle da relação entre empregados e empregadores. Para tal, a empresa “enquanto representação institucional do capital, passa a requisitar o assistente social para desenvolver um trabalho de cunho assistencial e educativo junto ao empregado e sua família” (MOTA, 2008 p. 16) de modo que possam aderir à lógica empresarial sem causar-lhe desarmonia. É interessante observar que, nesta compreensão, o trabalho educativo é visualizado com o cunho ideológico de contribuir para a harmonia nas empresas, o que evidencia seu conteúdo controlador. Contudo, a harmonia é entendida como um objetivo das empresas e não do Serviço Social, o que parece nos indicar que nos anos 1980 o Serviço Social se esforça em desvelar os reais objetivos institucionais para requisição de assistentes sociais em empresas.

O Serviço Social passa a reconhecer que deveria intervir sobre as diversas questões da vida dos trabalhadores que interferissem na produtividade, como absenteísmo e alcoolismo, no sentido de manter a valorização do capital. Reconhece também como o discurso do empresariado para requisição da profissão é permeado de meandros e velado pela função social da empresa, obscurecendo o sentido ideológico imbuído na contratação de assistentes sociais, pois embora no plano aparente da retórica a empresa demandasse profissionais para resolver os

“problemas” dos trabalhadores afetos à produção, na essência, o horizonte do trabalho profissional se colocaria no controle do operariado pela via de trabalhos educativos com as mesmas finalidades moralizadoras presentes no trabalho profissional com a classe trabalhadora desde 1930, mas sob a roupagem de responsabilidade empresarial.

Na medida em que o processo de exploração do trabalho alheio cria as condições básicas para a valorização do capital, gera também situações crescentes de pauperização dos trabalhadores, que se manifestam nos (...) “problemas do trabalhador” ou “problemas sociais”. Assumindo-os como obstáculos à produção (...), a empresa cria políticas assistenciais, quando não privatiza os programas das instituições públicas, tentando manter em equilíbrio a relação empregado-empregador.

Justamente para executar tais políticas, a empresa requisita o assistente social (MOTA, 2008, p. 68-69, grifo nosso).

Sobre a assertiva, é interessante destacar que em Mota (2008) não há a compreensão de que os/as assistentes sociais deveriam executar políticas sociais nas empresas e sim políticas assistenciais. Isto se deve ao fato de que esta autora compreende que as políticas sociais são criadas e geridas pelo Estado e não por empresas. A estas, o que cabe é a promoção de políticas assistenciais e benefícios internos que, diferente das políticas sociais estatais, não se constituem enquanto direito, mas como mecanismos compensatórios aos baixos salários e controladores ideologicamente dos trabalhadores.

No que diz respeito à incorporação de assistentes sociais neste espaço sócio ocupacional

(...) é necessário distinguir aspectos políticos e técnicos na requisição do Serviço Social pela empresa, aspectos que devem ser entendidos como elementos presentes no processo de legitimação da prática, e do qual a empresa participa quando, ao criar necessidades, reconhece uma utilidade da profissão para o seu atendimento.

A priori, portanto, **pode-se afirmar que a empresa solicita a ação profissional por entender que o assistente social é um elemento capacitado para atuar nos setores de Recursos Humanos**, desenvolvendo atividades de caráter “educativo” junto aos empregados, mediante prestação de serviços sociais.

Entretanto, **à questão técnica se deve juntar outra, de cunho político, ou seja: subjacentes à especificidade de qualquer ação, sempre existem finalidades subordinadas a interesses materiais, políticos e ideológicos de quem a patrocina.**

Com efeito, o discurso do empresariado evidencia, sem dúvida, como justificativa unívoca para ação do assistente social na empresa a mediação de interesses do empregador e do empregado, com a finalidade de evitar interferências prejudiciais no processo produtivo, embora as razões apresentadas para contratação de assistentes sociais sejam revestidas de várias formas.

(...) os objetivos, a problemática e as formas de intervenção não deixam de residir, em última instância, na necessidade de manutenção e de produção material e espiritual da força de trabalho (MOTA, 2008, loc. cit., grifos nossos)

Esta compreensão é fundamentalmente distinta das que apresentamos até aqui. Embora em Rico (1985) houvesse o reconhecimento da impossibilidade de harmonia entre patrões e empregados, é em Mota (2008) que se coloca, de fato, o reconhecimento do papel ideológico imputado ao Serviço Social nas empresas. Sua análise oferece condições para desvelarmos as requisições das empresas para a profissão ao pontuar que, do ponto de vista do patronato, a reprodução da força de trabalho, tanto material quanto espiritual, é indispensável à produtividade e não decorre de um senso de justiça ou de preocupações sociais dos empresários, mas do reconhecimento de que o operariado deve ser controlado no interior das empresas. É neste bojo que se revela a requisição política posta para o Serviço Social nas empresas, que vai além da requisição técnica de execução das políticas assistenciais, expressa no discurso patronal com única demanda das empresas para os/as assistentes sociais.

Ao afirmar que a requisição da empresa para a profissão não é apenas técnica, Mota (2008, p. 31) reconhece que

se, aparentemente, a empresa apenas dá legitimidade a uma prática profissional, ratificando sua utilidade social, ao aprofundarmos a questão veremos que, para além do que é veiculado como aspecto técnico, está presente o elemento político da requisição, identificado na necessidade de mediar interesses de classe.

A legitimidade do Serviço Social em empresas para o empresariado, se constituiria, portanto, no atendimento tanto da requisição técnica quanto da política posta para a profissão.

Na medida em que há o reconhecimento de que ao empresariado interessa a manutenção da força de trabalho e seu controle ideológico, tem-se a compreensão de que a existência de benefícios para os trabalhadores não tem outra finalidade senão a realização destes objetivos patronais. Como exemplo, Mota (2008) cita o caso de um trabalhador que perdeu a mão na execução de seu trabalho e foi atendido pelo serviço de assistência médica da empresa em que era funcionário⁷⁵. Na perspectiva do patrão, o acompanhamento prestado pela empresa à saúde deste trabalhador foi de grande valia, visto que o operário reconheceu a “ajuda” que recebeu.

⁷⁵ Mota (2008, p. 48) realizou pesquisa em 22 empresas do Recife e Grande Recife no ano de 1983 que empregavam assistentes sociais, buscando “identificar as necessidades que são assumidas pela empresa e como são problematizadas e geridas, bem como a maneira como o Serviço Social responde a tal requisição”. O exemplo aqui utilizado é constituinte dos resultados da referida pesquisa.

Neste caso específico, a empresa não apenas controla o atendimento médico como ainda consegue que o funcionário fique grato pela sua ação médico-assistencial-controladora. **O que significa que o capital apenas se interessa pelo bom nível de saúde dos empregados como forma de controlar a reprodução da força de trabalho em geral e manter um bom ritmo do processo de trabalho.**

Por isso mesmo, ele não se volta apenas para a saúde do trabalhador, mas também para a saúde de sua família.

Entretanto, na assistência à saúde, tanto lucra a empresa como a medicina privada, restando ao trabalhador o papel de objeto no processo de degradação da assistência médica. Com efeito, ele não é mais um paciente, mas uma simples mercadoria que os serviços médicos devem devolver à empresa em bom estado de funcionamento (...).

E, contudo, o empregador considera um benefício dispensado ao empregado, por este não precisar se submeter à assistência direta da previdência oficial (MOTA, 2008, p. 63, grifo nosso).

O exemplo evidencia a lógica perversa contida nos benefícios empresariais, pois embora o trabalhador tenha sido mutilado no processo de trabalho, a prestação da assistência médica pela empresa funcionou de tal maneira que ele se sentiu ajudado. Com isso, o trabalhador não questionou a exploração e a degradação de sua saúde possibilitada pelas próprias condições de trabalho postas pela empresa, mas sentiu-se grato por ter sido atendido pelos benefícios empresariais e não precisar recorrer ao serviço de saúde ofertado pela previdência⁷⁶. Assim, o benefício respondeu à necessidade material do trabalhador, de ter suporte na recuperação de sua saúde, e da empresa de recuperar a força de trabalho e, ao mesmo tempo, manter o empregado subjugado ideologicamente.

Segundo Freire (2010, p. 97), no mesmo processo em que, na década de 1980 cresciam as reivindicações por políticas sociais,

creceu a ocupação dos espaços sociais pelo movimento sindical, relacionado ao aumento do emprego, passando os benefícios a inserir-se nos Acordos Coletivos de Trabalho (...). Nesses acordos constavam também os critérios de sua aplicação, porém ainda havia espaço para as concessões em situações singulares, que eram analisadas por assistentes sociais sob critério social e encaminhadas com pareceres. Esta tendência, contraditoriamente, fragilizou a luta pelos direitos e políticas sociais públicas, (...), pois as conquistas dos trabalhadores passaram a reger-se pelas normas privadas, inscritas nos Acordos, que são de caráter mais temporários e restritos à categoria profissional.

⁷⁶ Ressalte-se que na época de realização da pesquisa de Mota (2008) a saúde universal, conforme preconizada no SUS, ainda não era uma realidade. Os trabalhadores que se acidentavam ou adoeciam, se fossem contribuintes da Previdência Social, deveriam recorrer aos serviços médicos prestados pelas instituições previdenciárias, como o INAMPS.

Neste processo de incorporação dos benefícios nos acordos coletivos, verificou-se nas empresas um aumento de programas internos voltados para o trabalhador que poderiam substituir o acesso às políticas sociais. Assim, foram criadas frentes de trabalho para o Serviço Social que se orientavam nesta perspectiva, como trabalho com grupos para abordagem sobre dependência química (FREIRE, 2010). Nas empresas, a dependência química não era compreendida como questão a ser resolvida frente aos impactos que poderia causar na vida e na saúde dos trabalhadores, mas sim como demanda a ser tratada no próprio espaço de trabalho diante dos prejuízos que poderia acarretar para a produção, como absenteísmo. Isto corrobora com o apontamento de Mota (2008) sobre a intencionalidade das empresas ao ofertar benefícios e revela que o Serviço Social na década de 1980 se direcionou para desvelar estas finalidades no âmbito da produção intelectual.

Para Mota (2008), a empresa utiliza os benefícios assistenciais, denominados salários indiretos, como estratégia para que os empregados se sintam “ajudados” pela instituição e, como forma de retorno, assumam posturas de gratidão e de maior produtividade no trabalho para que possam recompensar toda a “ajuda” recebida, conforme claramente perceptível no exemplo citado. Desse modo, as empresas exercem seu controle material e ideológico sobre os trabalhadores.

É nesse sentido que a mencionada autora sinaliza que os/as assistentes sociais trabalham em meio a uma contradição nas empresas, que consiste em atender as requisições do capital e dos trabalhadores no interior do mesmo processo. Visto que na década de 1980 a profissão buscava se aproximar melhor da classe trabalhadora, posicionando-se politicamente a favor de suas necessidades, a busca por conhecer os interesses antagônicos do empresariado e do proletariado se colocava como elemento insuprímível para o trabalho profissional.

Mota (2008) nos elucida que mesmo no interior deste contrassenso de trabalhar entre um conflito de interesses de classes, seria possível aos/às assistentes sociais nas empresas construir uma nova prática profissional capaz de preconizar àquilo pleiteado pelos funcionários e não só as demandas institucionais. Para ser legitimada não só pela empresa, mas também pelos trabalhadores – visto que estes reconheciam que os assistentes sociais, ainda que na condição de assalariados, contribuía para a consecução do domínio empresarial⁷⁷ – a nova prática do Serviço Social deveria romper com o trabalho profissional tradicional de prestação

⁷⁷ “(...) ao perceber o “jogo da empresa” e do Serviço Social tradicional, o trabalhador, ao mesmo tempo em que requisita e se beneficia da “ajuda”, constrói e reafirma o seu potencial negador, apontando, inclusive, para uma nova prática do Serviço Social” (MOTA, 2008, p.122).

de benefícios apenas segundo os interesses patronais e assumir uma postura política que incorporasse a defesa dos interesses dos trabalhadores aos princípios da profissão, no sentido da construção de uma nova legitimidade profissional.

O Serviço Social, entendido por Mota (2008) enquanto categoria de profissionais pertencente à classe trabalhadora, deveria se colocar ao lado dos interesses da classe que é partícipe, o que representa uma novidade nas produções intelectuais sobre empresas da década de 1980: o trabalho profissional orientado pela defesa da classe trabalhadora e não na possibilidade de convivência harmônica entre classes fundamentalmente distintas. Posicionar-se em favor da classe trabalhadora em empresas, requereria compreender que

(...) se a empresa problematiza as necessidades do trabalhador em proveito próprio, o trabalhador pode igualmente fazê-lo, não somente desnudando as razões da exploração, como também, a partir disso, criando as bases políticas para a construção de uma ideologia que se contraponha ao capital. Em tal contexto, as forças sociais hegemônicas, representadas pela empresa, tentam negar tal possibilidade, valendo-se, inclusive do apoio e/ou adesão de alguns intelectuais que, ao desconhecerem e/ou se contraporem ao potencial negador do trabalhador, afirmam as condições da dominação (MOTA, 2008, p. 76).

Com isto, constata-se que Mota (2008) apresenta concepções diferenciadas das dos grupos GESSOT e Meta, abordados por Rico (1985), na medida em que não há em sua análise a possibilidade de relação equilibrada entre empresa e trabalhadores. Isso pode ser explicado pelo fato de que esta produção intelectual possui como sustentáculo analítico aportes teóricos críticos – como Gramsci, Marx, Carvalho e Yamamoto e Carvalho – que, ao desvelarem os meandros do capital, possibilitaram o entendimento de que os objetivos de empregados e empregadores são fundamentalmente desiguais e contrários, ainda que, no interior das empresas, façam parte do mesmo processo.

É somente a partir da exploração do trabalho que a empresa pode efetivar sua finalidade de obter ganhos cada vez mais elevados em cada processo produtivo. Neste esteio, a plena satisfação das necessidades dos trabalhadores não é possível no capital visto que estes não detêm a propriedade dos meios de produção necessários para tal. A não compatibilidade de interesses entre classes antagônicas invalida a obtenção de equilíbrio e harmonia e, nesta direção, Mota (2008), elucida que os/as profissionais de Serviço Social enquanto partícipes da classe trabalhadora, devem se posicionar a favor de seus interesses. Apenas a partir da compreensão destes elementos, a autora afirma ser possível a construção de uma nova legitimidade para o Serviço Social em empresas que não se restrinja à execução das requisições institucionais. A construção desta nova legitimidade seria possibilitada pela ressignificação da

prestação da assistência aos trabalhadores, na medida em que esta não mais deveria ser compreendida como benesse e favor empresarial, mas como mecanismo necessário à manutenção da reprodução tanto dos trabalhadores quanto do capital.

Observamos com isso, que a década de 1980 marca um importante momento para a profissão, pois é neste período que suas bases teóricas se redefinem e se espriam pela categoria (NETTO, 2010), contribuindo para que fossem realizadas reflexões sobre o trabalho profissional no espaço empresarial que rompessem com o conservadorismo profissional e indicassem uma nova direção social para a profissão.

2.4) Impactos das transformações societárias no trabalho dos/das assistentes sociais em empresas nas décadas de 1990 e 2000: da reestruturação produtiva à nova retórica empresarial

A partir dos 1990, observa-se um conjunto de mudanças na realidade brasileira em decorrência do processo de reestruturação produtiva que, conforme enunciado, adensa e precariza as condições de vida e trabalho da classe trabalhadora, reverberando no Serviço Social e, conseqüentemente, no trabalho de assistentes sociais em empresas.

Sobre as mudanças observadas nesta década, Amaral e Cesar (2009) afirmam que a mundialização e a financeirização do capital, enquanto componentes da reestruturação produtiva, cooperaram para que as empresas pudessem desenvolver suas atividades em qualquer país indistintamente, buscando aqueles que forneceriam os melhores subsídios para sua instalação. Estas autoras pontuam que essa

dinâmica confere uma dimensão sistêmica ou estrutural à competitividade de cada empresa, vinculada não só ao papel articulador do setor de bens de capital na difusão de novas tecnologias e às relações do sistema financeiro com a indústria, mas, também, aos atributos do contexto produtivo, social e político do país onde atuam. A competição intercapitalista passa a depender, cada vez mais, de um amplo conjunto de fatores que, considerados fundamentais para definir a “atratividade” de um país para os grandes grupos e investimentos estrangeiros, são condicionados pelas decisões tomadas pelo Estado (AMARAL; CESAR, 2009, p. 3-4).

Isto nos elucidam que, para além dos elementos econômicos, sociais e políticos, a ação dos Estados é também central para a definição dos locais de instalação das corporações. Como implicação disto, observa-se uma disputa não só entre países na esfera internacional, mas também entre estados e municípios no âmbito local, no sentido de verificar qual oferecerá as

vantagens mais atrativas para que as empresas fixem seu capital no território selecionado. Estas conveniências podem ser redução de impostos, incentivos fiscais e fornecimento de mão de obra a baixo custo, por exemplo.

Amaral e Cesar (2009) indicam também que as atividades empresariais são complexificadas em sintonia com as transformações do capital em escala mundial e que, com isso, há uma pluralidade de mercadorias produzidas para além dos bens de consumo, como produção “de pesquisa científica e tecnológica à criação de infraestruturas econômicas e sociais; de atividades culturais aos serviços de assistência e de qualificação, voltados não somente para os próprios trabalhadores, mas para a “rede” envolvida nas relações com a empresa” (AMARAL; CESAR, 2009, p. 5). Assim, percebe-se que as empresas capilarizam-se na oferta de produtos para o mercado, produzindo desde mercadorias para consumo imediato, como alimentos, até conhecimento, como resultados de pesquisas que podem ser utilizados, por exemplo, por grandes indústrias farmacêuticas.

Diante do exposto, para que se possa compreender o Serviço Social em empresas de modo apropriado no Brasil na referida década, importa saber que, para além destes elementos apontados,

A sociedade brasileira, na década de 1990, apresentou intensas mudanças nos rumos da política econômica, afetando consideravelmente as relações sociais de trabalho. Surge um novo paradigma de produção industrial, a automação flexível, que se apoia na força do processo das inovações tecnológicas tanto quanto em mudanças nas estruturas organizacionais, a partir da implementação de processos de trabalho diferenciados. Essas tendências exigem níveis de maior qualificação para a produção, e, conseqüentemente, **de novo perfil de trabalhador que se enquadre nos objetivos da empresa, ou seja, um trabalhador capacitado para a polivalência, a multifuncionalidade e comprometido com a organização** (COSAC; LIMA, 2005, p. 238, grifo nosso).

É neste cenário de modificações que as empresas imputam ao Serviço Social novas requisições para serem atendidas no sentido de manutenção do processo de acumulação. Nessa direção,

O assistente social, pelo reconhecimento de seu trabalho integrativo, é requisitado a atuar na área de RH para satisfazer “necessidades humanas”, contribuindo para a formação da sociabilidade do trabalhador de modo a colaborar na formação de um padrão produtivo compatível com as atuais exigências das empresas. Essas exigências sugerem que **o Serviço Social é considerado, pelas empresas, como instrumento promotor da adesão do trabalhador às novas necessidades destas. Para tanto, refuncionalizam**

suas demandas tradicionais sob o “manto” da inovação e da modernidade.

(...) a função do Serviço Social continua vinculada às relações de trabalho, sendo requisitado para intervir nos problemas que interferem na produtividade. Esta função do Serviço Social permanece associada ao tratamento de questões de natureza psicossocial, que não se relacionam diretamente com o processo de trabalho, reiterando a representação histórica do caráter humanitário da profissão.

Ao lado desta função tradicional, é possível perceber a singularidade dos novos papéis que o Serviço Social exerce, como é caso do assessoramento às chefias no trato das questões que extrapolam o âmbito fabril (CÉSAR, 2008a, p. 126, grifo nosso).

Com isto, observa-se que as empresas fazem novas requisições ao Serviço Social, mas não suplantam as necessidades que sempre tiveram no emprego da profissão: intervenções para minorar questões afetas à produtividade.

De acordo com Netto (1996), no começo da década de 1990, o Serviço Social se apresentava como uma profissão consolidada no país, contando com setenta unidades de ensino superior em funcionamento, dispendo de bibliografia própria (a exemplo da revista *Serviço Social & Sociedade*) e tendo cerca de sessenta mil profissionais formados, cuja presença em suas entidades representativas - Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS) e Conselho Regional de Assistentes Sociais (CRAS)⁷⁸ – propiciava grandes espaços de reflexão e debate. A junção destes fatores nos permite considerar, na mesma direção expressa pelo autor, que a profissão passava por um quadro de maturação, que “na passagem dos anos oitenta aos noventa (...) é revelador dos avanços alcançados pela profissão (...)” (NETTO, 1996, p. 108).

Uma das expressões deste amadurecimento consiste na apropriação inequívoca dos referenciais marxistas e marxianos e em sua adequada utilização para interpretação da realidade brasileira, conformando uma ruptura real com o conservadorismo no âmbito da produção intelectual da categoria. Na área de empresas, isto se torna perceptível quando observamos que, se nas produções da década de 1970 ainda encontrávamos heranças tradicionais nas abordagens – enquanto reflexos da ocorrência da ditadura civil-militar e da própria dificuldade de aproximação com as fontes originais do pensamento marxista -, dentre os referenciais utilizados na construção desta dissertação datados dos anos 1990, são raros os que apresentam compreensões baseadas em perspectivas positivistas e funcionalistas e/ou que não possuem clareza das categorias da teoria social de Marx.

⁷⁸ Denominados Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) a partir de 1993.

É interessante observar que na produção intelectual sobre Serviço Social em empresas dos anos 1990 há maior interesse da categoria em conhecer os processos sociais em que o trabalho profissional se insere do que em conjecturar sobre elementos como definições de empresa e de Serviço Social em empresa, como observado nas produções dos grupos GESSOT e Meta dos anos 1970. As produções deste decênio se aproximam das reflexões de Mota (2008) ao buscarem apresentar as requisições e exigências empresariais colocadas para a profissão e caminham no sentido de conhecer como o trabalho profissional em empresas foi impactado pelas transformações que se processam com a reestruturação produtiva e com o neoliberalismo e suas respectivas expressões no Brasil.

Na direção de conhecer os processos sociais, Cosac e Lima (2005, p. 237) atestam que, no âmbito do mercado de trabalho para o Serviço Social em empresas,

os anos de 1990 não apresentaram nenhuma evolução no sentido de abertura ou ampliação desse mercado de trabalho. Pelo contrário, foi um período marcado por alterações efetivas na prática dos assistentes sociais no universo empresarial, em decorrência das transformações ocorridas a partir da reestruturação produtiva.

A abordagem sobre a reestruturação produtiva é basilar para o entendimento de como o Serviço Social se inscreve nas empresas após estas serem reconfiguradas pelas metamorfoses impressas pelos reajustes do capital no referido decênio no país.

Como exemplo, Freire (2010) apresenta os resultados da pesquisa que realizou em empresas do Rio de Janeiro/RJ, que teve como fim conhecer os impactos que este processo colocou tanto para a reorganização das instituições, quanto para o trabalho dos assistentes sociais. A autora indica que o Serviço Social nas empresas, desde a década de 1970, vinha realizando projetos organizacionais, comunitários e trabalhos com grupos⁷⁹. Na década de 1980, os principais trabalhos com grupos disseminados na maioria das empresas eram os de dependência química (denominados “de alcoolismo” na época) e os de preparação para a

⁷⁹ A autora afirma que há diferenças entre trabalho com grupos e trabalho institucional, societário e comunitário. O primeiro, prepondera nas empresas nos anos 1980 e é considerado “como uma alternativa ao atendimento individual, em função do caráter comum de algumas problemáticas (...). Esse processo se dá em algumas empresas pelo deslocamento de determinadas ações, reunindo os trabalhadores portadores de problemática ou deficiência comum, assim como seus familiares (...)” (FREIRE, 2010, p. 108). Já o segundo, data de momento anterior à emergência do trabalho com grupos em empresas, tendo “início no primeiro estágio de modernização dos processos de gestão, que penetrou nas estatais de vanguarda a partir dos anos 1970, no período de sua expansão, através de consultorias e trabalhos de Desenvolvimento Organizacional (DO), implantados pelas áreas de Treinamento & Desenvolvimento (T&D), de grande prestígio no período” (FREIRE, 2010, p. 116). A diferença entre ambos está no fato de que o trabalho com grupos tem como foco os problemas dos sujeitos e o institucional visa analisar e refletir sobre a própria instituição com o intuito de modificar condições de trabalho (FREIRE, 2010).

aposentadoria (PPAs). Contudo, “nos anos 1990, eles sofrem uma redução: o primeiro em função da tendência à terceirização desse atendimento para serviços especializados e o segundo, em face da sua institucionalização mais restrita e formal como treinamento” (FREIRE, 2010, p. 109). Percebe-se, com isso, que atividades que antes eram realizadas pelo Serviço Social, são realocadas e prestadas por outros setores sem a presença de assistentes sociais, o que representa reconfiguração das demandas institucionais.

A profissão não esteve imune às ocorrências colocadas pela reestruturação produtiva e a elevação dos índices de desemprego bem como as flexibilizações processadas no âmbito do trabalho atingiram o Serviço Social com a mesma voracidade com que impactaram as demais categorias profissionais. Como meio de explicitação desta afirmativa, observamos que uma das empresas pesquisadas por Freire (2010) era estatal e foi privatizada e reestruturada nos anos 1990, com demissão de trabalhadores e remanejamento dentre os que permaneceram empregados. Na leva dos realocados, os/as assistentes sociais foram afastados da fábrica analisada e transferidos para o hospital que esta possuía e, com isso, em 1993 o trabalho com grupos de trabalhadores foi suspenso no interior da indústria. Contudo, este não foi o único movimento que impactou a profissão, pois

Com a nova reestruturação, prevista para o início de 1997 na empresa, determinando a extinção do Serviço Social, que ficaria representado apenas por um assistente social no hospital, os atendimentos em grupo seriam suspensos ou terceirizados, segundo o critério de sua ampliação nos custos da empresa, como no caso da dependência química e prevenção/tratamento de diabetes (FREIRE, 2010, p. 113).

A situação exposta é representativa, pois o que ocorreu nesta instituição se delineou em empresas de Juiz de Fora e região ao longo dos anos 1990, conforme presente nos TCCs deste período, indicando que o discurso da redução de custos tornou-se imperativo, acarretando na descaracterização de atividades antes pertencentes ao Serviço Social. O caso citado também revela a tendência à superacumulação de tarefas e à polivalência do trabalhador (LINS, 2015) ao expor que apenas um/uma assistente social seria mantido/a no quadro de funcionários. Com isso, as funções antes desempenhadas por quantidade superior de profissionais, restringir-se-iam a um único sujeito, que teria de executá-las com o mesmo grau de resolutividade, mas em condições precárias devido à insuficiência quantitativa de outros profissionais da área.

Sendo o/a assistente social componente da classe trabalhadora enquanto profissional assalariado/a e com relativa autonomia (IAMAMOTO, 2007), está sujeito/a também às refrações do processo de reestruturação produtiva postas para o conjunto dos trabalhadores

(AMARAL; CESAR, 2009). Nesse sentido, as produções intelectuais da década de 1990 indicam que a precarização e a flexibilização inerentes às transformações societárias sinalizadas no mundo e no Brasil neste momento (NETTO, 1996) colocaram para o Serviço Social exigências que “extrapolam o campo de conhecimentos para abranger “habilidades e qualidades pessoais” tais como: experiência, criatividade, desembaraço, versatilidade, iniciativa e liderança, capacidade de negociação e apresentação em público, fluência verbal, habilidade no relacionamento e “capacidade de sintonizar-se com as rápidas mudanças no mundo do negócios” (IAMAMOTO, 2008 p. 130). César (2008a, p. 134) elenca e explicita características que passam a constituir o perfil de assistente social desejado pelas empresas nesta década, indicando que

Podemos resumir o perfil comportamental exigido ao assistente social em cinco requisitos básicos:

- a) Conhecimento: o profissional tem que estar apto a responder a perguntas, tirar dúvidas e resolver problemas. Para isso, é preciso conhecer bem as rotinas de seu trabalho e de todos os setores afins e as políticas da empresa.
- b) Competência: significa que o profissional deve ter agilidade, organização e exatidão na execução de suas atividades, procurando fazer sempre o melhor possível.
- c) Atmosfera positiva: o profissional deve manter um ambiente agradável, receptivo, organizado limpo e confortável para que o cliente se sinta tranquilo e acolhido. A aparência deve refletir a imagem que o profissional deseja passar ao cliente. É preciso comunicar-se com fluência e expressar-se com clareza.
- d) Cooperação: a postura de colaborador exige que o profissional contribua para o êxito de sua equipe de trabalho, assumindo a responsabilidade em relação às metas e resultados e tomando a iniciativa de melhorar a produtividade e a qualidade.
- e) Esforço extra: significa que é preciso sair da rotina e fazer algo mais, colocando a satisfação do cliente acima de tudo. Para isso, é necessário ser flexível e usar o “bom senso”, fornecendo alternativas e soluções adequadas para satisfazer suas necessidades e também demonstrar que se interessa sinceramente por ele, para que possa envolvê-lo e surpreendê-lo. Por isso, não basta apenas satisfazer suas necessidades, é preciso “encantar” o cliente.

Essas características revelam que a requalificação promovida pelas empresas busca a formação de um tipo particular de força de trabalho, não só capacitada a compreender, implementar e administrar novos padrões de organização no processo de produção e dominar inovações tecnológicas, mas também apta a assumir um compromisso produtivo que gere um desempenho “ótimo”, estável e previsível. Assim, as principais habilidades exigidas aos profissionais localizam-se na flexibilidade – no desenvolvimento da tarefa e nas relações de trabalho – e no dinamismo – abertura para inovações e capacidade de comunicação.

De posse dos elementos contidos na citação, observamos que, nos anos 1990, para além das exigências relacionadas à área de conhecimento do Serviço Social, as empresas passam a

requisitar dos/das assistentes sociais atributos que demonstram que apenas o conhecimento proveniente da formação acadêmico-profissional não seria suficiente diante das novas necessidades do empresariado. Frente a isso, os/as profissionais veem-se impelidos a buscar outras qualificações para que possam atender às requisições institucionais, o que ocorre ao mesmo tempo em que os postos de trabalho são reduzidos e redesenhados, levando à uma situação contraditória na qual a exigência por qualificação não vem acompanhada de valorização do trabalho profissional, mas sim de precarização.

Neste debate, é elementar enfatizarmos que não há mudanças significativas nos objetivos das empresas ao requisitar assistentes sociais, pois

cabe destacar que o trabalho desenvolvido pelo Serviço Social nas empresas mantém o seu caráter “educativo”, voltado para mudanças de hábitos, atitudes e comportamentos do trabalhador, objetivando sua adequação ao processo de produção. Desse modo, **o profissional continua sendo requisitado para responder às questões que interferem na produtividade – absenteísmo, insubordinação, acidentes, etc. -, a intervir sobre os aspectos da vida privada do trabalhador que afetam seu desempenho – conflitos familiares, dificuldades financeiras, doenças, etc. – a executar serviços sociais asseguradores da manutenção da força de trabalho** (AMARAL; CESAR *apud*. SILVA, 2016, p. 32, grifo nosso).

Com base no exposto, constata-se que as empresas têm exigido novas habilidades e qualidades pessoais aliadas à qualificação profissional, mas sem modificar os objetivos que as fazem demandar assistentes sociais, o que nos permite afirmar que o Serviço Social é chamado para trabalhar com velhas demandas buscando construir novas respostas referenciadas nos aportes teóricos-metodológicos e ético-políticos críticos e sintonizadas ao movimento do real, em um contexto de progressivas flexibilizações e regressão de direitos.

Segundo César (2008a), dentre as velhas demandas destacam-se a continuidade da concessão de benefícios, de triagens socioeconômicas e de trabalho de cunho educativo com os trabalhadores e suas famílias para resolução dos problemas afetos à produtividade, como dificuldades de relacionamento familiar e de adesão à disciplina empresarial. Já entre as novas, ressalta-se o assessoramento aos gerentes “para que estes possam melhor “administrar pessoas”, propiciando confiabilidade, amizade, aprendizado, crescimento e satisfação de seus ‘colaboradores’” (CÉSAR, 2008b, p. 128). No conjunto destas transformações e das novas exigências postas ao Serviço Social nas empresas, estas passam a requerer um perfil profissional que se adeque às suas mudanças, conforme indicado, e que demonstre aderência aos seus objetivos. Nesta conjunção, se coloca para o Serviço Social exigência por trabalhos que

envolvam os trabalhadores à lógica empresarial de modo que estes possam se sentir como “colaboradores” das empresas e estas possam continuar seu processo de acumulação.

Tais exigências, ao mesmo tempo em que reeditam demandas históricas ao Serviço Social nas empresas, também determinam novos conteúdos para a prática e modificam substantivamente as condições de trabalho profissional. De modo geral, o quadro de intensificação e precarização do trabalho, que afeta o conjunto dos trabalhadores das empresas, também atinge o assistente social (...), torna-se uma das variáveis que determina a redefinição de algumas práticas dos profissionais. Neste sentido, os profissionais de Serviço Social, ao redefinirem algumas de suas ações, sofrem injunções não apenas dos novos princípios e necessidades que regem as políticas de recursos humanos, mas das suas próprias condições de trabalho (CÉSAR, 2008a, p. 125).

De posse das questões apresentadas, constata-se que o conhecimento dos processos sociais é fulcral para compreensão do que as empresas passam a requisitar para o Serviço Social e das condições de trabalho a qual estes profissionais, como toda a classe trabalhadora, são submetidos a partir de então. Os reflexos da reestruturação produtiva e do neoliberalismo se fazem amplamente visíveis no trabalho do dos/das assistentes sociais em empresas nos anos 1990, conforme se observará na análise das monografias pertencentes a esta década.

Na década de 2000, observa-se um adensamento das já precárias exigências colocadas para a o trabalho profissional em empresas. A partir de então, as ações empresariais, além de valerem-se da lógica do colaboracionismo e da cidadania, passam a se pautar no discurso que preconiza a responsabilidade social corporativa. No âmbito das produções intelectuais datadas dos anos 2000 sobre Serviço Social em empresas, observamos ênfase dos/das profissionais em compreender estes discursos e seus impactos para o trabalho profissional. Sob este enfoque, Maciel (s.d., p.5) aponta que a lógica da responsabilidade social

tem como pressuposto central a busca por uma nova organização da sociedade, tendo as empresas um papel fundamental, dado o seu poder econômico e a sua capacidade de disseminar valores. O conceito nasceu nos Estados Unidos, no início da década de 1960, com o objetivo de estimular as empresas a pensarem de forma mais abrangente e inserir sua participação social dentro da política de gestão do negócio. Esse conceito evoluiu de uma concepção filantrópica da organização para o desenvolvimento de ações com/para a comunidade e, atualmente, vem sendo aprofundada em uma perspectiva de compreendê-lo como um novo paradigma de desenvolvimento, em que a sustentabilidade das organizações possa ser o foco na implementação de modelos e práticas socialmente responsáveis.

Em meio às mudanças ocorridas no cenário empresarial nos anos 1990 e 2000, tendo como expressões o rol de reconfigurações abordado no decorrer desta dissertação, as empresas

têm se baseado na responsabilidade social para nortear suas ações. A partir da leitura de Amaral e Cesar (2009) inferimos que, baseadas nesta acepção, as companhias têm tentado mostrar que possuem compromisso ético com a sociedade e com desenvolvimento sustentável através da realização de trabalhos com comunidades e de ações de valorização do meio ambiente.

Como exemplo, rememoramos o Programa de Voluntariado existente na empresa ferroviária privada em que estagiei, citado na introdução desta dissertação, na qual eram realizados trabalhos com comunidades que possuíam interface com a ferrovia no sentido de aproxima-las da empresa e criar vínculos. No âmbito da retórica, a instituição colocava que seu objetivo era promover o bem-estar social comunitário, mas o que se preconizava, efetivamente, era a redução de protestações e queixas sobre a atividade da empresa de modo que ela pudesse se realizar sem grandes ingerências. Isso demonstra que o discurso da responsabilidade social é um dos mecanismos utilizados pelas empresas para atingir algumas de suas metas necessárias à consecução de seus objetivos.

As empresas pautadas na retórica da responsabilidade social, por vezes, requisitam a presença de assistentes sociais para o planejamento, gestão e execução de atividades e ações correlatas a esta lógica. Compreendendo que este discurso se constitui como uma estratégia de construção de hegemonia empresarial (CÉSAR, 2008a), é mister que os/as assistentes sociais ao serem chamados para trabalhar com este tipo de demanda reconheçam que os objetivos das empresas se distinguem fundamentalmente dos princípios e valores atualmente hegemônicos na categoria. Não obstante, Maciel (s.d., p. 12) clarifica que o trabalho com responsabilidade social pode ser bem realizado pela profissão haja vista que

o trabalho do assistente social tem assumido diferentes feições nesse âmbito. Dentre essas feições, destacamos o papel privilegiado de alguns (poucos) profissionais na gestão estratégica da RS, o que garante ao assistente social o poder necessário para interferir nos rumos que empresa a trilhará no desenvolvimento da mesma. Nesse caso, o profissional assume todo o planejamento, o monitoramento e a avaliação da gestão da responsabilidade social e, em algumas situações, participa da execução das mesmas.

Aliada à responsabilidade social, a noção de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável incorporada ao discurso empresarial, sobretudo nos anos 2000, despontou no sentido de promover ações de valorização do meio-ambiente que fossem compatíveis com a produção das empresas. Segundo Santos (2016), esta ideia emerge em contraposição às práticas empresariais vigentes desde a época da Revolução Industrial, na qual a preocupação com os impactos que a produção teria para o meio-ambiente era marginalizada nos debates entre as

corporações. Os acordos internacionais firmados sobre mudanças climáticas para redução de danos ambientais, como Protocolo de Kyoto e Acordo de Paris, podem ser considerados como expressões deste movimento na medida em que colocam uma série de condicionalidades às empresas para que produzam com mínimos impactos à natureza. Para esta autora,

as práticas que vêm sendo adotadas neste seguimento comprovam que, com atitudes mais sensatas, o homem é capaz de obter resultados muito melhores e menos agressivos podendo ser conquistados em diversas partes do planeta. Desta forma, quando uma empresa age de forma sustentável ela se torna mais ética perante seus fornecedores, clientes e toda a sociedade. O que antes não era uma prática tão visível, hoje é possível devido aos avanços, principalmente dos meios de comunicação. Assim as empresas conseguem divulgar suas ações, produtos e serviços de uma maneira muito mais rápida, atraindo cada vez mais adeptos a essa recente abordagem ambiental (SANTOS, 2016, p. 131-132).

O conteúdo da assertiva nos parece exíguo para compreender a sustentabilidade visto que não considera que a própria atividade das empresas é geradora de grande parte do aniquilamento ambiental, pois para que o capitalismo se mantenha enquanto modo de produção dominante é preciso que continue obtendo ganhos e se expandindo a cada ciclo produtivo de modo ascendente, o que implica na apropriação de territórios ainda inexplorados e no adensamento de suas atividades nos já conhecidos, redundando em consequências como desmatamento, poluição, destruição de recursos hídricos, minerais e petrolíferos (alguns não renováveis), dentre outros. Desse modo, percebemos que não há equilíbrio e compatibilidade entre produção capitalista e desenvolvimento sustentável, embora a retórica empresarial nos anos 2000 sustente esta possibilidade.

Dentre as iniciativas postas pelo capital para controle dos empregados, recapitulamos neste momento a que se refere à reprodução espiritual de força de trabalho (AMARAL; CESAR, 2009) posto que ela versa sobre a questão do discurso empresarial. Conforme apontamos anteriormente, a partir dos anos 1990, as companhias têm investido em formas ideológicas e culturais para envolver seus funcionários à sua lógica (AMARAL; CESAR, 2009). Na esteira deste movimento que busca engajamento entre empregados e instituição, há, desde os anos 1990, e se adensa nos 2000, uma progressiva substituição no discurso empresarial que permuta o uso do termo “trabalhador” por “colaborador”. Sobre esta questão, Amaral e Cesar (2009, p. 9) sinalizam que

Para assegurar o “engajamento dos trabalhadores”, é necessário que sejam consideradas as suas necessidades fisiológicas, sociais, de segurança, estima

e autorrealização. A empresa, a título de prover tais necessidades, estabelece políticas de recursos humanos que têm por objetivo: favorecer o envolvimento com as metas; desenvolver capacidades e habilidades para as necessidades de produção, treinando e reeducando; reconhecer o desempenho por critérios individuais e atender supostas satisfações no trabalho para amenizar os conflitos; e estabelecer a remuneração a partir da geração de resultados.

Esta gama de ações supõe envolvimento dos trabalhadores com os objetivos da empresa para que possam ser recompensados à medida que colaborarem com desempenhos e resultados positivos e, é por essa razão, que há o referido câmbio de terminologias. Contudo, esta mudança de nomenclatura que pode parecer esvaziada de semântica se não analisada de modo contundente, na verdade não o é, pois o que ocorre é uma variação de sentido: a tratativa de trabalhadores como colaboradores camufla a desigualdade entre as classes e supõe ser possível haver equilíbrio, de modo que se empregados e empregadores colaborassem no mesmo processo, a realização das necessidades e dos objetivos de ambos poderia ocorrer igualmente. O que se oculta neste discurso é que os fins são distintos e que não há balanceamento algum, pois a realização das finalidades das empresas implica na não consumação plena das necessidades dos trabalhadores, já que estes precisam ser explorados e ter o resultado de seu trabalho apropriado privadamente para que elas lucrem.

Se a retórica do colaboracionismo atinge todos os empregados das companhias que têm se pautado neste discurso, também o Serviço Social é inserido neste amálgama. Nesta conjunção, nas empresas, os/as assistentes sociais, sujeitos às mesmas precarizações que atingem a classe trabalhadora, são chamados a trabalhar com demandas sinalizadas desde os anos 1990 e intensificadas nos anos 2000 para colaborar com as instituições empregadoras. Neste esteio, vêm

assumindo papel de assessor nas questões relacionadas à administração de pessoas, à modernização das relações de trabalho, ao tratamento das questões que afetam o cotidiano dos trabalhadores, dentre elas: dependência química, stress, depressão, acidente de trabalho, assédio moral. Desta forma, são requisitados para atuar nos programas de qualidade de vida no trabalho, saúde do trabalhador, gestão de RH, prevenção de riscos sociais, clima organizacional, orientação sobre benefícios, entre outros (GOMES et. al. *apud*. SILVA, 2016, p. 32).

As produções intelectuais acerca do Serviço Social em empresas nos anos 2000, hegemonicamente, procuram conhecer os impactos das transformações nas empresas para o trabalho profissional, considerando a responsabilidade social, o colaboracionismo e a

sustentabilidade como discursos que objetivam ocultar os processos de exploração, razão pela qual reconhecem a importância de os/as profissionais atentarem-se a eles.

Não obstante, no campo da profissão, a hegemonia desta perspectiva de estudo não significa homogeneidade, pois existem produções intelectuais que ratificam a retórica empresarial. Aqui, destacamos que Rico (2004) pontua que no contexto de crise do capital, em que o Estado se isenta de suas obrigações e, em consequência, reduzem-se os investimentos em políticas sociais para a população, as ações empresariais – como os programas de voluntariado - pautadas na lógica da responsabilidade social corporativa, poderiam contribuir para minorar a desigualdade social. Nos grifos da autora (2004, p. 80-81, grifo nosso)

Diante do Estado neoliberal da limitação dos gastos com as Políticas Sociais (...) a situação se complexifica.

Esta é uma questão contraditória que coloca em cheque a filosofia e os princípios da responsabilidade social empresarial, pois os serviços sociais direcionam-se para uma camada de cidadãos definida com base em critérios diferentes daqueles da universalidade de direitos. Todavia, diante das implicações que a questão social tem colocado ao Estado, ao mercado e à sociedade civil, entende-se que, embora contraditórios (pois o empresariado possui seus próprios interesses, tais como vantagem competitiva, visibilidade nos negócios e divulgação de imagem), **os investimentos sociais empresariais revelam um compromisso público do empresariado no enfrentamento das desigualdades sociais, buscando colaborar com o desenvolvimento social sustentável.** (...).

Se enfrentar desigualdades sociais depende de decisões em nível de políticas públicas e sociais, cuja elaboração e implementação é uma responsabilidade prioritária do Estado, diante de uma crise social sem precedentes no nosso país torna-se praticamente imprescindível que segmentos da sociedade civil, empresariado, associações de classe, entidades assistenciais e filantrópicas realizem parcerias com o setor governamental como uma possibilidade para este enfrentamento.

Pelo exposto, inferimos que, embora nas produções intelectuais sobre Serviço Social em empresas dos anos 2000 a direção das reflexões pautadas no desvelamento da realidade social e dos reais objetivos das empresas tenha sido hegemônica, observamos reflexões que se alinham aos discursos empresariais. Consideramos importante elencar esta questão para elucidar que, no tocante ao Serviço Social em empresas, distintas perspectivas, que expressam diferentes concepções de profissão, coexistem.

Postas estas considerações, cabe ressaltar que o trabalho dos/das assistentes sociais se altera no decorrer das décadas em decorrência de mudanças endógenas e exógenas à profissão, modificando-se desde suas origens nos anos 1930 até os anos 2000 na direção de um projeto de profissão pautado na ruptura com o conservadorismo, que se expressa na procura por desvelar

os processos e a dinâmica social do modo de produção capitalista a partir dos anos 1980 e em um interesse por conhecer as reais requisições empresariais para os/as assistentes sociais e as implicações das transformações societárias para o trabalho profissional neste espaço sócio ocupacional.

Ante o exposto, passamos à apresentação do resultado da apreciação das vinte e nove (29) monografias, objetivando analisar as concepções de profissão orientadoras do trabalho dos/das assistentes sociais em empresas expressas na formação acadêmico-profissional de Serviço Social em Juiz de Fora de 1961 a 2016.

III - DA HERANÇA CONSERVADORA À CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA CONCEPÇÃO DE PROFISSÃO ORIENTADORA DO TRABALHO DOS/DAS ASSISTENTES SOCIAIS EM EMPRESAS

As monografias analisadas para construção desta dissertação foram construídas no âmbito da formação acadêmico-profissional em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora entre 1961 e 2016. Frente a isso, considera-se importante resgatar elementos tangentes à formação da Escola de Serviço Social juiz-forana para que se possa conhecer a conjunção em que as primeiras monografias que tiveram o trabalho dos/das assistentes sociais em empresas como objeto foram produzidas.

A princípio, é preciso ressaltar que o surgimento da ESS se relaciona com o adensamento das expressões da questão social em Juiz de Fora em decorrência das crises colocadas pela queda paulatina da industrialização local, questão abordada na seção I. Clarifica Jacometti (2009, p. 33) que, diante do contexto de crise, no final da década de 1950 a prefeitura, ocupada por Adhemar Rezende de Andrade (1955-1959 e 1964-1967),

(...) direcionou recursos para investimentos na área social, como a criação do Pronto Socorro Municipal; convênio com a Fundação da Casa Popular, visando a construção de 2.200 moradias em bairros periféricos; a inserção da Associação de Crédito – Acar; e, por meio de incentivos fiscais, a instalação de empresas como a Facit e o Moinho Vera Cruz, que favoreceu a ampliação do mercado de trabalho. (...).

A partir de fevereiro de 1959, assumiu a prefeitura o sr. Olavo Costa, eleito após uma campanha sedimentada no apoio popular, defendendo a ideia de um governo que agisse para os “pobres”, prometendo doações de terrenos, moradia etc. Nessa época observa-se a ampliação de bairros periféricos, o agravamento dos problemas sociais, considerando o caráter de permissividades para a construção de “barracos” e constituição de favelas em áreas do poder público. Por outro lado, observa-se a implementação de programas sociais, como o de distribuição de leite, liberação de recursos para obras sociais etc.

É diante desta preocupação com o social colocada pelo poder municipal, na figura de seus respectivos prefeitos, que se engendram as condições para a emergência da primeira Escola de Serviço Social em Juiz de Fora em 1958 com o objetivo de formar profissionais de Serviço Social para responder às expressões da questão social colocadas no município. As assistentes sociais formadas na primeira turma da ESS em 1961 serão chamadas a intervir em diversos espaços sócio ocupacionais, o que abarca as empresas de Juiz de Fora e região. Aqui, é preciso pontuar que o fato da ESS ter tido sua gênese no final dos anos 1950 não significa que antes

desta data não houvesse assistentes sociais trabalhando em Juiz de Fora. Estas, contudo, eram formadas, por exemplo, nas Escolas de Serviço Social do Rio de Janeiro e de Belo Horizonte (Cf. JACOMETTI, 2009). Mas, diante da complexificação da questão social no município emerge a necessidade da existência da ESS.

Contudo, antes de determo-nos especificamente a conhecer a gênese da Escola de Serviço Social de Juiz de Fora, consideramos válido pontuar que, colocada a questão social na realidade brasileira exigindo, conforme elucidado, formas de resposta além da repressão e da assistência, houve a necessidade de formação de profissionais de Serviço Social para intervir de maneira qualificada sobre suas expressões, o que nos impele a refletir sobre o processo de formação acadêmico-profissional em Serviço Social. Esta, se insere no quadro geral do processo de formação das universidades brasileiras, sobre o qual apresentamos breves apontamentos, retomando elementos da formação sócio histórica do Brasil e de Juiz de Fora. Segundo Yazbeck (1999, p.17),

A historiografia da educação mostra que as questões relativas ao ensino superior participam do debate público desde a época colonial⁸⁰. Porém, é somente a partir da instauração da República que a ideia de universidade ganha destaque na agenda política, sobretudo nos anos 20, quando são criadas as Universidades do Rio de Janeiro e de Minas Gerais⁸¹.

Mais do que conhecer as datas que marcam a inauguração das primeiras universidades brasileiras, importa refletir sobre sua inserção no processo histórico de formação do ensino brasileiro. Segundo Torgal e Ésther (2014), o ensino universitário brasileiro se consolidou tardiamente se comparado à constituição de universidades europeias, por exemplo. Tal fato guarda conformidade com a própria formação sócio histórica brasileira, cujos traços centrais até aqui apontamos. A herança colonial escravocrata, a posição econômica internacionalmente subordinada e a produção voltada à agro exportação não colocaram a premência de expansão do ensino superior no Brasil até o fim do período imperial, posta sua não necessidade segundo os interesses do país naquele momento.

⁸⁰ “(...) a tentativa de criação de uma universidade no Brasil remonta ao século XVI, ainda à época do ‘descobrimento’. Destacam-se algumas tentativas históricas, dentre outras: pelos jesuítas, em 1553; pelos inconfidentes de Minas Gerais, no século XVIII; pelos comerciantes baianos quando D. João VI chega ao Brasil em 1808; pelos comerciantes após 1808, quando o Brasil é elevado à categoria de reino; quando da assembleia constituinte, em 1816; pelo Padre Francisco Muniz Tavares, após a proclamação da constituição portuguesa; e pelos estudantes matriculados na Universidade de Coimbra, após a Independência, em 1823. Todas fracassaram (...) apenas com a república, no século XX, é que se cria a primeira universidade brasileira, embora cursos superiores tenham sido criados desde a chegada de D. João VI” (TORRAL, ÉSTHER, 2014, p. 152-153).

⁸¹ “Sabe-se que estas são universidades que se constituem pela reunião das faculdades existentes, não se alterando a sua organização e o acesso restrito ao ensino superior” (YAZBECK, 1999, p. 17).

É com o início da Primeira República, na última década do século XIX, que a preocupação com o ensino se colocará com mais evidência, mas com maior direcionamento para o ensino fundamental.

A prioridade da nascente república é, basicamente, o ensino primário, pois mais de 70% da população era analfabeta àquela época. Ora, tal prioridade se faz necessária, pois o regime republicano implantado pressupunha uma vida democrática, o que não seria possível com uma sociedade analfabeta. Até porque (...) proibia-se expressamente o direito de voto aos analfabetos. Tal situação seria insustentável para a manutenção da república e de um regime democrático (TORGAL; ÉSTHER, 2014, p. 129).

Com isto, percebe-se a intencionalidade do Estado daquele momento em promover alfabetização não para melhor instruir a população, mas sim para manter a base de sustentação do regime republicano calcada no voto. Já no começo do século XX - embora o debate sobre a possibilidade de criação de uma universidade se colocasse para presidentes como Rodrigues Alves (1902-1906) (TORGAL; ÉSTHER, 2014) -, o que se observou foi a expansão do ensino profissionalizante para atender à industrialização que aos poucos crescia. Em discurso proferido pelo presidente Afonso Pena (1906-1907) percebe-se que “a criação e multiplicação de institutos de ensino técnico e profissional, muito podem contribuir também para o progresso das indústrias, proporcionando-lhes mestres e operários instruídos e hábeis” (A EDUCAÇÃO..., 1986 *apud.* TORGAL; ÉSTHER, 2014, p. 133). Com isso, se observa o direcionamento do Estado oligárquico na Primeira República para atender interesses burgueses, não só no âmbito econômico conforme nos propusemos a apontar na seção I, mas também na esfera educacional.

A elucidação destes aspectos da educação primária e profissionalizante é importante, pois torna factível a percepção de como o ensino brasileiro foi orientado pelos interesses das classes dominantes, fosse para manutenção do voto enquanto base da República ou fosse para qualificação de mão de obra para a indústria. Esta característica se faz presente também na constituição das primeiras universidades brasileiras, que têm como marca a não universalidade, o acesso restrito a membros das classes médias e altas e a orientação teórica positivista (TORGAL; ÉSTHER, 2014; YAZBECK, 1999).

Torgal e Ésther (2014, p. 123) indicam que a própria criação da URJ “será uma obra da república, de matriz positivista e de ares modernos”. Isto porque no momento de sua criação, interessava ao país alcançar o progresso através do crescimento da industrialização, observado na década de 1920 enquanto caminho para adentre do capital, posteriormente, nos anos 1930.

Assim sendo, a criação da universidade esteve orientada também segundo os interesses dominantes de modernização do país. Seu viés positivista revela a influência do pensamento comtiano ancorado nos ideais de ordem e progresso, considerados, naquele momento, como imperativos a serem mantidos pelo país.

É neste quadro que as primeiras Escolas de Serviço Social nascerão na década de 1930. Aqui, cabe destaque o fato de que, embora a criação das primeiras universidades brasileiras tivesse orientação positivista, os primeiros cursos de Serviço Social não emergem sob influência desta vertente de pensamento, mas sim da Doutrina Social da Igreja, haja vista, conforme indicado, a imbricada relação entre catolicismo e Serviço Social na origem da profissão. O positivismo que, se fará presente com maior expressividade na formação acadêmico-profissional nos anos 1940, se expressará nas primeiras monografias da ESS sobre o trabalho profissional em empresas conjugado à influência religiosa católica, conforme enunciaremos adiante.

Em Juiz de Fora, o processo de criação da Escola de Serviço Social em 1958 se circunscreve no evoluir do histórico educacional do município que, assim como no Brasil não teve como foco inicial a educação superior (TORRALBA; ÉSTHER, 2014) devido à sua não necessidade na época de nascimento da cidade, sendo o Colégio Cônego Rousin - criado em torno de 1860 tendo o ensino fundamental como base - a primeira instituição de ensino municipal (YAZBECK, 1999). A não gratuidade do colégio revela o não interesse na expansão do acesso ao ensino para a população geral.

Em termos de educação pública, na direção das reflexões de Torralba e Ésther (2014), nota-se a presença do ensino profissionalizante em Juiz de Fora através da Escola Agrícola, criada em 1869 para instruir os filhos dos imigrantes alemães, o que revela o claro direcionamento do ensino público voltado para os interesses econômicos. Contudo, a existência desta instituição pública não expressava o perfil educacional do município, pois “até 1890, Juiz de Fora reproduz na educação o perfil corrente no Império, durante o qual predomina em todo o país o ensino particular” (YAZBECK, 1999, p. 32). Dada a industrialização municipal já em curso após 1890

(...) a educação é vista como um investimento necessário à expansão da economia. Dentre outras instituições de ensino fundadas nesse período, destacam-se duas escolas, representativas das elites locais em favor da nova ordem competitiva, mediante à atribuição de um novo perfil à educação primária, secundária e superior: o Granbery, criado em 1890, e a Academia de Comércio, cuja fundação data de 1894 (YAZBECK, 1999, p. 33).

A importância da citação destas instituições reside no fato de que foi a partir das iniciativas e discussões por elas levantadas – principalmente pelo Granbery - que as propostas que deram andamento aos primeiros cursos superiores em Juiz de Fora emergiram. Nesta direção, data de 1904 a criação dos cursos superiores de Farmácia e Odontologia pelo Granbery, geridos com recursos próprios, de caráter privado e não-gratuito.

Granbery e Academia de Comércio foram criados, respectivamente, pelas igrejas Metodista e Católica - instituições religiosas de grande relevo em Juiz de Fora no começo do século XX -, o que durante alguns anos colocou embates e disputas no município sobre qual orientação religiosa deveria guiar os cursos superiores da cidade. Como exemplo, verifica-se que para fazer frente aos cursos criados pelo Granbery e “ao projeto de Universidade Metodista, a Congregação do Verbo Divino, mantenedora da Academia de Comércio, esforça-se para dar início aos seus cursos superiores, núcleo de uma futura Universidade Católica” (YAZBECK, 1999, p. 42). Nesta direção, a Academia de Comércio, vinculada à referida congregação, empreende esforços para que em 1906 seja criado o primeiro Curso Superior Comercial Noturno no país, sem escamotear o intuito de “interromper o crescimento do metodismo na cidade, mais especificamente fazer naufragar o Instituto Granbery” (YAZBECK, 1999, p. 53).

Sobre estes dados, o que mais nos interessa é o conhecimento da vinculação entre ensino superior e religião em Juiz de Fora. Ainda que sob diferentes denominações – metodista e católica, a relação entre a emergência dos primeiros cursos superiores vinculados a entidades religiosas cristãs impõe marcas confessionais à formação superior em Juiz de Fora, traço que se fará visível na própria criação do curso de Serviço Social em 1958.

A partir da década de 1910 a laicização do ensino superior no município passa a ter expressão, pois “as Escola de Farmácia e Odontologia e de Direito e Engenharia desvinculam-se das instituições confessionais Granbery e Academia de Comércio, respectivamente, em 1913 e 1914, e inauguram um novo período caracterizado pela existência de instituições laicas de ensino superior” (YAZBECK, 1999, p. 61).

O que almejamos com estas considerações é elucidar como o ensino em Juiz de Fora – em nível básico, profissionalizante e superior - se desenvolveu acompanhando a ascensão da industrialização local, com claros objetivos de atendimento das necessidades econômicas municipais. No tocante ao ensino superior, destaca-se o surgimento de cursos advindos de instituições de base religiosa cristã e de caráter privado, expressão da exclusão da classe trabalhadora do ensino superior como marca histórica da trajetória universitária brasileira (TORRALBA; ESTHER, 2014).

Segundo apontamos, a década de 1930 acarreta em grandes mudanças para Juiz de Fora, principalmente no tocante à industrialização. “No entanto, a acentuada decadência da indústria juiz-forana (...) não impede o crescimento das atividades educacionais na cidade” (YAZBECK, 1999, p. 21), principalmente nas duas décadas seguintes, quando se verifica o surgimento de demais cursos superiores, como o de Serviço Social no fim dos anos 1950.

No que se refere a este, as decorrências colocadas pelo descenso da atividade industrial, cujas refrações se fizeram vívidas na realidade da população urbana – onde destacamos o operariado, que passa a sofrer maiores penúrias consequentes do adensamento das expressões da questão social -, conformam o cenário que colocou a precisão de sua criação.

A conjuntura nacional especialmente do período de 1940 a 1950 e seus rebatimentos em Juiz de Fora refletiu em diferentes áreas de profissionalização, entre elas o Serviço Social. Em decorrência da modernização industrial e da existência de instituições como o Serviço Social da Indústria – Sesi -, o Serviço Social do Comércio – Sesc – e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – Senai -, foram ampliadas demandas, que culminaram com a intervenção de profissionais desta área (JACOMETTI, 2009, p. 35, grifo nosso).

Até meados dos anos 1940, a prestação de serviços assistenciais voltados para a população ficava a cargo das instituições de caridade e/ou filantropia. É importante ressaltar que estes serviços possuíam cunho prioritariamente assistencialista e estavam baseados nas noções de ajuda cristã, posto que eram executados, em sua maioria, por instituições de viés religioso, embora se observasse destinação de recursos públicos a eles.

A despeito da queda na industrialização nos anos 1940 e 1950 em Juiz de Fora, assim como em âmbito nacional, o empresariado local que subsistia colocava demandas para “realização de um trabalho objetivando a integração socioeducativa dos trabalhadores” (JACOMETTI, 2009, p. 35). Diante da necessidade de atender esta requisição do empresariado, em 1947 o SESI assume a demanda de capacitar auxiliares sociais⁸² para realizar o referido trabalho – cuja orientação não se diferia daquelas indicadas por Backx (1994) e Yamamoto e Carvalho (2014) desde a década de 1930 -, mas ainda sem a presença de um Curso de Serviço Social em Juiz de Fora. Sobre esta questão, Jacometti (2009) aponta como o trabalho das

⁸² Sobre a formação de auxiliares sociais tendo como finalidade a realização de um trabalho de integração socioeducativa com trabalhadores de Juiz de Fora, em 1947 o SESI realizou “uma espécie de seleção que recrutou três pessoas, com o objetivo de ministrar-lhe conhecimento sobre este campo. Destas, duas dirigiram-se a Belo Horizonte, onde durante seis meses frequentaram o curso de auxiliar social. Em seguida, retornaram à cidade de Juiz de Fora, onde realizaram estágio prático no Senai (...) que no ano de 1949 promoveu um curso de Auxiliares Sociais, ministrado e coordenado por duas profissionais do Rio de Janeiro, com participação de professores da cidade e da PUC-RJ” (CAMPOS, 1961 *apud*. JACOMETTI, 2009, p. 35).

auxiliares sociais esteve próximo da esfera da indústria, ainda que estas profissionais não estivessem inseridas em seu interior, haja vista que no fim da década de 1950 o SESI

passou a contar no seu quadro de Recursos Humanos como doze auxiliares sociais à época, supervisionadas por assistente social de Belo Horizonte. As auxiliares sociais eram responsáveis por um conjunto de atividades que incluíam: divulgação das suas funções junto aos operários e patrões; mobilização de recursos para projetos de recreação e educação física, mobilização de recursos para criação de biblioteca nas indústrias; realização de campanhas de prevenção de doenças; atendimentos individuais e grupais; realização do cadastramento das indústrias têxteis, visando a instalação de cursos supletivos de alfabetização (JACOMETTI, 2009, p. 35, grifo nosso).

Segundo Jacometti (2009), a busca por qualificação profissional fez com que estas auxiliares sociais buscassem pelo aprimoramento do processo de formação, o que fizeram através do ingresso nos bacharelados de Serviço Social em Belo Horizonte e no Rio de Janeiro. No retorno para Juiz de Fora, desenvolveram ações de prestação de assistência aos trabalhadores e seus familiares seguindo o conteúdo e a orientação das entidades patronais em que se inseriram, cujos traços principais elencamos na seção II. Desse modo, em meados da década de 1950, Juiz de Fora contava com a presença de assistentes sociais formadas em escolas de Serviço Social de regiões próximas à cidade.

O SESI ampliou seu alcance aos trabalhadores fabris em 1956 via criação de Centros Sociais para atendimento de trabalhadores e suas famílias nas regiões periféricas do município, desenvolvendo atividades como

Visitas domiciliares; promoção de cursos (artes, domésticas, supletivo, decoração do lar, corte e costura, etc.), atendimentos individuais e organização e funcionamento de grupos comunitários, levantamentos socioeconômicos em comunidades, campanhas de saúde junto com o Departamento Nacional de Endemias Rurais – Deneru; ações junto às sociedades pró-melhoramento dos bairros; promoção de atividades de recreação infantil (JACOMETTI, 2009, p. 36).

“(...) o SESI optou pela Criação dos Centros Sociais, para atender à população operária residente nos diversos bairros onde houvesse uma população composta por 80% de operários (...) **o Serviço Social chegou à conclusão que seria bom atingir o operário também na família, além de atingi-lo na fábrica**⁸³” (CAMPOS, 1961 *apud.* JACOMETTI, 2009, loc. cit., grifo nosso).

⁸³ Salientamos a importância desta informação, pois será característica da abordagem sobre o trabalho dos/das assistentes sociais em empresas na década de 1960, conforme se verá.

Oferecendo serviços semelhantes, também o SESC⁸⁴ criou um Centro Social em 1957 com a pretensão de prestar “assistência à família comerciária da comunidade, desde o menor em idade escolar ao adulto, nos seus problemas de ordem social e moral” (MATTOS *apud*. JACOMETTI, 2009, p. 37), tendo uma assistente social em seu quadro de funcionários. Com isso, podemos constatar que “também em Juiz de Fora, as três instituições – Sesi, Sesc e Senai – representaram espaços iniciais de implantação do Serviço Social na cidade” (JACOMETTI, 2009, p. 37). O trabalho profissional nestes espaços

(...) seguiu a orientação emanada dessas organizações, o que denota o tratamento dado à questão social, posto desde 1930 esta era alvo de preocupação das esferas estatal e patronal. Assim, a adoção de uma série de medidas sociais e assistenciais voltadas para os setores do trabalho, saúde e educação era considerada prioritária, visando a integração social das frações populacionais com precárias condições socioeconômicas e/ou marginalizadas e/ou desassistidas. Nesta perspectiva, a intervenção dos assistentes sociais tinha respaldo também nas organizações legais de reconhecimento dessa categoria profissional, incluindo-se o Código de Ética vigente. (...) ⁸⁵.

A atuação dessas instituições possibilita constatar que a relevância da questão social concentrava-se prioritariamente na esfera do trabalho. Ao incorporar ações educativas, no sentido de atender a necessidade de mão de obra qualificada, essas instituições por meio do ensino profissionalizante, tido como essencial, visavam ampliar a capacidade produtiva do trabalhador e manutenção de sua força de trabalho, integrada às determinações legais e aos possíveis atendimentos de suas necessidades sociais, incluindo também aí o atendimento de seus familiares.

Cabe ressaltar que à época a cidade convivia concomitantemente, com significativa ação filantrópica, prestada por 86 instituições (...) ⁸⁶.

Os serviços oferecidos pelas referidas instituições respondiam a demandas locais e de cidades vizinhas, constituindo em ajuda material, cursos profissionalizantes, assistência médica e odontológica, casa de recolhimento etc.

A partir de 1958, as referidas instituições, juntamente com as indústrias locais, passam a ter outro significado para o Serviço Social, quando foi implantada a graduação de Serviço Social na cidade, passando então a constituir espaços para a implantação de campos de estágio acadêmico, bem como em mercado de trabalho potencial (JACOMETTI, 2009, p. 37-38, grifos nossos).

⁸⁴ O SESC – Serviço Social do Comércio – foi criado em 1946 com finalidades semelhantes às do SESI. Entretanto, suas ações se direcionavam a trabalhadores das empresas comerciais.

⁸⁵ Referente ao Código de Ética de 1947, cuja orientação ancorada em valores conservadores se fazia presente.

⁸⁶ Jacometti (2009, p. 38) indica que estas instituições eram tradicionais na cidade, possuíam caráter público e/ou privado e prestavam serviços de assistência social – em geral, sob perspectiva assistencialista - a diferentes públicos. Dentre as oitenta e seis, a autora destaca: “Santa Casa de Misericórdia (1958), Sociedade São Vicente de Paula (1894), Associação União Católica Pão de Santo Antônio (1898); Institutos de Pensões e Aposentadorias; Serviço de Assistência Médica e Domiciliar de Urgência – Samdu; ambulatórios médicos (mantidos pela Loja Maçônica, Igreja Católica, grupos espíritas e poder público); associações beneficentes (como a dos cegos, dos diabéticos Fundação João de Freitas, Instituto Jesus, Instituto João Emílio, Instituto Maria, Instituto de Meninas do Juizado de Menores, Instituto de Proteção e Assistência à Infância etc.)”.

Assim como nas primeiras escolas de Serviço Social do país, em Juiz de Fora o curso de Serviço Social surge vinculado à Igreja Católica na figura da Congregação dos Redentoristas e da Congregação das Missionárias de Jesus Crucificado⁸⁷, congregações católicas que assumiram a fundação da Escola de Serviço Social juiz-forana (JACOMETTI, 2009). Neste momento, é preciso que se faça uma breve consideração sobre a Igreja Católica no período de criação da ESS em Juiz de Fora, pois os movimentos que se processam no interior desta instituição impactam nas características da ESS, dada sua vinculação com o catolicismo na cidade. Conforme apontamos, nos anos 1930, que correspondem à emergência do Serviço Social no Brasil, a Igreja Católica objetivava recristianizar a sociedade e reaver sua influência na população. Entretanto, através do conjunto de alterações que se colocaram a partir da década de 1950, principalmente no governo de JK

(...) a Igreja Católica não tardou, pelo menos em algumas de suas frações, a despertar para a nova conjuntura e estrutura socioeconômica e política do país (...).

Nesse sentido, a Igreja, no Brasil, no período que se estende da abertura democrática aos anos 1960, passou a enfatizar a necessidade da reforma social, que progressivamente fracionou a hierarquia, mobilizou o laicato integrante dos segmentos da Ação Social, comprometendo-se com as buscas de transformação da sociedade. (...).

A questão social passou a receber, por parte da ação da Igreja, entendimento e tratamentos divergentes, expressos particularmente pelo clero e pelo laicato (...).

Dentro da Igreja, as facções “progressistas” ou de “esquerda” começaram a articular à sua fé, reflexões de cunho político, e passaram a expressar e a propagar uma nova concepção de missão de cristão (JACOMETTI; 2009, p. 42-43).

⁸⁷ “Quanto à Congregação das Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado, cabe apontar que foi construída inicialmente na diocese de Campinas, por um grupo de onze jovens, em 3/5/25. A entidade mantenedora dessa Congregação é a Sociedade Feminina de Instrução e Caridade – SFIC (...), que tem como objetivo primordial o desenvolvimento de um vasto programa de educação, em todos os níveis, assistência à infância, à juventude, aos trabalhadores em geral, aos presidiários, à velhice e à pobreza. Com dimensão religiosa da participação pela vivência evangélica, o grupo inicial (...) foi assumindo a Congregação com uma visão diferente da que existia na época: na rua, no apostolado, não usavam o hábito. Enquanto a maioria das religiosas não saía de casa à noite, as missionárias faziam seu apostolado sem esta preocupação. ‘Admitidas a participar do ministério da igreja pela vivência evangélica, indo em busca dos irmãos, empenhando-se na libertação integral de todos os homens, especialmente do mais necessitado’ (Brasil, 1958, p.11). (...). A Congregação das Irmãs Missionárias, que historicamente vinha se incumbindo da implantação de Escolas de Serviço Social no Brasil, contava, em 1953, com 63 núcleos de apostolado e obras sociais, localizados em 31 arquidioceses e dioceses (...). No final dos anos 1950, a SFIC realizava suas atividades por meio de escolas e obras sociais, totalizando 81 casas distribuídas em catorze estados brasileiros, mantinha seis escolas de Serviço Social nos estados de São Paulo, Paraíba, Sergipe, Alagoas e Minas Gerais. Toda a equipe técnica responsável pela organização, administração e funcionamento de suas escolas era formada pela Congregação” (JACOMETTI, 2009, p. 44-45).

Este movimento da Igreja Católica de desenvolvimento de ações mais progressistas voltadas para mudanças sociais, propiciado pela abertura democrática observada entre meados de 1950 até os primeiros anos da década de 1960, embora não presente em todas as suas frações, representou mudanças em alguns setores da Igreja que buscaram se colocar mais próximos da realidade da população. Consideramos interessante elucidar esta questão, pois foi nesta vertente da Igreja que se inseriu um dos precursores da fundação da Escola de Serviço Social de Juiz de Fora: padre Jaime Snoeck (JACOMETTI, 2009).

Assinala Jacometti (2009) que, nascido na Holanda, desde sua chegada em Juiz de Fora em 1955, padre Jaime buscou comprometer-se com demandas de trabalhadores da cidade, colocadas principalmente por operários alemães e seus familiares. Doutor em Teologia, padre Jaime, à medida que foi ganhando relevância no município por conta de sua aproximação com os trabalhadores e de sua formação, passou a dividir com madre Maria da Conceição Menezes suas preocupações em relação à necessidade de profissionais para trabalhar na área de assistência social da cidade. Como resultado das discussões de ambos, a Congregação das Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado passou a refletir

(...) sobre a viabilidade de implantação de um curso de Serviço Social em Juiz de Fora.

Esta decisão foi comunicada ao padre Jaime Snoeck, que se dispôs a contribuir e participar do processo. Sua atuação nesse processo foi de tal forma relevante, que o torna um dos principais atores sociais responsável pelo desencadeamento do debate acerca da fundação da Faculdade de Serviço Social de Juiz de Fora, tendo obtido legitimidade e reconhecimento como cofundador dessa instituição. (...) (JACOMETTI, 2009, p. 44).

Com isso, observa-se como o curso de Serviço Social em Juiz de Fora emerge dentro dos quadros da Igreja Católica, tendo representantes da instituição religiosa capitaneando sua criação. A primeira medida realizada pela Congregação das Irmãs Missionárias para criação do curso de Serviço Social no município foi a de “designar Madre Maria da Conceição para iniciar uma série de visitas à cidade no sentido de estabelecer contatos com entidades assistenciais, entre elas o Sesi e o Sesc, visando sensibilizar e conseguir o apoio de seus representantes” (JACOMETTI, 2009, p. 45).

A criação do curso “(...) foi sugerida por haver na cidade, muitas fábricas (...) havia um grupo de cristãos católicos que se preocupava com a justiça social (...) havia um outro grupo que tinha interesse em desenvolver as possibilidades de estudos e cultura” (BRASIL, 1958 *apud.* JACOMETTI, 2009, p. 46). A criação da ESS foi possibilitada, assim, pela conjunção de múltiplos interesses locais, donde se destaca o dos industriais – pois embora a atividade

industrial estivesse em descenso, o quantitativo de fábricas, como as têxteis, ainda era significativo - e da Igreja Católica, diante da consideração de que era insuficiente a quantidade de profissionais de Serviço Social para prestação dos serviços de assistência municipais e empresariais.

Ademais, concorre para a criação da ESS o fato de em fins da década de 1950, o município já contar com cursos superiores de Filosofia, Ciências e Letras, Engenharia, Farmácia, Direito, Medicina, Enfermagem, Ciências Econômicas e Odontologia (JACOMETTI, 2009). Nesta direção, segundo Jacometti (2009), a instituição de mais um curso superior viria a contribuir para que se efetivasse o plano de criação de uma universidade local, o que sucedeu na década de 1960 com a instituição da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Inaugurada oficialmente em 16 de maio de 1958, a ESS de Juiz de Fora seguiu as determinações do CNE e da ABESS para formação de sua estrutura curricular. A vinculação do curso com a Igreja Católica imprimiu conteúdos relacionados à perspectiva desta instituição religiosa ao currículo. Além disso, o curso de Serviço Social espelhava também em suas disciplinas o conjunto de valores e princípios dominantes na sociedade brasileira à época de sua criação. Desse modo,

A estruturação do curso incluía disciplinas obrigatórias como Economia Social, Doutrina Social da Igreja, Higiene Mental etc. e disciplinas optativas que estavam distribuídas nos setores família, menor, médico-social, trabalho (**Serviço Social do Trabalho** e Técnicas Auxiliares, Higiene e Segurança do Trabalho), correspondendo assim às demandas existentes no município.

Essas disciplinas estavam distribuídas em onze cadeiras, sendo que cinco só podiam ser assumidas por assistente social. (...).

O objetivo dessas disciplinas era oferecer ao aluno um conhecimento sobre o homem, a sociedade e suas inter-relações, bem como sobre os problemas que enfrenta no meio social. Esta preocupação se justifica em razão de que a formação do assistente social estava voltada para um trabalho em favor do homem e da sociedade.

Este direcionamento do processo formativo singularizava a visão de Serviço Social defendida pelas Irmãs Missionárias, como se dava simultaneamente com disciplinais tais como Doutrina Social da Igreja, Cultura Religiosa etc. (...).

O curso estava dividido em três séries, tendo, além das disciplinas obrigatórias e optativas, seminários e círculos de estudos, visitas às instituições, debates, arguições, sabatinas orais. **O estágio compreendia um total de 1.150 horas, devendo ser cumprido pelo menos em dois setores de atuação, seguindo-se as orientações do manual e do professor-supervisor.**

O Trabalho de Conclusão de Curso, também segundo orientações do manual específico, deveria ser elaborado individualmente, com conteúdo voltado para a prática do estágio (JACOMETTI, 2009, p. 52, grifos nossos).

Sobre a citação, é importante que alguns aspectos sejam destacados. A princípio, avultamos as disciplinas relacionadas ao catolicismo, o que clarifica o direcionamento religioso do curso.

Em segundo lugar, cabe a observância da disciplina Serviço Social do Trabalho colocada como optativa já para a primeira turma do curso. Esta disciplina possuía como finalidade abordar questões relativas ao Serviço Social na área do trabalho, onde se incluem as empresas. Por essa razão, consideramos fundamental destacar sua oferta posto que possibilitaria às/aos alunas/os que se interessassem obter contato com discussões sobre a área de empresas.

O terceiro elemento a ser destacado consiste na extensa carga horária de estágio com presença de professor supervisor e manual de instruções, ilustrando a importância dada pela ESS ao processo de estágio, o que sugere uma preocupação do nascente curso de Serviço Social de que o estágio, enquanto componente curricular obrigatório, estivesse próximo da ESS através do processo de supervisão e se realizasse segundo orientações de manual.

Por fim, destacamos a orientação de que o trabalho de conclusão de curso fosse realizado tendo como base o estágio, ou seja, preconizando a reflexão sobre a experiência no campo da produção monográfica. Com base neste aspecto, nos parece que a estrutura curricular do primeiro curso de Serviço Social buscava se aproximar da realidade utilizando o TCC – denominado TCE (Trabalho de Conclusão de Estágio) na época – como um dos mecanismos para tal. Nesta confluência, é importante ressaltar que

A faculdade também se integrou às discussões nacionais sobre a reforma curricular promovidas pela Abess, o que resultou em alterações no seu currículo para a primeira turma, de quinze assistentes sociais, que concluiu o curso em 1961. **Os alunos começaram a questionar o currículo do curso, que, segundo eles, era muito preso à história da profissão e possuía grande vinculação com a caridade e a filantropia.** (...) os estudantes começaram a propor debates, seminários e encontros que discutissem o seguinte tema: “Serviço Social e Realidade Brasileira”. Esta movimentação dos estudantes “logo ultrapassou as barreiras das especificidades da profissão, tornando-se mais questionadora e mais abrangente” (Paula e Duriguetto, 2007. P. 131). Nessa época, percebe-se uma relação entre as diferentes vertentes da Ação Católica – Juventude Estudantil Católica (JEC), Juventude Universitária Católica (JUC) e Ação Popular (AP) – com os estudantes de Serviço Social seguindo uma tendência nacional de aproximação entre esses setores. (JACOMETTI, 2009, p. 53, grifo nosso).

Percebe-se, com isso, que primeira turma do curso de Serviço Social de Juiz de Fora já apresentava questionamentos sobre o viés caritativo e filantrópico impresso na estrutura curricular em detrimento do conhecimento da realidade social, alinhando-se às discussões da

ABESS e propondo alterações curriculares em Juiz de Fora. Sobre este processo de questionamento estudantil, Jacometti (2009, p.54.) traz dados que revelam que em 1962 alunos da ESS se mobilizaram em favor de uma greve geral nas IFES mesmo sem poder aderir à ela, pois a greve era pertinente a faculdades federalizadas e o curso de Serviço Social ainda era particular. Neste apoio,

os estudantes procuraram demonstrar para a sociedade a sua preocupação com os baixos níveis de vida da população, com o restrito acesso à saúde e à educação. Para isso, organizaram atividades que incluíam manifestações e passeata, realizada com os calouros no início das aulas, onde tornavam públicas suas bandeiras de luta.

Assim, percebe-se o esforço estudantil em se engajar e apoiar lutas sociais colocadas na sociedade naquele momento, revelando que o Serviço Social em Juiz de Fora buscou se aproximar da realidade já nos primeiros anos de existência da ESS. Consideramos que esta mobilização estudantil pode ser reflexo da própria fração da Igreja Católica que assumiu o direcionamento do curso no município, o que se expressa, por exemplo nas defesas e no ativismo de padre Jaime Snoeck junto aos trabalhadores locais.

Contudo, estas considerações não escamoteiam o fato de que a orientação do curso tinha forte base religiosa católica - conforme se observa na citação das disciplinas componentes do currículo – o que faz com que o conservadorismo, enquanto traço característico do catolicismo historicamente, se expresse na formação acadêmico-profissional em Juiz de Fora. Desse modo, será visível nas monografias da década de 1960 produzidas sobre o trabalho dos/das assistentes sociais em empresas, o vínculo com a Igreja Católica e com sua doutrina, como fortes expressões de conservadorismo.

De posse dos elementos apresentados, damos início à apresentação da análise das monografias produzidas na década de 1960 buscando conhecer a concepção de profissão orientadora do trabalho profissional em empresas nesta década.

3.1) O “arranjo teórico-doutrinário” como orientação do trabalho dos/das assistentes sociais em empresas: análise das monografias da década de 1960

A análise das monografias se orientou pelo conhecimento dos itens do roteiro construído, apresentado na introdução desta dissertação, composto pelos itens que, aqui, rememoramos: definições e objetivos das empresas; concepção e objetivo do Serviço Social em

empresas; requisições institucionais; respostas profissionais e projeto profissional de orientação do trabalho dos/das assistentes sociais em empresas, expresso nas concepções teórica, técnica e política da profissão.

As monografias da década de 1960 revelam importantes acepções sobre o trabalho profissional em empresas, conformando-se como as primeiras produções acadêmicas sobre o tema feitas em Juiz de Fora no âmbito da formação acadêmico-profissional em Serviço Social, tendo em vista que, conforme apontamos, data de 1961 a graduação da primeira turma de assistentes sociais da ESS.

Em consulta realizada ao acervo virtual da biblioteca encontramos três trabalhos da década cujo tema referia-se especificamente ao trabalho dos/das assistentes sociais nas empresas, sendo dois de 1961 e um de 1962. Contudo, em pesquisa feita no arquivo físico da biblioteca da FSS/UFJF, tivemos acesso aos dois datados de 1961⁸⁸, listados abaixo:

- 1961: *Experiência de Serviço Social em uma Indústria*, de autoria de Julimar Matta Camargo.
- 1961: *Instalação do Serviço Social em um Empresa Fabril*, de autoria de Marlene Fonseca de Barros.

Ambos trabalhos apresentam não só conteúdos referentes ao trabalho profissional em empresas na época, mas também expressam o discurso e o ideário hegemônicos na profissão nos primeiros anos do curso em Juiz de Fora, cuja orientação foi assumida por congregação da Igreja Católica (JACOMETTI, 2009). As monografias apontam questões que extrapolam o campo do conhecimento na área de empresas, permitindo a compreensão de importantes características constitutivas da profissão naquele momento, como o pensamento conservador.

Desse modo, antes de da exposição da análise dos TCCs consideramos importante para situar as monografias dos anos 1960 pontuar que, segundo Escorsim Netto (2011, p. 43), “a noção mais corrente de pensamento conservador (ou de conservadorismo) está imediatamente ligada ao verbo conservar: é a noção segundo a qual sempre queremos preservar aquelas coisas e ideias que valorizamos e em que acreditamos”. Ao apontar este senso a respeito do significado do pensamento conservador, a autora citada pontua que um dos problemas nesta noção consiste no fato de que, “quando utilizada no discurso que se pretende teórico, aparece carregada de

⁸⁸ Rememoramos que, conforme apontado na introdução da dissertação, a monografia datada de 1962 (anexo I, item 24) não foi localizada na consulta ao arquivo físico da FSS.

implicações: na medida em que vem despida de qualquer referência histórica concreta, acaba por introduzir uma particular negação da história” (idem, 2011, loc. cit.). Para Escorsim Netto (2011), o conservadorismo não é descontextualizado dos processos históricos, pois emerge em um momento determinado: o início da Revolução Francesa e do florescimento da burguesia enquanto classe social. Nesta direção,

O pensamento conservador, tal como o entendemos aqui, não é um “estilo de pensamento” intertemporal, a-histórico, encontrável em qualquer tempo e em qualquer sociedade. Nem se confunde com quaisquer formas intelectuais e comportamentais que valorizam, sancionam e defendem o existente (...). Antes, o pensamento conservador é uma expressão cultural (...) particular de um tempo e um espaço sócio histórico muito precisos: o tempo e o espaço da configuração da sociedade burguesa – configuração que deve ser tomada como uma “rica totalidade de determinações e relações diversas” (Marx, 1982, p. 14) e em que operaram movimentos e tensões em todas as esferas e instâncias (ESCORSIM NETTO, 2011, p. 40-41, grifo nosso).

Segundo Escorsim Netto (2011, p.49) o pensamento conservador clássico, cuja emergência data da segunda metade do século XVIII na Europa, nasce “restaurador e antiburguês”, contrário aos ideais da Ilustração e defensor do Antigo Regime monárquico absolutista, sendo Edmund Burke um de seus principais expoentes. Dentre seus traços constitutivos, destacamos as concepções de que “a liberalidade deve ser sempre uma liberdade restrita”, de que “a democracia é perigosa e destrutiva”, de que “a laicização é deletéria” e de que “a desigualdade é necessária e natural”, pois em toda sociedade formada por classes diferentes, haveria sobreposição de uma classe sobre outras necessariamente (idem, 2011, passim). Com forte defesa da religiosidade e da moralidade, os primeiros pensadores expoentes do conservadorismo clássico⁸⁹, até meados do século XIX, caracterizavam-se pela crítica à Revolução Francesa e à ascensão burguesa, contrapondo-se aos valores por ela defendidos em princípio, como igualdade e liberdade. Contudo, se na origem o conservadorismo caracterizou-se por ser essencialmente antiburguês, após os movimentos revolucionários de 1848⁹⁰ -,

⁸⁹ Além de Burke, Escorsim Netto (2011) cita como expoentes do pensamento conservador clássico autores como Maistre, A. Müller e Lamennais. Tendo em vista que aqui objetivamos apresentar aspectos gerais sobre o conservadorismo, indicamos que, para aprofundamento deste conhecimento, seja feita a leitura da obra de Escorsim Netto (2011).

⁹⁰ Conhecidos como Primavera do Povos, os movimentos revolucionários de 1848 foram protagonizados pelo proletariado francês em contraposição aos regimes governamentais autocráticos que se instauraram após a Revolução Francesa em 1789. Os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade por ela preconizados, não abrangeram o conjunto da classe trabalhadora francesa que, décadas após este processo revolucionário, se encontrava em condições de vida extremamente precárias e pauperizadas, o que fez culminar nas reivindicações de 1848. O que a Revolução Francesa logrou, de fato, foi a ascensão da burguesia que, era classe revolucionária antes de 1789 – opositora ao Antigo Regime – e passa a ser classe dominante quando ascende ao poder.

com a evidência da inviolabilidade da restauração, o conservadorismo passa a expressar o repúdio a qualquer revolução – ou seja, o pensamento conservador passa a se definir explicitamente como contrarrevolucionário. É assim que ele tem substantivamente mudada a sua função social: **de instrumento ideal de luta antiburguesa, converte-se em subsidiário da defesa burguesa contra o novo protagonista revolucionário, o proletariado** (ESCORSIM NETTO, 2011, p. 49-50, grifo nosso).

A razão de expormos aspectos concernentes ao conservadorismo reside no fato do trabalho dos/das assistentes sociais em empresas, segundo expresso nas monografias da década de 1960, ter como característica o pensamento conservador, baseado na valorização da moral e dos preceitos religiosos, principalmente católicos, como mecanismo de ajustamento dos trabalhadores à sociedade, conforme se observará no decorrer deste item. Na análise das monografias, observamos que o conservadorismo se expressa através de posicionamentos ancorados na Doutrina Social da Igreja, no positivismo de Comte e no positivismo de Durkheim.

No que toca a Doutrina Social da Igreja, observamos a presença de doutrinas filosóficas, como o pensamento de São Tomás de Aquino (1225-1274). Na obra deste filósofo, é perceptível a compreensão de que a dominação de um homem sobre outros seria precisa para alcance do bem comum e da unidade entre os homens, para que a vida social pudesse acontecer. Em suas palavras, “quem domina um homem livre dirige-o para o bem próprio deste, ou para o bem comum. (...). Ora, não podia haver vida social de muitos, sem que presidisse alguém, que os dirigisse para o bem comum. Pois, muitos tendem para a multiplicidade e um, para a unidade” (AQUINO, s.d., p. 793-794).

A vida em sociedade seria a finalidade da vida dos homens no plano terreno e, para uma convivência harmônica em sociedade, os homens deveriam agir para alcance do bem comum, ou seja, em prol da felicidade e da união das comunidades em que vivessem. Na busca pelo bem comum, poderiam os homens aperfeiçoarem-se cada vez mais no sentido de cumprimento da vontade divina⁹¹, visto que

O fim do homem, para Santo Tomás, é o aperfeiçoamento de sua natureza, o que somente pode cumprir-se em Deus. A finalidade última das ações

⁹¹ “É patente que a vontade Deus, necessariamente, não é outra coisa senão a sua inteligência. Pois o bem, uma vez compreendido por ser objeto da vontade, move a vontade, sendo o ato e a perfeição da mesma. Em Deus, entretanto, não há diferença entre aquilo que move e aquilo que é movido, entre o ato e a potência, entre a perfeição e o perfectível (...). Por conseguinte, necessariamente a vontade divina coincide com o próprio bem apreendido pela inteligência. Ora, a inteligência divina é a mesma coisa que essência de Deus. Portanto, a vontade de Deus é uma mesma coisa que a sua inteligência e a sua essência” (AQUINO, 1996, p. 173).

humanas transcenderia, portanto, ao próprio homem, cuja vontade, mesmo que ele não o saiba, leva-o a dirigir-se ao ser supremo.

Para que possa ser considerada boa, a vontade deve conformar-se à norma moral que se encontra nos homens como reflexo da lei eterna da vontade divina. Esta, no entanto, não pode ser conhecida pelo homem, de tal forma que ele deve limitar-se a obedecer aos ditames da lei natural, entendida como lei da consciência humana.

Em política, Santo Tomás distingue três tipos de lei, que dirigem a comunidade ao bem comum. O primeiro é constituído pela lei natural (conservação da vida, geração e educação dos filhos, desejo da verdade); o segundo inclui as leis humanas ou positivas, estabelecidas pelo homem com base na lei natural e dirigida à utilidade comum; finalmente, a lei divina guiaria o homem à consecução de seu fim sobrenatural, enquanto alma imortal (MATTOS, 1996, p. 13, grifo nosso).

Com isto, observamos que, na filosofia tomista, o bem comum poderia ser alcançado pela obediência às leis natural, humana e divina, de modo que, diante da impossibilidade de os homens conhecerem a lei eterna da vontade divina, deveriam conformar-se à obediência da norma moral, considerada como reflexo da vontade de Deus.

Para além das referências ao pensamento tomista, o conservadorismo se expressa nas monografias dos anos 1960 também através da utilização de encíclicas papais, como a *Rerum Novarum*, documentos católicos que buscavam propor soluções para o que denominavam “questão social” sem, contudo, romper com a ordem do capital. Aqui, cabe destacar que, na *Rerum Novarum*, a questão social não é compreendida com resultante da contradição entre capital e trabalho (Cf. CARVALHO, 1980; IAMAMOTO, CARVALHO, 2014), mas sim como diferenças entre homens cujo fundamento se encontraria na falta de adesão à doutrina cristã, o que resultaria na existência de conflitos de classes e de problemas sociais, como pobreza. No sentido de resolução dos conflitos, a encíclica defendia a promoção não da luta, mas da concórdia de classes (PAPA LEÃO XIII, 1891), indicando que

(...) é necessário, com medidas prontas e eficazes, vir em auxílio dos homens das classes inferiores, atendendo a que eles estão, pela maior parte, numa situação de infortúnio e de miséria imerecida. O século passado destruiu, sem as substituir por coisa alguma, as corporações antigas, que eram para eles uma proteção; os princípios e o sentimento religioso desapareceram das leis e das instituições públicas, e assim, pouco a pouco, os trabalhadores, isolados e sem defesa, têm-se visto, com o decorrer do tempo, entregues à mercê de senhores desumanos e à cobiça duma concorrência desenfreada. A usura voraz veio agravar ainda mais o mal. Condenada muitas vezes pelo julgamento da Igreja, não tem deixado de ser praticada sob outra forma por homens ávidos de ganância, e de insaciável ambição (PAPA LEÃO XIII, 1891, p. 2).

Colocada a origem das diferenças entre os homens – e, aqui, há que se reconhecer que, embora a encíclica não propusesse caminhos para superação dos antagonismos de classes, criticava a ganância e a ambição dos ricos – o documento católico indica que para a solução da questão social

(...) se não apelamos para a religião e para a Igreja, é impossível encontrar-lhe uma solução eficaz. Ora, como é principalmente a Nós que estão confiadas a salvaguarda da religião e a dispensação do que é do domínio da Igreja, calarmo-nos seria aos olhos de todos trair o Nosso dever. Certamente uma questão desta gravidade demanda ainda de outros a sua parte de atividade e de esforços; isto é, dos governantes, dos senhores e dos ricos, e dos próprios operários, de cuja sorte se trata. Mas, o que Nós afirmamos sem hesitação, é a inanidade da sua ação fora da Igreja. **E a Igreja, efetivamente, que haure no Evangelho doutrinas capazes de pôr termo ao conflito ou ao menos de o suavizar, expurgando-o de tudo o que ele tenha de severo e áspero; a Igreja, que se não contenta em esclarecer o espírito de seus ensinamentos, mas também se esforça em regular, de harmonia com eles a vida e os costumes de cada um;** a Igreja, que, por uma multidão de instituições eminentemente benéficas, tende a melhorar a sorte das classes pobres; a Igreja, que quer e deseja ardentemente que todas as classes empreguem em comum as suas luzes e as suas forças para dar à questão operária a melhor solução possível; a Igreja, enfim, que julga que as leis e a autoridade pública devem levar a esta solução, sem dúvida com medida e com prudência, a sua parte do consenso (PAPA LEÃO XIII, 1891, p. 7, grifo nosso).

Assim, observa-se que a postura da Igreja Católica frente aos conflitos de classes se direcionou no sentido de promoção da harmonização de interesses entre as distintas classes. Entretanto, não só através da Doutrina Social da Igreja o conservadorismo se expressa no trabalho profissional em empresas nos anos 1960, pois observa-se, também através das monografias, a presença de elementos constitutivos das concepções teóricas positivistas de Comte e Durkheim que, embora não se localizem no âmbito das doutrinas filosóficas religiosas, têm na conservação, e não na ruptura com a ordem burguesa, seu cerne. Em Comte (1798-1857), na mesma direção das críticas estabelecidas pelos conservadores clássicos à Revolução Francesa (Cf. ESCORSIM NETTO, 2011), há a constatação de que este episódio histórico

destruiu as instituições sociais do homem europeu e impunha-se, conseqüentemente, estabelecer uma nova ordem. A Revolução fora necessária, pensava Comte, porque as antigas instituições sociais e políticas eram ainda teológicas, não correspondendo, portanto, ao estado de desenvolvimento das ciências da época. A Revolução não ofereceu, porém, fundamentos para a reorganização da sociedade (...). A tarefa a ser cumprida deveria, portanto, ser a instauração do espírito positivo na organização das estruturas sociais e políticas. Para isso, seria necessária uma nova elite científico-industrial, capaz de formular os fundamentos positivos da sociedade

e desenvolver as atividades técnicas a cada uma das ciências, tornando-as bem comum.

Com relação ao principal problema social de sua época – o crescimento do proletariado industrial –, a posição de Comte não foi uma posição revolucionária como a de Marx (1818-1883). Comte considerava que todas as medidas sociais deveriam ser julgadas e termos de seus efeitos sobre a classe mais numerosa e mais pobre. **Acreditava também que os proletários (e as mulheres) pudessem abrandar o egoísmo dos capitalistas e que uma ordem moral humanitária poderia abolir todos os conflitos de classe. Os capitalistas deveriam ser moralizados e não eliminados:** a propriedade privada deveria ser mantida. Comte foi, na verdade, um conservador (...) (GIANOTTI, 1983a, p. XIII).

Comte, com a finalidade de reestabelecer a ordem que, segundo sua concepção, fora perdida com a Revolução Francesa, e de propor alternativas ao acelerado crescimento do proletariado urbano, propôs uma nova forma de organização da sociedade baseada em princípios como ordem, progresso e harmonia para convivência pacífica entre as classes sociais, o que foi observado com nitidez nos trabalhos dos anos 1960.

Percebemos uma influência do positivismo durkheimiano – donde deriva o funcionalismo - expresso através das noções de ajustamento dos trabalhadores à ordem burguesa como mecanismo para enfrentamento dos problemas ocasionados pela expansão da industrialização, como a falta de cumprimento às normas e regras sociais. Na concepção de Durkheim (1858-1917), a sociedade se encontrava em um estado de anomia⁹² decorrente do crescimento do proletariado desordenado de modo que seria preciso o reestabelecimento da ordem moral e do controle dos trabalhadores para que a sociedade burguesa não fosse desintegrada (Cf. ESCORSIM NETTO, 2011). Para tal, seria preciso estabelecer normas morais e jurídicas para que os sujeitos fossem coagidos a respeitar e a adaptarem-se à sociedade. Nos grifos do autor (1983, p. 4-5, grifos nossos),

(...) há uma quantidade de indivíduos cuja vida se passa quase que inteiramente no meio industrial e comercial; donde se segue que, como este meio não é senão debilmente impregnado de moralidade, a maior parte de sua existência transcorre fora de toda ação moral. Ora, para que o sentimento de dever se fixe fortemente em nós, é preciso que as próprias circunstâncias em que vivemos o tenham perpetuamente em vigilância. (...).

⁹² “O estudo das sociedades mais complexas (...) levou Durkheim às ideias de normalidade e de patologias sociais. A normalidade social é concebida por Durkheim como relativa a determinado tipo de grupos sociais, num certo momento de seu desenvolvimento. Em fases de transição em uma sociedade é muito difícil definir o que seja normal. Ao estudar as formas de patologia social, Durkheim introduz o conceito de anomia, ou seja, ausência ou desintegração das normas sociais. A anomia seria característica das sociedades orgânicas desenvolvidas, e seu aparecimento ocorreria quando diversas funções sociais se tornassem muito tênues ou intermitentes” (GIANOTTI, 1983b, p. IX).

O mal, uma vez constatado, qual é a sua causa e qual pode ser o seu remédio?

(...) **a divisão do trabalho não poderia ser disto tornada responsável**, como se lhe tem injustamente acusado algumas vezes; ela não produz necessariamente a dispersão e a incoerência, mas as funções, quando estão suficientemente em contato umas com as outras, tendem, elas próprias, a se equilibrar e a se reger. Mas esta explicação é incompleta. Pois, se é verdade que as funções sociais procuram espontaneamente se adaptar umas às outras contanto que estejam regularmente relacionadas, por outro lado, esse modo de adaptação torna-se uma regra de conduta somente se um grupo o consagra por sua autoridade. Uma regra, com efeito, não é somente uma maneira habitual de agir; é, antes de tudo, uma maneira de agir obrigatória, isto é, subtraída, em alguma medida, ao arbítrio individual. Ora, somente uma sociedade constituída goza da supremacia moral e material que é indispensável para fazer a lei para os indivíduos; pois só a personalidade moral que esteja acima das personalidades particulares é a que forma a coletividade. (...). Portanto, uma regulamentação moral ou jurídica exprime essencialmente necessidades sociais que a sociedade somente pode conhecer; ela repousa sobre um estado de opinião, e toda opinião é coisa coletiva, produto de uma elaboração coletiva. **Para que a anomia tenha fim, é preciso portanto que exista outra ou que se forme um grupo onde se possa constituir o sistema de regras que faz falta atualmente.**

Em Durkheim, há o entendimento de que o “mal”, compreendido nesta análise como o conjunto de problemas sociais decorrente da industrialização, não poderia ser atribuído à divisão do trabalho e sim à ausência de moralidade. Nesta direção, seu pensamento se localiza no âmbito do conservadorismo (ESCORSIM NETTO, 2011) por não propor, como resolução para os problemas sociais, a supressão do capital, e sim uma “uma ação social consciente e planejada para impedir que a sociedade (burguesa) se desintegre, o que fatalmente ocorrerá se o processo social for deixado às suas forças espontâneas – estas são incapazes de coibir a tendência à anomia” (idem, 2011, p. 53). Assim, a submissão da individualidade às regras da sociedade seria elemento fundamental para manutenção da vida social e da ordem. Para tal, a coação e o ajustamento dos sujeitos pela imposição das regras e, principalmente, pelo respeito e pela força da moral, seriam imprescindíveis para a coesão social e para o fim da anomia, ocasionada pelas “desordens” e “desajustes sociais”.

Uma vez situados elementos concernentes ao pensamento conservador, cabe, agora, procedermos à análise dos TCCs dos anos 1960. As monografias estudadas relatam a experiência do Serviço Social em duas indústrias têxteis de grande porte de Juiz de Fora - Cia. de Fiação e Tecelagem Industrial Mineira e Cia. Têxtil Bernardo Mascarenhas através das experiências de estágio de suas autoras. A abertura de campo de estágio em empresas já para a

primeira turma do curso indica o interesse da ESS em debater este tema na formação e vai ao encontro da conjuntura municipal que culmina na criação da própria Escola.

Barros (1961) construiu sua monografia com base em seu estágio de sete meses na Companhia de Fiação e Tecelagem Industrial Mineira – CFTIM (comumente conhecida como Companhia Têxtil Ferreira Guimarães) tendo como objetivo expor o trabalho profissional na empresa. Em sua introdução, a autora revela a dificuldade em encontrar bibliografia de suporte, tendo em vista serem poucos os materiais de estudo produzidos sobre a temática e o fato de o trabalho de assistentes sociais nesta área ainda ser recente no momento de realização da monografia.

Seu TCC esboça um esforço em apresentar premissas e categorias de análise como meio de fundamentação para que o trabalho profissional pudesse ser compreendido naquele espaço. Nesta direção, inicialmente, são apresentadas considerações sobre a categoria trabalho e sobre as concepções de Serviço Social para que, posteriormente, sejam apresentados ao relato da experiência da profissão na CFTIM.

Ao apresentar aspectos sobre a categoria trabalho, sob uma perspectiva filosófica cristã, a autora o pontua como uma atividade dignificante do homem e como “lei de Deus, direito da sociedade e dever da honra” (MACEDO *apud.* BARROS, 1961, p. 4). Visto como um ordenamento divino, o trabalho seria o elemento de caráter moral capaz de dar dignidade e de enobrecer o homem, pois sua execução exigiria a junção de faculdades manuais, para lidar com instrumentos e materiais, e intelectuais, para que os homens pudessem imprimir inteligência e vontade ao seu fazer. Barros (1961, p. 9-10) indica que, “como diz Santo Tomás: ‘Deus deu ao homem a razão e a mão, pois se a razão inventa mil modos de elaborar a matéria, é a mão que torna possível a consecução desses projetos’”. Desse modo, seria o trabalho uma atividade inerentemente humana e dada aos indivíduos por vontade suprema para que pudessem desenvolver capacidades e suprir necessidades humanas, como habitação e alimentação. A referência a São Tomás de Aquino expressa a influência do tomismo no Serviço Social enquanto fundamentação teórico-filosófica colocada para a profissão através da aproximação com a Igreja Católica.

A concepção de trabalho é fundamental para a compreensão dos TCCs da época na medida em que sua apreensão “como um bem, com um valor supremo” (BACKX, 1994, p. 30) foi um dos pontos que configurou a base teórica e ideológica que sustentou a produção acadêmica sobre empresas datada dos anos 1960.

Contudo, há que se considerar que na perspectiva teórico-filosófica adotada, estas conotações eram próprias a um tipo específico de trabalho que era tomado como uma evolução das modalidades até então existentes: o trabalho assalariado⁹³. Isto se verifica ao observarmos que, ao apresentar as formas de trabalho historicamente existentes, Barros (1961) pontua a falta de valorização humana intrínseca à escravidão, haja vista a consideração dos homens como coisa e não como sujeito dotado de humanidade. Na sequência, assinalando que “o cristianismo, enobrecendo o trabalho como sua doutrina, destruiu a escravidão” (BARROS, 1961, p. 1), a autora discorre sobre como a Igreja Católica foi basilar para a ruína das formas de trabalho consideradas desumanas e para a edificação da modalidade assalariada, que colocava o aspecto humano como premência, segundo sua percepção.

É interessante notar a centralidade dada ao cristianismo no processo de destituição da escravatura em detrimento de uma análise conjuntural que, de fato, apresente o contexto em que a abolição se procedeu no Brasil. O que percebemos é que não há crítica ao fato de que religiões de matriz cristã, como o próprio catolicismo, corroboraram com a permanência da escravidão por longos anos no país. Na monografia, isto se expressa pela visualização unilateral do processo histórico, que enfatiza o cristianismo apenas enquanto contributo à emergência de uma forma de trabalho mais “evoluída”, cujo pressuposto seria a valorização humana e a libertação dos sujeitos: o trabalho assalariado.

A visualização deste processo baseada exclusivamente no papel desempenhado pelo catolicismo no processo de abolição da escravidão e não nos séculos de sua permanência pode se explicar diante do forte afinamento da profissão, desde sua origem no Brasil, com arcabouços teóricos confessionais, provenientes do pensamento social da Igreja dada a própria relação entre Serviço Social e catolicismo (Cf. YAZBEK, 2009; IAMAMOTO, CARVALHO, 2014; CLOSS, 2017). Sobre esta questão, Yasbek (2009, p. 8) indica que “os referenciais orientadores do pensamento e da ação do emergente Serviço Social brasileiro têm sua fonte na Doutrina Social da Igreja, no ideário franco-belga de ação social e no pensamento de São Tomás de Aquino (séc. XII): o tomismo e o neotomismo”. Desse modo, é compreensível a presença destas bases teórico-filosóficas nas monografias da década de 1960 - tendo em vista ser este o marco do surgimento do Serviço Social enquanto profissão em Juiz de Fora/MG -, principalmente pelo fato do curso de Serviço Social no município, seguindo a tendência da formação das escolas de

⁹³ Barros (1961) resgata a escravidão, a servidão, a corporação e o trabalho assalariado, apontando este último como uma evolução das modalidades anteriores, na medida em que nelas os homens não eram valorizados em sua forma humana e eram tratados como coisa o que, segundo a autora, deixa de ocorrer com a trabalho assalariado.

Serviço Social no país, ter sua gênese no seio da Igreja Católica (JACOMETTI, 2009). Na medida em que disciplinas como Doutrina Social da Igreja e Cultura Religiosa foram ofertadas para a primeira turma da ESS/JF, entendemos que a compreensão de Barros (1961) é coerente com a concepção de Serviço Social hegemônica neste período, que se expressa nesta determinada orientação filosófica.

Para Barros (1961, p. 3-4, grifo nosso), no que se refere ao trabalho assalariado, o final do século XVIII na Europa⁹⁴ foi o momento em que se fizeram presentes os primeiros traços do trabalho livre, já que se fez visível a presença do

espírito social para a empresa, quando afinal o patrão passa a reconhecer que tem obrigações sociais para com seus empregados. Começava o regime de liberdade do trabalho, o regime salariado. Toda uma nova cultura foi condicionada por essa evolução, que fez florescer uma filosofia libertária, individualista, de autoafirmação humana, de realização pelo esforço e pelo trabalho.

O reconhecimento por parte do empresariado de suas obrigações com seus funcionários era o elemento que dava sustentação à noção de liberdade no trabalho assalariado, pois se nas modalidades anteriores - a exemplo da escravidão - os sujeitos eram tratados como coisa e não possuíam prestígio vindo do patronato, nesta havia, segundo Barros (1961), o reconhecimento de sua humanidade e da importância de seu trabalho materializada sob a forma salarial. Nos parece que a consideração do salário enquanto retribuição pelo trabalho realizado era o que classificava esta forma de trabalho como livre, pois nela os empregados não mais eram propriedade de seus empregadores e tinham, na remuneração, a recompensa pelos esforços que empreendiam. Assim sendo, a existência do salário parecia suficiente para caracterizar a liberdade no trabalho assalariado, de tal modo que a abordagem da precariedade das condições laborativas fica em segundo plano no TCC, sem maiores considerações sobre a exploração e a falta de liberdade características do trabalho industrial assalariado, o que expressa a concepção teórico-filosófica presente no curso na época, que não se direcionava a conhecer a realidade social em seus fundamentos.

A moralidade que poderia advir da inserção dos sujeitos na esfera do trabalho ocupa lugar central tanto na monografia de Barros (1961) quanto na de Camargo (1961) e, aqui, consideramos importante lembrar a pontuação de Backx (1994) sobre como a relação entre

⁹⁴ Os anos posteriores à Revolução Francesa (1789) são apontados pela autora como o período em que surgiram as primeiras organizações trabalhistas europeias com o objetivo de demandar melhores condições de trabalho.

trabalho e moral – enquanto construção ideológica funcional às classes dirigentes, tendo o Serviço Social como um de seus instrumentos no período⁹⁵ - foi útil à manutenção da ordem social burguesa.

O respaldo para este ideário estava nos próprios referenciais utilizados pela profissão naquele momento, que não se ancoravam em apreender as bases materiais da realidade e em analisar estruturalmente a funcionalidade do trabalho assalariado na sociabilidade burguesa, mas sim em sua consideração como elemento moralizador e dignificante dos homens, segundo dogmas religiosos. Nesta conjunção, observamos que Barros (1961, p. 6-7) afirma que

A Doutrina Social da Igreja considera o trabalho como um dever, frisando sempre a necessidade do respeito do trabalhador como pessoa humana que é. Desde 1891, **quando Leão XIII elaborou a Encíclica “*Rerum Novarum*” expondo as causas e a gravidade da questão social, considerou como elementos capazes de concorrer para a solução do problema, os seguintes: a Igreja, o Estado, os Patrões e Operários, devendo a primeira ficar à frente de uma intensa ação social e educativa.** Quanto ao Estado, não lhe cabe o monopólio da política social. A sua esfera de atuação, entretanto, tem de ser consideravelmente ampliada intervindo nos processos econômicos, para favorecer o bem-estar da massa trabalhadora, não devendo ser indiferente ao horário de trabalho, ao trabalho das mulheres e dos homens, ao descanso dominical e a várias outras medidas consideradas oportunas para assegurar proteção adequada aos operários e respectivas famílias. **A política social deve dedicar atenção toda particular ao salário, fonte principal das rendas do trabalhador, impondo-se fomentar a amizade e a fraternidade entre patrões e empregados.**

Os elementos abordados nesta assertiva são tão imprescindíveis que não podemos obliterar seu desmembramento. Inicialmente, requer atenção a perspectiva de trabalho ancorada aos valores católicos de valorização humana, o que encontra respaldo na própria fundamentação teórico-filosófica em documento da Igreja. Documento este que aponta, segundo indicado anteriormente, alternativas para a “solução” da questão social que não buscavam superar a ordem burguesa, mas sim promover a concórdia entre as classes sociais, o que demanda prudência analítica: embora a monografia não defina o que é questão social, o fato de considerar uma forma de resolução que envolva instituições da sociedade sem, contudo, questionar a estrutura do capitalismo, já indica uma compreensão desvinculada do debate das classes sociais e apartada da que, na atualidade, é predominante nas produções intelectuais de categoria. Mas,

⁹⁵ Nesta afirmativa, Backx (1994) refere-se primordialmente à década de 1930. Não obstante, percebemos a continuidade deste aspecto nas produções acadêmicas de década de 1960 analisadas.

naquele momento, tendo em vista os próprios referenciais teórico-filosóficos utilizados pela profissão, era esta a perspectiva hegemônica.

O que percebemos com a leitura do trabalho é que questão social parece ser tratada como sinônimo de problemas sociais – falta de moradia, de alimentação adequada, dentre outros – cuja origem estaria na falta de bons hábitos morais dos sujeitos, mas que através da moral vindoura do trabalho e de ações educativas realizadas por instituições, como a Igreja Católica, poderiam ser resolvidos. Sobre esta questão, Yazbek (2009) explicita como, na década de 1930, este tema era colocado teoricamente. Afirma a autora que na primeira trintena do século XX, a questão social era vista

a partir do pensamento social da Igreja, como questão moral, como um conjunto de problemas sob a responsabilidade individual dos sujeitos que os vivenciam embora situados de relações capitalistas. Trata-se de um enfoque conservador, individualista, psicologizante e moralizador da questão, que necessita para seu enfrentamento de uma pedagogia psicossocial, que encontrará, no Serviço Social, efetivas possibilidades de desenvolvimentos (YAZBEK, 2009, p. 8).

Ratificando a reflexão de Yazbek (2009), Closs (2017) conjectura que a compreensão de questão social através do pensamento social da Igreja, embora característica da gênese do Serviço Social, subsistiu na profissão também nas décadas de 1940 até fins de 1950. Tendo em vista que as monografias de 1960 datam do início da década, é compreensível a presença destas referências nelas enquanto orientação das primeiras produções sobre o trabalho profissional em empresas no âmbito da formação acadêmico-profissional em Juiz de Fora, haja vista a própria gênese da ESS no município, intrinsecamente relacionada à Igreja Católica, conforme apontado. Nos grifos de Closs (2017, p. 60),

No que se refere ao pensamento social da Igreja, sua persistente influência ao longo de todo este período histórico ancora-se na relação orgânica estabelecida entre as organizações católicas e a profissão (...), como um elemento determinante na estrutura do perfil profissional no país, impactando no ideário e na formação de assistentes sociais (YAZBEK; MARTINELLI; RAICHELIS, 2008).

Trata-se, portanto, da incorporação (...) do posicionamento reformista e conservador da Igreja Católica frente à questão social (...). Esse posicionamento, como afirmam Iamamoto e Carvalho (2012), funda-se na adaptação das Encíclicas Sociais *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno* à realidade nacional, tendo em vista munir a hierarquia da Igreja e o movimento laico de respostas frente aos problemas sociais, formulando uma visão cristã corporativa para o desenvolvimento harmônico da sociedade (...).

Retomando a assertiva de Barros (1961), requer atenção também a noção de política social como algo não exclusivo do Estado, devendo este intervir apenas na regulação de relações econômicas específicas à esfera do trabalho e não em outras situações referentes às condições de vida e à reprodução dos trabalhadores, como alimentação e habitação, posto que estas seriam responsabilidade dos demais entes citados pela autora da monografia. Isso também nos indica uma compreensão de política social distanciada da que hoje conhecemos, haja vista que naquele momento colocava-se a compreensão de que o Estado não deveria assumir suas rédeas, tampouco interferir em situações necessárias à produção e reprodução material e espiritual dos homens, mas sim intervir em situações econômicas específicas, a exemplo da centralidade dada ao salário, que deveria ser o foco da intervenção estatal.

Se esta função não caberia exclusivamente ao Estado, deveria ser assumida pelas igrejas – através de trabalhos educativos de vieses moralizadores – e pelo patronato, via instituição de benefícios, para além do salário, que sanassem as necessidades de seus funcionários e, ao mesmo tempo, fizesse-os sentirem-se humanamente mais valorizados no processo de trabalho e tivessem maior elevação moral (BARROS, 1961).

Assim como em Barros (1961), percebemos em Camargo (1961) – cuja monografia também traz o objetivo de expor o trabalho do Serviço Social na empresa CTBM⁹⁶ - afirmativas que corroboram com o este ideário. Esta, pontua que o empresariado deveria se empenhar em oferecer benefícios aos trabalhadores porquanto o operariado

Traz consigo, naturalmente, uma série de problemas de ordens diversas: material, moral, espiritual, econômica, que, de uma ou outra maneira, influem no rendimento de seu trabalho.

Pouco resolverá o empregador pagar ao operário salário e agir dentro dos pensamentos da Justiça Social se não reconhecer e valorizar sua personalidade (...).

Assim é que alguns industriais, conscientes do problema, quer seja por um sentido de caridade e justiça, ou por amor ao próximo, quer seja com o intuito de melhorar as condições de trabalho ou com o objetivo de melhorarem a produção, procuram dar ao operário o maior bem-estar possível (CAMARGO, 1961, p. 8-9, grifo nosso).

⁹⁶ A monografia de Camargo (1961) foi realizada com base em sua experiência de estágio de um ano e três meses na Companhia Têxtil Bernardo Mascarenhas (CTBM), importante fábrica de tecidos de Juiz de Fora cuja existência data do século XIX, antecedendo a época de impulso da indústria nacional e marcando o pioneirismo industrial do município (GIROLETTI, 1988).

Observamos que esta constatação guarda conformidade com princípios e valores contidos na *Rerum Novarum* que, ao apontar soluções para resolução da “questão social”, instituiu que o patronato deveria ter obrigações com o operariado no sentido de valorização da humanidade dos trabalhadores, mas sem problematização sobre os antagonismos entre as classes sociais, haja vista que, neste documento da Igreja Católica, era colocada a preconização pela concórdia de classes. Para tal, os

(...) ricos e os patrões, não devem tratar o operário como escravo, mas respeitar nele a dignidade do homem, realçada ainda pela do Cristão. O trabalho do corpo, pelo testemunho comum da razão e da filosofia cristã, longe de ser um objeto de vergonha, honra o homem, porque lhe fornece um nobre meio de sustentar a sua vida. **O que é vergonhoso e desumano é usar dos homens como de vis instrumentos de lucro, e não os estimar senão na proporção do vigor dos seus braços.** O cristianismo, além disso, prescreve que se tenham em consideração os interesses espirituais do operário e o bem da sua alma. **Aos patrões compete velar para que a isto seja dada plena satisfação, para que o operário não seja entregue à sedução e às solicitações corruptoras, que nada venha enfraquecer o espírito de família nem os hábitos de economia.** Proíbe também aos patrões que imponham aos seus subordinados um trabalho superior às suas forças ou em desarmonia com a sua idade ou o seu sexo (PAPA LEÃO XIII, 1891, p. 8-9, grifos nossos).

Com base na assertiva de Camargo (1961), que expressa valores da referida encíclica papal, percebemos que há na monografia a consideração da insuficiência do salário para atendimento das necessidades humanas. Porém, não é na esfera do Estado que se colocariam as possibilidades para que estas fossem atendidas, mas no âmbito das próprias indústrias sob a forma de benefícios que, uma vez concedidos aos trabalhadores pelos empresários, contribuiriam para a superação não só de seus “problemas natos”, mas também evitariam que se indispussem com a empresa, provocando desarmonia com seus empregadores por estarem insatisfeitos (CAMARGO, 1961).

Pelo senso humanitário dos industriais, as empresas forneciam benefícios como os existentes na CFTIM, compondo sua Política Social⁹⁷ (BARROS, 1961):

⁹⁷ A compreensão de política social na década de 1960 é fundamentalmente distinta da colocada por estudiosas como Behring e Boschetti (2011). Naquela época, nos parece que política social era compreendida como o conjunto de benefícios oferecidos pelas empresas aos trabalhadores, como transporte, saúde, alimentação etc., conformando a denominada “Política Social da Empresa”, termo presente nos TCCs das décadas de 1960 e 1970 para fazer referência a eles.

- Assistência dentária: serviço aliado ao de assistência médica, em que o trabalhador tinha acesso ao tratamento, mas pagava pelo material utilizado.
- Assistência habitacional: criação de vila operária no intuito de manter a moradia dos trabalhadores próxima da indústria.
- Assistência médica: atendimento médico no interior das fábricas aos trabalhadores e seus familiares.
- Assistência recreativa: construção de clubes com atividades para lazer dos trabalhadores, como dança, jogos de salão e televisão.
- Creche: espaço físico que recebia crianças filhas de operárias com idade máxima de um ano⁹⁸.
- Serviço de alimentação: fornecimento de alimento (lanche ou almoço) para os operários no turno de trabalho, gratuitamente ou a baixos custos⁹⁹.

Estes benefícios – que deveriam ser viabilizados ao trabalhador pelo Serviço Social - seriam, na perspectiva das autoras, o elemento mediador da relação entre capital e trabalho pois, expressando o senso de caridade e justiça dos industriais, valorizariam o aspecto humano do trabalhador e permitiriam uma coexistência harmônica entre as classes, conforme preconizado tanto na doutrina católica quanto no pensamento comtiano. No que se refere ao catolicismo, sob o entendimento de que “o homem deve aceitar com paciência a sua condição”, pois “é impossível que na sociedade civil todos sejam elevados ao mesmo nível” (PAPA LEÃO XIII, 1891, p. 7) a desigualdade entre classes é colocada como natural à sociedade, assim como

a dor e o sofrimento são o apanágio da humanidade, e os homens poderão ensaiar tudo, tudo tentar para os banir; mas não o conseguirão nunca, por mais recursos que empreguem e por maiores forças que para isso desenvolvam. Se há quem, atribuindo-se o poder fazê-lo, prometa ao pobre uma vida isenta de sofrimentos e de trabalhos, toda de repouso e de perpétuos gozos, certamente

⁹⁸ Benefício concedido exclusivamente às mulheres operárias pelo entendimento de que seus filhos não teriam quem cuidasse deles no momento em que elas estivessem trabalhando. O serviço não se estendia aos trabalhadores homens, devido à compreensão de que o zelo pelos infantes deveria ficar a cargo das mães.

⁹⁹ Sinaliza Barros (1961) que a razão para criação deste benefício foi fruto de um trabalho de prevenção a acidentes coordenado pelo Serviço Médico, antes mesmo da instalação do Serviço Social na empresa em 1961. “O elevado número de acidentes de trabalho despertou a atenção do Serviço Médico. (...). Quando mesmo depois de eliminadas todas as possíveis falhas técnicas causadoras desses acidentes, os mesmos continuaram, iniciou-se então nova pesquisa, cujos resultados apontaram como causa principal a má alimentação. Desde então a Indústria passou a distribuir diariamente entre os operários um lanche (leite e pão) sem despesa para os mesmos, o que reduziu a um mínimo o número de acidentes ocorridos durante o trabalho. Essa distribuição só deixou de ser realizada quando da criação do restaurante, que fornecia uma alimentação substancial a um preço acessível ou mesmo gratuitamente quando recomendado pelo Serviço Médico” (BARROS, 1961, p. 38-39). Com isso, observase a instituição de um benefício com vistas a aumentar a produtividade, sem quaisquer acréscimos no salário dos trabalhadores.

engana o povo e lhe prepara laços, onde se ocultam, para o futuro, calamidades mais terríveis que as do presente¹⁰⁰. O melhor partido consiste em ver as coisas tais quais são, e, como dissemos, em procurar um remédio que possa aliviar os nossos males.

O erro capital na questão presente é crer que as duas classes são inimigas natas uma da outra, como se a natureza tivesse armado os ricos e os pobres para se combaterem mutuamente num duelo obstinado. Isto é uma aberração tal, que é necessário colocar a verdade numa doutrina contrariamente oposta, porque, assim como no corpo humano os membros, apesar da sua diversidade, se adaptam maravilhosamente uns aos outros, de modo que formam um todo exatamente proporcionado e que se poderá chamar simétrico, assim também, na sociedade, **as duas classes estão destinadas pela natureza a unirem-se harmoniosamente e a conservarem-se mutuamente em perfeito equilíbrio. Elas têm imperiosa necessidade uma da outra: não pode haver capital sem trabalho, nem trabalho sem capital** (PAPA LEÃO XIII, 1891, p 7-8, grifo nosso).

Na mesma direção, há no pensamento de Comte – que se diferencia da filosofia cristã por tecer críticas ao pensamento teológico¹⁰¹ e propor alternativas para resolução dos conflitos entre “empreendedores e operadores diretos” (Cf. COMTE, 1983) através da educação proletária pela filosofia positiva¹⁰² – a compreensão de que, através do positivismo, poderia haver retomada da moral que fora perdida com o desenvolvimento “desordenado” das classes sociais e, conseqüentemente, poderia ocorrer a instituição da solidariedade social e do bem público, necessários à felicidade individual. Nos grifos do autor (1983, passim, grifo nosso), observa-se a compreensão de que

É, pois, sobretudo, **em nome da moral que é preciso, de agora em diante, trabalhar ardentemente para constituir enfim a ascendência universal do espírito positivo, substituindo assim um sistema decaído** que, já impotente, já perturbado, exigiria cada vez mais a compreensão mental como condição permanente da ordem moral. A nova filosofia é a única a poder estabelecer, a propósito de nossos diversos deveres, convicções profundas e ativas, verdadeiramente suscetíveis de sustentar com energia o choque das paixões. Conforme a teoria positiva da Humanidade, irrecusáveis demonstrações, apoiadas sobre a imensa experiência que agora possui nossa espécie, determinarão exatamente a influência real, direta ou indireta, privada ou pública, adequada a cada ato, a cada hábito e a cada tendência ou sentimento, de onde resultarão naturalmente (...) as regras de conduta, quer gerais, quer

¹⁰⁰ Esta crítica é feita ao socialismo e ao comunismo, considerados pela Igreja Católica como formas de organização da sociedade impossíveis para resolução da “questão social”, visto que, pela luta de classes, produziriam pobreza.

¹⁰¹ “A filosofia teológica não mais convém senão às classes superiores, de que tende a eternizar a preponderância política” (COMTE, 1983, p. 87). O autor tece críticas à maneira como a religião foi utilizada para promover a dominação de uma classe sobre outra, apontando que somente a filosofia positiva poderia promover o convívio harmônico entre empregados e patrões.

¹⁰² “O espírito positivo (...) é diretamente social (...). Para ele, o homem propriamente dito não existe, existindo apenas a Humanidade, já que nosso desenvolvimento provém da sociedade, a partir de qualquer perspectiva que se o considere. (...) (COMTE, 1983, p. 77).

especiais, mais conformes à ordem universal e que, por conseguinte, deverão se dar ordinariamente como as mais favoráveis à felicidade individual.

(...).

O conjunto da nova filosofia sempre tenderá a salientar, tanto na vida ativa, quanto na vida especulativa, **a ligação de cada um a todos, sob uma multidão de aspectos diferentes, de maneira a tornar involuntariamente familiar o íntimo de sentimento de solidariedade social**, convenientemente desdobrado para todos os tempos e todos os lugares.

Embora a Doutrina Social da Igreja e o pensamento de Comte guardem distinções, em ambos observamos a busca pela convivência pacífica e harmônica entre as classes; convivência esta que seria necessária para a não existência de conflitos entre patrões e empregados nas empresas.

Diante destas considerações, percebemos que o fomento à fraternidade entre empregados e patrões era ponto importante para orientação do trabalho profissional em empresas, posto que a possibilidade de alcance do equilíbrio social não seria presumível senão pelo estímulo à convivência harmônica entre os homens (BARROS, 1961; CAMARGO, 1961), independentemente da classe social a que pertencessem.

O resgate destes elementos é importante na medida em que esboçam pontos cruciais que conformam o campo teórico-metodológico em que as autoras se respaldaram para compreender suas experiências de estágio, revelando os valores que orientavam o trabalho profissional em empresas. Sendo assim, é válido conhecer a compreensão da profissão na época sobre categorias tão caras ao Serviço Social, como trabalho, questão social e política social, bem como o papel delegado às instituições naquele momento no sentido de promover convivência harmoniosa entre classes e solidariedade social, princípios observados tanto no pensamento católico quanto nas reflexões de Comte.

A promoção da harmonia e da solidariedade social só seria possível se mediada pela inserção dos homens no trabalho assalariado e pelas ações educativas e ideológicas realizadas com os operários para promover-lhes mudanças morais, no sentido de adequá-los à ordem instituída de modo que não houvesse desequilíbrio social (BARROS, 1961; CAMARGO, 1961). Nesta compreensão, observamos, novamente, a influência do pensamento comtiano na medida em que, para este pensador, era preciso, em relação aos operários “assegurar convenientemente a todos, primeiro, uma educação normal, depois o trabalho regular. Tal é, no fundo o verdadeiro programa social dos proletários” (COMTE, 1983, p. 86).

As questões até aqui apresentadas, são fundamentais para compreender que o trabalho profissional em empresas foi abordado pelas monografias sob perspectiva analítica

conservadora, calcada em referenciais teórico doutrinários. Realizadas estas ponderações, Barros (1961) e Camargo (1961) debruçam-se a conhecer elementos que tangenciam o trabalho em empresas, como definição de empresa e de Serviço Social.

No tangente às *definições de empresa*, ambos trabalhos demonstram um esforço em elucidar a especificidade do Serviço Social nas empresas, com indicações de qual seria seu objeto de trabalho, seus objetivos e suas principais atribuições nesta área. Mas, para tal, buscam primeiramente apresentar definições e caracterizar as empresas em que estagiaram para que o conhecimento sobre a profissão pudesse ser facilitado.

Desse modo, Barros (1961) apresenta as particularidades de uma empresa, expondo suas definições e elementos constitutivos. Para a autora, o *objetivo das empresas* consiste na satisfação das necessidades humanas que a natureza não consegue suprir, pois

As riquezas naturais são poucas em quantidade e, além disso estando diversamente distribuídas pelas várias regiões da Terra e segundo as diferentes épocas, são na realidade, insuficientes, o que obriga o homem a produzir outras riquezas, a criar novas utilidades, combinando e transformando a matéria, adaptando-a sob a forma de variadíssimos e novos produtos às suas crescentes, múltiplas e díspares necessidades. A essa necessidade dá-se o nome de indústria (BARROS, 1961, p. 12).

É com base nesta definição de indústria¹⁰³ como meio de satisfação de necessidades humanas que a autora indica a harmonia entre capital, natureza e trabalho como o objetivo da atividade industrial, supondo haver a possibilidade de equilíbrio entres seus interesses na medida em que havia a compreensão de que o suprimento das carências humanas seria fim comum tanto para o capital quanto para o trabalho. Mais uma vez, se faz presente a influência do pensamento comtiano que preconizava que, na sociedade, deveria se “formar solidamente uma ativa moral universal, prescrevendo a cada agente, individual ou coletivo, as regras de conduta mais conformes à harmonia fundamental” (COMTE, 1983, p. 86). Assim, ao passo em que capital e trabalho cumprissem as regras e normas de conduta devidas a cada um, poderia haver uma harmoniosa relação entre classes.

Na assertiva de Barros (1961), é válido observar também o entendimento do capital como sujeito personificado no empresário e considerado, em conjunto com os trabalhadores, como fator humano no processo produtivo, visto que a autora (1961, p. 13) pontua que “o capital, representado pelo empresário, (...) é quem assume a direção e os riscos parciais ou totais

¹⁰³ A autora não faz distinção entre indústria e empresa nos termos apresentados na introdução desta dissertação.

da Empresa” e o trabalho, representado pelos trabalhadores, é o elemento que, “com sua atividade e com seu esforço, contribui para que a Empresa atinja seu objetivo” (BARROS, 1961, loc. cit.).

Não havia, portanto, o entendimento de capital e trabalho enquanto classes sociais polarizadas e conflitantes, cujo lugar ocupado no modo de produção capitalista é fundamentalmente distinto. Esta compreensão também se justifica pelos referenciais teórico-filosóficos de referência da profissão, posto que é na perspectiva marxiana e marxista que encontramos respaldo para uma análise estrutural da realidade que explicita a distinção entre as classes e, neste momento, predominavam as leituras que se pautavam em um viés de compreensão da realidade por seu aspecto fenomênico e não por seus fundamentos. Viés este presente nos próprios relatos do histórico das empresas feito por Camargo (1961) e Barros (1961), nos quais as trajetórias das companhias são apresentadas com foco nos sujeitos e não no desvelamento dos processos sociais. Isto se evidencia quando percebemos que Camargo (1961), ao resgatar a história da Companhia Têxtil Bernardo Mascarenhas, preocupa-se em relatar aspectos da vida pessoal do industrial que dá nome à fábrica para reconstruir

Os fatos que levaram o ilustre Bernardo Mascarenhas a fundar tal indústria, bem como ressaltar a vida desse homem que deu a Juiz de Fora, a Minas Gerais e ao Brasil incontáveis benefícios como pioneiro da indústria de tecidos em nossa Terra (...).

sua progenitora havia criado uma pequena indústria doméstica de fabricação de pano (...).

Foi observando aquele fenômeno que Bernardo Mascarenhas acordou para o mundo do trabalho acertado, descobriu sua vocação, deu guarida a seus ideais. (...).

Em 1865, Minas Gerais não possuía nenhuma fábrica de tecidos (...).

Bernardo Mascarenhas (...) teve a ideia de instalar novas máquinas e aplicar métodos e técnicas mais evoluídas na fabricação do tecido (...).

Em 1887 Bernardo Mascarenhas transferiu sua residência para Juiz de Fora, cidade esta que já tinha em mente como futura cidade industrial. Seus conhecimentos aliados à sua grande cultura e perspicácia, fizeram com que manifestasse desejo de instalar uma grande organização como sempre sonhara (...). A inauguração desta tecelagem foi em 14 de maio de 1888 (...).

Bernardo Mascarenhas, homem eminente, com esplêndida vocação de solidariedade humana, com qualidade de caráter e inteligência e capacidade de criar, morreu em 9 de outubro de 1899 (...).

À frente da administração da Companhia Têxtil Bernardo Mascarenhas ficou seu filho mais velho (...), que fez a antiga Tecelagem Mascarenhas crescer, desenvolver-se e chegar a este estabelecimento tão conceituado (CAMARGO, 1961, p. 2 et seq.).

A ênfase na personalidade de Bernardo Mascarenhas é o cerne do exame de Camargo (1961) sobre a história da CTBM e ela assume relevância de tal modo que as características empreendedoras do industrial, consideradas como algo nato, superam a análise da realidade e de seus processos. Fica pendente a exposição de dados que remontem à história de Juiz de Fora e expliquem a conjuntura em que a fábrica se ergueu, delineando sua importância para o município. De forma semelhante, também em Barros (1961), a retomada da história da CFTIM centra-se no papel dos empresários, conforme o seguinte relato:

A fundação dessa indústria, que passaria a ser denominada Companhia de Fiação e Tecelagem Industrial Mineira, deve-se ao esforço e persistência de um grupo de homens de nacionalidade inglesa, os quais inauguraram a 8 de março de 1889 a fábrica, que era então conhecida como “Fábrica dos Ingleses” (...).

Numa das fases de lutas e vitórias estava a Indústria, quando foi surpreendida pela morte de um dos ingleses, possuidor de grande número de ações (...), o que provocou o colapso financeiro que deu origem à primeira falência da empresa.

Mais tarde, em 1932, os ingleses venderam-na (...), mas, não se passou muito tempo, novas crises financeiras ocorreram e novamente a fábrica veio a falir (...).

Após acordo com credores uma Companhia do Rio de Janeiro, comprou-a (...) em 1942, mas, não conseguiu mantê-la em funcionamento por muito tempo e, logo no ano seguinte, no dia 5 de maio vendeu-a à Família Ferreira Guimarães, que a reabilitou inteiramente.

Sob essa nova direção, após uma reorganização total, a empresa entrou em uma nova fase de desenvolvimento, progredindo continuamente, destacando-se pela sua organização e pela qualidade do que produz no primeiro plano do parque têxtil da indústria juiz-forana, quiçá mineira e brasileira (BARROS, 1961, p. 26 et seq.).

A assertiva permite observar o mesmo foco nos sujeitos que se percebe em Camargo (1961), ainda que o estudo sobre a CFTIM se refira ao papel de um grupo de industriais e o da CTBM centre-se exclusivamente na figura de Bernardo Mascarenhas. O que se observa é que a história das fábricas é contada como uma biografia descolada dos processos sociais, o que também se explica pelo fato da profissão, no momento, não se inclinar ao conhecimento dos processos sociais e de seus determinantes.

Do mesmo modo que não percebemos a história das fábricas inseridas na conjuntura municipal e nacional, a despeito da relevância do histórico industrial de Juiz de Fora para o país, também não identificamos a presença de informações que visassem expor dados qualitativos sobre os trabalhadores. Ambas monografias priorizam a exposição de dados quantitativos sobre o operariado em cada indústria, fornecendo o número de trabalhadores sem,

contudo, lhes conferir nenhum tipo de informação adicional que pudesse nos indicar qual o seu perfil, como nacionalidade (se imigrante ou não, tendo em vista o forte fluxo migratório ocorrido no município), etnia (ante o histórico escravocrata de Juiz de Fora) e composição familiar, por exemplo.

O fato dos trabalhos se debruçarem sobre a história de vida dos industriais - contadas até mesmo de modo lírico, mas não esboçarem grandes esforços em conhecer conteúdos mais específicos sobre os trabalhadores, indica que a tônica do Serviço Social no momento não estava em considerar o operariado na sua coletividade como protagonista nos processos de desenvolvimento das empresas, haja vista a abordagem centrada no patronato, o que expressa o compromisso ético-político do curso naquele momento.

Nas monografias, o papel do trabalhador ganha relevância em sua funcionalidade para a manutenção da harmonia e da coesão social, pois sendo humanamente valorizado (CAMARGO, 1961) não questionaria a ordem que vigorava e, assim, não causaria nenhum tipo de desajuste social (BARROS, 1961; CAMARGO, 1961). Sendo assim, o operariado seria uma das peças fundamentais para o bom funcionamento da sociedade em parceria com outras entidades, como a Igreja e o empresariado.

Neste bojo, *o objetivo do Serviço Social nas empresas* deveria ser “harmonizar as relações entre patrão e empregado (...) colaborando com o bem-estar” (CAMARGO, 1961, p. 11). Para tal, a sociedade deveria ser privada de desajustamentos de ordem moral que poderiam comprometer sua harmonia (CAMARGO, 1961) e, aqui, observamos a influência do pensamento positivista durkheimiano. Este autor pontuava a necessidade do estabelecimento de regras morais para a existência da solidariedade social¹⁰⁴, pois considerava que desde a divisão do trabalho posta pelas mudanças sociais e econômicas ocorridas no século XIX – em que se destaca a Revolução Industrial -, a sociedade se encontrava em um estado de anomia jurídica e moral, necessitando, por conseguinte, de um reordenamento. Para Durkheim, “as paixões humanas não cessam senão diante de uma potência moral que respeitem. Se toda autoridade deste tipo faz falta, é a lei do mais forte que reina, e, latente ou agudo, o estado de

¹⁰⁴ “Elemento especialmente importante dentro das teorias de Durkheim é o conceito de solidariedade social, que o conduziu à distinção dos principais tipos de grupos sociais. A primeira forma de solidariedade seria a solidariedade mecânica, que ocorre nas sociedades onde os indivíduos diferem pouco entre si, partilhando dos mesmos valores e sentimentos. Essas sociedades têm coesão porque seus elementos individuais são similares. A horda e o clã são desse tipo primitivo de sociedade. A segunda forma é a sociedade orgânica, presente nas sociedades mais complexas que resultam da crescente divisão do trabalho, exigida pelas tarefas econômicas menos simples” (GIANOTTI, 1983b, p. IX).

guerra é necessariamente crônico” (DURKHEIM, 1983, p. 4). Assim, as normas morais seriam precisas para a não ocorrência de conflitos e para existência da solidariedade social.

O positivismo de Durkheim é observado na medida em que a moral é tomada como um elemento basilar para manutenção da ordem vigente, devendo “o Serviço Social junto às indústrias, educar, social, intelectual e moralmente o operário” (CAMARGO, 1961, p. 11) para a não ocorrência de conflitos e desarmonias.

No sentido de manter o *status quo*, a moralização dos sujeitos segundo os valores hegemônicos no momento, de cunho cristão principalmente, foi imperativa ao trabalho das assistentes sociais nas empresas estudadas pelas monografias que analisamos, posto que a promoção da harmonia e a inibição de conflitos se conformaram como uma das principais *requisições das empresas* para a profissão na década de 1960.

Refletindo a perspectiva teórica e os fundamentos filosóficos hegemônicos na profissão naquele momento, percebemos com estas constatações que os referenciais que orientavam o trabalho profissional em empresas tinham fundamento tanto no campo confessional – expresso pela doutrina cristã – quanto no campo científico – positivista –, conformando um arranjo teórico-doutrinário (Cf. IAMAMOTO, 1997) caracterizado pela conjunção entre o pensamento filosófico cristão e o pensamento científico positivista.

Esses ideários, conforme indicado, ainda que oriundos de embasamentos distintos, possuíam como traços comuns a conservação da ordem e a adequação dos sujeitos à sociedade, visto que se pontuava que os problemas sociais existentes não decorriam da organização estrutural da sociedade e da divisão do trabalho (DURKHEIM, 1983), mas sim dos desajustamentos morais inerentes aos próprios homens (BARROS, 1961; CAMARGO, 1961). A mescla de ideais de matrizes de pensamento díspares, mas cuja forma de apreensão do real se alinhava ao estabelecer o conservadorismo como traço constitutivo do campo ideológico do Serviço Social, influenciou na determinação de sua finalidade na área de empresas.

No bojo desta direção analítica, a *concepção de Serviço Social* presente nos TCCs e da gênese da inserção profissional nas empresas encontra respaldo não nas mediações da realidade e no desvelamento de seus processos, mas tendo como base vieses endógenos de entendimento da profissão, cujas determinações são abordadas descoladas dos processos sociais, o que se explica por via das seguintes considerações.

Ambas autoras, conforme elucidado, partem da possibilidade da convivência harmoniosa entre interesses do capital e do trabalho como forma de alcance da solidariedade e do bem-comum, visto que se colocava como imperativo para Serviço Social na área empresarial

“fazer com que empregado e empregador se compreendessem mutuamente” (CAMARGO, 1961, p. VII)¹⁰⁵.

Havia, naquele momento, um entendimento das áreas da profissão como uma ramificação, sendo o Serviço Social de Empresa um desdobramento do Serviço Social do Trabalho¹⁰⁶ que, por sua vez, seria uma subdivisão do próprio Serviço Social, segundo presente nas reflexões de Rico (1985). Sendo assim, o Serviço Social de Empresas ou Serviço Social de Indústria guardaria particularidades em relação aos outros espaços sócio ocupacionais da profissão, possuindo conteúdos e atribuições específicas para conformar capital e trabalho.

Para harmonizar essas duas forças, surge o Serviço Social na Indústria, como verdadeira alavanca do progresso social no meio industrial, para elevar o empregado, proporcionando-lhe melhores condições de vida e de trabalho, condições essas que favorecem o desenvolvimento integral da pessoa humana, trazendo, ao mesmo tempo ao empregador, as vantagens decorrentes de uma colaboração racional, sincera e interessada de todos os empregados.

A função do Serviço Social é profundamente humana e de alta significação social, pois, para que o homem possa realizar-se plenamente como ser social e membro da coletividade humana, devem todas as classes trabalhar harmoniosamente (...) (BARROS, 1961, p. 16-17, grifos nossos).

Sobre a assertiva, consideramos importante fazer duas ponderações. Em primeiro lugar, ressaltamos a presença da noção de progresso, elemento pertencente ao pensamento comtiano. Para Comte (1983, p. 69) “a ordem constitui sem cessar a condição fundamental do progresso e, reciprocamente, o progresso vem a ser a meta necessária da ordem (...). Atacando a desordem atual em sua verdadeira fonte, necessariamente mental, constitui, tão profundamente quanto possível, a harmonia lógica”. Para o pensador, o progresso seria proveniente da ordem e poderia ser alcançado pelo aperfeiçoamento dos “elementos permanentes em qualquer sociedade: religião, família, propriedade, linguagem, acordo entre poder espiritual e temporal etc.” (GIANOTTI *in* COMTE, 1961, p. XIII). Com base na leitura de Barros (1961), nos parece que a “elevação moral” do empregado seria uma forma de aperfeiçoamento pessoal para que houvesse progresso, o que nos possibilita perceber, mais uma vez, a influência de Comte no trabalho profissional em empresas.

¹⁰⁵ A referência em números romanos é devida à forma como a autora enumera seu trabalho: a citação que aqui expomos se encontra na introdução e, nesta parte, são utilizados algarismos romanos. Já no desenvolvimento da monografia, há preferência por numerais arábicos.

¹⁰⁶ O Serviço Social do Trabalho englobava as intervenções do Serviço Social junto ao trabalhador diretamente, onde se localizava o trabalho nas empresas.

Em segundo lugar, destacamos que parece ser facultada ao Serviço Social uma posição de grande relevância no espaço empresarial, como se o trabalho profissional unicamente fosse capaz de possibilitar o desenvolvimento pleno dos homens e de contribuir para a harmonização das classes. Sua consideração como profissão de função “profundamente humana e de alta significação social” (BARROS, 1961, p. 16) nos leva a entender que o Serviço Social era visto pelas autoras como um ofício de estrato elevado na sociedade, pois poderia, por sua ação, harmonizar as relações entre diferentes sujeitos e contribuir para o bem-comum.

Observamos nas monografias que a explicação para o surgimento da profissão em empresas aparece desvinculada dos processos sociais. Do mesmo modo, não são relatados os movimentos que fizeram com que o empresariado demandasse a presença do Serviço Social nas empresas: no tocante às *requisições institucionais*, não buscam elucidar as razões de sua necessidade nas empresas do ponto de vista do empresariado, mas através da leitura dos trabalhos, observamos que a profissão seria necessária, conforme assinalado, para *prevenir o aparecimento de conflitos entre empregados e patrões* de modo que o processo produtivo não fosse lesado por possíveis insurgências operárias.

No que se refere à profissão, as conceituações que se colocam se centram em definir o Serviço Social do Trabalho para que, então, se apresente seus objetivos de modo descritivo. Em Camargo (1961, p. 9-10), vemos que

Dos vários conceitos apreciados, destacamos aquele que foi emitido no 1º Congresso de Serviço Social, realizado em 1947. **“O Serviço Social Industrial se baseia no respeito à dignidade humana e se propõe a estabelecer na Empresa as características de uma verdadeira Comunidade, implantando um espírito de mútuo respeito entre os elementos de produção – o capital e o trabalho”**. Outras definições merecem citação como: **“Serviço Social do Trabalho é todo o esforço que humaniza as relações entre capital e trabalho, intensificando o rendimento da produção de maneira mais humana dentro do pensamento da Justiça Social”**¹⁰⁷.

Enquanto estas definições visam o bem-estar do operário, outras vão mais além, considerando que **o S.S.T. abrange também suas famílias**, porque procurando ajudar o operário, a família será beneficiada sem dúvida alguma (CAMARGO, 1961, p. 9-10, grifos nossos).

Mencionando conteúdos provenientes de importantes eventos para a profissão, como o 1º Congresso de Serviço Social realizado em 1947, a assertiva nos oferece considerações

¹⁰⁷ Citação retirada da apostila de Serviço Social do Trabalho da Faculdade de Serviço Social em 1960, sob autoria de Nilce Guimarães (BARROS, 1961).

elementares. Fosse com o operário individualmente, fosse com sua família, percebemos que a finalidade do Serviço Social na área do trabalho consistia na intervenção sobre a moral da classe trabalhadora, para que pudesse se ajustar aos ditames da sociedade, devendo ser educada e disciplinada ética e moralmente para tal.

Nos chama atenção a citação das famílias dos trabalhadores como favorecida indireta dos benefícios que se concediam aos operários. Sobre esta questão, remetemos a Backx (1994) para encontrar explicações. Pontua esta autora, conforme apontamos que, nos anos iniciais da profissão no Brasil, mais marcadamente na década de 1930, o trabalho profissional com as famílias operárias foi extremamente funcional à ordem burguesa crescente ao fomentar entre os trabalhadores a adesão aos princípios dominantes, sendo o trabalho e a moral valores fundamentadores do ideário que se construía.

No tangente às indústrias, os trabalhos educativos realizados com trabalhadores e seus familiares – tanto no espaço físico das fábricas quanto nas vilas operárias em que viviam – contribuíam para a reprodução destes valores e se alinhavam ao *objetivo profissional* de promoção de harmonia e bem-comum na medida em que preconizavam a adaptação dos indivíduos à ordem vigente. Desse modo, o núcleo familiar também foi objeto da intervenção profissional na área de empresas, posto que não bastava apenas a disciplinarização moral do operário para a lógica do trabalho individualmente, mas de toda sua família, de maneira que se ajustassem ideologicamente à sociedade.

Embora Backx (1994) não tivesse como objeto de estudo o conhecimento sobre a área de empresas, suas reflexões nos possibilitam entender que havia um objetivo do Serviço Social ao trabalhar com famílias para além do que a citação de Camargo (1961) nos aponta. Objetivo este que se alinhava aos interesses dominantes, ainda que nas monografias não seja abordado por este aspecto: a família era mais um elemento necessário à harmonização da sociedade e poderia contribuir para tal ao passo que fosse favorecida, ainda que indiretamente, pelos benefícios implementados pelas empresas (BARROS, 1961; CAMARGO; 1961).

Sendo assim, notamos, novamente, a valorização humana, a harmonia entre classes e o alcance do bem-comum como valores norteadores do trabalho das assistentes sociais na época, compondo o objetivo do trabalho profissional. Barros (1961, p. 21-22, grifo nosso) aponta que

O Serviço Social dentro da Empresa tem um fim específico: humanizar as relações entre capital e trabalho, intensificando o rendimento da produção de maneira mais humana, dentro de um pensamento de justiça social, procurando colocar as técnicas administrativas e industriais a serviço do homem. (...).

Dentro da Empresa, o Serviço Social funciona como um agente de coordenação de elementos humanos da produção e de aproximação das classes, função essa profundamente humana e de alta significação social (...).

O que podemos depreender da assertiva é que os objetivos que se colocavam para a profissão são radicalmente opostos à perspectiva teórica e ao direcionamento ético-político atualmente hegemônicos na categoria, mas, no momento em questão, correspondiam aos princípios éticos norteadores da atuação do Serviço Social. Isto porque na época de escrita das monografias a profissão encontrava-se sob os ditames do Código de Ética de 1947 e, nele, a presença dos valores que aqui estamos apresentando se colocava como imperativo. “Cumprir os compromissos assumidos, respeitando a lei de Deus, os direitos naturais do homem, inspirando-se, sempre em todos seus atos profissionais, no bem comum e nos dispositivos da lei, tendo em mente o juramento prestado diante do testemunho de Deus” (ABAS, 1947, p. 1), era uma das obrigações de maior estatura para o Serviço Social, alocada na seção denominada “Deveres Fundamentais” do referido CEP.

Nesta direção, o *objetivo do Serviço Social nas empresas de tornar mais humanizadas as relações entre capital e trabalho* encontrava respaldo na legislação profissional e em seus princípios sustentadores, pois o próprio documento aponta que o trabalho dos/das assistentes sociais deveria ser ancorado, fundamentalmente, no bem-comum e nas leis, tendo como base elementos cristãos e a influência positivista que colocavam a possibilidade de harmonia entre as classes como forma de superação dos problemas sociais e de alcance do bem-comum.

Sendo assim, o que se percebe é que o conservadorismo presente no trabalho profissional em empresas nos anos 1960 era expressão não só do arcabouço teórico-metodológico de referência da profissão, mas também do campo ideopolítico em que os valores da categoria se ancoravam, sendo o CEP de 1947 um importante elemento para elucidação desta afirmativa.

Em relação aos objetivos da profissão em empresas, a exposição feita por Camargo (1961) revela semelhanças com a de Barros (1961), mas traz novos e importantes elementos para nossa análise. Aponta esta autora que o

“S.S.T. tem como finalidade elevar o nível moral, material, social e cultural dos trabalhadores nos estabelecimentos industriais com o objetivo de ajudar a este e sua família a adaptar-se a uma vida melhor”¹⁰⁸.

¹⁰⁸ Citação retirada da revista *Serviço Social Industrial em América Latina*, cuja autoria não foi identificada por Camargo (1961).

O Serviço Social leva, pois, ao operário e à Empresa uma grande cooperação, servindo de intermediário entre empregador e empregado e servindo de ponte entre Capital e Trabalho, desde que solicitado a intervir. **Jamais o a.s. pode intervir, quando existe conflito entre patrão e empregado. Deve-se manter intermediário – nas questões de trabalho, nos desentendimentos entre operários, na incompreensão de ordens dadas. Intervém sempre que houver problemas de relações humanas (...). Um dos pontos importantes a ser visto é a neutralidade do Serviço Social nas questões trabalhistas** (CAMARGO, 1961, p. 10-11, grifo nosso).

Nesta citação, é preciso que façamos alguns destaques. Primeiramente, no tocante à finalidade do SST, observamos a continuidade da presença de elementos conservadores, como a valorização da moral dos trabalhadores e de suas famílias em um sentido de adaptação à sociedade, o que também expressa a influência das perspectivas doutrinárias cristãs e positivistas na área do Serviço Social em empresas.

Em segundo lugar, cabe destaque a questão da neutralidade. É válido observar que são colocados dois pontos para tratar do trabalho profissional: relações humanas e questões trabalhistas. Nos parece que as relações humanas consistiam no conjunto de questões que poderiam surgir no âmbito do trabalho associadas ao relacionamento entre os próprios trabalhadores e, sobre elas, a intervenção do Serviço Social deveria se debruçar. Já as relações que envolviam o empresariado e os empregados, principalmente as conflituosas, parecem ser as denominadas “questões trabalhistas” e, no caso delas, deveria a profissão manter-se neutra.

O que requer atenção é o fato de *haver o reconhecimento do conflito entre empregados e patrões, mas a profissão adotar uma postura de abstenção frente a ele*. Sob a retórica da neutralidade, o trabalho profissional preconizava a intervenção sobre problemas relativos aos trabalhadores sem, contudo, voltar-se para aqueles relacionados à sua relação com o patronato, o que se explica pela concepção de Serviço Social conservadora hegemônica na década de 1960.

Não obstante, embora presente no discurso, a apreciação do TCC de Camargo (1961) nos revela a não existência de imparcialidade da profissão. Apenas o fato de haver predileção em intervir sobre as denominadas relações humanas e não sobre as questões trabalhistas, já sugere a presença de um *posicionamento ético-político que não tinha como finalidade interferir nas dissidências entre as classes*.

Depreendemos que o fundamento para tal seria o fato de que intervir em situações conflituosas poderia colocar a profissão em uma situação de indisposição com a empresa, caso se posicionasse contrária aos seus interesses e a favor dos trabalhadores. Em um momento de parca trajetória nas indústrias juiz-foranas, em que o Serviço Social vinha buscando compreender qual sua especificidade neste espaço sócio ocupacional, desavenças com

empregadores – principalmente devido à natureza privada de ambas fábricas – poderiam impactar negativamente no cotidiano e na consecução do trabalho das assistentes sociais e estagiárias das indústrias.

Observamos, contudo, que a despeito da afirmativa de Camargo (1961) de que o Serviço Social não deveria interferir nas situações conflituosas, na perspectiva de Barros (1961) poderia haver ingerência nos processos de greve. Em sua monografia há o reconhecimento da greve como uma resposta aos problemas decorrentes da estrutura social, como a existência de baixos salários que não valorizavam o “aspecto humano” do trabalhador. Ao relatar o movimento grevista que surgiu na CFTIM em 1961, aponta que a assistente social levou as demandas dos operários em relação a baixa remuneração e condições de trabalho ruins à direção da empresa, que não se propôs a atender suas reivindicações, configurando uma situação conflituosa. Sendo assim, *a profissão interferiu no conflito, mas com um posicionamento ético-político muito claro*, pois buscou agir “segundo as normas do Serviço Social de educar para bem orientar, falando sobre os inconvenientes das greves, suas consequências nem sempre vantajosas (...) – considerando que a atitude com os operários da Industrial Mineira deveria ser de agir como elemento esclarecedor e apaziguador no seio da massa operária” (BARROS, 1961, p. 80).

Sem embargo, frente a tais disposições, a retórica da neutralidade não se sustenta diante dos próprios objetivos profissionais, já que a tentativa de conciliação e harmonização dos interesses de classes favorece muito mais ao empresariado do que aos trabalhadores, pois se estes se encontram educados moralmente para o trabalho e ajustados à sociedade, as possibilidades de insurgências decorrentes de insatisfações são menores e a produção pode ocorrer de modo mais satisfatório segundo as demandas fabris. Na perspectiva de Camargo (1961, p.12), sendo a “a.s. alguém que facilita a realização das obrigações que assumiu para com o empregado¹⁰⁹ (...), o benefício feito ao empregado se estende ao patrão. Maior produção beneficia o empregador”. Se o interesse do Serviço Social em beneficiar o operário objetivava favorecer o próprio patronato, já há o indicativo de um posicionamento ético-político orientado por valores de conservação da ordem, presentes nos referenciais teóricos-metodológicos que norteavam a profissão naquele momento.

Como meio de elucidação para esta constatação, notamos em Barros (1961), ao diferenciar os objetivos do Serviço Social e das empresas, a afirmação do afinamento da profissão com os interesses das companhias e o indicativo de seu posicionamento político.

¹⁰⁹ Refere-se a obrigações assumidas pelo empresariado com o operariado e não a obrigações assumidas pelo Serviço Social.

Embora o objetivo do Serviço Social e o objetivo da Empresa não se confundam (o fim primário do Serviço Social é a pessoa humana (...); o fim primário da Empresa é a Produção de Bens o que faz com que ela, via de regra despersonalize o homem), não é difícil perceber que **o Serviço Social coopera de maneira efetiva a consecução dos fins da empresa, oferecendo às duas forças da produção, uma cooperação (...)** (BARROS, 1961, p. 24-25, grifo nosso).

Com base nestas exposições, podemos perceber que as concepções teórico-filosóficas e ético-políticas presentes na profissão na área de empresas naquele momento aboliam a compreensão da “dimensão ético política da prática profissional, em nome de uma neutralidade axiológica, afinada com a necessidade de legitimar a suposta ‘face humanitária do Estado e do empresariado’” (BRITES; SALES, 2001, p. 26).

Outrossim, as monografias também nos permitem observar matérias tocantes à dimensão técnico-operativa da profissão na CTBM e na CFTIM à medida que as autoras apresentam a compreensão de que o uso de determinados instrumentos, técnicas e procedimentos seria fundamental ao alcance dos objetivos profissionais, haja vista que “para atender sua finalidade o Serviço Social do Trabalho aplica técnicas de Serviço Social de Casos, Serviço Social de Grupo e Organização Social de Comunidade” (BARROS, 1961, p. 17). Requer notoriedade observarmos que o uso destes procedimentos tinha como objetivo tornar eficazes e qualificados os benefícios concedidos aos trabalhadores das indústrias, citados no começo deste item como componentes da “Política Social” das empresas.

Nessa direção, o trabalho dos/das assistentes sociais em empresas, tal como aparece nos TCCs, teve como foco abordagens individuais que não tinham como finalidade o conhecimento dos fundamentos que provocavam as denominadas “desestruturas” nos indivíduos, mas sim preocupação em adequá-los à ordem vigente.

Diante das finalidades da profissão nas empresas que expusemos, observamos nas monografias a ênfase dada à dimensão técnico-operativa como mecanismo de ajustamento dos trabalhadores e de seus familiares à ordem social, o que se evidencia nas considerações de Barros (1961) e Camargo (1961) sobre o Serviço Social de Casos e o Serviço Social de Grupo. No tangente a estes procedimentos, Camargo (1961) busca definições nos referenciais teóricos que fundamentavam a profissão no período. Define a autora que

Serviço Social de Casos é um método do Serviço Social tendo como finalidade primeira o ajustamento ou reajustamento do indivíduo ao seu meio ambiente. O meio, sendo um fator real de influência na vida do

indivíduo, pode trazer-lhe desajustamentos sociais, morais, intelectuais, econômicos, como também pode trazer-lhe meios de se aperfeiçoar.

(...) O Serviço Social de Casos procura, com suas técnicas, dar oportunidades ao indivíduo de despertar as suas capacidades e potencialidades, atingindo, assim, o desenvolvimento de sua personalidade.

Gordon Hamilton definiu o Serviço Social como sendo a relação íntima entre a adaptação do indivíduo e o melhoramento das condições sociais. Pelas definições de Mary Richmond o “Serviço Social de Casos é um conjunto de processos que desenvolvem a personalidade mediante ajustamentos efetuados conscientemente, indivíduo por indivíduo entre os homens e seu meio social” (CAMARGO, 1961, p. 37-38).

A assertiva nos possibilita a percepção da influência norte-americana - expressa pela referência a Richmond e Hamilton¹¹⁰ – no curso de Serviço Social da ESS/JF, visto que esta foi presente na profissão entre meados da década de 1940 e início da década de 1960. Assim, observamos como Barros (1961) e Camargo (1961) buscavam referências nos conhecimentos norte-americanos para explicitar os procedimentos, instrumentos e técnicas da profissão.

Diante disto, percebemos que o trabalho profissional orientado segundo a influência norte-americana buscava propor mudanças nos indivíduos e não na realidade, alinhando-se, desse modo, às perspectivas positivistas durkheimianas e comtianas e à doutrinação religiosa, que não se propunham a romper com a ordem social estabelecida, mas sim fazer com que os sujeitos a ela se adequassem. Nesta direção, constata-se que o trabalho de assistentes sociais em empresas se baseou em enfoque individualista, centrado na personalidade dos sujeitos e não nas determinações conjunturais. A própria citação nos elucida este aspecto ao conjecturar que o Serviço Social deveria trabalhar sobre a personalidade do indivíduo para que ele pudesse se ajustar ao meio, e nos parece que meio é compreendido como os espaços de vivência dos trabalhadores (local de trabalho, bairro, igreja etc.). É interessante notar que há o entendimento

¹¹⁰ Sobre a influência norte americana no Serviço Social brasileiro cabe destacar que “nas duas primeiras décadas do século XX, Mary Richmond havia desenvolvido, nos Estados Unidos, os pressupostos e diretrizes do que ela chamara de Serviço Social de Casos Individuais. No entanto ele chega ao país já sob os influxos da Psicologia, especialmente a partir da divulgação das ideias de Gordon Hamilton - seja através dos trabalhos de Nadir Kfoury (fruto de seus estudos nos Estados Unidos), seja com a tradução de seu livro Teoria e Prática do Serviço Social de Casos, em 1958. Hamilton desenvolve a sua proposta de Serviço Social de Casos tomando por referência a Psicologia, mas recuperando o arcabouço operacional da obra de Richmond, constituído de três fases: Estudo, Diagnóstico e Tratamento. O estudo do caso refere-se à fase de investigação sobre fatores internos aos indivíduos e externos ao ambiente em que ele vive, viabilizada pela aplicação de entrevistas com o cliente e com pessoas de seu meio. Além disso, utilizam-se visitas domiciliares, contatos com membros da família e com técnicos, observações realizadas durante as entrevistas e visitas, reuniões familiares, dentre outros instrumentos. Esse estudo possibilita a elaboração de um Histórico do Caso, reunindo dados e impressões colhidos durante o inquérito. Em seguida, produz-se um diagnóstico, isto é, um parecer profissional sobre a situação psicossocial do cliente, para que seja viabilizado o tratamento. Este deve incidir sobre os fatores, de diversas ordens, que estejam interferindo na situação, podendo se concretizar através: da implementação de medidas para modificar o ambiente ou para o tratamento direto ao cliente, pautados principalmente no relacionamento assistente social/cliente; do apoio psicológico e emocional através de entrevistas e visitas (Campagnoli, 1993, p.135- 45)” (TRINDADE, 2001, p. 11-12).

de que o meio pode ser causa e influência para os “desajustes” apresentados pelos sujeitos, mas não há quaisquer considerações que apontem mudanças necessárias no próprio meio. Pelo contrário, o que se estabelece é o *ajustamento dos trabalhadores à sociedade* que, neste meandro, aparece como uma realidade dada e imutável.

Neste esteio, “a contribuição do Serviço Social de Casos será o de fazer com que este indivíduo se torne um elemento ativo frente ao seu meio (...)” (CAMARGO, 1961. P. 38. Sobre isto, vale destacar que a forma individualizada e psicologizante de trato das expressões da questão social no período de institucionalização da profissão no Brasil, donde eram preconizadas mudanças morais nos sujeitos e não no real (TRINDADE, 2001), subsiste na década de 1960.

Trata-se da transferência das possibilidades de resolução dos problemas sociais para o âmbito pessoal, individual. Essa é uma estratégia fortemente incorporada por várias práticas sociais que se propunham a atender à parcela pauperizada da população, dentre elas o próprio Serviço Social. A psicologização funciona, então, como um elemento legitimador da ordem monopólica, não só quando coloca sobre o indivíduo a responsabilidade por seu destino social, mas, principalmente, quando incorpora, nas instituições que se propõem a solucionar as refrações da questão social, práticas com forte conteúdo de indução comportamental. Com isso, não se consegue apenas uma ação sobre as personalidades individuais, mas empreende-se uma forte tentativa de definir os papéis sociais dos indivíduos, de acordo com os conteúdos econômicos, sociais, políticos e ideológicos compatíveis com a ordem monopólica. Em consequência da prevalência dessa perspectiva individualista no trato das manifestações da questão social, o Serviço Social de Casos aparece como a abordagem profissional predominante, nesse início de institucionalização do Serviço Social no Brasil (TRINDADE; 2001, p. 11).

Procedimento característico da gênese da profissão no Brasil (TRINDADE, 2001), o Serviço Social de Caso foi, nas monografias analisadas, elencado como importante procedimento a ser utilizado pelas assistentes sociais nas empresas para promoção do ajustamento dos trabalhadores às suas organizações para alcance do objetivo profissional de harmonização entre capital e trabalho. Nesta direção, o Serviço Social de Casos também aparece no TCC de Barros (1961) como um mecanismo elementar para alcance dos objetivos profissionais. Em termos de definição, a monografia de Barros (1961, p. 56, et. seq., grifos nossos) conjectura

O objetivo do Serviço Social de Casos é o desenvolvimento da personalidade utilizando-se de todos os fatores que atuam sobre o indivíduo, quer biológicos, psicológicos ou sociais, de modo a **obter um ajustamento mais satisfatório entre o indivíduo e a sociedade.**

(...)

Pelo Serviço Social de Casos a pessoa é auscultada e avaliada nas suas deficiências e possibilidades. (...). Sua ação é eminentemente educativa. (...). A ação do Serviço Social deve exercer-se com particular esmero sobre a inteligência e vontade, nobilíssimas faculdades que distinguem o homem do animal. Por isso é que **há necessidade de um estudo cuidadoso da pessoa humana e de seu caráter, pois o Serviço Social não quer modificar ou restringir o que a pessoa é, mas orienta-la e ajudá-la a se ajudar.**

Assim como Camargo (1961), Barros (1961) também compreendia que a intervenção sobre aspectos da personalidade humana seria o ponto crucial para suprimir os desajustamentos. Isto porque para esta autora as desarmonias poderiam provir tanto do meio quanto dos indivíduos, sendo difícil determinar sua real gênese. Sendo assim, caberia ao Serviço Social em cada caso identificar os fatores individuais de desajuste para intervir sobre eles via orientações que levariam o sujeito a “se ajudar” e modificar sua postura frente a seu meio, haja vista o fato deste não poder ser alterado (BARROS, 1961). Indubitavelmente, o ajustamento se colocava como mote fundamental do trabalho profissional em empresas e o interesse em agir sobre a personalidade humana nos parece se relacionar com o apontamento de Yamamoto e Carvalho (2014) de que o julgamento moral dos trabalhadores subsiste velado por leituras psicologizantes dos indivíduos.

Sob a alegação do espaço empresarial como “um campo vastíssimo para a aplicação do Serviço Social de Caso, porque se constitui um agrupamento humano” (BARROS, 1961, p. 58-59), nos são apresentadas como atividades e instrumentos necessários à aplicação do Serviço Social de Casos “o Plantão¹¹¹, Entrevistas, Visitas domiciliares, Relatórios, Providências que podem ser tomadas com relação ao caso apresentado, Documentação que contenha dados referentes ao cliente” (CAMARGO, 1961, p. 40).

Nas indústrias, ao valerem-se destes instrumentos e atividades, as assistentes sociais poderiam “educar” os trabalhadores para que desenvolvessem suas personalidades no sentido de ajustarem-se ao trabalho e à sociedade (CAMARGO, 1961). Fosse no atendimento individual em entrevista nas fábricas, fosse na visita domiciliar ao operário e à sua família, as profissionais poderiam instruir os sujeitos a lidar com seus problemas e a encontrar alternativas frente a eles. Não obstante, caberia a elas apenas auxiliar no processo de autoanálise com o trabalhador, de forma que ele mesmo reconhecesse seus “defeitos” e buscasse possibilidades

¹¹¹ “Plantão é a modalidade de contato humano possibilitando maior aproximação entre assistente social e clientes que procuram uma obra. Muitas vezes esta aproximação se restringe à solicitação de uma informação, pedido de intervenção em problemas sejam eles de ordem moral, econômica, legal, ou médica que estejam afetando pessoalmente o interessado ou à sua família” (CAMARGO, 1961, p. 40).

de enfrentamento. De modo algum o Serviço Social poderia dizer ao indivíduo o que fazer, pois este nível de decisão deveria caber unicamente ao sujeito autodeterminado. No vocábulo de Camargo (1961, p. 43), as assistentes sociais deveriam enfatizar a “capacidade que tem o cliente de ajudar-se. O Assistente Social não pode nunca substituir-se ao cliente. O Lema do Serviço Social é ‘fazer fazer’, despertar no indivíduo capacidades de ajudar-se”.

Como exemplo, sobrelevamos um caso apresentado por Barros (1961) referente a atendimento realizado pela assistente social a um trabalhador da CFTIM. O caso refere-se a um funcionário que buscou a profissional por ter problemas financeiros e a autora pontua de que maneira “o operário que não possui autossuficiência para resolver, de modo satisfatório, os seus problemas pessoais e familiares (...), pode ser ajudado pelo Serviço Social a encontrar a solução desses problemas (...)” (idem, 1961, p. 61).

O trabalhador em questão foi encaminhado ao Serviço Social pelo chefe do Departamento de Pessoal pelo fato de seus problemas familiares estarem interferindo na produtividade. Foi feito um estudo da situação social e econômica da família do funcionário e do “problema” que estava sendo apresentado, para que em seguida fossem tomadas providências para seu “tratamento”. Relata Barros (1961) que o funcionário possuía família constituída por dez pessoas, cuja única renda era seu próprio salário, de maneira que viviam em condições precárias de habitação, configurando situação de

extrema pobreza decorrente da falta de maior recurso financeiro (...); em consequência da falta de dinheiro contraíram diversas dívidas (...).

Em entrevista (...), procuramos analisar seu problema e estudar com ele qual a melhor solução. (...). Entrevistamos sua esposa (...) e apresentou duas soluções para o problema: empregar o irmão e o filho mais velho ou arranjar um empréstimo com o qual poderiam satisfazer as necessidades mais prementes.

(...). Recorremos à Fábrica (...) a fim de solicitar o empréstimo, sugerido pela esposa, tendo sido solicitação atendida. (BARROS, 1961, p. 61-62).

Uma vez encontrada a solução para o problema apresentado, a assistente social definiu qual seria o melhor “tratamento” para a situação. Nessa direção, em outra entrevista com o trabalhador, em que a estagiária esteve presente,

falamos-lhe sobre o empréstimo conseguido e estudamos com ele a melhor maneira de empregá-lo. (...).

Esse empréstimo (...) estimulou-o para o trabalho (...).

A par da ajuda material que lhe foi oferecida **o Serviço Social tem continuado a dispensar-lhe uma atenção constante, procurando educá-lo**

e torná-lo autossuficiente. O caso continua em tratamento (BARROS, 1961, p. 62-63, grifos nossos)

O caso mostra com clareza que o foco do trabalho profissional estava na promoção de mudanças no indivíduo e não na realidade, pois não há considerações sobre as razões para a precariedade das condições de vida do trabalhador e nem questionamentos sobre as razões de ter contraído dívidas. O que se observa é uma constatação do “problema do trabalhador” sem estudo de seus fundamentos e uma intervenção que coloca a solução do mesmo para o próprio sujeito e sua família, haja vista a sugestão para a situação ter sido apresentada pela esposa do trabalhador. Nesse sentido, o papel da assistente social não deveria ser o de apresentar alternativas, mas sim o de “tratar” e educar o operário para que ele mesmo pudesse ser autossuficiente para enfrentar as situações. É válido ressaltar, também, o fato do empréstimo ter impactado positivamente na produtividade, o que revela uma requisição da empresa para o Serviço Social e indica como a *resposta profissional a atendeu* – e não poderia deixar de fazê-lo como meio de justificação da própria profissão na empresa – *sem, contudo, suplantá-la*.

Em síntese, sobre o Serviço Social de Casos na área de empresas, observamos com base nas monografias que este foi o principal procedimento de intervenção profissional utilizado através de distintos instrumentos, como entrevistas e visitas domiciliares, mas com a finalidade de tratar e educar os trabalhadores para que se ajustassem ao meio social, conformando um aspecto psicologizante no trabalho das assistentes sociais.

Já o Serviço Social de Grupo¹¹² aparece nas monografias, mas não com a mesma centralidade dada ao de Casos, posto não ter sido tão visível nas empresas em que as autoras estagiaram. Na monografia de Camargo (1961), observamos sua definição como algo que se relacionaria intrinsecamente à natureza humana, pois

O instinto natural do homem é agrupar-se. Sto. Tomás de Aquino já dizia que todos os indivíduos têm necessidades comuns e somente são satisfeitas em grupo. (...).

¹¹² Segundo Trindade (2001, p. 12), embora houvesse predomínio do Serviço Social de Caso no período de institucionalização da profissão no Brasil, o procedimento de Grupo também foi incorporando ao trabalho profissional principalmente após ser reconhecido como “como método profissional pelos assistentes sociais norte-americanos, na segunda metade da década de 40. Essa expansão pode ser creditada à divulgação das idéias de Freud no meio das Ciências Sociais, as quais chegam ao Serviço Social e influem nas já existentes práticas com grupos informais e de recreação, promovendo sua ampliação para fins terapêuticos e de tratamento. Sob as influências da Psicologia e da Psicanálise, o Serviço Social de grupos passa a ser utilizado, de forma geral, para a solução de problemas pessoais de relacionamento e socialização. Esse “método profissional” adquire maior divulgação através, especialmente, do trabalho de Gisela Konopka, assistente social e psicanalista norte-americana, cujas ideias chegam ao Brasil na década de 50, ainda que o Serviço Social de Grupo só tenha se consolidado, no Brasil, na década de 60, quando ele é articulado à perspectiva desenvolvimento de comunidade”.

Para conceituar S.S. Grupo separamos duas definições que mostram muito bem os objetivos do mesmo.

- de H. Trecker: “S.S.G. é um processo através do qual os indivíduos em grupo, em obras sociais são ajudados por um A.S. a se relacionarem com outras pessoas e desenvolverem experiência de acordo com suas necessidades e capacidades”¹¹³.

- Gertrude Wilson: “S.S.G. é um processo educacional pelo qual o a.s. ajuda aos indivíduos a estabelecerem relações em grupos os quais ajudam a se desenvolverem emocional e intelectualmente e a tornarem-se capazes de funcionar adequadamente na comunidade ou em grupos sociais mais importantes”¹¹⁴ (CAMARGO, 1961, p. 88 et. seq.).

Nos fica claro que apesar do enfoque diferente do Serviço Social de Casos, que se direcionava preferencialmente aos indivíduos, o Serviço Social de Grupo expressa finalidades muito parecidas, visto que coloca a profissão como um mecanismo de auxílio para desenvolvimento das capacidades dos sujeitos tendo a adequação à sociedade como horizonte. Nos grifos de Trindade (2001, p. 12) “o trabalho com grupos é incorporado numa perspectiva que visa fortalecer os indivíduos, através da convivência grupal, que lhe proporcionaria um autodesenvolvimento e a possibilidade de se ajustarem às normas e valores sociais vigentes”.

Na assertiva de Camargo (1961), é importante ressaltar, ainda, a utilização de referenciais doutrinários e científicos como conteúdos complementares para definição do Serviço Social de Grupo, o que se expressa pela referência a São Tomás de Aquino e a autores norte-americanos. Camargo (1961) aponta que, na CTBM, o procedimento de Grupo foi utilizado na organização de cursos oferecidos aos trabalhadores para capacitações voltadas para

¹¹³ “Harleigh Bradley Trecker, nascido em Calery, Illinois, frequentou o George William College, em Chicago, onde recebeu seu diploma de bacharel em Ciências em 1934. Em 1938, obteve seu mestrado pela Universidade de Chicago. Ao completar sua educação formal, Trecker embarcou em uma carreira no Serviço Social” (NASW, 2004, s.p., tradução nossa). Trecker foi um dos expoentes do Serviço Social norte-americano que se debruçou a estudar o Serviço Social de Grupos. Sua obra *Social Group Work: Principles and Practices, lançada nos EUA em 1948, foi um importante contributo para entendimento deste procedimento*.

¹¹⁴ Assim como Trecker, Gertrude Wilson nasceu em Illinois e dedicou grande parte de seus estudos na área do Serviço Social ao Serviço Social de Grupos na Universidade de Berkeley, na Califórnia. “Ela foi pioneira no desenvolvimento do Serviço Social de Grupo como especialidade do Serviço Social. (...) Durante a década de 1930, as escolas de Serviço Social introduziram práticas de trabalho com grupos sociais em seus currículos. Em 1938, tornou-se professora, dirigindo o departamento de trabalho com grupo social da Escola de Serviço Social da Universidade de Pittsburgh. Lá ela permaneceu por vários anos (...). Lá, também, começou a escrever os livros que a tornaram amplamente conhecida. O primeiro, *Case Work and Group Work*, foi publicado em 1942 e lhe rendeu uma reputação imediata. Em 1949, foi publicado *Social Work Practice*, em co-autoria com Gladys Ryland, sua colega em Pittsburgh. Mais tarde (1957) ela publicou *The Practice of Social Group Work*. Quando Wilson começou a escrever, a prática do Serviço Social era dominada pelo Serviço Social de Caso, que se concentrava nos problemas intra-psíquicos dos indivíduos e estava enraizada na teoria psicanalítica. Ela foi uma das primeiras a se opor a essa visão, argumentando que os problemas pessoais se originam não apenas em fontes internas, mas também externas. (...) Ela defendeu uma abordagem integrada em que tanto o trabalho de caso como o trabalho em grupo formam aspectos inseparáveis do processo de ajuda e desenham conceitos básicos das ciências comportamentais, bem como da psicologia dinâmica” (UC BERKELEY, s.d., s.p., tradução nossa).

as necessidades das empresas, como nos cursos de Corte e Costura e de Tricô e Bordado. Ademais, também na organização de eventos, como a Festa Junina, o referido procedimento foi empregado.

Barros (1961) não aponta definições sobre o SSG, mas também elucida sua utilização em eventos da CFTIM em situações oportunas e não como procedimento utilizado no cotidiano de trabalho na mesma proporção do Serviço Social de Caso. Um dos exemplos que encontramos do uso deste procedimento foi a organização da festa de Páscoa na empresa, “oportunidade para aplicação do Serviço Social de Grupos, que surgiu quando fomos procuradas por duas operárias que vinham solicitar do Serviço Social a organização e realização da Comunhão Pascal dos empregados da Fábrica” (BARROS, 1961, p. 68).

Nesta ocasião, o Serviço Social se encarregou da logística do evento, organizando os trabalhadores em grupos e definindo qual função seria atribuída a cada um deles em reuniões periódicas, espaço privilegiado para aplicação do SSG, segundo a perspectiva da autora da monografia. Nos chamou atenção a vinculação da fábrica com a Igreja Católica e a inclusão do Serviço Social no relacionamento com esta instituição. Em uma das reuniões realizadas antes da missa pascal

Sugeriu-se que para atender a todos os operários, inclusive aqueles que trabalham à noite, fosse solicitada a colaboração dos Padres da Igreja da Glória¹¹⁵, em cuja Paróquia pertence a Industrial Mineira para atenderem as confissões na própria Fábrica, e, para esse fim seriam armados confessionários na sala do Serviço Social. (...).

A Festa de Páscoa realizou-se finalmente, no dia 25 de junho de 1961, com a Missa Campal às 8 horas. (...).

O sermão foi ouvido por todos com muita atenção por tratar-se de um tema palpitante e oportuno: ‘direito e deveres dos empregados e empregadores e a missão do cristão na época atual’. (...).

Pondo em prática sua missão educativa o Serviço Social aproveitou a fase de preparação da Páscoa para educar, difundindo sempre que se lhe apresentavam oportunidades, princípios básicos de educação fundamental (BARROS, 1961, p. 73-76, grifos nossos).

Fica evidente o viés ideológico presente na organização do evento – que o tema do sermão da missa não nos deixa ocultar -, revelando sob que perspectiva ético-política se delineava o emprego do Serviço Social de Grupos pelas assistentes sociais.

Já sobre o Serviço Social de Comunidade, embora citado como um dos procedimentos componentes do trabalho profissional juntamente com o Serviço Social de Caso e o Serviço

¹¹⁵ A Igreja da Glória se localiza no bairro Morro da Glória em Juiz de Fora. No período em que CFTIM esteve em atividade no município, suas atividades produtivas funcionavam a poucos metros de distância da igreja.

Social de Grupo, as monografias não trazem acepções nem exemplo de sua utilização. Não obstante, tendo em vista que as assistentes sociais realizavam intervenções educativas com os trabalhadores e suas famílias nas vilas operárias (BARROS, 1961; CAMARGO, 1961), inferimos que talvez fosse esta a oportunidade de sua utilização.

Para além do uso dos procedimentos citados, as assistentes sociais da CTBM e da CFTIM desenvolviam outras ações com os trabalhadores na execução daquilo que, conforme esclarecemos, os TCCs denominam “Política Social da Empresa”, como trabalho de assistência médica, habitacional, alimentar e educacional, acompanhando os casos dos operários para verificar se estavam tendo acesso a estes benefícios.

Também eram realizadas outras intervenções que se alinhavam ao objetivo da profissão nas empresas de harmonizar capital e trabalho, como construção de bibliotecas para que os operários pudessem ter acesso a conteúdo educativo que elevasse seu nível cultural, pois sob o entendimento de que, em geral, o operariado fabril carecia de acesso a instrução formal e a educação moral, “em muitos dos casos tratados pelo Serviço Social de Casos, o assistente social tem indicado livros úteis à formação e orientação social e moral do operário, visando melhorar seu nível de vida e prepara-lo para contribuir para o bem-comum como cidadão digno e útil” (BARROS, 1961. P. 67).

Outro trabalho relacionado à finalidade da profissão nas empresas consistia na realização de curso de preparação para matrimônio, criado pela assistente social da CFTIM para promover orientação educativa para os funcionários de maneira que compreendessem “a família como célula máter da sociedade” (BARROS, 1961), elemento que também revela a influência do positivismo de Durkheim no direcionamento dado pela profissão às atividades que desenvolvia em empresas, indicando componente ético-político, pois para este autor

A família é uma espécie de sociedade completa cuja ação se estende tanto sobre nossa atividade econômica quanto sobre nossa atividade religiosa, política científica, etc. Tudo o que fazemos de alguma importância, mesmo fora de casa, nela se faz eco e provoca reações apropriadas. (...) a família, perdendo sua unidade e sua indivisibilidade de outrora, perdeu ao mesmo tempo uma grande parte de sua eficácia. Como ela se dispersa hoje a cada geração, o homem passa notável parte de sua existência longe de toda influência doméstica (DURKHEIM, 1983, p. 12).

A compreensão de família transmitida aos trabalhadores pelas assistentes sociais das empresas estudadas nas monografias, muito se aproximava da definição de Durkheim, pois assim como o pensador, se enfatizava no trabalho profissional a necessidade de retomada da

importância da família enquanto sustentáculo valorativo da sociedade e elemento imprescindível ao seu funcionamento, pois esta foi “o meio no seio do qual se elaboraram a moral e o direito domésticos” (DURKHEIM, 1983, p. 13).

Para além da construção da biblioteca e do curso de matrimônio que objetiva valorizar a família, por demanda das empresas, a profissão, tanto na CTBM quanto na CFTIM participava dos processos de seleção e recrutamento de novos trabalhadores contribuindo para a escolha daqueles que aparentavam poucos “desequilíbrios” e que, por essa razão, poderiam melhor se ajustar ao trabalho fabril. Mas, ante o reconhecimento de não ser esta uma das competências do Serviço Social, a atividade foi suspensa em ambas empresas. Consideramos importante enfatizar esta questão, pois nos demonstra afinamento das profissionais ao compromisso estabelecido pelo Código de Ética Profissional em vigor de “zelar pelas prerrogativas de seu cargo ou funções e respeitar as de outrem” (ABAS, 1947, p. 2), devendo, portanto, se abster da realização de atribuições que não cabiam à profissão.

Além das atividades elencadas, na CFTIM, a assistente social promovia atividades como

Círculos de estudos, debates, palestras de assuntos referentes ao bem-estar do operário e que dissessem respeito diretamente à eles e à Empresa, tais como: introdução de novas técnicas para melhoria da Empresa; medidas que preveniriam: instabilidade de mão de obra, absenteísmo, problemas de higiene e segurança do trabalho, acidentes, insatisfações, etc.; cursos de Relações Humanas para operários, mestres e contra-mestres, supervisores e técnicos; através de Clubes Recreativos introduzir boa leitura, música e prática de esportes; (...); criar círculos de formação para as senhoras e principalmente moças, abrangendo assuntos de interesse geral como formação para casamento, puericultura, etc.; criação de Caixa de Sugestões (BARROS, 1961, p. 17-18).

Dentre todas as atribuições elencadas, destacamos duas principais. Em primeiro lugar, as atividades específicas para mulheres, como formação para casamento e puericultura¹¹⁶, o que reforça o papel a elas atribuído na sociedade de cuidadoras preferenciais da família e dos filhos, mesmo na condição de operárias. A não destinação destas atividades aos homens ratifica o apontamento de Backx (1994) das mulheres enquanto alvo preferencial do Serviço Social.

Em segundo lugar, requer destaque a Caixa de Sugestão como demanda dos trabalhadores para a profissão. O intuito era que esta fosse um meio para que pudessem depositar elogios, reclamações e propostas de modo anônimo para que o Serviço Social levasse à direção da empresa. No entanto, fica pendente na monografia de Barros (1961) avaliação

¹¹⁶ A puericultura é uma área da saúde que se debruça sobre o estudo dos cuidados com o ser humano em desenvolvimento, priorizando o acompanhamento do desenvolvimento infantil.

sobre o uso desta caixa como mecanismo para responder às demandas dos trabalhadores. Consideramos que a ausência deste elemento não pode ser despercebida visto, que se refere à uma requisição dos trabalhadores para o Serviço Social que aparece na monografia apenas sob a forma de citação, o que nos remete novamente a compreender que o direcionamento ético-político da profissão estava ancorado na orientação conservadora presente no curso.

Com base na assertiva de Barros (1961), fica evidente que eram muitas as requisições postas à profissão, mas é nítida a percepção de que, do ponto de vista do empresariado, o objetivo subjacente na contratação de assistentes sociais consistia no desenvolvimento de ações e atividades que visavam minorar impactos negativos no processo produtivo e, com isso, promover harmonia entre empregados e patrões. Deste modo, percebe-se que havia um objetivo muito claro do empresariado ao requisitar assistentes sociais; objetivo este que tinha como fim o interesse em manter os operários adestrados para o trabalho de modo que apresentassem o mínimo de “problemas” que pudessem gerar conflitos entre empregados e patrões e consequentemente, afetassem a produção. Nas monografias, conforme apontamos, esta requisição institucional é incorporada pelo Serviço Social sob o objetivo de harmonização entre capital e trabalho para alcance do bem-comum.

Com isso, inferimos que *a razão para contratação de assistentes sociais pela ótica do empresariado* seria a visão da profissão como um instrumento capaz não só de contribuir para aumento da produtividade das empresas, mas também de conter e apaziguar insurgências – a exemplo da interferência nos processos de greve -, o que era feito via instituição de uma “Política Social” contendo um conjunto de benefícios que complementaríamos os insuficientes salários, que pela importância que tinham na reprodução material dos trabalhadores e de seus familiares, abrandariam suas reivindicações.

Já pelo ponto de vista do Serviço Social, percebemos que a preconização por um trabalho educativo, inspirado por valores cristãos, objetivando promover harmonia entre classes e ajustamentos individuais via aplicação de procedimentos como Caso e Grupo na área de empresas, esteve influenciada diretamente pelo referencial teórico e pelo posicionamento ético hegemônico na década, arraigados no campo do pensamento conservador. Preconização esta resultante, também, da estrutura curricular do recente curso de Serviço Social juiz-forano que, segundo a perspectiva de professor da FSS em 1960, estava adequado à realidade “de forma restrita. Adequado de acordo com a filosofia da época, preocupado em resolver os problemas do indivíduo. Quanto a questão da conjuntura do país, o currículo do curso não abrangia” (BRANDÃO; FAJARDO; SOUZA, 1986, p. 110). Assim, observa-se que o currículo

da primeira turma do curso de Serviço Social não se debruçava em conhecer a realidade social, razão pela qual foi questionado pelas próprias discentes (JACOMETTI, 2009), conforme indicado anteriormente. O que pretendemos esclarecer com este apontamento é que o fato das monografias analisadas não terem buscado compreender o trabalho dos/das assistentes sociais em empresas consubstanciado pelas mediações da realidade é expressão da própria estrutura curricular vigente na época em que foram escritas, conforme pode se observar pelo conjunto de disciplinas apontado por Jacometti (2009) e pela própria concepção de profissão hegemônica no momento

Buscamos com esta exposição apresentar os aspectos gerais que permitem conhecer sob qual concepção de profissão o trabalho de assistentes sociais em empresas se orientou nos anos 1960 através de monografias produzidas pela ESS/JF no referido decênio, o que nos revelou aspectos analíticos interessantes.

Do ponto de vista teórico-metodológico, o embasamento da profissão no período, de alicerce doutrinário e teórico – representado pela conjunção de conteúdos do pensamento cristão católico em junção a conhecimentos científicos de cunho positivista – situou o Serviço Social no campo conservador no tocante ao trabalho profissional em empresas na década de 1960. Sobre isto, é fundamental ressaltar que este direcionamento esteve ancorado também nas proposições do CEP de 1947, que continha como valores e princípios norteadores da categoria naquele momento caracteres de conservação da ordem vigente, e na base curricular do curso de Serviço Social de Juiz de Fora. Desse modo, o conservadorismo observado no trabalho profissional em empresas é expressão dos próprios princípios e valores hegemônicos no Serviço Social naquele momento, haja vista que as próprias definições de Serviço Social presentes nas monografias, segundo Closs (2017, p. 63),

(...) são reveladoras das orientações teórico-metodológicas referidas. Dentre estas definições, que figuram como “discursos marginais”, está a de Mary Richmond, que define o Serviço Social como um “conjunto de técnicas que tem por objetivo reajustar a personalidade humana, no sentido do seu pleno desenvolvimento físico, intelectual, moral e social com o fim de tornara o homem mais feliz e proporcionar maior bem-estar à comunidade” (RICHMOND apud. FALEIROS, 2011a, p 749) e também a definição do I Congresso Brasileiro de Serviço Social (1947), que destaca ser a profissão uma “atividade destinada a estabelecer, por processos técnicos e científicos, o bem-estar da pessoa humana, individualmente ou em grupo, constituindo recurso indispensável à solução cristã dos problemas sociais” (CBSS apud. FALEIROS, 2011a, p 750).

Embora traço característico da gênese da profissão no Brasil na década de 1930, o afinamento com a Igreja Católica ainda na década de 1960 não deve ser desconsiderado, pois foi no seio desta instituição que, segundo apontado anteriormente, a ESS/JF foi criada em 1958 com auxílio financeiro concedido “pela Prefeitura Municipal, pela população e por fábricas e indústrias da cidade” (BRANDÃO; FAJARDO; SOUZA; 1986, p. 31), o que já indica o interesse das empresas na profissão. Esta proximidade com o catolicismo, característica também das próprias empresas, colocou para o Serviço Social determinadas ações que estiveram permeadas por dogmatismo e que a profissão executou concordando com seus conteúdos, a exemplo da organização de eventos religiosos.

Do ponto de vista técnico-operativo, o trabalho das assistentes construiu respostas profissionais às requisições empresariais - sem reconhecer a estratégia do capital de controlar os trabalhadores - calcadas no uso de procedimentos e técnicas cuja finalidade de ajustamento dos sujeitos, tanto individual quanto grupalmente, era premente. Contudo, na perspectiva profissional, seu emprego possuía como objetivo harmonização entre capital e trabalho, o que ocorreria pelo ajustamento dos sujeitos à sociedade e contribuiria para alcance do bem-comum. Naquele momento, este direcionamento presente no trabalho profissional em empresas não era percebido como uma orientação ética e política. Sendo assim, sob uma pretensa neutralidade, o trabalho das assistentes sociais assumiu uma direção ético-política de alinhamento aos interesses empresariais, sendo funcional à manutenção dos *status quo*.

Com estes elementos, concluímos que, através das monografias da década de 1960, é possível perceber que o trabalho profissional em empresas esteve ancorado em um viés analítico tradicional e científico alocado no campo do pensamento conservador, em que a noção de ajuda ao trabalhador e de adaptação ao meio social é expressão. Nesta direção, compreendemos que sua característica principal foi a perspectiva da pedagogia da “ajuda”, presente nas reflexões de Abreu (2011, p. 85 et. seq., grifos nossos).

O desenvolvimento do processo de “ajuda” psicossocial individualizada no Serviço Social parte do ponto de vista de que a questão social – reduzida às suas manifestações na esfera individual – constitui-se um problema moral. Esta noção justifica uma intervenção via assistência social individualizada de cunho moralizador direcionada para a reforma moral e reintegração social.

(...) desloca para o campo psicológico o que é expressão dos antagonismos de classes, reforçando o fetiche do colaboracionismo entre capital e trabalho (...). Dessa forma, a “ajuda” material tem um papel subsidiário no processo de desenvolvimento da personalidade, de tal modo que (...), “ajudar um indivíduo consiste em torna-lo capaz, por meio de um certo tratamento, de ajustar-se ao mundo que o cerca” (Verdès-Leroux, 1986: 67). (...).

Enquadra-se, pois, o processo de “ajuda” nas requisições relativas à manipulação material e ideológica de necessidades sociais e recursos institucionais via estratégias de assistência social individualizadas – como uma demanda da acumulação capitalista quanto à reprodução material e subjetiva das classes subalternas. Este movimento corresponde a um outro vetor nas funções pedagógicas do assistente social.

Esse vetor aponta para a demarcação dos limites conceituais e práticos em que ocorre o desenvolvimento do Serviço Social como uma modalidade intervenção psicossocial (...). (...) esta intervenção desenvolve-se tendo por base uma explicação do homem e da sociedade legitimadora da ordem estabelecida, supondo a sociedade como um todo harmônico e equilibrado e o indivíduo como a centralidade do funcionamento social. **Em consequência, este pensamento confere à individualidade e ao seu conteúdo moral a essência do homem, que são, assim, considerados fontes dos conflitos e por isso mesmo referências primeiras de sua superação. Nestes marcos inscreve-se a “ajuda” psicossocial, na perspectiva de adaptação e ajustamento dos indivíduos à sociedade e reificação das suas relações constitutivas.**

Tendo em vista que, conforme apontamos na introdução desta dissertação, as monografias foram escritas em um momento histórico determinado, não podemos desprezar o fato de que o momento em questão se configurava como o contexto em que emergiam as primeiras inserções profissionais nas empresas municipais e, “a não existência, na cidade, de uma experiência vitoriosa de Serviço Social em uma Indústria” (BARROS, 1961, p. 101) de Juiz de Fora, era elemento que, na perspectiva de Barros (1961) e Camargo (1961) imputava dificuldades para o estudo desta área, haja vista que não conheciam nenhuma experiência profissional em empresas antes de realizarem o estágio. Desse modo, o conteúdo das monografias é expressão das determinações conjunturais do momento em que foram escritas.

Ademais, há que se considerar também que o próprio curso era novo e estava em busca de consolidação no município sob muitos percalços. O relato da diretora do curso, que esteve à frente da gestão de 1960 a 1968, traz importantes contribuições sobre este aspecto. Brandão, Fajardo e Souza (1986, p. 104 et seq.) trazem trechos da entrevista que fizeram com Albertina Brasil Santos¹¹⁷ em 1986, que nos revela o seguinte:

Cheguei a Juiz de Fora para dirigir a então Escola de Serviço Social (...) em 1960. Encontrei muitos problemas de ordem material, sobretudo com relação

¹¹⁷ Segundo Lima (2012) Abertina Brasil Santos, graduada em Serviço Social pela PUC Campinas e pós-graduada nos EUA em Administração de Programas Sociais e Lideranças Comunitárias nas Universidades de Chicago, Pittsburg e Saint Louis, foi uma figura importante para o Serviço Social nacional. Nascida em 1925, tinha forte vinculação com a Igreja Católica no início de sua trajetória profissional, ocupando posição de Madre Superiora e sendo comumente conhecida como Madre Albertina. Mais tarde, tornou-se professora e contribuiu para a fundação da Universidade Federal de Sergipe em 1954, sendo a primeira diretora desta escola entre 1954 e 1960, ano que veio para Minas Gerais para dirigir a Escola de Serviço Social de Juiz de Fora.

à falta de recursos para pagamento de professores e supervisores e aquisição de material didático. A biblioteca era muito incipiente. Recebíamos pequena ajuda do Estado e da Prefeitura. O reforço maior para manutenção da Escola e das Irmãs (cerca de 10 a 12) era proveniente de fornecimento de marmitas e venda de doces e pão de queijo à sociedade Juizdeforana. (...).

Apesar das dificuldades financeiras, a Faculdade se fazia representar em todos os encontros promovidos pela A.B.E.S.S. (...).

O corpo docente era bastante bom (...). A diversificação de formação (diplomados em São Paulo, Campinas, Belo Horizonte, Rio) assegurou uma visão mais ampla da profissão, sem regionalismos. (...)

Algumas das irmãs, àquela época, já haviam cursado Universidades Estrangeiras para especialização em disciplinas pouco evoluídas no Brasil, como por exemplo Serviço Social de Grupo e Serviço Social de Casos (...).

Talvez o último ponto a ser colocado é o fato das Irmãs dedicarem tempo integral ao curso de Serviço Social, incluindo aulas, supervisões e presença aos diversos campos de estágio.

A despeito das dificuldades, é notório o esforço da ESS em qualificar seu quadro profissional e, conseqüentemente, o próprio processo de formação nestes anos iniciais de sua existência. Logo, é mister que apreciemos este movimento e o consideremos como importante para que não incorramos em juízos que desconsiderem a conjuntura na qual os TCCs foram escritos.

Frente à esta exposição, apontamos que as monografias espelham os valores hegemônicos na profissão na década de 1960 e explicitam com clareza a orientação impressa ao trabalho profissional em empresas, expressa pela definição de empresas como instituições cujo objetivo seria a satisfação de necessidades humanas e pela concepção de Serviço Social como uma atividade que, nas empresas, teria como objetivo a harmonização entre trabalhadores e patrões para não ocorrência de conflitos e alcance do bem-comum.

Com base na análise das monografias, o que se observa é que, no trabalho profissional em empresas nos anos 1960, permanecem traços constitutivos da gênese da profissão no Brasil, como

(...) um “embricamento da teoria e metodologia do Serviço Social com a doutrina da Igreja e com o apostolado social” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012, p. 231), cujo traço mais saliente consiste na hipertrofia da dimensão moral na compreensão da realidade, ou seja, a substituição da “análise da realidade e prática social para o enfrentamento da questão social por valores, exigências, isto é, por uma apreensão moral dos fenômenos sociais” (Ibidem, p. 243), na qual a pobreza é apreendida como patológica, como uma anomia, dada a desconsideração da dimensão material das relações sociais. **O trabalho**

profissional deste período¹¹⁸ tem um efeito ideológico de ajustamento às relações sociais vigentes, pautando-se em ações educativas voltadas para o indivíduo e a família, compreendendo a questão social como problema moral e de responsabilidade individual (YAZBEK; MARTINELLI; RAICHELIS, 2008). (CLOSS, 2017, p. 60-61, grifo nosso).

Tendo em vista o conteúdo da assertiva, a análise das monografias elucidou que, na década de 1960, o trabalho dos/das assistentes sociais em empresas foi orientado por uma concepção de profissão conservadora, presente no arcabouço teórico-doutrinário (IAMAMOTO, 1997) norteador da concepção teórica, marcada pelo aspecto doutrinário e pela influência do positivismo e de conhecimentos norte-americanos; técnica, com ênfase na aplicação dos procedimentos do Serviço Social de Caso e de Grupo; e ética, ainda que sob um entendimento do trabalho profissional como algo neutro. Indicando também as requisições institucionais e as respostas profissionais, os trabalhos de Barros (1961) e Camargo (1961) abrem o caminho para que possamos conhecer quais concepções de profissão orientaram o trabalho profissional em empresas nas demais décadas elencadas em nosso estudo.

3.2) Permanências e mudanças no trabalho dos/das assistentes sociais em empresas: análise das monografias dos anos 1970

Em pesquisa realizada no arquivo da FSS encontramos quatro monografias (04) produzidas na década de 1970 compreendendo o período de 1971 a 1978, cujo resultado da análise realizada apresentamos neste item. Frente à contextualização que buscamos realizar na seção I, há que se considerar que este decênio foi um período marcante para a ESS de tal modo que consideramos basal elucidar expressões da ditadura civil-militar no município, que desde sua instauração impôs complicações ao curso de Serviço Social local.

Conforme indicamos, o período que se inaugura em 1964 foi marcado por intensa repressão e perseguições (NETTO, 2010), tendo como uma de suas características a coerção às universidades, a professores, a movimentos sociais e membros de partidos políticos, à imprensa, dentre outros sujeitos. Em Juiz de Fora, esta época foi assinalada pela acentuação destas condições dado o modo como o município se circunscreveu neste processo. Não podemos olvidar o fato de que a cidade assumiu um protagonismo na instauração da ditadura e que isso

¹¹⁸ Nesta citação, Closs (2017) refere-se às características da profissão especialmente nos anos 1930 até 1950. Entretanto, como observamos muitas características de sua reflexão nas monografias dos anos 1960, optamos por utilizar a citação.

acarretou em grandes impactos para as instituições juiz-foranas de ensino, onde se inclui a ESS. Armond, Musse e Santos (2017) trazem elementos que contribuem para a compreensão desta época, indicando que

Juiz de Fora teve um papel importante na deflagração do golpe. No dia 31 de março de 1964, as tropas do general Olímpio Mourão Filho saíram da cidade rumo ao Rio de Janeiro, para depor o presidente João Goulart. (...).

A repressão ainda se mostrava tímida, porém já revelava que os anos subsequentes seriam os mais autoritários. **Tudo aponta que Juiz de Fora foi a primeira cidade brasileira a sofrer diretamente com a repressão. Na rota dos militares, várias pessoas foram presas por ameaçarem o novo regime que estava por vir.** (...).

“Além de ser a cidade de onde saiu o golpe, na época, o município abrigava a 4º Região Militar (4º RM), importante centro de comando onde funcionava a sede oficial do Quartel General (QG) e a Auditoria Militar, sede da 4º Circunscrição Judiciária Militar (4º CJM), responsável por processar e julgar crimes de natureza militar” (SANGLARD; GUERRA; LACERDA, 2015, p. 53-54). **Ainda funcionava no município um presídio de presos políticos,** a Penitenciária Regional José Edson Cavalieri (PJEC) (ARMOND; MUSSE; SANTOS, 2017, passim, grifos nossos).

A repressão se expressou de forma muito violenta no curso através de perseguições a alunos e professores que se opunham ao regime, pois o curso de Serviço Social não foi alheio às transformações que se processavam. Nesse sentido, apresentou resistência à repressão característica da ditadura e sofreu perseguições devido ao posicionamento político combativo que assumiu; posicionamento este defendido e reafirmado pelos próprios representantes católicos que se encontravam vinculados ao curso desde sua origem, como Pe. Jaime Snoeck.

O relato de docentes e discentes da época nos remonta às dificuldades enfrentadas e indica as estratégias de oposição encontradas para que a ESS pudesse funcionar da melhor forma dentro das possibilidades conjunturais. Para exemplificar, nos remetemos a entrevista realizada com docente do período que possibilita conhecer aspectos daquela realidade sob a perspectiva de quem a vivenciou. Segundo professor que lecionou entre 1960 e 1968, “com a mudança social do país, o Serviço Social se viu envolvido (...). Nesta época começa a surgir na faculdade um grupo novo mais politizado, e o grupo conservador embora tendo o ‘poder na mão’ perdia espaço. Muitas alunas sofreram perseguição e algumas até torturas (...)” (BRANDÃO; FAJARDO; SOUZA, 1986, 110-111).

O relato nos revela o começo da perda de hegemonia do setor tradicional do curso nos anos iniciais da ditadura (NETTO, 2010), apontando para o envolvimento da ESS no processo e a consequente perseguição às discentes. De modo complementar, a narrativa da diretora do

curso entre 1960 e 1968, Madre Albertina Brasil Santos, traz elementos imprescindíveis para compreendermos o momento.

(...) o fato da atuação definida do Diretório Acadêmico da Faculdade e o apoio que a direção sempre deu aos estudantes trouxeram uma série de contratemplos.

Alguns estudantes mais visados pelo golpe tiveram de interromper estágios e alguns poucos, o próprio curso. (...).

Fui obrigada a demitir um professor pelo próprio General Mourão, que (...) fez severas críticas aos nossos estágios junto aos operários das fábricas e junto aos bairros periféricos da cidade. Disse-me que “confundíamos” Serviço Social com subversão. Por esta razão vimo-nos obrigadas a interromper alguns trabalhos que alcançavam grande êxito. A Faculdade foi, durante muito tempo “vigiada” (...).

Tivemos que retirar da biblioteca muitos livros, folhetos, teses, revistas considerados “subversivos” por uma relação que nos chegou às mãos.

Alguns deles foram, porém, conservados sob o estrado do altar, na Capela das Irmãs, e outros destruídos por falta de esconderijo mais seguro. (...).

De criativa, a Faculdade tornou-se acomodada, restringindo-se a desenvolver suas atividades dentro dos limites criados pela revolução (BRANDÃO; FAJARDO; SOUZA, 1986, p. 107-108, grifos nossos).

O conteúdo da entrevista revela como a instituição da censura, através da promulgação do AI-5 em 1968, adensou a repressão se expressando não só pela perseguição a alunos e professores, mas também através da inibição do acesso aos saberes considerados subversivos, haja vista a interferência nas bibliotecas.

Este ponto exige nossa atenção, pois há uma lacuna de dez anos entre as duas monografias da década de 1960 que foram analisadas, escritas em 1961, e a primeira da década de 1970, datada de 1971. Não podemos precisar as razões pelas quais não encontramos neste lapso TCCs que tenham tido como tema o trabalho dos/das assistentes sociais em empresas, mas os dados da conjuntura nos possibilitam fazer algumas ponderações.

Primeiramente, ressaltamos o trecho do relato que se refere às duras críticas aos estágios com operários das indústrias e à interrupção de trabalhos considerados exitosos pela então diretora do curso. Nessa direção, conjecturamos ser possível que algumas intervenções em empresas possam ter sido podadas pela ditadura civil-militar por não se adequarem aos seus objetivos, o que pode ter dificultado a existência de registros. Concorre para isso o fato de, no curso da construção desta dissertação, não termos tido acesso a outras fontes para além das monografias que possibilitem saber quantos discentes estagiavam em empresas neste lapso temporal.

Em segundo lugar, é preciso refletir também sobre a censura posta às bibliotecas e a consequente retirada de materiais cujos conteúdos eram considerados subversivos pelo regime. Este aspecto nos levou a refletir que podem ter havido outras produções sobre o trabalho profissional em empresas após 1964 que foram cerceadas devido ao teor inapropriado, segundo os valores defendidos pela autocracia. Frente a isso, consideramos que estas podem ser as justificativas para haver uma década de diferença entre os TCCs analisados datados dos anos 1960 e dos anos 1970. Contudo, nos faltam elementos para confirmação destas hipóteses.

No tocante à década de 1970 ressaltamos a perpetuação da censura e da repressão como continuidade do movimento iniciado em 1964. Porém, conforme pontuamos, há um adensamento destas a partir de 1968, cujas expressões permaneceram nos anos seguintes. Sobre isto, Brandão, Fajardo e Souza (1986) apresentam entrevista realizada com a segunda diretora do curso, Madre Altiva Pantoja Paixão, que esteve à frente do curso de 1968 a 1981, período que abarca o estudado neste item. O relato de Madre Altiva revela o prosseguimento das perseguições ao curso e como isto interferiu na questão da produção e acesso ao conhecimento acadêmico. “Alunos eram processados, presos e torturados. (...). Bibliotecas eram extorquidas, esfaceladas. Como exemplo, pessoas já entraram aqui na biblioteca da faculdade, onde tínhamos dois arquivos, um livre e outro particular, pois não era possível colocar muita coisa nesse arquivo livre, senão era tudo destruído” (BRANDÃO; FAJARDO; SOUZA, 1986, p. 117).

O relato de Madre Altiva revela, ainda, como a repressão vivenciada pelo curso em Juiz de Fora esteve circunscrita em um projeto maior que englobava as demais escolas de Serviço Social do país.

Toda essa crise que se colocava era uma crise que refletia a Revolução de 1964, tinha objetivo: fechar as faculdades de Serviço Social que atuavam numa linha de humanização e de abertura. O governo não suportava tudo isso e não foi só aqui em Juiz de fora que a faculdade foi pressionada, porque tínhamos 13 Faculdades de Serviço Social no Brasil e todas elas sofreram pressão (BRANDÃO, FAJARDO, SOUZA, 1986, p. 114-115).

Isso nos indica que a repressão ao curso de Serviço Social em Juiz de Fora era expressão da realidade em que a profissão se encontrava nacionalmente, mas, devido ao protagonismo assumido pelo município nas circunstâncias ditatoriais, seus desdobramentos foram especialmente violentos. A repressão à ESS se expressou sob diferentes aspectos, abarcando desde perseguições a sujeitos até censura a bibliotecas. Nessa direção, o Serviço Social juiz-

forano teve sua formação acadêmica cerceada pelos ditames ditatoriais, o que pode ter influenciado na própria produção discente.

No tangente ao nosso objeto de estudo, o que gostaríamos de esclarecer é que as monografias da década de 1970 foram realizadas sob a vigência de um estado de exceção marcado por ações de intensa repressão. Nesse sentido, diante da conjuntura, não sabemos precisar se tivemos acesso a todos os TCCs da década nem tampouco se o discurso neles presente expressa a perspectiva de suas autoras ou se estavam lapidados de acordo com o que podia ser dito à época da autocracia.

Frente ao exposto, é preciso considerar também que, se por um lado, o Serviço Social sofria a influência destes elementos conjunturais, por outro, passava por modificações endógenas expressas pelo processo de Renovação, cujos traços explicitamos na seção II. Com base nestas breves ponderações sobre a realidade local, pontuamos que o Serviço Social em Juiz de Fora apresentava significativas diferenças em termos de posicionamento político em relação ao decênio anterior na medida em que se colocava em oposição à ditadura no período de transição da década de 1960 para a de 1970, questionando a ordem vigente, fato que nos permitiu visualizar mudanças importantes na concepção de profissão que orientou o trabalho profissional em empresas presente nas monografias de 1970, cuja análise apresentaremos agora.

Na pesquisa física ao arquivo da biblioteca da FSS/UFJF encontramos quatro (04) monografias sobre Serviço Social em empresas na década de 1970:

- 1971: *Implantação do Serviço Social na CIPP (Cia. Industrial de Papel Pirahy)*, de autoria de Maria de Lourdes Abreu e Sônia de Araújo Salgado.
- 1973: *Serviço Social na Cia. F.T.I.M. (Cia. De Fiação e Tecelagem Industrial Mineira)*, de autoria de Dione Ferreira.
- 1976: *Perspectivas de ação do Serviço Social numa empresa Rural*, de autoria de Maria Berenice Godinho Delgado e Zenaide Maria Tavares Duboc.
- 1978: *Empresa em Juiz de Fora – Campo restrito para o Serviço Social*, de autoria de Elizabete Mostaro, Martha Engelender Neves, Ângela Maria Carvalho Pasquini e Eleuze Aparecida Paiva Vieira.

Os TCCs apresentam diferenças no estudo do trabalho profissional em empresas, principalmente na comparação entre os que antecedem o ano de 1975 e os que sucedem, o que pode ser explicado, para além das mudanças societárias apontadas, por transformações

ocorridas no âmbito da profissão, como o currículo implantado na FSS em 1974 e o Método BH. Por essa razão, buscamos destacar como estes acontecimentos se expressaram na profissão.

O trabalho de 1971, de Abreu e Salgado, guarda particularidades em relação aos demais produzidos na década pois não trata do estudo sobre uma experiência da profissão em empresa, mas sim de um plano para sua instalação, pois “a CIPP, tendo sentido a necessidade de haver um Serviço Social especializado na sua estrutura, recorreu a Faculdade de Serviço Social de Juiz de Fora. Esta entidade enviou, então, 2 estagiárias para a implantação do processo e assumiu a responsabilidade da orientação técnica” (ABREU, SALGADO, 1971, p. 3).

Desse modo, o TCC teve por objetivo a proposição de um plano de implementação do Serviço Social. É importante ressaltar que as autoras não tinham conhecimento sobre a CIPP e que a não existência de uma experiência profissional anterior foi imperativa para que fizessem um estudo inicial e investigativo sobre a empresa e seus interesses em implementar o Serviço Social. Nessa direção, a análise da instituição e do município em que ela se localizava ocupou centralidade na monografia, pois era preciso conhecer o contexto para que a proposta de trabalho fosse apresentada. Por essa razão, foram expostos elementos sobre a CIPP e sobre o distrito de Santanésia, local em que o trabalho do Serviço Social iria se desenvolver. O fato da monografia não se debruçar sobre uma empresa juiz-forana revela a importância da ESS para os municípios próximos a Juiz de Fora e a necessidade da profissão para a empresa, expressa pela *requisição institucional de implantação do Serviço Social*.

As autoras apresentam o histórico do distrito, vinculado à cidade de Pirai-RJ¹¹⁹, demonstrando como seu desenvolvimento na primeira trintena do século XX esteve totalmente atrelado à fábrica de papel.

(...) até 1930 havia umas ‘três avenidas de barro’, poucas casas, simples, de chão batido. (...). Com a ampliação da Fábrica de Papel em, em 1933, a povoação aumentou muito. Este período pode, inclusive, ser considerado como o de maior crescimento do povoado. A vila foi construída pela Fábrica de Papel para seus próprios empregados (ABREU; SALGADO, 1971, p 26-27).

¹¹⁹ As autoras apontam o município de Pirai-RJ, onde se circunscrevia o distrito de Santanésia, como um importante polo industrial que despontava no período. “Suas usinas fornecem força para Rio, São Paulo, GB, Baixada Fluminense e Vale do Paraíba. Por isso é um dos principais municípios do Brasil, neste aspecto” (ABREU; SALGADO, 1971, p. 22).

Santanésia, que “era um ‘pântano’ (ou ‘brejal’)” (ABREU, SALGADO, 1971, loc. cit.) em sua origem na década de 1920¹²⁰, somente foi elevada à condição de distrito em 1943, tendo o desenvolvimento propiciado pela construção da CIPP como uma das principais condições para tal. Sobre a assertiva, merece atenção a construção das casas pela própria indústria, indicado que as vilas operárias ainda eram presentes e partícipes do desenvolvimento das comunidades em que as empresas realizavam suas atividades, segundo a perspectiva das autoras.

O exame de Abreu e Salgado (1971) busca conhecer a empresa, mas sua centralidade está em apreciar a comunidade e suas potencialidades objetivando estruturar um plano de implementação do Serviço Social que fosse adequado às necessidades locais. Nessa direção, são apresentados elementos do distrito referentes à sua população, economia, organizações sociais e lideranças comunitárias. Este último aspecto merece atenção, pois há a consideração de que, na época de realização da monografia, Santanésia não possuía lideranças bem definidas para desenvolvimento da comunidade. Nesta direção, as autoras elencam os potenciais sujeitos que poderiam vir a se tornar condutores nos processos de promoção do distrito, como “a Diretoria do Grêmio Recreativo de Santanésia, os diretores de educandários, o grupo da igreja Católica que se dedica à pastoral, a direção do Centro Espírita, da igreja Metodista e da igreja Batista” (ABREU; SALGADO, 1971, p. 31).

As autoras listam, ainda, as características geográficas do local, como clima, vegetação e paisagismo, indicando quais áreas teriam mais condições de ser melhor desenvolvidas pelas lideranças potenciais com o auxílio de outras instituições, como escolas, hospitais, sindicatos, sociedades religiosas e a própria CIPP. Percebemos com isso traços da estratégia do desenvolvimento de comunidade - questão nos remeteu à lógica desenvolvimentista de JK da década de 1950 -, visto que são elencadas dificuldades e potencialidades não só da empresa, mas também de Santanésia com a finalidade de que seu desenvolvimento pudesse ser propiciado pelos próprios sujeitos que lá residiam. Desse modo, visualizamos a presença de um aspecto técnico-operativo para o trabalho profissional já neste momento, haja vista que este trabalho de estímulo ao desenvolvimento distrital deveria ser atribuição do Serviço Social quando estivesse implementado na empresa (ABREU; SALGADO, 1971).

¹²⁰ As autoras revelam que o distrito tem sua história imbricada à industrialização, pois “Santanésia teve início com a Cerâmica Santana em 1923. Em decorrência da Cerâmica surgiu um pequeno núcleo de povoamento que recebeu o nome de Santana” (ABREU; SALGADO, 1971, p. 26). O próprio nome dado ao distrito já indica sua simbiose com uma empresa.

Sobre o desenvolvimento de comunidade no campo do Serviço Social, consideramos ímpar pontuar que, segundo Trindade (2001, p. 12-13),

Nos anos 50 e, com maior vigor, na década seguinte, amplia-se o campo de atuação do Serviço Social brasileiro, quando os profissionais passam a se envolver em trabalhos sociais de caráter “comunitário”. Nestes, desenvolvem-se processos de mobilização e organização de grupos de população – rural e urbana – através dos quais busca-se promover o desenvolvimento econômico-social de pequenas localidades. No início dos anos 40 esses trabalhos são próprios às práticas de Organização de Comunidade, mas a partir dos anos 50 passam a se desenvolver no âmbito das práticas de Desenvolvimento de Comunidade (...).

Quando o Serviço Social passa a atuar nos processos de desenvolvimento de comunidade é possível identificar mudanças no seu eixo de intervenção profissional: de uma prática restrita a atendimentos individuais e grupais centrados na promoção da tríade “ordem, moral e higiene”, a profissão volta-se também para o desenvolvimento de práticas cujo objetivo se expande para a promoção da harmonia social na relação Estado/Sociedade, através de uma abordagem mais coletiva. A intervenção em organização de comunidade busca melhorar o meio, as condições imediatas, deixando de centrar-se, apenas nas mudanças comportamentais do indivíduo e da família. Além disso, pode-se afirmar que o engajamento do Serviço Social no desenvolvimento de comunidade também significa uma busca de modalidades interventivas mais abrangentes do que o Serviço Social de Caso e de Grupo, ainda que estes continuem sendo aprimorados e utilizados nas grandes instituições assistenciais. Os processos educativos até então assumidos pelos assistentes sociais atingem indivíduos e pequenos grupos; com o desenvolvimento de comunidade os profissionais se engajam num trabalho voltado a parcelas mais abrangentes da população.

Sobre a assertiva, consideramos importante enfatizar que o Serviço Social de Comunidade - que não se expressou com tanta ênfase quanto os procedimentos de Caso e Grupo no trabalho profissional em empresas nos anos 1960, conforme apontado na análise das monografias deste período -, procedimento que se expande na profissão nas décadas de 1950 e 1960 (TRINDADE, 2001), se expressa em monografia sobre o trabalho profissional em empresas no começo dos anos 1970, sendo considerado por Abreu e Salgado (1971) como um importante elemento que, embora não superasse as abordagens de caso e de grupo, procurava expandir o trabalho profissional para o âmbito das comunidades de maneira a contribuir para o desenvolvimento do distrito em que a CIPP se localizava.

Abreu e Salgado (1971) apontam mais características do distrito do que da CIPP, pois o trabalho profissional deveria ser realizado não somente na empresa, mas também na comunidade para que esta se desenvolvesse dentro dos quadros da modernização conservadora preconizada pela autocracia burguesa (Cf. NETTO, 2010). Assim, o desenvolvimento da

comunidade aparece como elemento essencial na medida em que, na perspectiva das autoras da monografia, Santanésia deveria acompanhar as mudanças que se processavam para que não assumisse caracteres obsoletos¹²¹, o que poderia ser feito com o auxílio do Serviço Social na CIPP.

Percebemos que o estudo sobre a empresa aparece imbricado ao distrito, o que representa uma diferença em relação às monografias da década de 1960, na qual a trajetória empresarial era personificada por seus dirigentes. Assim como em Abreu e Salgado (1971), o trabalho de Ferreira (1973) apresenta a trajetória da CFTIM de maneira mais amadurecida em relação àquele da década anterior que tratou da mesma empresa (BARROS, 1961), pois não descreve apenas a história dos industriais, mas apresenta elementos pertinentes à organização da fábrica, como seu organograma e seu porte.

Contudo, a diferença significativa na abordagem do histórico das empresas se verifica nas monografias de Delgado e Duboc (1976) e de Mostaro et. al. (1978), pois nelas a trajetória empresarial é circunscrita à conjuntura local, nacional e internacional, propondo-se a apreender a realidade como base para o estudo sobre o trabalho de assistentes sociais em empresas.

Delgado e Duboc (1976) construíram seu trabalho com base no estágio extracurricular que realizaram no período de férias na empresa Florestal Acesita S/A¹²² e buscaram “traçar algumas perspectivas de ação para o Serviço Social no meio rural” (DELGADO; DUBOC, 1976, s.p.), devido às suas particularidades em relação ao meio urbano. Para tal, percorreram um caminho analítico que buscou conhecer aspectos da realidade no sentido de compreender a inserção da empresa nela. Nessa direção, as autoras retomaram o percurso econômico brasileiro

¹²¹ Netto (2010) aborda a questão da modernização na vigência da autocracia burguesa, assinalando os empreendimentos militares que foram feitos sob uma retórica de crescimento econômico. Contudo, estas realizações sustentaram-se sob uma intensa repressão que tinha como sustentáculo o não rompimento com o tradicionalismo, razão pela qual o autor aponta que o período foi marcado por um processo de modernização conservadora.

¹²² A Florestal Acesita S/A tem sua origem vinculada à Companhia de Aço Especiais Itabira – Acesita, primeira siderúrgica latino-americana, criada em 1944 com a finalidade de produzir aços especiais para construção mecânica, localizada em Timóteo (MG). Devido ao plano de expansão da siderúrgica, foram criadas empresas subsidiárias, como a florestal Acesita S/A em 1974. “(...) tem sua sede em Belo Horizonte (MG), onde se localiza a direção geral da Empresa (...). Além da sede, a Empresa possui Gerências Regionais, situadas no interior de Minas e Espírito Santo, onde se concretiza a atividade de reflorestamento. A primeira Gerência Regional surgida localiza-se em Timóteo (...) e é denominada Gerência Regional de Acesita (FGA-Florestal Gerência de Acesita). (...) O quadro profissional das Gerências citadas compõe-se de engenheiros agrônomos, engenheiros florestais, administrador de empresa, médico do trabalho, além de supervisor de segurança, técnicos agrícolas e florestais. No entanto, a Gerência Regional de Acesita, por já ter sido criada há mais tempo, tem seu quadro profissional ampliado, ao qual se acrescentam um assistente jurídico, uma economista doméstica, uma assistente social e um engenheiro mecânico. (...) Quanto à atividade reflorestadora propriamente dita, ela é executada por trabalhadores rurais, sendo exigido pela direção da Empresa, como critério essencial para seu recrutamento, que tais trabalhadores sejam elementos do próprio meio rural” (DELGADO; DUBOC, 1976, p. 53-54).

desde os tempos da colonização até o período da industrialização no intuito de delinear qual foi o lugar destinado ao campo neste decurso.

É imprescindível observar que no tocante ao referencial teórico-metodológico utilizado para a apreensão do real, Delgado e Duboc (1976) procuram se afastar das bases teórico-doutrinárias conservadoras – com forte traço religioso –, mas não superam esta perspectiva analítica, haja vista a presença de elementos funcionalistas que, derivados do positivismo de Durkheim, compreendiam a sociedade como uma estrutura social composta por diferentes partes. As autoras pontuam que

(...) partimos da noção de Estrutura Social (...), a qual fundamentará as colocações que aqui fazemos. (...) todas as estruturas sociais contêm, no mínimo, (...) três partes, que lhe são inseparáveis (...).
 Na base, forma de produção, encontramos o conjunto de relações entre os homens e as coisas materiais que o cercam.
 No corpo, o sistema de estratificação está no conjunto das relações dos homens entre si.
 Na cúpula, onde estão as instituições e valores sociais, historicamente sedimentos, encontramos o produto do funcionamento da estrutura social.
 (...) todas as partes estão em permanente mudança, sendo que a interdependência existente entre elas faz com que as transformações iniciadas em uma, cedo ou tarde, repercutam nas outras.
 Importa ressaltar, porém, não apenas o fato de que as partes estão em contínua mudança, mas principalmente que tais transformações ocorrem em ritmo desigual. E é esta diferença de ritmo e falta de sincronia com que mudaram as diferentes partes da estrutura social brasileira que será nosso ponto de partida para analisar a estrutura da sociedade agrária nacional (DELGADO; DUBOC, 1976, s.p.)

Há uma diferença importante em termos da apreensão da realidade na medida em que aparece o elemento “mudança” – ressalte-se que ainda não se trata de transformação. A análise dos TCCs da década de 1960 indicou que havia um entendimento da sociedade como algo estático. Nessa direção, não era possível modifica-la, mas apenas ajustar-se aos seus imperativos, o que colocava a possibilidade de mudança prioritariamente no âmbito do indivíduo. Ao buscar compreender como as partes da realidade se relacionam, a noção de estrutura social traz como diferença em relação à perspectiva dominante na década anterior o entendimento de que o meio sofre transformações provenientes de alterações nas partes que o compõem, o que revela a influência das concepções funcionalista e sistêmica na profissão; transformações estas que, ao se procederem em ritmos descombinados, geram desigualdades como as existentes entre o campo e as cidades (DELGADO; DUBOC, 1976).

O fundamento da desigualdade enquanto descompasso entre o desenvolvimento das partes, e não como fruto de desajustamentos individuais, se configura como algo significativo no referencial teórico se comparado àquele característico da década anterior, pois desloca a existência dos problemas sociais do campo individual para a sociedade e suas estruturas. Não obstante, a resolutividade destes problemas ainda não se colocava no campo da organização coletiva da classe trabalhadora sob uma perspectiva de ruptura com o capital.

Apesar de não observamos alternativas revolucionárias como meio de resolução dos problemas sociais, o trabalho de Delgado e Duboc (1976) marca, de fato, a presença de novos elementos teóricos-metodológicos ao ser o primeiro, no conjunto das monografias analisadas, a trazer definições de classes sociais para compreender a conjuntura com base em Marx. No sentido de conhecerem as razões para haver estratificação social, as autoras recorrem à noção de classe, indicando que ela

Existiu desde a Antiguidade, mas somente a partir do século XIX, com o aparecimento da doutrina marxista, é que o conceito de classe vai adquirir caráter científico, assumindo papel fundamental na explicação da sociedade e de sua história.

(...) para Marx, as classes se constituem de grupos dos que possuem e dos que não possuem os meios de produção, sendo estes donos apenas de sua força de trabalho. Os primeiros vivem da exploração tanto dos meios de produção de que dispõem como também da força de trabalho dos últimos. Os meios de produção podem ser a terra, as máquinas, as fábricas. No campo, o principal meio de produção é a terra (DELGADO; DUBOC, 1976, p. 14).

A monografia não compreende a realidade ancorada em referencial materialista, mas a alusão à Marx frente ao contexto autocrático evidencia a abertura da profissão para o estudo sobre empresas sob um outro viés. Isto se expressa na identificação da existência de conflito entre patrões e empregados não como algo natural, mas como resultado de processos de desenvolvimento desiguais (DELGADO; DUBOC, 1976)

Embora os trabalhos de Abreu e Salgado (1971) e Ferreira (1973) apresentem o indicativo de uma nova perspectiva para leitura da realidade que buscava compreender as empresas vinculadas à conjuntura, é no de Delgado e Duboc (1976) e no de Mostaro et. al. (1978) que notamos maior refinamento na retórica. Atribuímos isto, conforme apontado, a mudanças que se processaram no âmbito da profissão em meados da década de 1970, como o currículo implementado na FSS em 1974 e o Método BH (expressão da vertente de intenção de ruptura com o conservadorismo), cujas expressões apresentaremos no evolver deste item.

A monografia de Mostaro et. al. (1978) se propôs a trazer elementos não só da conjuntura local e nacional para analisar o trabalho profissional em empresas, mas também do cenário internacional, com apontamentos que aludem à época da Revolução Industrial no sentido de elucidar suas expressões no processo de desenvolvimento industrial brasileiro e também na conformação da industrialização juiz-forana. O trabalho, que teve como objetivo desvendar as razões para a baixa contratação de assistentes sociais em empresas¹²³, marca um atributo que seria notável nas monografias das décadas seguintes: a procura por conhecer as empresas imersas no conjunto das transformações societárias internacionais e nacionais.

Um ponto comum entre as quatro monografias da década de 1970 é a apreensão da profissão por áreas, conforme explicitado por Rico (1985). Desse modo, ainda que buscassem novas perspectivas e referenciais teóricos para conhecimento do real, em relação ao Serviço Social, os TCCs continuam apresentando definições específicas sobre a profissão na área do trabalho, marcando suas particularidades nas empresas, assim como observado na década de 1960. Contudo, a mudança nos referenciais implicou em formas diferentes de compreender o trabalho profissional, ainda que sob a continuidade da abordagem capilarizada.

A mudança no referencial teórico se expressou nas definições de empresas e de Serviço Social, refletindo em transformações em suas acepções. Como exemplo, observou-se que todos os TCCs trouxeram elementos relativos à estrutura organizacional das empresas, apresentando seus departamentos e descrevendo suas funções frente ao entendimento de que todas as partes se relacionam mutuamente (DELGADO; DUBOC, 1976), onde se observa novamente as influências do funcionalismo.

No tocante às formulações sobre empresas, há um elemento novo para compreender seus objetivos que exige nossa atenção: o lucro. Em Ferreira (1973) *a definição de empresa* consiste em “uma unidade de produção, cujo *objetivo imediato é a realização do maior lucro possível*, que provém da diferença entre os preços de custo e os preços de venda dos bens ou serviços produzidos e cujo objetivo imediato é o atendimento das necessidades dos consumidores” (BARRETO; MOTA; *apud.* FERREIRA, 1973, p. 10).

A ideia de lucro como a diferença entre os custos da produção e preço colocado na venda do produto final sugere que, naquele momento, os fundamentos desta categoria tal qual observados na produção marxiana ainda não eram conhecidos com propriedade por Ferreira (1973), o que se explica pelo fato do marxismo ainda ser pouco presente na formação

¹²³ Mostaro et. al. (1978) introduzem sua monografia afirmando haver poucas assistentes sociais em empresas juiz-foranas e, com isso, tiveram como objetivo entender os motivos para tal.

profissional ou, quando presente, ter sido apropriado de modo enviesado (Cf. NETTO, 2010). Mas, o entendimento do *lucro enquanto objetivo das empresas*, já denota uma mudança de compreensão em relação à década anterior em que o atendimento de necessidades humanas através da produção de mercadorias era considerado o único objetivo das empresas. No âmbito destas reflexões, observamos um indicativo de que os interesses dos trabalhadores e do empresariado são diferentes, mas devem coexistir (FERREIRA, 1973; DUBOC; DELGADO, 1976) na medida em que as instituições precisam dos operários para atingir suas finalidades e estes precisam do salário e dos benefícios enquanto moeda de troca proveniente do trabalho que ofertaram para garantir a própria reprodução.

O lucro, enquanto finalidade das empresas, não subsistiria sem a realização de sua função social de atender as necessidades sociais através da produção de mercadorias precisas a seus consumidores, como bens de consumo duráveis. Sobre isto, Delgado e Duboc (1976) afirmam que para além do atendimento destas, a função social da empresa se estenderia aos seus empregados através da materialização de suas demandas sob a forma dos benefícios que compunham a Política Social da empresa e, aqui, percebemos semelhanças com concepções presentes na década de 1960.

Considerando que a Empresa não subsiste sem mão-de obra e que o homem não se realiza sem o trabalho, a prestação da assistência ao trabalhador se torna imprescindível para melhorar as condições de produtividade e rentabilidade da Empresa.

Há, assim, um interesse recíproco entre os empregados e empregadores e uma constante interrelação de influência. A produtividade do trabalhador está condicionada a sua integração aos objetivos da Empresa e só ocorre quando o homem encontra ambiente propício para realizar-se como pessoa humana (DELGADO; DUBOC, 1976, p. 47, grifo nosso).

A prestação de assistência ao trabalhador constituía-se, portanto, como um mecanismo voltado para o aumento da produtividade e, conseqüentemente, para a realização da *lucratividade enquanto objetivo maior da empresa*. Realizando isto, a instituição poderia satisfazer sua necessidade lucrativa ao mesmo tempo em que cumpriria sua função social tanto de suprir demandas da sociedade quanto de atender às indigências do operariado, pois “a empresa é uma unidade de produção, mas é também um organismo social com funções sociais definidas” (ABREU; SALGADO, 1971, p. 13). Visualizamos neste trecho a presença de termos que nos remetem à perspectiva funcionalista, indicando diálogo com referências alocadas no campo da perspectiva modernizadora da profissão, hegemônica na vigência da ditadura (NETTO, 2010).

Já na citação de Delgado e Duboc (1976), percebemos elementos que nos remetem às referências teórico-doutrinárias observadas nos trabalhos dos anos 1960 – como a busca por realização do homem como pessoa humana -, o que nos faz refletir que, embora a profissão buscasse superar traços do conservadorismo profissional, sua supressão não foi completa nos anos 1970 durante a vigência da ditadura, haja vista a permanência de conteúdos provenientes de referenciais tradicionais nas abordagens sobre o trabalho profissional em empresas. Sobre esta questão, percebe-se que as produções intelectuais datadas dos anos 1970 vinculadas

ao projeto profissional modernizador reconhecem as limitações da prática do Serviço Social tradicional; no entanto, buscam uma renovação profissional sintonizada às exigências e demandas postas pelas propostas e práticas “desenvolvimentistas” dos vários governos ditatoriais. (...).
Torna-se marcante nesse projeto de modernização, a busca pela “cientificidade” do Serviço Social, sendo determinante, para a renovação profissional, absorver uma gama de referenciais “científicos” que fundamentem as “novas” propostas. Isso acaba promovendo um ecletismo teórico-filosófico que se traduz, principalmente, na convivência entre os pressupostos axiológicos neotomistas e as referências teóricas do estrutural-funcionalismo (TRINDADE, 2001, p. 15).

Neste bojo, Mostaro et. al. (1978, p. 16) elucidam que faz parte do compromisso social da empresa “o objetivo de aperfeiçoamento do homem, da sua realização profissional e da sua integração na comunidade” para que possa se sentir realizado e satisfeito e retribuir em forma de produtividade.

Com base nestas questões, o que se pode observar através da análise monografias dos anos 1970 é que, por parte das profissionais nas empresas, não mais havia a percepção dos benefícios e da assistência oferecida aos trabalhadores nas indústrias como um reflexo do senso de caridade e de justiça do empresariado – como se viu nos anos 1960 -, mas sim como uma maneira de o patronato alçar maior produtividade e lucratividade.

As quatro monografias se distinguem dos trabalhos dos anos 1960 na medida em que superam a visão de empresa como uma entidade que, personificada por seus dirigentes, teria como objetivo único o atendimento dos anseios humanos via produção de mercadorias. O que vemos nos anos 1970 é o entendimento do lucro como fundamento real que justifica a existência das empresas. A função social da empresa, incorporando o atendimento das necessidades humanas e os benefícios trabalhistas - como mecanismo de incorporação dos operários aos objetivos organizacionais -, seria também um objetivo empresarial vinculado ao lucro, mas que não o suprimiria. Fica evidente, portanto, a percepção de que a ação empresarial teria um desígnio muito claro e mais abrangente do que aquele que as autoras da década anterior

elucubraram. Sobre isto, consideramos a ótica de Ferreira (1973, p. 1973) elucidativa ao nos explicitar que a ação das indústrias não deveria ser encarada

como uma forma fantasiosa de ser gentil com o pessoal, de se dar bem com os trabalhadores ou de tornar felizes os empregados.

Não são uma forma de fraqueza e sim o reconhecimento que os trabalhadores são seres humanos com certas necessidades que demandam satisfação, os quais, quando as têm satisfeito, (...) produzem com maior eficiência.

Há maior criticidade no entendimento sobre as empresas e suas finalidades e isto pode ser explicado pela presença, ainda que tímida, de um referencial teórico que buscava explicar a realidade para além de seus aspectos aparentes, o que não significa, conforme indicado, supressão das referências conservadoras. Contudo, a presença do reconhecimento por parte das autoras da ação do empresariado sobre as necessidades materiais dos trabalhadores não somente como reconhecimento de sua humanidade, mas como uma estratégia de incorporação ao ideário e aos objetivos institucionais, denota a existência de uma *finalidade ideológica das empresas ao instituir os benefícios*. Inferimos isto diante do apontamento de que os trabalhadores elevam a produtividade e incorporam-se aos objetivos da empresa quando se sentem satisfeitos (ABREU; SALGADO, 1971; FERREIRA, 1973; DELGADO; DUBOC, 1976; MOSTARO et. al. 1978).

Sinalizam as autoras da década que a partir do reconhecimento de que a satisfação das necessidades trabalhistas contribuiria para a aferição de ganhos maiores para as empresas, estas ofereceriam benefícios como assistência médica, odontológica, alimentar, habitacional, dentre outros que compunham a denominada Política Social da empresa. Para executá-la, seria imperativa a presença de profissionais especializados para lidar com os trabalhadores e, seria neste contexto que o Serviço Social nas empresas ganharia relevo. A partir desta compreensão, as monografias nos esclarecem que a *requisição empresarial* para o Serviço Social consistiria na execução da Política Social das empresas para que seus lucros e ganhos mantivessem-se.

De acordo com Abreu e Salgado (1971) as empresas, ao passo em que se encontram inscritas na sociedade, expressam todas as questões e conflitos que lhes são devidos, apresentando não só problemas de

Natureza técnica, financeira, econômica ou administrativa, mas todas as questões sociais, toda a problemática do homem que integra a empresas.

O conhecimento, por profundo que seja, das técnicas diretamente relacionadas com seus objetivos primários não supre os conhecimentos sobre a realidade social. Daí a necessidade de “especialistas em questões humanas”. Além do

mais, seria exigir muito que os dirigentes tivessem esse duplo conhecimento e exercessem essa dupla função (...) (ABREU; SALGADO, 1971, p. 9).

Era diante do reconhecimento tanto da presença nas empresas de problemas sociais existentes na realidade quanto da insuficiência de conhecimentos técnicos aos empresários para com eles lidar, que se colocava a necessidade de profissionais aptos a intervir nas “questões humanas”, donde se incluem os/as assistentes sociais.

No tangente à profissão, antes de se dedicarem ao seu estudo na área de empresas, as autoras buscam *definir o Serviço Social* em seu fazer. Em termos de aceção

Pelo documento de Araxá, o S.S. intervém na realidade social, orientado por uma visão global do homem integrado no seu sistema social. (...). O S.S. é uma profissão que se fundamenta em conhecimentos científicos, adquiridos através do uso sistemático da pesquisa teórica e das Ciências Sociais. Ele intervém na realidade humano social, orientado por uma visão global do homem, desenvolvendo a participação real das pessoas no processo das mudanças socioculturais (ABREU; SALGADO, 1971, p. 5, grifo nosso).

Um elemento importante a ser considerado é a mudança no referencial teórico, pois não só a monografia de Abreu e Salgado (1971) como as de Ferreira (1973), Delgado e Duboc (1976) e Mostaro et. al. (1978) buscam definir a profissão sem respaldo em conhecimento religioso. É importante observar a aceção de profissão calcada no documento do Seminário de Araxá, o que revela que o curso de Serviço Social de Juiz de Fora buscava se referenciar nos documentos que estavam sendo produzidos pela profissão buscando, desse modo, acompanhar os movimentos e debates da categoria.

O Seminário de Araxá foi um importante evento da categoria que propôs uma metodologia de ação profissional que buscava se adequar à realidade brasileira, que na vigência da autocracia burguesa apresentava um projeto de modernização do país, mas sem romper com os valores conservadores (Cf. NETTO, 2010). Nesse seminário, a profissão buscou redefinir seus objetivos, funções e metodologia visando se atualizar ao projeto modernizador e buscando referenciais teóricos que superassem o tradicionalismo religioso (NETTO, 2005), ainda que não suprimisse o conservadorismo.

Organizado pelo CBCISS em 1967, o Seminário representou um marco para a categoria de tal modo que se expressou nas monografias da década de 1970 na mudança da perspectiva teórica para conhecimento da profissão, que não mais se baseou em dogmas religiosos para compreender o que é o Serviço Social. Seguindo o direcionamento do documento de Araxá, é válido observar que Delgado e Duboc (1976) *definem o Serviço Social, primordialmente, como*

uma técnica a ser aplicada nas empresas. Deste modo, percebemos a ênfase no tecnicismo diante do reconhecimento de que a profissão é “uma técnica social, está no plano da ação social, da engenharia social, porém nunca no da ciência e da investigação científica” (ANDER EGG *apud.* DELGADO; DUBOC, 1976, p. 54).

Entendido como técnica, nos parece que o Serviço Social deveria se valer de conhecimentos científicos já produzidos – como o funcionalismo - para “aplica-los” na realidade. Nesta direção é que entendemos a compreensão das autoras da profissão alocada no campo da ação, da prática e não no da ciência, do pensamento e da investigação. Ante a este juízo, presente também em Abreu e Salgado (1971), nos parece que havia a compreensão de que a profissão tinha caráter fundamentalmente técnico e não científico, pois deveria apenas utilizar conhecimentos já existentes e não buscar produzi-los cientificamente.

O Serviço Social deveria utilizar os conhecimentos científicos existentes para aplica-los na realidade através de procedimentos específicos que compunham a metodologia profissional. A ênfase dada a estes como cerne do trabalho profissional nas empresas nos leva à observância do tecnicismo na profissão, pois o uso correto dos procedimentos é o que conferiria qualidade ao trabalho dos/das assistentes sociais. Sobre isto, Abreu e Salgado (1971, p. 7-8) apresentam cinco procedimentos constitutivos da “metodologia do Serviço Social”, expressando a influência do documento de Araxá na profissão. São eles:

Investigação interpretativa: é o momento de conhecer o objeto do trabalho. Assim, o assistente social procura captar a dinâmica da comunidade, os antecedentes de sua situação atual, a problemática social, envolvendo indivíduos e grupos que dela participam.

Diagnóstico interpretativo: é a fase da interpretação dos dados coletados e organizados na fase anterior. O assistente social descreve a situação problemática, seja ela vivida por comunidade, grupos ou indivíduos, analisa seus aspectos significativos, as causa e consequência, e suas relações com o contexto social global.

Programação: é a fase em que se estabelecem os objetivos e as etapas a serem seguidas na ação, prevendo-se sua duração, custo e recursos a serem utilizados.

Execução: é uma fase sumamente da ação na Comunidade. Implica na aplicação de métodos, técnicas para atingir os objetivos definidos nas etapas anteriores. A ação deverá estar voltada para os elementos que integram a comunidade: indivíduos e grupo.

Avaliação: “consiste em estimar periodicamente os resultados do trabalho, o alcance dos objetivos, os métodos e técnicas utilizados com a finalidade de propor novas investigações, desencadear novos procedimentos de acordo com a realidade transformada, seguindo desse modo a própria orientação

dialética”¹²⁴. Na prática, estas etapas, muitas vezes, se interpenetram, mas, aqui, para efeito de elaboração teórica, logicamente, vieram colocadas separadamente.

É interessante observar a ênfase dada à comunidade nos procedimentos colocados para a profissão indicando a busca do Serviço Social em expandir a intervenção para além do nível individual e grupal, que foram, conforme indicado, mais presentes no trabalho profissional em empresas na década de 1960.

Sobre os instrumentos, pontuamos que estes deveriam orientar o trabalho profissional nas mais diversas áreas, onde se incluem as empresas. A presença destes elementos, embora represente alterações em relação às abordagens da década antecedente - em que Caso, Grupo e Comunidade compunham a tríade metodológica profissional sem referência aos procedimentos de investigação, diagnóstico, programação, execução e avaliação -, não significa a supressão completa da influência dos procedimentos tradicionais, pois “os profissionais “modernizadores” propõem superar as limitações da prática profissional consolidada ao longo das décadas de 30 a 60; no entanto, o máximo que conseguem é imprimir aos tradicionais métodos de Caso, Grupo e Comunidade um revestimento teórico-técnico mais sofisticado” (TRINDADE, 2001, p. 15).

No tocante às abordagens sobre a profissão na área de empresas, algumas continuidades ainda permanecem, como o entendimento estratificado do Serviço Social de Empresas como uma especificidade do Serviço Social do Trabalho (RICO, 1985), conforme apontado. Nesta direção, assim como os trabalhos dos anos 1960, os TCCs do decênio ora examinado enfatizam a exposição sobre a profissão com base naquilo que era considerado como específico da área de empresas, respaldando-se, principalmente a partir de meados dos anos 1970, nos estudos realizados por grupos responsáveis pela “teorização” do Serviço Social em empresas (RICO, 1985.), como o Grupo Meta e o GESSOT. Neste esteio, em Mostaro et. al. (1978, p. 29) há uma *concepção de Serviço Social em empresas* como “uma intervenção profissional que tem como preocupação fundamental os problemas sociais que caracterizam a relação Homem-Trabalho e os problemas que (...) afetam o bem-estar do empregado e do empregador, prejudicando a realização individual e a produtividade”. Elencamos esta definição posto que sintetiza e representa a compreensão das demais autoras e revela a influência dos grupos citados no trato do Serviço Social em empresas.

¹²⁴ MELO, Elisa de Oliveira; ROCHA, Sônia Maria. *Apostila sobre “Análise de Experiência Integrativa na Faculdade de Serviço Social de Juiz de Fora”*. 1971.

Esta acepção é fundamental para compreendermos quais eram os objetivos profissionais nas empresas. Conforme apontamos, é unânime entre as autoras a compreensão da gênese da profissão em empresas relacionada ao cumprimento de um dos aspectos de sua função social: a prestação de benefícios aos operários como mecanismo para elevação da produtividade. Com base nas monografias, percebemos que esta seria uma das *requisições institucionais colocadas para o Serviço Social*, com o intuito de alcance do lucro como objetivo maior das companhias. Para além desta, é válido exemplificar uma das demandas colocadas para o Serviço Social na CIPP, pois é elucidativa sobre os objetivos ideológicos das empresas ao requisitarem assistentes sociais. Apontam Abreu e Salgado (1971) que a principal dificuldade a ser resolvida pelo Serviço Social na empresa era o paternalismo. Destacamos a afirmativa de que

o paternalismo na CIPP gera acomodação, falta de espírito comunitário e separação entre os grupos sociais. (...). A necessidade de atrair o funcionário e mantê-lo, em Santanésia, em condições favoráveis de bem-estar físico e social levou a empresa a prestar benefícios que se transmitiram de pais a filhos. Ao mesmo tempo, **transmitiu-se a mentalidade de que a assistência era um direito criado, dificultando novas atitudes da Cia.** (...). As solicitações de aluguel de casas da CIPP são uma demonstração de que se acostumaram a receber benefícios materiais. A concessão de casas, e sua manutenção, é tida como obrigação. De um modo geral, as pessoas são acomodadas, esperando receber tudo da Cia. (ABREU, SALGADO, 1971, p. 75-76, grifo nosso).

Com isso, percebemos que na perspectiva das discentes um dos problemas da CIPP residia no histórico de concessão de benefícios e na conseqüente “acomodação” dos trabalhadores devido à transmissão geracional destes. Nesta direção, um dos trabalhos a ser desenvolvido pela assistente social seria o “de conscientizar a empresa deste fato” (ABREU, SALGADO, 1971, p. 77), o que nos indica uma postura mais voltada para atendimento dos interesses da empresa do que em conhecer as razões pelas quais os trabalhadores necessitavam tanto do benefício a ponto de compreenderem que seu repasse deveria ser contínuo.

As monografias revelam que a finalidade profissional não se relacionava apenas ao fornecimento de benefícios materiais aos trabalhadores: o que observamos é a compreensão de que *o Serviço Social teria como objetivo a intervenção sobre as relações humanas* que se expressavam no campo do trabalho, o que é indicado nas quatro monografias. Na consecução deste objetivo, os/as assistentes sociais contribuiriam com a conformação ideológica dos trabalhadores à lógica empresarial e, conseqüentemente, com as finalidades da empresa.

Em nosso processo de análise das monografias percebemos, novamente, distinções entre os trabalhos que antecedem a metade da década de 1970 e os que foram feitos

posteriormente no tocante aos objetivos profissionais nas empresas. Em Abreu e Salgado (1971, p. 11) notamos que o *intento profissional era conferir ao homem trabalhador “condições de autopromoção, integração ou ajustamento”*, o que se assemelha – até mesmo na redação - à finalidade esboçada por Ferreira (1973, p. 22) de *“proporcionar ao homem condições ou de ajustamento, ou de integração ou de autopromoção”*.

Percebemos que, embora aliada a outros propósitos, o objetivo de ajustamento individual ainda é presente nestes trabalhos, indicando o seguimento do escopo presente no trabalho profissional em empresas na década de 1960. Já nos TCCs de Delgado e Duboc (1976) e Mostaro et. al. (1978) *o objetivo profissional se relaciona a noções de integração e autopromoção e não de ajuste*, questão que nos levou a refletir sobre suas diferenças com afinco. Inicialmente, estas noções nos apareceram como sinônimos quando assistimos os objetivos isoladamente, mas ao os apreciarmos com maior cuidado, conseguimos perceber distinções.

O estudo do trabalho profissional em empresas na década de 1960 nos revelou que os objetivos profissionais de ajustamento se voltavam ao indivíduo para que ele, em sua singularidade, pudesse se adequar ao meio em que vivia. Nesta perspectiva, vimos que a possibilidade de mudança se colocava para o sujeito e não para a realidade, pois era ele quem deveria a ela se adequar. Embora ainda presente nas monografias antecedentes a 1975, nas de 1976 e 1978 não há nenhuma referência ao termo “ajustamento” e sim a “integração” e “autopromoção”. No sentido de verificarmos suas diferenças, procuramos definições nestes trabalhos e vimos que Mostaro et. al. (1978) fizeram apontamentos sobre a necessidade de integrar os homens à sociedade. Contudo, foi o trabalho de Delgado e Duboc (1976) que nos permitiu perceber as distinções entre estas perspectivas.

Distinguem-se basicamente duas perspectivas: a primeira, tradicionalista, fundamentada em conceitos tais como a adaptação e o ajustamento, e a segunda, aqui adotada, baseada no conceito de integração.

A diferença entre as duas é facilmente percebida. Os conceitos de adaptação e ajustamento estão carregados de caráter paternalista, em que o homem é visto como um ser passivo, que deve se acomodar às condições existentes. (...).

E o caráter paternalista aliado à influência religiosa e à proposição de soluções imediatistas pelo Serviço Social (...) é que dificultaram a reflexão e a análise que poderiam orientar os objetivos da profissão para uma ação centralizada na capacitação do homem para interferir na estrutura social.

O que se verifica é que estes objetivos voltados para a adaptação e o ajustamento do homem a uma sociedade estática e equilibrada faziam dele objeto de seu meio social, do qual não participava conscientemente. (...).

Enquanto na adaptação o homem era considerando objeto, a integração o faz sujeito de sua própria vida, agente de transformação, não de acomodação. E como tal, deve inserir-se no contexto em que vive (...). Nesta perspectiva o Serviço Social, procura capacitar os indivíduos a fim de torna-los aptos a se integrarem no meio e modifica-lo (...) (DELGADO; DUBOC, 1976, p. 34-35, grifos nossos).

Esta assertiva nos oferece condições reais para compreensão das diferenças entre ajustamento e integração. Percebemos que, diferentemente da perspectiva de ajuste, é posta na integração a possibilidades de mudança do meio pelos sujeitos. Nesta direção, não são mais os indivíduos que devem se ajustar à imutabilidade do real, mas sim o real que pode se modificar pela ação dos sujeitos. Com isso, percebemos que já há criticidade no tocante ao prisma da década anterior, pois tanto a realidade quanto os homens são vistos sob diferentes pontos de vista: a imutabilidade do real cede espaço para a perspectiva de mudança – e não de transformação – e os homens são vistos como sujeitos ativos frente ao meio, e não passivos, na medida em que podem modifica-lo através de processos de conscientização e participação.

O objetivo de integração se vincularia, ainda, ao de autopromoção, que consistia no “ato do próprio homem se promover ou se desenvolver, utilizando as suas próprias capacidades” (DELGADO; DUBOC, 1976, p. 34), em que se observa a perspectiva de autodeterminação do sujeito. Logo, o que percebemos é que os trabalhos de 1970, marcadamente após 1975, colocam a possibilidade de os homens modificarem a realidade a partir de suas próprias faculdades, pois desenvolvendo-as poderiam interferir no meio. Entretanto, é preciso ressaltar que esta mudança não se colocava no plano de crítica da hegemonia do capital, mas nos indivíduos, grupos ou comunidades, o que ratifica o apontamento de Trindade (2010) de que o trabalho profissional nos anos 1970 apenas revestiu os procedimentos tradicionais de uma roupagem teórico-técnica com maior sofisticação sem, contudo, ter como perspectiva a ruptura com a ordem vigente.

Em relação aos trabalhos de 1971 e 1973, o que podemos depreender é que ao definirem o objetivo profissional mesclando conteúdos e compreensões das décadas de 1960 e 1970, expressam um processo de transição no entendimento da profissão sobre seu próprio objetivo, pois apresentam continuidade do conservadorismo na citação do ajustamento enquanto escopo profissional por um lado e, por outro, buscam atualização ao também citarem a integração e autopromoção.

Se compreendemos que a (re)definição do objetivo interfere no trabalho profissional, pois entendemos que novos objetivos implicam em novos meios para alcança-los, é inteligível a visualização de diferenças no relato das experiências de trabalho presentes nas monografias

que antecedem e sucedem o ano de 1975, o que pode ser melhor visualizado, por exemplo, através da perspectiva técnica adotada para alcance dos objetivos profissionais. Nas monografias que antecedem meados da década em questão, tendo em vista a mescla da finalidade de ajuste com a de integração e autopromoção, ainda é visível a utilização dos procedimentos com características semelhantes aos de Caso, Grupo e Comunidade nas empresas, como se viu na década de 1960, embora não se confundam com elas. Em Abreu e Salgado (1971, p. 6), vemos como procedimentos preferenciais a serem utilizados pela profissão nas empresas

(...) a individualização e trabalho com grupos. A individualização, ou trabalho com indivíduos, tem como objetivos específicos: a conscientização e capacitação, remoção de bloqueios, liberação de potencialidades, pleno uso de recurso. O trabalho com grupos tem como objetivo: a integração do grupo, ou seja, o desempenho dos papéis recíprocos e interdependentes dos membros (...).

De modo semelhante, em Ferreira (1973, p. 43-44, grifos nosso) vimos o relato de como o Serviço Social aplicava seus procedimentos na CFTIM para atender os operários, de forma que na abordagem individual

O cliente comparece ao Serviço Social (...). A assistente social ou estagiária estuda, com o cliente, o caso e leva-o a encontrar os meios para solucioná-lo. Dependendo do caso, alguns têm solução imediata. Aqueles que necessitam de uma maior assistência, retornam ao Serviço Social para novas entrevistas, para que, com os dados obtidos, se tenha condições de um tratamento mais adequado ao problema do cliente. Encontra-se, também, os serviços grupais (...). Este trabalho grupal tem como sujeito o indivíduo e, como objetivo, a sua capacitação para solucionar as dificuldades que encontra para viver, harmônica e normalmente, com seus semelhantes; leva o indivíduo a enfrentar várias situações em que se depara na vida e a adotar atitudes construtivas, nas relações com seus semelhantes, previne males que surgem da falta de integração à sociedade ou de atitudes erradas para com ela, e procura capacitar os membros do grupo a uma efetiva participação no processo social. (...). **Finalmente, temos o Trabalho comunitário - com os objetivos de desenvolver o espírito comunitário e de proporcionar a identificação e desenvolvimento da liderança na comunidade.**

Apesar de termos percebido a presença de ações direcionadas ao “homem na tríplice dimensão: individual, grupal e comunitária” (ABREU; SALGADO, p. 6), os TCCs já nos indicam que, mesmo com a presença do ajustamento enquanto objetivo e de procedimentos semelhantes ao Serviço Social de Caso, a intervenção em empresas nos anos até 1975 priorizava

mais o trabalho com grupos por relaciona-lo à finalidade de integração social (ABREU; SALGADO, 1971; FERREIRA, 1973), a exemplo do fato de que na CFTIM “a assistente social dessa época (1971) julgou ser mais eficiente e produtivo estruturar seu trabalho, enfatizando a sua linha de atuação na formação de grupos (...), o que possibilitaria integrar as diversas áreas de desempenho existentes na Cia.” (FERREIRA, 1973). Com base no exposto, o que percebemos é que, tanto na CIPP quanto na CFTIM, o grupo angaria espaço no trabalho profissional em empresas.

Tendo em vista que nas monografias pós 1975 o objetivo de integração é fulcral, o trabalho com grupos assume centralidade no trabalho dos/das assistentes sociais em empresas e se coloca como o principal procedimento utilizado pelo Serviço Social, mas não na mesma ótica da década anterior, haja vista que a perspectiva de ajuste já não se fazia tão presente.

A título de exemplificação, notamos que Delgado e Duboc (1976), que estudaram a profissão em uma companhia rural, indicam o trabalho com grupos como uma estratégia para desenvolvimento do meio campestre pelos operários. O estudo destas autoras aponta a necessidade da realização de um trabalho educativo com os operários da Florestal Acesita S.A. no sentido de instruir-lhes a promover transformações na realidade em que viviam, pois através do reconhecimento do descompasso entre a área rural e a urbana, atribuem à formação de grupos potencialidade para desenvolver mudanças no meio, o que, novamente, nos remonta aos elementos do desenvolvimentismo de JK. Para tal, seria preciso um processo educativo que levasse os trabalhadores a refletir sobre como poderiam transformar a própria realidade através da aplicação de uma nova metodologia diferente do “esquema fracionado em três compartimentos estanques: caso, grupo e comunidade. Com o passar do tempo, este modelo de intervenção começou a ser questionado, concluindo-se não ser ele adequado a uma percepção crítica da realidade (...) (DELGADO; DUBOC, 1976, p. 36).

A “nova metodologia” do Serviço Social – ancorada nos cinco procedimentos há pouco citados - continuaria a realizar trabalho individual e grupal, mas tendo a integração e a autopromoção como horizonte e não o ajustamento, o que interferiria na forma como o trabalho seria desenvolvido. Sob esta perspectiva, tiveram destaque nas monografias pós 1975 ações pedagógicas que objetivavam levar os empregados a processos de participação e mudança da realidade através de suas próprias potencialidades baseadas em estudos de grandes expoentes da área da Educação, como Paulo Freire. Segundo Quiroga (1991, p. 86) “Paulo Freire e *Educação como Prática de Liberdade e Pedagogia do Oprimido* trouxeram para o Serviço Social inquietações no que se refere ao homem como sujeito de sua história, à discussão da

prática pedagógica do Serviço Social”. A influência deste autor na profissão e de sua perspectiva de educação como instrumento para mudanças sociais, se transmutou no Serviço Social sob a forma da pedagogia da participação (ABREU, 2011), cujos caracteres abordaremos adiante.

Na Florestal Acesita S.A., o processo de participação se expressou através da realização de trabalhos individuais e grupais de conscientização com os trabalhadores rurais sobre a própria realidade. Diferentemente das ações com grupos observadas nos anos 1960, como festa de Natal¹²⁵, no trabalho profissional analisado pelo TCC de Delgado e Duboc (1976), tiveram destaque aquelas voltadas à mudança do meio em que os trabalhadores viviam. Isto se observa na exposição das reuniões periódicas feitas com grupos de trabalhadores sob coordenação da assistente social da empresa para tratar de questões relacionadas às condições de habitação. O objetivo destas reuniões era

recolocar para os operários o trabalho a ser feito e a sua participação nele. (...).

Procuramos despertar os trabalhadores para a importância do esforço coletivo, com vistas à melhoria de suas habitações (...). Discutimos com eles a necessidade de **aproveitarmos os recursos que temos disponíveis – no caso, o material fornecido pela Empresa – para melhorarmos, por nós mesmos, nossas condições de vida**, atingindo, a partir daí, um maior grau de satisfação tanto pessoal quanto com relação à comunidade a que pertencemos e ao nosso ambiente de trabalho.

O alto índice de participação dos trabalhadores nestas reuniões levou-nos a constatar que (...) as reformas das casas se tornaram assunto debatido entre eles, na área de serviço e em casa, posto que eles apresentaram novas sugestões e procuraram conhecer detalhes da programação (...).

Colocamos para os trabalhadores que seria formada uma equipe, com integrantes recrutados entre eles, cuja tarefa seria supervisionar a execução da reforma das casas, quando esta se iniciasse e, (...), vários se mostraram disponíveis. Ficou determinado que, à época adequada, a Assistente Social estabeleceria com eles os contatos necessários (DELGADO; DUBOC, 1976, p. 89, grifo nosso).

Estas reuniões faziam parte de um programa da Florestal Acesita S.A., em que a assistente social da empresa se inseriu, que buscou conhecer aspectos sobre as condições de moradia dos operários nos acampamentos da empresa e seus impactos para a saúde do trabalhador. Devido ao tipo de atividade da companhia, era preciso que os funcionários habitassem próximo ao local de produção por alguns períodos e, por isso, era básico que se

¹²⁵ Embora não na mesma proporção observada nos trabalhos dos anos 1960, o TCC de Ferreira (1973) ainda cita realização de eventos, como festas da Natal e de Ação de Graças.

conhecesse a relação entre condições de habitação e saúde para que a produtividade, e consequentemente o lucro enquanto objetivo maior da empresa, não fossem afetados por doenças e, foi diante desta necessidade empresarial, que o trabalho com grupos se desenvolveu.

Percebe-se que o foco dado ao trabalho com grupos nas empresas estava na mudança das condições de vida do operário, a exemplo da habitação, e não em seu ajustamento moral. Contudo, constatamos que estas modificações deveriam ocorrer a partir dos próprios sujeitos, tendo o/a profissional de Serviço Social a função de planejar e estabelecer os procedimentos do processo de participação dos usuários.

O que podemos inferir sobre isto é que há uma alteração fundamental no objetivo profissional a partir de 1975 que ao se redefinir, altera aspectos do trabalho dos/das assistentes sociais. Através da finalidade que se colocou a partir de então, o trabalho em empresas se voltou para promoção da integração e da autopromoção, sendo o trabalho com grupos o principal mecanismo para tal. Neste sentido, havia a priorização por intervenções que fizessem com que os trabalhadores pudessem modificar a própria realidade, tendo o Serviço Social como subsidiário, principalmente após meados da década de 1970.

Nos trabalhos pós 1975, observamos poucos elementos que nos possibilitassem fazer maiores considerações sobre o trabalho com comunidades, pois apenas verificamos sua citação enquanto um dos procedimentos a ser utilizado pelos/as assistentes sociais, não havendo maiores desdobramentos sobre como este trabalho se desenvolveu nas empresas. Estes TCCs buscaram, primordialmente, estabelecer considerações sobre o trabalho profissional restrito ao espaço das empresas e, dentro deste recorte, a abordagem sobre o trabalho com comunidades teve menor relevo. Mas, nas monografias de 1971 e 1973, observamos o indicativo do desenvolvimento de lideranças comunitárias como umas das possibilidades de intervenção para o Serviço Social e como um nicho para o desenvolvimento desta vertente de trabalho.

É unânime entre as autoras o entendimento de que estes trabalhos, principalmente o grupal, necessitavam de procedimentos metodológicos para que fossem executados com eficácia e é nessa direção que as monografias indicam processos como investigação, planejamento, execução e avaliação, conforme explicitamos, como etapas fundamentais para o êxito da intervenção profissional. Os TCCs apresentam significativo foco no aspecto técnico do trabalho do Serviço Social nas empresas, descrevendo e exemplificando com precisão os procedimentos profissionais, revelando respaldo no documento de Araxá.

Sobre a influência deste documento no trabalho profissional em empresas há, nas quatro monografias que analisamos, a compreensão de que a intervenção profissional ocorreria em

dois níveis de atuação principais: micro e macrosocial (CBCISS, 1986). Ferreira (1973, p. 23) aponta que

num nível de Macro atuação, suas funções básicas abrangem a Política Social e o Planejamento – para implantação e melhor utilização da infraestrutura social (...).

No nível de Micro atuação, o Serviço Social teria suas funções restritas à administração de serviços sociais e prestação de serviços diretos à sua clientela, mediante aplicação de suas técnicas específicas.

Sob este entendimento, nos parece que o nível de micro atuação se referia ao trabalho realizado diretamente com os operários no sentido de viabilizar seu acesso aos benefícios sociais e o de macro atuação aos demais processos que não envolviam a execução da então denominada Política Social da empresa. Contudo, esta compreensão aparece de modo mais elaborado em Delgado e Duboc (1976) e em Mostaro et al. (1978). Como referencial teórico, estas autoras se respaldaram nos estudos dos grupos GESSOT e Meta e o entendimento do trabalho do Serviço Social em níveis nas empresas – presente também em Rico (1985), cujas reflexões nos subsidiaram em momentos deste dissertação – é apresentado com uma listagem de atividades mais amplas do que em Ferreira (1973), possibilitando maior apreensão sobre cada um.

Macro atuação: assessorar a Direção da empresa na área social; pesquisar a realidade social; elaborar programas de atendimento a essa realidade; planejar recursos necessários ao desenvolvimento dos programas e administrar ou orientar os recursos sociais.

Micro atuação: assistir, orientar, clarificar, aconselhar, conscientizar, motivar trabalhadores, quer individualmente quer em grupo, objetivando o atendimento de suas necessidades básicas e realização social.

Percebemos semelhança com a descrição de Ferreira (1973), mas a amplitude das atividades descritas é o que nos permite afirmar que o nível de micro atuação se referia à intervenção direta com os trabalhadores e o de macro atuação à processos de planejamento e administração que não abarcavam os trabalhadores, mas sim os setores administrativos da empresa.

Este TCC, assim como o de Delgado e Duboc (1976) nos indica, também com base nas produções dos grupos de estudo citados e no documento de Araxá, que na área de empresas o Serviço Social deveria atender necessidades operárias de ordens distintas, que se dividiam em necessidades humanas básicas e necessidades de relações sociais. As primeiras referiam-se

àquelas imediatas e impreteríveis à reprodução material, como alimentação, habitação, saúde e educação e, deveriam ser supridas pela empresa via prestação de assistência a cada uma delas, tendo o/a assistente social a atribuição de viabilizar o acesso a elas. Já as segundas, vinculavam-se às necessidades que suplantavam as demandas urgentes dos trabalhadores, mas que eram tão importantes quanto, pois diziam respeito a questões como desenvolvimento cultural, comunicação e integração social. Sobre isto, Mostaro et. al. (1978) apontam que as condições de vida do operariado impunham-lhe dificuldades ao desenvolvimento de sua cultura e de sua comunicação e, conseqüentemente, das possibilidades de plena integração social. Na medida em que acessavam poucos espaços de cultura e lazer – como bibliotecas, cursos, grupo de estudos e debates, palestras, dentre outros – era preciso que houvesse estímulo a essas denominadas necessidades de relações sociais, o que também poderia ser feito através do trabalho dos/das assistentes sociais nas empresas.

Os elementos que abordamos até aqui nos indicam que existem importantes diferenças entre as monografias que antecedem e as que sucedem o ano de 1975. Nas anteriores, ainda são percebidos traços que remetem às abordagens da década de 1960. Já nas que sucedem, vemos discursos que, por um lado, recorrem a importantes estudiosos como Paulo Freire e Marx para conhecimento da realidade e se propõem a definir os objetivos profissionais sem alusão às noções de ajustamento; mas que, por outro, não rompem com o conservadorismo visto que colocam como objetivo para a profissão nas empresas a integração dos sujeitos à sociedade e não a superação do capital.

Como explicações para estas diferenças entre monografias, podemos elencar processos que influíram em alterações na formação profissional juiz-forana. Primeiramente, pontuamos que em 1974 a FSS/UFJF passa a adotar um novo currículo contendo novas disciplinas e conteúdos, explicitados em Brandão, Fajardo e Souza (1986), que apontam ter havido uma reforma do curso de Serviço Social proposta em fins da década de 1960, denominada Experiência Integrativa. À época de seu surgimento, a reforma buscou

Incorporar conhecimentos teóricos do Serviço Social (...) sem as abordagens grupal, individual e comunitária. Visava, ainda, a conjugar conhecimentos de várias ciências a fim de se conseguir uma teoria própria do Serviço Social e uma atuação vivencial junto à pessoa humana. (...).

Em 1971, a proposta da Experiência Integrativa foi analisada e reformulada, passando a ter como objeto a comunidade, como objetivo a integração social (...) e a metodologia tinha como orientação científica a dialética (...). No entanto, esta linha metodológica não foi assumida por todos os professores, mas apenas por algumas das disciplinas profissionais. (...).

Por falta de uma coordenação que efetivasse as propostas e que fizesse uma avaliação sistemática da experiência, foi necessário um novo projeto de reestruturação do curso.

Nesse projeto foram estabelecidos objetivos específicos para cada período, voltados para um objetivo maior do curso. Os alunos participaram da elaboração desta programação por objetivos, que foi executada em 1973 (BRANDÃO; FAJARDO; SOUZA, 1986, *passim*).

Diante da colocação, podemos notar que o curso de Serviço Social passou por um processo de mudanças profundas, reexaminando seu objeto, objetivo e metodologia e alterando sua base teórico-metodológica de modo a adequá-la à perspectiva de profissão que se colocava naquele momento. Contudo, estas alterações, já sinalizadas em fins da década anterior, se evidenciaram efetivamente a partir do movimento que ganhou força em 1973 e expressão material em 1974, com a implementação do novo currículo escolar.

Nele, os conteúdos programáticos foram colocados em acordo com os elementos da proposta e nessa direção, percebemos continuidades e inovações. Se havia o interesse na incorporação de novos conhecimentos sem a supressão das abordagens tradicionais – individual, grupal e comunitária -, não é estranho que disciplinas com este foco tenham permanecido na estrutura curricular, como Serviço Social de Caso, Serviço Social de Grupo e Serviço Social, cada uma possuindo quatro disciplinas (I, II, III e IV), distribuídas ao longo do curso. Por esta razão, no tocante ao aspecto técnico da profissão, os trabalhos de década de 1970 ainda apresentam experiências do Serviço Social muito próximas destes conteúdos tendo em vista a permanência destas matérias.

Por outro lado, a despeito desta continuidade, tendo em vista as alterações colocadas pela proposta e objetivadas no currículo, verificamos a presença de novas disciplinas que buscavam se aproximar das finalidades elencadas pelo curso na época como Introdução à Economia, Introdução à Filosofia, Antropologia Cultural II, Política I, Comunicação Social, Psicologia Social e Estudo de Problemas Brasileiros, por exemplo (BRANDÃO; FAJARDO; SOUZA, 1986). Através deste conjunto de conteúdos, percebemos haver preocupação do curso de Serviço Social juiz-forano em abordar questões que extrapolassem o conhecimento da profissão *per se* e se esforçassem em conhecer aspectos da realidade sob a perspectiva dialética, indicada na proposta.

Esta é uma das razões que pode nos explicar as diferenças entre as monografias antecedentes e posteriores a 1975, pois se a alteração curricular ocorreu efetivamente em 1974 – data, conforme apontado de incorporação da ESS à UFJF (BRASIL, 1974) - é compreensível

que vejamos algumas mudanças nas produções acadêmicas a partir de então, visto que a primeira monografia que analisamos pós 1974 data de 1976.

Além desta alteração local, própria do âmbito do Serviço Social juiz-forano, vale sobrelevar acontecimentos importantes para a categoria que impactaram a profissão nacionalmente e se expressaram regionalmente. Aqui, ressaltamos o Método BH e o Código de Ética de 1975.

O primeiro conformou-se como uma experiência pioneira no Serviço Social brasileiro que questionou o conservadorismo profissional na vigência da autocracia burguesa. De acordo com Paula (2017, p. 116-117), elaborado e implementado entre 1972 e 1975 e ocorrido na Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais, constituiu uma experiência sem precedentes na história profissão, sendo a maior

expressão do Movimento de Reconceituação no Brasil (...).

As experiências desenvolvidas sob esta lógica procuraram se contrapor à influência do conservadorismo predominante no exercício profissional. Desse modo, podemos dizer que o grupo de assistentes sociais que, através das experiências do “Método BH”, começava a dar forma à intenção de ruptura estabeleceu um novo objetivo para o Serviço Social: a ruptura com o Serviço Social Tradicional e a construção de um novo projeto de profissão aliado aos interesses da classe trabalhadora.

Diante disso, consideramos que a experiência do Método BH também pode ter refletido nas produções acadêmicas e no trabalho profissional pós 1975, tendo em vista que o questionamento ao conservadorismo pode ser visualizado como uma influência deste processo, que abriria caminho para a ruptura com o conservadorismo no estudo sobre empresas e no trabalho dos/das assistentes sociais na década a seguir.

Por fim, mas não menos importante, apontamos que o Código de Ética de 1975 também é elemento importante a ser considerado nesta pesquisa, pois até então a profissão se pautava no documento de 1965, cujo conservadorismo era característico. No promulgado na década ora analisada, estes elementos não só continuam perceptíveis – e não se pode compreendê-los sem consideração da conjuntura nacional e local –, como são aprofundados à medida que o documento retrocede em alguns aspectos em relação ao anterior, como na retirada das referências à democracia, o que faz com que o viés conservador se adense (BARROCO, 2001). Diante disso, consideramos que a permanência de certos aspectos conservadores após sua instituição, têm como razão o que estava posto no próprio documento, que refletia o direcionamento ideológico dominante no momento na sociedade e na própria profissão,

marcado pela vigência da ditadura. Contudo, há que se considerar que a mera citação, ainda que com esquivos, das perspectivas marxista e freiriana visualizadas nestes trabalhos, ainda que de forma embrionária, já representa a presença de referenciais teóricos não conservadores para entendimento do trabalho profissional, o que é um dado importante frente ao contexto ditatorial em que foram escritos.

Diante das reflexões até aqui realizadas, apontamos que a década de 1970 representa um momento de transição entre o conservadorismo profissional e começo de sua ruptura no trabalho de assistentes sociais em empresas. Sendo assim, são visualizadas permanências e mudanças no trabalho profissional nesta área de modo que, na mesma década, vemos que este foi orientado por distintas *concepções de Serviço Social*, expressas na conservação de perspectivas presentes na década de 1960, como o objetivo de ajustamento, e na presença de novos objetivos profissionais – integração - e de novos referenciais teóricos, como a citação de Marx para entendimento da origem das classes sociais.

Destacamos que uma importante mudança ocorrida nesta década consiste na ausência de referência à doutrina social da igreja – que expressa a laicização característica do processo de Renovação (NETTO, 2010) -, ao positivismo e às produções norte-americanas de Richmond e Hamilton, embora tenhamos observado a presença de procedimentos de trabalho nas empresas que se assemelham ao Serviço Social de Caso, de Grupo e de Comunidade. Outra mudança que deve ser destacada é a alusão ao Documento de Araxá, principalmente nos trabalhos que antecedem 1975, pois ainda que este documento tenha sido expressão da perspectiva modernizadora buscou repensar o Serviço Social tradicional vinculado às práticas religiosas e com ela romper, aproximando-se de vertentes científicas como o funcionalismo. Destacamos também a referência aos estudos que tinham como objeto exclusivo as empresas, como os realizados pelos grupos Meta e GESSOT, indicando o interesse das autoras das monografias em conhecer esta área com especificidade. Merece atenção, ainda, o uso de novas referências bibliográficas no sentido de compreender a realidade – inclusive com citação a Marx (DELGADO, DUBOC, 1976), ainda que enviezadamente – para que então, se pudesse compreender a definição e os objetivos do Serviço Social nas empresas.

Desse modo, observamos, através da análise das monografias que, ao longo da década de 1970 o trabalho profissional em empresas procurou afastar-se timidamente do conservadorismo profissional, orientando-se por concepções de profissão distintas que, paulatinamente, propuseram-se a romper com o Serviço Social tradicional. Ressaltamos, contudo, que as mudanças observadas em relação ao trabalho profissional em empresas nos

anos 1960 ainda não representam ruptura completa com o conservadorismo profissional, o que só ocorreria, hegemonicamente, a partir da década seguinte.

No tocante ao trabalho profissional, do ponto de vista técnico-operativo, ainda percebemos a presença da herança tradicionalista na divisão tríade do trabalho em empresas, com intervenções específicas para indivíduos, comunidades e grupos, mas a presença de novos procedimentos que abarcavam processos de investigação até avaliação representa diferenças em relação à década anterior. Contudo, o entendimento da profissão como técnica a ser aplicada na realidade caracteriza tecnicismo, revelando a influência da modernização conservadora (NETTO, 2010) no trabalho dos/das assistentes sociais em empresas.

É importante que visualizemos como a mudança paulatina do objetivo do Serviço Social nas empresas de ajustamento para o de integração social interferiu no modo como os procedimentos de trabalho foram utilizados pelas profissionais, pois a partir do reconhecimento da realidade como algo que poderia ser alterado pelos sujeitos, a profissão passa a preconizar não o ajustamento dos indivíduos a ela e sim a modificação do meio pela ação dos homens. Assim sendo, assumem centralidade intervenções pedagógicas que preconizavam a participação com viés menos moralizador que o da década anterior, principalmente após 1975. Entretanto, há que se reconhecer que, embora a pedagogia da participação supere alguns aspectos em relação à da ajuda (ABREU, 2011), não representa possibilidades de mudanças estruturais, haja vista que

(...) inscreve-se como modalidade interventiva empregada nos âmbitos da macro e micro atuações e como possibilidade de integração dessas esferas operacionais e de garantia da prática numa perspectiva de globalidade, isto é, do chamado *desenvolvimento integral do homem*. Tal processo acaba redundando no emprego de técnicas referentes às abordagens individual e grupal, bem como à capacitação de lideranças, de nucleação de grupos, de utilização de tensão social, que, de fato refletem mais o modelo profissional tradicional do que indicações de ruptura com este modelo (ABREU, 2011, p. 124).

Em termos éticos-políticos, percebemos que a conjuntura desfavorável colocou dificuldades para o curso de Serviço Social em Juiz de Fora, que podem ter se expressado nas monografias. Pontuamos que a não referência ao que estava ocorrendo no momento de escrita das monografias, sem qualquer citação dos acontecimentos pós 1964 em todas elas, pode ser reflexo do contexto que vigorava.

É preciso destacar, ainda, que nesta década há a superação do entendimento do trabalho profissional como algo neutro, pois pudemos perceber, com a leitura dos trabalhos, que as

assistentes sociais das empresas não mais compreendiam a harmonia entre capital e trabalho como uma possibilidade no capitalismo, embora tivessem consciência de que deveriam trabalhar para a ocorrência mínima de conflitos entre patrões e empregados visto ser esta uma das *requisições institucionais para a profissão*.

As requisições empresariais permanecem semelhantes àquelas da década de 1960 e o impedimento e amenização de conflitos continua como imperativo para o trabalho dos/das assistentes sociais. Mas, as mudanças gradativas que se processaram nos anos 1970 indicam que as metamorfoses ocorridas na profissão – que não estão descoladas dos processos sociais – foram responsáveis por mudanças nas *respostas profissionais* no trabalho profissional na área de empresas. Aqui, enfatizamos que, para responder as demandas das empresas, as assistentes sociais procuraram suprimir a influência religiosa das ações profissionais e enfatizaram o tecnicismo, expresso na descrição de como os procedimentos deveriam ser usados no trabalho profissional de maneira a alcançar as finalidades profissionais.

Finalizamos este tópico com o apontamento de Mostaro et. al. (1986) de que o campo de trabalho para assistentes sociais em empresas de Juiz de Fora era muito restrito, haja vista que apenas 15% das companhias existentes no município possuíam estas profissionais e que a maioria dos dirigentes ou desconhecia a profissão ou, quando a conhecia, consideravam sua atividade pouco relevante para o desenvolvimento dos negócios. Frente a isso, consideramos importante ressaltar o esforço empreendido pelas autoras em conhecer uma área de trabalho com pouco reconhecimento pelas empresas da cidade e em um momento desafiador para o Serviço Social nacional e local dadas as condições conjunturais.

Ao final desta análise, reafirmamos que, nos anos 1970, o trabalho dos/das assistentes sociais em empresas não foi orientado por uma única concepção de profissão, mas por distintas concepções que se expressaram através das mudanças ocorridas na realidade e no Serviço Social neste período, que foram esboçadas no decorrer deste item e configuraram um período de transição na profissão marcado por permanências e mudanças.

Concluimos apontando que

Na passagem dos anos 70 para os 80, o clima político de discussão e de luta pela redemocratização do país favorece a cultura crítica assumida pelos setores profissionais, alinhados com o projeto de ruptura. A conjuntura ditatorial dos anos 70 tinha posto inúmeras dificuldades políticas para que essa perspectiva profissional deslanchasse, por isso somente com a abertura política é possível a emersão desses propósitos profissionais. Claro que não se trata de uma tendência majoritária na categoria profissional, pois a maioria dos profissionais continua inserida nas instituições e empresas, sob a égide das orientações modernizadoras. O que é factual é a existência de um

movimento mais forte de renovação profissional, cujas premissas põem em questão toda a base profissional até então construída, tanto nas formulações teóricas quanto na prática, no interior das instituições (TRINDADE, 2001, p. 17).

Postas estas questões, passamos, agora, à apreciação das monografias da década de 1980, pois foi através delas que observamos que o trabalho profissional em empresas passa a se orientar por uma concepção de profissão que busca romper com o conservadorismo profissional.

3.3) Busca por ruptura com o conservadorismo e por uma nova direção social orientadora do trabalho profissional em empresas: análise das monografias dos anos 1980

Conforme elucidamos, a década de 1980 apresenta um conjunto de transformações no Brasil e no mundo que não podem ser olvidadas nesta dissertação. Desse modo, buscamos apresentar estas alterações compreendendo que elas conformam o cenário em que as monografias da referida década se inscrevem. Na medida em que apontamos que o Serviço Social não esteve alheio às alterações que se processaram, é mister que esclareçamos como este conjunto de transformações se expressou no trabalho profissional em empresas nos anos 1980 e como os TCCs expressaram esta conjuntura.

A princípio, é válido destacar que em fins de 1970 e início de 1980 a faculdade de Serviço Social juiz-forana passava por situações conflituosas relacionadas à ainda vigente ditadura. Brandão, Fajardo e Souza (1986, p. 131, grifo nosso) apresentam relato de diretor do curso entre 1981 e 1985, revelando a situação vivenciada na época.

Gostaria, para uma maior compreensão deste período 81-85, vivido pela escola, chamar atenção para a conjuntura sócio-política-histórica da sociedade brasileira.

Todos os segmentos da sociedade se expressavam em demonstrar os entulhos acumulados pela ditadura militar. A universidade não fugiu a essa regra, passando então a viver um período de grandes conturbações, que refletem direta e intensamente na Faculdade de Serviço Social. Assim, professores, alunos e funcionários, por meio de mecanismos diversos, apresentavam toda a insatisfação que viviam.

Entretanto, um dos canais mais acionado foram as greves que ocorreram quase que de forma sucessiva, o que dificultava o desenvolvimento contínuo de um projeto, voltando-nos basicamente para uma ação nesta relação de forças diversas, com a preocupação de, mesmo de maneira velada, fortalecer aquele

movimento e, ao mesmo tempo, garantir ao aluno prosseguir sua caminhada rumo à formação profissional, por ele perseguida.

Embora setores e instituições da sociedade juiz-forana tenham contribuído para instauração da ditadura em 1964 (ARMOND; MUSSE; SANTOS, 2017), também houve na cidade oposição ao regime de modo que, nos anos 1980 no âmbito da UFJF, foram realizadas diversas greves, conforme apontado na citação. A FSS, expressando as mudanças que vinham ocorrendo na profissão em âmbito nacional, buscou se inserir neste contexto de mobilizações fortalecendo as frequentes greves – evidenciando, desse modo, posicionamento político ao lado das lutas dos trabalhadores - ao mesmo tempo em que buscava garantir a formação profissional com qualidade.

Nesta conjunção, inserem-se as monografias da década de 1980. Na pesquisa realizada no arquivo da FSS/UFJF encontramos cinco TCCs cujo trabalho dos/das assistentes sociais em empresas tenha sido objeto de estudo¹²⁶. São eles:

- 1981: *Serviço Social na Companhia Têxtil Bernardo Mascarenhas*, de autoria de Giselda Gonçalves Miranda e Maria Aparecida de Andrade.
- 1981: *Análise e Replanejamento de um Trabalho em Empresa*, de autoria de Maria do Carmo Brandão Vargas e Sheila Maria Santiago Brasil,
- 1982: *Implantação do Serviço Social na Siderúrgica Mendes Júnior*, de autoria de Ana Amélia Pereira Dato.
- 1986: *Análise da Importância do Serviço Social de Empresa*, de autoria de Adriana Mendes Pires, Alessandra Leite Fonseca, Heloísa Helena Guelber, Mara Lúcia Ferreira e Wilma Aparecida de Andrade Seguro.
- 1986: *Análise do Serviço Social na Engesa Química S.A.*, de autoria de Ana Maria Reis Duque, Iris Aparecida de Almeida Esteves, Maria Onília Estrusco de Oliveira e Suêde Avelar Netto.

¹²⁶ Embora tenhamos tido acesso às cinco monografias, neste item apresentamos a análise de apenas quatro, pela seguinte razão: quando realizadas as leituras dos trabalhos, foi observado que o de Vargas e Brasil - apresentado em dezembro de 1981 - apresentava muitas semelhanças com o de Miranda e Andrade – apresentado em junho de 1981. Vargas e Brasil (1981), assim como Miranda e Andrade (1981) tiveram como objeto de estudo o Serviço Social na CTBM, desenvolveram o trabalho com as mesmas referências e chegaram às mesmas conclusões e, a semelhança entre ambos trabalhos é tal que até mesmo as redações não se diferenciam. Corroborando com este apontamento, a própria banca examinadora da monografia de Vargas e Brasil (1981) indicou que “quanto ao mérito, lamentamos que as discentes demonstrassem tão pouca criatividade na escolha do tema, já que este, no semestre anterior, foi tratado em um TCC sob o título “Serviço Social na Companhia Têxtil Bernardo Mascarenhas” de maneira estranhamente semelhante ao que ora analisamos”.

Frente ao apontamento de Netto (2010) de que a perspectiva da intenção de ruptura somente se espraia sobre a categoria profissional a partir de 1982 e 1983, conforme elucidado, diferenças entre as monografias antecedentes e posteriores a estas datas são observadas na medida em que o próprio trabalho profissional em empresas se modifica. Dentre as razões para estas distinções destacam-se a produção de Yamamoto e Carvalho (2014) (que a partir da primeira monografia de 1986 será utilizada como referência em todos os TCCs sobre trabalho do Serviço Social em empresas a partir de então, o que revela sua importância para compressão da profissão neste espaço sócio ocupacional); os avanços na produção intelectual sobre Serviço Social em empresas, presentes nas reflexões Mota (2008) (que também a partir de 1986 passam a ser utilizadas como referência na maioria dos TCCs analisados); a reforma curricular de 1982 e sua implantação na FSS e o Código de Ética Profissional de 1986.

Não obstante, a despeito das diferenças que existem entre os trabalhos e que serão explicitadas no decorrer deste item, é mister destacar que as quatro monografias se propõem a buscar o conhecimento do Serviço Social em empresas imerso nos processos históricos. Esta busca expressa um novo direcionamento teórico-metodológico que não mais procurava conhecer nem as empresas e nem a profissão de modo endógeno, mas relacionadas à realidade e a suas transformações.

Nessa direção, os TCCs de 1981 e 1982, antes de realizarem reflexões sobre o trabalho dos/das assistentes sociais em empresas, se propuseram a conjecturar sobre aspectos históricos que se relacionam com o debate sobre estas instituições, como desenvolvimento do capitalismo internacional e sua relação com o desenvolvimento econômico brasileiro, no sentido de contextualizarem suas respectivas pesquisas. Assim, em Miranda e Andrade (1981, p.8), foi possível observar o apontamento de que

Ao se optar pelo relato de uma experiência vivenciada em uma estrutura empresarial, torna-se necessário (...) apresentar (...) uma exposição teórica sobre Revolução Industrial, visando reportar ao leitor conhecimentos da origem, formação e desenvolvimento do modo de produção capitalista, que surgiu efetivamente no século XVIII e que conseqüentemente veio a ser a causa da criação da Cia. Têxtil Bernardo Mascarenhas, objeto de estudo do presente trabalho.

Isto evidencia a preocupação das autoras em conhecer a empresa que se propuseram a estudar contextualizada nos processos históricos, o que já revela uma diferença em relação aos

TCCs das décadas de 1960 e aos que antecedem 1975. De modo semelhante, Dato (1982, p.8) ao expor os procedimentos metodológicos de sua pesquisa aponta que

Inicialmente procede-se uma retrospectiva histórica a respeito do surgimento do capitalismo e suas implicações sociais. É fundamental especificar em particular o caso brasileiro, como se desenvolveu e como se encontra atualmente para maior compreensão sobre a instituição-empresa inserida no contexto geral (...).

Logra destaque que as referidas monografias, ao buscarem conhecer o desenvolvimento do capitalismo, revelam uma significativa mudança de perspectiva teórica que faz com que, a partir de então, os TCCs passem a tomar o modo de produção capitalista como referência para compreender o trabalho profissional em empresas, e isto não é algo que possa ser despercebido em nossa análise. A busca por compreender o capitalismo reflete o interesse de conhecer a conjuntura em que tanto as empresas capitalistas – visto que CTBM e Mendes Júnior podem ser classificadas como tal - quanto o Serviço Social se desenvolvem, haja vista que, a partir desta década há, nas quatro monografias, o entendimento de que o trabalho profissional em empresas não deve ser analisado apartado do conhecimento do capitalismo, pois é neste modo de produção que o Serviço Social tem sua gênese.

Ao reconstruir o desenvolvimento do capitalismo em âmbito internacional, Dato (1982, p. 10, grifo nosso) indica que

(...) no século XIX surgem os oligopólios e monopólios, diminuindo o caráter competitivo, pois unificavam as forças empresariais. (...). Essas forças produtoras desencadeiam o Imperialismo, última fase do capitalismo. Neste estágio, o capital financeiro adquire supremacia sobre as demais formas de capital. **Segundo a teoria marxista-leninista este estado representa o fim do capitalismo, pois a concentração dessa forma obtida, necessariamente conduzirá ao socialismo.**

Sobre a citação, é preciso fazer duas ponderações. Em primeiro lugar, a alusão à supremacia do capital financeiro, nos parece indicar contato com estudos que buscaram compreender o processo de reestruturação produtiva que, à época de escrita do TCC, já estava consolidado internacionalmente (Cf. NETTO, 1996; ANTUNES; 2010). Contudo, a monografia apenas menciona a financeirização do capital, sem citar autor algum. Desse modo, não sabemos precisar quais referenciais teóricos embasaram a afirmativa.

Em segundo lugar, apontamos a referência a Marx e Lênin já no começo dos anos 1980, revelando que, mesmo em uma conjuntura ditatorial – que, embora com sinais do esgotamento,

ainda subsistia -, o curso de Serviço Social de Juiz de Fora admitia a presença de autores que, na perspectiva do regime, eram considerados subversivos. Não obstante, é interessante observar que a leitura de Dato (1982) sobre os pensadores indica que a fase imperialista do capital levaria, necessariamente, ao socialismo. Consideramos importante ponderar esta questão pela seguinte razão: se, por um lado, a citação de Marx e Lênin indica uma mudança teórico-metodológica para compreensão dos processos históricos, por outro, o entendimento do socialismo como algo dado após a fase imperialista, nos parece indicar uma concepção do modo de produção capitalista e dos processos históricos sob uma perspectiva evolutiva, como se o socialismo fosse uma certeza após o fim do capitalismo que, por sua vez, também parece ser compreendido como uma asserção. Esta leitura oblitera o fato de que o socialismo só se coloca como possibilidade pelo enfrentamento das classes sociais antagônicas e que não é, de modo algum, indubitável caso o modo de produção capitalista finde. Contudo, ao passo em que, conforme apontamos, ao Serviço Social eram imputadas dificuldades de se apropriar das fontes originais marxistas e marxianas no início dos anos 1980, é compreensível a presença desta leitura que nos parece enviesada, conforme presente nas reflexões de Netto (2010). Aqui, o que importa destacar é a busca por referenciais não tradicionais para conhecimento do real.

Além de apontarem traços do desenvolvimento capitalista internacional, tanto Miranda e Andrade (1981) quanto Dato (1982) buscaram conhecer aspectos da formação sócio histórica brasileira, com ênfase no processo de industrialização, visto que entediam que este se relaciona à formação de empresas no país. Ambas resgatam elementos da economia da Primeira República e indicam como o período que se inaugura em 1930 representa uma guinada no processo de industrialização, reconhecendo-o como um momento em que são engendradas mudanças econômicas sem precedentes no país.

O Brasil até esta época fora um país com estrutura semicolonial. Com o processo de industrialização inicia-se o desenvolvimento, em todos os setores: econômico, cultural social e político.

No plano econômico verifica-se o aparecimento de um mercado interno que se expandiu com o café e com a abolição da escravatura. (...).

No plano social a partir de 30, surge duas novas classes: a da burguesia industrial e do proletariado urbano, e a expansão rápida da classe média. O próprio Estado começa a participar de forma ativa, e, como principal elemento do desenvolvimento nacional. (...).

No plano político, no período semicolonial era caracterizado pelo domínio de uma pequena oligarquia de senhores de terra (...). Com a Revolução de 30 a oligarquia perde o poder e entra em decadência. As novas classes sociais começam a participar do governo (MIRANDA; ANDRADE, 1981, p. 10).

Dentre as mudanças observadas nos planos econômico, social e político, destacamos a menção à origem de novas frações de classes sociais no Brasil a partir de 1930. A monografia de Delgado e Duboc (1976), conforme indicado, foi a primeira, dentre as analisadas para construção desta dissertação, a mencionar as classes sociais. Entretanto, este trabalho procurou apresentar uma definição de classes sociais, sem especificar como, no Brasil, capital e trabalho se consolidaram¹²⁷. Nesta direção, a monografia de Miranda e Andrade (1981) representa avanços na medida em que busca conhecer como burguesia e proletariado se consolidaram enquanto classes distintas em nosso país. A presença desta compreensão já no primeiro TCC dos anos 1980 revela como a FSS, neste momento, procurava se aproximar das particularidades do desenvolvimento do capitalismo na realidade brasileira.

Embora citadas nas quatro monografias, apenas em Dato (1982, p. 22), as classes sociais são conceituadas:

Aceita-se o conceito apresentado por Lênin, ao qual se refere Mello Rico, que assim enuncia:

“Grandes grupos de homens que se diferenciam entre si pelo lugar que ocupam num modo de produção, historicamente determinado; pelas relações em que se inserem, quanto aos meios de produção (relações estabelecidas e formuladas nas leis; pelo papel que desempenham na organização social do trabalho e pelo modo e proporção em que participam da riqueza social. As classes são grupos humanos, um dos quais pode apropriar-se do trabalho do outro, pelo fato de ocuparem posições diferentes em determinado regime de economia social (LÊNIN, s.d., *apud.* RICO, 1982, p. 34)”.

Entendendo as classes sociais como grupos que se diferenciam em razão do lugar ocupado em determinado modo de produção, Dato (1982) - que se baseou em Lênin, expressando, novamente, a presença de referenciais teóricos marxistas -, compreende que burguesia e proletariado possuem interesses distintos, razão pela qual aponta a não possibilidade de equilíbrio entre eles nas empresas. Esta compreensão pode ser reflexo do fato que Dato (1982) buscou se referenciar em Rico (1985) para abordar a temática das empresas que, conforme indicamos, aponta a existência de conflitos entre classes nestes espaços. Aqui, é imprescindível destacar que todas as monografias dos 1980 conjecturam que é impossível haver harmonia entre classes nas empresas, embora o empresariado coloque esta requisição para a profissão, conforme se observará.

¹²⁷ Ressalte-se que no momento de escrita da monografia de Delgado e Duboc (1976), em plena vigência ditatorial, o uso de referenciais teóricos marxistas não era predominante ou, quando existente, era repleto de leituras enviesadas. Dada a repressão que se observou na FSS (BRANDÃO; FAJARDO; SOUZA, 1986), a mera referência a classes sociais em 1976 é elemento que não pode ser desqualificado.

Sobre a questão da busca dos TCCs em compreender os processos históricos, as monografias de Pires et. al. (1986) e de Duque et. al. (1986), assim como as de Miranda e Andrade (1981) e Dato (1982), também indicam elementos do processo de industrialização brasileiro, trazendo aspectos do período da colonização até o fim da República Velha e enfatizando o impulso industrial que se verifica a partir de 1930 com o primeiro mandato Vargas. Nessa direção, apresentam dados sobre a crise da produção cafeeira, o crescimento da urbanização, a expansão da burguesia industrial, a ampliação da classe operária, o uso da repressão no trato das reivindicações trabalhistas e a crise internacional de 1929, enquanto elementos partícipes do processo de industrialização do Brasil. Os quatro TCCs reconhecem a inserção subordinada do Brasil ao capital internacional e revelam como isto foi basilar para a dependência econômica do país. Para tal, referenciam-se em pensadores brasileiros como Celso Furtado e Otávio Ianni, revelando o interessante discente em conhecer a realidade brasileira. Interesse este que consideramos como expressão do próprio direcionamento e da própria postura que a FSS assume nos 1980, conforme evidenciado na assertiva do diretor de curso entre 1981 e 1985.

Apesar destes pontos em comum, as monografias de Dato (1982), Pires et. al. (1986) e Duque et. al. (1986) apresentam uma diferença muito importante em relação à de Miranda e Andrade (1981): a alusão ao operariado brasileiro. Sobre isto, Dato (1982, p. 25, grifo nosso) buscou se debruçar sobre a constituição do operariado nacional indicando que

(...) a classe operária brasileira surgiu de etnias bem diversificadas – o índio, o branco e o imigrante. Contudo, o de maior significância para a industrialização brasileira, foi a grande leva de europeus que vieram trabalhar na lavoura cafeeira, especialmente até 1930.

(...) o processo de industrialização brasileira repercutiu de maneira diversa no operariado brasileiro.

Enquanto que, para o trabalhador europeu significou uma degradação de seu trabalho artesanal qualificado, pois foram alienados dos instrumentos de produção, para o trabalhador agrícola brasileiro apresentou aspectos vantajosos. Foi encarado mesmo como uma ascensão social, pois se profissionalizou no processo produtivo global.

Baseando-se Otávio Ianni (2004), compreendemos que o entendimento da formação do operariado brasileiro como proveniente de distintas etnias presente na monografia é reflexo da leitura deste autor. Contudo, é preciso problematizar um ponto da citação: Dato (1982) indica que o processo de industrialização representou perdas para os trabalhadores europeus, que foram despossuídos de seu trabalho artesanal qualificado e dos meios de produção para tal –

em que se percebe, novamente, a presença de leituras marxistas -, mas se traduziu em proveitos para os trabalhadores brasileiros, haja vista que estes puderam se profissionalizar. De fato, o avanço da industrialização no Brasil exigiu maior profissionalização do operariado e a instituição de entidades como o SENAI é elucidativa para compreender esta questão. Entretanto, consideramos problemático afirmar que isto representa ascensão social, pois embora tenha havido maior qualificação dos operários, o que se viu no processo de industrialização brasileiro foi a permanência da exploração da força de trabalho de modo tão intenso quanto na produção agrícola. Em nosso entendimento, a industrialização não propiciou ascensão social, pois transpôs a intensa exploração do trabalho observada na produção agrícola para o interior das indústrias, condicionando os trabalhadores a péssimas condições de trabalho e de sobrevivência, conforme indicam Iamamoto e Carvalho (2014). Apesar disto, consideramos que a mera referência à formação do operariado nacional é uma questão importante a ser ressaltada, pois em relação às décadas anteriores, é a primeira vez que observamos a preocupação em compreender questões relativas à constituição dos trabalhadores na história do país.

Sobre o movimento operário, Pires et. al. (1986) e Duque et. al. (1986) não só buscam compreender como o operariado brasileiro se formou, mas, fundamentalmente, esforçam-se em conhecer o processo de lutas trabalhistas desde a Primeira República até a década de 1980. Sobre a Primeira República, observa-se que “no decorrer deste período, o saldo das conquistas dos trabalhadores foi mínimo, uma vez que as medidas estatais e particulares foram restritas, pautando-se principalmente na repressão ao movimento operário (PIRES et. al., 1986, p. 6).

O governo Vargas é apontado por Duque et. al. (1986) como um período em que são instituídas legislações sociais para responder a históricas demandas trabalhistas no sentido de manutenção da harmonia na sociedade.

(...) o comportamento político da classe operária passou a ser encarado como um fato admissível e do interesse geral, na medida em que os grupos dominantes perceberam que a ‘paz social’ imposta através de uma legislação social e trabalhista, com componentes paternalistas e repressivos simultaneamente, reverteria em elevação dos níveis de produtividade econômica das empresas (DUQUE et. al., 1986, p. 36).

Já Pires et. al. (1986), ainda sobre o primeiro governo varguista, o compreendem como um momento em que, ao lado das legislações sociais, são criados aparatos repressivos para reduzir a autonomia das organizações sindicais. Nas palavras das autoras, “o governo Vargas foi marcado por intenso controle do movimento operário para o qual utilizou-se amplamente a

repressão como forma de desorganizar os órgãos políticos e sindicais representativos dos trabalhadores (PIRES et. al., 1986, p. 6).

As duas monografias de 1986 reconhecem que o período que se inaugura com Vargas é fundamental para conhecimento do movimento operário, pois foi a partir dele que se criaram, na esfera estatal, aparatos normativos de grande abrangência tanto para garantir pleitos trabalhistas históricos quanto para institucionalizar a luta dos trabalhadores.

Em continuidade ao histórico do movimento operário no Brasil, observa-se que

Nas décadas de 40 e 50, o operariado brasileiro aumentou consideravelmente seu contingente, e as reivindicações fundamentais voltam-se contra a fome e a carestia, no entanto não se limita apenas ao plano econômico, mas reivindicavam liberdade sindical, medidas contra o imperialismo estrangeiro e manifestação de repúdio a aprovação do acordo Militar Brasil-EUA¹²⁸ (PIRES et. al., 1986, p. 7).

As referidas décadas são consideradas também por Duque et. al. (1986) como um momento de maior expressividade do movimento operário e de ampliação de suas reivindicações. Contudo, estas décadas são abordadas brevemente, posto que o maior interesse das autoras das monografias de 1986 consistiu no conhecimento dos desdobramentos que o período que se inaugura em 1964 colocou para o operariado. Nessa direção, o histórico de lutas do movimento operário apresentado pelas autoras tem como foco o período de repressão colocado pela ditadura.

Duque et. al. (1986) pontuam que antes de 1964, o íterim que compreende os governos de JK, Jânio Quadros e João Goulart foi marcado por processos democráticos, de modo que o movimento operário pôde articular suas lutas sem sofrer intensa repressão pelo Estado. Contudo, a ditadura abole este processo. Segundo as autoras, no período que antecede o golpe

Os trabalhadores sindicalizados haviam desenvolvido uma ampla capacidade de mobilização e de pressão, iniciando sua ascensão como classe através da criação de associações regionais (federação de trabalhadores e empresários) e nacionais, como o Comando Geral dos Trabalhadores.

Ainda que as greves não fossem generalizadas, desempenharam um papel significativo no contexto do movimento operário, o que não ocorreria no período subsequente, quando é fechado o espaço político de reivindicações da classe operária (...).

Isso decorreu do Golpe de 64 que, partindo de uma coalisão civil-militar, tomou o poder (...).

¹²⁸ O referido acordo consistiu em um tratado assinado pelos governos brasileiro e estadunidense em 1952 representados, respectivamente, pelos presidentes Vargas e Truman. O acordo tinha como objetivo o fornecimento de material norte-americano para o Exército Brasileiro em troca de minerais estratégicos (BRASIL, 1953).

O processo repressivo que se instaurou no país, levou à desarticulação das organizações das classes trabalhadoras, as partir da perseguição política de seus líderes e outras medidas adotadas pelo Governo (DUQUE et. al., 1986, p.40-41, grifo nosso).

Na mesma direção, Pires et. al. (1986, p.8, grifo nosso), descrevem as refrações que a ditadura impôs não só ao operariado organizado, mas à classe trabalhadora como um todo devido à política econômica que se estabeleceu nos governos militares e que vigorou até 1985.

Em consequência da ação repressiva do aparato estatal, os movimentos populares, inclusive os sindicais, foram desarticulados. (...).

A nova política econômica acelerou o processo inflacionário, que passou a ser combatido principalmente com o arrocho salarial.

Em decorrência desta política, a situação de vida da classe trabalhadora agravou-se profundamente, uma vez que foi sobre esta camada da população que recaiu o ônus do controle do processo inflacionário.

As monografias das referidas autoras esboçam grande esforço em clarificar o que a ditadura representou para o movimento operário brasileiro e, sobre isto, consideramos elementar fazer algumas ponderações. Conforme apontado, é no trabalho de Dato (1982) que o movimento operário é citado pela primeira vez nos TCCs analisados nesta dissertação. Não obstante, é com Pires et. al. (1986) e Duque et. al. (1986) que o histórico das lutas operárias no Brasil ganha relevo. Em Miranda e Andrade (1981), o operariado é citado apenas enquanto classe que se forma após 1930 no Brasil, sem menção ao histórico de suas lutas trabalhistas. Estas diferenças observadas nas monografias não são mera causalidade, pois encontram fundamentos nas mudanças que se processaram na realidade brasileira e no Serviço Social na década de 1980.

Segundo indicado, desde fins da década de 1970 a ditadura, já em crise, estava sendo questionada pela população brasileira e o Serviço Social já passara por experiências que conjecturaram a possibilidade de uma nova orientação teórico-metodológica e ético-política para a profissão, como o Método BH em 1975 e o Congresso da Virada em 1979. Nessa direção, é compreensível que o TCC de Miranda e Andrade, escrito em 1981, já apresente algumas expressões destes processos, como a busca por conhecer aspectos do desenvolvimento do capitalismo no mundo e no Brasil para compreender o surgimento da CTBM, e a busca por conhecer a origem de novas frações de classes sociais a partir da entrada deste modo de produção no país nos anos 1930.

Já na monografia de Dato, escrita em 1982, observamos diferenças em relação à de Miranda e Andrade (1981), visto que esta autora – além de também buscar compreender o

desenvolvimento do capitalismo - faz referência a Marx e Lênin para conjecturar sobre a fase imperialista do capitalismo (em que percebemos interpretações enviesadas dos autores), faz referência a Lênin para definição de classes sociais e cita a formação do movimento operário brasileiro a partir de diferentes etnias, com base em Ianni (2004). Entendemos que estas distinções decorrem do fato de que quando Dato (1982) escreveu sua monografia, a vertente da intenção de ruptura se espalhava pela categoria profissional (NETTO, 2010) e a FSS/UFJF passava pelo processo de implementação do currículo de 1982.

Ao passo em que o espalhamento da intenção de ruptura foi abordado em momento anterior, dedicamo-nos, agora, a conhecer brevemente o contexto em que se colocou a necessidade de um novo currículo para os cursos de Serviço Social nos anos 1980. Segundo documento da ABESS/CEDEPSS (1996, p. 145, grifos nossos)

O projeto curricular de 1982 (...) é uma das expressões mais significativas do processo de renovação profissional (...). Esse processo é retratado na produção teórica do Serviço Social, na organização política da categoria, nas reflexões éticas, na ampliação das pesquisas e nas mudanças operadas no próprio exercício profissional.

De fato, (...) a conjuntura histórica do final dos anos 70 e início da década de 80 – pontuada por uma “grave crise econômica, acompanhada de rearticulação política da sociedade civil” (ABESS, 1984) – colocou a revisão do currículo e da formação profissional como uma necessidade histórica, contextualizada pela crise da ditadura, pela reorganização da sociedade, pela especificidades da universidade brasileira, deixando patente o esforço de tratar o exercício profissional no interior da dinâmica da sociedade brasileira nos anos 80.

Nesse contexto, **passa-se a discutir o direcionamento da formação profissional, seus objetivos e conteúdo e a função social da formação profissional, enfatizando sua importância no desenvolvimento de uma prática consciente e consequente no interior das relações de classe na sociedade brasileira.**

Castro e Toledo (2011), corroborando com o contido na citação, enfatizam que, nas discussões sobre o novo currículo, o debate sobre a função social da profissão foi fundamental, haja vista que o Serviço Social, inserido no contexto de crise da ditadura, se questionava sobre quais interesses de classe e sobre qual direção social a categoria deveria preconizar. À medida que a profissão buscava se aproximar cada vez mais das lutas da classe trabalhadora que se faziam presentes nos anos 1980 (CFESS, 2009), se tornava fulcral para a categoria conhecer efetivamente a realidade dos trabalhadores e reorientar o trabalho profissional para o atendimento de seus interesses nos diversos espaços sócio ocupacionais em que a profissão se inseria, inclusive nas empresas (Cf. MOTA, 2008).

Ante a aproximação que o Serviço Social buscava fazer com a realidade dos trabalhadores, o novo currículo, aprovado pelo CFE em 1982, procurou ter “como referência básica o homem como ser histórico de uma realidade (...) daí a relevância de conhecer o contexto social, a dinâmica das instituições” (PINTO, 1986 apud. CASTRO; TOLEDO, 2011). Nesta direção, o novo currículo buscou ter como fundamento a “realidade social, compreendida criticamente em seu movimento contraditório” (ABESS/CEDEPSS, 1996, p. 146) e, para tal, precisou reformular as bases do projeto de formação anterior.

Desse modo, o currículo suprimiu disciplinas como Serviço Social de Caso, Serviço Social de Grupo e Serviço Social de Comunidade, haja vista que elas concebiam tanto a realidade quanto os homens sob uma perspectiva fragmentada e descolada da realidade e não possibilitavam uma compreensão abrangente do real e de seus processos históricos. O currículo instituído em 1982 se dividia em dois ciclos – ciclo básico e ciclo profissionalizante - e possuía as seguintes disciplinas:

As disciplinas que faziam parte da área básica eram: Filosofia, Sociologia, Psicologia, Economia, Antropologia, Formação Social, Econômica e Política do Brasil, Direito e Legislação Social.

(...). As disciplinas da área profissionalizante eram: Teoria do Serviço Social, Metodologia do Serviço Social, História do Serviço Social, Desenvolvimento de Comunidade, Administração em Serviço Social, Pesquisa em Serviço Social, Ética Profissional em Serviço Social e Planejamento Social.

O Estudo dos Problemas Brasileiros, Educação Física, Trabalho de Conclusão de Curso e Estágio Supervisionado, faziam parte das matérias complementares obrigatórias que estavam fora da carga horária (CASTRO. TOLEDO, 2011, p. 11)¹²⁹.

Este conjunto de disciplinas objetivava oferecer aos estudantes de Serviço Social um aporte teórico-metodológico que propiciasse “o exercício e a sistematização de uma prática voltada para uma realidade objetiva” (idem, 2011, loc. cit.); realidade esta permeada de desigualdades e conflitos de interesses antagônicos que, nos anos de ruína da ditadura, fizeram-se latentes com o reerguimento dos movimentos sociais da classe trabalhadora. Com isso, compreendemos que o currículo de 1982 representa, de fato, a busca da profissão por uma nova direção social.

¹²⁹ Castro e Toledo (2011) revelam que o currículo de 1982 representou avanços significativos para a profissão. Contudo, alguns problemas se observaram em sua estrutura como a divisão das disciplinas relativas ao Serviço Social em Teoria, Metodologia e História, o que representava fragmentação na compreensão da profissão. Isto, conforme abordaremos no item 3.4 desta dissertação, será colocado em debate nos anos 1990, quando a profissão propugna novas diretrizes curriculares em 1996.

A FSS/UFJF, circunscrita neste quadro de modificações tanto da realidade brasileira quanto do Serviço Social, incorpora as indicações da ABESS para reforma curricular, sob o entendimento de que era necessário que a formação acadêmico-profissional correspondesse às mudanças endógenas e exógenas à profissão e, por conseguinte, aproximasse-se da realidade social. Em Juiz de Fora

A estrutura curricular até então vigente dividia-se em ciclo básico e ciclo profissionalizante, sendo o primeiro composto por disciplinas como Sociologia, Psicologia, Economia, Direito e Legislação Social; e o segundo constituído pelas disciplinas de Política Social, Ética Profissional, Serviço Social de Casos, Grupo e Comunidade (PINTO, 1986). De acordo com a coordenadora do curso no início dos anos 80, esta estrutura fazia como que se formassem profissionais com uma visão e uma prática fora do contexto vivido e com um pensamento fragmentado/esfacelado da realidade. (...).

A Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, atendendo às solicitações da ABESS, iniciou em 1977 os estudos sobre o currículo vigente na Unidade de Ensino, visando uma futura reestruturação. No ano de 1979, após as análises sobre o conteúdo do currículo vigente, a FSS elaborou suas primeiras modificações, mas não as colocou em prática, pois a proposta de currículo pela ABESS ainda não havia sido aprovada pelo CFE (CASTRO; TOLEDO, 2011, p. 16).

Ao passo em que, conforme citado, o novo currículo foi efetivamente aprovado pelo CFE em 1982, a FSS elaborou uma proposta curricular que incorporava as orientações da ABESS, as determinações do CFE e as especificidades da realidade local (Cf. CASTRO; TOLEDO, 2011). Nessa direção, a FSS, ao implementar um novo currículo buscou assegurar aos discentes do curso de Serviço Social “(...) uma elevada qualificação teórica, sedimentada numa concepção totalizadora do conhecimento e aliada à instrumentalização técnico-operativa necessária à formação de quadros profissionais capazes de inserir-se crítica e eficazmente no mercado de trabalho” (FSS, 1982 *apud*. CASTRO; TOLEDO, 2011).

Tendo em vista que a monografia de Dato (1982) foi escrita no mesmo momento de implementação do novo currículo na FSS, consideramos que seu conteúdo pode expressar algumas mudanças colocadas a partir da reforma curricular, como o conhecimento da realidade sob uma perspectiva totalizadora, motivo pelo qual o TCC pode ter buscado se referenciar em Marx e Lênin para compreender aspectos do desenvolvimento do capital. A citação da formação do movimento operário nos parece expressar o interesse das discentes de se aproximar da realidade dos trabalhadores. Desse modo, atribuímos à reforma curricular de 1982 os avanços que a monografia de Dato (1982) expressa em relação à de Miranda e Andrade (1981).

Já as monografias de Duque et. al. e Pires et. al., ambas escritas em 1986, apresentam distinções em relação à de Dato (1982), como o fato de não só citarem como o movimento operário se formou em termos étnicos, mas de, conforme indicamos, se esforçarem em conhecer a trajetória de lutas operárias no Brasil. Consideramos que estas diferenças são reflexo dos seguintes elementos: das já citadas produções de Iamamoto e Carvalho (2014) e de Mota (2008) que, respectivamente, colocaram novas possibilidades para compreensão da profissão na realidade e do trabalho do Serviço Social em empresas (mote que retomaremos a frente); do fim da ditadura civil-militar em 1985 e da promulgação de um novo Código de Ética Profissional em 1986, ou seja, de uma nova concepção de profissão.

Conforme apontamos, o fim da ditadura recolocou, através da reabertura democrática, possibilidades aos movimentos sociais brasileiros de reorganização e mobilização (Cf. NETTO, 2010). Neste contexto em que reemergem diversos movimentos sociais, o Serviço Social, em continuidade às mudanças que vinha realizando desde meados da década de 1970, promulga um novo Código de Ética em 1986. Este documento representa diferenças fundamentais em relação ao de 1975, em que ainda predominavam orientações conservadoras (Cf. BARROCO, 2010). O conteúdo do documento de 1986 corresponde à conjuntura de efervescência política posta pelo fim da ditadura e expressa princípios e valores que se colocavam na ordem do dia para os movimentos sociais daquele momento, como autonomia, liberdade e democracia. O CEP de 1986 coloca para o Serviço Social como imperativo o compromisso central com as necessidades dos trabalhadores, se constituindo como a primeira normatização profissional a definir que a profissão deveria se assentar, de fato, ao lado dos interesses de uma determinada classe social. O próprio documento (1986, p. 1) afirma que

A sociedade brasileira no atual momento histórico impõe modificações profundas em todos os processos da vida material e espiritual. Nas lutas encaminhadas por diversas organizações nesse processo de transformação, um novo projeto de sociedade se esboça, se constrói e se difunde uma nova ideologia. Inserida neste movimento, a categoria de Assistentes Sociais passa a exigir também uma nova ética que reflita uma vontade coletiva, superando a perspectiva a-histórica e acrítica, onde os valores são tidos como universais e acima dos interesses de classe. **A nova ética é resultado da inserção da categoria nas lutas da classe trabalhadora e, conseqüentemente, de uma nova visão da sociedade brasileira. Neste sentido, a categoria através de suas organizações, faz uma opção clara por uma prática profissional vinculada aos interesses desta classe.** As conquistas no espaço institucional e a garantia da autonomia da prática profissional requerida pelas contradições desta sociedade só poderão ser obtidas através da organização da categoria articulada às demais organizações da classe trabalhadora (CFAS, 1986, p.1).

É preciso ressaltar que no CEP de 1986, o/a assistente social tem sua autoimagem enquanto agente da transformação institucional e social. A importância de enfatizar este aspecto está no fato de que, conforme esboçado nas monografias de 1986, o trabalho profissional deveria procurar mobilizar os trabalhadores objetivando transformação da realidade social, conforme se observará.

A direção social impressa no currículo de 1982

Vinculada aos interesses da classe trabalhadora também é expressa na reformulação do Código de Ética Profissional. Tido como uma referência do processo de renovação profissional, na perspectiva de ruptura com o Serviço Social tradicional, o Código de Ética de 1986 reafirma a dimensão política da prática profissional e avança eticamente no sentido de sua crítica aos valores universais e tomados abstrata e a-historicamente nos códigos anteriores. Sua oposição ao conservadorismo ético profissional reafirma o processo de avanço teórico-político da profissão legitimando a construção de uma prática comprometida com a transformação profissional (ABESS/CEDEPSS, 1996, p. 146).

Tendo em vista o conteúdo do próprio Código de Ética Profissional, que reafirma a direção social do currículo de 1982, consideramos que a recuperação da trajetória do movimento operário presente em Pires et. al. (1986) e Duque et. al. (1986) refletia o novo posicionamento profissional que preconizava a defesa dos interesses da classe trabalhadora. Nessa direção, a alusão aos seus processos de manifestações e lutas nos parece indicar um entendimento de que o Serviço Social deveria conhecer a história e a realidade dos sujeitos a quem seu trabalho profissional deveria se direcionar.

Com base no exposto até aqui, atribuímos que as diferenças evidenciadas entre as monografias de Miranda e Andrade (1981) e de Dato (1982), Pires et. al. (1986) e Duque et. al. (1986) são devidas às mudanças que se processam a partir de 1982 no âmbito da profissão e da realidade. Sobre estas mudanças, é interessante pontuar, ainda, que Dato (1982), Pires et. al. (1986) e Duque et.al. (1986) referem-se à ditadura utilizando a terminologia “golpe”, enquanto Miranda e Andrade (1981) utilizam “governos fortes”. Entendemos esta diferença também como resultante das alterações observadas, pois ao passo em que a profissão passa a se aproximar do conhecimento da realidade sob nova base curricular e sob novo direcionamento ético, é possível compreender que a ditadura, de fato, se conformou como um golpe civil-militar (Cf. NETTO, 2010). Aliado a isto, a própria fragilidade do regime e seu fim em meados dos anos 1980 possibilita a utilização desta terminologia que antes, devido à intensa repressão, poderia não ser permitida.

No curso das alterações observadas, os TCCs de 1982 em diante compreendem que, “iniciado os anos 1980, a situação social, econômica e política do país entrava em uma nova crise” (DUQUE et. al., 1986, p. 26) decorrente das medidas tomadas pelos governos militares. Neste esteio

(...) o regime implantado no pós-64 começou a ruir, uma vez que já se encontrava falido, não atendendo à realidade, e culminando com a instauração de uma nova fase na história do país, intitulada “Nova República”. Este novo período caracterizou-se, inicialmente, como uma tentativa de redemocratização do país e da saída para a crise que se estendeu durante os anos da ditadura militar (DUQUE et. al., 1986, p.27).

Em resposta à esta crise, Dato (1982, p. 27) – fazendo uma nova menção ao movimento operário - indica que “o recente processo de abertura já tem permitido mudanças no comportamento do operariado brasileiro” Nesta conjunção, “surge um novo sindicalismo combativo e comprometido com as lutas e aspirações dos trabalhadores, as oposições sindicais se fortalecem modificando qualitativamente as perspectivas de crescimento político do movimento sindical” (PIRES et. al., 1986, p.9).

Nesta direção, as greves do ABC Paulista são citadas por Pires et. al. (1986) e Duque et.al (1986) como um acontecimento ímpar que contribuiu para o combate da ditadura e como um evento fundamental no histórico do movimento operário brasileiro, pois ambas autoras reconhecem que estas greves abriram possibilidades para a reorganização da classe trabalhadora. Sendo as monografias de 1986 correlatas à promulgação do novo Código de Ética Profissional, que colocou para a profissão o compromisso com as lutas e projetos da classe trabalhadora (Cf. CFAS, 1986), a retomada do histórico do movimento operário é considerada “fundamental para a compreensão do Serviço Social de empresa, que surge no contexto capitalista para atender as reivindicações desta classe de forma a atenuar os conflitos oriundos da relação capital/trabalho” (PIRES et. al., 1986, p. 4).

Antes de expormos o modo como os trabalhos abordam o Serviço Social, é importante destacar que somente na monografia de Duque et. al. (1986, p. 27-28, grifo nosso) há problematizações sobre o primeiro governo que se instaura após o fim da ditadura. Estas autoras apontam que o governo Sarney instituiu um plano para vigorar entre 1986 e 1989, denominado Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República, direcionado a executar três metas principais:

(...) reformas no setor público, crescimento econômico e combate à pobreza. Este plano se difere dos anteriores em relação a opção de retomada do crescimento econômico brasileiro com uma clara orientação social. Nesse sentido, considera-se essencial a erradicação da pobreza através da concentração de recursos em programas sociais, assim como da melhoria da distribuição de renda pela recuperação dos salários. A nível do discurso, a definição da retomada do crescimento econômico tendo como prioridade o pagamento da dívida social assumida nos governos anteriores, expressa um compromisso do Governo com as camadas populares, incorporando, neste nível, as suas principais reivindicações por melhores condições de vida. No entanto, na prática **há que se considerar os objetivos econômicos de continuidade do processo econômico de acumulação capitalista, peculiar à sociedade industrial, assim como os interesses das diferentes frações burguesas que compõem o bloco do poder. E sob este aspecto as medidas governamentais não se propõem a efetivar transformações estruturais profundas, limitando-se a elaborar estratégias de ação reformistas que visem reduzir os problemas de saúde, alimentação e habitação da população mais pobre.**

Com isso, podemos perceber que o TCC de Duque et.al. (1986) se preocupa não só em retomar aspectos da história brasileira, mas também em conhecer o que estava acontecendo na contemporaneidade em termos de mudanças no país e problematizar o direcionamento das propostas do governo Sarney. Ao passo em que estas autoras escreveram sua monografia no primeiro ano de mandato do referido presidente, consideramos fundamental destacar o esforço de conjecturarem sobre como, mesmo com discurso diferente ao dos governos militares no plano econômico e social, a proposta do Estado continuava a, efetivamente, atender os interesses do capital sem qualquer finalidade de resolução estrutural dos problemas vivenciados pela população, visto que apenas reformas foram sugeridas.

De posse das constatações até aqui realizadas, observamos que há nas monografias da década de 1980 maior busca por compreender a realidade social, principalmente no que toca às particularidades da história brasileira, para que, em seguida se compreenda a emersão do Serviço Social. Neste esteio, o resgate do movimento operário logra destaque, principalmente em 1986, na medida em que, em decorrência das mudanças que sinalizamos, se coloca para a profissão a premência por conhecer seu público-alvo nas empresas: a classe trabalhadora.

No tocante ao Serviço Social, todas as monografias apontam a emergência da questão social como base de justificação para gênese da profissão no Brasil na década de 1930. Diferentemente do que se observou nos anos 1960 em que advinha das encíclicas católicas o significado de questão social (Cf. PAPA LEÃO XIII, 1891), na década de 1980, esta passa a ser compreendida como resultante da contradição entre capital e trabalho. Em Miranda e Andrade (1981), se observa a utilização da produção de Carvalho (1980) como referência para

compreensão da questão social e do surgimento do Serviço Social que, por sua vez, tem sua gênese vinculada à Igreja Católica na monografia. No mesmo caminho, vê-se em Dato (1982, p. 52-53) a compreensão de que

O Serviço Social (...) se origina e se desenvolve em resposta à questão social ocasionada pelo desenvolvimento capitalista industrial e a expansão urbana, que se configura nas novas classes sociais emergidas – proletariado e burguesia industrial. Porém, a ideia de ajuda para atendimento das necessidades sociais está presente em toda a história.

Já nas monografias de 1986, observamos maior refinamento na retórica das autoras, que localizam o surgimento da questão social em decorrência das contraditórias e antagônicas relações entre capital e trabalho e compreendem o surgimento e desenvolvimento da profissão no bojo da divisão social do trabalho colocada pelo modo de produção capitalista. Os apontamentos feitos pelos TCCs de 1986 refletem a apropriação da produção de Yamamoto e Carvalho (2014), traço que será observado na abordagem de diversos aspectos relativos à história da profissão, conforme se observará. No tocante à questão social e sua relação com a origem do Serviço Social, observa-se que

A questão social constitui-se no centro das contradições que permeiam a sociedade, isto é, nas relações antagônicas entre burguesia e proletariado. No entanto, não é reconhecida pelas frações dominantes (Estado, burguesia agroexportadora e empresariado), que adotam principalmente mecanismos repressivos (aparato policial) e algumas tímidas medidas assistenciais no enfrentamento da questão social.

Neste momento, a Igreja Católica tendo em vista recuperar sua hegemonia (...), reorientou sua ação social, através de sua organização interna e da articulação da intelectualidade católica, objetivando a divulgação do pensamento social da Igreja e a criação de aparatos de organização do movimento laico (DUQUE et. al., 1986, p. 46-47, grifo nosso).

O Serviço Social surge e se desenvolve como profissão na divisão social do trabalho no contexto do desenvolvimento do capitalismo industrial e da conseqüente expansão urbana. Em tal contexto, emergem novas classes: burguesia industrial e proletariado urbano, que possuem interesses antagônicos. O relacionamento contraditório estabelecido entre as classes (a primeira defendendo a manutenção do **status quo** e a segunda reivindicando o direito à cidadania) leva a Questão Social, determinando novas necessidades sociais e novos impasses que passam a exigir profissionais especialmente qualificados para o seu atendimento (...).

Desta forma, **a implantação do Serviço Social relaciona-se diretamente às profundas transformações econômicas e sociais pelas quais vinha passando a sociedade brasileira (...)** (PIRES et. al., 1986, p. 10, grifo nosso).

Com base no exposto, observamos a não existência de divergências na compreensão da questão social em sua relação com a profissão e a influência de leituras que buscaram compreendê-la em decorrência das contradições entre capital e trabalho, como Carvalho (1980) nas monografias de 1981 e 1982 e Iamamoto e Carvalho (2014) nas de 1986. Há reconhecimento da repressão e da assistência como formas de trato da questão social e do surgimento do Serviço Social correlato às transformações que se colocam nos anos 1930 no país, quando as expressões da questão social exigem novas modalidades de intervenção pelo aparato do Estado para serem atendidas (Cf. IAMAMOTO; CARVALHO, 2014). Estas citações elucidam que as monografias da década de 1980, expressando o direcionamento da FSS/UFJF à época, buscaram novos referenciais teóricos-metodológicos não só para conhecer a realidade social, mas também para compreender o evoluir da própria profissão no Brasil.

Neste momento, destacamos a menção que os TCCs fazem à relação entre Serviço Social e Igreja Católica, apontando como a profissão foi serviente ao interesse de recuperação da hegemonia desta instituição religiosa. As monografias apontam que a relação entre profissão e catolicismo, aliada à influência do positivismo, impôs à formação acadêmico-profissional viés conservador – “estilo de pensamento que recorre a um modo de vida do passado, ideologicamente orientado para responder a projetos de ação voltados para a manutenção da ordem capitalista” (CLOSS, 2017, p.43) - durante algumas décadas e impregnou-a de moralismos. O destaque desta questão é fundamental, pois é a primeira vez que a formação é problematizada nas monografias que analisamos. Miranda e Andrade (1981) e Dato (1982) resgatam os traços constitutivos da formação profissional no período em que dominava o tradicionalismo na profissão, indicando que

(...) a formação do Assistente Social se dividiria em quatro aspectos principais: científica, técnica, moral e doutrinária. A primeira, a partir de noções muito variadas, se compunha de conhecimentos sobre o Homem na sua vida física, psicológica, econômica, moral, social e jurídica, estado normal e perturbações a qual está submetido. A preparação técnica ensinaria como combater os males sociais, e a imprimir ao trabalho do Assistente Social um caráter inteiramente diverso do desenvolvido pelas demais formas de assistência. Na ausência de uma sistematização satisfatória a prática seria o elemento essencial dessa formação técnica, e onde se formaria a mentalidade profissional.

A formação moral seria o coroamento do trabalho de preparação do Assistente Social, pois em falta de uma formação moral solidamente edificada sobre uma base de princípios cristãos, a ação seria falha em falta de elementos que garantem uma ação educativa, que é visada pelo Serviço Social. A formação doutrinária seria a base, o elemento vivificador de todos ou outros aspectos da formação do Assistente Social (MIRANDA; ANDRADE, 1981, p. 42-43, grifo nosso).

Pelas suas bases originárias, o ingresso na profissão requisitava dos seus candidatos: devotamento, desinteresse, moral irrepreensível, sociabilidade, simpatia, etc.

Estas qualidades pessoais seriam orientadas numa teoria humanista cristã. Além destas, deveria possuir saúde (ausência de defeitos físicos), meio social e familiar equilibrado, contato com personalidade de destaque, a fim de melhor beneficiar a profissão. A origem social assumia aspecto relevante, pois impressionaria a classe mais pobre.

No processo de produção teórica, a formação do Assistente Social se efetuava em quatro aspectos:

- Científico: conhecimento sobre o homem nas suas dimensões física, psicológica, econômica, moral, social e judiciária, além do desenvolvimento do raciocínio e da lógica.
- Técnica: sistematização da atuação da Assistência Social sobre os males sociais, diferenciando-a das demais práticas assistenciais.
- Moral: formação dos princípios cristãos, ensino das normas de conduta humana individual ou em sociedade, focalizando a posição do Assistente Social em sua tarefa.
- Doutrinária: este é o aspecto base. A visão do profissional perante a vida deveria corresponder à sua ação, pois só assim estaria convicto dos princípios que lhe cabe defender (DATO, 1982, p. 67, grifo nosso).

Com isto, observa-se que o Serviço Social priorizava uma formação baseada em valores morais e doutrinários que deveriam orientar os/as assistentes sociais não só no trabalho profissional, mas na própria vida. Destacam-se ainda as características – até mesmo físicas - e aptidões que deveriam ter as profissionais, pois seria a partir delas que as chamadas “classes pobres” se impressionariam. Ambas monografias, que criticam as insuficiências do conservadorismo profissional, apontam que a profissão deveria, na perspectiva conservadora da formação profissional, combater os denominados “males sociais” e, com a leitura dos TCCs, percebemos que estes males se referiam aos “desajustes” considerados pela profissão como inerentes aos trabalhadores que não estavam inseridos na esfera do trabalho e que não orientavam suas vidas segundo os mandamentos cristãos, podendo, com isso, sucumbir aos maus hábitos (Cf. IAMAMOTO; CARVALHO, 2014). A crítica presente nas monografias de 1981 e 1982 à formação profissional orientada por este viés conservador se fundamenta no fato de que esta, segundo a concepção das autoras dos TCCs, conduziu a profissão a intervenções que compreendiam os homens apartados da realidade social, de modo que seus “problemas” eram percebidos como individuais, provenientes de desajustes morais e psicológicos. Esta é a razão pela qual, na década de 1980, compreende-se que perspectivas de cunho conservador não mais deveriam subsistir, pois “como o campo de atuação do Serviço Social é uma realidade complexa e em constante mudança, a concepção tradicional se torna insuficiente para a explicação dos fenômenos” (DATO, 1982, p. 54).

Nas monografias de Pires et. al. (1986) e Duque et. al. (1986), embora haja o reconhecimento de que o conservadorismo não mais deveria orientar o trabalho dos assistentes sociais, não são observadas críticas diretas à formação profissional tradicionalista. Entendemos que isto pode se dever ao fato de que, quando estas autoras escreveram suas monografias em 1986, a FSS já havia implantado o currículo de 1982 e realizado, por conseguinte, reformas que objetivavam suprimir os resquícios de conservadorismo na formação profissional, como a eliminação das disciplinas de Serviço Social de Caso, Grupo e Comunidade (Cf. CASTRO; TOLEDO, 2011), conforme apontado. Ao passo em que Miranda e Andrade (1981) e Dato (1982) produziram seus trabalhos em períodos muito próximos à reforma curricular, compreendemos que a crítica ao tradicionalismo que vigorou na formação profissional pode ser reflexo dos debates que se processavam na FSS em torno do currículo de 1982.

No tocante às reflexões e problematizações sobre o conservadorismo profissional, observamos em Pires et.al (1986) e Duque et. al. (1986) uma crítica sistemática ao Serviço Social tradicional que toca nos aspectos teóricos, técnicos e éticos que configuravam o projeto profissional conservador. As reflexões destas autoras, embora não se debrucem especificamente sobre a formação acadêmico-profissional, reconhecem as implicações do histórico conservadorismo nela presente para a profissão. A crítica feita por estas autoras evidencia, novamente, o conhecimento e a apropriação de produções intelectuais que tiveram como fundamento a teoria social de Marx, como a de Yamamoto e Carvalho (2014). Por conseguinte, suas monografias indicam, respectivamente, que

Os Assistentes Sociais, em razão de sua formação profissional, que tem por base a Doutrina Social da Igreja e os princípios do Positivismo, consideram a organização social satisfatória, negando as contradições sociais advindas do Capitalismo nacional, excluindo as relações de produção e, conseqüentemente, os antagonismos de classe. Nesse sentido responsabilizam o proletariado por sua situação “patológica”, sendo esta justificada como fruto da crise de formação moral do mesmo. **Possuem, assim, uma visão acrítica e aclassista da realidade social, concebendo a sociedade como uma unidade harmônica, onde jamais as lutas de classe vêm à tona.** Tal visão legitima a ação tutelar sobre o proletariado e mistifica a exploração capitalista, substituindo a análise da realidade por valores e exigências, o que leva à apreensão moralizante desta através de categorias abstratas e subjetivas dos problemas sociais (PIRES et. al., 1986, p. 12, grifo nosso).

Os Assistentes Sociais ao entenderem a sociedade como um todo harmônico, ao qual os indivíduos deveriam se ajustar, defendiam apenas as necessidades de reformas e adaptações desta, que acompanhassem sua evolução. A exploração do capitalismo era assim mitificada e transformada num problema de ordem moral, educacional ou assistencial.

Quanto ao aspecto metodológico e técnico, o Serviço Social não desenvolveu um trabalho de teorização e adaptação à realidade brasileira dos pressupostos absorvidos através da influência europeia.

Os Assistentes Sociais, nesse período, não identificavam as causas materiais da questão social, atuando apenas sob seus efeitos e representações, negando conseqüentemente as transformações estruturais. A atuação dos Assistentes Sociais caracterizou-se fundamentalmente por uma ação ideológica de ajustamento às relações sociais vigentes, que eram encobertas e englobadas num projeto de recristianização da sociedade e de formação moral e religiosa da população, basicamente, o proletariado (DUQUE et. al., 1986, p. 48, grifo nosso).

Com base no exposto, inferimos que é unânime nos TCCs dos anos 1980 o *reconhecimento das intervenções pautadas no conservadorismo profissional como respostas profissionais insuficientes e distantes das necessidades postas pelos trabalhadores na realidade social*. Nesta direção, as monografias resgatam a gênese da profissão no Brasil no sentido de elucidar como, em momentos anteriores ao de escrita de seus respectivos trabalhos, o Serviço Social se orientou por princípios e valores que se diferiam daqueles que passaram a ser preconizados nos anos 1980, principalmente após a instituição do CEP de 1986, como autonomia, democracia e liberdade, elementos que configuram uma concepção de Serviço Social disposta a romper com o histórico conservadorismo profissional.

No que se refere ao histórico da profissão no Brasil, ressaltamos que em Pires et. al. (1986) e Duque et. al. (1986) há uma diferença em relação aos TCCs de 1981 e 1982, que consiste na menção ao desenvolvimento das instituições assistenciais como espaços de institucionalização do Serviço Social. Nisto percebemos, mais uma vez, a influência de Iamamoto e Carvalho (2014), posto que é nesta produção intelectual que a inserção profissional nas referidas entidades é amplamente estudada. Em Duque et. al. (1986) se observa tal influência na citação direta, pela primeira vez nas monografias estudadas, dos referidos autores:

As grandes instituições assistenciais desenvolveram-se num momento em que o Serviço Social, como profissão legitimada dentro da divisão social do trabalho – entendido o Assistente Social como profissional que domina um corpo de conhecimentos, métodos e técnicas – é um projeto ainda em estado embrionário; é uma atividade profundamente marcada e ligada à sua origem católica, e a determinadas frações de classes, as quais ainda monopolizam seu ensino e prática. Nesse sentido, o processo de institucionalização do Serviço Social será também o processo de profissionalização dos Assistentes Sociais formados nas escolas especializadas (IAMAMOTO; CARVALHO, 1983 *apud*. DUQUE et. al., 1986, p. 48).

Sobre o Serviço Social, consideramos fundamental ressaltar, por fim, a alusão ao Movimento de Reconceituação presente nas monografias de Dato (1982), Pires et. al. (1986) e Duque et. al. (1986), compreendido como um processo fundamental de busca de ruptura com o conservadorismo profissional. Ressalte-se que em Miranda e Andrade (1981) não há referência à Reconceituação, o que, novamente, atribuímos ao fato deste TCC ter sido escrito antes das reformulações que ocorreram com a instituição do currículo de 1982. Ainda que as três monografias citadas façam menção ao referido Movimento, também são observadas diferenças entre a forma que o trabalho de Dato (1982) e os dois datados de 1986 abordam o mesmo processo. Diferenças estas que decorrem das mesmas modificações na realidade e na profissão que apontamos neste item, conforme podemos perceber a partir dos seguintes apontamentos.

Em Dato (1982, p. 41-42) há a consideração de que “uma das grandes contribuições do Movimento de Reconceituação foi a mudança do seu foco de preocupação: ao invés da situação particular, passa a considerar a relação geral-particular; a visão psicologizante e interpessoal é ampliada para uma visão política de interação e da intervenção”. Para esta autora, a principal mudança posta pela Reconceituação latino-americana consistiu na supressão do projeto de profissão conservador que tinha como um de seus caracteres a compreensão dos sujeitos de modo individualizado. Em substituição a isto, aponta a autora que a Reconceituação logrou progressos ao questionar o conservadorismo e ampliar a perspectiva profissional, que passaria, a partir de então, a buscar conhecer a realidade de maneira global com base em novo referencial teórico-metodológico e ético-político para orientar o trabalho dos/das assistentes sociais nos mais diversos espaços sócio ocupacionais, onde incluem-se as empresas. À época de escrita da monografia, indica Dato (1982, p. 69) que

O Movimento de Reconceituação não apresenta uma etapa consumada na história do Serviço Social. É antes um processo que vem se realizando, cerca de vinte anos, no qual docentes e profissionais se reúnem para questionar uma teoria e metodologia não condizentes com a nova realidade ou uma realidade melhor percebida à luz das teorias.

Já em Pires et. al. (1986), observamos a presença de elementos que nos remeteram às reflexões de Netto (2010) sobre os desdobramentos do processo de Renovação do Serviço Social brasileiro, embora não tenhamos observado referência a este autor na leitura do TCC. As autoras apontam que a Reconceituação, ao questionar o tradicionalismo, fez emergir concepções distintas de Serviço Social. No Brasil, estas concepções se fizeram presentes,

segundo o estudo de Pires et. al. (1986), a partir do Seminário de Araxá, que resultou em duas perspectivas de orientação para o Serviço Social nacional: a perspectiva desenvolvimentista e a perspectiva de transformação social. A primeira

(...) também denominada modernizadora e da integração social, fundamentada teórica e ideologicamente no Positivismo e no Funcionalismo, postula a manutenção do *status quo* ao negar a existência das relações contraditórias entre as classes sociais. A sociedade é concebida de forma fragmentada, e o sistema social é considerado equilibrado e harmônico, sendo assegurado por um conjunto de normas e padrões que determinam o comportamento dos indivíduos na sociedade. Estes são percebidos de modo isolado, desarticulados das relações sociais em que estão inseridos, sendo, portanto, responsabilizados por suas condições sociais.

Os profissionais adeptos desta tendência defendem reformas equilibradas e dirigidas, que não afetem a estrutura da sociedade, mas que propiciem o seu aperfeiçoamento. Sendo assim, assumem a ideologia da burguesia nacional, transformando-se em instrumento desta ao promover a integração da população ao processo de desenvolvimento proposto pelo Estado. (...).

Pode-se constatar que a prática profissional que emerge desta tendência, se fundamenta nos mesmos pressupostos ideológicos que norteavam as ações tradicionalmente desenvolvidas, apresentando-se revestida de uma roupagem mais moderna, técnica e eficaz. Assim, o Serviço Social em sua evolução histórica caracteriza-se como uma prática social (...) que vem servindo predominantemente aos interesses dos setores dominantes de expansão e racionalização do modo de produção capitalista (PIRES et. al., 1986, p. 14).

A perspectiva desenvolvimentista rememora a modernização conservadora elucidada por Netto (2010) como uma das vertentes do processo de Renovação do Serviço Social no Brasil. Ressaltamos a crítica feita por Pires et. al. (1986) a essa perspectiva sob a compreensão de que, a partir dela, a profissão manteve-se subserviente aos ditames dominantes, embora revestida por elementos modernizadores. Nesta direção, ressaltamos a citação da integração como algo que, na concretude, direcionou-se às finalidades dominantes. Isto corrobora com a afirmativa feita na análise das monografias da década de 1970 – principalmente as produzidas após 1975 - de que, embora a integração constituísse-se como um objetivo profissional distinto do ajustamento observado nos TCCs dos anos 1960, não representava ruptura completa com o conservadorismo profissional.

Já a perspectiva transformadora

(...) também conhecida como da liberdade ou dialética, fundamentada teórica e ideologicamente no método histórico-estrutural, objetiva a transformação da sociedade, concebendo-a a partir das relações contraditórias entre as distintas e antagônicas classes sociais numa relação de dominação.

O homem é visto como um ser em relação com os outros homens, dentro de uma estrutura de classe responsável pelos conflitos, desigualdades e problemas sociais.

Os profissionais que se engajam nesta tendência partem da análise crítica da sociedade, vendo-a como uma realidade constituída de forças antagônicas, regida por relações sociais de dominação. Assim visam a libertação das frações subalternas através da formação da consciência social destas, que possibilitam o desenvolvimento de um processo de politização e participação, tendo em vista a luta pela sua hegemonia na sociedade.

A prática profissional compromete-se com as classes dominadas, incorporando seus interesses, reivindicações, necessidades e ações políticas, numa perspectiva de trabalho voltada para a transformação estrutural, a partir das relações estabelecidas no processo de produção (PIRES et. al., 1986, p. 14-15, grifo).

Esta perspectiva remonta à intenção de ruptura, enunciada por Netto (2010) também como um desdobramento da Renovação. Observamos na leitura da monografia de Pires et. al. (1986) um indicativo de que a orientação do Serviço Social na década de 1980 deveria se nortear segundo os princípios desta tendência, que muito se assemelham ao conteúdo do Código de Ética de 1986. Desse modo, o trabalho dos/das assistentes sociais em empresas deveria ter como fundamento a análise crítica do real e se direcionar no sentido de priorizar os interesses da classe trabalhadora para que se processassem transformações estruturais.

Na mesma direção, Duque et. al. (1986) também tecem considerações sobre estes desdobramentos da Reconceituação latino-americana¹³⁰. Estas autoras apontam que, no Brasil, as práticas profissionais baseadas na tendência denominada desenvolvimentista assumiram centralidade desde a instauração da ditadura até meados da década de 1970, quando o Serviço Social começa a expressar, ainda que não hegemonicamente, a construção de um projeto profissional apartado das concepções conservadoras da profissão. Sobre estas questões, o que consideramos fundamental destacar é que, se em Pires et. al. (1986) pudemos apenas indicar reflexões que parecem ter tido os estudos de José Paulo Netto como referência, em Duque et. al. (1986) temos a confirmação da influência deste autor, o que se verifica na seguinte passagem:

¹³⁰ Consideramos interessante destacar que as monografias de 1986 reconhecem que o Serviço Social brasileiro foi amplamente influenciado pela Reconceituação latino-americana. Contudo, não há menção ao denominado Processo de Renovação do Serviço Social brasileiro, conforme presente em Netto (2010). Creditamos isto ao fato de que a renovação é esboçada por este autor com a publicação de *Ditadura e Serviço Social* em 1991, cinco anos após a escrita das monografias.

(...) a ação do Serviço Social na América Latina se situa entre duas posições segundo José Paulo Netto¹³¹. Uma posição ideológica, mantenedora, cuja perspectiva teórica procura justificar a realidade social a partir do indivíduo como causador dos desajustes caracterizando, assim, a ação profissional de caráter assistencialista, e uma posição ideológica transformadora que assume duas tendências:

- a tendência reformista, numa perspectiva teórica desenvolvimentista. Neste enfoque, a natureza é levada em consideração, desde que não se transforme em elemento perturbador da ordem vigente. As reformas apregoadas são no sentido de propiciar melhorias no sistema, uma vez que é ele quem propicia o bem-estar social.

- tendência revolucionária, assumindo uma perspectiva dialética de transformação da realidade social, a qual questionava a ordem estabelecida evocando mudanças estruturais para o sistema. Do mesmo modo, evidencia o componente ideológico e político da ação profissional, vinculado historicamente aos interesses dominantes, reorientando-o, tendo em vista a libertação do homem oprimido, a partir de um compromisso que atendesse à realidade subdesenvolvida (DUQUE et. al., 1986, p. 53)¹³².

Esta é a primeira vez que Netto é citado como referência nas monografias analisadas e consideramos isto tão importante quanto as alusões a Yamamoto e Carvalho (2014) que se observam a partir de 1986 em todas as monografias analisadas. Sendo Netto um autor que buscou conjecturar e estudar o Serviço Social imerso nas relações sociais - produzidas e reproduzidas no modo de produção capitalista-, e se colocar ao lado da defesa dos interesses da classe trabalhadora, compreendemos que sua presença como referencial teórico converge com as mudanças que se observavam na profissão nos anos 1980 e que objetivavam redefinir a função social e o direcionamento do Serviço Social, donde os elementos até aqui elencados, como o currículo de 1982 e o CEP 1986, são expressões.

Com base no exposto, fica evidente o interesse das monografias tanto em conhecer aspectos da realidade - como o desenvolvimento do capitalismo nacional - quanto em desvelar o evoluir do Serviço Social no sentido de compreender a imbricação histórica entre modo de produção capitalista, questão social e gênese da profissão. Desse modo, as questões até aqui apresentadas constituem-se enquanto fundamentação para estudo do trabalho dos/das assistentes sociais em empresas nos TCCs dos anos 1980, pois é unânime nas quatro monografias o entendimento da impossibilidade de compreensão do trabalho profissional em empresas sem o resgate do cenário em que tanto elas quanto a profissão emergem. Nesta

¹³¹ Em referência ao texto *A crítica conservadora à Reconceptualização*, publicado em 1984 na Revista Serviço Social e Sociedade, nº 5.

¹³² Observa-se, aqui, uma compreensão que melhor se aproxima do contido em *Ditadura e Serviço Social*. A perspectiva mantenedora parece referir-se à atualização do conservadorismo; a reformista à perspectiva modernizadora, e a revolucionária à intenção de ruptura (Cf. NETTO, 2010).

direção, somente após toda esta contextualização, os TCCs começam a abordar e refletir sobre a área de empresas, mote que, a partir de agora, roga nossa atenção.

Sobre *definições de empresa*, nas monografias antecedentes a 1986 observamos a descrição de tipos e funções com base em Galves (1991) de maneira semelhante à que fizemos na introdução desta dissertação. Desse modo, Miranda e Andrade (1981) e Dato (1982) descrevem as funções econômica - apontando que o *objetivo fim das empresas é o lucro* - e social das empresas e definem empresa industrial, manufatura, empresa agrícola, de serviços etc. Pires et. al. (1986, p. 24, grifo nosso), na mesma direção indicam que

É imprescindível que antes de se definir o Serviço Social no campo de empresa, proceda-se a uma explicitação do que se entende por empresa, situando esta organização dentro dos moldes capitalista, já que este é o sistema vigente em nossa sociedade. (...).

A empresa, a partir de várias concepções, pode ser definida, pelas autoras deste trabalho como uma unidade econômica cujo objetivo é o lucro, seja através da produção, prestação de serviços e de outras atividades econômicas. Situa-se neste aspecto a função econômica da empresa, sendo que a função social se manifesta no sentido de satisfazer os indivíduos que dela fazem parte, já que não é uma organização simplesmente econômica, mas composta por seres humanos que cumprem tarefas comuns.

Com isto, nota-se a compreensão de que, *para alcance do lucro, as empresas desempenham funções econômica e social*. Mas é em Duque et. al. (1986) que se observa uma diferença significativa em relação à estas definições: a definição de empresa ancorado em Mota (2008), com citação da mesma aceção que utilizamos nesta dissertação para explicitar nosso entendimento sobre empresa, ou seja, da empresa enquanto “instituição cujo *objetivo é gerenciar capital e trabalho* na produção de bens e serviços que se transformam em mercadorias” (MOTA, 2008, p. 53). Na seção II, buscamos elucidar como o estudo de Mota (2008), cuja primeira publicação data de 1985, representou uma inflexão nas produções intelectuais sobre Serviço Social em empresas na medida em que buscou desvelar os reais interesses da requisição do empresariado para o Serviço Social e conjecturar sobre a possibilidade de uma nova prática profissional em empresas que se orientasse para o atendimento não só das demandas patronais, mas fundamentalmente dos trabalhadores. Nessa direção, a presença das reflexões desta autora em monografia dos anos 1980 revela o interesse em conhecer o Serviço Social sob perspectivas teórico-metodológicas críticas. Ainda no que toca as reflexões sobre empresas, cabe ressaltar que, na década de 1980, não mais observamos a história das empresas personificada em seus dirigentes ou descoladas dos processos sociais,

haja vista o próprio interesse das autoras em compreender a realidade social. Colocadas estas pontuações, os TCCs debruçam-se a conhecer o Serviço Social em empresas.

Inicialmente, cabe rememorar que a compreensão de que seria possível haver harmonia entre interesses de classes é completamente obsoleta nas monografias dos anos 1980. Não obstante, isto não significa que não tenhamos observado permanências no tocante às reflexões sobre Serviço Social em empresas em relação à década anterior. Como exemplo, apontamos que na monografia de Miranda e Andrade (1981) ainda persiste referência ao Grupo GESSOT para *definição do Serviço Social em empresas*, que é apontado como

(...) uma intervenção profissional nos diversos fenômenos sociais que caracterizam a relação Homem-Trabalho, visando a realização do trabalhador como homem, assim como a valorização e humanização do trabalho. (...).
É a intervenção nos diversos fenômenos que caracterizam a estrutura empresarial e nas situações que tenham relação com a situação de trabalho, dentro de uma perspectiva de desenvolvimento integral (GESSOT *apud*. MIRANDA; ANDRADE, 1981, p. 44).

Tendo o GESSOT como base, em Miranda e Andrade (1981) permanece a compreensão de que o trabalho do Serviço Social em empresas deveria ocorrer em níveis de macro e micro atuação, conforme observamos nas monografias dos anos 1970. Para embasar tal posicionamento, as autoras remetem a Rico (1985) indicando que esta

(...) aponta que a divisão feita pelo GESSOT, entre funções micro e macro, não são mais do que funções fins e funções meio, e em atuação direta e indireta junto ao cliente. (...).
As funções fins são aquelas que por si só atingem o objetivo da intervenção, sendo que as funções meio são instrumentos intermediários para se atingir aqueles objetivos (...) (CBCISS, 1970) (MIRANDA; ANDRADE, 1981, p. 45).

Estas permanências em relação às monografias de 1970, também presentes no TCC de Dato (1982) sob as mesmas referências teórico-metodológicas, são suprimidas nas monografias de 1986, que passam a ter a produção de Mota (2008) como embasamento para compreensão do Serviço Social em empresas. Nelas, observamos busca por conhecer *as requisições das empresas para o Serviço Social e as respostas profissionais*. No tocante às requisições, observamos em Duque et. al. (1986, 59) que

A justificativa da empresa para a contratação do profissional é formulada apenas ao nível de qualificação técnica deste agente, necessária ao

desenvolvimento dos projetos do setor de recursos humanos, no sentido de racionalizar a prestação dos serviços sociais numa dimensão educativa. No entanto, “(...) para além do que é veiculado como aspecto técnico, está presente o componente político da requisição, identificado na necessidade de mediar interesses de classe” (MOTA, 1985, p. 17).

O que as autoras buscam elucidar é que, apesar do empresariado justificar a contratação do Serviço Social pelo aspecto técnico de trabalhar com benefícios empresariais, há, na realidade, um *componente político na requisição empresarial dos/das assistentes sociais que consiste na mediação das contradições de classe* precisa ao patronato para que o operariado se mantenha controlado. No sentido de atender à esta demanda do empresariado

As atividades desenvolvidas pelo Serviço Social nos setores empresariais visam atender aos problemas sociais decorrentes da insuficiência salarial dos trabalhadores. Sendo assim, **esse técnico¹³³ assume posição de controlador e amenizador dos problemas sociais que atingem a produção da empresa** (PIRES et. al., 1986, p. 26).

Nesta direção, Pires et. al. (1986) pontuam que, historicamente, o trabalho profissional em empresas se dedicou, de modo quase exclusivo, a construir *respostas profissionais* que preconizavam a requisição empresarial e que, a partir das mudanças sucedidas nos anos 1980, seria preciso se direcionar às demandas dos trabalhadores.

Com base nestas exposições, não podemos deixar de reconhecer que os TCC de 1986, ao terem condições de se apropriar de referenciais teóricos-metodológicos vindouros da teoria social marxista, conformam uma mudança de direção nas abordagens sobre o trabalho do Serviço Social em empresas, pois é a partir deles que, de fato, observamos uma radical mudança no aspecto teórico-metodológico das monografias. Mudança esta que imprime à realidade leituras não tradicionalistas e fragmentadas e que buscam conhece-la em sua totalidade.

No que tange o aspecto ético-político, desde a monografia de 1981 é possível observar que a profissão, na área de empresas, já buscava se aproximar da classe trabalhadora, o que se relaciona com o conjunto de transformações que se processavam naquele momento, conforme apontamos. Na medida em que as monografias analisadas buscam cada vez mais se afastar do conservadorismo, amplamente problematizado, e se aproximar de referenciais como Marx, Lênin, Furtado, Ianni, Carvalho, Yamamoto, Netto e Mota - ainda que em momentos distintos

¹³³ Aqui, cabe ressaltar que a nomenclatura do/da assistente social como técnico não guarda conformidade com a compreensão da profissão como técnica *per se*, como observado na década de 1970. Na referida monografia, se coloca a compreensão de que os profissionais em empresas desempenham tanto funções técnicas quanto políticas, onde também se observa a influência de Mota (2008).

nos anos 1980 - observamos mudanças no direcionamento ético presente nas abordagens sobre o trabalho dos/das assistentes sociais em empresas, visto que o trabalho profissional passa a priorizar o conhecimento das demandas da classe trabalhadora e o modo como o Serviço Social buscou responde-las.

Sobre isto, a monografia de Miranda e Andrade (1981, p. 8), que teve como objetivo “analisar a atuação do Serviço Social em uma empresa” e que foi realizada frente à experiência de estágio de uma das autoras, revela como o trabalho da assistente social procurou, desde o momento de sua contratação em 1979¹³⁴, se debruçar sobre o conhecimento da realidade dos trabalhadores. Devido à crise econômica pela qual passava CTMB, apresentando-se

(...) num estado crítico, o Serviço Social se mobilizou para uma atuação que conseguisse solucionar os problemas mais relevantes da empresa. Os salários estavam atrasados há mais de cinco meses, os operários se encontravam num estado de insatisfação e desmotivação para o trabalho. A taxa de absenteísmo se apresentava elevada, havendo um clima de tensão, conflitos e agressividade em todos os setores da empresa. (...).

Através de um trabalho conjunto entre Assistente Social, diretores, mestres e contramestres, foi estabelecido planos de melhoria da produção em melhor qualificação do produto fabricado (MIRANDA; ANDRADE, 1981, p. 58).

Diante do reconhecimento de que era preciso melhorar a produção da empresa e de que as situações vivenciadas pelo operariado refletiam negativamente na produtividade, a assistente social da empresa estabeleceu um plano de trabalho, em conjunto com demais funcionários, para buscar tanto recuperar a produção quanto melhorar as condições de vida dos trabalhadores, extremamente lesados em consequência da crise. Dentro do plano de trabalho profissional,

Foi necessário se fazer uma intervenção que visasse uma solução imediata dos problemas de maior relevância.

Como uma primeira alternativa de trabalho, **a Assistente Social aplicou um questionário com o objetivo de obter informações por parte dos operários da situação real da empresa, a fim de contar com um ponto de partida para sua atuação.**

Através dos resultados obtidos, pôde-se constatar que as seções contavam com péssimas instalações elétricas dificultando o trabalho dos operários, gerando

¹³⁴ Esta é segunda monografia que teve como lócus a CTBM, haja vista que o trabalho de Camargo (1961) também estudou esta indústria têxtil. A leitura do TCC de Miranda e Andrade (1981) dá a entender que a empresa passou por um processo de crise e que o trabalho do Serviço Social foi suprimido por um período, mas depois retomado em fins da década de 1970. Apontam as autoras que “em março de 1979, a Cia. Têxtil Bernardo Mascarenhas passou a contar com nova direção, sendo que o referido grupo acionário, em seu objetivo de soerguer a calamitosa situação da empresa, propôs uma nova política de ação, que previa mudanças, tanto de ordem técnica, como também econômica e administrativa. Dentro desta linha de pensamento, incluía-se o projeto da criação do Serviço Social na empresa (...)” (MIRANDA; ANDRADE, 1981, p. 58).

um elevado índice de acidentes de trabalho. As instalações sanitárias se encontravam em precárias condições. As seções, além de mal iluminadas, não possuíam filtros e nem bebedouros, deixando em risco a saúde dos operários. Mediante os dados obtidos pelo questionário aplicado, o Serviço Social levou ao conhecimento da Direção da empresa as sugestões de providências que deveriam ser tomadas, para que pudesse melhorar o ambiente de trabalho dos operários e aumentar a produtividade.

As solicitações feitas pelos operários foram atendidas de acordo com as possibilidades financeiras da empresa (MIRANDA; ANDRADE, 1986, p. 58).

Observamos com isso que o trabalho da profissional, evidentemente, buscou responder à necessidade da empresa – haja vista que o Serviço Social deve atender as demandas institucionais - de aumento da produtividade e não poderia ser diferente: a contratação de assistente social justamente em um momento de crise para trabalhar com o operariado, dificilmente ocorreria se não houvesse interesses prementes por parte do empresariado a serem cumpridos, como a elevação da produção. O que pretendemos destacar é que, para atendê-la, a assistente social procurou, em primeiro lugar, ouvir os trabalhadores sobre os problemas que estavam enfrentando e isto, aliado ao encaminhamento para a direção da empresa das sugestões dos operários, parece nos revelar uma resposta profissional portadora de um direcionamento ético-político que procurava se centrar na defesa das necessidades dos trabalhadores. Aqui, cabe refletir também sobre a dimensão técnico-operativa da profissão, pois percebe-se como um instrumento que pode ser empregado tantas vezes no trabalho profissional, como o questionário, foi utilizado segundo um novo posicionamento ético-político profissional, o que imprimiu ao instrumento uma intencionalidade não conservadora. Dando continuidade à explicitação do plano de trabalho realizado pelo Serviço Social, as autoras pontuam que, após a aplicação do primeiro questionário,

o Serviço Social elaborou outro questionário mais completo (...) com a finalidade de obter maiores informações sobre a situação de vida do operariado.

Todas as vezes em que a empresa atravessa problemas mais graves, quando atrasa o pagamento ou mesmo quando são demitidos operários, as investigações são paralisadas, pela total indisponibilidade de contato com os operários tendo em vista o acentuado grau de insatisfação entre os mesmos, que é a consequência maior de tais decisões administrativas (MIRANDA; ANDRADE, 1981, p. 61, grifo nosso).

É fulcral assinalar a interrupção das investigações – realizadas através de questionários e entrevistas - nos momentos em que a empresa passava por dificuldades, pois, em nossa

compreensão, talvez este fosse o período mais adequado para conhecer as demandas reais dos trabalhadores e estabelecer vínculos. As próprias autoras da monografia reconhecem isto ao afirmarem que “(...) esta seria a ocasião propícia para se atuar com os operários que continuam exercendo suas funções, ou mesmo se fazer encaminhamentos dos operários para possíveis fontes de emprego existentes na comunidade” (MIRANDA; ANDRADE, 1981, p. 75). Com isso, observa-se crítica das discentes ao trabalho da assistente social na CTBM, o que nos indica que o TCC buscou analisar o Serviço Social na indústria problematizando o que considerava como controverso no trabalho profissional. Assim, observamos maior criticidade por partes das discentes em relação à realidade estudada para construção do TCC.

Na monografia de Dato (1982, p.8), que teve como objetivo “relatar e refletir sobre o processo de implantação e atuação do Serviço Social na Siderúrgica Mendes Júnior¹³⁵” através de sua experiência de estágio, observamos semelhanças com Miranda e Andrade (1981) na medida em que na descrição do plano de implementação da profissão na siderúrgica, percebemos como a assistente social contratada pela empresa buscou conhecer as necessidades dos trabalhadores e de suas famílias, para que, desse modo pudesse atender as requisições colocadas pela empresa, como aumento da satisfação dos trabalhadores no espaços de trabalho com a finalidade de elevar a produtividade. Nesta direção, observa-se que

A fim de que se elaborasse um plano que viesse ao encontro das reais necessidades da realidade empresarial, a Assistente Social juntamente com a estagiária processaram um levantamento sócio familiar. Corresponde, assim, a investigação, primeira etapa metodológica do Serviço Social.

O questionário consta de itens referentes a: alimentação, escolaridade, saúde, habitação, transporte, lazer comunicação e informação, além de outros dados complementares.

A amostragem consistiu em todos os empregados lotados na obra em fevereiro/82 (época em que se iniciou o levantamento) (...). O número correspondia a 370, porém apenas 294 participaram, devido a motivos diversos: afastamento do trabalho, férias, não foram liberados pela chefia, não devolveram o questionário, etc.(...). (DATO, 1982, p. 78).

¹³⁵ “A empresa se situa em Juiz de Fora, no Distrito de Dias Tavares, a 23km do centro da cidade. A usina ocupa uma área de 20 milhões de m². (...). A distância dos grandes centros (Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro, Vitória) favorece o fluxo dos produtos acabados para o mercado consumidor, bem como a captação de insumos básicos (...). A decisão de se instalar a SMJ em Juiz de Fora, cidade com uma população em torno de 300.000 habitantes, é compatível com a política governamental de descentralização industrial, provocando repercussões socioeconômicas de grande efeito para a região, criando novos empregos direto e dando condições para o surgimento de um polo industrial de proporções significativas. (...). A Siderúrgica Mendes Junior Ltda. transformou-se em Sociedade Anônima de Capital Autorizado, em 19 de outubro de 1976, tendo entre seus acionistas: Estado de Minas Gerais (através da Sociedade Mineira de Participações Siderúrgicas S.A.), Siderurgia Brasileira S.A., SIDEBRÁS e Prefeitura Municipal de Juiz de Fora. O início das obras de drenagem e terraplanagem se efetuaram em agosto de 1977 a cargo da construtora Mendes Júnior S.A. Em fins de 1980 iniciou-se a construção dos prédios administrativos e unidades industriais (DATO, 1982, p. 41-42)”.

De posse desta citação, percebe-se que o questionário procurou se debruçar sobre o conhecimento de necessidades básicas e de relações sociais dos trabalhadores, expressando a influência do Grupo GESSOT na intervenção profissional. A quantidade de entrevistados, aproximadamente 75% do total de trabalhadores da Mendes Júnior, revela interesse da assistente social – em que se deve destacar a inclusão da estagiária no levantamento de dados - em conhecer suas necessidades de modo amplo e compreendendo todos os níveis hierárquicos, visto que o questionário foi aplicado a pedreiros, zeladores, eletricitas, serralheiros, assistentes administrativos, psicólogos, médicos, administradores etc. (DATO, 1982), ou seja, aos mais distintos cargos e ocupações. Com as respostas dos questionários, a profissional realizou processamento dos dados para que pudesse melhor fundamentar o plano de trabalho a ser implementado na empresa, dado que se tratava de um momento de implantação do Serviço Social na SMJ. Dentre as diversas sugestões colocadas pelos trabalhadores destacam-se:

- No campo da educação: bolsa de estudo para todos os níveis de escolaridade; cursos de alfabetização; cursos técnicos e profissionalizantes; cursos de línguas estrangeiras (inglês, francês e alemão); promoção de encontro entre profissionais e cursos noturnos e aos sábados.
- No campo da saúde: convênio odontológico; convênio com farmácias; complementação de salário para os funcionários encostados; atendimento noturno pelo convênio; estender benefícios aos familiares; informar ao funcionário custos e descontos; ambulatório mais próximo por questões de condução e estoque de remédio para casos rápidos (caixa de primeiros socorros).
- No campo da habitação: ajuda de custo para aluguel; construção de núcleo habitacional para funcionários baixa-renda; casas construídas pela firma e financiadas a preços módicos e prioridade junto ao BNH para funcionários de baixa renda.
- No campo do lazer: ampliação do clube da SMJ; abertura do clube para a frequência das famílias; formação de grupo de teatro; convênio com clubes da cidade; promoção de almoços e jantares para integração; sala de lazer para a hora do almoço (ping-pong, totó, sinuca, jogo de dama, TV, leitura, etc.); festas em datas comemorativas; formação de equipes esportivas de trabalhadores para

disputas externas e desenvolvimento de atividades como natação, atletismo, colônia de férias, xadrez e tênis.

- No campo da alimentação: não controlar a quantidade de comida; oferecer café da manhã reforçado; servir verduras e legumes frescos; contratar nutricionista; convênio com supermercados e restaurantes; servir leite nas refeições; melhoria no atendimento; servir saladas variadas, frutas ou doces; lanche gratuito.
- No campo do transporte: melhorar condições dos coletivos (cadeiras quebradas); fixar horário de ônibus; transporte gratuito e linhas circulares para transporte interno (haja vista que área da usina compreendia 20 milhões de m²).

Indubitavelmente, é perceptível a voluptuosa demanda dos trabalhadores para a empresa. Não obstante, é interessante destacar que as demandas apresentadas não tocam em questões relacionadas à esfera do trabalho especificamente: não se percebem sugestões em relação à melhoria de condições de trabalho, como carga horária, aumento de salário, melhoria das instalações, disponibilidade de equipamento de proteção individual (EPI), dentre outras que podem emergir em uma indústria. Sobre isso, a monografia não esclarece se demandas com este viés foram colocadas pelos trabalhadores, mas tendo em vista o enunciado na citação, nos parece que no questionário aplicado não foi colocada a possibilidade de sugestões em relação a condições de trabalho, pois este era composto por motes que tocavam os benefícios empresariais e não a esfera do trabalho. Aqui, cabe reconhecer o limite do trabalho profissional, principalmente em uma empresa privada e a autonomia - sempre relativa - da profissão, o que implica em reconhecer que a não aparição de questões relacionadas a condições de trabalho no questionário pode ser decorrente de ordens e imposições da própria empresa. Na monografia de Dato (1982), o que percebemos é um esforço em pontuar como o Serviço Social na empresa procurava se aproximar dos trabalhadores para propor um plano de trabalho que atendesse, ao mesmo tempo, as requisições da SMJ e dos funcionários de todos os níveis hierárquicos da empresa preconizando, para tal, o conhecimento das requisições operárias.

No TCC de Duque et. al. (1986, p.6), que teve como objetivo “refletir sobre a prática contraditória do Serviço Social no contexto empresarial”, também a partir da experiência de estágio de uma das autoras, percebemos já de início, na própria descrição do objetivo da monografia, a constatação de que o trabalho dos/das assistentes sociais em empresas é eminentemente conflitante, pois os objetivos e valores defendidos pela profissão expressos no CEP de 1986 eram radicalmente contrários aos das empresas: segundo as autoras, *o Serviço*

Social tinha como objetivo a transformação social e, as empresas, a manutenção do modo de produção capitalista. Sob este entendimento, a monografia, que se propôs a analisar o Serviço Social na Engesa Química S/A¹³⁶, tece críticas contundentes à profissional da empresa sob o entendimento de que ela não intervinha de modo a problematizar a relação entre capital e trabalho, conforme se observará. No tocante à empresa, tem-se a constatação de que a Engesa

(...) enquanto parte integrante do contexto social, reproduz ao nível das relações de trabalho todo um sistema dominante de ideias, valores e formas de ação.

A empresa procura para melhor desempenhar sua função econômica, implementar a prestação de serviços sociais tendo em vista o atendimento das necessidades imediatas dos empregados, como mecanismos eficientes para o aumento da produtividade e para a reprodução material e ideológica da força de trabalho.

Desta forma, a empresa ao oferecer aos empregados seus benefícios, os apresenta como complemento ao que a comunidade em que vive não lhe proporciona e a estrutura do seguro social do governo não atende. Estes benefícios referem-se principalmente:

- ao transporte coletivo através de convênio com a empresa Fábio Turismo S.A., que oferece nove ônibus para facilitar o transporte dos empregados. Conta também como transporte de colegiais, restrito aos filhos de gerentes de departamento, divisão, superintendência e chefes de seção.

- à alimentação: possui três restaurantes (...).

- ao lazer: a empresa coloca à disposição dos empregados quadra de esportes pra futebol de salão, vôlei, etc., quatro quiosques, com duas mesas de pingue-pongue, damas e baralho. (...).

- à assistência médica: possui convênios com a Assistência Médica à Empresa (AME) e como a Cooperativa de Trabalho Médico (UNIMED), dando direito aos empregados e seus dependentes a consultas exames laboratoriais, assistência hospitalar e raios X (DUQUE et. al., 1986, p. 67-68, grifo nosso).

Reconhecendo os benefícios empresariais como complemento àquilo que o salário não supriria e como mecanismo para reprodução material e ideológica do operariado – donde novamente observamos apropriação das reflexões de Mota (2008) -, as autoras da monografia relatam que uma assistente social foi contratada pela empresa em 1984 para executar estes benefícios. A contratação ocorreu no momento em que a empresa estava se consolidando em

¹³⁶ “A Engesa Engenheiros Especializados S.A. cuja matriz atualmente encontra-se situada na avenida Tucumará, nº 125/211 em São Paulo, é uma empresa nacional, com capital, tecnologia e funcionários brasileiros, que iniciou suas atividades em 30 de agosto de 1958, com quatro funcionários, fornecendo peças para a indústria petrolífera. (...). Atualmente, a Engesa constitui-se numa das maiores fabricantes de carros de combate sobre rodas, possuindo a melhor blindagem do mercado mundial. Os seus produtos são comprados pelo Exército Nacional e principalmente exportados para aproximadamente vinte países (...). A Engesa S.A. constitui-se num grupo empresarial que congrega várias unidades produtivas voltadas para diferentes setores econômicos (DUQUE et. al., 1986, p. 61). Como Engetrônica e Engelétrica em São Paulo e Engesa Química S.A. em Juiz de Fora. (...)em 1 de janeiro de 1979 passou a funcionar em Juiz de Fora a unidade Engesa” (DUQUE et. al., 1986, p. 64 et. seq.).

Juiz de Fora e, por essa razão, a assistente social, também na Engesa, precisou elaborar um plano de trabalho, que também teve como finalidade conhecer as necessidades dos trabalhadores, assim como observado nos relatos de Miranda e Andrade (1981) e Dato (1982).

Em relação aos planos de trabalho, é interessante destacar que nos parece que as empresas possibilitavam às assistentes sociais autonomia para propô-los, mas não foi possível precisar o grau de acatamento das propostas colocadas pelas profissionais: no muito, observamos indicação de que as sugestões eram atendidas a depender das condições da empresa. Em relação à Engesa,

Na elaboração de seu plano de trabalho, assim como no desenvolvimento de suas atividades, a assistente social da empresa demonstra a intenção de promover a participação e o desenvolvimento social dos empregados. Contudo, **não desenvolve na prática um questionamento profundo do contexto social mais amplo onde se insere a contradição capital-trabalho**, limitando-se a trabalhar esta relação a nível individual, a partir das situações concretas que emergem no cotidiano da vida do empregado na empresa, e apenas quando procurada pelo mesmo (DUQUE et. al., 1986, p. 72, grifo nosso).

A constatação de que o Serviço Social na empresa não desenvolvia um trabalho que questionava o capitalismo não é infundada, pois a própria monografia reconhece que “apesar de todos os esforços dos agentes do Serviço Social na Engesa Química S.A., pautarem-se na atual proposta do Serviço Social, a sua viabilidade não processa-se em alguns casos devido às limitações impostas pela empresa e ao próprio assistente social enquanto trabalhador assalariado” (DUQUE et. al., 1986, p. 79). Assim, percebe-se que, ao mesmo tempo em que a monografia faz a crítica, reconhece as restrições postas nas empresas.

Neste momento, é preciso ressaltar que é comum nas quatro monografias o entendimento de que o trabalho do Serviço Social em empresas é relativamente limitado devido às divergências de objetivos que, a partir de 1980, se evidenciam entre profissão e lógica empresarial, e à condição de assalariamento dos assistentes sociais. Isto nos revela que na referida década se coloca a possibilidade de reconhecimento efetivo tanto das finalidades profissionais quanto das institucionais e também das próprias condições em que o trabalho dos/das assistentes sociais em empresas se realizava, com reconhecimento das limitações postas à profissão na referida área.

Em Duque et. al. (1986), a condição de trabalhador assalariado é colocada como um impedimento à execução de intervenções que objetivassem transformações na estrutura das empresas e sobre isto é preciso fazer uma breve ponderação: conforme apontamos, o CEP de

1986 coloca a autoimagem do Serviço Social como agentes da transformação social e traz princípios e diretrizes em defesa da classe trabalhadora, como:

- O respeito à tomada de decisão dos usuários, ao saber popular e à autonomia dos movimentos e organizações da classe trabalhadora.
- O privilégio ao desenvolvimento de práticas coletivas e o incentivo à participação dos usuários no processo de decisão e gestão institucional.
- A discussão com os usuários sobre seus direitos e os mecanismos a serem adotados na luta por sua efetivação e por novas conquistas; e a reflexão sobre a necessidade de seu engajamento em movimentos populares e/ou órgãos representativos da classe trabalhadora (CFAS, 1986, p. 2).

Nessa direção, observamos que, seguindo a orientação normativa da profissão, as monografias de 1986 indicavam que o trabalho profissional em empresas deveria incentivar o engajamento e a participação dos trabalhadores nas entidades de classe – como sindicatos e partidos políticos – e, os/as assistentes sociais, por terem acesso ao conhecimento da realidade, poderiam contribuir com o processo de tomada de consciência dos trabalhadores para que, organizando-se, pudessem modificar a estrutura social. Nesse sentido, percebemos que *o objetivo profissional que se coloca a partir de 1986 não é nem o de ajustamento e nem o de integração, conforme visualizados nas décadas anteriores respectivamente, mas sim o da transformação social* através da luta organizada da classe trabalhadora. Assim, nas empresas, o Serviço Social

tem o papel fundamental de assessorar e de incentivar a organização dos trabalhadores através de um processo de conscientização que vise sobretudo a perspectiva de mobilização para a consecução das reivindicações. Frente a estas questões os trabalhadores podem ser orientados a participar e encaminhar suas reivindicações aos órgãos representativos (sindicatos, associações, comissões internas e externas, etc.) (PIRES et. al., 1986, p. 43).

Por fim, no tocante à abordagem sobre o trabalho dos/das assistentes sociais em empresas, é interessante destacar que, estando indicado nas primeiras páginas da monografia, o objetivo do trabalho de Pires et. al. (1986) diferencia-se fundamentalmente dos apresentados nos TCCs dos anos 1980. Estas autoras não pretenderam estudar a implantação do Serviço Social em empresa tampouco analisar o trabalho da profissão neste espaço: sua finalidade consistiu em abordar o Serviço Social em empresas sob o ponto de vista da importância que este possuía para empregadores e trabalhadores e consideramos isto pertinente pois configura uma procura por saber como profissão é percebida para os dois polos que deve atender ao trabalhar em empresas: operariado e patronato. O TCC de Pires et. al. (1986) é extremamente

interessante, pois procurou realizar entrevistas com empregados e patrões em cinco empresas de Juiz de Fora que não possuíam assistentes sociais, o que é uma novidade haja vista que todas as monografias até aqui analisadas se debruçaram a conhecer empresas ou que possuíam assistentes sociais ou que estavam implementando o Serviço Social em seu interior. Diante do reconhecimento da

(...) existência de número considerável de organizações de médio porte em Juiz de Fora que não possuem em seu quadro funcional Assistente Social; as autoras do presente trabalho optaram por desenvolver uma pesquisa que evidenciasse a causa da não contratação deste profissional pelas empresas (...) A hipótese levantada foi a seguinte: “Na estrutura das empresas não existe a carreira do Assistente Social por razão de desconhecimento e desvalorização da mesma e, fundamentalmente, porque a empresa, para atingir seus fins, não valoriza o social” (PIRES et. al., 1986, p. 27-29).

As autoras revelam que tiveram extrema dificuldade para realizarem as entrevistas devido à resistência das empresas em fornecer determinados dados e em permitir que todas as categorias profissionais fossem entrevistadas. Mas, com base nas que conseguiram realizar, apontam elementos importantes.

A monografia indica questões referentes à requisição empresarial pontuando que, do ponto de vista do empresariado, “o discurso da classe empresária evidencia, como justificativa para uma possível contratação do Assistente Social na empresa, a mediação que o mesmo faz entre os interesses do empregador e empregado, com a finalidade de evitar interferências prejudiciais ao processo produtivo” (PIRES et. al., 1986, p. 33). Para realizar esta mediação, Pires et. al. (1986) pontuam que o/a assistente social deveria, segundo a lógica do patronato, se posicionar ideologicamente em apoio às finalidades da empresa, pois quando isto não ocorre,

a contratação do profissional na maioria das empresas pesquisadas não se concretiza muitas vezes pelo fato dos empresários apresentarem receio do posicionamento ideológico assumido pelo Assistente Social. Observa-se isto na citação do gerente administrativo (...): “Para a empresa o Assistente Social é gerador de conflitos; determinados tipo de problema vêm à tona” (PIRES et. al., 1986, p. 34).

A postura combativa assumida por assistente social no interior das empresas – e aqui pontuamos que a busca por transformação social talvez possa ter resultado em intervenções profissionais que mais se aproximavam de militância política - expressa nas reflexões de Pires et.al. (1986) é, portanto, a razão principal pela qual os empresários juiz-foranos afirmavam não requisitar assistentes sociais. Contudo, indicam as referidas autoras que a real razão para a não

contratação estava na ausência de preocupação do empresariado com o social, conforme se observa com a seguinte constatação:

Ficou claro que as empresas apesar de manterem em sua maioria uma postura favorável ao Assistente Social, não o contratam porque na verdade não internalizam os problemas sociais existentes na empresa, conforme observa-se neste depoimento: **“Nossa estrutura administrativa é rígida, não dá importância para o lado social, só vê a produtividade”** (PIRES et. al., 1986, p. 35, grifo nosso).

Do ponto de vista do operariado em relação à importância do Serviço Social, as autoras pontuaram que muitos desconheciam o trabalho profissional devido ao fato das empresas não terem assistentes sociais em seu quadro de funcionários. Desse modo, por vezes confundiam o trabalho de assistentes sociais com o de psicólogos/as das empresas em que trabalhavam, o que fez com que as autoras do TCC pontuassem a necessidade de que o Serviço Social fosse apresentado aos trabalhadores.

Nas entrevistas, quando perguntados sobre as condições de trabalho, os operários das empresas pesquisadas manifestaram grande satisfação, sem realizar queixas ou sugestões. Entretanto, é preciso ressaltar que Pires et. al. (1986) revelam que as empresas indicaram os funcionários que poderiam ser entrevistados e que, com isso, não foi possível precisar se as respostas dos trabalhadores foram reais, uma vez que “coincidentalmente por serem indicados” – não transmitiam nenhuma visão crítica do contexto sócio empresarial; não apresentando, deste modo, desejo em reclamar e/ou reivindicar melhores condições de trabalho” (PIRES et. al., 1986, p. 38). Nisto, observamos uma clara estratégia das empresas em transmitir para as autoras da monografia conhecimentos aparentes sobre a realidade de modo que pudessem ser percebidas como espaços de trabalho apartados de dificuldades ou conflitos o que, em nossa perspectiva, poderia ser uma justificativa para não contratarem assistentes sociais.

Apesar disto, tendo em vista “que o operário de produção sempre aspira por melhores condições de vida” (PIRES et. al., 1986, p. 36), as autoras reforçam a necessidade de as empresas incorporem assistentes sociais em seus quadros funcionais. Nesta direção, apontam caminhos e possibilidades para que o trabalho profissional em empresas pudesse se consolidar de modo a atender os distintos interesses de classe que nelas se expressam, mas preconizando as necessidades dos trabalhadores. Assim, conjecturam que

A organização empresarial é o núcleo do sistema, onde as contradições da relação entre os que detêm e os que não detêm os meios de produção se manifestam de maneira mais acirrada. A atuação do Assistente Social

nesse campo é, portanto, de difícil concretização; principalmente, quando tem por objetivo implementar uma luta conjunta com a classe trabalhadora em prol da transformação social.

Não se pode deixar de considerar que o Assistente Social de uma empresa é um profissional assalariado a serviço da mesma e por conseguinte não se pode pensar a profissão independente das organizações institucionais a que se vincula. **Entretanto, o Serviço Social, embora se situe como um mecanismo de apoio ao capital, pode tornar-se um instrumento a serviço dos trabalhadores.**

Em um trabalho em empresa, o assistente social deve, a princípio, elaborar um projeto de investigação da realidade, visando obter subsídios para o conhecimento das frentes de atuação o que proporcionará uma ação futura sistematizada. Nesse processo de investigação o Assistente Social deve objetivar conhecer o nível de organização dos trabalhadores; suas condições de vida; suas preferências políticas e expressões ideológicas; sua participação em movimentos reivindicatórios, sindicais, ou de bairro; seu espírito associativo; bem como detectar lideranças e buscar perceber a imagem e expectativas em torno do profissional, do ponto de vista do empregado e do empregador. É importante que o Assistente Social atente para a percepção da linha política adotada pela organização empresarial, já que as alternativas de ação se definirão a partir desse conhecimento

As autoras apontam que, apesar das limitações que as empresas – consideradas lócus em que as contradições entre capital e trabalho se evidenciam de maneira acirrada - possam imputar ao trabalho profissional, é possível aos assistentes sociais, através da execução de planos e ações que se direcionem, primordialmente, às demandas da classe trabalhadora, “assumir com o trabalhador a tarefa de construir um projeto político alternativo de sociedade que não se restringe ao âmbito localista da empresa” (PIRES et. al., 1986, p. 40) e, assim, corrobore com a construção de uma nova legitimidade para o Serviço Social em empresas (MOTA, 2008).

Em síntese, estes são os principais traços observados nas monografias que se propuserem a estudar o trabalho dos/das assistentes sociais em empresa da década de 1980. Ao longo desta análise percebemos que, na referida década, um conjunto de mudanças se processam e consolidam possibilidades de condições para ruptura com o conservadorismo, de maneira que observamos que *o trabalho profissional foi orientado por uma concepção de profissão que, paulatinamente, buscava romper com o conservadorismo e afirmar um novo projeto de profissão ancorado na defesa dos interesses da classe trabalhadora.* Esta concepção de profissão não conservadora se expressou, nas monografias, sob vários aspectos que se relacionavam ao *objetivo de transformação social.*

No campo da realidade, o esfacelamento da ditadura observado desde fins do decênio anterior e consolidado com seu fim em 1985, colocou novas perspectivas para a profissão que procurou, cada vez mais, se aproximar da realidade social e das lutas da classe trabalhadora.

No campo do Serviço Social, em prosseguimento ao direcionamento que a profissão começava a assumir a partir de meados da década de 1970 – expressos no Método BH e no Congresso da Virada – a reforma curricular de 1982, as produções de Iamamoto e Carvalho (2014) e Mota (2008), e o Código de ética Profissional de 1986, engendraram mudanças teórico-metodológicas, técnico-operativas e ético-políticas nas abordagens sobre o Serviço Social em empresas, permitindo-nos observar a emergência de um novo projeto de profissão nos anos 1980.

No *aspecto teórico-metodológico*, observamos que as monografias buscaram primeiramente conhecer a realidade para que, posteriormente, o trabalho dos/das assistentes sociais em empresas pudesse ser conhecido. Desse modo, buscaram, a partir de autores como Marx, Lênin e Ianni, recuperar a trajetória do desenvolvimento do capital e expressar suas particularidades no Brasil, compreendendo que é nesta conjunção que tanto as empresas quanto o Serviço Social se desenvolvem. No tocante à profissão, observamos que a referência a produções como Carvalho (1980) e Iamamoto e Carvalho (2014), fez com que a questão social, base de justificativa para emergência do Serviço Social, pudesse ser conhecida sem alusão às encíclicas papais ou referenciais positivistas e funcionalistas, pelo contrário: na década de 1980 a contradição entre capital e trabalho é colocada como o cerne da questão social. As monografias buscaram também tecer críticas ao conservadorismo profissional no sentido de elucidar com este não era suficiente para suprir as demandas postas pelo real e como sua supressão era precisa no momento de escrita do trabalho, em que a profissão buscava se guiar em uma nova direção social. No tocante às empresas, percebemos a unanimidade na compreensão da impossibilidade de haver equilíbrio entre classes distintas, embora nos TCCs de 1981 e 1982 ainda percebamos referência às colocações do Grupo GESSOT. Contudo, nos de 1986, a apropriação das reflexões de Mota (2008) é um indicativo da busca por superação do conservadorismo presente nas próprias produções intelectuais sobre Serviço Social em empresas, donde destaca-se o referido grupo que buscou “teorização do Serviço Social de Empresas” (Cf. RICO, 1985).

Ao descreverem o trabalho profissional em empresas, não observamos ênfase na *dimensão técnico-operativa* da profissão - como as das décadas anteriores buscaram fazer na descrição da “aplicação” dos procedimentos de Caso, Grupo e Comunidade -, mas no processo de análise foi possível observar mudanças em relação às décadas anteriores no que toca à utilização de determinados instrumentos. Através das monografias, observa-se que no trabalho profissional em empresas nos anos 1980, os referidos procedimentos são completamente

suprimidos e ganham espaço os planos de trabalho, visualizados como elemento fundamental para a profissão em empresas, haja vista que, no contexto de ruptura com o conservadorismo

Os instrumentos burocráticos e administrativos de organização formal do aparato de serviços institucionais, as técnicas de abordagem individual (de cunho psicologizante) e de grupo (terapêuticas), não são incluídos (...). O que se vê é a priorização de instrumentais que potencializem práticas de cunho coletivo, que possibilitem viabilizar a participação da população. Destacam-se, nesse campo, as atividades grupais nas quais se promovem discussões e debates sobre a conjuntura, por exemplo; ou instrumentos de mobilização, como assembleias, realização de abaixo-assinados, organizações de comissões e grupos de trabalho. **O planejamento e a programação de atividades aparecem nessas propostas, mas com o diferencial de se realizarem com o envolvimento da população.** Estes são instrumentos que já estavam presentes nos trabalhos de desenvolvimento de comunidade dos anos 60 e 70. No entanto, eles são retomados numa perspectiva de prática promotora de atividades coletivas que não visam a integração social dos membros da “comunidade”, mas **objetivam o incremento da consciência de classe e o incentivo a ações de reivindicação e de organização, para garantir direitos sociais. Assim, o enfoque do instrumental é diferenciado** (TRINDADADE, 2001, p. 18-19, grifo nosso).

Neste esteio, através do uso de questionários e da realização de entrevistas, os/as assistentes sociais poderiam conhecer as demandas dos trabalhadores e se direcionar para prioriza-las, expressando, deste modo, um claro posicionamento de classe. Com isso, percebemos que os TCC se preocuparam em conjecturar sobre o que seria necessário para que trabalho do profissional em empresas pudesse, de fato, atender às necessidades da classe trabalhadora e, nessa direção, o uso de instrumentos como plano de trabalho ganha relevância, pois a partir dele os/as assistentes sociais poderiam imprimir um determinado direcionamento ético-político ao trabalho profissional que, na concepção de profissão que se consolidava, deveria ser o de defesa dos trabalhadores. Não obstante, a construção de planos de trabalho careceria do entendimento de que “a instituição possui seus valores, em torno dos quais deve-se desenvolver a ação profissional, ou seja, o Serviço Social deve estabelecer seu plano de trabalho em conformidade com a estrutura empresarial” (DATO, 1982, p. 89)

Sobre o *aspecto ético-político*, observamos, através dos TCCs, que o trabalho profissional assume posicionamento predominante em defesa da classe trabalhadora, o que se expressou, por exemplo, na busca em reconhecer suas necessidades na consecução dos planos de trabalho. Nesta década, o Serviço Social, reconhecendo-se como categoria de profissionais assalariados e aproximando-se das lutas dos movimentos sociais, compreende que os objetivos das empresas são fundamentalmente contrários aos da profissão. Nessa direção, embora

reconhecendo os limites de realizar transformações estruturais no espaço institucional das empresas, as monografias apontam para o fortalecimento da conscientização dos trabalhadores sobre sua condição de classe explorada. Aqui, cabe reforçar que, nesta época, a profissão considerava que os/as assistentes sociais poderiam ser agentes da transformação social. Desse modo, as monografias consideram que os profissionais poderiam despertar a consciência dos trabalhadores e organiza-los e mobiliza-los politicamente para que transformassem a sociedade. Sobre isto, ressaltamos que em Dato (1982) são indicadas

(...) metas ideais para atuação do Serviço Social, junto a esta classe. São sistematizados nos seguintes processos:

- Conscientização: consiste em olhar o mundo de maneira objetiva, ou seja, transpor a aparência dos fenômenos para descobrir suas verdadeiras causas, que é a essência.
- Participação: consiste numa mudança de sua própria situação perante o meio no qual se insere. O explorado através da participação, passa a ser sujeito histórico, ator que se cria e o mundo em derredor. Contudo, esse processo não pode se verificar em apenas alguns aspectos, mas, é total, abrangendo todos os níveis e aspectos da vida social. Ocorre após a conscientização.
- Organização: é a sistematização dos meios para a realização da obra transformadora, na medida das possibilidades oferecidas pelo meio no qual se insere. Atua como um passo que encaminha a mobilização social para a libertação.
- Gestão Popular: quando o povo possui em suas mãos a gestão social, cabendo-lhe a planificação, decisão e execução da estrutura que satisfaça seus objetivos. Leva a uma capacitação consciente no plano ideológico, econômico, político ou técnico.
- Mobilização Popular: representada pelos movimentos de massa, que na luta pelo poder levar ou são consequência da politização. O povo se une no seu processo de libertação (LIMA, s.d. *apud*. DATO, 1982, p. 75).

Com isto, observa-se a clara orientação para que a profissão pudesse estimular e conduzir processos de mobilização da classe trabalhadora que objetivassem a transformação social. Apesar desta compreensão que entendemos como equivocada – já que não cabe uma categoria profissional a transformação social -, é mister destacar que o novo posicionamento ético-político que os/as assistentes sociais assumem na década de 1980, expresso nas monografias, representa uma mudança radical na inserção profissional em empresas haja vista que, a partir de então, as demandas dos trabalhadores ganham centralidade e as requisições das empresas são cada vez mais problematizadas.

Finalizamos este item apontado que em termos de *requisição empresarial*, o objetivo de disciplinarização e controle da força de trabalho continua colocado para o Serviço Social. Como

exemplo, citamos a execução por assistentes sociais da Campanha Operário Padrão¹³⁷ e das festas em datas comemorativas, tanto na CTBM (MIRANDA; ANDRADE, 1981) quanto na Engesa Química S.A. (DUQUE et. al., 1986). As empresas requisitavam a execução destes trabalhos com o mesmo objetivo de manutenção e vigilância dos trabalhadores, visando integralos – e às suas famílias – à lógica empresarial. Não obstante, apesar da permanência da requisição institucional à profissão, os/as assistentes sociais passaram a construir *respostas profissionais* que procuravam se distanciar das práticas conservadoras, conforme se observa no seguinte relato de Miranda e Andrade (1981, p. 72) sobre a Festa de Natal da fábrica:

Após o início da atuação do Serviço Social na CTBM, foram realizadas festas nas datas em que se comemoram o aniversário da empresa e o Natal. Para tal o Serviço Social atua juntamente com alguns operários, que voluntariamente se dispõem a participar das atividades. (...).

No dia 23 de dezembro de 1979, realizou-se a festa de Natal dos operários da CTBM.

Em festas anteriores a programação se resumia na celebração de missas e na realização de um almoço de confraternização. Neste ano, porém, o fato de maior relevância da festa foi a realização do I Festival de Música da Companhia Têxtil Bernardo Mascarenhas, promovido pelo Serviço Social.

Com isso, observamos como a profissão atendeu a demanda da empresa, mas buscou dar direcionamento não conservador a ela, o que indica, na perspectiva das autoras da monografia, um ganho, pois o Serviço Social buscou valorizar elementos culturais – como a música – em detrimento da religião. Com isto, percebe-se a impressão de um novo direcionamento técnico-operativo e ético-político colocado para o trabalho profissional em empresas em favor da classe trabalhadora, indicando uma *concepção de profissão não conservadora enquanto orientação do trabalho profissional*.

Para sintetizar as exposições feitas sobre o trabalho dos/das assistente sociais em empresas nos anos 1980, evocamos a reflexão que encerra a monografia de Duque et. al. (1986, p. 82) por entendermos que esta explicita a direção social que deveria ser preconizada pelos/as

¹³⁷ “É promovida no Brasil pelo Serviço Social da Indústria, SESI; a campanha conta com a participação e apoio do jornal “O Globo”. É desenvolvida em três etapas: Regional; Estadual; Nacional. Na CTBM é realizada sob a coordenação do Serviço Social e dela participam todos os operários ligados à produção. Seu objetivo é o reconhecimento da empresa para com o empregado que se destaca no desempenho de suas funções, por suas atividades no trabalho, por seu relacionamento na família e por sua participação na comunidade” (MIRANDA; ANDRADE, 1981, p. 69-70). Percebemos que a campanha indica estratégia da entidade patronal em estabelecer um padrão de operário com critérios para além da postura em fábrica, estendendo-se para a vida privada do trabalhador.

profissionais, ao mesmo tempo em que reconhece as limitações do trabalho em empresas. Apontam as autoras que

(...) o profissional no desenvolvimento de suas atividades, encontra um espaço para orientar sua atuação, tendo em vista o fortalecimento das demandas da classe trabalhadora. No entanto este encaminhamento da prática profissional depende dos valores, visão de mundo e intencionalidade política do agente, que orientarão a busca de alternativas coerentes com o atual projeto de profissão. Isto porque a instituição onde se desenvolve o trabalho do assistente social, o requisita não para questionar os objetivos da mesma ou levar os seus usuários a tentarem mudanças estruturais, mas sim para atenuar conflitos e repassar benefícios.

Observamos o apontamento da existência de um projeto de profissão que nos parece esboçar que, neste momento, os debates em torno da construção do projeto ético-político crítico já poderiam estar presentes na FSS/UFJF. Ao fim deste item o que se constata é que, no tangente à concepção de profissão orientadora do trabalho dos/das assistentes sociais em empresas, “a década de 1980 é marcada pela negação do conservadorismo profissional e por um movimento de explicitação da dimensão política da profissão, perspectiva denominada de ‘ruptura do Serviço Social’” (AMARAL; CÉSAR, 2009, p.2). Desse modo, concordamos com o apontamento de Abreu (2011, p. 151) de que nesta década “criam-se condições concretas para o avanço do projeto profissional identificado com os interesses das classes subalternas”, engendrando a construção de uma pedagogia orientada para a emancipação dos trabalhadores.

3.4) Precarização do trabalho profissional e consolidação de um novo projeto de profissão: análise das monografias dos anos 1990

As décadas de 1970 e 1980, conforme buscamos elucidar, representaram um período de intensas mudanças no mundo e no país que repercutiram no Serviço Social. Em decorrência destas alterações, observamos que nos anos 1980 a profissão, sintonizada à conjuntura brasileira, passa a buscar se orientar por uma nova direção social que, no trabalho profissional em empresas, conforme observado na análise das monografias pertencente à referida década, buscou se consolidar através da centralidade dada à preconização dos interesses da classe trabalhadora.

Contudo, apesar de a profissão nos anos 1980 ter procurado se orientar na direção de um novo projeto profissional, o que se assiste nos anos 1990 na conjunção nacional é um

conjunto de alterações decorrentes da reestruturação produtiva e de suas expressões no país, donde destacam-se mudanças no campo do trabalho e da produção via implementação nas empresas de formas flexíveis de acumulação, como toyotismo; no campo do Estado através da adoção dos postulados neoliberais e, no campo social através do adensamento da precarização das condições de trabalho e de vida dos trabalhadores e do arrefecimento de suas manifestações (ANTUNES, 2010).

Nesta conjunção em que se inserem as monografias da década de 1990, buscamos, através delas, analisar a concepção de profissão orientadora do trabalho dos/das assistentes sociais em empresas no referido decênio. Na pesquisa realizada na biblioteca da FSS/UFJF, foram encontradas nove monografias que versaram sobre o trabalho profissional em empresas, abaixo listadas:

- 1990: *A Busca de uma nova legitimidade para o Serviço Social na empresa*, de autoria de Amélia Cristina Attie, Ellem Garcia Dias, Jane Aparecida de Paula Lima Oliveira e Priscila Costa Rocha.
- 1990: *Serviço Social de Empresa: a ótica do empresariado*, de autoria de Adriana Guimarães Andrade Ferreira, Adriane Caldeira Resende, Ana Maria de Paula, Christiane Maria de Carvalho Bellei e Ivana Ferenzini Martins.
- 1990: *Serviço Social na Empresa Capitalista*, de autoria de Ana Maria Gonçalves e Maria Isabela Rodrigues Dutra.
- 1992: *Companhia Têxtil Ferreira Guimarães: um espaço a ser retomado pelo assistente social?*, de autoria de Andréa Alves Paggianella, Márcia Lopes Araújo, Patrícia Alves Lacerda e Sandra de Sá Goulart.
- 1993: *O Exercício Profissional do Serviço Social: empresa X cooperativa*, de autoria de Cyntia Iennaco de Moraes e Rita de Cássia Rodrigues Delmonte.
- 1993: *O Assistente Social na equipe de Recursos Humanos: a nova demanda da fábrica*, de autoria de Denise Aparecida Cardoso Barreto, Mariza Maria de Freitas Guimarães e Rozângela de Freitas Zimmermann.
- 1996: *Cidadania na empresa*, de autoria de Adriana Maria Valle Noyma, Adriana Monalise Vieira Alves e Flávia Moreira Gomes.
- 1997: *As Transformações no Mundo do Trabalho e suas Repercussões no Cotidiano do Assistente Social no Âmbito Empresarial*, de autoria de Fabiana

Aparecida Wertz, Flávia Vaz Dabés, Raquel de Araújo Mota e Vanilza de Oliveira Mesquita.

- 1999: *As Transformações no Mundo do Trabalho e as Novas Demandas ao Assistente Social na Área de Recursos Humanos*, de autoria de Lusinéte Ana da Cruz.

A análise das monografias da década de 1990 possibilitou a percepção de que a direção social assumida pela profissão nos anos 1980 permaneceu hegemônica no trabalho dos/das assistentes sociais em empresa no período que ora analisamos.

Para analisar o trabalho em empresas, as monografias buscaram expressar elementos da conjuntura no sentido de conhecer em que contexto o trabalho profissional se realizou. Desse modo, percebemos que, assim como observado nos trabalhos dos anos 1980, é comum nas monografias de 1990 a preocupação com o conhecimento da realidade social; do Serviço Social como profissão requisitada pelo Estado e pelas frações dominantes para conciliar interesses de classes distintas; da impossibilidade de harmonização entre capital e trabalho no espaço das empresas e, sobretudo, da preconização pela defesa das necessidades da classe trabalhadora. Assim, são observadas diversas continuidades em relação aos anos 1980.

Entretanto, as monografias de 1990 possuem diferenças decorrentes de mudanças processadas não só na conjuntura nacional, mas também na própria profissão, como o Código de Ética Profissional dos/das Assistentes Sociais de 1993 (CFESS, 1993) e as Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social (ABEPSS, 1996), cujos caracteres abordaremos ao longo deste item.

No que tange as continuidades vindouras dos anos 1980, observamos que as monografias resgatam o histórico do desenvolvimento do capitalismo internacional e buscam compreender suas especificidades na realidade brasileira, enfatizando a colonialidade nacional, as mudanças sociais e econômicas que ocorrem a partir da década de 1930 e o resultado das políticas econômicas colocadas pelos governos militares. É interessante destacar que em Gonçalves e Dutra (1990, p. 2, grifo nosso), além do resgate destes processos históricos, se coloca a preocupação em conhecer o significado de elementos fundamentais da teoria social de Marx, conforme se observa na seguinte assertiva:

O trabalhador não recebe um salário compatível com o produto, pois o capitalista domina a força de trabalho e é ele que lucra com isto. Sendo assim, o trabalhador é explorado no sistema capitalista, recebendo apenas um salário que potencialmente atenderia às condições mínimas de subsistência. A outra

parte que equivale ao trabalho não pago, torna-se trabalho excedente, mais-valia. Assim sendo, o capitalismo é o modo de produção da mais-valia.

Na obra, *O Capital*, Karl Marx, define mais-valia como excedente do trabalho, que é apropriado pelo proprietário dos meios de produção.

Sugando o trabalho, o capital não só se produz, mas se reproduz, pois a mais-valia criada converte-se em meios de consumo da classe capitalista e, em capital adicional, empregando em nova produção, em novo meio de exploração do trabalho assalariado.

A presença de elementos da obra de Marx, como a explicitação do significado correto de mais-valia, em monografia elaborada no primeiro ano da década de 1990 parece nos indicar uma melhor aproximação com referenciais teóricos-metodológicos críticos, o que pode ter sido propiciado pelas mudanças que se processaram na formação acadêmico-profissional da FSS/UFJF desde os anos 1980, marcadamente com implantação do currículo de 1982. Esta monografia recorreu ao filósofo para compreender elementos fundantes do modo de produção capitalista, o que é apontado por suas autoras como elementar para conhecimento da composição da estrutura das *empresas capitalistas, que têm no lucro seu objetivo: lucro este possibilitado pela exploração do tempo excedente de trabalho do proletário*. Contudo, esta busca por conhecer os fundamentos do capital aparece apenas na referida monografia de modo que, nas demais, há o predomínio pelo conhecimento do desenvolvimento histórico do capitalismo e não de elementos relativos à sua composição. Neste esteio, observamos que Noyma, Alves e Gomes (1996.) recorreram a Ianni para desvelar o evoluir do capitalismo no mundo, apontando que

“Desde o princípio, o capitalismo revela-se como um modo de produção internacional. Um processo de amplas proporções que, ultrapassando fronteiras geográficas, histórias, culturais e sociais, influencia feudos e cidades, nações e nacionalidades, culturas e civilizações. No longo de sua história, desde o século XVI, teve seus centros dinâmicos e dominantes na Holanda, na Inglaterra, na França, na Alemanha, nos EUA, no Japão, e em outras nações, e em qualquer caso sempre ultrapassou fronteiras de todos os tipos. Mais do que isso, sempre recobriu, deslocou, dissolveu, recriou ou inventou fronteiras. Em sua marcha pela geografia e história, influenciou decisivamente os desenhos dos mapas do mundo, com os desenvolvimentos da acumulação originária, do mercantilismo, colonialismo, do imperialismo, do multinacionalismo, do transnacionalismo, e do globalismo. Ainda que tenha sido sucessiva e simultaneamente nacional, regional e internacional, juntamente com sua vocação colonialista e imperialista, o capitalismo se torna no século XX um modo de produção não só internacional, mas propriamente global” (IANNI, 1995 *apud*. NOYMA; ALVES, GOMES, 1996, p. 23).

Com isto, observamos uma abordagem do modo de produção capitalista que muito se assemelha à que buscamos traçar nesta dissertação, haja vista que a monografia se propôs refletir sobre o fato de que os elementos embrionários que comporiam e possibilitariam a emergência e o desenvolvimento do capitalismo já se delineavam desde o século XVI, décadas antes da ocorrência da Revolução Industrial inglesa. A referência a Octavio Ianni em Noyma, Alves e Gomes (1996) para compreensão de elementos originários do capitalismo bem como a alusão a Marx em Gonçalves e Dutra (1990) para conhecimento de sua composição, nos indica que, assim como nos anos 1980, em 1990 permanece a busca pelo conhecimento da realidade e de seus aspectos constituintes como elemento fulcral para estudos do trabalho dos/das assistentes sociais em empresas.

Nesta busca por conhecer a realidade, observamos que os TCCs procuraram enfatizar as mudanças que estavam ocorrendo na realidade brasileira na década de 1990, revelando um interesse em se apropriar da conjuntura da época. Nessa direção, há em Barreto, Guimarães e Zimmermann (1993, p.18) a constatação de que a crise econômica observada na década de 1980 no Brasil em decorrência das transformações internacionais e das políticas instituídas pelos governos ditatoriais nacionais, persistiu nos anos 1990 de modo que “como proposta para solução da crise surge a diminuição do Estado”. As autoras apontam que, por essa razão, “foi apresentado o projeto neoliberal do governo Collor” (idem, 1993, p. 20) que implementou diversas reformas no país orientadas, primordialmente, para atendimento dos negócios do empresariado.

Na mesma direção de conhecer a contemporaneidade, em Ferreira et. al. (1990, p. 21-22) observamos a constatação de que

O governo Collor realiza hoje uma ampla reforma administrativa visando diminuir as despesas do governo para acabar com o déficit público. Com isso, órgãos são dissolvidos, estatais são privatizadas, demissões ocorrem em massa, dentre outros fatores.

Segundo análise de conjuntura realizada pela ANDES, Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior, o Estado dimensiona-se para o atendimento das novas exigências do grande capital no seu projeto de expansão. (...).

Quanto à dívida externa, o governo, pretende, até o presente momento, pagá-la de maneira que não sacrifique o desenvolvimento do país.

Por ser um plano recente, suas consequências não podem ser determinadas totalmente, existindo, até o momento, projeções feitas pelos meios de comunicação e análises, por importantes estudiosos políticos. Assim a imagem de um Estado ineficiente, clientelista, “inchado”, foi explorada pela mídia que colabora com o governo nas campanhas de “desestatização”.

Com o Plano Collor o Estado continua exercendo sua função de mediador das relações entre capital e trabalhador, reassumindo o discurso de colaboração de classes.

Sobre esta citação, cabe destacar, além do cuidado em procurar compreender os reais interesses do Estado escamoteados sob um discurso midiático de ineficiência, a referência à ANDES. Consideramos interessante ressaltar que a monografia buscou se pautar em análise conjuntural realizada por um sindicato, o que nos parece indicar uma procura por aproximação com movimentos sociais no sentido de afirmar o conteúdo do Código de Ética de 1986, uma vez que, quando o TCC de Ferreira et. al. (1990) foi escrito em 1990, este ainda estava em vigor.

A monografia destas autoras galga relevância também pelo fato de ter sido a única da década de 1990 a resgatar a história de Juiz de Fora, com ênfase no pioneirismo industrial, e a conjecturar sobre os possíveis impactos das medidas econômicas tomadas pelo governo Collor nas empresas da cidade. O TCC alude a questões relacionadas ao operariado local – e aqui enfatizamos que, nas demais monografias da década de 1990, embora as lutas operárias sejam mencionadas como importantes, não há preconização pelo resgate de seu histórico no país, conforme observado nos trabalhos de 1986 – e indica como na Primeira República

O proletariado de Juiz de Fora enfrentava problemas comuns ao proletariado brasileiro como carestia e condições de moradia, permeados por salários insuficientes. (...).

Era comum o trabalho de mulheres e crianças, sobretudo no setor têxtil (...). Tem-se 1918 como um ano insuportável tanto para o operário urbano como para o rural. Nesta conjuntura, surgem, protestos que são severamente reprimidos pelas forças públicas até que medidas como, por exemplo, uma tabela de preços para os gêneros de primeira necessidade começaram a surgir (FERREIRA et. al., 1990, p. 26-27).

Dando continuidade às reflexões sobre o município, as autoras apontam que os anos 1940 e 1950 marcaram um período de grande descenso da industrialização local de modo tal que diversas fábricas foram fechadas. Nos anos 1960, sinalizam que não foi possível observar desenvolvimento industrial para além dos tradicionais nichos de produção existentes no município, como indústria têxtil. No período ditatorial, indicam que a crise econômica colocada pela queda da industrialização se agravou pelo fato de que

A década de 70 estava sob a vigência do governo militar altamente centralizador, onde todas as decisões emanavam do poder público. Neste período, Juiz de Fora representava oposição, já que não estava atrelada aos interesses do governo. Não havia interesse por parte do governo em investir no desenvolvimento industrial juiz-forano.

Juiz de Fora perdeu posição relativa no contexto nacional e até regional na medida em que não recebeu incentivos do capital internacional e governamental. A cidade obteve apenas parte esfacelada daquele esforço de industrialização. Graças a este esforço na década de 80, foram trazidas para a cidade empresas como a Siderúrgica Mendes Júnior e Companhia Paraibuna de Metais (FERREIRA et. al, 1990, p. 32).

Com isto, Ferreira et. al. (1990) pontuam que, na década de 1990, Juiz de Fora já havia perdido significativamente parte de seu atributo industrial de modo que as empresas industriais existentes na cidade enfrentavam um conjunto de dificuldades de subsistência devido às transformações ocorridas no município enquanto expressões das mudanças nacionais que elencamos. Neste ínterim, as autoras elucidam que as empresas de serviços passaram a ser hegemônicas na cidade, como as de transporte, embora nas monografias tenha predominado o estudo sobre o trabalho profissional em empresas industriais. É fulcral pontuar que esta monografia, além de resgatar o percurso industrial do município, procurou esboçar considerações sobre os impactos que a política econômica do governo Collor poderia exercer sobre as indústrias juiz-foranas que, na época, já apresentavam refrações do processo de reestruturação produtiva.

A situação das empresas de Juiz de Fora, como em todo o país, tende a se agravar com os reflexos do Plano Brasil Novo¹³⁸ do Presidente Fernando Collor de Mello, empossado em 15 de março de 1990.

Confirmando as projeções da esquerda, o plano repercute com grande recessão. Segundo artigo do jornal Tribuna da Tarde do dia 10 de abril de 1990, **demissões, licença remunerada e redução da jornada de trabalho com redução salarial já estão criando um clima de tensão entre trabalhadores do setor industrial na cidade.** (...).

(...) a atual conjuntura aponta para uma crise econômica grave na história do país, afetando especialmente a industrialização em Juiz de Fora (FERREIRA et. al., 1990, p.33, grifo nosso).

A razão de enfatizarmos estes elementos da monografia de Ferreira et. al. (1990) não é fortuita, pois o fato do histórico industrial da cidade ser resgatado em apenas um TCC que versa sobre o trabalho dos/das assistentes sociais em empresas requer que façamos algumas reflexões. Conforme apontamos, nesta década, assim como na de 1980, as monografias procuraram tecer considerações e ponderações sobre a realidade social e, particularmente, sobre o desenvolvimento do capital no Brasil e no mundo. Contudo, observamos uma presença muito

¹³⁸ O Plano Brasil Novo, comumente conhecido como Plano Collor, tinha como finalidade realizar um conjunto de reformas econômicas para conter a crise em que o país se encontrava desde fins da ditadura. Estas reformas aglutinavam liberação fiscal e financeira com medidas para estabilização da alta inflação.

tímida de questões tangentes à realidade juiz-forana. Evidentemente, tendo em vista que nem todos os TCCs tiveram como lócus de estudo empresas localizadas em Juiz de Fora, é compreensível que não visualizemos reflexões sobre a industrialização do município em todos os trabalhos. Mas, naqueles que se debruçaram a conhecer empresas da cidade, a ausência de elementos do histórico industrial local nos fez elucubrar sobre as razões para tal e, embora não tenhamos condições de fazer afirmativas com exatidão, nos parece que o processo de orientação dos TCCs pode os ter conduzido para busca pelo conhecimento da realidade nacional sem enfatizar as singularidades do município.

Em nossa perspectiva, seria importante que monografias que se propuseram a estudar o trabalho profissional em empresas juiz-foranas procurassem conhecer o que há de particular no histórico industrial da cidade, posto que ele se relaciona intimamente à constituição e consolidação das empresas locais e à própria emergência do curso de Serviço Social no município. Entretanto, predominaram nas monografias abordagens sobre a conjuntura nacional.

Nesta direção, no tocante às abordagens sobre a realidade do país, observamos distinções entre as monografias que antecedem e sucedem o ano de 1996. Nas que antecedem, percebemos considerações sobre como as novas formas de organização do trabalho que o capital engendra no país nos anos 1990 para maior controle da força de trabalho e para aumento da produtividade nas empresas impactaram no ideário dos trabalhadores fabris. Desse modo, notamos em Paggianella et. al. (1992), cuja monografia objetivou refletir sobre a retomada do trabalho de assistentes sociais em uma empresa local¹³⁹, a constatação de que, na referida conjuntura, o processo de trabalho passa a se organizar de maneira fragmentada e os trabalhadores passam a ser mais explorados na produção, fazendo com que sejam necessários mecanismos mais eficazes de vigilância e de gestão da mão-de-obra para sua adesão à lógica do capital. A nova forma de controle da força de trabalho posta nos anos 1990

faz com que o trabalhador seja educado apenas para executar, obedecer e cumprir o que lhe cabe no processo coletivo de produção. (...) faz com que aprenda a aceitar ser subalterno na divisão do trabalho e ainda, aprende a justificar sua posição de hierarquização do trabalho coletivo, contudo ainda, o fazem se sentir incapaz de participar nas decisões e acaba delegando este direito a outros (PAGGIANELLA, 1992, p. 44)

¹³⁹ O TCC das autoras não teve como finalidade analisar o trabalho profissional em uma empresa, mas a refletir sobre a possibilidade de sua retomada na CFTIM, empresa industrial têxtil que, por mais de vinte anos contou com assistente social em seu quadro de funcionários. Não obstante, devido às crises ocorridas no setor industrial da cidade, a empresa, como forma de conter custos, extinguiu o cargo.

As autoras apontam que com as novas formas de gestão da mão-de-obra incorporadas nas empresas, principalmente nas indústrias, a situação da classe trabalhadora se agravou enormemente uma vez que se intensificam a precarização e a exploração do trabalho. Corroborando com esta constatação, Barreto, Guimarães e Zimmermann (1993), cujo TCC objetivou conhecer o trabalho profissional no RH das empresas, pontuam que apesar das observadas dificuldades colocadas para os movimentos operários nos anos 1990 em decorrência das transformações ocorridas neste período – fragmentação, terceirização etc. - os trabalhadores buscaram encontrar formas de resistência à esta conjunção. As autoras consideram que

Enquanto se gestam novos modelos para tornar o trabalho o mais produtivo possível, lenta e contraditoriamente, vão surgindo formas de resistência e de superação por parte dos trabalhadores, que de acordo com a sua capacidade de mobilização e organização, vão aprendendo a reivindicar seus direitos, a desmistificar as ideologias despóticas, a compreender as relações sociais e de trabalho e a função que nelas desempenham.

As relações de trabalho em suas variadas formas e características, indicam o cenário desse movimento contraditório da relação capital-trabalho. (BARRETO; GUIMARÃES; ZIMMERMANN, 1993, p. 43).

Com base nas assertivas de Paggianella et. al. (1992) e Barreto, Guimarães e Zimmermann (1993), é possível compreender a preocupação das monografias pertencentes ao primeiro lustro da década de 1990 em conhecer as refrações das mudanças ocorridas no âmbito do trabalho e da produção para o conjunto da classe trabalhadora, seja revelando os impactos negativos que estas colocaram para os trabalhadores (PAGGIANELLA et. al., 1992.) seja citando que formas de resistência à precarização se gestaram no bojo daquela conjuntura (BARRETO; GUIMARÃES; ZIMMERMANN, 1993).

Nos TCCs escritos após 1996 observamos não só zelo das autoras em conhecer as consequências das transformações societárias para o conjunto da classe trabalhadora, mas em, principalmente, compreendê-las segundo as mudanças ocorridas internacionalmente no campo da produção e do trabalho - com base nas especificidades sócio históricas nacionais - e, conjecturar sobre seus impactos na organização da classe trabalhadora e no Serviço Social. Nesta direção, há em Cruz (1999, p. 16) a afirmativa de que, no tocante às mudanças postas pela reestruturação produtiva, “no caso brasileiro, tais consequências são de natureza ainda mais complexas, uma vez que o país amarga um passado colonial e escravocrata e vive um presente marcado por profundas desigualdades sociais e pela dependência econômico-tecnológica em relação aos países desenvolvidos”.

Em Wertz et. al. (1997) observamos um esforço em compreender como a crise internacional do capital, sinalizada em fins dos anos 1960, ao refratar na organização dos movimentos sociais de trabalhadores, impactou na composição dos sindicatos brasileiros. Estas autoras apontam que

As alterações no mundo do trabalho atingem também os trabalhadores em sua representatividade, uma vez que os sindicatos estão assumindo uma postura acrítica, aderindo ao sindicalismo de participação e de negociação, distanciando-se do sindicalismo anticapitalista, combativo, muito presente nas décadas de 60 e 70, conforme observou Antunes (1995).

A taxa de sindicalização está caindo, uma vez que os sindicatos vêm encontrando dificuldades para incorporar os trabalhadores parciais, os empregos de escritório, os que trabalham no setor de serviços e, principalmente, os trabalhadores femininos. Os trabalhadores inseridos no mercado informal de trabalho tornam-se alheios ao processo de sindicalização, evidenciando a crise do sindicalismo e a mudança do perfil dos trabalhadores. Paralelo a esse processo de dessindicalização vem ocorrendo um avanço na sindicalização dos assalariados médios, que são os operários estáveis vinculados aos sindicatos.

Aqui, cabe destacar a busca por compreender os impactos nos sindicatos a partir das reflexões de Ricardo Antunes, sociólogo brasileiro de grande importância para conhecimento do processo de crise do capital e de suas consequências no mundo e, particularmente, no Brasil, indicando busca por compreender os processos sociais a partir de referenciais teórico-metodológicos críticos.

No que toca o Serviço Social, observamos que em Noyma, Alves e Gomes (1996) há indicações sobre os impactos do neoliberalismo e da globalização do capital no mundo do trabalho, nas políticas sociais e na profissão. Esclarecem estas as autoras que

As transformações sofridas pelo mundo atual, justificadas pelo ideário neoliberal e decorrentes do processo de globalização, são conduzidas pelos países cêntricos sob a hegemonia burguesa. As novas regras ditadas para o mundo priorizam a desestatização, a privatização como forma de estimular o livre mercado, a estabilização com altas taxas de juros para atrair capitais a abertura comercial para as importações e o controle de déficit para pagar dívidas. Essas políticas comuns de orientação neoliberal, visam privilegiar o mercado como modelo de regulação das oportunidades. O processo de desresponsabilização do Estado com relação aos direitos sociais, contrapondo-se à universalização através da política de focalização, traz como uma das consequências a expansão de ações de iniciativas privadas no campo das políticas sociais.

Este contexto vem rebatendo diretamente no campo das relações de trabalho, assim como vem alterando as demandas que se colocam para as profissões.

Sem dúvida alguma, o Serviço Social vem sendo atingido direta e profundamente por estas questões na medida em que seu campo privilegiado de ação, o “social” vem se modificando de forma aguda e seu exercício tem sido constringido pela globalização e suas repercussões sociais, como também pelo retraimento do Estado com relação às políticas sociais. Desta forma, **refletir sobre as transformações que vêm ocorrendo em relação às novas demandas profissionais e ao mercado de trabalho é de fundamental importância para o Serviço Social.** (NOYMA; ALVES; GOMES, 1996, p. 65, grifos nossos).

Com base no exposto, no tangente às abordagens sobre a realidade social, percebemos que as diferenças entre as monografias que antecedem 1996 e as que sucedem está no fato destas buscarem relacionar as transformações societárias internacionais e nacionais ao Serviço Social, apontando que, enquanto trabalhadores assalariados e componentes da classe trabalhadora, os/as assistentes sociais são impactados pelas mesmas mudanças que atingem o conjunto dos trabalhadores. Ainda que nos TCCs precedentes a 1996 tenhamos observado preocupação das autoras em conhecer as modificações ocorridas na realidade, foi nas monografias de Noyma, Alves e Gomes (1996), Wertz et.al. (1997) e Cruz (1999) que pudemos perceber esforços em compreender como a profissão é impactada pelos processos de precarização do trabalho, terceirização, demissão etc., de modo que há nos trabalhos destas autoras a constatação de que, nos anos 1990, poucas empresas de Juiz de Fora possuíam assistentes sociais em seus quadros de funcionários.

Esta diferença entre monografias precedentes e posteriores a 1996 nos parece ser reflexo do fato de que a partir do segundo lustro da década de 1990, o Serviço Social passou por um processo de engendramento de novas diretrizes curriculares que podem ter se expressado nos TCCs que versaram sobre o trabalho profissional em empresas.

Conforme indicamos, o currículo de 1982 representou uma inflexão na trajetória do Serviço Social ao instituir uma nova direção social para a formação acadêmico-profissional pautada em referenciais teórico-metodológicos críticos, tendo significado “um avanço expressivo para a categoria quanto à sua interlocução com a tradição marxista (...) e a redefinição da função social da profissão centrada no compromisso com os usuários na busca pela efetivação de seus direitos” (CASTRO; TOLEDO, 2011, p. 14). Apesar das fulcrais alterações ocorridas na formação acadêmico-profissional em decorrência deste currículo – cujas expressões na FSS/UFJF destacamos anteriormente -, algumas lacunas foram observadas em seu conteúdo de modo que, segundo Castro e Toledo (2011, p.13-14), o documento de 1982 recebeu as seguintes críticas:

- A proposta baseia-se na análise da realidade, no entanto não se define dinâmica da mesma, nem as forças e contradições produzidas por esta; e também, no homem como ser histórico, mas a concepção do homem como ser histórico é abstrata e não está situada historicamente.
- O currículo define a ação profissional junto aos "extratos mais carentes da população" visando sua promoção, sem esclarecer que extratos são esses; qual é a promoção defendida e, além disso, manteve-se o estigma em relação aos usuários ao rotulá-los como extratos mais carentes.
- Em relação às ementas das disciplinas, percebeu-se que os conteúdos programáticos eram diferentes e possibilitavam antagonismos quanto a objetivos e conteúdos.
- A função assistencial ficou contraposta à promocional, na medida em que, buscou superar a função assistencial, privilegiando a função promocional, não se diferenciando das formulações contidas no Documento de Araxá.
- O currículo não definiu a concepção de participação dos grupos e populações nos espaços decisórios e não definiu o âmbito desses processos, apesar de fazer referência, a todo momento, que a ação profissional deveria incentivar a participação popular.
- Não esclareceu quanto ao referencial teórico que pudesse garantir a ação reflexiva e crítica, substituindo o conhecimento científico pela visão abstrata, crítica, sem categorias científicas que a sustentassem.
- Fragmentação entre os conhecimentos básicos e os profissionalizantes, dificultando a articulação entre a análise da realidade econômica, social e política e a inserção do serviço social dentro dela, originando falsos dilemas no sentido em que a realidade se torna um entrave para a profissão, e ainda, reproduz a dicotomia entre teoria e prática.
- Quanto ao conhecimento do usuário, foram utilizadas teorias sobre os movimentos sociais de modo superficial, não proporcionando clareza a respeito de seu significado histórico.
- Os conhecimentos profissionalizantes privilegiavam os elementos internos do serviço social, remetendo-se aos variados agentes envolvidos na prestação do Serviço Social, sem especificá-los.
- Não proporcionava a análise da realidade onde o profissional iria atuar, ao mesmo tempo em que exigia o conhecimento do contexto social historicamente situado.
- O estágio supervisionado não recebeu a devida atenção, na medida em que este não teve uma definição própria, apesar da exigência do conhecimento da realidade social¹⁴⁰.

Frente a estas lacunas observadas no currículo de 1982, em 1996 a então ABESS promulga novas diretrizes curriculares para os cursos de Serviço Social no sentido superar as defasagens existentes no projeto de formação anterior. A revisão do currículo, que foi mote central na gestão 93/95 da ABESS/CEDEPSS, procurou suprimir a fragmentação existente no documento de 1982 – que dividia a formação em ciclo básico e ciclo profissionalizante e dava centralidade “a ementas voltadas para História do Serviço Social, Teoria do Serviço Social e Metodologia do Serviço Social” (IAMAMOTO, 2014, p. 614) – ao protagonizar a questão

¹⁴⁰ Castro e Toledo (2011) pontuam que as críticas tecidas ao currículo de 1982 foram formuladas por autoras como Iamamoto e Yazbek, que fomentaram discussões sobre a necessidade de revisão curricular.

social enquanto “base de fundação sócio histórica da profissão, salientando as respostas do Estado, do empresariado e as ações das classes trabalhadoras no processo de constituição, afirmação e ampliação dos direitos sociais” (ABESS/ CEDEPSS, 1997 *apud*. IAMAMOTO, 2014, p. 619); ao reafirmar “o trabalho como atividade central na constituição do ser social” (ABEPSS, 1996, p. 8) e ao propor a sustentação da formação em três núcleos temáticos, representando

uma inovação na maneira de pensar a formação acadêmica. São eles: a) Núcleo dos fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos da vida social¹⁴¹; b) Núcleo dos fundamentos da formação sócio histórica da sociedade brasileira e do significado do Serviço Social no seu âmbito¹⁴²; c) Núcleo dos fundamentos do trabalho profissional¹⁴³, abrangendo elementos constitutivos do Serviço Social enquanto especialização do trabalho: trajetória histórica, teórica metodológica e técnica, os componentes éticos que envolvem o exercício profissional, a pesquisa o planejamento e a administração em Serviço Social e o estágio supervisionado.

Tais núcleos (...) foram concebidos enquanto diferentes níveis de abstração necessários, complementares e interdependentes para decifrar o Serviço Social inscrito na dinâmica societária. Abrangem, respectivamente, dimensões teórico-sistemáticas, particularidades históricas (continentais, nacionais, regionais e/ou locais), que determinam o trabalho profissional e nele se condensam, enquanto dimensões indispensáveis à sua análise (IAMAMOTO, 2014, p. 620).

Embora não seja nosso objetivo discorrer minuciosamente sobre o conteúdo das diretrizes curriculares de 1996 (Cf. ABESS; CEDEPSS, 1996; ABEPSS; 1996, IAMAMOTO,

¹⁴¹ “Este Núcleo é responsável pelo tratamento do ser social enquanto totalidade histórica, fornecendo os componentes fundamentais da vida social que serão particularizados nos núcleos de fundamentação da realidade brasileira e do trabalho profissional. Objetiva-se uma compreensão do ser social, historicamente situado no processo de constituição e desenvolvimento da sociedade burguesa, apreendida em seus elementos de continuidade e ruptura, frente a momentos anteriores do desenvolvimento histórico. O trabalho é assumido como eixo central do processo de reprodução da vida social, sendo tratado como práxis, o que implica no desenvolvimento da sociabilidade, da consciência, da universalidade e da capacidade de criar valores, escolhas e novas necessidades, e, como tal, desenvolver a liberdade” (ABEPSS, 1996, p. 10).

¹⁴² “Este núcleo remete ao conhecimento da constituição econômica, social, política e cultural da sociedade brasileira, na sua configuração dependente, urbanoindustrial, nas diversidades regionais e locais, articulada com a análise da questão agrária e agrícola, como um elemento fundamental da particularidade histórica nacional. Esta análise se direciona para a apreensão dos movimentos que permitiram a consolidação de determinados padrões de desenvolvimento capitalista no país, bem como os impactos econômicos, sociais e políticos peculiares à sociedade brasileira, tais como suas desigualdades sociais, diferenciação de classe, de gênero e étnico raciais, exclusão social, etc.” (ABEPSS, 1996, p. 11).

¹⁴³ “O conteúdo deste núcleo considera a profissionalização do Serviço Social como uma especialização do trabalho e sua prática como concretização de um processo de trabalho que tem como objeto as múltiplas expressões da questão social. Tal perspectiva, permite recolocar as dimensões constitutivas do fazer profissional articuladas aos elementos fundamentais de todo e qualquer processo de trabalho: o objeto ou matéria prima sobre a qual incide a ação transformadora; os meios de trabalho - instrumentos, técnicas e recursos materiais e intelectuais que propiciam uma potenciação da ação humana sobre o objeto; e a atividade do sujeito direcionada por uma finalidade, ou seja, o próprio trabalho. Significa, ainda, reconhecer o produto do trabalho profissional em suas implicações materiais, ídeo-políticas e econômicas” (ABEPSS, 1996, p. 12).

2014), consideramos importante pontuar que estas reafirmam a direção social do currículo de 1982 e buscam superar suas lacunas através da correta “apropriação dos métodos e das teorias marxianas, conjugadas na interpretação histórico-crítica do Serviço Social na realidade brasileira” (CLOSS, 2017, p. 29). A relevância de ressaltarmos estes elementos consiste, conforme apontado, nas diferenças observadas entre as monografias que antecedem e sucedem o ano de 1996. Como meio de elucidação de divergências que podem ter sido percebidas em decorrência do contexto de reforma curricular dos anos 1990, pontuamos que, no tangente ao núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira, as diretrizes propuseram que deveria ser objeto de análise na formação profissional

Os padrões de produção capitalista, em seus vários modelos de gestão e organização do processo de trabalho e todas as suas implicações nas condições materiais e espirituais da força de trabalho; e, ainda, o acompanhamento das profundas mudanças dos padrões produtivos e de acumulação capitalistas, criando uma nova configuração do “mundo do trabalho” (ABEPSS, 1996, p. 11)¹⁴⁴.

Na medida em que percebemos nos TCCs pós 1996 uma busca por compreender de que maneira as mudanças ocorridas nos processos de trabalho e produção capitalistas reconfiguraram o mundo do trabalho e reverberaram nas condições de reprodução da classe trabalhadora, inclusive dos profissionais de Serviço Social, entendemos que é possível que isto seja expressão dos debates em torno da nova proposta curricular que se colocou no segundo lustro dos anos 1990.

Como exemplo, percebemos que a monografia de Noyma, Alves e Gomes (1996) buscou compreender como as empresas e as condições de trabalho e de vida dos trabalhadores sofrem alterações a partir da reestruturação produtiva. É interessante pontuar que, para tal, as autoras comparam o trabalho em empresas nos anos 1990 com o “do operário vivido por Charles Chaplin no filme *Tempos Modernos*, que durante toda a sua jornada de trabalho aperta

¹⁴⁴ As diretrizes curriculares de 1996 (ABEPSS, 1996, p.11) estabelecem, ainda, que no Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio Histórica da Sociedade Brasileira, os seguintes tópicos deveriam ser objeto de análise: “- A constituição do Estado brasileiro, seu caráter, papel, trajetória e as configurações que ele assume nos diferentes momentos conjunturais, seus vínculos com as classes e setores sociais em confronto. Trata-se, portanto, de apreender as relações entre Estado e Sociedade, desvelando os mecanismos econômicos, políticos e institucionais criados, em especial as políticas sociais, tanto no nível de seus objetivos e metas gerais, quanto no nível das problemáticas setoriais a que se referem.

- O significado do Serviço Social no seu caráter contraditório, expresso no confronto de classes vigentes na sociedade e presentes nas instituições, o que remete também à compreensão das dinâmicas organizacionais e institucionais nas esferas estatais e privadas.

- Os diferentes projetos políticos existentes na sociedade brasileira: seus fundamentos, princípios, análise de sociedade, estratégias e programáticas”.

freneticamente um mesmo parafuso” (NOYMA; ALVES; GOMES, 1996, p. 67), indicando que, com o objetivo de alavancar o processo de acumulação, o capital flexibiliza as formas de exploração do trabalho e substitui o trabalho repetitivo da linha de montagem pela exigência de trabalhadores multifuncionais.

No mesmo sentido, Wertz et. al. (1997) propuseram-se a resgatar todo o processo de crise do padrão produtivo fordista em âmbito internacional nas décadas de 1960 e 1970, inclusive com citações de Mandel e Hobsbawn, para, em seguida, buscarem compreender as refrações desta crise no Brasil, como desemprego e arrefecimento do movimento sindical. As autoras apontam que, na década de 1990,

para se tornarem mais flexíveis, eficientes e competitivas, as empresas precisam reestruturar seus custos e seus procedimentos internos para complementarem as demissões que foram efetuadas, implicando que os trabalhadores que restaram teriam de assumir mais responsabilidades, tornarem-se polivalentes e participarem mais no estabelecimento dos objetivos e procedimentos da empresa. Enfim, o aumento da concorrência, a globalização de economia, o aumento das exportações e a retração do mercado interno fazem com que se deixe de lado a quantidade para buscar qualidade. Tais mudanças no uso dos recursos humanos, porém, exigiram mais qualificação dos empregados e treinamento para os novos procedimentos. Isto porque **para atender às exigências mais individualizadas de mercado, no melhor tempo e melhor “qualidade”, no processo de produção flexível, é preciso que o trabalhador opere com várias máquinas, rompendo-se com a relação um homem/uma máquina, que fundamenta o fordismo. É a chamada “polivalência” dos trabalhadores, transformando-se em trabalhadores multifuncionais.** E, além da flexibilização do aparato produtivo, é preciso também a flexibilização da organização do trabalho e maior agilidade na adaptação do maquinário e dos instrumentos para que novos produtos sejam elaborados, a fim de enfrentar a concorrência no mercado, focalizando mais uma diferença frente à rigidez do fordismo (WERTZ et. al., 1997, p. 10, grifo nosso).

Esta assertiva aparenta vincular-se claramente à proposta curricular de 1996, pois busca explicitar diferenças entre modelos de gestão e organização do processo de trabalho e compreender os impactos que as mudanças no mundo do trabalho impetram na classe trabalhadora¹⁴⁵.

¹⁴⁵ Consideramos interessante destacar que Wertz et. al. (1997, p.37) remontam o processo de construção das diretrizes curriculares de 1996, apontando que, “considerando que um currículo mínimo deve ser expressão de um Projeto Profissional, o mesmo necessita estar condizente com a realidade. Assim, em 1994 iniciaram-se as discussões em torno da revisão curricular, sendo aprovada na XXIX Convenção Nacional da ABESS (Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social), realizada em novembro de 1995, em Recife, a Proposta Básica para o Projeto de Formação Profissional. A partir daí, deu-se continuidade do trabalho coletivo de construção do Projeto de Formação Profissional, através das Oficinas Locais e Regionais, assessoradas pelo grupo de Consultores, resultando em um segundo documento: “Proposta Básica para o Projeto de Formação Profissional: Novos

Em Cruz (1999), que também se debruçou a conhecer as transformações societárias ocorridas do fordismo à reestruturação produtiva, há a afirmativa de que

As filas de desempregados e subempregados crescem diariamente, mesmo nações em desenvolvimento estão enfrentando o desemprego tecnológico à medida que as empresas multinacionais constroem instalações de produção com tecnologia de ponta em todo mundo, dispensando milhões de trabalhadores de baixa remuneração, que não podem mais competir com a eficiência de custos, controle de qualidade e rapidez de entrega, alcançadas com a produção automatizada. Em um número cada vez maior de países, as notícias chegam repletas de novidades sobre produtividade enxuta, reengenharia, gerenciamento de qualidade total, etc. Em toda parte, homens e mulheres estão mostrando sua frustração e sua raiva num crescente comportamento antissocial. Trabalhadores (...) parecem resignados, sentindo-se cada vez mais encurralados por forças sociais sobre as quais têm pouco ou nenhum controle (...). (SANTIAGO, 1998, *apud*. CRUZ, 1999, p. 12).

Assim, observamos como as monografias de 1996, 1997 e 1999 esforçaram-se em conhecer os impactos das transformações societárias nas condições de reprodução material e espiritual da classe trabalhadora, o que nos parece indicar perspectivas analíticas consonantes às diretrizes curriculares de 1996. As autoras das monografias dos anos citados buscaram resgatar estes elementos da realidade social para, conforme apontamos, abordarem que o trabalho dos/das assistentes sociais em empresas é abalroado pelas mesmas mudanças que tanto impactaram nas condições de trabalho e de reprodução tanto material quanto espiritual da classe trabalhadora.

Com base no exposto até aqui, observamos que, a despeito das diferenças existentes entre as monografias que antecedem e sucedem a reforma curricular, é unânime nos trabalhos dos anos 1990 a preocupação em conhecer a realidade social e as particularidades históricas brasileiras enquanto base para estudo do trabalho profissional em empresas, o que nos possibilita inferir que a direção social impressa à formação acadêmico-profissional em 1980 permanece no decênio que ora analisamos.

Após conjecturarem sobre a realidade social, os TCCs tecem breves considerações sobre a *definição de empresa* e as reflexões de Mota (2008) são frequentemente aludidas para tal, o

Subsídios para o Debate”. Com base nesses documentos, a Diretoria da ABESS, com a assessoria do grupo de Consultores e Consultoria Pedagógica, consolidando a Proposta Nacional de Currículo Mínimo para o Curso de Serviço Social. Estão participando do processo de discussão, a ABESS e as escolas de Serviço Social de todas as regiões do país. Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Leste, Sul I e Sul II (divisão por região estabelecida pela ABESS). Dentre os Assessores, destacam-se alguns professores de Serviço Social, tais como: Marilda Yamamoto, Rosângela Batistone, Mariângela Belfiori, Ana Elizabete Mota, Nobuco Kameyama, Elaine Behring e outros”.

que observamos na compreensão comum a todas as monografias de que *as empresas se definem como instituições que têm como objetivo o gerenciamento de capital e trabalho para a produção de bens que, ao se transformarem em mercadorias, possibilitam a valorização do capital* (MOTA, 2008). Destacamos que as monografias analisadas não se propuseram a definir tipos e funções de empresas conforme observamos em alguns TCCs das duas décadas anteriores, mas priorizaram o conhecimento sobre os impactos das transformações societárias nas empresas, apontando como elas modificam os processos produtivos e flexibilizam as formas de exploração do trabalho ao incorporarem incremento tecnológico, ao demitirem funcionários, ao terceirizarem determinadas atividades¹⁴⁶, etc., objetivando sempre o aumento da lucratividade.

Sobre este mote, cabe enfatizar o esforço em compreender que, no mesmo processo de intensificação da precarização do trabalho, as empresas modificam seus discursos no sentido de procurarem promover adesão e anuência da sociedade e da classe trabalhadora à sua lógica exploratória. Como exemplo, destacamos que o trabalho de Noyma, Alves e Gomes (1996) – que teve como objetivo refletir sobre a relação entre lógica empresarial e cidadania – aborda que o discurso empresarial no referido decênio se apropria da ideia de cidadania, amplamente discutida nos anos 1980 no contexto que levou à promulgação da Constituição de 1988. As autoras apontam que, desde fins da década de 1980, as empresas passam a utilizar a retórica da cidadania

quando muitos empresários começaram a preocupar-se com o fato de que a política econômica desenvolvida no país, excludente e concentradora, estaria gerando uma massa de pessoas miseráveis à margem do processo produtivo que, estariam mais cedo ou mais tarde pressionando a classe empresarial.

Esta preocupação surge no interior de uma crise do capitalismo, que gestou uma profunda revolução técnica no seu interior, principalmente no que diz respeito ao desenvolvimento das forças produtivas e também de um enorme salto tecnológico que resultou no rompimento da lógica taylorista de organização do trabalho. (...).

Dessa forma, os empresários procuram construir um novo tipo de hegemonia, reconstruindo e se apropriando de conceitos como o de “cidadania”, limitados àqueles que estão inseridos no mercado de trabalho e que possuem, portanto, a condição de consumidores. Assim, ao mesmo tempo, resgatam a ideia de “função social da empresa” e de “responsabilidade social do empresário” ao desenvolver programas assistenciais voltados aos pobres, aos “excluídos” do mercado. (...).

“Empresa cidadã” é como se caracteriza a empresa que procura criar atividades de contribuição social. Esse tipo de trabalho não é propriamente filantrópico nem caritativo. A atuação está dentro do mesmo mecanismo que

¹⁴⁶ As monografias destacam a terceirização de atividades como limpeza e segurança patrimonial.

busca no cidadão um ser mais ativo e comprometido com os rumos de sua comunidade (NOYMA; ALVES; GOMES, 1996, p. 54-56, grifo nosso).

Sobre a citação, é preciso destacar o inequívoco entendimento de que o discurso empresarial, ao se apropriar da ideia de cidadania, não objetiva nada além do que a construção de uma estratégia de hegemonia que legitime e escamoteie a intensificação da exploração do trabalho. A partir desta leitura, que nos remeteu às reflexões de César (2008a), observamos em Moraes e Delmonte (1993) – embora este TCC não verse especificamente sobre a concepção de “Empresa Cidadã” - uma preocupação em compreender como as empresas nos anos 1990, além de procurarem construir estratégias de hegemonia frente à sociedade, procuraram envolver os trabalhadores à sua lógica a partir de discursos que davam centralidade ao colaboracionismo entre empregados e patrões. As autoras apontam que, na lógica das empresas,

Foi preciso discutir sobre outras formas de organização do trabalho, que configurassem um novo modelo gestor renovado na aparência, embora essencialmente controlador.

Inicia-se, assim, um novo discurso onde aparecem: enriquecimento das tarefas, participação na direção, formação permanente, administração por objetivos, dentre outros. Novas formas de organização do trabalho são combinadas para diminuir os inconvenientes da sua divisão, conferindo, ao mesmo tempo, uma aparência de democratização nas relações de produção. Isso apenas oculta a dominação que agora é exercida de modo mais sutil, às vezes quase imperceptível (MORAES; DELMONTE, 1993, p. 28-29).

A citação destas ponderações de Moraes e Delmonte (1993) e de Noyma, Alves e Gomes (1996) é elucidativa para conhecermos a maneira como as monografias dos anos 1990 abordam a área de empresas, pois observamos que há em todas elas o interesse não só em apresentar as definições e os objetivos das empresas, mas, fundamentalmente, em conhecer as implicações que as transformações societárias imprimaram sobre suas configurações e, principalmente, sobre as formas de exploração, controle e a anuência da força de trabalho. Em nossa leitura, observamos que a importância de conhecer estes processos consistia no fato deles conformarem o cenário em que o trabalho profissional em empresas se desenvolveu na década de 1990. Assim, uma vez realizadas estas reflexões, os TCCs abordam questões relativas ao Serviço Social.

É consonante nas monografias a recapitulação da trajetória do Serviço Social brasileiro, com ênfase no processo de gênese e institucionalização da profissão no país na década de 1930 e na Reconceituação do Serviço Social na América Latina, donde os trabalhos destacam que uma das expressões deste movimento no Brasil foi a contribuição para a ruptura com o Serviço Social tradicional na década de 1980. Nestas abordagens, é comum a referência a autores como

Iamamoto e Carvalho (2014) para conhecimento das origens da profissão e a Netto (2010) para compreensão da Reconceituação e da Renovação enquanto seu desdobramento no Brasil. No que toca o conhecimento da profissão na década de 1990, encontramos em Moraes e Delmonte (1993, p. 21-22) o apontamento de que o Serviço Social, na contramão das transformações societárias ocorridas no país, procurou, desde os anos 1980 aprofundar

as ideias reconceitadoras, tentando romper com o conservadorismo na profissão. Nesta sequência, o profissional do Serviço Social vem abrindo espaços para perspectivas cada vez mais críticas, aceitando os novos desafios e sobretudo recriando a sua prática a partir de novas demandas.

O encontro desses novos espaços abertos pela sociedade com a sua ocupação pelo Assistente Social, através de uma prática repensada, já se faz sentir, a partir dos anos de 90. (...).

Com os avanços da própria profissão, e com as influências das modificações desencadeadas na sociedade capitalista, o Serviço Social ampliou os seus objetivos visando ao seu reconhecimento e à conquista dos direitos sociais, da justiça e da democracia com o pluralismo de ideias.

Tais premissas, que configuram um novo projeto profissional, estão reafirmadas no Código de Ética do Assistente Social, revisto e em vigor a partir de 1993.

Nessa sucessão de novos aportes à sua institucionalização o Serviço Social encontra também, na Lei de Regulamentação da Profissão, uma nova oportunidade para romper com o passado profissional. A lei de nº 8.662, sofreu alterações, a partir do ato do então Presidente da República, Itamar Franco, em 07 de junho de 1993. Esta medida abriu um leque de possibilidades de trabalho para o Assistente Social, com uma série de atribuições que asseguram o caráter liberal da profissão. As suas competências ultrapassam o nível da execução e conferem ao Assistente Social a possibilidade de coordenar, elaborar, implementar e avaliar. Neste sentido, é atribuição do Assistente Social, dentre outras, prestar assessoria e consultoria a órgãos públicos ou privados em matéria de Serviço Social. Isso reafirma, perante a sociedade, o verdadeiro caráter da profissão.

Aqui, cabe destacar a citação da Lei de Regulamentação da Profissão e do Código de Ética Profissional, ambos datados de 1993, em TCC escrito neste mesmo ano, o que parece nos indicar uma preocupação em conhecer as modificações ocorridas no interior da profissão na conjuntura daquele momento¹⁴⁷. Ainda em relação à profissão, Moraes e Delmonte apontam que a Constituição de 1988, ao dilatar as políticas sociais, redimensionou o trabalho profissional na medida em que ampliou os espaços de intervenção do Serviço Social. Não obstante, reconhecem como a adoção de medidas neoliberais no âmbito estatal precarizaram e fragmentaram as condições de financiamento e de acesso dos trabalhadores às políticas sociais

¹⁴⁷ No tocante ao CEP de 1993, observaremos, adiante, como sua instituição reverbera em alterações na definição dos objetivos do Serviço Social em empresas nas monografias que antecedem e sucedem sua instituição.

conformando um processo contraditório em que, ao mesmo tempo em que as políticas sociais são ampliadas, as condições para sua execução com qualidade são minoradas.

Uma vez realizadas elucubrações sobre o evoluir do Serviço Social brasileiro, as monografias dedicam-se a conhecer o trabalho profissional em empresas, apontando os objetivos da profissão nas empresas, as requisições institucionais e as respostas profissionais. Neste momento, cabe enfatizar que os TCCs não mais aludem os grupos Meta e GESSOT com anuência, mas sim para explicitar que, na história do trabalho profissional em empresas, existiram grupos que se propuseram a estudar este mote, mas que suas reflexões não mais eram suficientes para conhecer este espaço sócio ocupacional, visto que autoras como Mota (2008) já haviam superado suas apreensões teórico-metodológicas. Os referidos grupos são citados nos trabalhos de Gonçalves e Dutra (1990), Ferreira et. al. (1990) e Attie et. al. (1990), que foram elaborados no primeiro ano da década de 1990. Gonçalves e Dutra (1990) apresentam as definições de empresa dos referidos grupos, ressaltam suas funções econômicas e sociais e apontam a concepção de Mota no sentido de contrapô-la à dos grupos, sob a compreensão de que ela, de fato, traz uma acepção correta sobre o significado do Serviço Social nas empresas, conforme se observa na seguinte passagem:

Segundo o GESSOT e o grupo META (1980), entende-se que empresa é “uma unidade econômica que reúne diversos fatores de produção, buscando e/ou incentivando o atendimento às necessidades dos consumidores através da produção e distribuição de bens ou serviços, com o objetivo de adquirir uma renda monetária (lucro) resultante da diferença de preço entre os fatores de produção e a mercadoria”.

A empresa possui funções econômicas e sociais. Visando sua função econômica, ele se volta para o mercado oferecendo a sua produção em troca de lucro, concentrando-se assim aperfeiçoamento constante dos seus fatores materiais (matéria-prima), capital, tecnologia e trabalho humano.

A sua função social está voltada para o atendimento das necessidades humanas dos seus consumidores. Há a preocupação voltada para o homem, enquanto consumidor e enquanto elemento de sua produção. (...).

Para Mota (1985), o Serviço Social de Empresa “é visto como um instrumento de intervenção nos problemas sociais entendidos como situações de carência do trabalhador que interferem na produtividade da força de trabalho” (GONÇALVES; DUTRA, 1990, p. 13-15).

Esta monografia também resgata a produção de Rico (1985) e esclarece que esta avança em relação às reflexões de Meta e GESSOT na medida em que esta autora compreendia que os interesses de patrões e empregados são distintos. Contudo, pontuam Gonçalves e Dutra (1990) que é em Mota (2008) que se colocam as bases para conhecimento real da *requisição das*

empresas para o Serviço Social: execução da função técnica de executar os benefícios empresariais e do “componente político da requisição, que é a necessidade de mediar interesses de classes” (ATTIE et. al., 1990, p. 42) e, através de trabalhos educativos de cunho ideológico, promover harmonia entre empregados e patrões.

Em Ferreira et. al. (1990) consideramos interessante destacar que além da retomada das produções de Meta, GESSOT e Rico (1985) e da mesma constatação presente em Gonçalves e Dutra (1990) sobre a importância da produção intelectual de Mota (2008), há citação de experiências do Serviço Social em empresas chilenas durante a vigência do governo da Unidade Popular instalado em 1970 por Salvador Allende. Estas autoras revelam que o trabalho profissional em empresas ocorreu

num período de passagem do capitalismo para o socialismo, através da superação da contradição básica que é o caráter privado dos meios de produção frente ao caráter social das forças produtivas.

Neste período a classe trabalhadora passa a participar na direção, administração e controle de empresas, lutando para ser proprietária de seu próprio trabalho. O Serviço Social de Empresa passa a atuar no sentido da capacitação da classe trabalhadora para a construção de uma nova alternativa ao poder. Exige-se do Serviço Social a incorporação da ideologia da classe trabalhadora, em contraposição à concepção funcionalista, reprodutora da divisão social do trabalho.

Assumindo novos papéis, funções e atividades, o Serviço Social de Empresa redefiniu seus objetivos, passando a ter um papel político definido, assumindo a ideologia da classe trabalhadora e contribuindo para elevar o nível de sua consciência de classe.

O Serviço Social de Empresa passa a ter, dentre outras, as seguintes atividades: organização de curso de capacitação de trabalhadores para as funções realizadas na empresa e fora dela, como os problemas sócio-políticos; criação de novos benefícios como, assistência médica gratuita, auxílio funeral etc.; coordenação dos programas e atividades dos mecanismos de participação nas organizações de massa.

O Serviço Social, além de atuar dentro da empresa, participa nas organizações sindicais e nas organizações operárias que se formavam gradativamente, além de realizar um trabalho com grupos que rompiam com a concepção de autoridade formal.

Contudo esta experiência terminou em setembro de 1973, com a destituição do governo da Unidade Popular pelo golpe militar (FERREIRA et. al., 1990, p. 49-50).

As autoras remontam a experiência chilena no sentido de elucidar como, em uma conjuntura na qual o Estado adere ao projeto societário da classe trabalhadora, o trabalho profissional em empresas, pautado no objetivo de transformação social - ainda presente nas monografias datadas antes de 1993 - poderia ser favorecido dada a correlação de interesses entre trabalhadores, empresariado e poder estatal. Entretanto, consideram as autoras que

independentemente da conjuntura, o Serviço Social nas empresas deve atender às requisições institucionais, mas, em determinadas conjunturas sociais e políticas, o trabalho profissional poderia ocorrer de maneira menos conflituosa.

Ao abordarem elementos relativos ao trabalho profissional nas empresas, as autoras das monografias que ora analisamos apontam qual seria o objetivo da profissão neste espaço. No processo de análise observamos, novamente, determinadas distinções entre as monografias: nas que antecedem 1993, subsiste o objetivo profissional de transformação social ancorado no entendimento de que “o profissional de Serviço Social tem em suas mãos o potencial de educador de massas” (GONÇALVES; DUTRA, 1990, p. 39); já nas que sucedem, a transformação social aparece como algo que poderia ser alcançado pela luta coletiva dos trabalhadores organizados e não como uma finalidade atribuída à profissão, pois o que caberia aos/às assistentes sociais seria “o compromisso (...) com a classe trabalhadora e, portanto, com a luta pelos direitos sociais desta classe” (CRUZ, 1999, p. 57). Compreendemos que esta mudança é devida à instituição do Código de Ética de 1993, que segue a direção do documento de 1986, mas reconhece insuficiências em seu conteúdo, como a existência de

(...) uma incorporação mecânica do método crítico-dialético na apreensão da realidade social, ocultando o significado da profissão e as especificidades de um Código de Ética.

O novo Código de Ética (1993), reafirma o projeto profissional comprometido com as classes trabalhadoras e dá um outro tratamento à dimensão-ético política da profissão: o compromisso com valores e princípios colocados no horizonte de um projeto de superação da ordem burguesa. Assim o Código de Ética propõe a ampliação da liberdade, concebida como autonomia, emancipação e pleno desenvolvimento dos indivíduos sociais; a consolidação da democracia, enquanto socialização da política e da riqueza socialmente produzida e a defesa da equidade e da justiça social enquanto universalização do acesso a bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais e à sua gestão democrática.

No âmbito da prática profissional, esses princípios e valores são expressos na defesa da qualidade dos serviços prestados, na competência profissional e na viabilização dos direitos sociais e da cidadania (ABESS/CEDEPSS, 1996, p. 146-147)

O CEP de 1993 suprime o viés militantista do documento de 1986 indicando, por seu conteúdo, que não caberia à profissão o objetivo de transformar a sociedade, mas sim de contribuir com processos de afirmação e efetivação dos direitos sociais através de práticas orientadas por princípios como

- Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação/exploração de classe, etnia e gênero;
- Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos trabalhadores (CFESS, 1993, p. 3).

A partir da instituição desta normativa, observamos, através das monografias, que *o trabalho profissional em empresas passa a ter como objetivo não a transformação social, mas o fortalecimento do polo trabalhador* através da preconização pela defesa dos direitos e dos interesses da classe trabalhadora nas ações profissionais.

Aqui, importa saber que, embora a requisição empresarial para o Serviço Social mantivesse-se atrelada à resolução dos “problemas” do trabalhador afetos à produção – que necessitariam de “agentes capacitados para atuar no desenvolvimento de atividades de caráter ‘educativo’ junto aos empregados mediante prestação de serviços sociais” (PAGGIANELLA, 1992, p. 49) - o trabalho profissional em empresas nos 1990, conforme observado na análise das monografias foi, hegemonicamente, orientado por objetivos profissionais que tinham na defesa dos trabalhadores seu cerne. Nesta conjunção, observamos *respostas profissionais* às requisições institucionais que se propuseram a atender as empresas, mas com o intuito de priorizar o polo trabalhador.

Para exemplificar esta afirmativa, elencamos o conjunto de atividades colocadas pelas empresas para serem desenvolvidas por assistentes sociais contratadas em instituições localizadas em Juiz de Fora e em cidade vizinha que foram mote de investigação da monografia de Gonçalves e Dutra (1990, p. 1), que teve por objetivo aproximar-se da “prática profissional desenvolvida no âmbito empresarial”. Para tal, as autoras realizaram entrevistas com assistentes sociais de cinco empresas¹⁴⁸ para conhecer o trabalho profissional neste espaço sócio ocupacional. Com base nestas entrevistas, Gonçalves e Dutra (1990) apontaram que as principais atividades desenvolvidas pelas profissionais nas empresas pesquisadas eram:

- a) Na CBCC, a ação profissional compreende: controle de absenteísmo por doença; desenvolve projetos educativos e preventivos. Exemplo: alcoolismo, prevenção de cáries, tabagismo; ministra curso de Relações Humanas; assiste aos empregados no caso de falecimentos, doença, etc.; entrevista e acompanhamento em caso de conflito entre subordinado e

¹⁴⁸ Para alcance do objetivo da monografia, “foram realizadas entrevistas com cinco Assistentes Sociais das seguintes empresas: Rede Ferroviária Federal S.A. – RFFSA, Engesa Química S.A. – EQSA, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, Companhia Brasileira de Carburante de Cálcio – CBCC e Companhia Paraibuna de Metais – CPM” (GONÇALVES; DUTRA, 1990, p. 1). Dentre as cinco empresas elencadas para o estudo, apenas CBCC não se localizava em Juiz de Fora, mas sim no município de Santos Dumont, localizado a cerca de 10km da cidade.

- chefia; promove eventos culturais; procura desenvolver o espírito crítico de segurança no trabalho, através de palestras e eventos; organiza e administra os benefícios.
- b) Na ECT, são várias as atividades desenvolvidas pelo Serviço Social, dentre elas podemos citar: acompanhamento de empregados e familiares em situações diversas, tais como: inadaptação profissional, problema familiar (...) saúde, alcoolismo, planejamento econômico (orientar, como planejar o orçamento familiar do empregado); reabilitação profissional (mudar pessoas de cargos, por motivo de inadaptação ao trabalho, porém, com o mesmo nível salarial); tratar questões relacionadas a aposentadoria e acidente de trabalho; desenvolvimento de campanhas socioeducativas. (...)
- c) Na CPM, estão definidas como atividades: a parte da saúde, a nível curativo, preventivo, toda a parte assistencial, médica passa pelo Serviço Social; na parte da educação, vai reembolsar cursos de 1º grau, técnicos; faz reuniões nos bairros para focar diversos temas; presta assessoria à CIPA, através da segurança do trabalho; realiza acompanhamentos; trabalha com chefias e trabalhadores, visando manter um bom relacionamento entre eles.
- d) Na ENGESA, as atividades desenvolvidas pelo Serviço Social são: Atendimento de funcionários e dependentes com problemas ligados a saúde, financeiros e a chefias. O trabalho é realizado através de entrevistas individuais e/ou grupais. Se a família estiver envolvida são realizadas visitas domiciliares e hospitalares; atendimento de funcionários e dependentes com problemas ligados a saúde, financeiros e a chefias; desenvolve projetos de alcoolismo, onde é feito um trabalho realizado em toda fábrica, envolvendo toda a área administrativa e produtiva com distribuição de folhetos explicativos sobre alcoolismo, com cartazes, palestras e divulgação da programação dos Alcoolizados anônimos; participa da CIPA, onde a Assistente Social acompanha os casos em que os funcionários se acidentam, inclusive em todas as áreas mais perigosas da empresa, para que todos se previnam.
- e) Na RFFSA, a Assistente Social realiza: orientações no geral e providências junto ao INPS, agora está promovendo um convênio entre a empresa e INAMPS, para auxílio-doença, etc.; atendimento de casos sociais, entrevistas com empregados, chefias, com problemas de relacionamento familiares; coordenação de atividades esportivas e culturais (assessoria a grupos ferroviários em atividades. Exemplo: Festa de Natal e dia das crianças); atuação junto a CIPA. Faz a análise das causas sociais de acidentes de trabalho através de entrevistas com acidentados; faz pesquisa de absenteísmo quanto o empregado falta de 3 a 10 dias (...); projetos de alcoolismo: realiza reuniões nas oficinas, divulgação de que o alcoolismo é uma doença, havendo a necessidade de tratamento. (Considera-se como resultado positivo a mudança de mentalidade, pois antes o alcoolismo era visto apenas como falta de caráter, irresponsabilidade). (GONÇALVES; DUTRA, 1990, p. 29 e 30).

As atividades descritas por Gonçalves e Dutra (1990) foram ressaltadas nesta dissertação pois representam o tipo de trabalho que era requisitado pelo empresariado para ser executado por assistentes sociais na década de 1990. Observa-se que, do ponto de vista do patronato, permanece a exigência por ações destinadas a minorar questões que poderiam afetar

a produtividade das empresas, como alcoolismo, absenteísmo, conflitos familiares e conflitos entre patrões e empregados, o que permite inferir que “no que tange às atividades desenvolvidas pelos Assistentes Sociais nas empresas não houve alterações desde sua inserção nestas” (WERTZ et. al., 1997, p. 61).

Entretanto, embora os/as profissionais continuassem desenvolvendo atividades de cunho semelhante àquelas observadas nos anos iniciais da inserção profissional em empresas – o que pode ser explicado pelo fato de que, apesar das empresas passarem a exigir novas atribuições relacionadas, por exemplo, ao planejamento e gestão de benefícios (BARRETO; GUIAMRÃES; ZIMMERMANN, 1993; CRUZ, 1999), o cerne da requisição para o Serviço Social não se alterou –, a maneira como o Serviço Social passa a responder as demandas se modifica. Como exemplo, apontamos, na citação, a constatação de Gonçalves e Dutra (1990) de que, nas atividades relacionadas à saúde do trabalhador, como o projeto sobre alcoolismo na RFFSA, o trabalho profissional passou a compreendê-lo como uma doença que necessitava de tratamento o que, na perspectiva das autoras da monografia, foi considerado positivo haja vista o ideário predominante até então de que alcoolismo se relacionava a irresponsabilidade e ausência de caráter. Com isso, observa-se, desde o início dos anos 1990, a permanência do direcionamento ético-político que a profissão assume na década de 1980, pois os denominados “problemas do trabalhador” passam a ser abordados distanciados de preceitos patológicos.

Através da descrição destas atividades, é importante que destaquemos, também, elementos concernentes à dimensão técnico-operativa da profissão, pois observamos, através da leitura da monografia de Gonçalves e Dutra (1990), o uso de instrumentos sob perspectivas que buscaram não se relacionar com posturas conservadoras de ajustamento e integração. Como exemplo, observamos que, também na RFFSA, ao trabalhar junto à CIPA, o/a assistente social realizava entrevistas com trabalhadores acidentados para averiguar as causas dos acidentes de trabalho, mas sem o intento de responsabilizá-los (GONÇALVES; DUTRA, 1990), o que nos indica que uso do instrumental pelo/pela profissional foi orientado por valores distintos daqueles observados na década de 1960 e até meados de 1970, em que os sujeitos eram responsabilizados pelas situações vivenciadas.

Com base no exposto até aqui, observa-se que na década de 1990 o trabalho profissional em empresas manteve-se alinhando aos princípios e valores que passaram a ser preconizados pelo Serviço Social desde fins dos anos 1970, mas cuja consolidação ocorreu efetivamente nos anos 1980, com expressão material no CEP de 1986.

Entretanto, tendo em vista que as monografias, conforme buscamos elucidar, preocuparam-se em conhecer as transformações societárias que estavam ocorrendo nos anos 1990 e seus impactos no Serviço Social, observamos o entendimento unânime de que os/as assistentes sociais encontravam dificuldades de execução do trabalho profissional quando assumiam posturas e valores distintos dos defendidos pelas empresas, pois a direção social assumida pela profissão “se choca diretamente com a hegemonia pretendida pelo grande capital” (NOYMA; ALVES; GOMES, 1996, p. 69).

Na monografia de Wertz et. al. (1997, p. 10), que teve como objetivo analisar “as transformações no mundo do trabalho e suas repercussões no cotidiano do Assistente Social” através de entrevistas com seis assistentes sociais¹⁴⁹, percebemos que, em decorrência das mudanças na esfera do trabalho, as profissionais encontravam dificuldades de orientar suas intervenções segundo o direcionamento ético-político presente no CEP de 1993, pois, pelo 50% das entrevistadas eram impelidas a participar de

algum tipo de programa que garanta a participação dos trabalhadores e sua interação com a empresa, tendo como destaque a Comissão de Fábrica, Associação de Funcionários, “Café da Manhã com o Patrão”, Plano de Sugestões, ginástica coletiva e Programa 5S.

Estas estratégias, impostas pelo capital a fim de possibilitar a participação do trabalhador no cotidiano fabril, apelam para a sua subjetividade, criatividade e decisão, incitando-o a auto estimar-se, cooperar, levando-o a pensar que a empresa simboliza sua família, sendo seu segundo lar (WERTZ et. al., 1997, p. 53-54).

Na medida em que, conforme apontado, as empresas modificaram seus discursos, Cruz (1999), cuja monografia teve como objetivo analisar as demandas colocadas ao/à assistente social em empresas no contexto das transformações ocorridas no mundo do trabalho, pontua que uma outra dificuldade imputada ao trabalho profissional em empresas relacionava-se ao risco dos/das profissionais aderirem acriticamente à retórica do colaboracionismo e trabalharem segundo esta perspectiva, que se assemelha, sob uma nova roupagem, às práticas profissionais que objetivavam promover harmonia entre classes antagônicas. Sobre isto, aponta a autora que,

Através da satisfação das necessidades do trabalhador e de programas desenvolvidos pela empresa (...) o trabalhador é levado a se sentir participante de um processo que teoricamente refletiria suas escolhas. **Os Assistentes Sociais devem estar atentos ao fato de serem levados a incorporar – sem uma visão crítica – os discursos e modos de agir das gerências**, tendo em

¹⁴⁹ As monografias quantificam as assistentes sociais entrevistadas, mas não caracterizam as empresas em que elas trabalhavam.

vista a possibilidade de reproduzirem a subalternidade, a alienação e a contraposição aos princípios previstos no código de ética profissional (CRUZ, 1999, p. 54, grifo nosso).

Reconhecendo a dificuldade de imprimir direção social ao trabalho profissional em favor da classe trabalhadora nas empresas capitalistas, visto que o empresariado possui claros interesses ao requisitar assistentes sociais, a monografia de Moraes e Delmonte (1993, p. 1) objetivou “realizar um estudo comparativo entre o Serviço Social de uma empresa e de uma cooperativa” partindo da premissa de que

as referidas organizações, por terem objetivos diferenciados – a primeira o lucro e a segunda o redistributivismo – iria também determinar ações ao Serviço Social que fossem ao encontro destes seus propósitos. E, neste caso, entendíamos que a cooperativa daria ao Serviço Social maior legitimidade e ao Assistente Social maior amplitude de intervenção (MORAES; DELMONTE, 1993, p. 4).

Sendo as cooperativas instituições que, diferentemente das empresas capitalistas, não possuíam o lucro como finalidade, Moraes e Delmonte (1993) partiram do pressuposto de que o trabalho profissional neste tipo de organização poderia melhor se alinhar às finalidades profissionais de defesa dos interesses dos trabalhadores, diante do fato de que as cooperativas se organizavam com base em princípios e valores correlatos aos defendidos pela profissão¹⁵⁰. Contudo, ao final da pesquisa que realizaram, concluíram que, mesmo trabalhando em um espaço cuja lógica distinguia-se da lucratividade empresarial, os/as assistentes sociais enfrentavam limites impostos pelo próprio capital, pois

¹⁵⁰ Moraes e Delmonte (1993, p. 32-33) apontam os seguintes princípios como característicos das cooperativas: “Livre adesão: corresponde à liberdade que qualquer pessoal tem de entrar ou sair como associado de uma cooperativa. É importante que a pessoa faça sua escolha com consciência e que tenha em vista os objetivos comuns entre os associados. Gestão Democrática cada membro tem direito de participar das decisões de sua cooperativa através de 1 (um) voto nas assembleias ou discussões. Os associados escolhem a administração de sua Cooperativa. Distribuição das sobras: como as cooperativas não têm, como fim último, obtenção de lucro, e sim prestação de serviços, as sobras líquidas são distribuídas em iguais partes aos associados (pró-rata). Taxa limitada de juros ao capital: o capital investido na cooperativa não visa ser remunerado com juros, pois, o dinheiro empregado na cooperativa não é com fins lucrativos. O capital visa a prestação de serviços. Educação Cooperativista: os cooperados devem se instituir em relação aos cooperativismos, visto suas diferenciações em relação a outras instituições. Integração entre as cooperativas: determina que as cooperativas devem se associar entre si. Baseando-se nestas considerações, a cooperativa pode ser definida como uma sociedade de pessoas organizada em bases democráticas, que unem com o objetivo de alcançar benefícios comuns. É uma empresa constituída para prestar serviços, visando ao fortalecimento econômico dos seus associados, unindo o ético, o econômico, o científico e o social, mostrando que existem meios e homens não mercantilistas. A cooperativa é, portanto, uma empresa onde todos os sócios são donos e que tem como princípio básico a ampliação do mercado de trabalho para os seus associados”

A prática da Assistente Social da cooperativa revelou que esta organização conserva seus princípios apenas como forma de se firmar no mercado enquanto modelo democrático e associativista. Na prática, tais princípios são subjugados às demandas da concorrência e da competitividade presentes na dinâmica do mercado e dos serviços oferecidos. (...).

(...) ficou comprovado que a intervenção profissional de ambas as Assistentes Sociais¹⁵¹ sofre limites organizacionais. Embora nem sempre tais limites sejam semelhantes, ficou demonstrado que em determinadas situações a Assistente Social da empresa atua com maior liberdade e autonomia, menores restrições, e menos limites que a Assistente Social da cooperativa (MORAES; DELMONTE, 1993, p. 69).

Com isto, observa-se que mesmo em instituição com objetivos diferenciados das empresas capitalistas, o trabalho profissional encontraria limites, pois, na realidade, as cooperativas, enquanto instituições existentes no modo de produção capitalista, acabavam por apresentar elementos próprios das organizações empresariais capitalistas, como competitividade e concorrência.

A razão para expormos este exemplo é devida ao fato de termos observado nas monografias a unanimidade no entendimento de que os/as assistentes sociais em empresas, mesmo em determinados contextos sociais (como no caso da experiência chilena) ou em instituições que buscavam se afastar da lógica de lucratividade (como as cooperativas), sempre estariam condicionados a determinações relacionadas à condição de trabalhadores assalariados, sendo requisitados para responder as demandas das empresas e trabalhar na direção de seus objetivos. Entretanto, ao assumirem posturas ético-políticas alinhadas à defesa dos princípios e valores profissionais, o trabalho profissional poderia caminhar no sentido da construção de uma prática legitimada pelos trabalhadores (ATTIE et. al., 1990; MOTA, 2008).

Ao final da análise das monografias, observamos que o trabalho profissional em empresas nos 1990 sofre diversas ingerências em decorrência das refrações do processo de reestruturação produtiva observadas na realidade brasileira. Nesta década, as empresas modificam seus discursos e adotam retóricas que se pautam em princípios como cidadania e colaboracionismo enquanto estratégia de construção de hegemonia (CÉSAR, 2008a). Neste esteio, os/as assistentes sociais, alocados principalmente na área de Recursos Humanos (BARRETO; GUIMARÃES; ZIMMERMANN, 1993), são chamados não só para executar benefícios sociais, mas também para participar de seus processos de planejamento e gestão (CRUZ, 1999).

¹⁵¹ Para realizar a monografia, as autoras entrevistaram duas assistentes sociais trabalhadoras de cooperativas.

Nas empresas, a profissão continua sendo requisitada para executar funções técnicas e políticas através do desenvolvimento de trabalhos de cunho “educativo”, como as citadas intervenções nos “problemas” dos trabalhadores afetos à produtividade, o que incluiria desde trabalho de prevenção ao alcoolismo – donde destacamos o entendimento deste como doença - até intervenções em questões de relacionamento familiar (GONÇALVES; DUTRA, 1990), o que revela que a histórica requisição institucional para o Serviço Social de, além de executar benefícios, conformar ideologicamente a classe trabalhadora, subsiste sob novos discursos empresariais que visam escamotear a exploração e construir anuência.

Sobre esta questão relacionada às requisições empresariais, consideramos importante ressaltar as reflexões presentes no trabalho de Ferreira et. al. (1990), que objetivou conhecer a ótica do empresariado sobre a profissão¹⁵². Estas autoras procuram conhecer as razões para contratação ou não de assistentes sociais em empresas através da perspectiva do empresariado.

Nas empresas que não possuíam assistentes sociais, as principais razões para não contratação residiam no fato de algumas possuírem convênio com a SESI, recorrendo, quando considerassem preciso, aos/às profissionais desta instituição; de outras terem substituído o trabalho de assistentes sociais pelo de psicólogos/as por não conhecerem as especificidades do Serviço Social e de outras terem tido experiências negativas quando tiveram assistentes sociais em seus quadros funcionais. Aqui, destacamos a perspectiva de dirigentes entrevistados que relataram ter experiências ruins com as assistentes sociais em suas empresas nos anos 1980, razão pela qual não mais contrataram profissionais desde então. Sobre isto, um empresário relatou o seguinte:

“não sei se naquela época a orientação da faculdade era muito extremista ou os estudantes é que eram extremistas ou o D.A. O fato é que os assistentes vinham para cá para trazer mais problemas para a gente. Eles eram excessivamente maternais e criaram uma série de problemas para a empresa. Eram muito radicais no seu ponto de vista, isto fez com que resolvêssemos a não ter mais assistente social. Essa é a causa da não existência de assistente

¹⁵² Para conhecer a ótica do empresariado sobre a profissão, as autoras da monografia aplicaram formulário a dirigentes de dez empresas localizadas em Juiz de Fora e em cidades vizinhas, como Santos Dumont. Dentre estas dez empresas, cinco possuíam assistentes sociais em seu quadro de funcionários e cinco não possuíam. As empresas estudadas foram as seguintes: “Siderúrgica Mendes Júnior, Companhia Paraibuna de Metais, Rede Ferroviária Federal, Empresa de Correios e Telégrafos. Incluímos a Companhia Brasileira Carbureto de Cálcio, situada na cidade de Santos Dumont, por se tratar de uma empresa que recentemente contratou profissional do Serviço Social, mantendo um campo de estágio vinculado a Faculdade de Serviço Social. Estas empresas contam no seu quadro com um profissional de Serviço Social, com exceção da Siderúrgica Mendes Júnior, que possui uma equipe composta por duas assistentes sociais. Uma vez totalizadas cinco empresas nas quais o Serviço Social atua, escolhemos intencionalmente outras cinco que não possuem assistente social. Inicialmente selecionamos: Indústrias Cirúrgicas Becton Dickison, Companhia Mineira de Refrescos (Coca-Cola), Facit S.A. Máquinas de Escritório, Sociedade Produtora de Alimento Manhuaçu (SPAM) e Master. (...). Todas as empresas pesquisadas pertencem ao ramo industrial e de serviços” (FERREIRA et. al., 1990, p. 57-58).

social na empresa. Tivemos assistente social que tentou chefiar greve contra a empresa... todas com uma mesma linha ideológica, parecia que saíam do forno, mesmo padrão, mesmo tipo de pensamento” (FERREIRA et. al., 1990, p. 66-67).

Já nas que possuíam, os motivos principais para contratação consistiam na necessidade de profissionais para coordenar as gerências de RH, para planejar e executar benefícios e/ou para mediar situações conflituosas. Observe-se que os dirigentes não fazem menção a questões relacionadas a manutenção da produtividade e da harmonia entre empregados e patrões, mas sobre isto, Ferreira et. al. (1990) pontuam que, mesmo não presente em suas respostas,

Pode-se perceber que as expectativas dos empresários, quanto à atuação do Serviço Social, se enquadram nos modelos de atuação propostos pelos grupos Meta e GESSOT. Isto porque **os empresários atribuem ao assistente social a função de manter a coesão e cooperação harmoniosa entre os componentes do sistema – trabalhadores e empresários** (FERNANDES et. al., 1990, p. 62-63, grifo nosso).

Com isto, pode-se afirmar que nem os objetivos profissionais de lucratividade e nem as requisições para o Serviço Social se alteram fundamentalmente: na realidade, o que ocorre nos anos 1990 é o velamento destes por novos discursos que enfatizam a cidadania e o colaboracionismo empresarial. Contudo, assim como observado na análise dos trabalhos da década de 1980, quando a profissão assume nova direção social, nos anos 1990, o trabalho profissional em empresas assume, hegemonicamente, objetivos em prol da defesa da classe trabalhadora – ainda que até 1990 permanecesse a finalidade de transformação social – e procura construir respostas profissionais direcionadas a consecução destes objetivos.

Nesta conjunção, é mister nas monografias a indicação de que, para trabalhar na direção dos princípios e valores majoritariamente apregoados pela categoria, os/as assistentes sociais em empresas deveriam acompanhar “as transformações oriundas da globalização” (WERTZ et. al., 1997, p. 61) bem como

estar atentos para as transformações econômicas, políticas e sociais que almejam o desenvolvimento tecnológico, ocultando as potencialidades do ser humano e reduzindo-as a mera mercadoria descartável. É necessário que os trabalhadores sociais desenvolvam cada vez mais sua capacidade crítica frente as instituições e sua capacidade política de pensar e agir estrategicamente pois, assim poderão enfrentar com mais eficácia os problemas do presente. É na realização de um trabalho consciente efetivo, que deflagraremos o nosso comprometimento com o urgente resgate da dignidade humana e cidadania dos trabalhadores.

Assim sendo, defender posições de uma assistência social livre e desimpedida da burocracia tiranizante, e das ideologias paternalistas e condicionadoras é um dos indícios de uma nova concepção empresarial, atual e modernizadora. (NOYMA, et. al., 1996, p. 74).

De posse das questões apresentadas neste item, o que analisamos com base nas monografias – que, hegemonicamente, basearam-se em referenciais teórico-metodológicos oriundos da tradição marxista para estudar o trabalho profissional e pautaram-se na direção social que desde os anos 1980 a profissão preconiza para tecerem suas reflexões - é que, nos anos 1990, o trabalho dos/das assistentes sociais em empresas foi orientado por uma *concepção de profissão que tinha na negação do conservadorismo profissional e na defesa dos interesses dos trabalhadores seu cerne, expresso em um direcionamento ético-político ancorado nos princípios e valores assumidos pela categoria no CEP de 1986 e reafirmados no documento de 1993*; na busca pelo uso de instrumentos, como entrevistas, sem imprimir a eles direcionamento conservador e no reconhecimento da importância de se conhecer as transformações ocorridas e como estas impactaram no Serviço Social.

Assim, o trabalho profissional em empresas foi orientado por um claro posicionamento de classe que corresponde às mudanças que o Serviço Social vinha realizando desde os anos 1970. Neste ínterim, é mister destacar que, em meio a um contexto de precarização do trabalho, os/as assistentes sociais das empresas estudadas pelas monografias, propuseram-se a, hegemonicamente, pautar suas ações profissionais em projeto de profissão orientado segundo princípios e valores contrapostos ao projeto societário do capital, fundamentado na desigualdade de classes.

Nos anos 2000, o que observamos é que os/as assistentes sociais perpetuam nas empresas a direção social assumida hegemonicamente nos anos 1980 e 1990, embora as monografias esbocem algumas experiências em que o trabalho profissional se direcionou, prioritariamente, no sentido de atendimento dos interesses do empresariado com adesão e concordância.

Finalizamos este item com a constatação de que, mesmo em face de um contexto de precarização, o trabalho dos/das assistentes sociais foi orientado por concepção de profissão fundamentada na negação do conservadorismo e na defesa dos interesses dos trabalhadores enquanto classe.

3.5) Hegemonia da ruptura com o conservadorismo no trabalho profissional em empresas: análise das monografias dos anos 2000

Para analisarmos as concepções de profissão orientadoras do trabalho dos/das assistentes sociais em empresas nos anos 2000, é mister que compreendamos que este se circunscreve na conjunção exposta na seção I, caracterizada por processos de continuidades das precarizações observadas nos anos 1990. Em consulta à biblioteca da FSS, encontramos nove (09) monografias datadas da década de 2000 que tiveram o trabalho dos/das assistentes sociais em empresas como objeto de estudo. São elas:

- 2004: *Empresa e Responsabilidade Social: uma análise da Responsabilidade Social Corporativa*, de autoria de Alessandra Aparecida Machado.
- 2005: *As Novas Estratégias de Controle da Força de Trabalho: desafios para o Serviço Social na empresa*, de autoria de Érica Marques Oliveira, Fabrícia Tostes Curty e Neusa Maria Quirino Pereira.
- 2009: *O trabalho do Assistente Social na empresa: uma análise exploratória acerca de suas requisições*, de autoria de Natália Marques dos Santos.
- 2009: *Das conjecturas às convicções: o exercício profissional do Assistente Social na empresa pública – o caso da Companhia de Saneamento Municipal/Juiz de Fora – MG*, de autoria de Elma Fernandes Lopes, Shanti Mairananda de Oliveira Braga e Xênia Virginie de Souza Silva.
- 2014: *A atuação do assistente social em empresas privadas de médio e grande porte de Juiz de Fora*, de autoria de Márcia Cristina de Mello Gomes, Mariana Álvaro Silva e Natália Aparecida de Paula dos Santos.
- 2014: *Uma análise sobre o trabalho dos Assistentes Sociais em empresas privadas*, de autoria de Ivana Pimentel Ferreira da Silva.
- 2014: *Terceiro Setor e Responsabilidade Social: a experiência de uma empresa de logística ferroviária*, de autoria de Ágatha Almeida Oliveira.
- 2015: *As (im)possibilidades da intervenção do Assistente Social na empresa privada na perspectiva crítica*, de autoria de Juliana Jesus dos Santos e Lílian Fontes Nogueira Fávero César¹⁵³.

¹⁵³ É importante esclarecer que a referida monografia trata-se de trabalho produzido no âmbito de uma especialização *latu sensu* existente na FSS/UFJF e não de um TCC de graduação, conforme preconizado nos

- 2016: *Uso/abuso e dependência de substâncias psicoativas em empresas: estratégias e táticas de intervenção profissional*, de autoria de Nicole Cristina Oliveira Silva.

Na análise destes TCCs, não observamos distinções significativas entre seus conteúdos em decorrência de transformações ocorridas no âmbito da profissão, conforme visto, por exemplo, na análise dos trabalhos dos anos 1980 que demonstraram diferenças entre si diante da implementação do currículo de 1982 e do CEP de 1986, pois as monografias que ora analisamos guardam muitas conformidades entre si, como o uso de referenciais teórico-metodológicos alocados em campo científico que se propõe a conhecer traços do modo de produção capitalista com base na tradição marxista, como Iamamoto e Carvalho, Netto, Antunes, Mota, Mônica César e Ângela Amaral. Não obstante, embora as monografias tenham este traço comum, observamos no processo de análise que, ainda que a maioria dos TCCs tenha estudado o trabalho profissional em empresas orientados por perspectivas analíticas de crítica à ordem do capital, em duas monografias, reflexões que se alinham ao conservadorismo profissional por terem como horizonte não a supressão do modo de produção capitalista, mas sim a amenização de suas desigualdades, conforme se observará adiante.

Segundo sinalizado em momento anterior, no processo de análise das monografias dos anos 2000, percebemos diversas continuidades em relação às dos anos 1990. Dentre elas, destacamos que, para estudarem o trabalho profissional em empresas, a maioria dos TCCs fundamentou-se, conforme indicado, em referenciais teóricos-metodológicos críticos, com ênfase nas produções de Iamamoto e Carvalho (2014) para compreensão da profissão na realidade brasileira e de Mota (2008) para conhecimento do Serviço Social em empresas. Destacamos, ainda, que assim como observado na década anterior, as monografias deste decênio propuseram-se a conhecer elementos da realidade social para contextualizarem suas respectivas pesquisas.

Nesta contextualização, detiveram-se a conhecer elementos do desenvolvimento do capital internacional, desde a Revolução Industrial, apontando que, no Brasil, seu evoluir ocorreu de forma tardia e subordinada aos interesses dos países economicamente mais desenvolvidos, como Inglaterra e Estados Unidos. No tocante à realidade brasileira, os TCCs

procedimentos metodológicos desta dissertação enunciados na introdução. Não obstante, quando realizada a pesquisa ao SIGA para levantamento das monografias a serem pesquisadas, não foi possível observar este dado, razão pela qual o referido trabalho foi incluído na análise. Entretanto, na banca de defesa da dissertação, as examinadoras observaram este aspecto e propuseram que fosse feita correção em nota de rodapé.

elucubram sobre o desenvolvimento econômico nacional desde 1930, situando o crescimento da industrialização neste momento e pontuando que, foi nesta conjuntura que o país, de fato, tornou-se capitalista. Neste processo de conhecimento da realidade social, as monografias também ressaltaram a conjuntura da ditadura civil-militar e pontuaram que, ao fim deste regime nos anos 1980, o país se encontrava imerso em uma grave crise econômica que se adensou na década seguinte com a reestruturação produtiva, expressa pelo engendramento de formas de acumulação flexíveis e pela adesão do Estado brasileiro aos postulados neoliberais. As monografias reconhecem, ainda, que as transformações que se observam na realidade brasileira, sobretudo a partir de fins da década de 1980, têm como pressuposto, dentre outros elementos, a crise internacional do capital que se delineia desde fins dos 1960 (NETTO, 1996) quando o padrão de produção baseado no binômio keynesianista-fordista começa a apresentar sinais de esgotamento.

Sobre o contexto dos anos 1990, os TCCs buscaram conhecer os impactos que as transformações societárias impuseram à classe trabalhadora e, sobre isto, a assertiva de Lopes, Braga e Silva (2009, *passim*) nos parece elucidativa para concatenar as reflexões presentes nos demais trabalhos analisados. Estas autoras apontam que

Como resultado das transformações ocorridas nas últimas décadas do século XX, particularmente em países desenvolvidos com reflexos substanciais em alguns países de Terceiro Mundo com certo grau de industrialização, o mundo do trabalho modificou-se. Paralelamente à diminuição da classe operária industrial (em um processo de desproletarização do trabalho fabril) efetivou-se também uma subproletarização do trabalho, através de variadas formas de trabalho parcial, temporário, precário, terceirizado, subcontratado. Como parte deste mesmo processo, podemos citar ainda a expansão do trabalho assalariado no setor de serviços e também uma heterogeneização do trabalho com a incorporação do contingente feminino ao proletariado. Tal contexto de mudanças determinou, para Antunes (2000), um leque diferenciado de grupamentos que passaram a compor a classe-que-vive-do-trabalho. (...). A subproletarização do trabalho passou a se apresentar nas formas de trabalho precário, parcial, temporário, terceirizado, vinculados principalmente à “economia informal”. Esses trabalhadores passam a ter em comum a precariedade do emprego e da remuneração, desregulamentação das condições de trabalho, no que se refere às normas legais e à regressão dos direitos sociais e ausência da proteção e organização sindical, tornando conseqüentemente uma tendência à individualização da relação salarial. O mercado também tendeu a cada vez mais reduzir o número de trabalhadores fixos e usar mais trabalhadores flexíveis com a facilidade de promover demissões sem custos. (...).

(...) Em “A Nova Fábrica de Consensos” Mota & Amaral (2008) apontam que em uma conjuntura de crise, a reestruturação produtiva e dos mercados surgem da necessidade do capital em manter o processo de reprodução social em seu domínio, através da reorganização da produção de mercadorias e realização

do lucro, utilizando-se de mecanismos sociopolíticos, culturais e institucionais.

Com base na citação, que é representativa do conteúdo das demais monografias no que tange o conhecimento das mudanças ocorridas na realidade social, observa-se que há, assim como nos trabalhos da década anterior, preocupação em conhecer a realidade para estudar o trabalho profissional em empresas, pois se compreende que somente dessa maneira seria possível conhecer as requisições das empresas para os/as profissionais e as respostas a elas construídas, mote que retomaremos adiante.

O que consideramos importante elucidar é que é consonante nas monografias dos anos 2000 a busca pelo conhecimento das transformações societárias ocorridas na realidade brasileira, pois sob o entendimento unânime de que os/as assistentes sociais são trabalhadores assalariados, reconhece-se que a profissão é impactada pelos mesmos processos que incidem sobre a classe trabalhadora, esboçados na assertiva de Lopes, Braga e Silva (2009).

Aqui, é interessante ressaltar que apenas o TCC de Gomes, Silva e Santos (2014) procurou resgatar dados sobre o histórico industrial juiz-forano sem, contudo, apontar elementos concernentes à contemporaneidade, pois o foco das monografias consistiu no conhecimento sobre a reestruturação produtiva e seus impactos na profissão.

Sobre isto, Silva (2014, p. 67) pontua que os/as assistentes sociais são submetidos a processos de precarização como “redução dos postos de trabalho profissional, por meio de demissões sem substituição de profissionais (...); a instabilidade e a insegurança em conformidade aos cortes de postos de trabalho” de maneira que nos mais distintos espaços de trabalho, o que inclui as empresas, os “profissionais estão sujeitos a desqualificação, decorrente da flexibilidade funcional”.

Neste momento, consideramos importante ressaltar o apontamento de Oliveira, Curty e Pereira (2005, p. 34, grifo nosso) de que a precarização expressiva do processo de reestruturação produtiva não “atinge somente práticas empresariais e os profissionais que nelas trabalham. Mas, pelo contrário, a nova forma de estruturar a produção é mais abrangente e acentua a “questão social”, objeto de trabalho do Assistente Social, como o desemprego e restrições aos serviços públicos como um todo”.

Sobre esta assertiva, o que julgamos elementar enfatizar é o reconhecimento de que as mudanças na estrutura produtiva impactam não somente na configuração das empresas e na realidade dos sujeitos que nelas trabalham, mas adensam a questão social, compreendida na monografia como objeto de intervenção profissional. Embora reconheçamos equívoco neste

entendimento – visto que o objeto de trabalho dos/das assistentes sociais consiste nas expressões da questão social – é importante que ressaltemos esta apreensão, pois foi nos anos 2000 que observamos ponderações relativas ao objetivo de trabalho dos/das assistentes sociais relacionado à questão social.

Atribuímos isto ao fato de que, na década que ora analisamos, as diretrizes curriculares da ABEPSS de 1996 já haviam sido incorporadas à formação acadêmico-profissional da FSS. Tendo em vista que a questão social, entendida como “base de fundação sócio histórica da profissão, bem como matéria-prima de assistentes sociais, em suas múltiplas expressões”, foi “orientadora das diretrizes para a formação profissional de assistentes sociais no Brasil” (CLOSS, 2017, p. 97), a presença de questões nas monografias que consideram suas expressões enquanto objeto de trabalho profissional é reflexo de sua implementação no curso de Serviço Social juiz-forano. Assim, nos trabalhos que analisamos, observamos a unanimidade no entendimento de que o Serviço Social, em qualquer espaço sócio ocupacional, intervém sobre as refrações da questão social. Sobre esta questão, em Silva (2016), por exemplo, vimos procura em definir, com base em documento elaborado pelo CFESS, que a questão social expressa

desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização. Dispondo de uma dimensão estrutural, ela atinge visceralmente a vida dos sujeitos numa luta aberta e surda pela cidadania, (Ianni, 1992), no embate pelo respeito aos direitos civis, sociais e políticos e aos direitos humanos (CFESS, 2012 *apud*. SILVA, 2016, p. 20-21).

Esta autora pontua, ainda, que “a hegemonia do capital e suas novas configurações e padrões de produção, acumulação e consumo geraram mudanças tão profundas no mundo do trabalho, que repercutiram na reconfiguração do Estado e adensaram ainda mais as expressões da questão social, base sócio histórica de requisição de assistentes sociais” (SILVA, 2016, p. 28-29)

Reconhecendo as expressões da questão social como objeto do trabalho profissional, as monografias de Silva (2014), Gomes, Silva e Santos (2014), Santos e César (2015) e Silva (2016) tecem breves considerações, baseando-se principalmente em Iamamoto e Carvalho (2014), sobre o histórico da profissão no Brasil, indicando o trato repressivo e assistencialista que fora dado à questão social no período de gênese do Serviço Social. Os trabalhos destas autoras resgatam traços constitutivos do desenvolvimento da profissão e apontam que, na área

de empresas, conforme indicado por Mota (2008), a ampla incorporação profissional ocorreu na década de 1970 em correlação ao contexto da ditadura, mas “desde os anos 1940 algumas empresas no Brasil já contavam com a atuação profissional de assistentes sociais” (GOMES; SILVA; SANTOS, 2014, p. 19). Nas demais monografias, não foram observadas questões relativas à história do Serviço Social, posto que elas tiveram como foco o conhecimento das transformações societárias.

Com base no exposto até aqui, pontuamos que as monografias dos anos 2000 buscam conhecer a realidade para contextualizarem o trabalho profissional em empresas entendendo que, como em qualquer espaço de trabalho, também nas empresas os/as assistentes sociais têm as refrações da questão social como matéria-prima. Postos estes esclarecimentos iniciais, as monografias esboçam questões relacionadas ao trabalho profissional em empresas.

Sobre estas questões, pontuamos que, no tangente a *definições e objetivos das empresas*, permanece o embasamento na obra de Mota (2008) e a compreensão de que as empresas são instituições que objetivam gerenciar capital e trabalho, para produzir bens e serviços que se transmutam em mercadorias, e obter lucros através da produção da mais-valia (MOTA, 2008).

Na análise das monografias, observamos que não houve primazia por partes das autoras em discorrer sobre as finalidades empresariais, pois nos parece que, na maioria dos trabalhos, o lucro já estava subentendido enquanto objetivo das empresas. O que percebemos é que a preocupação das discentes não se debruçou sobre descrições de objetivos, mas sim sobre o conhecimento da configuração das empresas na realidade contemporânea. Neste esteio além de, conforme apontado, terem procurado conhecer as mudanças ocorridas em consequência da reestruturação produtiva, algumas monografias propuseram-se a tecer ponderações sobre a lógica da responsabilidade social corporativa que, segundo indicado na seção II, se expande nos anos 2000 e passa a compor o discurso empresarial ao lado das ideias de cidadania empresarial e colaboracionismo.

Em Silva (2016), observamos a constatação de que desde os anos 1990, e marcadamente nos 2000, as empresas têm incorporado a retórica da reponsabilidade social corporativa para construir uma boa imagem social, ancorada sob uma pretensa preocupação com a sociedade e com o desenvolvimento sustentável.

Em Gomes, Silva e Santos (2014), observamos o entendimento de que, no contexto dos anos 1990, as empresas assumem o papel de executoras de determinados serviços - como prestação de assistência social a comunidades através de Programas de Voluntariado - que são precarizados com os progressivos cortes orçamentários estatais, exercendo, assim

a “Responsabilidade Social” com a sociedade.

Ao exercerem seu “compromisso” junto à sociedade civil, as empresas objetivam passar uma boa imagem, e assim, vender mais. Trata-se de uma questão estratégica o investimento na área social, pois, ao serem reconhecidas como socialmente responsáveis, as empresas tendem a conseguir diferenciais de competitividade, e uma vez tendo a imagem valorizada, provoca impactos positivos na comunidade (GOMES; SILVA; SANTOS, 2014, p. 27).

A compreensão presente nas monografias de Silva (2016) e de Gomes, Silva e Santos (2014) se coloca no plano da crítica à responsabilidade social corporativa e alinha-se às reflexões e apontamentos de César (2008a) de que as empresas, para escamotear a exploração e construir hegemonia, valem-se de mudanças em seus discursos.

Nos trabalhos de Machado (2004) e Oliveira (2014) também observamos considerações a respeito da responsabilidade social. Não obstante, o conteúdo das monografias expressou perspectiva não de crítica a esta retórica, mas de anuência. No trabalho de Oliveira, que teve como objetivo realizar “uma breve análise do setor de Responsabilidade Social inserido em uma empresa de logística ferroviária¹⁵⁴” (OLIVEIRA, 2014, p. 11), vê-se o entendimento de que a empresa pesquisada

cumpra sua Responsabilidade Social ao realizar seus negócios satisfazendo seus clientes com qualidade e produtividade nos serviços de transporte oferecidos. Ademais, atua com elevados princípios éticos, distribuindo parte dos seus resultados aos seus integrantes e acionistas, gerando recursos para o Estado, através de recolhimento de impostos e tributos, oferecendo oportunidade de desenvolvimento profissional aos seus colaboradores, reinvestindo parte dos resultados alcançados em relações construtivas e essenciais às comunidades onde atua, preservando o meio ambiente e respeitando normas e legislações (...) (MRS, 2014 *apud*. OLIVEIRA, 2014 p. 34).

¹⁵⁴ “A empresa logística ferroviária pesquisada é uma concessionária que controla, opera e monitora a Malha Sudeste da Rede Ferroviária Federal. Atua no mercado de transporte ferroviário desde 1996, quando foi construída, interligando os Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo. São 1.643 km de malha – trilhos que facilitam o processo de transporte e distribuição de cargas – numa região que concentra aproximadamente 65% do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil e estão instalados os maiores complexos industriais do país. (...). Tendo como matriz a cidade de Juiz de Fora, na Zona da Mata do estado de Minas Gerais, a companhia ferroviária, possui também filiais nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, tendo atualmente cerca de 6.795 funcionários. O seu foco de atividades está no transporte ferroviário de cargas gerais, como minérios, produtos siderúrgicos acabados, cimento, bauxita, produtos agrícolas, coque verde e contêineres; e na logística integrada (...)” (OLIVEIRA, 2014, p. 26). Através da leitura da monografia, foi possível observar que a empresa pesquisada por sua autora é a mesma em que estagiei entre junho e dezembro de 2014, conforme explicitado na introdução desta dissertação.

Na leitura desta monografia vimos uma perspectiva analítica concordatária com a retórica da responsabilidade social expressa no entendimento de que, no âmbito das empresas, ações pautadas nesta lógica poderiam contribuir para “minimizar os possíveis impactos negativos que possam haver no processo da empresa ou nos serviços prestados por ela” (OLIVEIRA, 2014, p. 30). Há no trabalho o reconhecimento de que as consequências da reestruturação produtiva no Brasil adensaram as expressões da questão social e de que a adoção dos postulados neoliberais pela esfera estatal impactou negativamente nas políticas sociais via redução de recursos e verbas, reverberando na materialidade da vida daqueles que delas necessitavam. Entretanto, não observamos nenhuma consideração a respeito do fato de que as empresas tiveram responsabilidade neste processo, pois parte significativa das precarizações ocorridas na vida dos trabalhadores processaram-se por conta das modificações que estas realizaram em suas configurações. No trabalho de Oliveira (2014), é dada ênfase nas possibilidades de minoração dos impactos postos pela reestruturação produtiva e, nesta confluência, a responsabilidade social corporativa é elencada como uma alternativa para suprir a precariedade das políticas sociais que deveriam ser executadas pelo Estado, como a Política de Assistência Social.

No trabalho de Machado (2004, p.1), que se propôs a refletir sobre “como a responsabilidade social corporativa pode estar orientada para uma perspectiva voltada para extensão de direitos”¹⁵⁵, observamos direcionamento semelhante ao de Oliveira (2014) visto que esta autora também teceu abordagens com anuência entendendo que

a “Responsabilidade Social” desenvolvida pelas empresas, apesar de estar fora de qualquer perspectiva de superação da ordem do capital, pode atuar fortalecendo ações voltadas para a construção de um Estado comprometido com a ampliação e efetivação de determinados direitos (no limite da manutenção da sociedade de classes), confrontando, dessa maneira, com as orientações neoliberais (OLIVEIRA, 2014, p. 14).

É interessante observar que há o reconhecimento de que a responsabilidade social desenvolvida pelas empresas não supera o capital e mantém-se nos limites da sociedade de classes. Entretanto, a perspectiva da autora indica que, ainda assim, seria possível a efetivação de “direitos” pela via da responsabilidade social para enfrentamento do neoliberalismo, o que nos indica compreensão aproximada da de Rico (2004) da responsabilidade social como

¹⁵⁵ Sobre este objetivo, consideramos válido pontuar que a extensão de direitos é devida ao Estado e não a empresas, pois estas atuam em uma lógica que, em geral, prioriza a oferta de bens, mercadorias e serviços a serem consumidos no âmbito do mercado e não dos direitos sociais.

mecanismo para redução das desigualdades sociais sem, contudo, ter sua supressão como horizonte. A assertiva de Machado (2004) parece nos indicar que o problema a ser enfrentado era o neoliberalismo e não o capital, o que nos remonta às perspectivas profissionais da década de 1960 que, baseadas em princípios e valores teóricos-doutrinário de base cristã e positivista, criticavam os excessos do capital sem proporem sua extinção, mas sim o abrandamento de suas desigualdades mais prementes. Na medida em que, na leitura deste trabalho, percebemos que uma solução para redução dos problemas sociais seria a gestão eficiente da responsabilidade social corporativa, concordamos com o apontamento de Closs (2017, p. 36-37) que, baseada em Pagaza (2009), aponta que vertentes conservadoras reaparecem

“metamorfoseadas” em teorias contemporâneas, que moldam de forma dispersa a formação e o exercício profissional na atualidade. No que se refere ao positivismo, as heranças desta matriz se reatualizam na tendência de naturalização das manifestações da questão social no quadro atual de crise capitalista, apreendidas como expressões fragmentas e supostamente passíveis de serem superadas a partir de uma gestão eficiente do capital.

A razão de expormos estas questões guarda conformidade com ponderação feita em monografia do final dos anos 1990 (CRUZ, 1999) de que um dos desafios colocados para o trabalho dos/das assistentes sociais em empresas consistiria no cuidado para não aderirem aos discursos e aos modos de agir das gerências acriticamente. Tendo em vista que, nos anos 2000, os/as profissionais são requisitados para trabalhar em determinadas empresas que atuam sob a retórica da responsabilidade social, é mister que se conheça as peculiaridades do discurso profissional para que se saiba que, ainda que este possa estar revestido de vieses baseados na preocupação com a sociedade, *a finalidade das empresas permanece sendo o lucro* e não a preocupação com o social.

No tocante às *requisições empresariais*, observamos que predominou nas monografias o entendimento de que o Serviço Social é demandado para executar benefícios direcionados aos trabalhadores e aos seus familiares e para promover trabalhos de cunho educativo que se direcionem à existência mínima de conflitos nos espaços de trabalho, permanecendo exigências por trabalhos relacionados aos “problemas do trabalhador” (MOTA, 2008) afetos à produtividade, “a exemplo daqueles relativos à educação, saúde, moradia e nas relações familiares” (GOMES; SILVA; SANTOS, 2014, p. 17), o que nos leva a reafirmar que as requisições empresariais revestem-se de novos discursos, mas não se alteram umbilicalmente.

Nos anos 2000, tendo em vista a necessidade de criar consenso entre os trabalhadores em um contexto de continuidade dos processos de precarização do trabalho, segundo Gomes,

Silva e Santos (2014), as empresas requisitam assistentes sociais compreendendo que estes profissionais são capacitados para intervir nas áreas de recursos humanos para

redução de conflitos trabalhistas, propiciando, desta forma, um ambiente que garanta ao trabalhador as necessidades básicas para que este atinja o patamar de produtividade esperado para o exercício de determinada função. O Serviço Social, desde então, vem assumindo papel de assessor nas questões relacionadas à administração de pessoas, à modernização das relações de trabalho, ao tratamento das questões sociais/interpessoais que afetam o cotidiano dos trabalhadores, dentre elas: dependência química, *stress*, depressão, acidente de trabalho, assédio moral. Desta forma, são requisitados para atuar nos programas de qualidade de vida no trabalho, saúde do trabalhador, gestão de RH, prevenção de riscos sociais, clima organizacional, orientação sobre benefícios, entre outros (GOMES; SILVA; SANTOS, 2014, p. 29).

Os elementos da citação ratificam a afirmativa de que as empresas continuam requisitando os/as assistentes sociais para intervir nas mesmas questões. Desse modo, percebe-se que, permanece

o caráter pedagógico do trabalho profissional na empresa que visa à propagação da mútua colaboração entre empregados e empregadores e principalmente permanece a clássica intervenção das tensões e conflitos existentes na relação capital e trabalho. Contudo, essas demandas tradicionais são atravessadas por novos conteúdos e instrumentos inovadores de controle que passaram a caracterizar os processos de trabalho. Isso ocorre através de programas e projetos desenvolvidos pelas empresas: Programa de Treinamento e Desenvolvimento, Programas Participativos, Programa de Qualidade de Vida, Programa de clima ou Ambiência Organizacional (SANTOS; CÉSAR, 2015, p. 18).

Com base nas exposições até aqui realizadas, observamos que as monografias da década de 2000 esforçam-se em pontuar que o Serviço Social é requisitado pelas empresas para trabalhar com demandas tradicionais que são acrescidas de novas requisições, como gestão de RH, programas de treinamento e desenvolvimento, dentre os demais citados por Gomes, Silva e Santos (2014) e Santos e César (2015).

Conforme apontamos no decorrer desta dissertação, não há possibilidade de os/as assistentes sociais não responderem às demandas que lhes são postas pelas intuições empregadoras, pois isto é o fundamento de sua própria contratação pelas empresas. Entretanto, as respostas profissionais alteram-se no decorrer do tempo, principalmente após a década de 1980 - contexto em que, paulatinamente, a profissão procura assumir uma direção social

vinculadas à defesa dos interesses da classe trabalhadora -, conforme evidenciado nas análises das monografias das duas décadas anteriores a 2000.

Na década que ora apreciamos, observamos que *as repostas profissionais, hegemonicamente, alinharam-se aos objetivos que a profissão passa a preconizar*. Aqui, pontuamos que as finalidades profissionais vinculadas à transformação social não mais subsistem e cedem lugar a objetivos vinculados aos princípios éticos presentes no Código de Ética Profissional de 1993, como a opção por um projeto profissional que se acople ao processo de construção de uma nova sociedade destituída de todo tipo de dominação (CFESS, 1993). Neste momento, cabe ressaltar que as monografias não explicitam diretamente as finalidades da profissão, mas, pela leitura, percebeu-se que a maioria dos trabalhos indica que *o objetivo do Serviço Social seria a defesa dos interesses dos trabalhadores*, o que poderia ser propiciado pela execução de um trabalho profissional que se atentasse ao conhecimento de suas necessidades e construísse propostas de intervenção sob esta orientação. Nessa direção, observamos a presença hegemônica de respostas profissionais que se voltaram para este objetivo.

O trabalho de Gomes, Silva e Santos (2014, p. 9) teve como

objetivo pesquisar a abrangência e a atuação dos assistentes sociais nas indústrias de médio e grande porte e nas empresas de serviços de grande porte privadas existentes em Juiz de Fora, tendo em vista conhecer e analisar criticamente o exercício profissional do Serviço Social neste âmbito.

Para tal, as autoras procederam investigações em quatro empresas privadas do município que possuíam assistentes sociais em seus quadros funcionais¹⁵⁶. Na análise que realizaram, observaram que nas empresas 1, 2 e 3 o trabalho profissional esteve melhor direcionado aos interesses dos trabalhadores do que na empresa 4, onde perceberam inclinação profissional para as finalidades da empresa, o que atribuíram “ao fato dessa profissional

¹⁵⁶ “Aos locais que foram levantados pela equipe e que se enquadram no universo de nossa pesquisa, denominaremos de empresas de 1, 2, 3 e 4. (...). A empresa 1 é o maior sistema cooperativista de trabalho médico do mundo e também a maior rede de assistência médica do Brasil; está presente em 83% do território do país. (...). A empresa 2 é uma indústria de capital mineiro que está atuando há 50 anos no segmento de embalagens, nas áreas de papéis e ondulados o que lhe permite distribuir ao mercado sistemas de embalagens eficientes, por exemplo, para avicultura, fruticultura, setor moveleiro, laticínios, etc.(...). A empresa 3 é uma indústria siderúrgica de grande porte que opera em escala global, e já passou por diversos processos que deram origem à estrutura atual. (...). A Empresa 4 é uma concessionária que opera, controla e monitora a Malha Ferroviária da Região Sudeste. A empresa atua no mercado de transporte ferroviário desde 1996, quando foi constituída, interligando os estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo” (GOMES; SILVA; SANTOS, 2014, passim).

apresentar maior tempo de formação profissional¹⁵⁷ e de há algum tempo se encontrar exercendo funções de gerência” (GOMES; SILVA; SANTOS, 2014, p. 56). Naquelas em que observaram orientação profissional segundo os interesses trabalhistas, pontuaram que os/as assistentes sociais buscaram responder as demandas empresariais com ênfase nas necessidades dos trabalhadores. Como exemplo, indicam que, na empresa 2, a profissional recebia muitas demandas relacionadas à saúde dos trabalhadores e que a finalidade da empresa consistia na manutenção da saúde em um claro sentido de conservação da força de trabalho para que estivesse apta a produzir. Devendo responder à requisição empresarial, a assistente social procurou ampliar sua intervenção para além daquilo que era solicitado pela empresa. Dessa maneira,

Se o trabalhador apresenta alguma demanda de saúde, o serviço social irá realizar todo acompanhamento deste empregado. Se for direcionado para um hospital, a assistente social o acompanha e presta toda assistência, providencia o transporte, se necessário, traz a família para perto do empregado. Tendo em vista atender às formalidades legais, se necessário, providencia toda a documentação para sua entrada no INSS, agenda a perícia médica e orienta este trabalhador sobre como proceder em relação ao afastamento e o retorno ao trabalho (GOMES; SILVA; SANTOS, 2014).

Desse modo, observa-se conteúdo ético-político orientado pela defesa das necessidades dos trabalhadores impresso em uma resposta profissional que atendeu a demanda da empresa, mas a suplantou ao preconizar o polo trabalhador.

Na monografia de Silva (2016, p. 5), cujo objetivo foi “analisar as estratégias e táticas de intervenção construídas pelo Serviço Social em uma empresa do município de Juiz de Fora¹⁵⁸ frente às demandas de uso/abuso e dependência de substâncias psicoativas (SPAs)”¹⁵⁹, percebemos a constatação de que uma demanda recorrente para as assistentes sociais na empresa consistia na intervenção sobre os casos de trabalhadores que apresentavam algum tipo de “problema” no trabalho, como absenteísmo e baixa produtividade, decorrente do uso de substâncias psicoativas. Reconhecendo que os trabalhadores usuários de alguma SPA sofriam preconceitos, pois eram tratados como irresponsáveis, as assistentes sociais da empresa

¹⁵⁷ O TCC não pontua a data de formação da profissional, mas pela leitura, nos parece que a assistente social da empresa 4 se formou antes da instituição do currículo de 1982.

¹⁵⁸ A empresa pesquisada foi a CESAMA, Companhia de Saneamento Municipal de Juiz de Fora.

¹⁵⁹ Ressaltamos que esta monografia se dedicou ao conhecimento do trabalho dos/das assistentes sociais sobre a questão específica relacionada ao uso, abuso e dependência de substâncias psicoativas, dada sua recorrência na empresa pesquisada. Desse modo, o TCC não se propôs a conhecer o trabalho profissional em sua totalidade, mas sim as estratégias e táticas construídas pelas assistentes sociais sobre uma das demandas colocadas para o trabalho profissional.

buscaram construir estratégias e táticas de intervenção profissional que buscavam romper com estes estigmas e propor processos de reflexão sobre o uso, o abuso e a dependência de álcool e outras drogas. Para tal, as profissionais desenvolveram ações como realização de capacitações com chefes para desmistificar os preconceitos existentes em torno do uso de entorpecentes, confecção de resoluções que explicavam as normas da empresa sobre o uso de SPAs e construção de formulários de atendimento individual para aqueles trabalhadores usuários de SPAs que seriam acompanhados pelo Serviço Social. Aqui, cabe destacar que, segundo Silva (2016), o trabalho profissional com esta demanda consistia em orientações e encaminhamentos - e não em tratamento, pois se reconhecia que não cabe ao Serviço Social tratar questões relacionadas à saúde mental – e que o acompanhamento dos trabalhadores pelas assistentes sociais era opcional, pois se preconizava a autonomia dos sujeitos enquanto valor central contido no CEP de 1993 (SILVA, 2016). Em sua pesquisa, a autora pontua que

O Serviço Social na instituição, por conta da elevada demanda de trabalho que possui em decorrências das transformações apontadas por Netto (1990) e Behring (2003), tem tido um esforço muito significativo no sentido de lidar com a questão do uso das SPAs na empresa (...).

As profissionais têm buscado desenvolver estratégias e táticas de intervenção que acreditamos estar vinculadas aos princípios éticos defendidos de forma hegemônica pela categoria, pois prezam pela não obrigatoriedade de adesão aos atendimentos e pela liberdade do trabalhador em relação à própria vida.

Os formulários de atendimento individual, as resoluções e capacitações com as chefias foram formas de intervenção pensadas e construídas como meio de defender e promover a saúde dos trabalhadores (SILVA, 2016, p. 53).

Com base neste exemplo, é possível observar que as assistentes sociais da empresa pesquisada por Silva (2016) responderam a requisição institucional de intervir sobre o uso de SPAs, mas buscaram construir respostas profissionais que se relacionassem aos objetivos da profissão.

Lopes, Braga e Silva (2009, p. 87), que estudaram a mesma empresa que Silva (2016), corroboram com os apontamentos desta ao afirmarem que, mesmo atendendo as demandas das empresas, ao assumir posicionamento ético-político pautado no princípios e valores hegemonicamente defendidos pela categoria

o Serviço Social tem condições de estabelecer uma aliança do ponto de vista ideológico com os trabalhadores. Temos como exemplo na CESAMA as discussões referentes à saúde do trabalhador, onde o entendimento crítico do

Serviço Social é um diferencial para os trabalhadores adoecidos pelo processo de trabalho.

Na monografia de Silva (2014) também observamos relato de trabalho profissional em empresa que buscou se direcionar aos objetivos hegemonicamente defendidos pela categoria profissional. Esta autora, que objetivou analisar a inserção profissional de assistentes sociais em empresas privadas com base na experiência de estágio que teve em uma empresa prestadora de serviços funerários em Juiz de Fora, pontuou que, na empresa estudada, a assistente social tinha como uma de suas frentes de trabalho o atendimento de demais funcionários da instituição, principalmente no tocante a demandas relacionadas a adoecimento laboral. Tendo em vista que os processos de adoecimento impactam as empresas por terem como consequências faltas ao trabalho, afastamentos etc., a assistente social, “dividindo sua atuação com psicólogos, enfermeiros, técnicos de segurança do trabalho” (SILVA, 2014, p. 72), desenvolveu trabalhos que, além de atenderem a demanda da empresa, buscavam se direcionar à promoção e prevenção da saúde dos trabalhadores através de palestras, atendimentos individuais e trabalho com grupos orientados por direcionamento ético-político distinto dos observados, principalmente, em monografias dos anos 1960 e meados dos anos 1970.

Não obstante, na análise das monografias de 2000, também observamos respostas profissionais que objetivaram atender as requisições empresariais sem suplanta-las. É o caso presente no trabalho de Oliveira, Curty e Pereira (2005, p. 7), que objetivou compreender “a atuação do Serviço Social na empresa privada”¹⁶⁰. Na análise destas autoras, que foi realizada através de entrevista com assistente social contratada em empresa privada localizada em Juiz de Fora, há constatação de que “sua postura vai de encontro ao projeto ético-político hegemônico da profissão” (idem, 2005, p. 58), pois segundo relato da própria profissional

“Eu vejo que nós temos um papel contributivo para o negócio de qualquer empresa, desde que a gente ocupe bem este espaço organizacional, porque é uma coisa difícil o Serviço Social de Empresa, ele não é fácil, porque a empresa é um sistema capitalista. Por isso se a gente entrar com uma visão muito ingênua, achar que vamos ser defensores, entrar com uma visão paternalista, sem foco no negócio, a gente realmente é expelido do sistema empresa. Mas a partir do momento em que você dentro das condições que o sistema empresa lhe oferece, que são muitas, você usa todo seu conhecimento e busca adquirir conhecimentos que são importantes para você, como o Serviço Social de Empresa, você acaba expandindo suas esferas de atuação,

¹⁶⁰ A empresa pesquisada por estas autoras é mesma companhia ferroviária em que estagiei em 2014 e que foi estudada por Gomes, Silva e Santos (2014), identificada como empresa 4.

acaba com isso, de alguma forma, sendo importante para a sustentação do próprio negócio” (OLIVEIRA; CURTY; PEREIRA, 2005 p. 58).

Na perspectiva das autoras do trabalho, o fato da assistente social da empresa pesquisada não propor intervenções para além do que lhe era demandado pela própria instituição, revela um posicionamento de aderência à lógica empresarial. Aqui, cabe ressaltar que, segundo Oliveira, Curty e Pereira (2005), a empresa estudada trabalhava sob a retórica da responsabilidade social e desenvolvia projetos, como Programa de Voluntariado, direcionados à prestação de assistência a comunidades sob um viés assistencialista. A assistente social, na condição de gerente geral de Responsabilidade Social, participava dos processos de planejamento e execução destes projetos sem crítica à sua lógica pois acreditava que “o Governo sozinho, não consegue gerir, ne sustentar a Saúde, Alimentação, Educação, cabendo à empresa subsidiar parte destes direitos” (idem, 2005, p. 53). Com isso, observa-se um trabalho profissional orientado por uma concepção de profissão alinhada à empresa sem crítica à sua lógica capitalista.

Ao estudarem o trabalho profissional em empresas, as monografias, em geral, não se dedicaram a tecer considerações sobre a dimensão técnico-operativa da profissão. Sobre isto, o que observamos foi um indicativo no TCC de Gomes, Silva e Santos (2014) de que os principais instrumentos e técnicas utilizados pelas profissionais nas empresas são as entrevistas, visitas domiciliares e pareceres sociais, sem maiores explicitações sobre o direcionamento dado a estes pelas/pelos assistentes sociais. Já em Silva (2016, p. 36-37), observamos que, baseada em Trindade (2012), a autora a elenca que, nas empresas os assistentes sociais poderiam utilizar os seguintes instrumentos:

De caráter individual: no atendimento direto aos usuários, a entrevista é o instrumento mais utilizado para finalidade de repasses de informação, socialização de direitos, encaminhamentos para serviços atendimento das demandas específicas dos usuários. Destacamos também a documentação utilizada para registro dos atendimentos.

De caráter coletivo: destaca-se a formação de grupos que na maioria das vezes possuem caráter socioeducativo. O desenvolvimento pode ser feito a partir de oficinas temáticas com utilização de recursos que possam promover discussão, como filmes e músicas.

De caráter administrativo organizacional: são instrumentos utilizados “na articulação inter e intra-institucional e na organização e gestão de serviços sociais” (TRINDADE, 2012 p. 91). Como exemplo, podemos citar ações de planejamento dos serviços como a construção de Planos Municipais.

De formação profissional, de capacitação e de pesquisa: de acordo com Trindade (2012) estes são os procedimentos menos utilizados pelos assistentes sociais. A autora enfatiza que a qualificação profissional tem ficado restrita

aos profissionais da academia, que utilizam instrumentos de caráter pedagógico atrelado às novas tecnologias advindas da informática. Já entre os demais assistentes sociais, destaca-se a utilização de instrumentos acadêmico-científicos, como as pesquisas, principalmente em ações de “capacitação dos usuários, especialmente aqueles que participam de grupos, conselhos, entidades e organizações” (TRINDADE, 2012 p. 97).

É possível vermos deste modo a diversidade de instrumentos que o assistente social pode empregar na intervenção profissional.

Reconhecendo que, na empresa pesquisada em sua monografia, as assistentes sociais priorizavam a utilização de instrumentos de caráter individual para intervir sobre as questões relacionadas ao uso de SPAs, a autora indica que

um instrumento de caráter coletivo (TRINDADE, 2012), como a realização de um trabalho de grupo seria fundamental para divulgação em ampla escala das normas da empresa e do trabalho do Serviço Social, além de promover problematizações sobre o tema. Já no atendimento individual, tendo em vista que a compreensão dos funcionários acerca do trabalho das assistentes sociais ainda é frágil, vimos a importância da elaboração de um material informativo, como uma cartilha a ser entregue no primeiro encontro explicitando a finalidade dos atendimentos, a metodologia empregada, dados sobre o uso de drogas na empresa, principais recursos e serviços para tratamento disponíveis de modo gratuito no município e espaços e atividades de lazer, como forma de promoção da saúde (SILVA, 2016, p. 50).

Na análise dos trabalhos dos anos 200, observamos que a maioria das monografias se pautou em referências teórico-metodológicas críticas para estudar o trabalho profissional em empresas visando compreender que ele se insere numa conjuntura histórica marcada por modificações decorrentes da reestruturação produtiva que se expressaram na redução de gastos do poder estatal e no engendramento de novas formas de exploração da força de trabalho, o que resulta em um conjunto de precarizações. Estas, por sua vez, não impactam somente as empresas, mas adensam as expressões da questão social, que se constitui no objeto de trabalho do Serviço Social.

Em decorrência das precarizações, as empresas apropriam-se de discursos para construir hegemonia (CÉSAR, 2008a) que, nos anos 2000, têm como cerne a lógica da responsabilidade social corporativa, visualizada com anuência em duas monografias que analisamos, o que indica, segundo Closs (2017), uma atualização do conservadorismo, pois esta lógica situa-se no campo das propostas que compreendem que a resolução dos problemas sociais dependeria de gestão eficiente de benefícios e não da supressão da ordem do capital.

Percebemos no estudo sobre os anos 2000, assim como pontuamos ao final da análise das monografias dos anos 1990, que os objetivos empresariais e as requisições institucionais postas ao trabalho dos/das assistentes sociais não se alteram fundamentalmente, pois apenas são revestidos de novos discursos e acoplados a novas demandas, como planejamento e gestão. Não obstante, as respostas profissionais às requisições modificam-se e preconizam, em sua maioria, a defesa dos interesses dos trabalhadores, conforme apontado no decorrer deste item. Não obstante, a hegemonia desta postura não significa sua homogeneidade, pois através da leitura dos TCCs de Gomes, Silva e Santos (2014) e de Oliveira, Curty e Pereira (2005), percebemos relato de trabalho de assistente social que se orientou segundo os interesses das empresas e não dos trabalhadores.

Nosso objetivo ao ressaltarmos esta questão não é do tecer críticas severas à existência de trabalho profissional que não se oriente sob a perspectiva atualmente hegemônica na categoria, mas sim o de elucidar que não se deve hiperdimensionar a magnitude do projeto profissional baseado na ruptura com o conservadorismo (NETTO, 1996), pois há “de se considerar a persistência de traços conservadores na profissão, bem como a emergência de críticas formais a este projeto e a sua orientação teórico-metodológica” (CLOSS, 2017, p. 87). Assim, a existência de trabalho profissional orientado por valores distintos dos hegemônicos não deve ser abordada de maneira acrítica, mas sim sob a compreensão de que, embora exista um projeto profissional hegemônico na profissão de cunho ético político crítico, isto não significa a supressão total daqueles traços conservadores observados em momentos anteriores, como, por exemplo, nos presentes na análise dos trabalhos dos anos 1960 e 1970.

De posse das questões apresentadas neste item, o que podemos concluir após a análise das monografias é que, hegemonicamente, o trabalho dos/das assistentes sociais em empresa foi orientado por uma *concepção de profissão baseada nos princípios e valores defendidos hegemonicamente pela categoria profissional*, expresso nas normatizações profissionais, como o CEP de 1993, e no relato de respostas profissionais às requisições empresariais que se inclinaram a priorizar as demandas dos trabalhadores, donde observamos direcionamento ético-político majoritariamente distinto do conservadorismo profissional.

Sobre o aspecto teórico-metodológico, segundo a monografia de Santos (2009, p.52), este direcionamento majoritariamente não conservador se deve ao fato de que, na década de 2000, “a formação (...) em Serviço Social fornece ao profissional competência teórica, metodológica e ética-política, para desvendar questões que outras profissões não se aproximam”. Na perspectiva desta autora, a formação acadêmico-profissional em Serviço

Social baseada em referenciais teórico-metodológicos oriundos da tradição marxista, aliada ao direcionamento ético-político fundamentado na defesa dos princípios e valores presentes no CEP de 1993, são os elementos que possibilitam uma intervenção crítica em qualquer espaço sócio ocupacional, inclusive nas empresas.

Sobre a dimensão técnico-operativa da profissão, embora os TCCs não tenham tecido considerações aprofundadas, observamos que, no trabalho profissional em empresas, os instrumentos e técnicas parecem ter sido utilizados segundo o objetivo profissional de priorizar as necessidades dos trabalhadores, a exemplo do relato do trabalho das assistentes sociais presente na monografia de Silva (2016), que aponta como a profissão buscou respeitar a autonomia dos trabalhadores.

Após esta análise, elencamos a reflexão de Santos e César para concluir este item, posto que ela nos parece elucidativa para definir o trabalho profissional em empresas nos anos 2000 e para indicar sob qual orientação o trabalho profissional que se pretenda crítico deveria se guiar. Pontuam estas autoras que,

É esperado de nós que desenvolvamos projetos de intervenção que mesmo a serviço do capital possam buscar beneficiar o trabalhador e, sobretudo, nos colocar cada vez mais perto deles. O que há de ser feito é exercer nosso trabalho dentro da perspectiva crítica buscando dentro de nossos limites institucionais e pessoais, lutar pelos direitos dos trabalhadores e acreditar que esse conflito clássico entre capital e trabalho, a qualquer momento possa, diferente da realidade atual, ser revertido a favor do trabalhador. Essa possibilidade de transformação se verifica muito através do potencial negador do próprio trabalhador que deve ser aproveitado pelo assistente social no sentido de trazer elementos de reflexão que lhe permitam sobrepor às ideologias do senso comum e caminhar para a construção de outro projeto político comum a classe trabalhadora (SANTOS; CÉSAR, 2015, p. 42-43).

Uma vez finalizado o último item desta dissertação, passamos, agora, as nossas considerações finais objetivando destacar questões sobre os resultados encontrados em nossa pesquisa e propor alternativas para qualificação do já existente debate sobre o trabalho dos/das assistentes sociais em empresas na categoria profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalizada a exposição dos resultados da pesquisa desenvolvida para construção desta dissertação de mestrado, é ímpar destacar questões importantes que compuseram o processo de investigação.

Estudar o trabalho dos/das assistentes sociais em empresas implica em reconhecer que este se insere em uma realidade marcada pelas determinações do modo de produção capitalista; determinações estas que, na realidade brasileira e na conjuntura juiz-forana, se expressam com especificidades. Por essa razão, propusemo-nos, nas seções I e II, a conhecer, respectivamente, as transformações ocorridas no mundo do trabalho e a resgatar elementos relativos ao Serviço Social em empresas no decorrer dos processos históricos. O resgate destes elementos consistiu na base concreta que deu suporte às reflexões realizadas no decorrer da dissertação, pois entendemos ser o fulcral o conhecimento da realidade em que, historicamente, se inseriu o trabalho dos/das assistentes sociais em empresas para que fosse possível a análise das concepções de profissão que o orientaram ao longo do tempo.

Com base nas questões apresentadas nestas seções, na seção III procedemos à apreciação das vinte e nove (29) monografias que tiveram o trabalho profissional em empresas como objeto com o objetivo de analisar as concepções de profissão orientadoras do trabalho dos/das assistentes sociais entre 1961 e 2016 que nelas se expressam.

Na análise das monografias da década de 1960, observamos a hegemonia de uma concepção de profissão calcada no conservadorismo, que se expressou através da orientação teórico-doutrinária, marcada pelas influências religiosa, positivista e norte-americana no Serviço Social brasileiro. Neste decênio, as monografias apontaram que o trabalho profissional em empresas tinha como objetivo o ajustamento dos trabalhadores à ordem do capital, não se opondo à existência modo de produção capitalista e nem esboçando possibilidades de mudanças no mesmo, o que reflete os valores hegemônicos na profissão naquele momento. Nas empresas, o trabalho das assistentes sociais se orientava na direção de conservação da ordem do capital supondo ser possível a existência de harmonia entre trabalhadores e patrões, alinhando-se, dessa maneira, àquelas intervenções características das protoformas do trabalho profissional em empresas (MOTA, 2008), como os trabalhos de disciplinarização ético-moral com trabalhadores (BACK, 1994) e os trabalhos realizados nas entidades patronais como SESI e SENAI (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014).

Na análise das monografias dos 1970 e 1980, observamos que o trabalho dos/das assistentes sociais em empresas foi influenciado por um conjunto de transformações societárias que se expressaram em distintas concepções de profissão, pois profundas mudanças estavam ocorrendo tanto no âmbito da realidade quanto no interior da própria profissão. Assim, ao analisarmos as monografias destas décadas percebemos permanências e mudanças em relação à década anterior.

No tocante à análise dos trabalhos da década de 1970, se coloca o reconhecimento do lucro como objetivo das empresas a não mais a satisfação de necessidades humanas através da produção de mercadorias, conforme observado nos anos 1960. Em termos de objetivos do Serviço Social nas empresas, nos trabalhos produzidos até 1975, percebemos a presença de traços do conservadorismo profissional, como a permanência do objetivo profissional de ajustamento dos trabalhadores à ordem vigente; já nos produzidos após 1975, há o indicativo de que o objetivo do trabalho dos/das assistentes sociais em empresas passa a ser a integração social e a autopromoção que, embora, conforme elucidado, não representem diferenças viscerais em relação ao ajustamento, supunham a possibilidade de mudança no meio social sem, contudo, romper com a ordem do capital, o que nos indica a permanência de conservadorismo na concepção de profissão que orientou o trabalho profissional em empresas nesta década. Observamos, também, a referência a autores como Marx para entendimento do significado das classes sociais, engendrando a presença de referenciais teóricos não conservadores – haja vista que os estudos marxianos possuíam perspectiva revolucionária – nas monografias sobre o trabalho profissional em empresas. Ainda que, na análise dos TCCs pós 1975, tenhamos observado uma apreensão enviesada da teoria social de Marx, a citação deste autor já representa uma diferença em relação ao conservadorismo observado nas monografias da década de 1960, pois o pensamento de Marx em muito distingue-se do pensamento conservador, haja vista que, em seus construtos teóricos, não há a possibilidade de convivência harmoniosa entre capital e trabalho, conforme existente na Doutrina Social da Igreja e no positivismo. Pelo contrário, no marxismo observa-se uma perspectiva revolucionária de “constituição dos proletários em classe, derrubada da supremacia burguesa, conquista do poder político pelo proletariado” (MARX; ENGELS, 1999, p. 29).

Na análise dos trabalhos da década de 1980, observamos a continuidade da compreensão do lucro como objetivo das empresas. Percebemos também mudanças radicais nos aspectos teóricos, técnicos e éticos da profissão. Em relação ao referencial teórico metodológico, haja vista que os TCCs, principalmente após a instituição do Currículo de 1982, passam a se

referenciar em autores como Marx; Lênin; Ianni; Yamamoto e Carvalho; Neto e Mota para estudarem o trabalho profissional em empresas, observamos uma busca pela ruptura com o conservadorismo profissional; na dimensão técnico-operativa da profissão não mais visualizamos a utilização dos procedimentos de Caso, Grupo e Comunidade no trabalho profissional em empresas; e no direcionamento ético-político dos/das assistentes sociais, observamos nas monografias o indicativo de que o trabalho profissional em empresas deveria se inclinar para a defesa dos interesses da classe trabalhadora, primordialmente a partir da instituição do Código de Ética de 1986. Após a promulgação deste, o objetivo do trabalho profissional em empresas passa a ser o de transformação social, numa clara postura de ruptura com a ordem do capital e de apropriação de referenciais teóricos ancorados na teoria social marxista, ainda que com distorções. Ao final da análise das monografias desta década, observamos que o trabalho dos/das assistentes sociais em empresas caminha na direção da superação do conservadorismo profissional, expressando uma concepção de profissão calcada na construção de uma nova ordem social que superasse o capitalismo, visto que este passa a ser entendido como um modo de produção promotor de desigualdades sociais.

Através da análise dos TCCs das décadas de 1970 e 1980, constatamos que o trabalho dos/das assistentes sociais em empresas passa por um período de transição do conservadorismo à ruptura, o que se expressa através de uma nova concepção de profissão para o trabalho em empresas no final dos anos 1980 pautada não na conservação do modo de produção capitalista, mas em sua superação.

Na análise dos TCCs de 1990 e 2000, observamos que, em continuidade à direção social que na década de 1980 ganha protagonismo no Serviço Social, o trabalho dos/das assistentes sociais em empresas foi orientado, hegemonicamente, por uma concepção de profissão que se propôs a romper com conservadorismo profissional e a afirmar a defesa dos interesses da classe trabalhadora como objetivo profissional. Neste período, as empresas flexibilizaram as formas de exploração da mais-valia através de elementos como, intensificação das jornadas de trabalho e terceirização, para aumento da produtividade e, os assistentes sociais, enquanto trabalhadores assalariados, foram submetidos à estas transformações. Nestas duas décadas, o discurso empresarial se modifica e passa a adotar a retórica do colaboracionismo e da responsabilidade social corporativa como estratégia para dirimir a percepção dos trabalhadores sobre a exploração a que são submetidos, o que impactou no trabalho profissional nas empresas.

Na análise das monografias da década de 1990, observamos, em continuidade à direção social que a profissão passa a assumir na década de 1980, uma busca pelo conhecimento dos

impactos das transformações societárias ocorridas no país que reverberaram nas empresas, nas condições de vida dos trabalhadores e nas condições de realização do trabalho profissional. Nos TCCs desta década, principalmente naqueles escritos após a promulgação do Código de ética de 1993, visualizamos que permanece o entendimento do lucro como objetivo empresarial, mas há uma percepção de que o objetivo de transformação social não caberia à categoria profissional de assistentes sociais, mas sim à classe trabalhadora pela via da organização coletiva de suas lutas. Nesta direção, o objetivo do trabalho profissional em empresas nos anos 1990 passa a ser o de fortalecimento do polo trabalhador, sendo a “opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação exploração de classe, etnia e gênero” (CFESS, 1993, p. 3) um dos princípios norteadores da concepção de profissão que orientou, hegemonicamente, o trabalho profissional em empresas nesta década.

Na análise das monografias dos anos 2000, observamos que o trabalho dos/das assistentes sociais em empresas se orientou, hegemonicamente, pelos princípios e valores presentes no CEP de 1993. As monografias desta década indicam que, apesar da requisição das empresas na contratação de assistentes sociais ser, sempre, o impedimento e/ou apaziguamento dos conflitos entre empregados e patrões, o trabalho profissional que pretenda se consubstanciar no projeto ético-político crítico, deve atender às demandas institucionais, mas objetivar preconizar a defesa dos interesses da classe trabalhadora para contribuir com a construção de uma nova ordem social. Através das monografias desta década observamos que, o trabalho profissional nas empresas se orientou, hegemonicamente, por uma concepção de Serviço Social marcada pela superação do conservadorismo profissional e pautada nos princípios e valores hegemônicos na categoria na atualidade. A hegemonia desta concepção de profissão não significa, contudo, que o conservadorismo tenha sido suprimido do trabalho dos/das assistentes em empresas, pois conforme indicado na análise das monografias dos anos 2000, intervenções profissionais alinhadas aos interesses e aos discursos das empresas ainda subsistem na categoria.

Para sintetizar as reflexões realizadas e melhor expor as concepções de profissão observadas, apresentamos o seguinte quadro:

Quadro 1 – Síntese das Concepções de Profissão orientadoras do trabalho profissional dos/das assistentes sociais em empresas entre 1961 e 2016

	Definição e objetivo das empresas	Definição e objetivo do Serviço Social nas empresas	Requisições institucionais	Respostas profissionais	Projeto profissional (aspectos teóricos, técnicos e éticos)	Concepção de profissão
1960	Satisfação de necessidades humanas através da produção de mercadorias.	Ajustamento para harmonizar as relações entre patrões e empregados e promover bem-comum.	Harmonia e amenização de conflitos.	Ajustamento dos trabalhadores através de trabalho de disciplinarização ético-moral com base em valores doutrinários e positivistas.	Teóricos: influência religiosa, positivistas e norte-americana. Técnicos: ênfase nos procedimentos de Caso, Grupo e Comunidade. Ético: trabalho profissional orientado para valorização da moral e conservação da sociedade.	Trabalho profissional orientado por concepção de profissão baseada na hegemonia do conservadorismo profissional.
1970	Unidades de produção que objetivam o lucro e a realização da função social da empresa.	Intervenção sobre as relações humanas que se expressavam no campo do trabalho via ajustamento e/ou integração e autopromoção.	Impedimento e amenização de conflitos/ execução da Política Social das empresas via benefícios para que seus lucros e ganhos mantivessem-se.	Atendimento das requisições institucionais através da supressão da influência religiosa, com ênfase no tecnicismo/Atendimento de necessidades básicas e de relações sociais	Teóricos: permanências de perspectivas conservadoras (funcionalismo), ênfase nos estudos dos grupos Meta e GESSOT e presença enviesada de elementos da tradição marxista. Técnicos: presença da herança conservadora com intervenções para indivíduos, grupos e comunidades e do tecnicismo através de procedimentos de investigação, diagnóstico, programação, execução e avaliação. Éticos: trabalho profissional orientado para integrar os trabalhadores à sociedade e promover mudanças no meio social, sem romper com a ordem do capital.	Trabalho profissional orientado por distintas concepções de profissão baseadas em permanência de elementos conservadores e em mudanças propiciadas pelas transformações ocorridas na realidade e na profissão.

1980	Instituições que gerenciam capital e trabalho para obter lucros.	Transformação social através de processos de conscientização da classe trabalhadora.	Disciplinarização e controle da força de trabalho.	Distanciamento das práticas conservadoras características das décadas anteriores e ênfase em ações profissionais vinculadas ao objetivo de transformação social.	Teóricos: busca pelo conhecimento da realidade social e crítica ao conservadorismo profissional. Técnicos: supressão dos procedimentos de Caso, Grupo e Comunidade e ênfase nos planos de trabalho. Éticos: trabalho profissional orientado para defesa da classe trabalhadora e fortalecimento da conscientização dos trabalhadores.	Trabalho profissional orientado por concepção de profissão baseada na busca pela ruptura com o conservadorismo profissional e na afirmação um novo projeto de profissão ancorado na defesa dos interesses da classe trabalhadora, objetivando a transformação social.
1990	Instituições que gerenciam capital e trabalho para obter lucros.	Defesa dos interesses da classe trabalhadora.	Resolução dos “problemas” do trabalhador afetos à produção/ execução da função técnica de executar os benefícios empresariais e da função política de mediar interesses de classes.	Atendimento das necessidades das empresas e fortalecimento do polo trabalhador ao mesmo tempo.	Teóricos: base em referenciais teóricos oriundos da tradição marxista. Técnicos: utilização de instrumentos como entrevistas sem impressão de direcionamento conservador. Éticos: trabalho profissional ancorado em princípios e valores assumidos pela categoria no CEP de 1986 e reafirmados no CEP de 1993.	Trabalho profissional orientado por concepção de profissão baseada na negação do conservadorismo e na defesa dos interesses da classe trabalhadora.
2000	Instituições que gerenciam capital e trabalho para obter lucros.	Defesa dos interesses da classe trabalhadora.	Resolução dos “problemas” do trabalhador afetos à produção, com presença de novos discursos empresariais.	Atendimento das necessidades das empresas e fortalecimento do polo trabalhador ao mesmo tempo.	Teóricos: base em referenciais teóricos oriundos da tradição marxista. Técnicos: utilização dos instrumentos e técnicas segundo o objetivo profissional de priorizar as necessidades dos trabalhadores. Éticos: trabalho profissional ancorado, hegemonicamente, em princípios e valores assumidos no CEP de 1993.	Trabalho profissional orientado, hegemonicamente, por concepção de profissão baseada nos princípios e valores defendidos pela categoria e expressos nas normatizações profissionais, como o CEP de 1993.

Fonte: elaboração da autora. 2018.

É com base nas ponderações realizadas e no conteúdo do quadro que confirmamos a premissa que deu esteio à investigação visto que, com base na análise das monografias produzidas no âmbito da FSS/UFF entre 1961 e 2016 que se propuseram a estudar o trabalho profissional em empresas, observamos que o trabalho dos/das assistentes sociais neste espaço sócio ocupacional se metamorfoseia a partir de mudanças endógenas e exógenas ao Serviço Social que se expressam em distintas concepções de profissão em cada contexto histórico.

Finalizamos esta dissertação pontuando a importância de se aprofundar os estudos sobre a relação entre Serviço Social e empresas, pois no processo de pesquisa foi possível perceber como o evoluir da profissão se vincula à exigência do empresariado em distintos momentos históricos e como este coloca múltiplas exigências para a profissão. Desse modo, faz-se necessário compreender quais requisições o empresariado tem colocado para o Serviço Social na contemporaneidade e de que maneira os/as profissionais têm respondido a elas.

As recentes transformações ocorridas na realidade brasileira – principalmente após o processo de impeachment em 2016 - têm apontado para um adensamento das precarizações das condições de vida e de trabalho da classe trabalhadora, o que inclui os/as assistentes sociais. Neste ínterim, Estado e empresariado têm se aliado, como observado no evoluir do desenvolvimento empresarial brasileiro, para propor mecanismos que possibilitem maior crescimento das empresas através de maior exploração da força de trabalho, donde pontuamos as recentes propostas de Reforma da Previdência e de Reforma Trabalhista como expressão.

Nesta conjunção, o discurso empresarial, enquanto estratégia de hegemonia (CÉSAR, 2008) se reatualiza e, além de valer-se das retóricas do colaboracionismo e da responsabilidade social corporativa, apropria-se de pautas de movimentos sociais relacionadas à diversidade, como questão racial, de gênero, LGBTI+, dentre outras. Esta apropriação possui o mesmo sentido observado no decorrer das décadas analisadas nesta dissertação: escamotear a exploração do trabalho através da reatualização de práticas que demonstrem preocupação social.

Para os/as assistentes sociais em empresas, se coloca o desafio de compreender que o cerne da requisição empresarial para o Serviço Social, embora se revista de novos discursos, não se altera visceralmente. Nesta direção, cabe aos/às profissionais que se propõem a trabalhar no sentido da defesa dos princípios e valores defendidos hegemonicamente pela categoria o desafio de desvelar as “novas” requisições empresariais para construir respostas profissionais que atendam às necessidades do empresariado – posto que isto é insuprimível no trabalho profissional -, mas que preconizem o polo trabalhador.

Para tal, é preciso que desde a formação acadêmico-profissional os/as discentes tenham acesso ao conhecimento da relação entre Serviço Social e empresas, que se faz presente desde a gênese da profissão no Brasil e se modifica no decorrer da trajetória profissional no país. Com isso, afirmamos a necessidade de adensamento deste debate na categoria – em que pontuamos a importância de se conhecer as alterações dos discursos das empresas e os impactos que estes colocam para a profissão – haja vista que consideramos que isto é fundamental para qualificação dos debates e das produções intelectuais da categoria no sentido de melhor qualificação dos quadros profissionais.

Retomando o apontamento de Netto (2016, p. 72) presente na introdução desta dissertação de que “na história do Serviço Social o amanhã deve contar mais que o ontem”, almeja-se que os elementos ponderados neste estudo possam contribuir para a construção de um novo amanhã, pautado nos princípios e valores atualmente hegemônicos na profissão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABAS. *Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais*. Aprovado em 29 de setembro de 1947. São Paulo, 1947. Disponível em < http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1947.pdf > Acesso em 16 de janeiro de 2018.

ABESS/CEDEPSS. Proposta básica para o Projeto de Formação Profissional. *Serviço Social & Sociedade*. Nº 50. Ano XVII. São Paulo: Cortez, 1996.

ABREU, Maria de Lourdes; SALGADO, Sônia de Araújo. *Implantação do Serviço Social na CIPP (Cia. Industrial de Papel Pirahy)*. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 1971.

ABREU, Marina Maciel. *Serviço Social e Organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional*. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ALCANTARA, Gisele Oliveira de; LEITE, Janete Luzia. *As Expressões da “Questão Social” na Era do Capitalismo Financeiro*. 2011. Disponível em < http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/MUNDIALIZACAO_BLOCOS_ECONOMICOS_ESTADO_NACIONAIS_E_POLITICAS_PUBLICAS/AS_EXPRESSOES_DA_QUESTAO_SOCIAL_NA_ERA_DO_CAPITALISMO_FINANCEIRO.pdf > Acesso em 23 de abril de 2018.

AMARAL, Ângela Santana do; CESAR, Mônica de Jesus. O trabalho do assistente social nas empresas capitalistas. *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABPESS, 2009.

_____. O trabalho do assistente social nas fundações empresariais. *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABPESS, 2009.

AMARAL, Ângela Santana do; MOTA, Ana Elizabete. Serviço Social brasileiro; cenários e perspectivas nos anos 2000. In AMARAL, Ângela Santana do; MOTA, Ana Elizabete (org). *Cenários, contradições e pelejas do Serviço Social brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2016.

ANDRADE, Dalton Francisco de; BORTOLOTTI, Silvana Ligia Vicenzi; JÚNIOR, Afonso Farias de Sousa. *Resistência à Mudança Organizacional: Uma Análise entre Instituição Pública e Empresa Privada*. IX Simpósio de excelência em gestão e tecnologia. 2012. Disponível em < <http://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos12/28616240.pdf> > Acesso em 12 de maio de 2017.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. 14ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. *As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital*. Educação e Sociedade. Campinas, v. 25, n. 87, 2004. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/es/v25n87/21460.pdf> > Acesso em: 23 de maio de 2017.

AQUINO, São Tomás de. *Sto. Tomás de Aquino – Vida e Obra*. São Paulo: Nova Cultural Ltda, 1996.

ARMOND, Vivian Marília Oliveira; MUSSE, Christina Ferraz; SANTOS, Sabrina Cárter Filgueiras dos. *A ditadura civil-militar e a repressão contra os jornalistas de Juiz de Fora*. XXII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste. Volta Redonda, 2017. Disponível em < <http://portalintercom.org.br/anais/sudeste2017/resumos/R58-0889-1.pdf> >. Acesso em 28 de outubro de 2017.

ATTIE, Amélia Cristina; et. al. *A busca de uma nova legitimidade para o Serviço Social na empresa*. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 1990.

BACKX, Sheila de Souza. *Serviço Social: reexaminando sua história*. Rio de Janeiro: Jc Editora, 1994.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. *Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos*. São Paulo, Cortez, 2001.

BARROS, Marlene Fonseca de. *Instalação do Serviço Social em uma empresa fabril*. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 1961.

BARRETO, Denise Aparecida Cardoso; GUIMARAES, Marisa Maria de Freitas; ZIMMERMANN, Rozângela de Freitas. *O assistente social na equipe de recursos humanos: a nova demanda da fábrica*. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 1993.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. *Política Social: fundamentos e história*. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BIHR, Alain. *Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise*. São Paulo: Boitempo, 1999.

BRANDÃO, Maria das Graças de Lima; FAJARDO; Janine Barbosa; SOUZA; Mônica Matos de. *Evolução Histórica da Faculdade de Serviço Social de Juiz de Fora 1958-1985*. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 1986.

BRASIL, 1953. Decreto Legislativo Nº 30, de 1953. *Aprova o Acordo de Assistência Militar entre o Brasil e os Estados Unidos da América, assinado no Rio de Janeiro, em 15 de março de 1952*. Disponível em < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/1950-1959/decretolegislativo-30-30-abril-1953-351630-publicacaooriginal-1-pl.html> > Acesso em 29 de junho de 2018.

_____, 1974. Lei Nº 6.139, de 11 de novembro de 1974. *Autoriza a incorporação da Faculdade de Serviço Social de Juiz de Fora à Universidade Federal de Juiz de Fora*. Disponível em < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6139-11-novembro-1974-357352-publicacaooriginal-1-pl.html> > Acesso em 10 de abril de 2018.

BONDUKI, Nabil Georges. *Origens da habitação social no Brasil*. Análise Social. Vol. 127 1994. Disponível em < <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223377539C9uKS3pp5Cc74XT8.pdf> > Acesso em 28 de maio de 2017.

CAMARGO, Julimar Matta. *Experiência do Serviço Social em uma indústria*. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 1961.

CASTRO, Manuel Manrique. *História do Serviço Social na América Latina*. São Paulo: Cortez, 2010.

CASTRO, Marina Monteiro de Castro e; TOLEDO, Sabrina Navarro. *A Reforma Curricular do Serviço Social de 1982 e sua implantação na Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora*. Revista Libertas. Vol. 11. Nº 2. Juiz de Fora, 2011.

CESAR, Mônica de Jesus. *Empresa cidadã: uma estratégia de hegemonia*. 1ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

CFAS. *Código de Ética Profissional de 1965*. Aprovado em 08 de maio de 1965. Rio de Janeiro, 1965. Disponível em < http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1965.pdf > Acesso em 28 de janeiro de 2018.

_____. *Código de Ética Profissional de 1975*. Aprovado em 30 de janeiro de 1975. Rio de Janeiro, 1975. Disponível em < http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1975.pdf > Acesso em 07 de março de 2018.

_____. *Código de Ética Profissional de 1986*. Aprovado em 09 de maio de 1986. Rio de Janeiro, 1986. Disponível em < http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1986.pdf > Acesso em 24 de maio de 2018.

CFESS. *30 Anos do Congresso da Virada*. In CFESS Manifesta. São Paulo, 2009. Disponível em < <http://www.cfess.org.br/arquivos/congresso.pdf> > Acesso em 22 de maio de 2018.

_____. *Código de Ética Profissional dos/das Assistentes Sociais*. Aprovado em 15 de março de 1993. Brasília, 1993. Disponível em < http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1993.pdf > Acesso em 18 de junho de 2018.

CLOSS, Thaisa Teixeira. *Fundamentos do Serviço Social: um estudo a partir da produção da área*. Curitiba: Editora CRV, 2017.

COMTE, Auguste. *Curso de Filosofia Positiva; Discurso sobre o espírito positiva; Discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo; Catecismo Positivista*. São Paulo. Abril Cultural, 1983.

CORDOVIL, Wilton Dias. *Do caminho novo a Manchester Mineira: as dinâmicas sócio-espaciais da gênese e evolução do município de Juiz de Fora no contexto regional da zona mata mineira*. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2013.

COSAC, Cláudia Maria Dahar; LIMA; Maria José de Oliveira. *Serviço Social na Empresa*. Katalysis. Nº 2. V. 8. Florianópolis, 2005.

CRUZ, Lusinete Ana. *As transformações no mundo do trabalho e as novas demandas ao assistente social na área de recursos humanos*. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 1999.

DATO, Amélia Pereira. *Implantação do Serviço Social na Siderúrgica Mendes Júnior*. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 1982.

DELGADO, Maria Berenice Godinho; DUBOC, Zenaide Maria Tavares. *Perspectivas de ação do Serviço Social numa empresa rural*. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 1976.

DUARTE, R. *Entrevistas em pesquisas qualitativas*. Educar. Nº 24. Curitiba, 2004.

DUQUE, Ana Maria Reis; et. al.. *Análise do Serviço na Engesa Química S/A*. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 1986.

DURKHEIM, Émile. *Da divisão social do trabalho; As regras do método sociológico; O suicídio; As formas elementares da vida religiosa*. 2ª ed. São Paulo. Abril Cultural, 1983.

ESCORSIM NETTO, Leila. *O conservadorismo clássico: elementos de caracterização e crítica*. São Paulo. Cortez, 2011.

EVANGELISTA, João Emanuel. *Crise do marxismo e irracionalismo pós-moderno*. São Paulo: Cortez, 1992.

FERNANDES, Ana Maria; et. al. *Reflexões sobre o posicionamento ideológico por assistentes sociais do trabalho em empresas*. Serviço Social e Sociedade. Ano I. 1ª ed. 6ª reimp. São Paulo: Cortez, 1979.

FERREIRA, Adriana Guimarães Andrade; et. al. *Serviço Social de Empresa: a ótica do empresariado*. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 1990.

FERREIRA, Dione. *Serviço Social na Cia. F.T.I.M. (Cia. De Fiação e Tecelagem Industrial Mineira)*. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 1973.

FIGUEIREDO, Thiago da Silva. *A pessoa jurídica no direito civil brasileiro*. s.d. Disponível em https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/a_pessoa_juridica_no_direito_civil_brasil_eiro.pdf < Acesso em 13 de maio de 2017.

FREIRE, Lúcia M. de B. *O Serviço Social na Reestruturação Produtiva: espaços, programas, direções e processos de trabalho profissional*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 22ª ed. São Paulo: Editora Nacional, 1987.

GALVES, Carlos. *Manual de Economia Política Atual*. 15ª ed. São Paulo: Forense Universitária, 2004.

GIANOTTI, José Arthur. Comte: Vida e Obra. In: Os Pensadores: *Comte*. São Paulo, Abril Cultural, 1983.

_____. Durkheim: Vida e Obra. In: Os Pensadores: *Durkheim*. São Paulo, Abril Cultural, 1983.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIROLETTI, Domingos. *Industrialização de Juiz de Fora: 1850 a 1930*. Juiz de Fora: EDUFJF, 1988.

GONÇALVES, Ana Maria; DUTRA, Maria Isabela Rodrigues. *Serviço Social na empresa capitalista*. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 1990.

GODOY, Arilda Schmidt. *Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais*. In Revista de Administração de Empresas. Vol.35. Nº 3. São Paulo, 1995.

GREMAUD, Amaury Patrick; SAES, Flávio Azevedo Marques de; TONETO JR, Rudinei. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Atlas, 1997.

GOMES, Marcia Cristina de Mello; SILVA, Mariana Álvaro; SANTOS, Natalia Aparecida de Paula dos. *A atuação do assistente social em empresas privadas de médio e grande porte de Juiz de Fora*. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2014.

HEES, Felipe. *A industrialização brasileira em perspectiva histórica (1808-1956)*. Em Tempo de Histórias - Publicação do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília PPG-HIS, nº. 18, Brasília, jan/jul. 2011. Disponível em < <http://periodicos.unb.br/index.php/emtempos/article/view/4468/3729> > Acesso em 19 de maio de 2017.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*. 40ª ed. São Paulo: Cortez, 2014.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. *A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro*. Revista Serviço Social e Sociedade. Nº 120. São Paulo. Cortez, 2014.

IANNI, Octavio. *Pensamento social no Brasil*. São Paulo: EDUSC, 2004.

IASI, Mauro Luis. O Estado depois do ajuste. In ALVES, Andre Moraes; GALIZIA, Silvina V.; PASTORINI, Alejandra. *Estado e cidadania: Reflexões sobre as políticas públicas no Brasil contemporâneo*. São Paulo: FGV Editora, 2012.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. *Cadastro Central de Empresas*. 2014. Disponível em < <https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/mg/juiz-de-fora/pesquisa/19/29761?detalhes=true> >. Acesso em 15 de junho de 2017.

JACOMETTI, Rita de Cássia. *Faculdade de Serviço Social de Juiz de Fora: singularidades da criação e do processo formativo – 1958-1962*. Serviço Social e Sociedade. Nº 97. São Paulo: Cortez, 2009.

LIMA, Ana Paula Soares. *Educação e cultura: aspectos desenvolvidos pela professora Albertina Brasil em Sergipe*. Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, SE: 2012. Disponível em < <file:///C:/Users/%C3%82ngela/Downloads/monografia%202012%20-%20Ana%20Paula.pdf> >. Acesso em 30 de outubro de 2017.

LINS, Maria Alcina Terto. A flexibilização das relações de trabalho no capitalismo contemporâneo e suas repercussões no serviço público brasileiro. In LINS, Maria Alcina Terto; TRINDADE, Rosa Lúcia Prêdes (org). *Assistente Social: trabalhador/a assalariado/a – fundamentos teóricos e históricos para uma análise crítica*. Maceió: EDUFAL, 2015.

LOPES, Elma Fernanda; BRAGA, Shanti Mairananda de Oliveira; SILVA, Xenia Virginie de Souza. *Das conjecturas às convicções: o exercício profissional do assistente social na empresa pública - o caso da Companhia de Saneamento Municipal de Juiz de Fora - MG*. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2009.

MACHADO, Alessandra Aparecida. *Empresa e responsabilidade social: uma análise da responsabilidade social corporativa*. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2005.

MACIEL, Ana Lúcia Suárez. *Responsabilidade Social Empresarial: o trabalho do assistente social em questão*. s.d. Disponível em < http://www.fijo.org.br/docs/artigos_e_Publicacoes/10%20-%20OK_RESPONSABILIDADE%20SOCIAL%20EMPRESARIAL.pdf > Acesso em 25 de maio de 2017.

MARQUES, Rosa Maria; MENDES, Áquilas. Servindo a dois senhores: as políticas sociais no governo Lula. *Revista Katálysis*. Vol.10. N.1. 2007. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1414-49802007000100003&lng=es&nrm=iso&tlng=pt > Acesso em 26 de julho de 2018.

MARQUESE, Rafael de Bivar. *A dinâmica da escravidão no Brasil: resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX*. São Paulo: Novos estudos – CEBRAP. Nº 74. 2006.

MATTOS, Carlos Lopes. Sto. Tomás de Aquino: Vida e Obra. In *Os Pensadores: Sto. Tomás de Aquino*. Nova Cultural, São Paulo: 1996.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Reorganizando em meio ao refluxo*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2009

MARX, Karl. *O 18 brumário de Luiz Bonaparte*. São Paulo: Centauro, 2003.

_____. *O capital: crítica da economia política: livro 1: o processo de produção do capital*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

MIRANDA, Giselda Gonçalves Miranda; ANDRADE, Maria Aparecida de. *Serviço Social na Companhia Têxtil Bernardo Mascarenhas*. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 1981.

MORAES, Cyntia Iennaco; DELMONTE, Rita de Cássia Rodrigues. *O exercício profissional do Serviço Social: empresa X cooperativa*. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 1993.

MOSTARO, Elizabeth; et. al. *Empresa em Juiz de Fora – Campo restrito para o Serviço Social*. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 1978.

MOTA, Ana Elizabete (Org.) *A nova fábrica de consensos: ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao serviço social*. São Paulo, Cortez: 2008.

_____. *O Feitiço da Ajuda: as determinações do Serviço Social na Empresa*. 5ª ed. ampl. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. *Serviço Social brasileiro: profissão e área do conhecimento*. Revista katálysis. Vol.16 . Florianópolis. 2013. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802013000300003 > Acesso em 29 de maio de 2017.

NASW – National Association of Social Workers. *Harleigh B. Trecker (1911 – 1986)*. 2004. Disponível em < <http://www.naswfoundation.org/pioneers/t/trecker.html> > Acesso em 23 de outubro de 2017.

NETTO, José Paulo. *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. *Cinco notas a propósito da “questão social”*. *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. *Ditadura e Serviço Social*. Uma análise do Serviço Social no Brasil no pós 64. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. *O movimento de Reconceituação 40 anos depois*. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, Ano XXVI, Nº 84, 2005.

_____. *Transformações societárias e Serviço Social*. Serviço Social & Sociedade, Ano XVII, Nº 50. São Paulo: Cortez, 1996.

NOYMA, Adriana Maria Valle; ALVES, Adriana Monalise Vieira; GOMES, Flavia Moreira. *Cidadania na empresa*. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 1996.

OLIVEIRA, Agatha Almeida. *Terceiro setor e responsabilidade social: a experiência de uma empresa de logística ferroviária*. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2014.

OLIVEIRA, Erica Marques de; CURTY, Fabrícia Tostes; PEREIRA, Neusa Maria Quirino. *As novas estratégias de controle e gestão da força de trabalho: desafio para o serviço social na empresa*. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2005.

PAGGIANELLA, Andréa Alves; et. al. *Companhia Têxtil Ferreira Guimarães: um espaço a ser retomado pelo assistente social?* Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 1992.

PAULA, Luciana Gonçalves Pereira de. *Um debate sobre estratégias e táticas – Problematizações no campo do Serviço Social*. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2014.

PIRES, Adriana Mendes; et. al. *Análise da Importância do Serviço Social de Empresa*. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 1986.

PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. 9ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1969.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Perspectivas latino-americanas. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Buenos Aires, 2005. Disponível em < http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf > Acesso em 08 de março 2017.

QUIROGA, Consuelo. *Invasão Positivista no Marxismo: Manifestações no ensino da Metodologia no Serviço Social*. São Paulo. Cortez, 1991.

RIBEIRO, Douglas. “Por que ‘Manchester Mineira’?”. Diário Regional Digital. Juiz de Fora. 25 de março de 2017.

RICO, Elizabeth de Melo. *Teoria do Serviço Social de Empresa: objeto e objetivos*. 2ªed. São Paulo: Cortez, 1985.

_____. *A responsabilidade social empresarial e o Estado: uma aliança para o desenvolvimento sustentável*. Revista São Paulo em Perspectiva. Nº 18. São Paulo, 2004. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/spp/v18n4/a09v18n4.pdf> > Acesso em 09 de agosto de 2018.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALEMIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. *Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas*. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais. Ano I. Nº I. 2009

SANTOS, Juliana Jesus dos; CESAR, Lílian Fontes Nogueira Fávero. *As (im) possibilidades da intervenção do assistente social na empresa privada na perspectiva crítica*. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2015.

SANTOS, Natalia Marques. *O trabalho do assistente social na empresa: uma análise exploratória acerca de suas requisições, atribuições e competências*. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2009.

SANTOS, Tássia Carolina Padilha dos. Sustentabilidade Empresarial: uma análise do conceito de sustentabilidade aliado ao cenário empresarial atual e sua aplicação. In ENEGELMANN, Wilson; VITA, Jonathan Barros. *Direito, Economia e Desenvolvimento Sustentável II*. Florianópolis: CONPEDI, 2016. Disponível em < <http://www.conpedi.org.br/publicacoes/02q8agmu/y9agq5n5/PAS72Up0fy364A49.pdf> > Acesso em 26 de maio de 2017.

SCHIMTZ, Andreia. *Responsabilidade Social e Qualidade de Vida: considerações sobre o Serviço Social em empresas*. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2007. Disponível em < <http://tcc.bu.ufsc.br/Ssocial286014.PDF> > Acesso em 15 de maio de 2017.

SIGA UFJF. *Sistema Integrado de Gestão Acadêmica*. Disponível em < <http://sigam2.ufjf.br/> > Consulta em 04 de fevereiro de 2018.

SILVA, Ivana Pimentel Ferreira da. *Uma análise sobre o trabalho do assistente social em empresas privadas*. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2014.

SILVA, Maria de Guadalupe de Oliveira e. *Ideologias e Serviço Social: reconceituação latino-americana*. São Paulo: Cortez, 1982.

SILVA, Nicole Cristina Oliveira. *Uso/Abuso e Dependência de Substâncias Psicoativas: estratégias e táticas de intervenção profissional*. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2016.

TORGAL, Luís Reis; ÉSTHER; Angelo Brigato. *Que universidade? Interrogações sobre os caminhos da universidade em Portugal e no Brasil*. Juiz de Fora: Editora UFJF/Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014.

TRINDADE, Rosa Lúcia Prêdes. *Desvendando as determinações sócio históricas do instrumental técnico-operativo do Serviço Social na articulação entre demandas sociais e projetos profissionais*. *Revista Temporalis*. Nº 4. Ano II. Brasília, 2001.

_____. Ações profissionais, procedimentos e instrumentos no trabalho dos assistentes sociais nas políticas sociais. In SANTOS, Cláudia Mônica dos; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda (org). *A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2012.

UC BERKELEY – BERKELEY UNIVERSITY OF CALIFORNIA. UC Berkeley School of Social Welfare. *Gertrude Wilson (1895-1984)*. Disponível em < <http://socialwelfare.berkeley.edu/faculty/gertrude-wilson-1895-1984> >. Acesso em 23 de outubro de 2017.

VARGAS, Maria do Carmo Brandão; BRASIL, Maria Santiago. *Análise e replanejamento de um trabalho em empresa*. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 1981.

WERTZ, Fabiana Aparecida; et. al.. *As transformações no mundo do trabalho e suas repercussões no cotidiano do assistente social no âmbito empresarial*. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 1997.

WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra capitalismo*. Rio de Janeiro: Boitempo, 2003.

_____. O que é a agenda “pós-moderna?”. In WOOD, E. M. & FOSTER, J. B. (orgs). *Em defesa da História – marxismo e pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

XAVIER, Thiago Nogueira. *Sociedade de Economia Mista e Empresa Pública: Aspectos Relevantes no Direito Empresarial Brasileiro*. 2006. Disponível em <

<http://egov.ufsc.br/portal/conteudo/sociedade-de-economia-mista-e-empresa-p%C3%BAblica-aspectos-relevantes-no-direito-empresarial-br> > Acesso em 18 de novembro de 2017.

YASBECK, Lola. *As origens da Universidade de Juiz de Fora*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 1999.

YAZBEK, Maria Carmelita. O significado sócio histórico da profissão. In: CFESS/ABEPSS. *Serviço social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009b.

ANEXOS

ANEXO 1

- 1) ABREU, Maria de Lourdes; SALGADO, Sônia de Araújo. **Implantação do Serviço Social na CIPP (Cia. Industrial de Papel Pirahy)**. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 1971.
- 2) ALVES, Aline Carolina Marques; PERES, Lidiane Charbel Souza. **Capitalismo financeiro e trabalho bancário pós-fusão de empresas bancárias**. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2010.
- 3) ATTIE, Amélia Cristina. **A busca de uma nova legitimidade para o serviço social na empresa**. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 1990.
- 4) BANDEIRA, Claudia Maria Athadeu; DIAS, Helia Maria; VENANCIO, Lilian Franco. **Mundo do trabalho e saúde do trabalhador: os caminhos trilhados pelo movimento sindical**. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 1997.
- 5) BARRETO, Denise Aparecida Cardoso; GUIMARAES, Marisa Maria de Freitas; ZIMMERMANN, Rozângela de Freitas. **O assistente social na equipe de recursos humanos: a nova demanda da fábrica**. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 1993.
- 6) BARROS, Marlene Fonseca de. **Instalação do serviço social em uma empresa fabril**. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 1961.
- 7) BRAZ, Aline de Carvalho; RECEPUTI, Wássila Mariana Silva. **A precarização das relações de trabalho e seu reatamento na saúde do trabalhador: um enfoque na diretoria de logística da UFJF**. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2006.
- 8) CAMARGO, Julimar Matta. **Experiência de serviço social em uma indústria**. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 1961.
- 9) CHAGAS, Lívia Lopes das; VERAZZANI, Roberta Duarte. **A atenção à saúde do trabalhador na UFJF: elementos para análise**. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2011.
- 10) CORREA, Luciane Abreu. **Compreendendo determinantes do processo de saúde e doença em sua relação com o trabalho, a partir da ótica dos servidores públicos usuário dos serviços da gerencia de saúde do trabalhador da Universidade Federal de Juiz de Fora**. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2008.
- 11) CRUZ, Lusinete Ana. **As transformações no mundo do trabalho e as novas demandas ao assistente social na área de recursos humanos**. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 1999.
- 12) DATO, Ana Amélia Pereira. **Implantação do Serviço Social na Siderúrgica Mendes Junior**. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 1982.
- 13) DELGADO, Maria Berenice Godinho; DUBOC, Zenaide Maria Tavares. **Perspectivas de ação do serviço social numa empresa rural**. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 1976.
- 14) DUQUE, Ana Maria Reis; et. al. **Análise do Serviço Social na Engesa Química S.A.** Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 1986.
- 15) FARIA, Leda Maria Chaves; LOUREIRO, Mara de Mendonca. **A importância dos recursos humanos para as universidades no ano 2000: a Universidade Federal de Juiz de Fora**. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 1996.
- 16) FERREIRA, Adriana Guimaraes Andrade. **Serviço social de empresa em Juiz de Fora: a ótica do empresariado**. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 1990.
- 17) FERREIRA, Dione. **Serviço Social na Cia. F.T.I.M. (Cia. de Fiação e Tecelagem Industrial Mineira)**. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 1973.

- 18) FERREIRA, Flaviane de Souza; NASCIMENTO, Paula Helena Macedo. **As representações do trabalho na vida dos aposentados por invalidez**: um estudo acerca do processo de adoecimento no modo capitalista de produção. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2006.
- 19) FRIACA, Edilaine Lucia de Souza. **Compreender para construir**: um estudo sobre o processo de trabalho dos trabalhadores de nível médio do Hospital Universitario / UFJF. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2003.
- 20) GOMES, Marcia Cristina de Mello; SILVA, Mariana Álvaro; SANTOS, Natalia Aparecida de Paula dos. **A atuação do assistente social em empresas privadas de médio e grande porte de Juiz de Fora**. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2014.
- 21) GONCALVES, Aurea Marta. **Serviço social na empresa capitalista**. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 1990.
- 22) GRACIA, Carina Borba; MELLO, Cristiane Celestino de. **Questão ambiental, movimento sem-terra e logica empresarial**: diferentes formas de apropriação no contexto do desenvolvimento capitalista contemporâneo. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2013.
- 23) GUIMARAES, Naiara de Lima. **O sindicalismo e a economia solidária**: análise de sua relação a partir da experiência do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas de Juiz de Fora / MG. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2009.
- 24) HALLACK, Elisa Abrahão. **Realizações do serviço social na companhia de fiação e tecelagem industrial mineira**. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 1962.
- 25) KNOPP, Liliane Chaves Oliveira. **O processo de feminização do trabalho e as implicações para a saúde da mulher trabalhadora**: análise das pesquisas em serviço social. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) -Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2014.
- 26) LOPES, Elma Fernanda; BRAGA, Shanti Mairananda de Oliveira; SILVA, Xenia Virginie de Souza. **Das conjecturas às convicções**: o exercício profissional do assistente social na empresa pública - o caso da Companhia de Saneamento Municipal de Juiz de Fora - MG. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2009.
- 27) MACHADO, Alessandra Aparecida. **Empresa e responsabilidade social**: uma análise de responsabilidade social corporativa. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2005.
- 28) MEDEIROS, Edna de; QUEIROGA, Regina Celia. **A saúde do trabalhador e a intervenção do serviço social na empresa pública**. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2015.
- 29) MIRANDA, Giselda Goncalves. **Serviço social na companhia têxtil Bernardo Mascarenhas**. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 1981.
- 30) MORAES, Cyntia Iennaco de; DELMONTE, Rita de Cassia Rodrigues. **O exercício profissional do Serviço Social**: empresa X cooperativa. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 1993.
- 31) MORAES, Julia Ferrari Raposo. **Fábricas recuperadas brasileiras**: um estudo sobre Flasko. 2009. 54 f
- 32) MOSTARO, Elizabete; et. al. **Empresa em Juiz de Fora – Campo restrito para o Serviço Social**. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 1978.
- 33) NOYMA, Adriana Maria Valle; ALVES, Adriana Monalise Vieira; GOMES, Flavia Moreira. **Cidadania na empresa**. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 1996.
- 34) OLIVEIRA, Agatha Almeida. **Terceiro setor e responsabilidade social**: a experiência de uma empresa de logística ferroviária. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2014.

- 35) OLIVEIRA, Erica Marques de; CURTY, Fabrícia Tostes; PEREIRA, Neusa Maria Quirino. **As novas estratégias de controle e gestão da força de trabalho: desafio para o serviço social na empresa.** Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2005.
- 36) OLIVEIRA, Juceli Ferreira de. **Recursos humanos e serviço social: trajetória e percalços na implantação de um programa na U.F.J.F.** Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 1990.
- 37) PASQUINI, Ângela Maria Carvalho. **Empresa em Juiz de Fora: campo restrito para o serviço social.** Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 1978.
- 38) PIRES, Adriana Mendes. **Análise da importância do serviço social de empresa.** Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 1986.
- 39) POGGIANELLA, Andrea Alves; ARAUJO, Marcia Lopes de; LACERDA, Patrícia Alves. **Companhia Têxtil Ferreira Guimaraes: um espaço a ser retomado pelo assistente social?.** Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 1992.
- 40) SANTOS, Juliana Jesus dos; CESAR, Lillian Fontes Nogueira Fávero. **As (im) possibilidades da intervenção do assistente social na empresa privada na perspectiva crítica.** Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2015.
- 41) SANTOS, Natalia Marques. **O trabalho do assistente social na empresa: uma análise exploratória acerca de suas requisições, atribuições e competências.** Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2009.
- 42) SILVA, Ivana Pimentel Ferreira da. **Uma análise sobre o trabalho do assistente social em empresas privadas.** Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2014.
- 43) SILVA, Nicole Cristina Oliveira. **Uso/abuso e dependência de substâncias psicoativas em empresas: estratégias e táticas de intervenção profissional.** Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2016.
- 44) VARGAS, Maria do Carmo Brandao. **Análise e replanejamento de um trabalho em empresa.** Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 1981.
- 45) WERTZ, Fabiana Aparecida; et. al.. **As transformações no mundo do trabalho e suas repercussões no cotidiano do assistente social no âmbito empresarial.** Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 1997

ANEXO 2

LEI Nº 6.139, DE 11 DE NOVEMBRO DE 1974

Autoriza a incorporação da Faculdade de Serviço Social de Juiz de Fora à Universidade Federal de Juiz de Fora.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA,
Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada a incorporação da Faculdade de Serviço Social de Juiz de Fora, reconhecida pelo Decreto nº 52.210, de 2 de julho de 1963, à Universidade Federal de Juiz de Fora.

Art. 2º Serão incorporados ao patrimônio da Universidade Federal de Juiz de Fora, mediante escritura pública de doação e independente de qualquer indenização, todos os bens móveis e imóveis, assim como os direitos da Faculdade de Serviço Social de Juiz de Fora.

Art. 3º O pessoal em exercício na Faculdade será aproveitado na forma estabelecida na legislação em vigor, mediante proposta da Universidade.

Art. 4º As despesas com a execução desta Lei correrão à conta das dotações atribuídas à Universidade Federal de Juiz de Fora.

Art. 5º A Faculdade de Serviço Social de Juiz de Fora deverá adaptar o seu Regimento ao Estatuto da Universidade Federal de Juiz de Fora e submetê-lo, no prazo de 60 (sessenta) dias, à aprovação do Conselho Universitário.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 11 de novembro de 1974; 153º da Independência e 86º da República.

ERNESTO GEISEL
Ney Braga

Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial da União - Seção 1 de 12/11/1974

Publicação:

- Diário Oficial da União - Seção 1 - 12/11/1974, Página 12853 (Publicação Original)
- Coleção de Leis do Brasil - 1974, Página 148 Vol. 7 (Publicação Original)